

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Rubens Mascarenhas de Almeida

***Globalização: a nova retórica do velho
imperialismo***

(Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI)

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

José Rubens Mascarenhas de Almeida

Globalização: a retórica do velho imperialismo
(Uma abordagem do imperialismo dos séculos XX/XXI)

DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

São Paulo
2009

Banca Examinadora

A448g

Almeida, José Rubens Mascarenhas de

Globalização: a retórica do velho imperialismo (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI / José Rubens Mascarenhas de Almeida, 2009.

433 f.: il.

Orientador: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.

Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Referências: f. 429-441.

1. Imperialismo – Séculos XX e XXI. 2. América Latina – Imperialismo (EUA). 3. Estados Unidos – Relações econômicas internacionais – América Latina. 4. Ciências Sociais - Tese. I. Almeida, Lúcio Flávio Rodrigues de. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. T.

CDD: 337

Para meu pai Esmeraldo (Dadinho),
plantador primeiro de sementes ao pó,
às quais veio se juntar, não sem relutância.

Para minha mãe Regina, minha companheira Nalba,
meus filhos Camilo e Lorenzo,
plantadores de sorrisos e saudades
regados por longas e solitárias horas de leituras
e reflexões nas paragens da grande Sampa,
cidade de que aprendi a gostar.

Para todos os que não se renderam ao
canto da sereia neoliberal.

*(...) Ainda que enredem os caminhos do petróleo,
ainda que as napas mudem seu lugar silencioso
e movam sua sabedoria entre os ventos da terra,
quando agita a fonte sua ramagem de parafina,
antes chegou a Standard Oil
com seus letrados e suas botas,
com seus cheques e seus fuzis,
com seus governos e seus presos.
Seus obesos imperadores vivem em Nova York,
são suaves e sorridentes assassinos,
que compram seda, náilon, puros tiranetes e ditadores.
Compram países, povos, mares, polícias, deputações,
distantes comarcas onde os pobres guardam seu milho
como avaros o ouro: a Standard Oil os desperta,
uniformiza, lhes designa qual é o irmão inimigo,
e o paraguaio faz sua guerra e o boliviano se desfaz
com sua metralhadora na selva...
(...) Quando soou a trombeta,
ficou tudo preparado na terra,
e Jeová repartiu o mundo
entre a Coca-Cola, a Anaconda,
a Ford Motors e outras entidades¹...*

¹ NERUDA, Pablo. *Canto Geral*. 11ª edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Resumo

Este trabalho visa a contribuir para o estudo da atual fase de transnacionalização do capitalismo e, no interior desta, da inserção subalterna da periferia do sistema. A abordagem do objeto é feita a partir da reconstituição sistemática tanto do conceito quanto do processo histórico, buscando acompanhar a trajetória de constituição e desenvolvimento da categoria analítica *imperialismo*, inclusive suas dimensões sociopolíticas, sob um enfoque marxista. Do ponto de vista histórico, o ponto de partida é o pós-II Guerra Mundial (momento de recomposição do capitalismo), chegando-se até a primeira década do século XXI. O foco incidirá prioritariamente sobre as relações EUA/América Latina.

Palavras-chave: Capitalismo, Imperialismo, Globalização, Neoliberalismo, Transnacionalização, América Latina.

Abstract

This work aims to contribute to the study of the current phase of capitalism transnationalization and, within this, the subordinate insertion of the periphery of the system. The approach of the object is done from the systematic rebuilding of both the concept and the historical process, seeking to follow the path of formation and development of the analytical category imperialism, including its sociopolitical dimensions, in a Marxist approach. From a historical perspective, the starting point is the post-World War II (a time of recomposition of capitalism), reaching up to the first decade of the twenty-first century. The focus will prioritarily be on USA/Latin America relations.

Key-words: Capitalism, Imperialism, Globalization, Neoliberalism, Transnationalization, Latin America.

Agradecimentos

Uma tese de doutoramento é, sempre, fruto de um trabalho coletivo. Assim, registramos, a tempo, a colaboração direta de diversas pessoas e instituições que, de uma ou outra forma, contribuíram para a realização desta pesquisa. Desculpando-nos, antecipadamente, por possíveis omissões, expresso reconhecimento à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, à CAPES/CNPQ/PQI/Museu Pedagógico/UESB, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, cujos apoios (administrativo, financeiro e acadêmico), viabilizaram a realização do doutorado que propiciou esta investigação; à minha família, pelo afeto incondicional e pelo apoio e compreensão quando se fizeram necessárias as constantes, e às vezes longas, ausências; ao amigo pessoal e professor do Departamento de História da UESB, Jorgeval Andrade Borges, pela interlocução franca e crítica quando da construção do projeto de doutoramento; aos amigos e colegas do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais, NEILS (tantos que não ousarei citar nominalmente algum) pela convivência em momentos de discussões sempre acirradas e frutíferas, assim como de prazerosas confraternizações – e de dificuldades típicas de todo e qualquer ‘imigrante acadêmico’ na cidade grande – pelo compartilhamento das preocupações e pelo incessante e renitente fazer teórico e crítico que marcou o período de construção desta tese; aos colegas do Seminário de Pesquisa, em especial a Pedro Fassoni e Edna Sampaio, amigos e criteriosos interlocutores; aos professores da pós-graduação de Economia, Antônio Carlos de Moraes e Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, a indicar caminhos pela seara dessa área da ciência; aos professores Valério Arcary (Cefet-SP) e João Ildebrando Bocchi (PUC-SP), membros da banca de qualificação, que contribuíram com importantes considerações num momento crucial do trajeto; ao professor Edmilson Carvalho, da Universidade Católica do Salvador, pela disponibilidade e atenção dispensada ao discutir questões pontuais; às colegas de inúmeras jornadas político-pedagógicas Ana Palmira Casimiro – pelo olhar minucioso na revisão dos rascunhos – e Lívia Diana Magalhães – pela sua crítica a aspectos metodológicos; ao amigo e colega do Museu Pedagógico Claudinei Santana, que contribuiu na organização de algumas tabelas; aos amigos Carlos Alberto Gomes e Edileusa Santos Gomes pela revisão do texto final; por fim, ao professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, orientador atento e dedicado, modelo de honestidade intelectual e compromisso com o fazer acadêmico e político, ademais, companheiro, interlocutor sincero nas discussões e amigo autêntico em todas as horas, há mais de uma década. Sem tais apoios, sem sombra de dúvidas, tal pesquisa não teria sido levada a cabo.

Sumário

Resumo	7
Abstract	8
Agradecimentos	9
Considerações Iniciais	12
Da conjuntura, do problema e das fontes	12
Das hipóteses	15
Da metodologia e do referencial teórico e histórico-analítico	16
Parte I: Império, imperialismo e superimperialismo	23
Imperialismo: uma necessária revisão teórica	23
Primeira Geração	33
Hobson: o empedernido idealista	37
Hilferding: o imperialismo como política central do capital financeiro	45
Lênin e a fase superior do capitalismo	59
Kautsky e o superimperialismo	68
Rosa Luxemburg: o papel da guerra e do imperialismo predatório	74
Rosa e o debate marxista acerca do imperialismo no alvorecer do século XX	81
Bukhárin e o Estado imperialista	86
Sucinto balanço da I geração	95
Parte II: O imperialismo e sua historicidade	97
Imperialismo: um panorama histórico	97
Segunda Geração	113
Sweezy e a reconquista do capital industrial	114
Sweezy e os limites do imperialismo	118
Paul Baran e a irreconciliável contradição da propriedade	120
Baran e sua teoria do desenvolvimento capitalista	121
A morfologia baranista do subdesenvolvimento capitalista	130
Magdoff e a <i>era do imperialismo</i> estadunidense	135
Mandel e os múltiplos vetores do desenvolvimento capitalista	142
Mandel e o capitalismo tardio	147
Mandel e o papel do Estado no capitalismo tardio	152
Sucinto balanço da segunda geração	156
Parte III: A terceira geração e o imperialismo atual	158
Do discurso hegemônico da Terceira Geração	158
A eugenia político-econômica de Francis Fukuyama	159
Huntington e o choque de civilizações	165
O pragmatismo chauvinista de Joseph Nye	168
Hardt e Negri e o império sem centro	171
Considerações acerca das concepções neoconservadoras	173
Do discurso contra-hegemônico da Terceira Geração	175
A crise capitalista e as Ciências Sociais	178
Hilferding e a crise	185
A crise como fator histórico do sistema capitalista	188
Considerações gerais acerca da crise capitalista	202
Os EUA e a hegemonia mundial	205
O enterro de Adam Smith	209

O nacionalismo na fase transnacional do capital	215
A sociedade <i>high tech</i> e a construção da hegemonia estadunidense	222
O discurso tecnológico-determinista	226
Limites político-científicos da III Revolução Tecnológica	229
Mercadores da morte, de ferro, de sangue e de lucros	244
O complexo industrial-militar estadunidense	252
EUA: o unilateralismo como política internacional	271
O aparato jurídico-político estadunidense e a hegemonia mundial	274
Da invenção do terrorismo à guerra preventiva	284
Terrorismo de Estado: os <i>pre-emptive attacks</i>	288
Um império sem império?	302
Da hegemonia à supremacia	312
Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?	314
Parte IV: O imperialismo e as relações centro/periferia	325
A polarização centro/periferia	325
A dominação pela dívida	333
A América Latina e o imperialismo globalizacionista	347
O espetáculo <i>high tech</i> na periferia	354
A transnacionalização do capitalismo na América Latina	356
A ofensiva contrarrevolucionária liberal-conservadora e a América Latina	364
Políticas neoliberais para a América Latina	371
O Estado e as políticas neoliberais para a América Latina	380
O Consenso de Washington	390
Globalização da miséria e enriquecimento seletivo	395
Estudo de caso: México	398
Considerações finais (uma não-conclusão)	411
Bibliografia	420

Considerações Iniciais

Toda visão global da história constitui uma genealogia do presente.
Fontana i Lazaro (1998:9)

Da conjuntura, do problema e das fontes

É aurora do século XXI quando estas linhas são escritas. Eventos expressivos ocorrem de forma acelerada em escala mundial², apontando tanto para imprevisibilidades históricas quanto para a fragilidade dos enunciados neoliberais de fim da história (e com este o fim da ideologia, do comunismo e outros fins escatologicamente prenunciados) e, conseqüentemente, das lutas de classes, procurando evidenciar que o capitalismo derrotou o seu coveiro (para utilizar, de ponta-cabeça, a metáfora engels-marxiana do *Manifesto Comunista*). Isso não nos preocupa. Num impulso contrário à retórica neoliberal, a própria história pede passagem, até porque sua dinâmica independe das análises acadêmicas: ela não começa nem termina no presente e nem aqui. Pelo contrário, o caráter antiescatológico que se imprime a este trabalho sinaliza possibilidades e perspectivas para os que lutam por uma sociedade justa e igualitária e para a perpetuação da esperança.

Nos âmbitos intelectuais e acadêmicos, dominam discursos monofônicos renitentemente veiculados pelos meios de comunicação afiliados do grande capital. Nesse sentido, noções como *globalização* e *pós-modernidade* são difundidas com veemência religiosa, na tentativa de prenciar uma nova era que nega as contradições sociais, as teorias contra-hegemônicas e a própria luta de classes. São conteúdos preconizadores de um suposto pós-industrialismo que busca idealizar o engendramento de novas e simétricas relações sociais em substituição às conflituosas relações interestatais e de classes sob o capitalismo. O *pós-modernismo* é entendido como uma ruptura substancial da realidade atual, posta além dos limites histórico-culturais da modernidade, preconizando um suposto “pós-capitalismo”. Sua

2 Uma crise avassaladora atormenta todo o mundo capitalista (desemprego, falências, vai-e-vem das bolsas, caos na saúde, na educação, na segurança e corrupção desenfreada...); ascensão e reafirmação do crime organizado; genocídio israelense contra palestinos; revoltas populares nos subúrbios parisienses, no Iraque, no Afeganistão...; deflagração da República de Oaxaca (2006) e reafirmação do EZLN, no México; encontros internacionais frequentes do Fórum Social Mundial; manifestações de Piqueteros, na Argentina; continuidade das ações guerrilheiras das FARC's e do ELN, na Colômbia; guerras no Afeganistão e Iraque e o teatro do enforcamento de Saddam Hussein e seus asseclas, assim como a recusa estadunidense à constituição do Tribunal Penal Internacional (TPI); Bolivarianismo, na Venezuela; políticas nacionalistas na Bolívia de Evo Morales; ascensão do movimento indígena no Equador; ocupação e gestão de fábricas em diversos países da América Latina; cresce o movimento ecológico-ambientalista; subimperialismo brasileiro no Haiti e manifestações contrárias; greves e ocupações no Brasil; fortes e contundentes manifestações pelo mundo contra os avanços da transnacionalização capitalista.

conexão ao mundo cibernético (principalmente a internet) foi diretamente vinculada àquilo que veio a ser denominado ‘globalização’³. Do ponto de vista político-econômico, está relacionada ao fim do imperialismo, insinuação que veio reacender o debate acerca do tema, dando-lhe novos contornos e forte contundência.

Constata-se, no entanto, que, por mais que o tema da *pós-modernidade* tenha voltado aos círculos políticos, intelectuais e acadêmicos, nesses tempos ‘globalizados’, ele não traz a novidade que se anuncia, tendo sido já longamente debatido nos anos 1960, por figuras como Daniel Bell, Herman Khan e Jean-Jacques Servan-Schreiber. À época, Mandel, confrontando esta concepção, afirmava que, “por motivo de sua auto-preservação, o capital jamais poderia transformar todos os trabalhadores em cientistas, assim como jamais poderia automatizar completamente a totalidade da produção material” (1982:146). Para ele, a organização de uma sociedade nos parâmetros definidos como ‘pós-moderna’, seria totalmente inviável⁴. Nas Ciências Sociais e Humanas, esse fenômeno trouxe consigo, em perspectiva, a perda de legitimidade das teorias evolucionistas da história, desfigurando a importância da relação conhecimento/poder, o que resultou numa profunda passividade política pela perda da concepção de conhecimento como um todo, inibindo a única possibilidade de superação dos grandes problemas sociais. No que diz respeito às Humanas, ele originou-se nos pós-estruturalistas da década de 1960, e culminou na década de 1980 com o estardalhaço fukuyamesco do *fim da história*⁵. Nesse contexto, surgiram múltiplos ataques à razão moderna, desferidos a partir dos pressupostos dessa própria razão. Processo idêntico ocorreu ao marxismo, que passou a sofrer ataques cada vez mais intensos, ao mesmo tempo em que seus detratores valiam-se de seus pressupostos, suas categorias e sua análise quando se arriscavam a compreender a sociedade em questão.

O conhecimento, na concepção pós-modernista é marcadamente fragmentário. A realidade aparece em *frames* de imagens, despedaçada, com domínio para a subjetividade, impedindo a compreensão da sociedade como uma totalidade. Lançando mão de valores intangíveis, o ‘pós-modernismo’ acata a dissolução do sujeito e relativiza tudo, representando a realidade através da explosão de imagens eletrônicas, microeletrônicas, de informática, informação e comunicação, veiculando um espetáculo midiático. Estes meios adquiriram o

3 A respeito ver “*Sociedade em redes: a cultura hacker*”. Disponível em *Le Monde Diplomatique*, <http://diplo.uol.com.br/2008-02,a2213>. Acessado em 21/02/2008.

4 Acerca, ver Mandel (1982:133 e todo o capítulo 12). Análise da ‘pós-modernidade’, não como ideia, mas como fenômeno é encontrada na obra de Anderson, P. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

5 Em Fontana (1998), sucinta – mas densa – obra, encontra-se uma abordagem da trajetória das escolas e correntes historiográficas desse período, como também um interessante mapeamento da produção historiográfica contemporânea.

caráter de aparelhos de domínio e massificação social a serviço da acumulação capitalista. Por toda essa configuração, a retomada da retórica da pós-modernidade passou a ser concebida por alguns como a “lógica filosófica do neoliberalismo” (IBAÑEZ, 1996:250).

No campo específico do conhecimento econômico, a consequência foi a fragmentação da análise, o que lhe imprimiu uma visão parcial que impede aos economistas enxergarem o conjunto sistêmico, sintetizando a lógica da economia capitalista à efeméride mercado – essa entidade que integra o sistema, mas que não passa da abstração de uma rede de intercâmbio e distribuição, não explicando, *per si*, o modo como a sociedade produz. Aqui se encontra o eixo propulsor da polêmica gerada em torno do tema imperialismo.

Impõem-se a necessidade de reflexão crítica e especial atenção às concepções do pensamento único, no que concerne aos mecanismos de dominação aplicados pelos centros capitalistas à periferia do sistema, incluindo o engendramento de uma ideologia concernente cuja função é negar as relações de dominação/exploração por meio do discurso da globalização e pós-modernidade e apontar o capitalismo como única via de organização social para a humanidade. O que se denomina globalização é a atual versão do imperialismo, aqui tipificado nas adequações econômicas das políticas neoliberais do capitalismo predominantemente financeiro, nas relações entre economias periféricas e centrais, ilustrado pela dissonância entre os estratosféricos números macroeconômicos mundiais e o crescimento real da economia e no descompromisso institucional com o bem-estar social. Se, por um lado, diversos autores críticos recorrem ao citado eufemismo procurando ressignificá-lo de modo a contribuir para a inteligibilidade da atual fase do capitalismo, como é o caso, por exemplo, de Ianni (1992; 2002) e dos teóricos que se inspiram no paradigma da economia-mundo, como Wallerstein, Arrighi e, no Brasil, Theotonio dos Santos, todavia, problemas permanecem.

O leitor atento que se aventurar a ler este estudo verá à frente elementos que dizem respeito a praticamente todos os países da região, apesar da diversidade econômica, cultural e política que os envolve e notará que, de uma forma ou outra, em todos eles a ação imperialista, hegemônica pelo grande capital, principalmente estadunidense, encontra-se presente. Intuirá que é característica da abordagem aqui encetada não separar as relações econômicas das demais relações sociais. E perceberá que focalizamos especialmente os acontecimentos que envolveram as linhas mais gerais – e dentro destas as diversas fases – do imperialismo pós-II Guerra, ilustrando esse processo através da apreensão de referenciais latino-americanos, tendo o caso do México, em sua contemporaneidade, como objeto específico de estudo.

No que se refere às fontes, as utilizadas aqui constam de bancos de dados oficiais, particulares, estatísticas diversas, bibliográficas (cuja produção se multiplica em proporção geométrica), fonográficas (vídeos-documentários, etc.), produzidas desde o início do século XX até a presente data, assim como virtuais (WWW). A escolha dessa multiplicidade de fontes advém da preocupação precípua de que o imperialismo é um processo que envolve economia, política, estratégia militar, sociedade e cultura, não caindo na tentação de tecer um enfoque economicamente “puro”, cuja contabilidade, reconhece-se, não dá conta de sua totalidade. Nesse sentido, cabe uma ressalva quanto ao uso das tabelas nesta pesquisa. Apesar de necessárias e representativas, é intencional a não-preocupação em torná-las essenciais ao entendimento do tema enfocado, o que, espera-se, seja compreendido quando da falta de quantitativos inéditos. Aqui se procuram inferências mais qualitativas, sem se ater muito às generalizações dos dados estatísticos.

Das hipóteses

Partindo do parâmetro das grandes linhas de abordagem da ação imperialista no século XX, este estudo tem como referência duas hipóteses centrais, complementares, que se interpenetram e orientam o exame do objeto central desta pesquisa. São elas: 1) A designação de *globalização* para o atual processo de transnacionalização capitalista constitui um elemento de retórica do discurso ideológico dominante, de caráter conservador, neoliberal na dimensão internacional, que, substituindo o conceito de imperialismo, opera estrategicamente no sentido de manter o *status quo* no âmbito da atual crise sistêmica, substituindo a categoria *imperialismo*; 2) O atual processo de expansão capitalista, que tem nos EUA o principal propulsor no planeta, reproduz, historicamente, assimetrias essencialmente idênticas às da trajetória imperialista tal qual identificada pela tradição marxista como forma de dominação. ‘Globalização’, nesse sentido, é a recriação ‘civilizacional’ – para usar um termo de Huntington (1996; 1999) – de um mundo economicamente interconectado. Neste sentido, o neoliberalismo corresponde a mais um movimento de internacionalização capitalista sob hegemonia da fração financeira da burguesia.

O mote histórico das hipóteses aqui evidenciadas é o fim da II Guerra Mundial entendido, do ponto de vista econômico-financeiro, como de recomposição sistêmica e, da ótica político-militar, como de transição de um mundo de múltiplos para uma conformação unipolar – passando por uma configuração bipolar (EUA/URSS). Nesse contexto, registra-se uma crise mais geral no seio do capitalismo, evidenciada desde o início dos anos 1970, que

acabou impelindo o sistema a forjar uma reestruturação tipificada nas adequações econômicas das políticas neoliberais, sem que seus ajustes estruturais implicassem, tanto nas sociedades de economias periféricas quanto nas centrais, uma ruptura em sua inter-relação e na relação com os centros capitalistas.

Assim, entende-se este como um cenário em que se evidencia uma profunda crise sistêmica de múltiplas dimensões: econômica (caracterizada por uma desaceleração no crescimento baseado na tradicional dinâmica de reprodução ampliada via realização da mercadoria); social, de conflitos intra e interclasses, num processo de profunda concentração/centralização econômica; e política, caracterizada pela recusa interminável contra a submissão ao grande capital transnacionalizado, entendida por alguns como “antiamericanismo”⁶, mas que evidencia uma resistência anti-imperialista, e, em alguns casos, uma recusa à própria essência capitalista. Nesse sentido, atenta-se para esse aspecto, já que aqui se trata de desvendar a hegemonia planetária (e sua crise), principalmente naquilo que diz respeito à relação EUA/América Latina.

Da metodologia e do referencial teórico e histórico-analítico

Em primeiro lugar, entende-se aqui que método e teoria não são objetivos finais de um trabalho científico, mas ferramentas propiciadoras – ou não – de um melhor entendimento do objeto, representando, principalmente, instrumentos de ajuda na compreensão da realidade circundante, já que é impossível separar a compreensão do objeto que se estuda do próprio fazer teórico. Contrariamente ao que possa parecer à primeira vista, a analogia de que às vezes aqui se faz uso tem o papel de ilustração, distante de ser tomada como método. Longe de qualquer análise baseada nos ‘tipos ideais’ weberianos e de sua imperativa necessidade de abordagem por analogia, o referencial metodológico que aqui se tem em perspectiva é caracteristicamente ontológico.

Assim, entendendo que as ciências acumularam conhecimentos que devem – por sua própria razão de existir, pela representação do processo histórico do fazer humano que são – ser apropriados por qualquer um que se disponha à investigação científica, o trabalho que se inicia apropria-se dos referenciais, das categorias analíticas da escola marxista na tentativa de aproximação da essência dessa realidade. A opção por este referencial teórico no desenvolvimento deste trabalho justifica-se pelo entendimento de que ele possui indicadores

⁶ Praticamente todos os liberais estadunidenses da atual geração acreditam nisso, como os casos de Nye (2002) e Krugman (2006), entre outros.

perfeitamente adequados à percepção dos elementos fundamentais do modo de organização social predominante do real circundante, conseguindo apreender o material histórico de maneira a construir leis econômicas lógicas e específicas a cada época, como é o caso das categorias aqui mais insistentemente utilizadas. Assim, tendo em perspectiva uma abordagem ao mesmo tempo histórica e teórico-analítica, nos campos das ciências humanas e sociais, e tendo o marxismo como eixo teórico-político, enfoca-se aqui a problemática do imperialismo em sua estrutura sistêmica, evidenciando o caráter de sua totalidade (política, econômica e sociocultural), metodicamente ensaiada nos padrões de interesses das burguesias na atual conjuntura.

Acatando metodologicamente o pressuposto de que os conceitos têm história, julgou-se necessário, oportuno e didático efetuar um retrospecto histórico do conceito de imperialismo. Achou-se por bem ressaltar as contribuições de três gerações de pensadores de diversos ramos do conhecimento, que abordaram o fenômeno imperialista desde o final do século XIX até a atualidade. É nesse sentido que pensadores críticos do imperialismo moderno, ou monopolista, que marcaram (marcam) os séculos XX e XXI, foram “convocados” independentemente da corrente teórica a que se filiavam/filiam. O recurso a cada um deles em determinada geração acabou se dando não apenas por questões ligadas ao tempo de sua produção – embora este tenha sido um dos critérios – mas, essencialmente, pela importância e repercussão de seus discursos acerca do tema em determinadas circunstâncias históricas de desenvolvimento do capitalismo, forjando contribuições que vieram a somar-se no entendimento do fenômeno imperialista. Nesse sentido, quando as formulações de Kautsky são expostas antes das dos demais marxistas com quem debateu, a intenção foi a de evidenciar suas ideias que, não por acaso, acabaram sendo referência de praticamente todos os discursos marxistas que pensaram o fenômeno aventado. Assim, o leitor atento notará que alguns autores foram mais privilegiados que outros, fato que se justifica pelo papel que representaram/representam no âmbito das formulações acerca do imperialismo.

De tal modo, a análise aqui elaborada aborda desde categorias liberais (monopólio, de Hobson), até marxianas (materialismo histórico e dialético⁷, luta de classes e a Lei Geral da Acumulação Capitalista), e marxistas (economia política, especialmente no que concerne ao

⁷ Se é possível separar um do outro senão nos aspectos filosófico (materialismo dialético) e metodológico (materialismo histórico), já que materialismo dialético só adquire sentido quando aplicado à análise de sociedades historicamente situadas. Assim, o princípio que norteia tal enfoque é o de que a compreensão da realidade só pode se dar a partir do real, o que faz com que a análise aqui pleiteada recorra, insistentemente, à história.

capital financeiro e à compreensão social⁸ de imperialismo), o que nos fez recorrer a uma ampla revisão bibliográfica.

Tomando como base central essas formulações, buscou-se dialogar com alguns estudiosos, levando em conta a afirmativa de Anderson para quem não há lugar para fideísmos no conhecimento racional (1987:9). Esta concepção é aqui ensejada numa acepção metodológica nos marcos teóricos do materialismo histórico e dialético sem, no entanto, excluir diálogos com abordagens não-marxistas ou até mesmo antimarxistas, oriundas de diferentes matizes teóricos, pondo a problemática à prova através da interlocução com diversas fontes intervenientes no debate. Destarte, dentre essas, utilizamos abordagens vindas de formuladores e ideólogos de correntes contemporâneas situadas no campo neoconservador⁹, ligadas ao *establishment* estadunidense.

Com a constituição desta ‘árvore genealógica’ busca-se evidenciar a gênese, o desenvolvimento e as transformações sofridas pela categoria *imperialismo* e aproximar-se mais da hipótese geral: a que afirma ser a recomposição capitalista do pós-II Guerra, em sua materialização, fundamentada, essencialmente, no imperialismo moderno – sem ignorar as devidas mudanças de perfil – presentes nas relações interpaíses, desde finais do século XIX. Assim entendendo, tais relações constituem um grande desafio conceitual à teoria marxista do desenvolvimento capitalista. Desafio, não um impasse, já que não fogem às determinações gerais do processo de acumulação que lhe é historicamente peculiar. Longe de ser harmonicamente globalizadas, roupagem ultramoderna que a ideologia dominante tenta imprimir, as relações sociais engendradas atualmente denotam assimetrias marcadamente imperialistas, nas conotações ressaltadas pelo marxismo. Assim, o recorte cronológico tenciona demonstrar o desenvolvimento tanto do capital monopólico quanto do conceito de imperialismo – aqui evidenciado nas três gerações – de forma a atender às razões históricas e metodológicas manifestadas no processo de construção teórica da trajetória do capitalismo,

8 No sentido de uma ação que se reproduz na perspectiva do capital como relação social e a vinculação de sua superação através de uma revolução também social.

9 Constitui o neoconservadorismo (às vezes aqui aludido como *neocons*) um movimento intelectual no qual se inserem os segmentos acadêmicos e políticos estadunidenses que se incumbiram de sistematizar a reestruturação capitalista dos anos 1980/90, denominada neoliberal, entre cujas expressões podem ser citadas Samuel Huntington, Francis Fukuyama, Joseph Nye, Zbigniew Brzezinski, Richard Clarke e Paul Krugman, entre outras. É um movimento limitado cientificamente que busca, em nível das relações internacionais – apesar de inserir-se também na política doméstica – moldar e justificar as posturas imperialistas das classes dominantes estadunidenses. Quando se arrisca à autocrítica, o faz pontualmente, sem jamais questionar o sistema. Sua extensão, na política, hoje se expressa através de figuras como Georges W. Bush, Jeb Bush, Dick Cheney, Lewis Libby, Paul Wolfowitz e Donald Rumsfeld, entre outros. A coincidência entre estes se encontra na vinculação a “*think tanks*” como o *American Enterprise Institute*, responsáveis pela gestação do *Project for the New American Century (PNAC)*, cujo anseio central é delegar aos EUA o papel de guardião dos valores liberais em nível internacional.

tecendo uma abordagem histórico-analítica desse processo, contemplando seus principais marcos para além dos oficialmente referenciados. Vejamos:

a) Primeira Geração – Formulações marxianas, marxistas e liberais produzidas entre as décadas de 1880-1930, espaço temporal no qual se desenvolveu o imperialismo em nível mundial, sob o signo dos investimentos de capital (externo e interno) em economias periféricas. Para entender esse processo, recorreremos, principalmente, às formulações de Marx e Engels, Hobson e da escola neomarxista do começo do século XX (Hilferding, Kautsky, Lênin, Rosa Luxemburg e Bukhárin)¹⁰, num percurso que começa nos clássicos do marxismo, passa por um, então, liberal, por social-democratas, pelo eixo bolchevique e finaliza nos críticos do stalinismo.

No que se refere ao aspecto histórico, esta primeira abordagem centra-se no contexto mundial do último quartel do século XIX ao primeiro do XX, partindo da crise capitalista que impulsionou o avanço do imperial-capitalismo moderno, na Europa, até a Primeira Guerra Mundial. No que tange à América Latina, parte-se de um contexto em que, por um lado, as relações capitalistas se espraiavam balizadas por fortes entraves ao desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, as principais classes deste modo de produção (burguesia, proletariado e uma camada média urbana) se constituíam, envolvidas pelo domínio dos grupos oligárquicos e por um discreto crescimento do capital industrial. Destaque, no que se refere à esfera político-militar, para as revoluções Russa e Mexicana, e para a I Guerra Mundial; na esfera econômica, para a crise do pós-I Guerra; e, na esfera sociocultural, para a emergência da sociedade de massas.

b) Segunda Geração – Formulações marxistas lançadas entre as décadas de 1930 e 1960, período marcado, inicialmente, pela mais profunda crise estrutural¹¹ da história do capitalismo, o que teria levado à eclosão da II Guerra Mundial, sendo este o segundo conflito histórico entre as forças imperialistas em escala planetária, reflexo do espraiamento das relações capital-imperialistas, que veio apontar para uma recomposição no núcleo do sistema: para o *Welfare State*; para a expansão do ‘socialismo real’ pela Europa e Ásia; para a

10 Esta ordem é adotada a partir da cronologia de publicação das obras referentes ao tema pelos autores, embora em determinados momentos isto não aconteça. Assim, Marx (em sua produção a partir de 1867, data da publicação do primeiro tomo de “*O Capital*”); Hobson (1902) antecede a Kautsky porque sua obra vinculada ao imperialismo assim o faz; Hilferding (1910) com a primeira abordagem acerca do capital financeiro; Kautsky (1900-1914, para a publicação de *A questão agrária* e *O imperialismo e a guerra*, respectivamente); Rosa Luxemburg (1913); Lênin (1916); e, por fim Bukhárin (1915). Este foi abordado por último pela sua crítica às abordagens acerca do caráter do Estado imperialista que o antecederam.

11 Mészáros (2002:25); Beinstein (2001).

consolidação da hegemonia estadunidense; para o avanço das inovações tecnológicas; para os processos de descolonização da Ásia e África; e para a Guerra Fria.

Culturalmente, destaque para a proeminência do *American way of life* como forma de espraiamento do imperialismo estadunidense. No aspecto histórico, as abordagens acerca do tema nesse período reclamam maior atenção à América Latina que, tanto quanto os grandes centros capitalistas, sofre os efeitos da crise dos anos 1930, que imprimiram uma nova dinâmica socioeconômica à região. Neste sentido, esboça-se o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI)¹². Na esfera da política, no subcontinente consolida-se, precariamente, o Estado burguês – mais em uns países que em outros, a depender do grau desenvolvimento capitalista – principalmente no que se refere ao padrão de democracia ali implementada, a qual não passa de um arremedo, tendo ainda uma forte presença, também em variados graus, de grupos oligárquicos.

Este quadro geral leva à caracterização desse período como sendo marcado por uma transição das sociedades destacadamente oligárquicas para as industriais, abalizada pela convivência de violenta repressão estatal/burguesa com manifestações contundentes de teor nacional-popular, estes distinguidos pela defesa de bandeiras como a de libertação nacional, de desenvolvimento econômico e de democracia social. Trata-se de um período distinguido por turbulências políticas e econômicas, com destaque para a Revolução Cubana. Buscando entender esse processo recorreu-se às formulações referentes ao capital monopólico, principalmente as elaboradas por Sweezy, Baran, Magdoff e Mandel¹³. A intenção de abordar também Mariátegui foi forte, mas abortada pela falta de tempo.

c) Terceira Geração – Formulações teóricas circunscritas aos anos 1970-2007, acerca do fenômeno imperialista em um período caracterizado pela colisão entre a bonança econômica do capitalismo do pós-guerra e a crise estrutural que eclodiu contundentemente e que se mostraria de longa duração. Encontram-se, simultaneamente, nessa fase do desenvolvimento capitalista, expansão (aumento da mobilidade geográfica do capitalismo, processo associado a mudanças na organização de produção e troca) e estagnação, com destaque para a quebra dos acordos de Bretton Woods, a crise monetária e energética, e a gênese e engendramento das políticas neoliberais na periferia e no centro do sistema. Na América Latina, consolida-se o

12 Modelo de desenvolvimento formatado na periferia capitalista por volta da crise dos anos 1930, que consistia em substituir a importação de bens finais pela importação de equipamentos que produziam tais bens. É importante salientar que tal processo só foi possível por causa do advento da crise capitalista daqueles anos e pela conseqüente moratória das dívidas externas dos países latino-americanos. Acerca, ver Tavares (1981).

13 Esta ordem é adotada a partir da cronologia marcada pela publicação das obras referentes ao tema pelos autores. Assim, Sweezy (1942), Baran (1957), Magdoff (1969) e Mandel (1972).

predomínio do modelo industrial, marcado por uma interdependência no contexto do imperialismo e evidenciam-se, definitivamente, os limites estruturais do Estado democrático-burguês (as ditaduras); acentua-se uma queda nos excedentes da produção, apontando para um decréscimo na capacidade estatal de atendimento das demandas sociais das camadas médias e populares dos países da região; radicalizam-se as políticas estatais de recomposição capitalista – papel destacado para a reestruturação produtiva – assim como sua antítese, os movimentos sociopolíticos herdeiros da Revolução Cubana e de seus pressupostos antioligárquicos, anticapitalistas e antiimperialistas. Vale ressaltar, do ponto de vista político, a ascensão e queda dos regimes ditatoriais, a experiência de governo da UP (Chile), a Revolução Nicaraguense e o surgimento dos Novos Movimentos Sociais.

No que se refere ao espaço, a atenção se volta não única, porém mais marcadamente, para o da esfera geoeconômica e política compreendida entre a América Latina e os EUA, numa abordagem que envolve as relações internacionais empreendidas sob a égide do grande capital. Nessa acepção, perpassa, por todo este estudo, uma inquietude diante das consequências históricas da situação sociopolítica e econômica de espoliação capitalista – e sua reprodução – representada pela recomposição estabelecida no Pós-II Guerra que delineou a atual relação centro/periferia até a crise que se estabeleceu nos anos 1970.

Finalizando, leva-se em conta aqui a máxima popular – cujo autor foi volatilizado pelo tempo – que alerta para os cuidados necessários com o que se fala (ou se escreve), não pelo que se denuncia a respeito dos outros, mas pelo que revela a respeito de quem o faz. Falar do próprio tempo em que se vive – quando este se refere a um período de incertezas e perplexidade como o atual – é especialmente grave, como alerta tanto o senso popular como a sabedoria de intelectuais lúcidos como Eric Hobsbawm porque “trata-se de uma empresa autobiográfica” na qual falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis. Somos parte do século XX e ele é parte de nós (HOBSBAWM, 1995:13).

Escrever uma autobiografia dessa magnitude, apesar de palpitante, força a quem encara a empresa a considerar que, por sua complexidade, é impossível findá-la aqui, simplesmente porque ela segue o rumo da própria história humana. Abandoná-la-emos em seu término formal (período de doutoramento) com a mísera esperança de não ter contribuído para o elogio da ignorância, mas de tentar uma simples e inteligível contribuição para além dos parâmetros conservadores, sem a pretensão, mesmo que distante, de esgotar o tema. Outras

virão, com certeza, e serão bem-vindas, porque a história continua, apesar das estéreis afirmações que ocultam o rumo das lutas de classes.

Ressaltamos que o trabalho que aqui se apresenta constitui-se mais uma leitura do objeto, sendo outras perfeitamente possíveis, o que tem sido demonstrado pela atual profusão de publicações a respeito. É imprescindível, no entanto, reconhecer a insuficiência do conjunto da pesquisa e das teses aqui levantadas. Quaisquer carências apresentadas devem ser imputadas ao autor e creditadas às suas limitações e teimosia, levando-se em conta as dificuldades que representa o ato de escrever sobre processos contemporâneos ainda sem definição e previsibilidade. Tais lacunas seriam muito maiores sem as contribuições elencadas nos agradecimentos. Esse é o custo da ousadia por desafiar compreender um tema hodierno, complexo e em trânsito, num terreno movediço como o da atual transnacionalização, cuja ideologia dominante, através dos modismos políticos e acadêmicos importados mimeticamente contaminaram não só a simples mortais, como também a grandes ícones de gerações inteiras, que debandaram como trãnsfugas. Mas, o desafio foi aceito e paga-se seu preço, procurando não parecer academicamente indiferente aos fatos que a conjuntura apresenta, contestando a dissimulação “globalizante” e suas consequências para os setores sociais depauperados, da periferia do capitalismo.

Parte I: Império, imperialismo e superimperialismo

Imperialismo: uma necessária revisão teórica

Ainda o imperialismo, ou está superado? É o imperialismo uma situação transitória ou permanente na trajetória do sistema capitalista? Ao findar-se a II Guerra Mundial, instituiu-se, solidamente, uma nova ordem mundial definitiva que finalmente enterrou a História? E, caso a resposta seja positiva, essa ordem implica a reafirmação de que se constituiu uma perpétua hegemonia estadunidense? E, se assim for, qual o papel das demais nações imperialistas, principalmente as que complementam hoje a tríade? O mundo é hoje realmente uma ‘aldeia global’, na qual se findaram, finalmente, as assimetrias típicas do imperialismo? O que separa ‘globalização’ de imperialismo? Como demarcar ruptura e continuidade no atual contexto ‘globalizacionista’ quando as estruturas mais gerais da sociedade burguesa se mantêm? Questões importunas, mas da maior importância e que ocupam o centro dos principais e atuais debates acerca do futuro da humanidade, merecendo, assim, uma especial atenção.

No intuito de melhor compreender o fenômeno imperialista, busca-se aqui conceituá-lo e historicizar a sua trajetória – como também a das teorias que tentaram desvendá-lo no século XX/XXI. Para isto, parte-se de uma análise que tem por princípio o entendimento da sociedade capitalista como um todo: a do materialismo histórico.

À época em que viveu Marx, a palavra imperialismo ainda não havia adquirido a conotação econômica e política dos anos 90 daquele século; no entanto, ele já apontava preciosos elementos para a formulação do conceito de imperialismo. Deste modo, distinguia o estágio de transição do artesanato para a indústria – e seus métodos de extração da mais-valia¹⁴ – como ponto de partida da *acumulação originária*¹⁵ da produção capitalista. Dizia Marx que

o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos bens do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada

14 Também referida por Marx como taxa de exploração, deveria representar a expressão social da produtividade do trabalho. Em outras palavras, mas no mesmo sentido, a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor da mercadoria que o trabalhador produz. A fórmula c (capital constante) + v (capital variável) + m (mais-valia) constitui a espinha dorsal analítica da teoria econômica marxiana. Em última análise, representa o trabalho não pago apropriado pela classe capitalista e se realiza uma vez efetuada a venda da mercadoria no mercado, momento em que o capitalista se apropria, sob a forma dinheiro, do sobretrabalho nela contido, sendo essencial à existência do capitalismo.

15 Processo de criação das condições de desenvolvimento da produção capitalista, marcada pela histórica separação entre produtor e meio de produção. Sua designação enquanto primitiva advém de sua constituição na pré-história do capital (MARX, 1984:262).

com terrorismo da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros (1984:274-5).

Agrega-se aqui o protecionismo, a dívida pública que potencializou o sistema de crédito, a exploração dos minérios da América, o comércio colônia/metrópole pautado no “Pacto Colonial” e o tráfico de negros africanos como importantes elementos desse processo.

A primeira formulação marxiana dos processos de acumulação do capital teve especialmente como modelo empírico e teórico a economia inglesa, que Marx examinou desde a emergência dos chamados *cercamentos*¹⁶ (século XVI) até finais do século XVIII. Trata-se de um movimento que marcou, historicamente, a gênese do capitalismo mundial, emergido da expropriação da base fundiária – camponesa e estatal – da economia inglesa, com a finalidade de ampliar a área destinada às pastagens e, conseqüentemente, aumentar também a cultura da lã de que necessitava a indústria têxtil nascente. Ao substituir a agricultura de lavoura de base feudal pela produção de matérias-primas em larga escala, esse procedimento cumpriu uma dupla e fundamental função da dinâmica de acumulação de capital, denominada *originária* ou *primitiva*: de uma só vez afastava, violenta e definitivamente, os produtores diretos (camponeses) do seu meio de produção (a terra), liberando capital e mão-de-obra (constituindo, assim, o proletariado) com o intuito de impulsionar a expansão industrial através da transferência do trabalho do campo para as fábricas. Tal estágio de acumulação de capital se configurou pelo acúmulo deste nas mãos de capitalistas individuais, que protagonizavam o processo produtivo. Dizia Marx acerca da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, que a contínua

retransformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção, dos métodos que o acompanham para a elevação da força produtiva do trabalho e produção acelerada de mais-valia. Se, portanto, certo grau de acumulação de capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último ocasiona em reação uma acumulação acelerada de capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação do capital (1984:195).

16 Os cercamentos (*enclosures*) foram parte da política econômica inglesa que marcou a transição do feudalismo para o capitalismo. Representaram a pré-condição da padronização que se inaugurava com o industrialismo, que fez com que se refletisse, no cotidiano das pessoas, a mesma sistematização da produção das fábricas. O tempo, as prisões, a guerra, os asilos e, principalmente, as escolas, reproduziam a lógica industrial.

A culminância desses procedimentos se daria com o surgimento de um mercado – tanto de mão-de-obra quanto de matérias-primas e de consumo – concentrado no espaço urbano, fundado em relações nas quais o capital impunha seu controle absoluto sobre o processo produtivo. Nesse sentido, diz Marx que

os meios de produção, a parte objetiva do capital produtivo, devem, portanto, defrontar-se com o trabalhador enquanto tais, como capital... (...) que a produção capitalista, uma vez estabelecida, não só reproduz em seu desenvolvimento essa separação, mas a amplia em âmbito sempre maior, até que se tenha tornado a condição social genericamente dominante (1983a: 30).

Apontava ele que a tendência geral desse processo cumulativo de riquezas, através de sua reprodução¹⁷ era assimétrica e levava, inevitavelmente, à transição da concorrência ao monopólio sem, no entanto, eliminar a primeira – que apenas se deslocava para uma esfera mais restrita: a dos grandes conglomerados (grandes firmas com empresas em múltiplos ramos) – cuja essencialidade diz respeito à existência do movimento do capital. Essa transição era executada através de dois processos distintos – mas complementares e intercalados – do desenvolvimento capitalista: a concentração e a centralização¹⁸ de capitais.

O primeiro processo pode ser entendido como a reunião dos meios sociais de produção (capital) em mãos de capitalistas individuais através da capitalização da mais-valia produzida. Aqui, a classe dominante fraciona-se de forma que seus grupos passam a disputar, entre si, os mesmos espaços existentes na luta por superlucros¹⁹. A disputa que se estabeleceu fez, paralelamente, aumentar o capital produtivo da sociedade burguesa ao mesmo tempo e tanto quanto aumentava a concorrência entre os capitalistas, que surgiam em profusão, permitindo a todo capital individual se tornar também pólo de concentração. Por outro lado, a certa altura, as vicissitudes desse jogo provocavam também movimentos opostos, fazendo com que os capitais se atraíssem e fundassem diferentes centros, num jogo em que um competidor

17 O processo de produção é entendido aqui sob a ótica marxiana, ou seja, como uma combinação de trabalho e valor, ao passo que a reprodução compreende a produção mais a criação de condições pelas quais ela continue a ocorrer num processo empreendido pelo capital, determinante de um novo ciclo de produção. Ela pode ser simples (quando o novo ciclo é encetado com o mesmo valor com que iniciou o ciclo anterior), ou ampliada (quando o novo ciclo começa com um valor acima do que iniciou o ciclo anterior).

18 Processo que implica uma transferência de propriedade, seja de um grupo de capitalistas para outro, seja de um país para outro, concretizando a reunião de diversos capitais num só ou em círculos cada vez menores. Mandel (1982:223-232) também define o processo de centralização do capital por internacionalização do controle do capital. Em outras palavras, trata-se da fusão de diversos capitais sob um único – ou reduzido – controle.

19 Lucros obtidos para além do que os capitalistas extraem dos operários do país de origem, oriundos de uma produção com menor escala de equipamentos e com salários mais baixos. Trata-se da resultante do desenvolvimento desigual do movimento de acumulação capitalista no qual são auferidos lucros superiores à taxa média de lucro social. Um enfoque mais detalhado acerca, ver Mandel (1982).

(capitalista) não pode simplesmente expulsar o outro e apossar-se de seu capital sem que isso ocorra dentro das regras da concorrência²⁰. Para se adequar a essas vicissitudes, a norma é vender mais barato, determinante que pressupõe, inexoravelmente, a busca por

aumentar tanto quanto possível a produtividade do trabalho. Mas a produtividade do trabalho aumenta principalmente por uma divisão maior do trabalho, pela introdução mais generalizada de máquinas e o aperfeiçoamento constante delas. Quanto maior é o grande exército dos operários entre os quais se divide o trabalho, e quanto mais a maquinaria é introduzida em escala gigantesca, tanto mais diminui proporcionalmente os custos da produção e tanto mais o capital se torna rendoso. Daí uma disputa geral entre os capitalistas para aumentar a divisão do trabalho e as máquinas e para utilizar todos os dois na mais ampla escala possível (MARX, s.d.a: 77).

Nessa disputa contínua entram novos e velhos capitalistas que se rivalizam entre si, utilizando-se das mesmas armas (introdução das mesmas máquinas e da mesma divisão do trabalho, numa mesma – ou maior ainda – escala). Este fato leva os meios de produção (terra, máquinas, matérias-primas, instalações industriais, etc.) a uma contínua transformação, numa lógica em que

a divisão do trabalho acarreta necessariamente uma divisão do trabalho maior, o emprego de máquinas, um maior emprego de máquinas, o trabalho em grande escala, um trabalho em maior escala. Essa é a lei que lança constantemente a produção burguesa para fora de sua antiga via. (...) Por conseguinte, enquanto a concorrência o persegue constantemente com sua lei do custo de produção, enquanto se volta contra si cada arma que ele forja contra seus rivais, o capitalista procura constantemente vencer a concorrência, introduzindo sem cessar novas máquinas e métodos novos de divisão do trabalho, mais custosos, sem dúvida, mas que produzem mais barato, sem esperar que a concorrência torne obsoleta a nova maquinaria” (MARX, s.d.a.:78-79).

Esse procedimento se finda sempre com a ruína de inúmeros capitalistas menores que se dirigem para os ramos da produção que ainda não foram dominados – ou o foram apenas parcialmente – pela grande indústria. Outros, numerosos, cedem ao processo de centralização, tendo suas empresas absorvidas pelas concorrentes que tiveram melhor sorte. Paralelamente,

²⁰ No procedimento da concorrência, vence quem consegue vender mais barato suas mercadorias. Por sua vez, para que se atinja um barateamento destas, é necessário que a sua produção se faça de modo também menos custoso (o que se obtém melhorando a técnica ou aviltando os salários), de forma que seja extraído o maior rendimento possível do trabalho empregado na sua confecção. Por sua vez, para que este obtenha um melhor rendimento, necessita de uma escala de produção que aumenta, cada vez mais, o volume mínimo de capital individual necessário para se explorar uma atividade em condições normais, estabelecendo uma perversa lógica onde os capitais maiores devoram os menores. Acerca, ver Marx (1984:196). Nesse sentido, as empresas maiores e melhor equipadas têm vantagens sobre as menores e menos equipadas.

ao alastrar-se a acumulação primitiva, seguida pelo processo de concentração, desenvolve-se também, *pari passu*, os dois principais pilares da centralização de capitais: a concorrência e o crédito. Este último, fruto do processo de entesouramento propiciado pelo acúmulo oriundo da repetição dos ciclos, que permite uma acumulação em volume considerável de capital que não retorna ao processo produtivo, mas que mantém a sua forma monetária, ou seja, potencial. Isso porque todo capitalista precisa compor um capital de reserva para os efeitos de conjunturas desfavoráveis, assim como para a incorporação de tecnologia²¹ e/ou ampliação de seus negócios.

Nesse ínterim, tal entesouramento é feito nas instituições bancárias que se tornam aglutinadoras desse capital, dando ao sistema de crédito²² a característica de mais famigerado aparelho de centralização de capitais. Assim, os capitais que se dispersaram na concorrência são aglutinados sob uma ação socializante sobre as forças produtivas nos parâmetros concentradores do sistema capitalista através de um moderno aparelho de crédito e das Sociedades Anônimas (associações de capital típicas do capitalismo monopolista), que Marx denominou de *moderna bancocracia*. Nesse movimento, potencializado pela dívida pública²³, paralelamente acumulam-se capitais individuais que, fundidos, viabilizam o empreendimento de grandes complexos financeiro-industriais²⁴ cuja existência pressupõe uma forte concentração.

Ao surgir o capital financeiro (definido, posteriormente, por Hilferding como fruto da fusão entre o capital bancário²⁵ e o industrial) no campo da batalha concorrencial, este foi convertido num importante mecanismo social de centralização, pela peculiar capacidade de dupla via de acumulação: por apropriação da mais-valia no âmbito da produção – pois se

21 Encetadas na busca por elevação da taxa média de lucro, a introdução de novas tecnologias é uma necessidade premente do processo de acumulação capitalista contra a tendência crescente dos salários. Ao introduzir novas máquinas e técnicas, o capitalista não está buscando amenizar o fardo do trabalho de seus empregados, mas diminuir os custos de sua produção. A consequência direta é a diminuição da procura por mão-de-obra, o que influi no preço da força de trabalho no mercado.

22 A instituição capitalista do crédito já existia na fase da manufatura, só que era relativamente incipiente, o que tornava difícil o movimento do capital-dinheiro. Na fase aqui aventada, o sistema ganhou corpo e forma de modo que passou a elemento essencial do processo de concentração/centralização, o que sugere a definição enquanto “sistema moderno de crédito”, para diferenciá-lo do antigo.

23 O sistema de administração calcado na dívida pública teve início na Idade Média, quando da hegemonia comercial de Veneza e Gênova, em pleno mercantilismo. Originalmente, os banqueiros eram agiotas, especuladores privados que, numa relação de mútuo interesse, colocavam-se ao lado dos governos, intercambiando com estes privilégios em contrapartida aos empréstimos oferecidos. Sob o capitalismo, tornou-se um dos mais enérgicos instrumentos de acumulação primitiva de capitais, tendo dado impulso às sociedades por ações, à agiotagem e a duvidosas operações financeiras.

24 Veja-se, a respeito, Hilferding (1985).

25 Entendido aqui tal qual em Marx (1983b: 9), ou seja, como composto de dinheiro em espécie, ouro ou notas e títulos de valor e depósitos.

encontra também na forma industrial – e por obtenção de juros, na esfera especulativa, já que é também capital bancário.

Uma vez encetados esses dois processos – concentração e centralização – distintos, porém intercalados, ao agir um sobre o outro, levam ao monopólio de capitais nas mãos de uns poucos capitalistas ou de uma associação destes, através da reprodução ampliada²⁶, abrindo possibilidades para o surgimento de um setor industrial monopolizado, caracterizado, grosso modo, por um número pequeno de firmas ou por poucas empresas de tamanho ampliado e sempre crescente. É claro que outros fatores decorrem desse processo, como o aumento da complexidade do mercado, acompanhada por uma baixa tolerância com perspectiva de concorrência; o surgimento de produtos identificados por marcas registradas e estratégias de venda distinguidas por intensa publicidade; criação de todo um aparato de obstáculos legais marcado por lei de patentes, concessões governamentais, etc., que passam a atuar como parceiros das grandes empresas. Trata-se de todo um complexo que atua no sentido de obstar ao extremo qualquer tentativa de nova configuração de mercado, inibindo o surgimento de novos concorrentes, inclusive pelo volume de capital que tal conjunto de prerrogativas exige de quem se aventure a investir no processo produtivo.

Nesse contexto, a pressão sofrida por qualquer empresa de pequeno porte passa a ser sufocante, já que o imperativo do incremento tecnológico (a exigir contínua substituição da maquinaria, total ou parcial) a que é submetida se faz sob pena de ser expulsa do mercado caso não o proceda. Se forem somadas a estas dificuldades as relações estabelecidas entre o mercado de capitais e as empresas de grande capital que funcionam como controladoras da concorrência – o que leva a que apenas as grandes empresas estejam capacitadas de recursos suficientes para financiar a introdução das novas tecnologias – outro resultado não se desfecha senão o daquele cenário descrito por Baran dos “*santuários privilegiados*”.

Essa trajetória projeta a ascensão das grandes empresas a posições de influência social às esferas de poder. Nesse sentido, nos círculos marxistas, Hilferding e Lênin – e fora desses Schumpeter – foram os primeiros a compreender o sentido histórico do capital monopólico enquanto o mais importante aspecto do desenvolvimento do capitalismo, cuja importância se estende ao poder político e econômico que o grande capital passa a exercer, como aventado tanto por Hilferding (1985), quanto Lênin (1986). A concentração de poder econômico transcende sua esfera e opera também numa concentração de poder político, resultando que meras dezenas de grandes capitalistas controlem o destino de todo o planeta.

26 A reprodução ampliada do capital equivale à capitalização da mais-valia anteriormente realizada.

Esse processo é melhor entendido quando se reporta à história. Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou o mercado mundial, unificando-o, acabou por forjar um sistema distinto de custos de produção variáveis e preços unificados no mercado mundial a partir da combinação de relações de produção pré, semi ou capitalistas (MANDEL, 1982). Esse engendramento visou permitir aos países industrialmente desenvolvidos auferir superlucros à custa daqueles nos quais as relações de produção prosseguiram nos padrões da economia natural ou em que as relações capitalistas ainda não haviam se estabelecido ou só se estabeleceram parcialmente. O imperialismo, distante de equilibrar a composição orgânica do capital²⁷ em escala mundial – ou mesmo de equiparar a taxa de lucros²⁸ – intensificou essas diferenças nessa esfera.

A história mostrou que o resultado da mundialização das relações engendradas pelo capital foi a universalização da circulação de mercadorias, o mesmo acontecendo com a produção, mas num ritmo inferior ao do mercado. No nível internacional, o imperialismo foi o motor de uma não-homogeneização da economia capitalista. Vista dessa maneira, a mundialização²⁹ das relações capitalistas revelou-se uma necessidade inexorável de subsistência do sistema. Ou elas se universalizavam ou seu todo iria a pique, já que havia um iminente risco de não se realizar a mais-valia caso tais relações não substituíssem as de outros tipos que campeavam em grandes regiões econômicas.

Ao antever o forçoso trajeto estrutural do modo de produção capitalista, da concorrência ao monopólio, através dos processos de concentração/centralização de capitais, Marx previu os rumos imperialistas inerentes ao sistema. Como bem observou, a intensificação da concorrência foi o primeiro passo para a sua supressão. Ao colocar os capitalistas industriais em condições de ampliar a escala de suas operações, a centralização coroou a obra da acumulação, completando seu movimento dialético ao se transformar em nova alavanca do próprio processo de acumulação (MARX, 1984:197-198). Apesar do fato

27 Em Marx, denominação da medida da relação de valor entre capital constante e variável na soma total do capital usado na produção. Trata-se, em linguagem não-técnica, de uma medida da proporção na qual o trabalho é equipado com materiais, instrumentos e maquinarias no processo produtivo.

28 Diferença entre a mais-valia e os custos totais de capital empregados na sua produção. A taxa de lucros varia inversamente à composição orgânica do capital, sendo a parte da mais-valia social apropriada pelo capital privado. Acerca, ver Mandel (1982:413; 415) e Sweezy (1983:65 e 85-93). Para este último, a taxa de lucro pode ser expressa em termos da taxa de mais-valia.

29 O processo de mundialização é entendido aqui diferentemente do de transnacionalização. O primeiro designa a exportação/importação de mercadorias (em que a principal referência histórica teria sido o colonialismo); o segundo identifica o crescimento da exportação de capitais, acompanhado pelo desenvolvimento da divisão internacional do trabalho (através da deslocação das unidades de produção) e, por fim, sua integração num sistema planetário que interconecta centro e periferia numa relação de forte interdependência. Na transnacionalização, as multinacionais adquirem predominância na citada divisão, integrando as unidades produtivas geográficas segundo seus interesses de produção e distribuição.

de, à sua época, a exportação de capitais ser ainda incipiente, ao inferir acerca desses dois temas importantes – a *Lei da Acumulação Geral Capitalista* e a da Tendência Declinante da Taxa de Lucro – Marx antecipou o que viria a ser os princípios explicativos de maior profundidade da etapa imperialista do capitalismo.

A centralização econômica resultante, cuja historicidade acompanha o desenvolvimento do capital, diz respeito à precípua tendência imperialista do sistema de produção capitalista, tratando-se da transferência de capitais já existentes. Designação dada à reprodução em escala ampliada, através da aglutinação de grandes quantidades de capitais nas mãos de um capitalista individual ou de uma sociedade deles, a centralização se distingue do processo de concentração por tratar-se da apropriação de capitais já constituídos por seus próprios pares que, por motivos diversos, são eliminados através de um processo concorrencial pautado na absorção das pequenas empresas pelas grandes. Ela não depende de um aumento efetivo do capital social – como depende a primeira (MARX, 1984:197), mudando assim a disposição quantitativa das partes componentes do capital, complementando a acumulação. Por sua característica, ela agrava o processo de concentração ao agir inversamente a esta quando desenvolve a acumulação do capital em larga escala em nível individual, através de apropriação (por concorrência, aquisição, cartelização, fusão ou guerra), substituindo, definitivamente, o capitalismo dito concorrencial pelo monopólico. Em suma, trata-se de uma autêntica rapina (pelos instrumentos que utiliza para expropriar seus próprios pares) nos moldes capitalistas, através de mecanismos tais que consentem a aglutinação de capitais dispersos, atomizados, na formação de uns poucos grandes e centralizados.

Quando iniciada a centralização, os grandes capitais instituídos aí continuam a reproduzir-se, mas numa maior velocidade, dando continuidade à sua saga de agente da acumulação social. Esquemáticamente, pode-se afirmar que o movimento de capital – acionado pelo mecanismo de acumulação – dispara seu processo de concentração – fator gerador da centralização – possibilitado pela lógica intrínseca da concorrência que privilegia o grande capital em detrimento do pequeno. Esta lógica, uma vez atingindo certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio dos meios de produção. Considerada essa febril disputa em escala mundial – o que é aqui o objeto central da discussão – a reprodução da acumulação obriga os capitalistas a dar continuidade a esse ciclo vicioso, em escala cada vez mais ampliada, que leva a uma maior concentração e centralização do capital. A culminância desse movimento é uma restrição cada vez maior do número de concorrentes, sem que a concorrência – motor da reprodução capitalista – seja inteiramente eliminada.

Esse sistemático e repetitivo processo, ao passo que dá fôlego e aponta saídas para as suas agudas contradições – ao mesmo tempo em que elimina rivais de confraria, concentra e centraliza capitais – também é a vidraça que sempre se quebra deixando o sistema susceptível às crises, que se tornam cada vez mais frequentes à medida em que a massa de produtos cresce, gerando uma necessidade de mercados mais amplos. A consequência direta de tal dinâmica é uma retração cada vez maior do mercado mundial, pois, a cada crise, um número considerável de capitalistas menores é eliminado da concorrência, tendo, os sobreviventes, que buscar, para a reprodução da acumulação capitalista, mais mercados ainda inconquistados ou apenas superficialmente explorados. Aí é levada a cabo a expropriação dos capitalistas contra os próprios capitalistas agora em nível externo e em escala cada vez mais ampliada, processo através do qual as economias mais débeis vão, forçosamente, cedendo lugar às mais pujantes.

Apresendo, marxianamente, os processos de acumulação/concentração/centralização enquanto partes constitutivas do mesmo sistema – estágios que se entrelaçam num mesmo processo de acumulação em nível planetário cuja maturidade foi atingida com o surgimento do capital financeiro e a consequente expansão das relações capitalistas rumo a uma mundialização efetiva, no último quartel do século XIX³⁰ – compreende-se que o imperialismo origina-se, simbiótica e dialeticamente, na gênese³¹ e desenvolvimento do sistema. Tal processo culmina numa centralização cada vez mais contundente de capitais, quando o industrialismo e a financeirização da economia alavancam e impulsionam o capitalismo. Foi a partir do imperialismo que a exportação de capitais dos países centrais substituiu o processo de acumulação primitiva, vinculando a periferia às perspectivas de acumulação do imperial-capitalismo³².

30 Processo esse eivado por fortes tendências – previstas por Marx e observadas por Hobson, Hilferding, Lênin e Rosa Luxemburg – à estagnação, às crises e, no meio delas, aos conflitos imperialistas.

31 Referência à via mercantil – ambiente de acumulação de capital a partir da circulação de mercadorias (e, portanto, também do capital-dinheiro), precedente do capitalismo, quando o movimento comercial determinava a internacionalização das relações econômicas. Nesta fase, foi o mercantilismo que respondeu pelo desenvolvimento do que viria a ser chamado de mercado mundial, realizando a mais-valia da produção capitalista para além do espaço nacional. Este processo, paralelamente, contribuiu para o enrijecimento das relações pré-capitalistas na periferia. Interessante abordagem dessa possibilidade se encontra em Ferro (1996).

32 Posição crítica acerca da exportação de capitais na fase imperialista tal qual concebida pelos teóricos marxistas, encontra-se em Hinkelammert (1989).

Sem sombra de dúvidas, a concepção marxiana de capital enquanto relação social³³ tornou-se o suporte fundamental dos teóricos do imperialismo moderno. Até mesmo Hobson, incorporou tais contribuições em *A evolução do capitalismo moderno*, em sua edição revisada de 1906, quando passou a tipificar o fenômeno imperialista como parte intrínseca do processo de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, a teoria do imperialismo tornou-se uma construção histórica de marxistas que, tendo como base a teoria marxiana, se empenharam, desde o início do século XX até os dias de hoje, na busca de compreensão de seus fundamentos. É esta construção assim caracterizada, fundamentada na lógica da teoria marxiana do desenvolvimento do capitalismo mundial que se tem como pressupostos iniciais do fenômeno que aqui se pretende estudar.

Assim, tornada uma categoria marxista pelas importantes contribuições acerca do caráter do capitalismo de fim do século XIX e pautada nos princípios enfáticos da luta de classes, a origem do conceito de imperialismo se deu no interior de formulações teórico-ideológicas de caráter crítico. Contudo, não consiste uma concepção homogênea fincada nos umbrais do século XIX. Pode-se identificar em seu seio vertentes várias que buscam entender e tipificar o fenômeno desde aqueles idos até os dias de hoje, registrando-se desde concepções de caráter reformista (que idealizavam possibilidades de correção das dimensões das contradições internas do sistema) até a revolucionária (de que tais contradições o levariam à implosão do sistema).

Assim sendo, cabe definir qual o entendimento da categoria analítica *imperialismo* que aqui se pauta. Nesse sentido, ela encontra-se nos marcos do materialismo histórico, e refere-se aos processos de concentração/centralização do capital em escala planetária. Apelando mais uma vez à história, se a polêmica central entre os críticos do capitalismo, socialistas ou liberais, de *fin de siècle*, evidenciou, claramente, que o capitalismo concorrencial houvera sido superado e que uma nova fase sistêmica, caracterizada pelo protecionismo, pela corrida armamentista e pela expansão colonial, indubitavelmente aquele se constituía de um momento histórico de cronológica transição (passagem de século), mas também de consolidação de uma nova fase sistêmica calcada na profunda centralização de capitais, marca do capitalismo europeu daqueles idos. Outros aspectos também envolveriam as polêmicas de então, tais como a crise (marcada pelas controvérsias entre seu caráter ‘superprodutivo’ ou

33 Para Marx, o capital não é – como é para os liberais – o conjunto daquilo que se denomina patrimônio (no sentido de coisas), mas também uma relação social (entre capital e trabalho), enquanto formulação oposta à compreensão corrente de produção como mera combinação de insumos que resulta em produto e exclui do processo a relação entre pessoas que, através do trabalho, fundam um tipo específico de sociedade.

subconsumista) do capitalismo sob o predomínio dos grandes monopólios e a emergência de acirradas lutas de classes entre os anos 1905-12. No entanto, era só o começo de toda uma trajetória que caracterizaria o desenvolvimento do capitalismo, em sua vocação planetária, e sua sede de transformação de todas as relações sociais à sua imagem e semelhança, mesmo que para isso fosse preciso destruir seus próprios rivais-semelhantes. Enquanto tendência globalizante, a modernidade capitalista não poderia deixar de fora desse universo todas as esferas socioeconômicas e geográficas do sistema. Sob diferentes prismas, formas, volume e intensidade, as relações capital-imperialistas resistiram, chegando ao alvorecer do novo milênio, sobrevivendo aos milenarismos de diversos matizes: acadêmicos, políticos, ideológicos...

Nesse contexto, o resgate da trajetória teórico-política do fenômeno imperialista, assim como o entendimento do atual contexto internacional exige daquele que se propõe a entendê-lo, necessariamente (mas não só), uma revisita ao viés da polêmica que marcou o início do século XX, opondo reforma e revolução, enquanto vertentes de interpretação crítica do imperialismo. Este entendimento fez com que se levasse a cabo um retrospecto histórico desde a formulação do conceito central em que se fundamenta a tese a partir das contribuições de pensadores de diversos ramos do conhecimento que abordaram o fenômeno imperialista desde o final do século XIX até a atualidade, inaugurando e expandindo as bases da teoria do imperialismo. Esta trajetória implicou abordar as contribuições inestimáveis de reflexões pensadas desde Hobson até Antônio Negri/Michael Hardt e os autores de sua crítica. Na busca de uma aproximação do objeto em perspectiva, instou-se a abertura de diálogos com vertentes marxistas, não-marxistas e até mesmo antimarxistas, oriundas de diferentes matizes teóricas, submetendo-as ao criticismo do real, envolvendo uma pluralidade de constatações acerca do tema. A elas, então.

Primeira Geração

A chegada do capitalismo dera ao velho e conhecido da humanidade, o imperialismo, novos aspectos. Se, em 1800, havia 4/5 de território fora do domínio (BARNES, 1955:767) branco, cristão, mercantilista ocidental a ser “civilizado”, menos de um século depois, na década de 1870, a Grã-Bretanha dominava um império que atingia quase a totalidade da Oceania (95%), mais da metade da Ásia (56%) e, já em 1905, controlava as riquezas

produzidas por uma população quase dez vezes maior que a sua própria³⁴. Esse imperialismo moderno, por suas características intrínsecas, trazia, realmente, grandes novidades, marcadas por um distanciamento das práticas competitivas do *laissez faire* e pela aproximação da competitividade industrial capitalista entre as grandes nações, sob o signo do capital financeiro e das grandes corporações³⁵.

Surgido na Inglaterra por volta dos anos 70 do século XIX, o vocábulo *imperialismo* só passou a constar do vocabulário político e jornalístico europeu nos anos 90 daquele século (Hobsbawm, 1988:92), sendo amplamente utilizado para glorificar o expansionismo britânico do período. Diz Winks que, entre os anos 1880 e 1890, os liberais Joseph Chamberlain (1836-1914) e Archibald Philip Primula (1847-1929), o 5º Conde de Rosebary, se orgulhavam de se chamarem imperialistas (1972:263). Tanto conservadores quanto liberais concordavam na justiça e na necessidade que tinha a sociedade britânica em relação ao imperialismo, dando a sua cota de contribuição ‘civilizacional’ ao mundo que desconhecia os benefícios de uma sociedade ordenada naquela racionalidade. Nesse sentido, a versão *rhodesiana* de *imperialismo social*³⁶ é bastante eloquente. Em sua concepção, era preferível agredir um *país atrasado* a ter que enfrentar uma guerra civil no seio do próprio império. Dizia Rhodes:

Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão! pão!, e, ao refletir, de regresso à casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais que nunca, da importância do imperialismo... A idéia que acalento representa a solução do problema social: para salvar o problema de 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis (sic) evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas (apud LÊNIN, 1986:634).

Para Rhodes, o imperialismo consistia numa imposição social. Contudo, a história mostraria que, se a lógica rodhesiana respondia aos imperativos ‘*estomacais*’ do nascente capitalismo

34 Dados de 1903, extraídos de Hobson (1981:38). Hobson atribuiu ao império britânico uma área de 9.631.100 milhas quadradas e uma população de 360.646.000 pessoas. Segundo Maddison (2001:98), por volta de 1921, o Império Britânico conservava seu domínio sobre uma população em torno de 458 milhões de pessoas, aproximadamente um quarto da população mundial, cobrindo uma área em torno de 36.6 milhões de km² (14.2 milhões de milhas quadradas).

35 Em 1901, surgia a United States Steel, a primeira grande (porque avaliada em bilhões de dólares) corporação.

36 Referência à retórica de Cecil Rhodes, grande banqueiro e imperialista britânico, dirigente da Companhia Britânica da África do Sul, que afirmava, em 1895, ter o imperialismo uma contundente função social, cujos aspectos fundamentais eram os benefícios econômicos que uma política externa baseada no imperialismo poderia trazer para as massas internas descontentes. Discurso indicativo da perspectiva de Rhodes encontra-se em Lênin (1986:634-635).

reinunidade, não satisfazia às mesmas necessidades das pequenas economias colonizadas. No entanto, este não era um problema real que merecia atenção, pois a política internacional das nações onde o capitalismo se desenvolvia não se propunha a isso.

Mas, se por um lado Rhodes se equivocava quanto às causas da fome dos desempregados britânicos sob o capitalismo, assim como ao atribuir a necessidade da guerra a motivos populacionais – o que pode ser compreendido pela conjuntura em que viveu³⁷ – acertava no que se referia ao pano de fundo do imperativo capitalista: a ação imperialista era uma necessária atividade concentradora de capitais no processo de acumulação sistêmico, por representar a abertura de mercados como fator antidepressivo industrial e atenuador dos efeitos das crises econômicas. Apesar da distância temporal entre o discurso de Rhodes e o quadro da véspera do primeiro grande conflito interimperialista, continuidades resistiram, atravessando as fronteiras entre os séculos XIX e XX, no que diz respeito à colonização como regime reprodutivo da acumulação capitalista em nível mundial. A tabela a seguir, tomada de empréstimo de Barnes (1955:772), mostra um quadro das principais nações imperialistas existentes às vésperas da I Guerra Mundial.

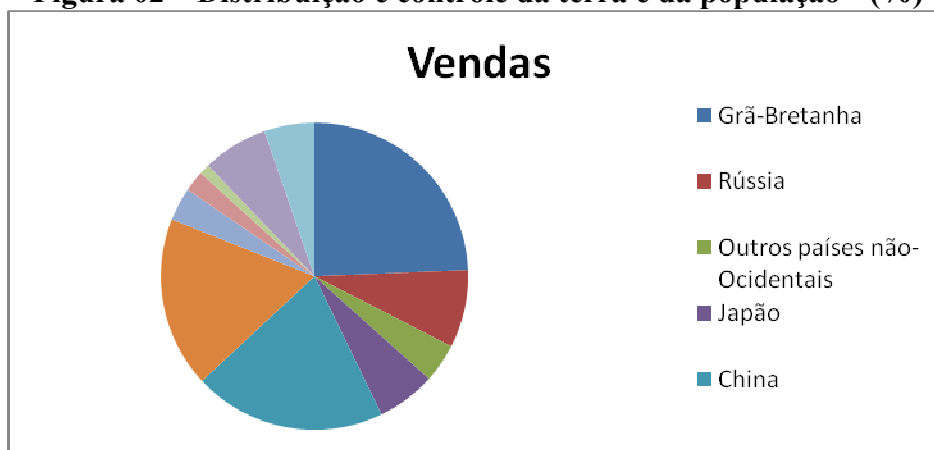
Figura 01: Impérios coloniais do mundo em 1914

Países com colônias ou territórios não contíguos	Número de colônias	Área (milhas quadradas)		População	
		Metrópole	Colônia e outros territórios não contíguos	Metrópole	Colônia e outros territórios não contíguos
Reino Unido	55	120.953	12.043.806	46.052.741	391.582.528
França	29	207.076	4.110.409	39.602.258	62.350.000
Alemanha	10	208.830	1.230.989	64.925.993	13.074.950
Bélgica	1	11.373	910.000	7.571.387	15.000.000
Portugal	8	35.500	804.440	5.960.056	9.680.000
Holanda	8	12.761	762.863	6.102.399	37.410.000
Itália	4	110.623	591.250	35.238.997	1.396.176
Estados Unidos	6	3.026.789	125.610	98.781.324	10.020.982

³⁷ Predominância da doutrina clássica da população, com destaque para as ideias de Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista e demógrafo britânico que preconizava um crescimento populacional que crescia em progressão geométrica enquanto os meios de sua subsistência o faziam em progressão aritmética. Suas obras exerceram influência em vários campos do pensamento de então.

O gráfico a seguir mostra uma ‘divisão do bolo colonial’ mais equitativa que a de antes da I Guerra Mundial, mas ainda discrepante, apontando para um forte crescimento do domínio planetário das principais potências.

Figura 02 – Distribuição e controle da terra e da população³⁸ (%)



No contexto *rhodesiano*, as concepções que se tinha do fenômeno partiam de preceitos sociológicos muitas vezes questionáveis, além de pautar-se em pressupostos mais empíricos que científicos, envolvendo desde atribuições a questões políticas, militares, morais. Assim, a prática imperialista buscava justificação, principalmente, numa suposta contribuição na melhoria das condições das ‘*raças inferiores*’, como uma responsabilidade do homem branco (Inglaterra); na empresa civilizadora inglesa que levou à fundação das 13 colônias, até a doutrina do Destino Manifesto³⁹ (Inglaterra, França e EUA). No futuro, buscaria legitimar-se ao conjugar o impulso imperialista à expansão da democracia, à contenção do comunismo, ao combate ao narcotráfico e ao terrorismo, à eliminação de armas de destruição em massa, ou como sua última versão da “*guerra preventiva*” (EUA), entre outras⁴⁰.

Quando, no último quartel do século XIX, a sociedade ocidental presenciara uma reestruturação capitalista provocada por uma crise sistêmica de grandes proporções, o termo *imperialismo* ainda não havia sido sistematizado e consubstanciado no conceito que viria a ser, calcado de preceitos econômicos. Foi sob os olhares dos formuladores da escola

38 Gráfico dos anos 1930, tomado de Barnes (1955:773). Em percentuais exatos: Grã-Bretanha (24,4); Rússia (8,2; Outros países não-Ocidentais (4,1); Japão (6,2); China (20,3); Outros países Ocidentais (18); Holanda (3,5); Itália (2,2); Bélgica (1,1); EUA (6,9); e França (5,3).

39 Doutrina surgida em meados do século XIX, nos EUA, concebia que seus cidadãos estavam fadados a levar a *civilização* ao continente, por ordem da Providência. Posteriormente, seu projeto expansionista se estendeu ao mundo. Este sentimento continua presente em pleno século XXI em obras como a de Nye (2002).

40 Acerca, ver o Prefácio da obra de Lens (2006), de autoria de Howard Zinn. Sobre a Guerra Preventiva, ver o subitem “*Da invenção do terrorismo à “guerra preventiva”*”, neste trabalho.

neomarxista de início do século XX (destaque para Otto Bauer (1882-1938), Hilferding (1877-1941), Lênin (1870-1924), Rosa Luxemburg (1871-1919), Kautsky (1854-1938) e Bukhárin (1888-1938)), que a busca teórica por compreensão das relações internacionais caracterizadoras daqueles tempos vislumbrou novos horizontes. O fruto desses olhares traduziu-se num modelo teórico cujos traços mais gerais apontaram o imperialismo como produto da necessidade das economias centrais do capitalismo em absorver sua produção no âmbito interno sem sofrer uma pressão decrescente em sua taxa de lucros. Segundo esse modelo, essa ferrenha busca por espaços gerou atritos entre as nações centrais que culminaram em contendas interimperialistas envolvendo quase todo o planeta.

No entanto, quando se reporta às novidades desse “*novo imperialismo*”, as diferenças encontradas entre as práticas imperialistas inglesas, por exemplo, da Índia (século XIX), ou mesmo da Argélia, pela França, quando a ocupação direta era a forma de domínio por excelência, vê-se que, essencialmente, o imperialismo não sofrera modificações que provocassem a sua negação.

Isso para dizer que o comando imperial estadunidense, tão ufanizado pela literatura ocidental como um moderno modo de dominação (por tomar mão de uma série de mecanismos mais sutis que seus adversários-semelhantes), concatenando meios militares, político-diplomáticos e econômicos – o que lhe permite um maior raio de ação para além da circunscrição territorial – acaba por reproduzir a essência de seus antecessores. Porém, que seja feita a trajetória histórico-analítica do conceito de imperialismo.

A primeira tentativa de abordagem crítica e sistemática do imperialismo, em sua acepção moderna, foi realizada por Hobson, um pensador não-marxista na época em que escreveu sua obra mais importante acerca do imperialismo. Em seu clássico livro publicado em 1902, intitulado *Estudio del imperialismo*, Hobson concebe o monopólio enquanto componente típico da época sobre a qual escrevia, contribuindo, teórica e analiticamente, na compreensão da existência e funcionamento de um dos mais importantes pilares do que entendia, no âmbito da acumulação, concentração e centralização capitalista, como o mais importante fenômeno das relações internacionais de seu tempo.

Hobson: o empedernido idealista⁴¹

“Por custosa e por cheia de perigos que seja, a expansão imperial é necessária para que nossa nação continue existindo e progredindo. Se renunciarmos a ela, deixaremos a direção do desenvolvimento do mundo em mãos de outras nações. (...) O imperialismo resulta, portanto, não uma preferência, senão uma necessidade.”

Loria, apud Hobson (1981:88)

Para Hobson, a motivação fundamental do imperialismo, diferentemente das concepções então em voga, era a econômica, embora não se encerrasse somente nesta esfera. No que concerne a esse aspecto, sua compreensão rompia com toda uma tradição de enfoques acerca do tema. Sendo o principal crítico britânico da Guerra dos Boers, seu posicionamento expressou uma forte crítica ao imperialismo. Em linhas gerais, a leitura hobsoniana tinha origem no debate social-reformista Fabiano⁴² travado no seio do protestantismo inglês que teve no primeiro revisionista do marxismo, Eduard Bernstein (1850-1932), um dos vultos mais destacados. O posicionamento de Hobson fazia parte de uma crítica mais geral do liberalismo econômico que atribuía à economia a responsabilidade da promoção do bem-estar geral da sociedade. Nesse sentido, pregava reformas que, posteriormente, influenciaram o *tradeunionismo* inglês e fundaram as bases da legislação industrial e os seguros sociais referentes. Faziam parte desse grupo economistas como Hobson, Schmoller, Gide, Webb, Hamilton, Douglas, entre outros.⁴³

Para Hobson, os argumentos que buscavam justificar a expansão imperial britânica não se sustentavam se expostos a uma análise sistemática. Assim, a justificativa da ação imperialista enquanto saída para o suposto excesso populacional daquele país não deveria ser aceita por diversos motivos, dentre eles porque não havia estudos científicos que provassem que o número de habitantes crescia mais que os meios de sua subsistência; a emigração não representava um percentual alto da população, tendo diminuído perceptivelmente durante os

41 Referência a John Atkinson Hobson (1858-1940), teórico político, um dos líderes do chamado Novo Liberalismo ou Liberalismo Social inglês da segunda metade do século XIX. Hobson extrapolou a concepção liberal-reformista puramente individualista e esforçou-se numa perspectiva mais social. Durante a Primeira Guerra Mundial, Hobson era um pacifista e reformista declarado, defendendo e propagando a ideia de criação de uma sociedade de nações. Diz uma nota do tradutor de *Estudio del imperialismo*, Jesús Fomperosa (HOBSON, 1981:16) que, quando morreu Hobson, em 1/4/1940, na sua nota necrológica o *The Times* dizia-se dele que tinha sido, até o final, um empedernido idealista.

42 Tratava-se de uma corrente herdeira do socialismo utópico de Robert Owen, na Grã-Bretanha de fins do século XIX. A Sociedade Fabiana (nome dado em referência ao general romano Fabiano Máximo, por Sidney e Beatrice Webb), fundada na Inglaterra em 1884, era uma associação que propagava ideias esquerdistas que, diferentemente das concepções marxistas, esperava alcançar seus ideais através de meios graduais, reformistas. Acabaria se destacando na política inglesa do século XX, gerando em seu seio o Partido Trabalhista inglês, o *Labour Party*.

43 Acerca, ver Barnes (1955:491).

anos de expansão econômica; e, por último, porque, “como criador de emprego, o novo imperialismo é um fator insignificante” (1981:58), não se tratando de uma atividade lucrativa para a economia inglesa.

Mas, se o *novo imperialismo* era, como dizia Hobson, um mau negócio para o conjunto da Inglaterra, por que esta levava a cabo *tão pesado e custoso fardo*⁴⁴? Por que arcaria com um investimento que tinha chegado a uma circunstância tal que “o esforço pela expansão começa a ajustar-se à lei dos rendimentos decrescentes: produz cada vez menores e mais precários aumentos do comércio, ao passo que exige cada vez maiores recursos financeiros e intelectuais” (HOBSON, 1981:65)?

Sua resposta apontava para interesses econômicos de determinados “grupos privados que usurpam o controle dos recursos nacionais e os utilizam para seu benefício pessoal” (Idem). Esses grupos a que se referia, eram os industriais (do ramo bélico), comerciantes, exportadores, detentores do capital financeiro (especuladores de Bolsa, investidores, etc.), profissionais (diplomatas, pessoal da marinha, do exército e da aeronáutica), denominados por ele de *parasitas econômicos do imperialismo*, que se beneficiavam dos

enormes gastos de armamento, as custosas guerras, os graves riscos e as situações embaraçosas da política exterior, os impedimentos e freios às reformas sociais e políticas dentro da Grã Bretanha, ainda que hajam sido tão danosos para a nação, tem resultado muito proveitosos para os interesses econômicos de certos grupos industriais e profissionais (Ibidem).

Ao referir-se às grandes corporações capitalistas como *parasitas*, dizia que elas se beneficiavam da expansão imperial britânica para exportar o excedente de capital poupado que não podia mais ser investido lucrativamente no próprio país, onde o consumo não mais atendia à capacidade produtiva atingida pelas indústrias com os incrementos técnicos empregados. Sua percepção já dava conta de que havia uma incompatibilidade entre a produção e o consumo na sociedade britânica de então, entendendo que não havia demanda

44 Hobson questionava, no início do século XX, o que teria induzido seu país a *embarcar num negócio tão ruinoso* (1981:65). Esta era, na realidade, uma compreensão corrente do imperialismo, que buscava ratificar a retórica do apelo *civilizacional* como mote da expansão externa, como atesta a citação de Lênin (1986:634), acerca do artigo de Max Beer (publicado em *Die Neue Zeit*, XVI, I, 1898, S. 302), sobre o imperialismo inglês de então. Ele registra a declaração de um estadista adepto do imperialismo – Disraeli – que afirmava serem as colônias *uma mó que os ingleses traziam atada ao pescoço*. Outro exemplo plausível foi a publicação de um poema de Rudyard Kipling, em 1889, referindo-se ao domínio estadunidense das Filipinas, intitulado “*The white man’s burden: The United States and the Philippine Islands*”. A publicação coincidia com o período de luta de resistência filipina contra os EUA. À época, foi recebida pela burguesia daquele país como um hino ao imperialismo estadunidense. Ver Kipling, Rudyard. *The White Man’s Burden: The United States and the Philippine Islands*. Disponível em <http://historymatters.gmu.edu/d/5478/>. Acessado em 10/09/2008.

que garantisse a realização do excedente de sua produção de forma rentável, evidenciando-se, assim, uma crise de “subconsumo”⁴⁵, ou crise de “superprodução”⁴⁶. Assim, Hobson atribuía à ação imperialista a necessidade prática de realização dos lucros que não podiam ser conseguidos no interior da sua sociedade por motivo de uma incompatibilidade entre produção e consumo. Tal insuficiência de demanda foi definida como subconsumo. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Nessa perspectiva, o *novo* imperialismo, na compreensão hobsoniana, era uma saída equivocada da condição subconsumista em que se encontrava a Grã-Bretanha, pelo simples fato de que o problema do subconsumo exigia uma solução economicamente racional e não a adoção de uma política cujos rendimentos não compensavam os custos. Para ele, a solução para o problema apresentado seria a implementação de reformas sociais capazes de melhor distribuir as riquezas, contornando, deste modo, o modelo de acumulação adotado por seu país, a concentrar capitais em poucas mãos, o que resultava, conseqüentemente, num incremento pautado na má distribuição de rendas que fazia com que as massas se vissem incapazes de consumir no mesmo ritmo em que a sociedade produzia, levando a indústria a diminuir a produção, o que, por sua vez, acarretava em desemprego, estancamento e depressão econômica.

Esta ingênua ilusão – a história assim o mostraria – de uma solução da crise capitalista britânica baseada no aumento dos salários reais no intuito de ampliar o mercado interno, cujo preço cobrado à burguesia industrial seria a desaceleração do processo de acumulação de capitais, não seria refletida pelas classes dominantes de sua Grã-Bretanha de então. Lá, o

45 Os precursores deste teorema foram Simonde de Sismondi (1773-1842) e Johann Karl Rodbertus-Jagetzow (1805-1875). Preconizavam que as economias capitalistas mais desenvolvidas consumiam menos do que produziam, conseqüência do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, que não recebiam o suficiente para comprar tudo o que era produzido, problema que poderia ser revertido através da distribuição da renda. O subconsumo se apresentou como a possível causa do problema da realização. Posteriormente, autores como Hobson, Michael Tugan-Baranovsky, Lênin, Rosa Luxemburg, Bukhárin e Otto Bauer reforçaram esse esquema ao fazer sua leitura como instrumento básico para explicar a crise capitalista. O eixo central do subconsumo gira num sentido unidirecional do fluxo produtivo: da produção para o consumo. Nesse sentido, ao defender a tese de que são os interesses específicos das elites econômicas que levam ao imperialismo e que a distribuição desproporcional da riqueza é o fator que leva, por um lado, ao excesso de poupança no âmbito das classes mais abastadas e, por outro, ao subconsumo das camadas mais pobres Hobson não estava sozinho. Acerca, ver Hobson (1983), Luxemburg (1984), Bukhárin (1984), Baran (1984), Mandel (1982) e Bottomore (1988).

46 O outro lado da crise de subconsumo. Trata-se de interrupções periódicas do processo de reprodução ampliada, ocasionadas por uma queda da taxa de lucro, fator que determina uma baixa nos investimentos e no nível de emprego. As crises de superprodução são uma fase necessária no padrão normal da produção capitalista, que passa sucessivamente por ascensão, *boom*, superaquecimento, crise e depressão industriais (MANDEL, 1982:412).

excedente da produção continuaria a ser encaminhado, pelos trustes industrial-financeiros, para espaços econômicos ainda não ocupados ou que o eram de forma incipiente, onde os capitais eram escassos, a terra não tinha preço, matérias-primas, mão-de-obra e alimentos⁴⁷ eram encontrados em abundância – o que os tornavam baratos – e onde o mercado encontrava-se sob baixa ou nenhuma competição e cuja segurança o Estado Nacional metropolitano garantisse. Todos estes elementos eram ingredientes que a burguesia industrial requeria como antídoto de superação da tendência advinda daquela composição orgânica do capital que comprimia a taxa de lucros. Meio século depois, Magdoff indagaria Hobson:

Se todas as classes houvessem tido acesso à terra, teria havido uma classe trabalhadora suficientemente grande para movimentar as fábricas introduzidas pela revolução industrial? E teriam os capitalistas feito investimentos especulativos nas novas indústrias, em vez de os fazer (sic.) no comércio ou na terra, se não tivesse havido oportunidades de lucros enormes nas manufaturas? Além disso, de onde teria vindo a acumulação original do capital empregado na indústria, senão da extração da riqueza das colônias, da pirataria e do tráfico de escravos (...)? Finalmente, de onde teria vindo o crescimento e a reprodução do capital necessário aos investimentos senão de lucros suficientemente grandes, provindos das operações da empresa?(...) O mecanismo de uma economia de mercado (...) leva a uma movimentação compulsiva e expansionista do capital (1978:19-20).

Num hipotético diálogo, se partisse de sua realidade, Hobson não conseguiria responder, pois sua teoria não o permitia enxergar com tamanha profundidade. No entanto, conseguia ver a concentração da produção nas mãos de grandes empresas cuja pujança demarcava o ritmo mundial da acumulação, dominando ramos industriais inteiros. Via que, através de relações estabelecidas com o poder instituído, as companhias exigiam do Estado medidas de segurança no exterior para as suas inversões, sendo estas o fator mais importante do imperialismo. Dizia que

todas as nações industrialmente desenvolvidas têm tratado de colocar uma grande parte de seu capital fora dos limites de sua própria área política, em países estrangeiros ou em colônias, e de perceber uma renda cada vez mais alta dessa inversão. Os inversores que têm colocado seu dinheiro no estrangeiro servem-se dos recursos de seu governo para minimizar seus riscos e aumentar assim o valor do capital... Os círculos inversores têm estimulado a colonização para ampliar as zonas disponíveis para as suas

47 Os alimentos são elementos definidores dos custos da mão-de-obra, pois entram na conta de sua reprodução. Quando os camponeses dos países industrializados foram, sistematicamente ‘empurrados’ para os centros urbano-industriais, os alimentos passaram a escassear, encarecendo a mão-de-obra utilizada na indústria. O imperialismo garantia também este alimento nos padrões requeridos pela indústria nascente.

*lucrativas inversões e especulações. (...)... as classes sociais que desfrutam desses recursos têm cobrado do Estado (e forças armadas inclusas) a ampliação do campo de suas **inversões privadas** para defender e melhor o que agora têm. Isto é também aplicado em qualquer dos países imperialistas de então, que têm colocado grandes excedentes de poupança nas mãos da plutocracia ou das frugais classes médias... Políticas que as classes inversoras têm de utilizar a máquina do Estado para seus fins econômicos privados (1981:69-73).*

Ratificando o processo constatado por Hobson no início do século XX, em relação à Inglaterra, a tabela abaixo mostra a evolução e incremento das inversões estadunidenses no exterior, nos anos 1914 e 1932.

Figura 03: Inversões externas estadunidenses entre os anos 1914-1932 (em milhões de dólares)⁴⁸

Região	1914	1932
Europa	350	5.765
Canadá	750	4.601
América do Sul	100	3.079
América Central	1.200	3.015
Australásia	175	1.012
Miscelânea	50	495
Totais	2.625	17.967

Hobson percebera, no interior desse processo, que a dívida pública contraída pelo Estado com o fito da inversão nas colônias britânicas e nos protetorados da Grã-Bretanha representava, em sua maior parte, empréstimos para aplicação em infraestrutura (linhas de locomotiva, portos, estradas, armas, instalação de fábricas, desenvolvimento da indústria mineira e outros), servindo de fomento imperialista para os proprietários do grande capital. Por extensão, apreendia daí que as instituições estatais – destaque para as forças armadas – eram, por convicção e por conveniência, imperialistas, inclusive porque tudo o que dizia respeito à ampliação do exército, da marinha ou da aeronáutica supunha o fortalecimento do poder político das grandes corporações. Dizia que as “forças armadas são, assim, imperialistas por convicção e por conveniência profissional. Tudo o que leva a ampliar estas instituições, supõe o fortalecimento do poder político que exercem esses corpos” (1981:69).

Assim, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a concepção de imperialismo enquanto atividade necessária à economia capitalista não se constitui num discurso meramente vazio. Ela constitui-se de um artifício ideológico utilizado por seus adeptos, que partem de uma razão concreta inerente ao próprio sistema, como foi dito antes.

48 Barnes (1955:777).

Alocações como a da epígrafe supra constavam, convenientemente, de um conjunto de mecanismos que atuavam/atuam no seio do imperialismo, em todos os setores da sociedade, agindo, sistematicamente, no sentido de amalgamar uma inter-relação em todas as esferas sociais no sentido de co-optação. Hobson, àquela época já o constataria. Afirmava ele que o imperialismo atuava sub-repticiamente em todos os setores sociais construindo sua teia de dominação, atingindo suas microcélulas. Ao ressaltar o exemplo do reino britânico de fim/início de século, dizia que

toda expansão do império aparece ante estes grupos sociais como um aumento das oportunidades para que seus filhos façam carreira como pecuaristas, donos de plantações, engenheiros ou missionários. (...) Oferece uma espécie de alívio para todas as profissões liberais, militares e civis, para o exército, a diplomacia, a igreja, a advocacia, o ensino e a engenharia, com o que se resolve a saturação do mercado nacional. (...) Todos estes móveis, primeiramente econômicos, sem deixar de ter certa dimensão sentimental, são particularmente poderosos nos círculos militares, clericais, acadêmicos e dos funcionários do Estado... (1981:69).

Este tema seria tomado também por Lênin (1986), que abordaria o imperialismo como o criador de categorias operárias privilegiadas no seio do seu maior inimigo, com o intuito de cooptá-las e separá-las da sua base: referia-se às aristocracias operário-sindicais que, na história da dominação capitalista, historicamente participaram dos lucros da empresa monopolista. Bukhárin (1986) o retomaria explicando que os capitalistas, ao dispor de lucros diferenciais – resultantes da superioridade produtiva de suas indústrias e da renda dos cartéis – pagavam salários mais elevados aos seus operários, o que resultaria em válvula de escape contra as pressões internas que faziam com que as pequenas vantagens recebidas corrompessem e se tornassem *social-patriotas*, fato que acabou por levar a uma composição heterogênea da classe operária, decompondo-a em camadas com diferentes níveis de consciência.

Apesar de todo o esforço de Hobson – e de suas contribuições – ele não atingia o cerne da questão imperialista. Tendo uma perspectiva democrático-radical – diferentemente do juízo que iria ter Lênin e, por extensão os demais marxistas, com exceção de Kautsky – Hobson via na corrupção, no atraso das massas e na deslealdade dos políticos os móveis do sucesso do imperialismo na periferia do sistema. Por extensão, essa concepção entendia o imperialismo enquanto uma anomalia, certamente superável, do capitalismo em seu processo ‘civilizatório’. Assim, a primeira debilidade da compreensão hobsoniana se esboçava no entendimento de que o imperialismo britânico constituía-se uma mera política de Estado e não de uma

necessidade intrínseca à expansão capitalista não-contornável sob tal condição. Não percebera Hobson que a intervenção estatal garantia a expansão e a remuneração do grande capital, justificando o imperialismo como uma *questão de interesse nacional* enquanto os trabalhadores das colônias e o contribuinte britânico arcavam com os custos do procedimento. O Estado era o representante dos interesses do grande capital parasitário, sendo corresponsável no processo de transferência de renda e centralização capitalista, e não uma instituição independente nesse processo.

Apesar de tudo, seus equívocos não tiram o mérito das formulações que construiu. Como teórico que se incumbiu do conceito de monopólio, mesmo não se inscrevendo na tradição marxista, suas formulações subsidiaram autores desse matiz, livre-pensantes, estudiosos e críticos do sistema capitalista, economistas, cientistas sociais e políticos que se interessaram pelo tema apropriando-se de suas análises⁴⁹.

Suas apreciações acerca da categoria *monopólio*, juntamente com as formulações hilferdingianas acerca do capital financeiro, caracterizaram-se como os primeiros passos no sentido de uma formulação conceitual realmente científica do imperialismo moderno. Contudo, mesmo com tais contribuições, imperialismo continuava uma categoria imprecisa nos primeiros anos do século XX, encontrando-se permeado por uma conotação positivista e extremamente vaga no cenário político europeu.

No decorrer do século XX, no entanto, a acepção ganharia consistência conceitual, após ser apropriada por uma série de autores marxistas⁵⁰, que passaram a operá-la como uma categoria de importância fundamental para a análise das mutações do capitalismo no período de transição do século XIX para o XX⁵¹ atribuindo-lhe o *status* de peça teórica extremamente importante na compreensão da economia política contemporânea. Autores marxistas como Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburg, Bukhárin, Kautsky, e até mesmo marginalistas como Keynes (1883-1946), dentre outros, ao envidarem esforços no sentido de compreender o

49 Aliás, não é novidade, na história, a apropriação de termos ou conceitos produzidos no interior de um determinado campo teórico-ideológico por outro. Talvez o exemplo mais importante seja o da apropriação marxiana da teoria do valor-trabalho que, como se sabe, remonta a Adam Smith. Nesse sentido, e com muita propriedade, a influência hobsoniana na construção conceitual do imperialismo está destacada no primeiro parágrafo do prefácio – escrito em abril de 1920 – da obra de maior significado acerca do tema: *O imperialismo fase superior do capitalismo*, de Lênin que, mesmo criticando o caráter pacifista, reformista e burguês da obra de Hobson, elogia seus apontamentos referentes aos principais traços econômicos e políticos específicos do imperialismo, reconhecendo, ali que *Estudio del imperialismo*, é a *obra inglesa mais importante sobre o imperialismo* (LÊNIN, 2005:7), acrescenta-se, *a posteriori*, de então.

50 Marx não desenvolveu uma teoria acerca do imperialismo, mas seus legatários deixaram, baseando-se em sua herança teórica, formulações imprescindíveis enquanto referência interpretativa, até o momento, para se compreender a sociedade capitalista, e que levaram, inevitavelmente, o conceito de imperialismo a ser constituído numa categoria analítica marxista.

51 Acerca, ver Hobsbawm (1988:92).

imperialismo, levaram em conta as contribuições hobsonianas. E todos esses, embora se posicionando de *locus* distintos, muitos tecendo críticas – outros corroborando – aos escritos de Hobson, concordam com o fato de que a sua produção intelectual, com as devidas ressalvas, muito contribuiu para o entendimento do fenômeno imperialista moderno, operando como um conceito de importância fundamental na análise das mutações do capitalismo⁵². Quanto a seus equívocos e acertos, Tavares (1983: XX) é coerente quando afirma que, ao escrever *Estudio del imperialismo*, Hobson estava “escrevendo uma história apaixonada do passado inglês”.

Hilferding⁵³: o imperialismo como política central do capital financeiro

O capital financeiro, na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas.
Hilferding (1985:346)

Quando Hilferding escreveu *O capital financeiro*, a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista já havia se consolidado. Nesse contexto, diferentemente da luta competitiva, onde antes existia uma “concentração de propriedade sem concentração de empresas, sucede agora na indústria uma concentração de empresas sem concentração de propriedades, expressão patente de que, cada vez mais, a função da propriedade é desligada da função da produção” (HILFERDING, 1985:191-195). Onde havia uma concentração de propriedade, nesse novo ciclo a situação fora invertida, e a mediação desse processo significou para o banco, primeiro, uma maior segurança para o investimento de seu capital, e, segundo, a

possibilidade de transações rendosas, troca de ações, nova emissão de ações e operações semelhantes. (...) O banco se apropria de uma parte desse lucro aumentado e a capitaliza. Assim, o banco tem interesse no processo de associação, não somente como instituição de crédito, mas, sobretudo, como instituição financeira (Idem, 195).

52 Nesse sentido, Stanley Unwin, em *Nota del editor inglés a la edición de 1968*, cita o artigo de G.D.H.Cole, no *The New Statesman*, de 05/07/1958, no qual o autor faz a seguinte consideração: “...a mi manera de ver, lo que suele conocerse con el nombre de revolución keynesiana de la teoría económica y social fue, más bien, una revolución hobbsoniana”. Em carta posterior a Cole, Keynes reconheceria a injustiça que cometera contra Hobson (HOBSON, 1981:21).

53 Austro-marxista, autor de *O capital financeiro* (1910), defendeu as ideias de Kautsky, no Partido Social-Democrata Independente da Alemanha. Lênin, analisando, independentemente sua obra afirma que esta “constitui uma análise teórica extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo” (1986:586).

Única forma de capital não teorizada por Marx – o que não quer dizer que não tenha deixado indicações preciosas sobre o tema – o capital financeiro comporta uma configuração distinta de outras – como as de financiamento e de portador de juros⁵⁴. Os formuladores da economia política que se dedicaram a estudar o fenômeno imperialista, adversamente, partiram das premissas marxianas. Assim também foi formulado o conceito de capital financeiro pelo austro-marxista Rudolf Hilferding, quando lançou, em 1910, *O capital financeiro*. Seus aportes, baseados nas análises de Marx (especialmente no que se refere ao ciclo do capital e a seu tempo de rotação⁵⁵), vieram atualizar a teoria marxista no que respeita a uma análise do crédito, das sociedades anônimas por ações, do aumento da importância e influência dos bancos, dos cartéis e trustes na economia capitalista.

A preocupação que acompanhou este autor na construção da categoria *imperialismo* dizia respeito ao papel dos bancos como uma das principais particularidades do capitalismo de novo tipo (no mesmo sentido em que concebia Hobson em relação aos monopólios). Somente depois de acercar-se às questões do dinheiro e do crédito é que Hilferding passou à abordagem dos principais temas de seu estudo: a concentração e a centralização do capital, cujo desfecho o levou aos grandes conglomerados e suas consequências para a estrutura do capitalismo. Para Hilferding, os traços

mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na “abolição da livre-concorrência”, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata... (1985:27).

Assim, o imperialismo moderno, na concepção hilferdinguiana, constitui-se numa necessária política do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo em sua luta pela concentração/centralização de capitais que são designados a gerar o mais-valor no exterior, estabelecendo o processo de mundialização capitalista. Por meio da exportação de capitais, é possível aos grandes conglomerados superar os entraves que representa o protecionismo sobre a taxa de lucro. Tal processo, como corretamente afirmava Rhodes (Apud LÊNIN, 1986:634-635), inibia o aprofundamento da depauperação proletária nos países centrais e amenizava,

54 Na compreensão marxista, dinheiro que produz um rendimento específico (os juros) sem que seu proprietário assuma qualquer risco inerente ao processo produtivo. Trata-se do fetichismo do capital que se prolonga no fetichismo de sua versão industrial (GORENDER, 1982: XXI).

55 Em Marx, o tempo de rotação do capital é aquele durante o qual o capitalista tem que adiantar seu capital para valorizá-lo e recuperá-lo em sua constituição original. Em outras palavras, é o tempo durante o qual o valor de um capital se reconstitui (1983a: 89-115).

ali, os efeitos das crises. Em síntese, para Hilferding (1985:306), o capital financeiro se expandia mesmo quando a crise se estabelecia, organizando-se através da imposição de uma política fundamentada em três objetivos: criação do maior território econômico possível; afastamento da concorrência estrangeira através do protecionismo; e da conversão do território econômico em área de exploração dos monopólios nacionais. Deste modo, quanto maior

o território econômico e maior o poder estatal, tanto mais privilegiada a posição do capital nacional no mercado internacional. Assim, o capital financeiro torna-se portador da idéia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios. Mas, quanto maiores forem as diferenças que se tornaram históricas no poder estatal, tanto mais diferentes serão as condições da concorrência e mais exasperadas, porque tanto mais auspiciosa será a luta dos grandes territórios econômicos pelo domínio do mercado mundial. Essa luta será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for seu empenho pela monopolização de porções do mercado mundial para o capital nacional; mas, quanto mais avançado o processo de monopolização, tanto mais exasperada a luta pelo resto (Idem, 311).

Hilferding chegara à conclusão de que o surgimento das empresas monopolistas do setor industrial era fruto da concentração e centralização capitalistas que, impulsionadas pela ascensão de um moderno sistema de crédito concentrara nas mãos dos bancos as poupanças de toda a sociedade; que a fusão dos dois capitais (industrial e bancário) foi o resultado da falta de fontes de financiamento das empresas monopolistas em sua necessidade de vultosos investimentos que o mercado impunha no incremento do processo produtivo. Tal necessidade teria conspirado a favor dos bancos quando estes não tinham alternativa lucrativa senão a inversão na indústria. Assim, o surgimento do capital financeiro equivaleria ao impulso no sentido de desenvolvimento de outros monopólios, na medida em que, por imposição destes, o capital bancário controlava a concorrência.

A ação do grande capital, a partir de políticas protecionistas – e ao mesmo tempo expansionistas – impõe à classe trabalhadora um aumento do desemprego⁵⁶, uma alta tributação e elevam-lhe o custo de vida, abre espaço para uma justificação da repressão e militarização da sociedade, dando poder às organizações exploradoras da mão-de-obra. Dizia Hilferding que, quanto mais avança a monopolização,

56 O exército industrial de reserva, parte constitutiva do sistema capitalista, funciona como regulador do nível de salários dos operários, além de colocar à disposição do capital grande massa de mão-de-obra capaz de suprir qualquer brusca expansão industrial sem que concorra para uma valorização da força de trabalho, colocando tais agentes na defensiva quando concorrem contra seus pares.

tanto mais a carga dos lucros extras oprime as demais classes. A carestia ocasionada pelos trustes reduz sua qualidade de vida – e tanto mais quando a tendência crescente dos preços dos gêneros alimentícios também faz subir os víveres de primeira necessidade. (...) [É] precisamente nos períodos da depressão [que] a concentração se dá mais rapidamente. A ameaça de guerra aumenta os armamentos e a pressão fiscal empurra finalmente a classe média para as fileiras do proletariado, que colhe os frutos do enfraquecimento do poder estatal e do embate bélico (1985:345).

Tão importante quanto a obra hobsoniana para a constituição da categoria analítica *imperialismo*, as contribuições de Hilferding também balizariam o pensamento de respeitáveis marxistas como Lênin, Bukhárin e Rosa Luxemburg, entre outros, chegando até aos formuladores contemporâneos. No entanto, diferentemente das de Hobson – que caracterizava as “irracionalidades” do imperialismo como patológicas – as formulações de Hilferding impeliram-no a afirmar que as peculiares “irracionalidades” tipicamente imperialistas eram decorrências de processos sistêmicos de transformação do capitalismo.

Para Hilferding, o capitalismo do início do século XX tinha particularidades antes não contidas em seu processo histórico de constituição. Uma delas dizia respeito ao grau de concentração atingido pela produção industrial de então, que, ao encetar um incremento tecnológico acabou elevando a composição orgânica do capital, alterando a sua proporção constante em detrimento da variável. Concebendo que, tecnicamente, a elevação da composição orgânica do capital supõe a melhoria da mecanização – cujo salto tecnológico implica, por sua vez, a ampliação e aumento da complexidade da maquinaria; e que, dentro do primeiro (capital constante), a parcela de capital fixo cresce mais velozmente que a circulante, tal fato sugere a aplicação de investimentos cada vez maiores para qualquer empresa que queira implantar ou ampliar um determinado ramo da produção. Em outras palavras, esse processo de desdobramento tecnológico reclamado pela expansão e competitividade industriais, ao mesmo tempo e no mesmo ritmo, cria o imperativo de desdobramentos técnicos posteriores que envolvem cada vez mais um maior investimento de capital constante, o que, inevitável e paralelamente, leva à queda na taxa de lucros e ao aumento da dependência da indústria em relação aos bancos.

Para Hilferding (1985:247), a queda das taxas de lucro tem diversas causas. Ela pode se dar pela mudança na composição orgânica do capital que, ao aplicar capitais sobre sua base constante em detrimento da variável estende o tempo de rotação do capital; pela diminuição do capital variável – esfera onde se extrai a mais-valia – em relação ao capital total; pelo aumento de taxas de juros; pela oscilação no custo da mão-de-obra, entre outros motivos, mas

sendo esses os mais importantes. Quando a acumulação se precipita, um número cada vez maior de empregos vai sendo criado e esse emprego vai dando ocupação ao exército industrial de reserva. Quando a oferta de emprego se aproxima da demanda, os salários tendem a subir, pois aumenta o poder de barganha dos trabalhadores, por sua vez, sufocando a taxa de lucros, o que acaba por levar a uma queda na velocidade da acumulação. Nessas condições, o investimento nas inovações tecnológicas passa a ser estrategicamente viável, já que expandem a produtividade e provocam, paralelamente, o desemprego tecnológico, reconstituindo o exército de reserva de mão-de-obra. O efeito colateral do aumento do tempo de rotação do capital é compensado pelo barateamento do capital variável, causado pelo reincremento do exército de reserva.

Como se deduz, a decorrência direta desse processo seria o estorvo da mobilidade de capitais, ocorrência que elimina possíveis concorrentes e dificulta a aproximação das taxas de lucro, ainda que dentro de um mesmo ramo produtivo. Daí a indústria necessitar, cada vez mais, de maiores volumes de capital líquido para investimento no processo produtivo. Tal qual previra Marx, o capitalismo tendeu à concentração do capital, consequência do imperativo de vultosos recursos para fazer frente ao incremento tecnológico cobrado por esse processo. Nesse sentido, afirmava que, no progresso da produção capitalista,

a escala de cada processo individual de produção se amplia e, com ele (sic), a grandeza mínima do capital a ser adiantado, essa circunstância soma-se às outras que convertem a função do capitalista industrial mais e mais em monopólio de grandes capitalistas monetários, isolados ou associados (1983a: 80).

No entender de Hilferding, este processo implicou recursos volumosos que só os bancos – não mais na condição de modestas empresas mediadoras, mas de monopolistas do capital financeiro – dispunham, através da realização do ciclo de capital monetário individual pelo crédito. Assim, o que explica, no decurso do desenvolvimento do sistema capitalista, a cessão de espaço da fração burguesa industrial ao domínio da fração financeira é o surgimento do capital financeiro, que passou a impor suas condições no processo de concentração/centralização capitalista. Para ele, “nenhuma compreensão das tendências atuais [referindo-se ao imperialismo moderno], nenhuma espécie de ciência econômica ou política é possível sem o conhecimento das leis e da função do capital financeiro” (1985:27).

No entanto, distante de se contraporem, essas duas frações de classe se complementam no processo de dominação imperialista, tratando-se de elementos funcionais de atuação na

mesma direção de desenvolvimento do capital monopólico. Nesse sentido, na concepção de Hilferding são inúmeros os fatores favoráveis à formação e manutenção dos monopólios. Dentre estes: a) o controle mais eficaz das recessões num mercado não-pautado na concorrência; b) a amenização do desnivelamento da taxa de lucros entre matérias-primas e indústria manufatureira, problema superado somente através da associação⁵⁷, que aplaina este desnível entre os ramos agregados; c) a supressão do lucro comercial, já que o papel do intermediário torna-se obsoleto, conseqüentemente aumentando o lucro industrial; d) a diminuição do tempo – e fatalmente dos custos – do processo de circulação do capital; e) a abertura de oportunidades de progresso técnico e, com isto, obtenção de lucro extra em comparação com as empresas de pequeno e médio porte; f) o fortalecimento das empresas associadas nos momentos de profunda competitividade que caracterizam as depressões econômicas (1985:187-219).

Assim, não faltam razões ao grande capital para optar pela associação e apostar no crescente domínio monopólico e na supressão do capitalismo concorrencial. Então, todas essas associações de empresas são, em regra, regidas pelos interesses comuns que ligam os bancos às empresas, abrindo espaço ao processo de concentração capitalista na esfera financeira. O apogeu do capital financeiro, segundo Hilferding, se dá com a monopolização da indústria, através da formação de cartéis e trustes, estágio em que o capital financeiro alcança seu mais alto grau de poder. Neste estágio, concomitantemente, o capital comercial sofre sua mais profunda degradação, completando-se um ciclo do capitalismo.

O argumento mais geral de Hilferding, nesse sentido, é relativamente simples. O primeiro momento de desenvolvimento do capital monopólico se expressa numa mudança na política comercial do antigo protecionismo – aquele que funcionava temporariamente como incentivo ao surgimento de indústrias nacionais, e posteriormente, como elemento de proteção destas – ante a concorrência estrangeira no mercado interno. Uma vez tendo se dado o banimento de concorrentes, permite-se ao capital monopólico auferir lucros extras através das expressivas altas de preços no mercado. Simultaneamente, ao restringir o mercado interno, tais lucros, além de possibilitarem a formação de cartéis, acabam facultando a exportação de mercadorias em larga escala – a preços muitas vezes abaixo dos custos de sua produção – transferindo, por tabela, a concorrência no âmbito do mercado interno para o externo.

A conclusão que se tira desse movimento é que a concentração do capital se dá, predominantemente, na esfera nacional e que esta dinâmica infere que, numa mesma fase,

57 Fusões e formação de cartéis e trustes.

convivem tendências opostas de movimento do capital: uma que aposta na concentração por dentro do mercado nacional, e outra que aventura por uma concentração sem os entraves fronteiriços. Esse foi o processo que impulsionou a aproximação da burguesia do aparato estatal, já que as disputas enfrentadas pelo grande capital – agora sob a forma de trustes e cartéis gigantescos – implicavam a necessidade de suporte e proteção para os investimentos de além-fronteira.

Isso tudo para afirmar que, na concepção de Hilferding, com a exportação de capitais, teria surgido uma nova configuração expansionista que ampliou, a um só tempo, a região econômica explorada e aumentou a escala da produção. O processo foi fruto da produção de uma elevada taxa de lucros propiciados pelo baixo custo da força de trabalho oriunda das regiões colonizadas, induzindo ao entendimento de que a migração de capitais flui pela rota que leva de setores cuja taxa de lucros seja abaixo da média para outros acima desta. Nesse processo, foi essencial o papel do Estado, por motivos óbvios, mas essenciais, que dizem respeito: primeiro, à aquisição das – e manutenção do controle sobre – zonas anexadas; segundo, pela essencialidade do poder político tanto na luta competitiva de caráter econômico, quanto na extração do lucro do capital financeiro. Estas características da época do imperialismo teriam facultado ao capital uma concentração cada vez mais predominantemente internacional (1985:288-291).

Para explicar esse problema, Hilferding remete, mais uma vez, ao raciocínio marxiano⁵⁸ da lógica perversa dos capitais maiores devorando os menores. É por ele que teriam originado os trustes e cartéis, cujas existências apontam para o monopólio do mercado através da constituição de grandes empresas, com a decisiva participação dos bancos – também em processo de desenvolvimento e síntese. Dialeticamente, a concentração ocorrida na indústria provocava também – e ao mesmo tempo – uma concentração da esfera bancária. Com a mobilização de capitais, os capitalistas se tornaram também industriais. Em suma, o banco tornara-se, cada vez mais, um capitalista industrial.

Dito isso, simples é a dedução de que é desse inter-relacionamento que teria nascido o capital financeiro, fruto da metamorfose do capital bancário – capital em sua forma dinheiro – uma vez transformado em capital industrial⁵⁹. Tal fusão entre capital bancário e industrial, sob o gerenciamento dos banqueiros, colocou nas mãos destes o controle da indústria, através da

58 Acerca, ver Marx (1984:196).

59 Afirmava Hilferding: “Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto, o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial” (1985:219).

concessão de créditos não só referentes ao capital circulante – como sempre o fizeram – mas também relativos ao capital de produção, quando seu interesse passou a não se limitar mais

às condições momentâneas da indústria e à situação momentânea do mercado. O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto mais prevalecer, sobretudo a participação do capital de empréstimo transformado em fixo, tanto maior e tanto mais permanente será esse interesse. (...) Cresce, ao mesmo tempo, também a influência do banco sobre a empresa. (...) A empresa fica presa ao banco. (...) É a superioridade da força do capital especialmente a expansão do capital monetário à livre disposição, que decide sobre a dependência econômica dentro de uma relação de débito (HILFERDING, 1985:97-98).

Foi quando a mobilização do capital predominantemente financeiro, numa relação de proximidade desses agentes com a esfera política, abriu aos bancos espaços para a realização de duas novas operações: emissão e especulação. Esta capacidade impressa ao capital bancário permitiu-lhe, em última instância, concentrar-se, ao exercer sua função de capital de empréstimo que pode ser “novamente retirado do investimento correspondente em forma de dinheiro”. Dizia Hilferding, referenciando-se em Marx, que o lucro nasce na produção, mas se realiza na circulação e que

a realização das operações de circulação, compra e venda de mercadorias exige capital adicional. (...) O capital empregado pelos comerciantes rende um lucro médio que nada mais é do que uma parte do lucro produzido pelos industriais... (...) A magnitude do capital requerido para isso é dada respectivamente pela natureza técnica das operações e pela correspondente expansão. Os bancos realizam o lucro médio sobre esse capital, do mesmo modo como os comerciantes o fazem sobre o capital de comércio das mercadorias, e os industriais sobre o capital de produção (1985:169-170).

Claro está que esta não é a única forma de realização dos lucros do capital bancário. Como afirmava Hilferding, o banco, como mediador de crédito,

trabalha com todo o capital próprio e alheio de que dispõe. Seu lucro consiste no juro pelo capital emprestado; seu lucro líquido – depois da dedução das despesas – consiste na diferença entre os juros que lhe são pagos e os que, por sua vez, paga pelos depósitos. (...) [Assim], o lucro dos bancos não depende do capital próprio, mas do capital de empréstimo que, em geral, está à sua disposição (1985:169-171).

Desse modo, o banco tende a dilatar seu próprio capital, fazendo crescer seu crédito, e, sempre na forma monetária, transformando o capital alheio em seu. Algo análogo acontece também com o lucro de especulação que já não está sujeito à divisão do capital em próprio e alheio, dependendo mesmo da magnitude da soma global.

A culminância desse processo é que as atividades supracitadas de emissão (ou lucro de fundação), que representam o lucro capitalizado de empresário cujo desígnio é a transformação de capital industrial em fictício (desvinculação do valor patrimonial do capital investido na produção), conserva a sua forma de capital que rende juros. Por um lado, pelo menos a título nominativo, o negócio da fundação significa investimento de capital monetário na indústria, o que, *per si*, constitui-se investimento de maior segurança que o especulativo. Por outro lado, o aumento do capital próprio dos bancos fatalmente implica uma maior e mais contínua participação do capital bancário na indústria, o que, inevitavelmente, provoca um maior domínio deste sobre aquela. Domínio este que pode ser operado de duas formas, cuja escolha diz respeito à magnitude do capital bancário: através da concessão de crédito à empresa industrial ou assumindo suas ações no mercado bursátil.

Na concepção hilferdinguiana, no desenvolvimento do capitalismo, o capital passa por um ciclo no qual sua parcela ociosa (forma monetária), transformada em capital industrial (produtivo: meios de produção e força de trabalho), alimenta o ciclo financeiro levando a soma de dinheiro que afluí dessa transação, a alimentar, conseqüentemente, a compra das ações da Bolsa. Assim, afiança, o efeito dessa operação redonda-se na metamorfose do capital monetário (nas mãos de capitalistas individuais ou de usurários) em capital bancário (na forma monetária institucionalizada) sob a responsabilidade de prestamistas por profissão, sendo finalmente transformado, em parte, em capital produtivo para, daí, reverter-se novamente na forma monetária e reiniciar-se o ciclo. Isso implica dizer que o capital dos acionistas monetários individuais, ao ser investido em ações bancárias e bursáteis (capital fictício, assim como a maior parte do capital bancário), passa por um processo de transmutação – através dos bancos – em ações (também fictícias por se tratar de previsão de mais-valia a ser extraída), de capital industrial. Este teria sido, em última instância, o processo transformador dos primeiros em coproprietários da empresa industrial.

Como em todo o desenvolvimento do capitalismo, também nesta fase o papel do Estado – assumindo sua função de instrumento decisivo no processo de concentração/centralização de capitais – é de suma importância, já que é ele quem determina a

taxa de juros⁶⁰ e condiciona o preço de mercado das ações que vão à bolsa, o que, em última instância, decide o volume de capital fictício em circulação.

A parceria do Estado é decisiva também na captação de recursos públicos e distribuição para os setores privados. Ao gastar recursos, geralmente de forma improdutiva (obras públicas, pagamento de juros, etc.), o Estado alimenta a cadeia de reprodução do capital fictício, assim como aciona o protagonista das distorções no mercado de crédito: os títulos da dívida pública. Estes constituem capital fictício porque seu montante é traduzido na soma das taxas de juros correspondentes que representam, e não por um capital que se produziu com a quantia monetária referente a seu valor inicial, representando a parte da receita anual – confiscada pelo Estado daqueles que produzem – destinada a pagar as dívidas, só existindo na sua condição de cálculo financeiro e que inexistiria caso sua condição nominal perdesse seu valor de venda. Trata-se de capitalização de receita que se repete regularmente, calculada na base da taxa média de juros. Juntamente com as ações da Bolsa, dão oxigênio à acumulação financeira, principal negócio dos banqueiros.

Nesse processo, Hilferding ressalta a extrema importância do papel das sociedades anônimas – para ele representantes da paradoxal contradição inerente ao capital fictício, no desenvolvimento do capitalismo, pelos superlucros que produz no mercado de ações. Este movimento do capital, ao perder sua conexão com o processo real de valorização, consolida-se enquanto elemento que valoriza a si mesmo, gerando valores acionários superiores aos do complexo produtivo. Isso somente é possível porque o capital financeiro passa a caracterizar-se pela aposta em previsões futuras de mais-valia que não levam em conta a realidade da produção com seus inerentes fatores variáveis e subjetivos. Aqui Hilferding recorre, mais uma vez, a Marx, quando este diz que

o valor de mercado desses papéis é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pela receita real, mas também pela esperada, calculada por antecipação”. [Nesse sentido, na medida] em que a desvalorização e valorização desses títulos é independente do movimento de valor do capital real que eles representam, a riqueza de uma nação é exatamente do mesmo tamanho tanto antes quanto depois da desvalorização ou valorização.(...) A nação não empobreceu nem de um centavo pelo estouro dessas bolhas de sabão de capital monetário nominal (1983b:12-13).

60 Segundo Mandel, numa sociedade capitalista, qualquer quantia de dinheiro pode obter uma taxa média de juros ao ser aplicado no sistema bancário, que centraliza as poupanças disponíveis e as transforma em capital monetário. Nesse sentido, juros é aquela parcela que os capitalistas do setor industrial ou comercial pagam aos proprietários do capital monetário quando necessitam deste para o incremento de seu negócio. É nessa lógica que a taxa de juros, em condições normais e em longo prazo, permanece inferior à taxa média de lucro (1982: 415).

Na leitura marxiana feita por Hilferding, isso se dá pela diferença na extração dos lucros: numa atuação, o capitalista efetua lucros através da produção de uma mercadoria; noutra, o capitalista faz lucro de uma mercadoria, sem tê-la produzido (1985:185). Esta contradição, ao mesmo tempo em que permite ao capital expandir-se e concentrar-se, também gera crises na economia mundial em nível planetário.

Em sua construção teórica, Hilferding se dá conta de que esse cada vez maior estreitamento entre bancos e indústrias, através do sistema de créditos, leva a um desenvolvimento cada vez maior dos primeiros. E isso se dá porque os bancos concentram todo o capital em sua forma monetária, colocando-o à disposição dos produtores, de forma que passa a controlar toda a produção social. Ao investirem na indústria, os bancos, além de auferirem lucros de emissão, passam, consideravelmente, a exercer um maior poder sobre ela. Desse processo teria resultado a concentração, tanto industrial quanto financeira. Ele chega a afirmar que o apogeu do capital financeiro se dá com a monopolização da indústria (1985:177-219). Neste contexto, os bancos passam a se desinteressar pela competitividade entre as empresas, já que a vitória de um cliente do banco representa, fatalmente, a derrota de outro, no qual o banco também tem igual interesse, colocando em risco o capital ali investido. Daí o esforço dos bancos em suprimir a concorrência e apostar mais na formação dos monopólios, reafirmando seu vínculo com este tipo de capital.

Neste sentido, é apenas aparente a contradição de interesses que se esboça no interior da classe burguesa entre suas frações industrial e financeira. É ilusória, como o é a pretensa autonomia entre os capitais monetário, produtivo e na forma mercadoria, já que a historicidade do processo de concentração do capital industrial coincide com o desenvolvimento de movimento homólogo do capital bancário, numa coincidência que não se fez por mero acaso. A relação simbiótica entre os interesses dos cartéis, dos trustes e os dos bancos confluem em direção à monopolização, como bem mostra Hilferding no contexto de sua principal obra. Os interesses da burguesia industrial acabam encontrando-se com os dos capitalistas monetários quando programam mecanismos de dissuasão à entrada de concorrentes. Quando isto se dá, as empresas já cartelizadas são protegidas, garantindo-lhes aumento nos seus lucros e segurança para os seus investimentos. Dizia Hilferding que,

no capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento $D - D'$, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e mais sem sentido do movimento de capital. (...) Simultaneamente, é cada vez mais eliminada a dependência do

capital comercial, enquanto é anulada a separação do capital bancário do capital produtivo em capital financeiro. (...) Assim, extingue-se, no capital financeiro, o caráter particular do capital. O capital aparece como poder unitário que domina soberanamente o processo vital da sociedade. (...) Ao mesmo tempo, a propriedade, concentrada e centralizada nas mãos de algumas associações de capitais maiores, aparece como diretamente oposta à grande massa de despojados (1985:227).

Nessa vigorosa uniformização reside a pujante força de concentração do capital financeiro, que o impulsiona à exportação (não só na sua forma financeira), revigorando a assimétrica relação (fator contributivo do desenvolvimento das forças produtivas) que o grande capital dos países centrais estabelece com a periferia do sistema. Exemplo de importante monta são os investimentos em infraestrutura por parte das nações industrialmente mais desenvolvidas na periferia: siderurgia, transporte, mineração, etc., ao que se somam as contribuições do aparelho estatal no sentido de explorar recursos naturais e mão-de-obra (desregulamentada, com jornadas de trabalho prolongadas, em precárias condições e baixos salários), fontes geradoras de lucros extras. Boa síntese da compreensão hilferdinguiana do papel do Estado no capitalismo monopólico é feita por Sweezy quando diz que o capital financeiro, para manter e aumentar seu poderio, para garantir o mercado interno através de proteção, necessita de

um Estado politicamente forte, que não precisa levar em conta os interesses opostos de outros Estados na formulação de sua política comercial. (...) O capital financeiro necessita, finalmente, de um Estado forte bastante para realizar uma política de expansão e de conquista de novas colônias (1983:281).

Em suma, a perspectiva hilferdinguiana de imperialismo enquanto política do capital financeiro ressalta três peculiaridades centrais, cujo conjunto define o fim de um ciclo do capitalismo e o início de outro: 1) o desbaratamento das retóricas burguesas do livre-comércio e da livre-concorrência, na prática desbancada pelo desenvolvimento dos monopólios, que passaram a estratificar, entre si, o mercado; 2) o surgimento do capital financeiro, através da estreita integração entre o capital de financiamento – nas mãos dos bancos – e o industrial; 3) esse conjunto de fenômenos se dá numa etapa definida do capitalismo, marcada pela substituição de sua fase concorrencial (pautada na competitividade entre empresas de pequeno e médio porte) pela monopolista (domínio das grandes corporações nacionais e transnacionais).

Nisso reside, segundo Hilferding, a diferença entre o caráter do imperialismo clássico e o capitalista, uma distinção marcada por uma contradição congênita que se explicita e se agrava nesse processo de concentração de capitais: se, por um lado, o monopólio favorece o crescimento da massa de capitais, por outro inibe as possibilidades de investimento, o que incumbe ao capitalista a tarefa de buscar aportes externos para o seu capital, com o fito de manter – ou aumentar – a sua taxa de lucro. Conforme Bottomore (apud HILFERDING, 1985:47), foram os aspectos dinâmicos do capital financeiro que deram a este um lugar significativo nos trabalhos de Lênin e de Bukhárin, assegurando a continuação do debate sobre ele até a atualidade.

Mas, se o pensamento de Hilferding, no que se refere ao capital financeiro, serve como uma das bases do de Lênin, se destoará quando a questão em pauta for a guerra e, conseqüentemente, a estratégia imperialista. Para o primeiro, a guerra não tinha que ser o fim inexorável do capitalismo, dado que qualquer solução violenta é contra os interesses da exportação de capital, pela instabilidade provocada pelos conflitos, o que gera um crescimento da insatisfação interna, fator que funciona como combustível do movimento socialista.

Aqui se percebe que, quando se trata da estratégia política, as formulações hilferdinguianas são inconsistentes diante dos fatos históricos, quando ele atribui às inconveniências da guerra uma importância para além das contradições do processo de concentração/centralização capitalistas, ao ponto de concebê-las como impeditivas dos conflitos bélicos como culminância do acirramento de interesses. Tal inconsistência não condiz com citações próprias, ao final da obra aqui considerada, ao ponderar acerca da política expansionista, afirmando que esta

revoluciona também toda a concepção de mundo da burguesia. Deixa de ser pacífica e humanitária. (...) O capital financeiro perdeu há muito tempo essa crença. Não acredita na harmonia dos interesses capitalistas; sabe, porém, que a luta de concorrência torna-se cada vez mais uma luta pelo poder político. O ideal da paz se desvanece; no lugar do ideal humanitário irrompe o ideal do poder e da força do Estado. [Nesse sentido], é ilusão esperar o reino eterno da paz e pregar o direito dos povos, onde somente a força decide sobre o destino dos povos! Que disparate querer estender as relações legais existentes dentro dos países para além das fronteiras! Que irresponsáveis perturbações dos negócios causa (sic) esse inebriamento (sic) da humanidade, faz dos operários um problema, inventou a reforma social no interior e quer abolir nas colônias a escravidão contratual, a única possibilidade de expansão racional. Justiça eterna é um belo sonho, mas com a moral não se constrói uma ferrovia sequer no próprio país. Como queremos conquistar o mundo se queremos esperar a conversão da concorrência? (HILFERDING, 1985:314-315).

Como explicar – sem contradizer-se – que a guerra não é uma consequência inevitável do imperialismo, quando o próprio processo histórico o nega? Como esperar a cessão pacífica do poder político por classes ou fração delas próprias quando a mudança supõe a sua derrocada? Difícil conceber que, nas relações imperialistas, a guerra seja um fenômeno possivelmente contornável. A alternativa explicativa de Hilferding aponta para a possibilidade de formação de um supercartel – aqui se explicitam as influências kautskianas – englobando toda a economia mundial num único e vasto conglomerado de países industrialmente desenvolvidos. Um supercartel em parâmetros que tenderiam à regulação de mecanismos de inibição dos conflitos interimperialistas, num estágio em que a administração do aparelho econômico se daria em benefício dos capitalistas, num processo em que a economia passa a ceder às decisões planejadas, naquilo que Hilferding definiu enquanto “capitalismo organizado”⁶¹. Na esfera nacional, o supercartel eliminaria as crises geradas pelas contradições intrínsecas ao capitalismo. A unificação propiciada pelo capital financeiro, sob o apoio subordinado do Estado⁶², integrara o desenvolvimento econômico assimetricamente, de acordo com os interesses dos países mais centrais.

Quando fazia dueto Hilferding com Karl Kautsky nesse posicionamento, as dissonâncias entre os próprios marxistas no que concerne ao papel da guerra imperialista ainda dariam muito espaço para debates intensos. Fato é que tal premissa foi negada, historicamente, na primeira metade do século XX, pela deflagração das disputas entre as potências capitalistas avançadas em pugna por mercados globais que resultaram em conflitos interimperialistas (I e II Guerras Mundiais) em escala planetária. Entretanto, a recomposição capitalista ensejada na segunda metade do século veio recolocar a questão do supercartel em pauta, já que, no meio século que se seguiu à segunda grande guerra, não houve conflito militar direto entre as grandes potências imperiais.

Para finalizar, pode-se afirmar, sem risco de equívocos, que os aportes de Hilferding são contribuições essenciais ao entendimento do fenômeno imperialista, preenchendo uma lacuna até aquele momento em aberto, e se tornaram indispensáveis à leitura da atual etapa de desenvolvimento capitalista. Juntados num todo sistemático, as contribuições marxianas acerca da acumulação/concentração/centralização; os subsídios de Hobson referentes ao capital monopólico; mais a teoria de capital financeiro, de Hilferding, as principais bases para

61 As aspas são por conta do autor da pesquisa, e refere-se à incongruência da categoria, pelo fato de não perceber, tal qual Mandel (1982:367) qualquer interconexão entre um possível “capitalismo organizado” e a produção generalizada de mercadorias, pautada na anarquia do “mercado”.

62 Fase posteriormente entendida por Bukhárin como “capitalismo de Estado”, referindo-se ao controle de sua direção a partir da base econômica, expressando uma nova relação economia/Estado.

a formulação do conceito leniniano de imperialismo estavam dadas. Bastava a este sistematizá-las, resgatar os aspectos sociais e aplicar tais conhecimentos em favor da luta revolucionária. E é o que foi feito. Em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, o próprio Lênin reconheceria as contribuições tanto de Hobson quanto de Hilferding, no que se refere aos monopólios e ao capital financeiro, quando apontaram a importância de tais elementos na reprodução do capital. A simples menção desses aportes por Lênin traduz a importância que tiveram na concepção leniniana do imperialismo. Mas discutir o pensamento leniniano é o que se fará adiante.

Lênin e a fase superior do capitalismo⁶³

A referência a Vladimir Ilich Ulianov “Lênin”, quando se fala da mais sistematizada compreensão teórico-analítica do imperialismo, é lugar comum não só no que se alude à esfera dos pensadores marxistas como também à dos não-marxistas. Lênin inaugurou e sistematizou uma concepção de imperialismo que se tornou crucial ponto de partida para qualquer um que se aventure a entender o capitalismo em sua fase monopolista. Sua singular, dialética e original obra – insistentemente vista por ele como um ensaio popular – *O imperialismo...*, publicada em 1916, tornou-se não só referência obrigatória a quem se aventure pelo tema, mas também a mais decisiva e consequente tentativa de compreensão do fenômeno imperialista tal qual concebido na modernidade, sendo a mais destacada contribuição nesse campo. Trata-se de uma arquitetura teórica derivada, em linha direta, da teoria marxiana da acumulação⁶⁴, marcada, principalmente, por uma análise econômico-social que vê no imperialismo não uma política – como o fizera Hobson e, posteriormente, Kautsky – mas um processo intrínseco ao sistema, uma etapa do capitalismo cuja origem teria se dado em torno do último quartel do século XIX. Esta obra representa uma profícua sistematização das preocupações evidenciadas naquela conjuntura de polêmicas discussões marcadas por análises condicionadas pelo calor da I Guerra Mundial, no seio da social-democracia de então, dividindo ao meio a Internacional Comunista.

63 A obra que serve de principal mote da análise aqui evidenciada é *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, embora várias outras referências sejam evocadas, em menor ou maior grau. Desnecessário dizer que não será feita uma análise filológica do texto em torno da polêmica gerada pela concepção de imperialismo enquanto “fase final”, “última” ou “mais alta” do capitalismo. Doravante será citada apenas por *O imperialismo*.

64 Segundo esta teoria, a taxa de acumulação é representada pela relação entre a parcela acumulada de mais-valia e o valor do capital que essa mais-valia aumenta (MANDEL, 1982:415).

Nesse sentido, a recorrência a Lênin, quando se trata da categoria analítica *imperialismo*, tem o propósito de recuperar a essencialidade da teoria para o debate acerca do capitalismo atual. Para começo, buscando-se evitar incompreensões no que se refere ao entendimento acerca do fenômeno imperialista, uma ressalva faz-se essencial. Aqui, entende-se imperialismo como uma manifestação que perpassa toda a existência do capitalismo, sendo alguns elementos específicos pré-existentes mesmo antes do surgimento do sistema, perpassando a política colonial do expansionismo europeu, de forma a alcançar a “era da globalização”. Neste último aspecto, extrapola-se a concepção leniniana de imperialismo.

Ressalta-se, no entanto, que essa compreensão não confunde instituições primitivas típicas de outras épocas históricas, cujas existências pautaram-se dentro de contextos inteiramente adversos, com as modernas e contemporâneas. Ao se afirmar que traços e elementos do antigo imperialismo persistiram ao longo do desenvolvimento do capitalismo, não se afiança que o caráter do atual imperialismo seja o mesmo, no entanto, também não se afirma que se trate de uma manifestação unicamente moderna e contemporânea. Elementos distintos, fundamentados em bases também distintas, se revelaram no interior deste fenômeno, a saber: vinculação à formatação de um mercado em escala mundial; controle de fontes de matérias-primas (colonização e relações afins); tendência à concentração do capital; decisivo papel do capital financeiro no âmbito da produção e acumulação. Estes são os principais elementos que diferenciam as duas fases do imperialismo aqui compreendido.

Neste sentido, concebe-se que a vocação imperialista do capitalismo vem de seu berço, quando se apropria dos recursos ainda existentes, em sua forma pré-capitalista, em seus espaços internos (primeiramente públicos, depois privados), expropriando os pequenos produtores e separando-os de seus meios de produção. Assim é que, desde seu processo de acumulação primitiva, nota-se a presença dos principais mecanismos do império/imperialismo: protecionismo, enquanto política do capital com vistas à aceleração da acumulação e precipitação do fim das instituições do Antigo Regime; concentração da produção (manufaturados e produtos primários) sob os auspícios das metrópoles; domínio do capital (comercial), numa conjuntura em que a superioridade industrial é consequência da superioridade comercial: o comércio colonial como guardião do monopólio dos mercados às nascentes manufaturas metropolitanas (o *Exclusivo Comercial*); expansão territorial; integração entre o capital usurário e o fabril, numa conjuntura caracterizada pela existência de capitalistas especializados em financiamento somente possível sob a articulação com os setores produtivos (a exemplo do co-financiamento da expansão ultramarina); exportação de

mercadorias e “livre concorrência” no mercado internacional; usurpação dos tesouros e exploração do trabalho escravo e semisservil na América.

Para uma melhor diferenciação, nas acepções aqui evocadas, concebe-se por imperialismo colonial – ou colonialismo – a expansão do capital concorrencial, de predominância da esfera comercial com ascendência da circulação de mercadorias. Credo ser necessário distinguir essas bases, busca-se diferenciar os dois tipos de imperialismo mais enfocados na literatura moderna e contemporânea: o do antes e do pós-acumulação originária de capital, ressaltando o entendimento de que, embora o colonialismo traga em si certos traços do imperialismo moderno, ele se distingue de sua etapa de desenvolvimento ulterior, quando o capital industrial necessita de ambientes exógenos, já que os internos não lhes proporcionam a rentabilidade requerida por seus proprietários.

Uma vez ressaltadas tais diferenças, convém definir o fenômeno que aqui exaustivamente se aborda. Trata-se do imperialismo concebido nos padrões da compreensão leniniana, por definição moderno, referencialmente caracterizado pelas relações de produção capitalistas na fase de predomínio do capital financeiro, dos monopólios e de sobreposição da exportação de capitais financeiros sobre a de mercadorias, cuja ação levou à partilha do mundo entre as grandes potências capitalistas.

Lênin (1986) distinguia a política colonial do capitalismo da fase anterior ao imperialismo moderno da funcionalidade da política colonial. Para ele, teria havido distintas formas de imperialismo, sendo o moderno caracteristicamente capitalista, não se tratando de apenas um dos problemas fundamentais no domínio da ciência econômica, mas da questão essencial, na perspectiva das transformações contemporâneas. Em sua concepção, o capitalismo, enquanto sistema mundial rege as relações interpaíses de forma que a aproximação econômica entre si não é feita em cooperação, como faz crer o discurso burguês. Trata-se de relações nas quais predomina uma encarniçada luta entre Estados pela submissão de povos às condições coloniais e semicoloniais⁶⁵ com o intuito à sua pilhagem. Sua obra em epígrafe trata, justamente, de um balanço acerca do capitalismo moderno, monopolista, com enfoque no papel da produção. Em suma, o imperialismo leniniano constitui-se um estágio distinto do capitalismo⁶⁶, marcado por peculiaridades circunscritas ao tempo e espaço

65 Condição dos países que conseguiram construir sua independência política frente à sua condição de colônias, no entanto, continuam dominados economicamente pelo capital imperialista internacional.

66 Andreucci entende o problema da adjetivação do imperialismo feita por Lênin como um problema semântico oriundo de uma inconveniente tradução condicionada à censura czarista. A “última etapa”, no sentido evocado por Lênin na primeira edição de *Imperialismo...* se refere, segundo ele, à “mais recente” etapa, não no sentido teleológico de que foi impregnada posteriormente (1982:274).

históricos por ele claramente definidos e que pode ser entendido por fase monopolista do capital.

Em sua leitura, no entanto, esta etapa é definida para além da necessidade sistêmica de espaço de absorção do excesso de capital e supressão da escassez de oportunidade de investimento. Não que este propósito não existisse, mas ele era coadjuvado por outros elementos, dentre os quais o impulso por controlar exclusivamente fontes de materiais-primários e mercados estrangeiros, condição da mundialização das relações típicas do capitalismo monopolista.

Referendando-se, teoricamente, na literatura engels-marxiana (de que se apropriou do conceito de luta de classes e da teoria da reprodução do capital) e aplicando suas formulações ao processo de constituição, desenvolvimento e declínio do capitalismo; absorvendo, criticamente⁶⁷, parte das formulações de Hobson (principalmente seu conceito de monopólio⁶⁸); e, apropriando-se da de Hilferding (conceito de capital financeiro), Lênin teve como ponto de partida de suas análises os elementos constitutivos do modo de produção no contexto das sociedades de formação social capitalista naquele estágio de desenvolvimento – crise capitalista dos últimos vinte anos do século XIX – sob um mirar perspicaz de olhos que presenciavam – e combatiam – os anseios imperialistas presentes na I Guerra Mundial. É nessa conjuntura histórica que se insere a obra intelectual – se é possível separá-la de sua prática política – de Lênin, para quem o imperialismo institui um estágio no qual domina o capital financeiro sobre todas as demais formas do capital. Uma etapa que implica

o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. [Onde o] rendimento do rentier é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais “comercial” do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista. (...) O Estado-rentier é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição (LÊNIN, 1986:619; 650-51).

A força política do capital financeiro é enfaticamente reafirmada num outro trecho:

O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de

67 Tanto Hobson quanto Hilferding são constantemente citados no decorrer da obra aqui dissecada. No entanto, a absorção dos conceitos hobsonianos, por parte de Lênin, é feita de forma crítica, a exemplo da concepção subconsumista.

68 Na formulação de Lênin, seguindo as premissas marxianas e os aportes de Hobson, o processo de monopolização foi acompanhado pela intensificação da concorrência, diferentemente da concepção kautskyana de que o monopólio consistia no oposto daquela – condicionando sua concepção de superimperialismo no fim da competitividade interimperialista.

subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa (Idem, 636).

Ao fazer a profunda análise científica do cerne político e econômico do imperialismo, Lênin chega à conclusão de que se trata de uma fase distinta do capitalismo, abalizada pelo seu mais alto nível de desenvolvimento, na qual são exacerbadas todas as contradições inerentes à sociedade capitalista. Nesse sentido, se por um lado, o processo produtivo – impulsionado pela tendência histórica do capitalismo à concentração – acentuou seu desenvolvimento através dos avanços tecnológicos, levando a produção a atingir seu mais alto grau de socialização até então, por outro, a sua apropriação mantinha-se na forma privada e cada vez mais restrita a um diminuto grupo de capitalistas. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a condição de continuidade da expansão capitalista enquanto investimento lucrativo passou a ser a exportação de capitais. E, nesse processo, por mais que se desenvolva a produção e aumente em produtividade a força de trabalho, seu crescimento não consegue acompanhar a acumulação e a concentração da riqueza social.

Para Lênin, a fusão de capitais (bancário e industrial) que deu origem ao capital financeiro – tal qual concebera Hilferding – acelerou a concentração da produção e de capitais que já se gerava no seio do capitalismo concorrencial, criando possibilidades para o domínio monopólico que, por sua vez, buscava eliminar a queima de capital característica da prática competitiva. A consolidação do capital monopólico acelerou o processo de concentração no interior da acumulação global, gerando um excedente de poupança em níveis que dificultavam a reprodução através do reinvestimento rentável tradicional do processo produtivo no âmbito da esfera nacional, fator que o teria empurrado às sendas imperialistas.

Esse processo expansionista, intrinsecamente ligado à fusão de capitais, tivera, no capital financeiro, uma modalidade de monopólio, impulsionando a Europa à partilha do mundo ainda não colonizado, num expansionismo cuja consequência foi a apropriação de recursos naturais que acabou por levar ao aprofundamento de uma interdependência econômica. Em outras palavras, a produção de excedentes de capitais nos centros capitalistas, em sua fase monopólica, determinara o processo de acumulação através da exportação de capitais, o que significou, em última instância, a exportação da exploração da mais-valia.

Destarte, a periferia sistêmica, em seu aspecto geoeconômico, atuou como receptora de – por sua característica escassez de – capitais externos, distinguindo-se enquanto área de concentração dos principais elementos de interesse da acumulação e constitutivos da produção capitalista: predomínio de relações pré-capitalistas, mão-de-obra e matérias-primas em

abundância e desregulamentadas – consequentemente, baratas. Nessa divisão internacional do trabalho, a região passou a participar como mercado onde se realiza – e se reproduz – a crescente acumulação do capitalismo central. Mas não só nessas regiões o fluxo de capitais reproduz a acumulação capitalista. Nos países centrais, onde tais relações se encontram desenvolvidas, novas formas de exploração e novas necessidades são criadas a partir dos ampliados investimentos ali despendidos. Num movimento dialético, à medida que se amplia a produção, dinamicamente são criadas novas demandas de caráter variado, reproduzindo-se o ritmo da acumulação. A diferença básica entre os investimentos na periferia e nos centros é que, naquela se dá, predominantemente, na esfera dos bens de consumo, enquanto nos nestes eles se dão mais na esfera produtiva de bens de capital.

Assim sendo, a exportação de capitais tem como *conditio sine qua non* o espraio das relações de produção capitalistas – garantia da reprodução do processo acumulativo – através dos lucros extraordinários advindos do retorno dos investimentos. O que resulta desse processo é a concomitante exportação das relações sociais típicas do capital em sua dinâmica de extração de mais-valia segundo os interesses dos monopólios, que se circunscrevem não só à ocupação de espaços geoeconômicos de escoamento do excedente de produção, mas também às garantias de lucros extras que se realizam no âmbito da produção capitalista. Em resumo, este é o sentido do imperialismo capitalista na ótica leniniana.

Para Lênin – como para Hilferding – no movimento de expansão capitalista, a concentração do capital industrial ocorreu paralela à concentração do capital-dinheiro, cujo acúmulo, centralizado nos bancos, abriu condições para o surgimento da grande indústria e do monopólio da produção de ramos inteiros, inclusive de matérias-primas e mão-de-obra qualificada, através dos trustes e cartéis. E, na busca por melhor rentabilidade, o capital bancário acumulado naquele estágio do desenvolvimento capitalista aliara-se ao industrial, passando a controlar a sua produção, separando o capital-dinheiro do industrial. Aliás, afirma Lênin que é próprio do capitalismo separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção. Assim, o

imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas de capital implica o predomínio do rentier e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes (1986:619).

De forma compreensível, tal desenvolvimento industrial passara pelo crivo de controle do capital financeiro, uma vez que, de posse centralizada de grandes montantes de capital-dinheiro, os bancos passaram a controlar tanto o desenvolvimento quanto a aplicação dos avanços tecnológicos capazes de manter as grandes empresas no mercado na transição do capital concorrencial para o monopólico (LÊNIN, 1986:593), sem que a concorrência fosse eliminada. A extrema magnitude da concentração da produção social (com sua contínua apropriação privada) levou Lênin, por mais de uma vez, a conceder ao imperialismo o *status* de sistema⁶⁹. O histórico de seu balanço do imperialismo até aquele momento escriturava, resumidamente:

1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda quase uma exceção, não são ainda sólidos, representando um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (LÊNIN, 1986:591).

O capitalismo acabara por impulsionar a Europa, então centro capitalista mais desenvolvido e concentrador de capitais, à partilha do mundo ainda não colonizado. O aspecto quantitativo da concentração de capitais (pressuposto para a sua exportação), juntamente com a apropriação monopólica de recursos naturais (garantia da estabilidade do desenvolvimento industrial), acabou por gerar contradições nas relações entre as potências imperialistas, que passaram a disputar espaços no mercado mundial e levou ao aprofundamento da dependência econômica. Consolidadas as bases da fundação de um setor monopolista no mercado interno, o monopólio capitalista se estendera à esfera externa, anunciando que o mercado teria que ser mundial.

Essas contradições acabaram impulsionando o Estado, já militarizado e militarista, a atuar sob os padrões impressos pela acumulação capitalista no mercado interno e, internacionalmente, a agir em prol dos interesses do capital financeiro – já móvel e flexível –

69 Lênin afirma: *o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado de seu desenvolvimento...* (1986:641). Mais adiante, ratifica: **O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes** (Idem:642). E uma terceira vez, **o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista** (Ibidem:667). Por fim, *de tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo, deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante* (Ibidem:669). Os destaques em negrito são da parte do pesquisador.

que se concentrava numa velocidade extraordinária, na concorrência com o mesmo capital de outras nacionalidades. A exportação de capitais representara, assim, o espraiamento das relações capitalistas para os países importadores desse elemento, impulsionando o sistema. Para Lênin, na fase monopólica do capitalismo, a produção de excedentes de capital determinava o processo de acumulação deste através de sua exportação, o que significou a exportação da exploração da mais-valia. Assim, o capital, enquanto relação social exercia importante papel na criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro, num processo onde o capitalismo estendeu, assimetricamente, sua rede de relações por todo o planeta, assumindo os bancos – juntamente com os cartéis e trustes – uma importância crucial na partilha do mundo. Conclui Lênin que “o que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre-concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas” (1986:641).

A partir dessas reflexões, Lênin sistematizou o conceito de imperialismo enquanto categoria econômica, dando ênfase a cinco aspectos essenciais, característicos daquela fase: 1) Concentração elevada da produção e do capital; 2) Surgimento do monopólio como produto da acérrima concentração⁷⁰; 3) Surgimento do capital financeiro como fruto do processo de fusão entre os capitais bancário e industrial, que fez surgir uma nova fração de classe burguesa: a oligarquia financeira⁷¹; 4) Predomínio da exportação de capitais sobre a de mercadorias, como fruto da produção de excedentes; 5) Fim da partilha territorial do planeta entre os países centrais do capitalismo e início da divisão do mundo pelos portadores do capital monopolista (LÊNIN, 1986: 641-642). Articulando este conjunto, Lênin conformou, numa unidade analítica, os aspectos econômicos do imperialismo, definido como a fase monopolista do capital.

Voltando o olhar para o contexto das formulações acerca do imperialismo então, acomodações e inquietações marcam os aspectos particulares das contribuições de Hobson na obra de Lênin. Se, por um lado, este concordava com aquele no que dizia respeito ao parasitismo imperialista do capitalismo⁷² e à importância por ele dada ao papel da exportação de capitais no processo de expansão colonialista, discordava, destacadamente, em duas outras:

70 Emergência dos trustes e cartéis a capitanearem o novo estágio monopolista do sistema, consequência do alto grau de concentração; desenvolvimento de trabalho muito mais produtivo, o que implica uma maior concentração da produção do que da mão-de-obra; etc.

71 Este constitui um dos aspectos superados pelo atual capitalismo, já que a disparidade e desconexão entre os agentes detentores dessa espécie de capitais encontram-se dispersos em sua forma e conexão, o que torna incongruente a concepção destes agentes enquanto unidade fracionária de classe.

72 Escrevia Lênin que Hobson tinha razão ao falar do parasitismo enquanto principal característica do imperialismo. Nesse aspecto, ele teria dado um passo adiante de Hilferding (1986:649).

a da concepção subconsumista⁷³ e quanto às causas da exportação de capitais, tal qual concebida por Hobson.

Para Lênin, Hobson equivocara-se ao conceber o imperialismo enquanto uma mera política estatal anômala ao sistema capitalista. Concretamente, o fenômeno representava a imperiosa necessidade de acumulação de capital fundada no desenvolvimento desigual das economias capitalistas, gerando o parasitismo aludido por Hobson. É nesse sentido que o monopólio equivalia à fundamental base econômica do imperialismo, cuja existência aventa contradições insolúveis pela dupla inclinação à concentração/centralização e paradoxal estagnação/decomposição. Desse prisma, o imperialismo constitui uma fase distinta – e inevitável – forjada pelos monopólios e protagonizada pelo capital financeiro, marca da dinâmica evolutiva do sistema, consequência – e não causa – do capitalismo; da dinâmica de eterna acumulação/concentração/centralização característica do sistema capitalista, que busca equacionar, por um lado, as desproporções geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas e da acumulação de capitais, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro, não uma política específica do sistema como o queriam Hobson e Kautsky.

A propósito, a polêmica leninkautskyana sobre o caráter do imperialismo: se se tratava da última etapa do capitalismo *versus* a possibilidade de um acordo posterior (o superimperialismo), acabaria se tornando o nó górdio do debate político das duas primeiras décadas do século XIX. Na ótica leniniana, a guerra imperialista tornara-se a condição *sine qua non* de desenvolvimento do capitalismo, sendo um imperativo da hegemonia no ringue internacional e a garantia de manutenção da extensão do poder econômico, coadjuvante pela mesma condição da indústria bélica.

Em perspectivas distintas já bem frisara Woolman⁷⁴ que a guerra era uma forma de obtenção de riquezas. Política e economia, Estado e guerra imperialista, nos tempos modernos, eram pares inseparáveis nos países “avançados”, compreendendo uma inter-relação operacional do sistema, na qual existem sempre funcionários do Estado em conselhos administrativos dos bancos e vice-versa. Dizia Lênin, no prefácio que escrevera em

⁷³Para Lênin, o subconsumismo leva ao entendimento de que a perspectiva da exportação de capitais é o fomento de mercados de consumo, ocorrência que dissimulava o caráter de exploração de classes das relações capitalistas que acompanhavam a disseminação de tais exportações.

⁷⁴ John Woolman (1720-1772), ministro quacre e ensaísta que viajou pelas colônias americanas pregando contra o alistamento militar, os impostos britânicos e, principalmente contra a escravidão, propondo um boicote aos produtos do trabalho escravo. Citado por Lens (2006:33).

06/07/1920 às edições, francesa e alemã, de “*O imperialismo...*”, acerca da Primeira Guerra Mundial, que ela tinha sido,

de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das “esferas de influência” do capital financeiro, etc.[e complementava dizendo que] a prova do verdadeiro caráter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objetiva das classes dirigentes em todas as potências beligerantes (1986:581).

O papel da guerra moderna, na atribuição de Lênin, era o de caráter socioeconômico.

Uma releitura dos textos de Lênin convence de que suas teses referentes ao imperialismo continuam passagens obrigatórias, apesar do tempo decorrido desde suas análises – e das mudanças sofridas pelo imperialismo na história – para todo aquele que pretenda entender o fenômeno na sua versão capitalista. Suas análises, no que concerne ao aspecto econômico do capitalismo, resistiram à prova do tempo e das mudanças de perfis do sistema durante todo o século XX e início do XXI.

As perspectivas futuras, por enquanto, pertencem à escatologia. No entanto, um importante contraponto às suas ideias foi as contribuições de, reconhecidamente, um dos maiores divulgadores (conhecidos como ‘vulgarizadores’) das obras marxistas do período de 1904-1910, como também um dos maiores teóricos marxista desse período: Karl Kautsky. A elas, então.

Kautsky e o superimperialismo

Tão vasta como o campo de batalha é a tarefa a realizar a organização socialista da produção mundial.
Kautsky (1979:108)

Apesar das contundentes críticas acerca dos posicionamentos teórico-políticos de Kautsky, é inegável sua condição de vulto emblemático da história do marxismo, construtor de trajetória intelectual e política controversa, tendo sua história se confundido com a história mesma da II Internacional (1889-1914) e do movimento operário mundial. Assim é reconhecido até mesmo por seus arqui-críticos e detratores⁷⁵.

⁷⁵ Muitos foram os que fizeram severas críticas à teoria – e aos posicionamentos políticos – kautskyana a partir de 1910. Dentre os marxistas, Lênin foi o que mais se destacou. Aqui restringir-se-á às críticas de Lênin, Bukhárin e Rosa Luxemburg. Quanto aos aqui identificados como detratores, a referência aponta as críticas ferinas por ele recebidas de marxistas da III Internacional, quase sempre calcadas na adjetivação de traidor. Acerca, ver Bertelli (1988:8).

Discípulo de Engels entre os anos 1885-90, mudou-se para a Alemanha, onde rapidamente consolidaria sua posição de principal teórico do maior partido social-democrata da época, o SPD (Partido Social-Democrata) alemão, contribuindo, sobretudo, na formulação do *Programa de Erfurt*, em 1891. Isso num período de intenso crescimento dos partidos social-democratas na vivência institucional de vários países da Europa. Permaneceu no SPD até 1917 quando, dissidente, participou por cinco anos do USPD (Partido Social-Democrata Independente), voltando à velha facção quando este último se dividira. Merece menção o destacado papel que desempenhou como controverso pensador marxista na II Internacional e como fundador e editor do *Die Neue Zeit* (O Novo Tempo)⁷⁶. Sob sua direção, este se tornou o principal órgão teórico da social-democracia alemã.

Ao analisar, mesmo que sucintamente, sua obra, vê-se que uma de suas principais características foi a pluralidade de temas e enfoques que abordou. Ao se ter contacto com *A questão agrária*⁷⁷, escrita exatamente no marco zero do século XX (1900), quando seu autor era reconhecidamente um dos divulgadores da teoria marxiana e um de seus mais ilustres teóricos. Dúvidas não deixam de que se trata de sua mais contundente obra. No entanto, no que se refere à sua concepção de imperialismo – aspecto que interessa diretamente aqui – o artigo *O imperialismo e a guerra*⁷⁸ é nosso objeto de análise.

As formulações kautskyanas acerca do tema imperialismo não inovaram muito, exceto no que diz respeito ao *superimperialismo*⁷⁹. Seguindo a mesma linha de raciocínio da social-democracia do século XIX, concebia o imperialismo como a política de expansão capitalista, substituidora do “livre comércio” do período colonial. Debilidade que, para Reberieux o marxismo só suprimiria com a publicação de *O capital financeiro*, de Rudolf Hilferding, em 1910 (1984:309).

Para Kautsky, no capitalismo, uma dupla relação envolve a indústria e a agricultura: suprimentos e mercado consumidor. Esta relação, sendo de suma importância para a

76 Revista do Partido Social-Democrata alemão e primeiro veículo marxista publicado sistematicamente desde 1884.

77 É impressionante a densidade desta reflexão socioeconômica do desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao completar oitenta anos de escrita, ela recebeu uma edição comemorativa no Brasil, apresentada por Moniz Bandeira (Kautsky, 1980).

78 Intitulado, originalmente, *Der Imperialismus*, foi republicado pela *International Socialist Review*, em setembro de 1914, sob o título de *Imperialism and the War*. Esse artigo foi traduzido e publicado pela *Revista História e Luta de Classes*, em sua edição nº 06, de novembro de 2008, sob o título *O imperialismo e a guerra*.

79 A tese do superimperialismo foi defendida originalmente por Karl Kautsky, especialmente em artigo publicado no *Die Neue Zeit*, em 11 de setembro de 1914, quando a Primeira Guerra já havia sido deflagrada. Em 30 de abril de 1915, Kautsky ratificava sua teoria num artigo publicado no nº. 5 da revista, intitulado “*Zwei Schriften zum Umlernen*” (apud Lênin in: Bukhárin, 1984:12).

continuidade do processo de acumulação, pode sofrer rupturas que, por sua vez, pode se manifestar de duas formas:

De um lado, se o mercado para os produtos da indústria nos distritos rurais não se ampliarem na mesma velocidade de sua produção, teremos a chamada super-produção. De outro, se a agricultura não der conta de produzir uma quantidade suficiente de matérias-primas e alimentos, então sofreremos um aumento do custo de vida. Qualquer um dos dois pode rapidamente levar ao outro. O aumento dos preços gera pânico, que é apenas um outro nome para super-produção, e o pânico leva à queda de preços (KAUTSKY, 2008:75).

Tal condição a que se submete o capitalismo leva sua esfera industrial a desprender um contínuo esforço para ampliar a sua região agrária como necessidade de sobrevivência. O método de que se o capitalismo, nesse sentido é o imperialismo, mas poderia ser qualquer outro, como o fora o “livre-comércio” para o domínio britânico. Aliás, o imperialismo teria sido fruto da obsolescência do “livre comércio” enquanto mecanismo de dominação, já que este acabara por permitir o surgimento de novos concorrentes. Ao exportar capitais, os centros capitalistas obtinham a lealdade das classes dominantes locais, facilitando a manutenção da subserviência regional ao projeto imperialista em escala internacional: criar um clima de dependência política nas regiões agrícolas.

Assim, Kautsky concordava com seus pares quanto à inexorabilidade do imperialismo para a sobrevivência do capitalismo. As controvérsias, no entanto, diziam respeito, particularmente, a três pontos: a) ser o domínio dos territórios agrários a principal característica do imperialismo; b) negação dos conflitos interimperialistas enquanto *conditio sine qua non* do sistema capitalista; e c) negativa do imperialismo enquanto última fase do capitalismo – seguido a ele viria o superimperialismo, uma espécie de Santa Aliança entre imperialistas (KAUTSKY, 2008:77).

Nessa lógica, concebia a guerra imperialista como uma anomalia capitalista típica do processo civilizatório próprio do sistema, e não algo “congenito”, podendo ser contornada no seio da própria ordem burguesa, tratando-se apenas de uma das consequências dos interesses conflitantes dos setores agrícolas parasitários e burgueses a eles vinculados. Numa posição oposta a Lênin e a Rosa Luxemburg⁸⁰, Kautsky resgatava Hobson em sua compreensão de imperialismo como uma das políticas possíveis do capital, por sinal inconveniente naquilo que

80 A cisão política entre Kautsky e Rosa Luxemburg se verificou em 1910, ao se consumir o rompimento do antigo bloco majoritário marxista nas lutas político-operárias de então. Acerca, ver Luxemburg (1984: XXIV).

se referia aos seus custos, confirmando, mais uma vez, as influências deste, mesmo quando as formulações se distanciavam em pontos distintos.

Antevia Kautsky, no início do século XX, probabilidades de existência de uma nova fase histórica no desenvolvimento do sistema capitalista a apontar para possibilidades de paz no seio do imperialismo capitalista, cimentada por acordos entre alguns grandes conglomerados pelo monopólio do mercado mundial. Via ele prenúncios de que os Estados imperialistas chegariam a uma regulação pacífica das disputas pela partilha do mundo, combinada entre os cartéis, constituindo uma espécie de associação internacional de imperialismos nacionais, envolvendo o grande capital; um super truste que poria fim às rivalidades e às lutas entre os cartéis particularizados no interior dos Estados, através da eliminação de particularismos indesejáveis a seus interesses (guerras, convulsões políticas, conflitos institucionais, etc.). Sua conclusão contrariava a da inevitabilidade da guerra sob o capitalismo, tampouco o imperialismo era conflitante com a paz, sendo possível mesmo uma união de imperialismos, numa espécie de combinação de exploração financeira conjunta do mundo.

Uma vez tendo se afastado do marxismo – e, por consequência, se aproximado da ala conservadora do partido social-democrata alemão ao defender a possibilidade de paz sob o imperialismo (teorema do superimperialismo) – aproximou-se por demais dos mencheviques, passando a tecer severas críticas aos bolcheviques. Assim se posicionando, exerceu a notória e evidente posição de ideólogo oficial da social-democracia alemã, tendo, antes da I Guerra Mundial, se contraposto às tentativas revisionistas da obra de Marx⁸¹. Após a declaração de guerra, no entanto, passou a conciliar internacionalismo e defesa nacional declarando-se, mais tarde, adversário da ditadura do proletariado.

Suas convicções feriam frontalmente as concepções leninianas, que afirmavam ser a guerra interimperialista uma tendência inerente à acumulação capitalista. Ao aventar possibilidades outras sob o capitalismo, Kautsky acabou gerando um contundente debate com Lênin⁸² – mas não só com este – em meados da segunda década do século XX. No calor desse

81 Nesse sentido, sua obra *O caminho do poder*, originalmente *Weg zur Macht*, pode ser considerada como a mais fecunda contraposição ao revisionismo. Este livro foi publicado no Brasil, em 1979, pela Hucitec.

82 É o próprio Lênin quem declara Kautsky como principal interlocutor no que se refere ao tema, dizendo: “... vemo-nos obrigados a discutir, sobretudo com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914” (1986:642). Acerca da importância das contribuições kautskianas, Paul Singer afirma ser Kautsky o “mais eminente teórico marxista da época” (ver LUXEMBURG, 1984: XII).

debate, Lênin acusa Kautsky de ter se desviado da senda marxista desde 1909⁸³, quando defendeu uma formulação cujos pressupostos continham juízos que, resumidamente, negavam: o caráter distinto da etapa imperialista; a identidade entre o capitalismo contemporâneo e o imperialismo; e, a inexorabilidade da guerra imperialista sob o capitalismo, justificando que esta não era de interesse no espraiamento das relações capitalistas.

Para Lênin, em seu conjunto, tais preceitos negavam a compreensão marxista de imperialismo, sendo que Kautsky e companhia dissimulava

a profundidade das contradições do imperialismo e a inelutabilidade da crise revolucionária que se engendra [além de ser] do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo de pior espécie” (1986: 631; 584).

Justificava Lênin tais acusações por entender a compreensão kautskyana como defensora dos interesses burgueses que ocultavam o conteúdo da luta pela partilha do mundo, cuja disputa se dava não por uma questão de particular perversidade burguesa, mas pelos

objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico-econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes (...) porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no ‘segundo o capital’, ‘segundo a força’; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo (1986:631).

Assim, a essência do imperialismo dizia respeito às aspirações das grandes potências pelo domínio mundial, o que torna a guerra elemento intrínseco ao capitalismo em sua sanha de acumulação/concentração/centralização. Nesse sentido, Lênin acusava Kautsky de dar passos atrás à própria contribuição hobsoniana, que concebia a proeminência dos interesses financeiros sobre os comerciais (negando a essencialidade destes nos processos de anexação das regiões agrárias) e o caráter da rivalidade entre os imperialistas na expansão política do imperialismo. Para Lênin, Kautsky ressalta, arbitrariamente e unilateralmente, apenas o caráter

83 Lênin acusou Kautsky, por várias vezes, de ter se tornado um ex-marxista (1988:245), agravo, aliás, que é consenso em todas as correntes marxistas, com exceção, claro, a dos “revisonistas”. Segundo Lênin (ver BUKHÁRIN, 1984:12), a última vez que Kautsky teria se posicionado como marxista teria sido em 1909, quando publicara a brochura *O caminho do poder*, em Berlim.

nacional do imperialismo, relacionando-o com o capital industrial e seu interesse na anexação das regiões agrárias. No entanto, resguardada a importância da questão nacional, o que distingue o imperialismo não é o capital industrial, mas o financeiro que, ao contrário da atenuação das contradições, acentua a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial (1986:644-647). Quanto à tendência predominante das anexações, ela se dá não somente nas regiões agrárias, mas também nas industriais. Como se vê, as discrepâncias entre os pressupostos leninianos e kautskyanos acerca do imperialismo são profundas e justificadas. Resultado é que as formulações de Kautsky acabaram lhe custando a alcunha pejorativa de “renegado”⁸⁴, por parte da ala radical do marxismo de sua época, sofrendo uma avalanche de críticas, desde Bukhárin a Stálin, passando por Rosa Luxemburg.

Salvadori elabora um memorável esquema que elenca a multiplicidade das críticas às formulações e contribuições kautskyanas, no qual afirma que as interpretações acerca da produção de Kautsky podem ser classificadas da seguinte forma:

1) houve quem visse em Kautsky o continuador ‘par excellence’ de Marx e Engels no curso de toda a sua atividade de teórico e de estudioso; 2) quem, como Lênin, considerou-o um “mestre de marxismo”, durante um certo período, até o momento em que traiu o marxismo; 3) quem, como primeiro Rosa Luxemburg e depois Mehring, chegou à conclusão de que Kautsky estudou bastante Marx, mas sem entender o nexo entre teoria e prática revolucionária, reduzindo por isso o marxismo a um doutrinário “filisteu”; 4) quem, como Karl Korsch, definiu a obra de Kautsky como uma verdadeira deformação do “espírito” do marxismo, em consequência da incompreensão radical das “categorias” de Marx e de sua matriz dialética e hegeliana; 5) quem, finalmente, como os revisionistas alemães depois da polêmica do final do século sobre a relação entre desenvolvimento social e a teoria marxista, acusou a Kautsky de se ter tornado o pontífice de uma doutrina reduzida a falsa consciência da realidade.... (1982:299).

Dito isto, e desta maneira, vê-se o quanto plural haviam se tornado as concepções marxistas de então e como esta multiplicidade detonara uma ruptura na pretendida unidade de percepções marxistas. E todas essas divergências foram ericadas na II Internacional, quando outra onda de intensas críticas era desfechada por, destacadamente, Karl Korsch, Arthur

84 No prólogo de *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Lênin reafirma: “eu acusei publicamente a Kautsky de ser um renegado, muito antes de os bolcheviques tomarem o poder e, por este motivo foram condenados por Kautsky” (1978:81). Tal epíteto, no entanto, causou bastante inquietação, como revela mesmo o duro, crítico e necrológico – porque escrito quando da morte de Kautsky – artigo “Karl Kautsky: de Marx a Hitler” de autoria de Paul Mattick. Acerca, ver Bertelli (1988). Disponível também em http://www.geocities.com/jneves_2000/kautsky.htm. Acessado em 24/06/2008.

Rosenberg, Luckács e Antonio Gramsci⁸⁵. Mesmo assim, o pivô de tal dilaceramento entre marxistas, o *kautskysmo*, deixou um legado que seria herdado por parte da geração que pensou o imperialismo no pós-II Guerra, como foi o caso dos teóricos da Teoria da Dependência. Assim é que alguns marxistas que pensaram esse período não mais descartaram a possibilidade do superimperialismo, como é o caso de Gorender (1999), Bandeira (2005) e Brenner (2003). E, se estes não são tão numerosos, pelo menos alguns causam certo estardalhaço, como os autores de *Império* (ALMEIDA & ALMEIDA, 2006).

Conclui-se considerando que, apesar dos percalços político-ideológicos de Kautsky e de sua obra, a história – em geral e particularmente do marxismo – não pode deixar de registrar a importância desse convulsivo personagem, tanto para o socialismo quanto para o movimento operário mundial, ao lado de outra grande figura a quem tanto deve o fazer revolucionário marxista: Rosa Luxemburg.

Rosa Luxemburg: o papel da guerra e do imperialismo predatório

Aqui está toda a originalidade e o mérito de Rosa: que não se tenha limitado com fórmulas gerais acerca das contradições inerentes ao modo de produção capitalista (...) senão que tenha tratado de propor perguntas ali onde Kautsky e sua escola não viam mais que respostas (...) de haver compreendido que efetivamente ali havia perguntas às quais o mesmo Marx não havia dado respostas.
Mandel (1986:15)

Ao se aproximar de uma biografia da magnitude da de Rosa Luxemburg⁸⁶, marcada pela singularidade de uma vida literalmente entregue aos ideais revolucionários, vê-se que tem razão Singer ao não economizar adjetivos quando o assunto é a trajetória da “sediciosa” Rosa. Elenca-o:

fundadora e líder da social-democracia polonesa, líder da ala esquerda da social-democracia alemã, jornalista, polemista, teórica da ação política, teórica da economia política, além de protagonista e mártir de duas revoluções: a russa de 1905 e a alemã de 1918/1919. E ela foi tudo isso num grau de perfeição tão elevado que sua legenda nada fica a dever a um Hilferding, Lênin ou Trotsky (1984: VII).

Continuando na senda dos neoclássicos da economia política marxista, elege-se a obra de Rosa Luxemburg, publicada em 1913, *A acumulação do capital: contribuição ao estudo*

85 Acerca do tema, ver Andreucci (1982).

86 Para Andreucci (1982:270), a Rosa Luxemburg – juntamente com Rudolf Hilferding – devemos as tentativas mais consistentes de análise do capitalismo contemporâneo.

*econômico do imperialismo*⁸⁷, por entender que ela seja a obra de maior fôlego da autora acerca do tema, numa perspectiva histórica e político-econômica.

Aqui, como nas abordagens anteriores nas quais se tratam as principais contribuições teórico-analíticas no processo de construção da categoria *imperialismo*, restringir-se-á a estes aspectos. No entanto, como na grande maioria dos marxistas, qualquer tentativa de abordagem das formulações teóricas de Rosa implica confundir suas construções com sua prática, por terem uma característica peculiar: a de associar produção teórica e ação política. Foram – e são – agentes sociais; mais que simples intelectuais, foram – são – homens e mulheres de seu tempo e de sua ação; e, mais do que escolas de pensamento, conduziram – conduzem – movimentos políticos.

Antes de completar 18 anos, Rosa já tinha que deixar seu país natal para não ser presa por suas atividades políticas, indo para Zurique, onde encampou a construção da Social-democracia do Reino da Polônia, já como a sua maior expressão intelectual (BOTTOMORE, 1988:224). Passou boa parte da sua vida na prisão e nas lutas políticas, atividades que acabaram levando-a à morte.

Em *A acumulação...*, Rosa entendia que o fim da expansão capitalista não estava na esfera econômica, mas na social e política. Ou seja, na eliminação das esferas não-capitalistas de produção, resultado da completa penetração das relações capitalistas no mercado mundial, entendimento que acabou por levar Rosa a cultivar dissonâncias com o austro-marxismo tanto quanto com leninistas de seu tempo, passando a sofrer, *a posteriori*, a crítica de Mandel (1982). Mas essas dissonâncias tinham suas raízes fincadas em discordâncias mais profundas no seio da concepção marxiana de reprodução, embora Rosa ressaltasse que Marx tratava, efetivamente, tanto do processo de apropriação dos meios de produção não-capitalistas tanto quanto da chamada “acumulação primitiva” (1984:28). No entanto, afirmava que o esquema marxiano da teoria da reprodução do capital não teria sido suficientemente elaborado⁸⁸, pois não explicitava o movimento do capital entre as áreas geográficas, fazendo-se necessário o desenvolvimento de uma compreensão que preenchesse essa lacuna.

87 Não será adentrada a crítica da análise das formulações luxemburguianas. Para uma crítica da leitura feita por Rosa dos esquemas marxianos de reprodução do capital, ver Eckstein (1984) e Sweezy (1983). Interessa-se, aqui, o enfoque dado à problemática do imperialismo, a sua orientação metodológica e seus teoremas relacionados ao tema. Oportunamente, concorda-se com Negt, quando afirma que sua leitura dos esquemas marxianos foi fruto de parte da luta que travou contra os revisionistas que “reduziram a teoria marxiana (e, antes de mais nada, os esquemas de reprodução) a formas estranhas à vida e à realidade” (1984:25).

88 Luxemburg finaliza o capítulo VIII de *Acumulação...* Vol. I, afirmando que encerrava “a análise do processo de reprodução; e o volume II de *Das Kapital*, sem que se chegasse à solução tão almejada para a dificuldade da questão”. Aludia às tentativas de solução das dificuldades do esquema proposto por Marx (1984a:93).

Rosa compreendia o processo de reprodução social de um prisma diferenciado do de Marx. Dizia que o esquema da reprodução, em Marx, não levava em conta a produtividade crescente do trabalho, pressupondo sempre a mesma composição do capital, ou seja, sempre a mesma base técnica do processo de produção. Ao mencionar partes das citações que confirmam o entendimento de certa inalterabilidade do processo de reprodução no esquema marxiano – e que perpassa toda a obra *O Capital* – apontava que o esquema de acumulação marxiano baseia-se numa rigorosa proporcionalidade no crescimento dos dois Departamentos⁸⁹, sendo impossível o aumento mais rápido do Departamento I em relação ao II. Esta lógica implica em que, sob qualquer prisma de abordagem, as alterações no modo de produção – no que se refere à sua acumulação – em última instância, implicam em rompimento das relações fundamentais do referido esquema. Assim seria o caso do movimento da acumulação extensiva, concebido por ele de forma a excluir a ampliação por saltos do mercado, assim como o desenvolvimento unilateral de ramos isolados de produção que venham a se antecipar aos demais, pressupondo um movimento do capital total.

A corajosa revolucionária que, na sua trajetória política – assim como nas suas concepções teóricas – partia da análise de Marx, não teve problemas quando entendeu – e publicizou – as lacunas deixadas pela teoria marxiana da reprodução do capital. Ao mesmo tempo em que, ousadamente as apontava se incumbia da tentativa de reformular os pressupostos de tais esquemas e, dali, retirar sua teoria do imperialismo. Para Luxemburg, essa dinâmica da proporcionalidade contrapõe-se ao real movimento do capital, já que a história do modo de produção capitalista caracteriza-se exatamente por saltos em sua expansão periódica e por um desenvolvimento heterogêneo dos ramos distintos da produção (1984b: 12-14). Segundo ela, nos marcos do esquema marxiano de acumulação, acumular significa desviar parte da produção de bens de consumo para a produção de bens de capital (de produção). Em outras palavras, representa o sacrifício de parte da demanda de consumo para a efetivação de nova composição orgânica de capital.

Nesse esquema, uma contradição se estabelece: a de que a inexorabilidade prévia da acumulação destrói a motivação própria para acumular (SINGER, 1984:XL). Porém, Rosa não restringiria sua contribuição a esse aspecto da análise marxiana do capitalismo, transitando

89 Departamentos, na alusão de Marx trata-se de ramos da produção capitalista assim identificados: Departamento I, concentra a fabricação dos meios de produção (matérias-primas, energia, prédios, máquinas e ferramentas); Departamento II identifica o setor de produção dos meios de consumo (bens de consumo), reconstituintes da força de trabalho dos produtores diretos, assim como da manutenção dos capitalistas e de seus dependentes; e o Departamento III, trata-se dos ramos da produção capitalista que não entram no processo de reprodução (artigos de luxo para o consumo dos capitalistas ou a produção de armamentos e elementos logísticos de guerra).

pelo quadro das condições históricas da acumulação capitalista. Desenhando o desenvolvimento sistêmico desde sua gênese, ela dá ênfase ao solapamento das bases econômicas da economia natural pelas de mercado, num processo em que, paulatinamente, se espraiam as relações capitalistas nos espaços em que predominavam as não-capitalistas, numa trajetória onde estas são suprimidas até que o processo de transformação de todas as relações à imagem do capital se complete, tal qual dizia Marx.

No entanto, se bebia na fonte das formulações subconsumistas de Hobson, Rosa distinguia-se deste por usar o esquema marxiano dos dois Departamentos. Futuramente, Baran apontaria outro lado da questão não aventado por esta teoria, e que estava para além do volume do excedente econômico⁹⁰ e da necessidade de oportunidade de áreas de investimento, mas a procura de capital acumulado e a disponibilidade de áreas para tais fins com retorno lucrativo. Diria ele que,

a preocupação de certos autores com o que consideravam um volume muito grande de excedente econômico, sua insistência em controlar uma acumulação de capital “excessiva”, suas queixas em relação ao subconsumo, eram encaradas como supervalorização míope do presente em relação ao futuro, como preocupação e insistência que refletiam compreensível compaixão por seus semelhantes menos privilegiados e insuficiente percepção dos cânones da sã economia (1984: 79-80).

Para além do rótulo de subconsumista, o que sucedia então é que Rosa Luxemburg criticava os fundamentos daquele argumento que, para ela, partia de um princípio equivocado que é o da limitação da demanda dos bens de produção. Em seu entendimento, a crise capitalista não estava ligada à incapacidade de absorção dos bens de consumo por parte dos trabalhadores, mas á falta de perspectiva de lucros melhores obtidos pela sua utilização. Assim sendo, aventava três possibilidades através das quais a aplicação de tal teoria poderia ser validada, “escapes” que apontavam saídas para as crises capitalistas de subconsumo/superprodução. O primeiro deles dizia respeito à possibilidade de absorção da produção por sociedades pré-capitalistas, possibilidade que, por sua vez, negava o esquema marxista dos dois Departamentos; o segundo seria através dos gastos militares, principalmente com armamentos (financiados pelo Estado através de tributação ou empréstimos bancários sem fins lucrativos e de uso improdutivo), resolvendo, assim, o problema da realização; por último, o consumo de luxo como nova fonte de demanda total de bens de consumo.

90 Acerca de uma crítica à concepção de “excedente econômico” de Baran e Sweezy, ver Mandel (1982:265-332; 376-378).

Se, por todas essas ressalvas, muitas vezes soa incoerente rotular Rosa de subconsumista, por outro lado, a história tem mostrado que determinados aspectos dessas “emendas” validaram a teoria do subconsumo, entre esses, o aumento dos salários reais na produção de artefatos bélicos e de material logístico de guerra durante os tempos de contendas interpaíses, pondo em risco a taxa de lucro dos capitalistas.

Na lógica de sua análise, a desproporcionalidade entre produção e consumo era um importante ponto de partida para a análise marxista das crises, reforçando a teoria do subconsumo como possível saída para o problema da realização da do mais-valor. Partindo do entendimento de que, nos modos de produção pré-capitalistas, o que determina o processo da reprodução são as necessidades de consumo da sociedade e que, no capitalismo, esse momento se dá na realização da mais-valia, afirmava que a crise da economia capitalista – principal fator que levava à necessidade subsequente de anexação de um número crescente de ambientes ainda não capitalistas à esfera destas relações – estava diretamente vinculada a dificuldades na realização daquela. Daí concluir que as grandes corporações apelavam para o imperialismo como forma de realização da sua produção, fomentando mercados em sociedades nas quais as relações capitalistas ainda não haviam se desenvolvido.

Na leitura que fazia nas balizas marxianas do primeiro livro de *O Capital* no que se refere à *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, via na introdução de novos métodos que substituíam a força de trabalho uma ameaça à taxa de lucro capitalista. Na busca de superação dessa debilidade sistêmica, os gastos militares do Estado constituíam um campo da acumulação de capital, o que afirmava tendo por testemunha a história própria do capitalismo em suas fases distintas, desde o processo de acumulação primitiva até a fase imperialista. Assim, Rosa compreendia o capitalismo como tendo, historicamente, se desenvolvido através da subjugação de povos e culturas nos mais diversos estágios de incremento tecnológico e nas mais diferentes formas de organização social no intuito de apossar-se dos elementos materiais de sua reprodução. Uma sina cujo fim inevitável era a guerra imperialista pelo domínio de tais territórios.

Em linhas gerais, o processo de acumulação capitalista, assim entendido, balizaria a concepção luxemburguiana de imperialismo. Para Rosa, a acumulação capitalista está efetivamente vinculada – no que toca aos elementos materiais – aos círculos de produção não-capitalistas por meio do capital constante, do capital variável e da mais-valia. Sendo o barateamento dos elementos do capital um dos meios essenciais de elevação da taxa de lucro

através do aumento da produtividade⁹¹, o que, em consequência, elevava também a taxa de mais-valia⁹². Mas, insiste ela, essa apropriação está longe de ser explicada pela forma material do mais-valor de cunho capitalista, pois, para “o emprego produtivo da mais-valia realizada é necessário que o capital disponha cada vez mais do globo terrestre todo a fim de ter uma oferta qualitativa e quantitativamente ilimitada no condizente aos respectivos meios de produção” (LUXEMBURG, 1984b: 24). Para justapor, cita os exemplos da incorporação do algodão egípcio quando da Guerra de Secessão americana e da extração da borracha na República Livre do Peru. Em ambos os casos a base produtiva desses materiais era fundada em formas primitivas de exploração. Isso em se falando do capital constante.

Procedimento semelhante ocorre em relação ao capital variável, que, no processo de acumulação ampliada, tende a crescer. Mas, para que a acumulação se dê regularmente, o capitalista necessita de uma oferta cada vez maior de mão-de-obra que lhe garanta liberdade de movimento. Se tal necessidade não é satisfeita – quando seu crescimento é vegetativo – o sistema necessita de novos “reservatórios sociais” dos quais afluam a força de trabalho que não se encontra sob o comando do capital, ou seja, sob regimes de trabalho em processo de decomposição dos países não-capitalistas. Na concepção luxemburguiana, tais forças de trabalho devem ser “libertadas” para que possam adentrar à condição de exército ativo do capital. Esse processo constitui a condição histórica indispensável ao desenvolvimento capitalista, resultando na tendência “incontida” do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades, inclusive porque as relações primitivas permitem intervenção mais rápida e violenta da acumulação que a imaginável em condições puramente capitalistas (LUXEMBURG, 1984b: 25-29).

Por mais óbvio que este quadro possa parecer, ele evoca um fundamental ponto que envolve as condições de realização e de capitalização do mais-valor. E Rosa estava atenta a esse fato ao afirmar que “a realização da mais-valia exige somente a expansão geral da produção mercantil, mas a capitalização, pelo contrário, exige uma substituição progressiva da produção mercantil simples pela produção capitalista...” (LUXEMBURG, 1984b: 67). Assim, via na expansão da rede ferroviária – financiada através de empréstimos públicos – a penetração do capital, refletida na introdução da economia mercantil, na industrialização dos países e na revolução capitalista na agricultura. Eram estágios do processo de acumulação

91 Todas as vezes em que aqui se refere à produtividade, diz respeito à produtividade da força de trabalho, ou seja, à quantidade de produto obtida em referência à quantidade de trabalho utilizada para produzi-la.

92 Trata-se da relação de valor entre a mais-valia produzida e o capital variável, representando a repartição (do valor novo produzido) entre os capitalistas e os trabalhadores. Também definida como taxa de exploração do trabalho assalariado.

capitalista, que, juntamente com o crédito, transformavam o capital-dinheiro em capital produtivo. Ao ser aplicado em ambientes exógenos, na forma de ferrovias, portos, indústrias de mineração, etc., o capital, antes de transformar as relações ali existentes em relações capitalistas, retornava a seu ambiente de origem, na forma de pagamento dos meios de produção ali produzidos, materializando-se. Ao mesmo tempo em que tais capitais alavancavam os Estados modernos na trilha capitalista, também criavam laços de tutela em relação aos centros sistêmicos através do controle financeiro sobre as políticas externas, alfandegárias e comerciais, ressaltando a essencialidade dos empréstimos na abertura de novas áreas de investimento para o capital acumulado nos países capitalistas (1984b: 65-66). Assim, para que

sua mais-valia se capitalize, é necessário que ele [o capitalista] encontre no mercado as formas concretas que pretende dar a seu capital acrescido. Primeiro, precisa dos meios materiais de produção – matérias-primas, máquinas, etc. – para dar forma produtiva a sua fração de capital constante, recursos que são necessários ao tipo de produção planejado e escolhido por ele (LUXEMBURG, 1984a: 15).

Nesse sentido, a definição luxemburguiana de imperialismo constitui a “expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (LUXEMBURG, 1984b: 83). Ao incorporar áreas ainda não congregadas aos interesses produtivos capitalistas, o capital destruía formas primitivas de produção e, ao destruí-las, destruía junto as bases para a sua acumulação, pois o imperialismo é, paradoxalmente, tanto “um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência” (Idem). E assinalava, peremptoriamente:

a acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos: um deles desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. (...) O outro aspecto da acumulação de capital se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras (Ibidem, 86-87).

A contribuição de Rosa ao entendimento das relações que se estabelecem entre as grandes potências econômicas e seus satélites – embora não precisamente aplicados estes conceitos – é de grande importância para se entender o ambiente em que se estabelece e se

reproduz a acumulação capitalista sob o imperialismo. Ela percorre a trajetória do capital desde sua origem – espaço geoeconômico em que não pode se reproduzir pela inexistência de necessidade de produtos excedentes, dado o desenvolvimento das forças produtivas – até a sua aplicação nos países recém-emancipados – ou semicolonizados, de economia não-capitalista – criando ou forjando violentamente demandas. Uma vez estabelecida esta relação, o consumo das classes (burguesa e operária) diretamente interessadas é realizado mediante o pagamento por parte desses novos consumidores, que passam a necessitar de meios monetários para realizá-lo. Necessidade, aliás, suprida pela troca mercantil que se estabelece entre as novas e as antigas economias capitalistas. Assim, em suma, se realiza a acumulação do capital ocioso dos centros capitalistas, ao encontrar espaço de produção e realização de sua mais-valia (LUXEMBURG, 1984b: 65-71), e isso porque a acumulação num contexto capitalista fechado é impossível, se estagna, atingindo aí seu limite, se parte dos consumidores responsáveis pela realização da mais-valia necessária à acumulação não advir de esferas não-capitalistas.

Em síntese, para Luxemburg, enquanto processo histórico, a acumulação de capital só se processa se for acompanhada desse constante intercâmbio material; estas sociedades são responsabilizadas pela oferta de mercado para a produção capitalista, assim como fornecedoras de meios de consumo, meios de produção e mão-de-obra. Para Singer, Rosa estava certa ao sustentar que uma economia capitalista sem relações comerciais com setores não-capitalistas era incapaz de acumular. É a contradição entre poupança e acumulação que mostra que este modo de produção só pode funcionar normalmente inserido num meio não-capitalista que lhe forneça um mercado “externo” em expansão, que compensa a redução de seu consumo “interno” (SINGER, 1984:XL).

Rosa e o debate marxista do imperialismo no alvorecer do século XX

... a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe.

Luxemburg (1984b: 86-87)

Quando Reberieux afirma que em *agosto de 1914, a Internacional naufragou com a guerra* (1984:279), ela se referia à Segunda Internacional. No entanto, deve-se atentar para o fato de que a I Guerra Mundial trouxe rupturas profundas na organização dos marxistas, assim como na posição das organizações operárias, sindicais e partidárias vinculadas à classe

trabalhadora como um todo. Vivendo num contexto em que os elementos das guerras imperialistas eram evidentes⁹³, assim como os prenúncios de uma guerra generalizada (I Guerra Mundial), dos marxistas – que têm por princípio o estabelecimento de uma relação entre a teoria e a experiência concreta – exigia-se uma intervenção, tanto política quanto teórica, contra os principais elementos provocadores da corrida armamentista, ou seja, o colonialismo, o militarismo e o imperialismo como um todo.

Nesse processo, enquanto Rosa via o esquadramento do mundo a partir dos interesses capitalistas, em territórios e áreas econômicas ainda não totalmente exploradas, outros marxistas vislumbravam possibilidades diversas, tais como o advento de uma paz duradoura sob o imperialismo (kautskystas); probabilidades de transformação da guerra imperialista em revolução proletária (Domela Nieuwenhuis⁹⁴ e, numa outra perspectiva, Rosa e Bebel); ou a defesa da paz (Volders, Jaurés).

Desse modo, dizia Rosa que a primeira década do século XX caracterizava-se, de maneira especial, pelo movimento mundial imperialista do capital, marcado pelas reformas militar e financeira num contexto de emancipação econômica do Estado moderno no qual a guerra era um momento decisivo, constando do método político habitual pelo qual um novo Estado capitalista se liberta da tutela do antigo. Papel essencial também desempenha os empréstimos públicos externos como meio de emancipação dos novos Estados capitalistas, de forma que, quanto maior o endividamento junto ao capital europeu, mais recursos são arrancados da economia camponesa, a título de arrecadação fiscal, recaindo sobre as costas da classe que trabalha, por meio dos impostos indiretos, os custos do militarismo.

Segundo Badia, atenta para as suas novas características do imperialismo, Rosa foi “a primeira pessoa a analisar teoricamente o militarismo” (1977:24-25), afirmando que estes aspectos, aparentemente novos, não modificavam, essencialmente, a estrutura do capitalismo. Como marxista convicta que era, concebia a luta de classes como o motor da história, não se iludindo com as afirmações de que os gastos com o militarismo retiravam diretamente do mercado parte da capacidade de consumo dos trabalhadores. Para Luxemburg, “o que um

93 Presença de conflitos entre as grandes potências do fim do século XIX e início do século XX: divisão da África; Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); Guerra Hispano-Americana (manifestação do imperialismo estadunidense: Cuba (1898-1902), Porto Rico (1898) e Filipinas (1898-1910); Guerra Sul-Africana (BOERS: 1899-1902, Revolta dos Boxers (1900), aumento das rivalidades imperialistas no Império Otomano, Península Balcânica, Ásia Central e Marrocos); Guerra Russo-Japonesa de 1904; Revolução Russa de 1905; Revolução Chinesa de 1911/1912. Eventos que denunciavam a ascensão de um novo imperialismo, associado ao capitalismo monopolista, que era qualitativamente diferente do colonialismo que o havia precedido. Assim, a I Guerra Mundial já podia ser prevista por alguns dos estudiosos aqui evocados. Acerca, ver Hobsbawm (1988) e Baran (1984:39).

94 Ver Reberieux (1984:292).

grande número de capitalistas produtores de meios de subsistência para operários perde, em mercado, ganha um pequeno grupo de grandes industriais do ramo bélico” (1984:93), concepção também defendida por Hobson (1981). Sob sua ótica, a questão da queda de consumo por parte da classe trabalhadora era falsa, já que todos os patrões cortavam parte do poder aquisitivo dos salários sem se preocupar com tal fato. Pelo contrário, eles se apoderavam da diferença do capital variável daí resultante, aumentando a sua mais-valia relativa (extraída através da elevação da produtividade do trabalho ou da redução do valor do salário real). Na realidade, ao submeter-se à condição da produção dos meios de subsistência (alimentos, moradia, etc.) para as massas trabalhadoras, o capitalista o fazia não por questão filantrópica, mas porque esta é a condição *sine qua non* da produção do mais-valor. Assim, sustentado pelos impostos diretos aplicados sobre a classe trabalhadora, o militarismo garantia a manutenção dos órgãos de dominação de classe (LUXEMBURG, 1984b: 94).

No sentido da estratégia política, Rosa vislumbrava, no caso de eclosão inexorável da guerra, uma ação por parte do proletariado, que devia apropriar-se da conjuntura (crise política e econômica advinda da guerra) e acelerar o processo de superação do capitalismo. No entanto, ressaltava que as manifestações imperialistas (guerra, concorrência interimperialista, protecionismo, belicismo, expansionismo colonial) eram aspectos intrínsecos à própria acumulação de capital em nível mundial, sendo inseparável a luta contra o conflito bélico da luta contra o capitalismo. Enquanto este perdurasse, tais contradições vicejariam.

Suas teses, apresentadas, aplaudidas e aprovadas por unanimidade no *Congresso da Internacional*, em Stuttgart, no entanto, encontravam resistência mesmo nas hostes marxistas, como era o caso da ala kautskyana, que defendia a possibilidade de coexistência pacífica no seio do capitalismo (tese do superimperialismo), ou seja, de que o sistema era capaz de resolver suas contradições fundamentais. Nesse sentido, no entender dos partidários do superimperialismo kautskyano, havia uma separação entre as lutas contra a guerra e as contra o capitalismo, implicando, em última instância, uma aliança tática entre o proletariado e a burguesia no combate contra o conflito bélico.

Fato é que, naquele contexto de pré-Guerra Mundial, Rosa entabulou debates com várias personalidades de seu tempo. Entre os mais destacados podem ser citados Bernstein, Jaurés, Kautsky, Lênin, Scheidemann, entre outros. Quando o debate Rosa Luxemburg/Karl Kautsky eclodiu, ela, mesmo permanecendo membro da Social-Democracia Alemã, arguia

que seu interlocutor buscava em Marx argumentos que justificassem, no plano teórico, o reformismo da direção de seu partido.

Se Kautsky criticava a Revolução Russa por seus percalços no que dizia respeito à negativa da democracia formal como aspiração política, Rosa Luxemburg – por se encontrar mais próxima e embebida pelo processo – ressaltava a importância histórica daquela revolução para a história do movimento operário mundial. Estava ela convencida – contrariamente a Kautsky – de que a Alemanha poderia ser o cenário capaz de re-estrear uma situação revolucionária ao estilo da Rússia. Mais, que a Revolução Russa só poderia ser mantida caso fosse deflagrada uma revolução também na Alemanha. Para Rosa, não havia alternativa: ou se esmagava o inimigo ou seria esmagado por ele. Kautsky, partindo da premissa de que, pela condição de extrema organicidade do Estado alemão, o confronto armado das massas não daria conta da empresa, discordava de Rosa, dizendo que as massas só obtiveram sucesso na Rússia porque lá, tanto o Estado quanto as classes dominantes, encontravam-se debilitados, o que não era o caso da Alemanha, sendo a via parlamentar a forma ideal do confronto com a burguesia.

Tais divergências quanto à forma de organização anti-imperialista da classe operária levariam ao rompimento político e pessoal entre Rosa e Kautsky, dissensão que se estenderia ao bloco marxista como um todo, culminado em 1910. Os pontos de discórdia entre Rosa e Kautsky se estenderam também a Bernstein, que defendia pontos de vista muito próximos aos kautskyanos, inclusive pela irmandade da organização que dividiam, apontando a diminuição da amplitude das crises capitalistas sob o imperialismo a indicar possibilidades de atenuação ou mesmo resolução das contradições sistêmicas dentro dos marcos sistêmicos. Essa contenda apontava, em última instância, que a revolução poderia mesmo nem ser necessária. Mandel resume assim o debate de Rosa com os revisionistas:

Do grande debate com os revisionistas, Rosa havia concluído que um excesso de atenção pelas flutuações a curto prazo correria o risco de desviar a atenção das grandes conflagrações que se enunciavam. As guerras imperialistas e as revoluções – esses dois cataclismos sociais aos que os economistas, incluso marxistas, já não se referiam mais que com um encolhimento de ombros em fins do século passado [refere-se ao século XIX] como pesadelos que a ‘evolução’ econômica havia desterrado definitivamente do terreno do possível... (...) Ela pressente seu advento em sua descrição dos conflitos interimperialistas cada vez mais agudos, do peso cada vez mais importante do militarismo, no qual desemboca a acumulação do capital (1986: 12-13).

Porém, não só com reformistas “a vermelha” travara embates, mas também com agentes revolucionários daquela conjuntura, a exemplo de Lênin. As divergências entre este e Rosa, em certos aspectos eram profundas, dizendo respeito a temas como a questão nacional⁹⁵, a concepção de partido⁹⁶, a forma de organização⁹⁷ e à concepção da acumulação capitalista.

Diferentemente de Lênin, Rosa não dava muita importância ao problema da exportação de capitais. Para ela, a motivação desta atividade, como dito, era a promoção da dominação nas áreas não-capitalistas, tratando-se de um movimento inerente ao processo próprio de acumulação. Contrapondo-se, Lênin afirmava que o foco não era o consumo, tratando-se a teoria do consumismo de um equívoco. Dentre as contradições inerentes ao capitalismo, dizia ele, existe a que respeita a desconexão entre a produção e a demanda, numa organização produtiva que não leva em conta uma demanda compatível.

Na verdade, Rosa Luxemburg e Vladimir Lênin não foram adversários políticos, mas, muito mais camaradas que se contrapunham na concepção da realidade que os cercava e marcava suas ações na lida política que caracterizava o cenário distinto das suas lutas. Também compartilharam e defenderam pontos de vista análogos, a exemplo das críticas aos social-democratas. Ao lado de Lênin, Rosa colocava-se sempre na defesa da Revolução e do Partido Bolchevique, convencida de que “só os socialistas coerentes, não comprometidos com a gestão das questões da velha sociedade, tinham direito de submeter a uma crítica radical os métodos e as dificuldades contra os quais o Partido Bolchevique tinha que lutar...” (NEGT, 1984:15).

Passado quase um século desse debate, a conjuntura encontra-se plasmada pelo espraiamento planetário das relações capitalistas e o pensamento de Rosa continua atual, principalmente no que se refere à sua renitente insistência na necessidade de uma postura

95 Rosa se recusava, peremptoriamente, a submeter o internacionalismo proletário ao primado moral do direito das nacionalidades oprimidas defendido por Lênin, convencida de que a questão nacional era, como qualquer outra questão social e política, de interesse de classe. Assim, ela rejeitava a organização da Internacional por nacionalidades pelo simples motivo de que isto provocaria divisões perigosas no seio do movimento operário (GALISSOT, 1984:204-205).

96 Para Luxemburg, o partido não pode substituir as massas. Elas é que são os verdadeiros atores do processo. Nesse sentido, não via o Partido como uma estrutura rígida e como o único centro ativo do processo revolucionário (NEGT, 1984:39). Insistia ela na liberdade dentro do Partido, numa conjuntura voltada para a especificidade da trajetória da social-democracia alemã que, nos tempos da I Guerra, perdera seu rumo e voltara-se para os interesses imperial-burgueses.

97 Rosa preocupava-se, sobremaneira, com o oportunismo burocrático e com o isolamento das massas, consequências que antevia na excessiva disciplina e controle do complexo aparelho organizacional que permeava o movimento operário de sua época. Para ela, esse tipo de disposição organizativa, dissociada da espontaneidade das massas, poderia transformar-se em obstáculos para a ação política, travando seu movimento.

internacionalista por parte da classe trabalhadora, sendo que a guerra imperialista continua mais presente que nunca, dando perenidade aos pressupostos levantados pela “vermelha”. No entanto, tanto Lênin quanto Bukhárin – entre outros – rejeitaram substancialmente a tese luxemburguiana do colapso automático do sistema, explicado pela decorrência do agravamento das crises econômicas ou por uma estagnação da acumulação (FOA, 1989:177), acentuando o agravamento progressivo da crise do capitalismo na fase imperialista. Bukhárin, por sua vez, ao tecer suas críticas à tese subconsumista de Tugan-Baranovski e à social-democracia acerca da crise capitalista como derivada principalmente da desproporção da produção social – e não do subconsumo, apesar de este constituir-se um aspecto desta desproporção – seu alvo era a concepção subconsumista luxemburguiana, casada com a também sua, teoria do colapso (TELÓ, 1989:161).

Bukhárin e o Estado imperialista⁹⁸

*Se me equivoquei repetidas vezes sobre os métodos da construção do socialismo, as gerações futuras não haverão de me julgar mais duramente como me julgou Vladimir Ilich. (...) Camaradas: na bandeira que agitais na marcha vitoriosa para o comunismo, há também uma gota de meu sangue.*⁹⁹
Nicolai Bukhárin

Nikolai Ivanovich Bukhárin foi mais um personagem emblemático da história do movimento operário russo. Durante a sua vida política foi estigmatizado, recebendo nomeações que iam desde revolucionário até direitista, mas muito contribuiu na construção e sistematização da categoria analítica *imperialismo*, principalmente no que se refere a seu aspecto teórico-político – singularmente em relação ao Estado nesta fase. Nesse sentido, era visto como par de Lênin por alguns autores, como é o caso de Emmanuel que, ao referir-se ao conceito de imperialismo, qualifica-o como sendo um produto *de Lênin-Bukhárin* (1981:9). Por outro lado, vê-se que destoa bastante a avaliação de Bukhárin na história do movimento operário. Bottomore, na introdução de *O capital financeiro*, qualifica aquele revolucionário russo como “o mais talentoso dos teóricos sociais bolcheviques, particularmente no campo econômico” (HILFERDING, 1985:9), ao passo que Foa (1989:178), considera Bukhárin a figura mais frágil, teoricamente, do bolchevismo.

98 A abordagem aqui levada a cabo não enfoca toda a produção de Bukhárin, restringindo-se à sua obra *A economia mundial e o imperialismo*, indo no sentido em parte do que Foa (1989:177), de primeira fase de sua elaboração teórica: o período que gira em torno da Revolução de Outubro e a análise do Estado imperialista (principalmente).

99 Carta de despedida de Bukhárin, ditada à sua esposa, Ana Larina, no dia anterior à sua prisão, exatamente, em 12 de março de 1938 (BERTELLI, 1989:192).

Para além das controvérsias, partindo das premissas marxianas de concentração/centralização, e dos pressupostos hilferdinguanos de capital financeiro – tal qual o fizera Lênin – Bukhárin entendia que o monopólio era a força motriz e a principal característica a definir o imperialismo – juntamente com o capital financeiro – sendo sua criação processo inseparável da internacionalização do capital¹⁰⁰. Numa acepção intermediária, original, estranha a Kautsky e não dedutível dos escritos de Lênin, Bukhárin dizia que, nos limites

das economias nacionais, a concorrência reduz-se ao mínimo, para avultar fora desses limites, em proporções fantásticas, desconhecidas em épocas anteriores. Sem dúvida, a concorrência entre as economias nacionais, isto é, entre suas classes dominantes, já existia antes. Tinha, entretanto, caráter inteiramente diverso, visto que era bem diferente a estrutura interna das economias nacionais (1984:112).

Ao voltar a atenção para as mudanças no âmbito da concorrência no mercado mundial, ocorridas sob a hegemonia do capital financeiro, acusava este de ter subvertido a antiga lógica da liberdade concorrencial do *laissez faire*. Para ele, os preços baixos existentes quando a economia nacional exercitava-se a toque da concorrência entre as pequenas empresas, foram substituídos por altos preços sob o monopólio, quando a solidez da economia interna permitira aos capitalistas travarem sua luta por fatia ou domínio no mercado mundial, de forma a consentir aos conglomerados fazer uso do *dumping* no mercado externo. Em outras palavras, os altos preços internos garantiam, no mercado externo, lucros extraordinários que compensavam a baixa lucratividade auferida na luta concorrencial entre os trustes ‘nacionais’.

Com isso, Bukhárin chamava a atenção para a importância do papel do Estado, assim como para a sua singular funcionalidade, sob o imperialismo. Para ele, havia se desenvolvido, concomitante ao adensamento do processo de concentração capitalista, uma notável inter-relação entre Estado e economia que limitava a concorrência ao âmbito dos países capitalistas centrais, tendo como agentes as grandes corporações multinacionais, fruto da centralização de capitais e filhas da convergência de interesses burguesia/Estado. Em suma, o Estado, sob o imperialismo, constituía-se uma instituição mundial única, subordinada ao capital financeiro, que encampava a luta concorrencial entre as grandes organizações capitalistas da economia planetária (BUKHÁRIN, 1984:112 e seguintes).

100 Entendida aqui como a formação de firmas multinacionais, cuja existência íntegra, economicamente, os países capitalistas, estabelecendo laços predominantemente internacionais por sobre os nacionais.

Se, nesse processo, o domínio do capital financeiro criara laços simbióticos, orgânicos entre seus possuidores e o Estado, a internacionalização, em sua origem, foi pautada numa crescente desarmonia entre a base da economia social do mundo e a estrutura de classe da sociedade. O resultado disso foi um paradoxal choque no seio da própria classe dirigente (a burguesia), dividida em grupos nacionais, cujos interesses econômicos discordantes contrapunham-se, acirrando a concorrência entre si pela partilha da mais-valia produzida em escala mundial. Isso indicava que as contradições estavam pautadas na esfera da própria classe proprietária. De tal modo, a divisão internacional do trabalho fazia da organização da produção nacional uma integrante do processo geral da produção mundial, protagonizado pelos distintos grupos burgueses “nacionais”, que intensificaram os antagonismos. Afirmava Bukhárin, já adiantando a sua definição de imperialismo, que

a expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, e aumenta os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o ariete do ‘dumping’. Todo o conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Ora, essa política do capital financeiro é o imperialismo (1984:98).

Sem sombra de dúvidas, a mais importante contribuição *bukhariniana* para a formulação do conceito de imperialismo circunscreve-se à esfera da política de Estado, fruto da polêmica *leninbukhariniana* acerca do papel desta instituição no contexto do imperialismo e que, acabaria por levar Lênin a escrever – e publicar – *O Estado e a Revolução*, entre os anos 1916-17. Assim, não é exagero atribuir a contribuição de Bukhárin neste aspecto às recíprocas trocas materiais oriundas da inter-relação Lênin/Bukhárin, principalmente no que diz respeito às investigações acerca do imperialismo. No entanto, esta polêmica (centrada entre os anos 1914-1918), se estenderia a temas como a ditadura do proletariado, à autodeterminação dos povos, à paz de Brest-Litovsk e à NEP, entre outros, mostrando fissuras que levariam, inevitavelmente, esta inter-relação a um choque com a ideologia oficial do partido soviético.

Nas polêmicas que se estabeleceram no âmbito marxista de início do século XX, ressaltava Bukhárin que Lênin não enfocava as consequências do monopólio para o mercado mundial e, ao focalizar a questão do Estado, deixava passar importantes detalhes inerentes às mudanças funcionais que este sofrera no estágio imperialista. Em resposta, Lênin escrevera *O Estado e a Revolução*, obra construída a partir das formulações de Engels e Marx, como

resposta às cobranças bukharinianas, onde afirmava que a guerra imperialista acelerara e acentuara, incrivelmente, o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado. Para ele, dentro do esquema marxista, a existência própria do Estado era fruto do caráter irreconciliável das contradições de classes, e esta é a premissa de onde devia partir toda análise desta instituição sob o regime capitalista de produção. Ao contrário de reforçar o pressuposto pequeno-burguês da “conciliação de classe” pelo Estado, na concretude de sua existência, trata-se de um instrumento de “dominação de classe”, um órgão de opressão de uma classe por outra (LÊNIN, 1988:223-226). Assim sendo, sob o imperialismo dá-se o “reforço extraordinário da ‘máquina do Estado’, o crescimento inaudito do seu aparelho burocrático e militar em ligação com o reforço da repressão contra o proletariado” (Ibidem, 243-244).

No entanto, mesmo com a publicação de *O Estado e a Revolução*, Bukhárin observou que Lênin não focalizara a funcionalidade do aparelho de Estado, ficando suas formulações circunscritas ao desenvolvimento da teoria engels-marxiana a partir de pontos específicos. Apesar das suas críticas, a concepção leniniana de Estado continuava num campo muito amplo que não permitia diferenciar o papel desta instituição entre o antes e o depois do imperialismo. Diante desse fato, buscando contribuir no sentido de preencher esta lacuna, Bukhárin escrevera um artigo intitulado *Contribuição para uma teoria do Estado imperialista*¹⁰¹. Desencontravam-se as concepções de dois camaradas bolcheviques.

Em 1926, Bukhárin já salientava que o Estado, sob o imperialismo, deixava de ser apenas um elemento da superestrutura, tornando-se também, em ritmo acelerado, força econômica que se encadeava aos monopólios privados, não podendo ser reduzido a mero fenômeno superestrutural (GORENDER, 1990:22) como parte dos marxistas faziam. Para Bukhárin, o capital financeiro havia produzido profundas mudanças em parte das funções estatais, principalmente àquelas a ele ligadas (TELÓ, 1989:150). Raciocinando a partir da premissa hilferdinguiana de que o imperialismo é a política do capital financeiro, entendia como uma convergência, plausivelmente lógica, a relação Estado/capital, que se traduzia na proeminência do Estado frente à sociedade, ressaltando a tendência à militarização. Dizia Bukhárin que,

101 Bukhárin foi desaconselhado por Lênin a publicá-lo sob argumentos de supostos “legalismo” e “imaturidade” de seu conteúdo, apesar da importância que o revestia. Acerca, ver Bertelli (1989:31-32) e Foa (1989:178-179).

a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e da coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica e nacional que não baste a si mesmo e que estenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro (1984:99).

O que seria, nesse sentido, esta unidade de coesão, senão o Estado? Tratava-se, então, aquela fase, de um capitalismo de Estado, já que o controle de sua direção dava-se a partir da base econômica, expressando uma nova relação economia/Estado, a integrar o desenvolvimento econômico assimetricamente, de acordo com os interesses dos países mais centrais onde se localizavam os maiores capitais. Um estágio cuja característica principal era a atuação do Estado na administração dos instrumentos econômicos em benefício dos capitalistas, num processo em que a economia passa a ceder às decisões planejadas, naquilo que Hilferding definiu enquanto “capitalismo organizado”, dentro dos padrões nacionais.

A unificação do capital industrial com o bancário sob o apoio subordinado do Estado fez com que o proletariado se encontrasse diante de uma organização global do capital, o que anulava uma perspectiva de luta meramente econômica (TELÓ, 1989:152). Esse fato levou Bukhárin a atribuir aos trustes um poder de Estado dentro do Estado, revelação, a um só tempo, da sua simbiose e grandiosidade que mantinha com o aparelho estatal. Para ele, o Estado sempre foi um parceiro das classes dominantes, mas nunca tão considerável como sob o predomínio do capital financeiro, que fizera emergir um novo modelo de capitalismo que se constituía da organização de um único truste capitalista estatal. Nesse processo, o Estado já não tinha as mesmas características da fase concorrencial do capitalismo, passando a representar não somente os interesses das classes dominantes, como também a sua vontade coletivamente determinada (BUKHÁRIN, 1984:115-121). Através de sua parceria com o Estado, o capital monopólico fazia uso de expedientes que lhe permitiam competir na arena internacional, tais como: regulação de taxas aduaneiras, tarifas de transporte e preços de energia; controle do acesso a produtos primários e a mercados; corte de créditos, etc., numa relação na qual o governo passa

a ser de fato um “comitê” eleito pelos representantes das organizações patronais, bem como o mais alto diretor do truste capitalista nacional. (...) Em outros tempos, o parlamento era arena em que se desenrolava a luta das frações dos grupos dominantes (burguesia, proprietários de terras, camadas diversas da burguesia etc.). O capital financeiro fundiu a quase totalidade de suas mudanças numa “única massa reacionária”, agrupada em grande número de organizações centralizadas. (...) Sendo ele próprio o principal

acionista do truste capitalista nacional, o Estado moderno é sua mais alta instância organizada em escala universal (BUKHÁRIN, 1984:121).

Para esse autor, se cresce em importância o poder de Estado – “comitê executivo das classes dominantes” – sob a condição imperialista, acentua-se, particularmente, o desenvolvimento do aparato militar, fazendo com que se acelere o aperfeiçoamento de técnicas e mecanismos militares, em nível terrestre, naval e aéreo, para ser usado quando a simples diplomacia não surtir o efeito da persuasão pretendida. Tais gastos são custeados a expensas do orçamento pátrio, sob a justificativa da “defesa nacional” (Idem, 118-120). Enquanto para Hilferding e Kautsky, a guerra era um fenômeno não necessariamente inerente ao capitalismo – como era o imperialismo – para Bukhárin, a política do capital financeiro não pode conduzir a outra coisa senão à guerra imperialista. Nesse sentido, é muito significativa sua declaração de que é inconcebível a sociedade capitalista

sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. E assim como não são os preços baixos que engendram a concorrência, mas, ao contrário, é a concorrência que determina o aviltamento dos preços, tampouco é a existência dos exércitos a causa essencial e a força motriz das guerras (embora, na realidade, as guerras sejam impossíveis sem exércitos) – mas, muito ao contrário, é a inelutabilidade dos conflitos econômicos que condiciona a existência dos exércitos. (...) O domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo (1984:120).

Coerentemente com seu raciocínio acerca da inevitabilidade da guerra sob o imperialismo, afirmava ser esta um meio de fortalecimento e propagação das relações de produção capitalistas, além de ampliador de suas bases. O entendimento bukhariniano de imperialismo ressaltava que nem toda política de conquista é imperialista, pois entende este fenômeno como a política do capital financeiro (Idem, 105-107). Assim, na contradição do conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção se resume a concepção bukhariniana de imperialismo. Para ele, três são os objetivos que norteiam a política de rapina dos Estados capitalistas: 1) a posse das fontes de matérias-primas; 2) o controle dos escoadouros de mercadorias; 3) e o domínio das esferas de investimento de capitais. Esses elementos são aspectos de um mesmo fenômeno.

Enquanto Bukhárin, leninicamente, ressaltava a importância da exportação de capitais e do monopólio – e em sua opinião, o que caracterizava o imperialismo como uma fase distinta do capitalismo, na qual imperava a política do capital financeiro – dava também seu contributo à constituição do conceito de imperialismo, ressaltando aspectos relativos à esfera

política (estatal) naquilo que julgava ser um vazio ainda não preenchido. Fazendo par com Rosa Luxemburg, Bukhárin teceu críticas também à concepção leniniana de autodeterminação dos povos, acusando-a de se tratar de uma paradoxal e contraditória via de mão-dupla que não se sustentava na lógica anexacionista do imperialismo, servindo de meio de manutenção do domínio burguês sobre as nações. O raciocínio era de que, ao mesmo tempo em que as grandes potências em seus discursos cantarolavam loas ao altruísmo nacional-emancipacionista, tal emancipação representava a liberação de mercados sob monopólio. Paralelamente, em nome dessa autodeterminação também intensificava o expediente da anexação como forma de reproduzir e centralizar capitais, servindo seu discurso de atenuante, sendo vazio de sentido num contexto imperialista, já que a anexação – prática vital deste fenômeno – é, essencialmente, a própria violação desse dito “direito”. Contra a concepção da autodeterminação dos povos, depunha a própria essência do imperialismo, que apontava para a ampliação do território nacional, política que implica métodos violentos.

No entanto, se por um lado os dois teóricos se desencontravam em determinados campos políticos, encontravam-se teoricamente no que se referia aos princípios. Assim, a crítica bukhariniana à teoria leniniana do imperialismo nascia de uma perspectiva de compreensão histórico-política circunscrita à sua ação no seio do “comunismo de guerra” e da teoria da ofensiva, em que pautavam suas práticas políticas¹⁰². Na concepção do Estado imperialista, alguns estudiosos entendem que Bukhárin avançou mais que Hilferding e o próprio Lênin¹⁰³.

Outro aspecto que especialmente se destaca na concepção leninbukhariniana de imperialismo é o que diz respeito à ação do capital nas regiões agrárias. Nessa concepção, Lênin e Bukhárin contrapõem-se, rotundamente, a Kautsky e a Rosa Luxemburg, apontando o papel da centralização também no seio dos países capitalistas mais desenvolvidos. Argumentavam que era falsa a compreensão de imperialismo enquanto um fenômeno circunscrito à apropriação de áreas agrárias ou era produto da expansão do capital em áreas não-capitalistas em busca de mercados, como o pensavam Rosa e Kautsky. Isso porque o imperialismo, na passagem do século, caracterizara-se, também, pela expansão em áreas nas

102 Apesar de Bukhárin considerar Lênin seu maior crítico, tal qual revela a passagem da carta transcrita na epígrafe deste subitem, é evidente que o alvo da verve polêmica de Lênin é mesmo Kautsky e a tese do superimperialismo, assim como a sua subjacente posição política “pacifista”. No prefácio de *A economia mundial e o imperialismo*, principal obra de Bukhárin, escrito em dezembro de 1915, vê-se perfeitamente que Lênin devota maior espaço e esforço na crítica a Kautsky que ao exame da obra prefaciada. Ver Bukhárin (1984:9-13).

103 Encontra-se em Bertelli (1989), um importante enfoque da produção teórica e política de Bukhárin, em seus diversos aspectos.

quais a indústria capitalista já estava estabelecida, acenando para o imperativo do domínio e da maturidade capitalista, que forjara um sistema mundial através do qual o capital financeiro era exportado. Para o pensamento leninbukhariano, os equívocos de Kautsky e Rosa Luxemburg originavam-se no fato de eles não distinguirem a forma específica do capital subjacente ao imperialismo (o financeiro), do capital em geral. Tanto para Lênin quanto para Bukhárin, a redivisão do mundo era um dos elementos mais marcantes da guerra imperialista, mas ela era definida como uma necessidade da dominação do capital financeiro, não a uma mera expansão de seus territórios pouco ou não-explorados.

Para Bukhárin (1984:129), o desenvolvimento do capitalismo até o advento do capital financeiro tendeu a ser traumático, já que as condições sistêmicas de sua reprodução fundamentam-se em elementos contraditórios que levam, irremediavelmente, a atritos e conflitos, sendo que, dentro do capitalismo, não existem as condições necessárias que permitam vencer tais contradições. Nesse sentido, afirmava que a concepção kautskyana do superimperialismo pacífico era uma miragem reformista, já que a competição interna capitalista estava sendo, cada vez mais, substituída pela luta entre *os trustes capitalistas nacionais*¹⁰⁴, símbolos da concentração de capitais em escala mundial¹⁰⁵. Nesse contexto, o superimperialismo não passava de uma concepção utópica na medida em que, para se obter um acordo mais ou menos sólido entre os grandes capitalistas, exigia-se uma aproximada igualdade de posições econômico-políticas no mercado mundial. Na ausência desse fator, o grupo hegemônico não tem motivos para participar desse acordo. Consequentemente, no mesmo sentido utópico vai a ideia kautskyana de desarmamento, pelo simples fato de que “os trustes capitalistas nacionais devorar-se-ão, sucessivamente, uns aos outros, até o momento em que uma potência venha a reinar sobre a derrota comum” (BUKHÁRIN, 1984:130-135).

Ao aprofundar sua concepção imperialista da guerra, Bukhárin vai além dos contornos danosos que dela emergem. Ressalta que a guerra moderna exerce extraordinária influência sobre a economia mundial, operando verdadeira conflagração, não exigindo apenas o desprendimento de recursos financeiros para ser conduzida até à vitória, mas também a conversão da produção das usinas, das fábricas, das minas e da agricultura em fabricação bélica e logística militar. A seguinte transcrição resume sua concepção econômica da guerra, quando afirmava que ela trazia consigo uma

104 Bukhárin define estas organizações como combinados consórcios bancários que agrupam toda a produção nacional, tomando a forma de uma central de uniões industriais (1984:111-112).

105 Segundo Bottomore (1988), a expressão categórica que tem sido usada para definir esta situação tem sido a bukhariânica “capitalismo monopolista de Estado”.

dilapidação bárbara das forças produtivas, a destruição dos meios materiais de produção e da mão-de-obra, esgotando os recursos econômicos por meio de despesas fenomenais, funestas sob o aspecto social, ela agravou ainda, como uma crise gigantesca, as tendências fundamentais do desenvolvimento capitalista; acelerou, em ritmo nunca visto, o desenvolvimento dos componentes financeiros capitalistas e a centralização do capital, em escala mundial. Já não cabe dúvida sobre o caráter centralizador (segundo o método imperialista) da guerra atual¹⁰⁶ (1984:137).

Em suas análises acerca da guerra, Bukhárin anteviu o processo de centralização capitalista mundial a apontar para os Estados Unidos da América como a potência imperialista que substituiria a Inglaterra nesse papel. Em torno dessa inferência, fazia o balanço de então:

O desenvolvimento da guerra, a regulamentação das despesas militares e dos empréstimos e, a seguir, a considerável demanda de capital no período de pós-guerra (em consequência do capital em títulos destruídos, etc.) deverão ainda acentuar a significação financeira dos Estados Unidos, acelerar a acumulação do capital americano, aumentar a sua influência nas outras regiões da América. E colocarão, rapidamente, os Estados Unidos no primeiro plano, na área mundial da concorrência (1984:139).

E, consciamente concluía, nesse sentido:

Se a guerra não pode deter o curso geral do desenvolvimento do capital mundial e se, ao contrário, expressa um crescimento, no mais alto nível, do processo de centralização... (...) no pós-guerra, imensas demandas de capital favorecerão o desenvolvimento dos grandes bancos e, em consequência, a concentração e a centralização aceleradas do capital. (...) Tudo isso fará crescer, em ampla medida, a procura de capital e reforçará a posição dos consórcios bancários. (...) a guerra é um dos ‘negócios’ do ‘burguês moderno’ (Idem, 140-142).

Mas, se Bukhárin, por um lado concordava com Rosa em relação à sua crítica à autodeterminação dos povos, por outro, se opunha a ela quando esta defendia uma posição estagnacionista a respeito do capitalismo. Nesse sentido, ele afirmava que o sistema continuaria se desenvolvendo organizadamente em nível mundial, pela própria vocação internacionalista das forças produtivas, configurando uma divisão internacional do trabalho – que também era social – na qual um grupo de países compunha o campo imperialista e os demais colonizados. Seus companheiros bolcheviques, porém, viram nesse “capitalismo

106 Referia-se à da I Guerra Mundial.

organizado” concepções para-marxistas muito próximas da teoria revisionista do superimperialismo. Sua aposta na estabilização capitalista lhe custaria um alto preço na sua vida política. Suas ideias dissonantes acabariam, no início do segundo quartel do século XX, na URSS liderada pela mão-de-ferro stalinista, por custar-lhe a própria vida.

Finalizando esta exposição, toma-se a feliz sentença de Foa (1989:178) quando diz que não se deve extrair frases soltas ou juízos das formulações tanto de Lênin quanto de Bukhárin ou mesmo de Trotsky, pelo fato de que eles pensavam o momento histórico europeu e mundial no período da Primeira Guerra e o interpretavam na perspectiva de intervenção política operativa.

Sucinto balanço da I Geração

Ao findar esta abordagem, espera-se ter chegado a um expoente mínimo das contribuições analíticas e teórico-políticas daqueles que pensaram e participaram de processos fundamentais da construção de uma forma de ver, concretamente, os movimentos da sociedade capitalista de finais do século XIX e das duas primeiras décadas do XX, no que se refere ao tema imperialismo. Os formuladores abordados – aqui identificados como I Geração – contribuíram de forma indispensável para que hoje se possa ter uma visão mais clara da política do capital financeiro – o imperialismo – como forma de acumulação. Essa geração esteve presente na ação política das lutas sociais e políticas nas quais pautaram sua construção teórica, nas décadas 1880-1920, e, sendo agentes daqueles processos, compreenderam de forma particular seu desenvolver, interferindo concretamente nas suas lutas intestinas.

Fazendo um breve balanço das contribuições que deram, registra-se os subsídios de Hobson, que pensou a constituição dos monopólios, mesmo não tendo nenhuma relação com a teoria marxista, conseguindo ver nesse processo a concentração de capitais; as formulações de Hilferding, que entendeu, na constituição do capital financeiro, o papel propulsor da acumulação capitalista em nível mundial, através da centralização de capitais; a criteriosa sistematização leniniana do imperialismo que conseguiu formular, num todo coerente, as ideias lógicas predominantes nos círculos marxistas que pensaram o imperialismo e identificou, naquela fase, um momento histórico único do capitalismo, apontando no sentido da possibilidade de ruptura sistêmica de caráter social; as contribuições de Rosa Luxemburg, que deixou um legado inigualável no que se refere às relações centros capitalistas/periferia, evidenciando as contradições no seio das crises sistêmicas, base de reflexão inestimável para se entender as assimetrias que caracterizam as relações capitalistas em nível internacional; as formulações de Kautsky, com seu teorema do superimperialismo, também a explicar parte dos períodos relativamente “pacíficos” sob o *status quo* capitalista e a abalizar o debate instigador de novas percepções sob o imperialismo no âmbito do conturbado momento histórico de formação do movimento operário europeu, além de fornecer bases para a análise do imperialismo pós-II Guerra e para a construção de contrapontos por seus opositores; e, por fim, as preciosas contribuições de Bukhárin acerca da essência política do Estado sob o imperialismo, voltado para os interesses internacionais do capital, apesar das

vulnerabilidades¹⁰⁷ do conceito de capitalismo monopolista de Estado. A ausência de Trotsky na abordagem desta geração é sentida, mas se explica pelo vazio, em sua produção intelectual, de um texto analítico e sistemático sobre o tema imperialismo.

Retornar à literatura dos neoclássicos da economia política marxista não constituiu, aqui, um esforço meramente erudito. As contribuições que esses autores legaram acerca do imperialismo, pela profundidade de suas análises, respondem, ainda hoje, a questões fundamentais da atual sociedade burguesa, por mais ‘pós-modernidade’ que alguns nela deparem. Um sucinto balanço final dessas contribuições implica reportar às atuais formulações referentes ao tema central deste trabalho, pela contribuição que deixaram à posteridade.

Pela atualidade das abordagens da I Geração, nem limite de tempo e de espaço conseguem negar tais princípios. Apesar das divergências entre tais formulações, como ficou explicitado, o contributo específico de cada uma não pode deixar de ser registrado no balanço final das produções teóricas referentes ao objeto em evidência. Toda a atualidade do pensamento marxiano e marxista acerca do imperialismo impõe concordar com Borón quando afirma que, apesar dos limites da teorização clássica do imperialismo (2004:137), não se pode entendê-lo, em sua versão século XXI, com leituras de Hilferding, Lênin, Bukhárin e Rosa Luxemburg, mas também não se pode compreendê-lo sem eles (2002:12). Esses autores, em seus esforços por tornar compreensível a fase monopolista do capital, proporcionaram muito do que hoje se conhece sobre o funcionamento do sistema capitalista como um todo. Sem dúvidas, seria impossível dimensionar o fenômeno imperialista atual sem retomar essa herança teórica.

107 Referência à tentativa de fusão entre as instâncias políticas e econômicas segundo os interesses dos proprietários dos meios de produção.

Parte II: O imperialismo e sua historicidade

Imperialismo: um panorama histórico

Pensar a dinâmica econômico-social e seu movimento em tempo real é uma empresa por demais complexa e exige de quem a empreende a aventura de trilhar caminhos movediços que implicam possibilidades e riscos de aproximações incongruentes ou anacrônicas, já que sua abrangência e enredamento são profundos e complexos. O que se mostra mais evidente ainda quando se atenta para o fato de que a mais brilhante das teorias é incapaz de abordar a grandeza e a complexidade oferecidas pelo mundo objetivo. Isso dito em reconhecimento de que, aquele que ousa traçar um panorama histórico do imperialismo no século XX, arrisca-se numa empreitada cujas peculiaridades, necessariamente, invocam tentativas de aproximações e certezas de incompletude. Mas reconhece-se nessa incompletude um sinal humanizante do processo de conhecimento.

Tomando como referencial as transformações sociais de maior vulto, que impulsionaram a humanidade rumo à atual organização da sociedade, vê-se que elas foram operadas a partir de propulsores existentes desde meados do século XIX e todo o século XX. Fruto do processo de desenvolvimento (no sentido de acumulação) capitalista em sua trajetória imperialista foi impulsionado numa velocidade cada vez mais avassaladora. Na trajetória histórica do sistema capitalista, o imperialismo sempre foi entendido como a expansão do Estado-Nação para além de suas fronteiras, assim como a instituição de relações coloniais que envolvem (através de diferentes retóricas) outras nações que são inseridas como periferia de um sistema eurocêntrico de ‘civilização’. Ao cimento ideológico da arguição colonialista não deve esquecer-se de adicionar um aparato estatal de apoio militar, econômico e cultural eficaz.

Na sua acepção moderna, no entanto, o imperialismo não se restringe à aquisição de colônias, ações políticas e militares de determinados governos no sentido de proteger interesses de sua classe dominante. É muito mais complexo: é uma inter-relação que envolve as atividades econômicas – doméstica e externa – da indústria (desde as produtoras de bens duráveis e de processamento de alimentos até a bélica), ações militares, diplomacia internacional e investida do capital financeiro, com vistas a garantir, objetiva e harmonicamente, o funcionamento normal do sistema capitalista. Sendo parte constitutiva deste, sua função é garantir as condições necessárias de concentração de poder econômico nos centros capitalistas avançados. Magdoff é bem didático quando afirma que

esse poder torna-se uma necessidade, para a segurança do capital investido e como fonte básica de aumento de lucros (...) para além das fronteiras nacionais, para controlar e influenciar fontes de matéria-prima, controlar e influenciar mercados e obter as mais altas taxas de lucro, através de mão-de-obra barata e outros “inputs” (1978:189).

É esse controle a garantia de eliminação dos concorrentes potenciais e a causa de conflitos entre as grandes corporações das principais nações industriais. Assim, Magdoff alertava para a harmônica inter-relação existente entre as esferas econômica, política e militar na corrida imperialista do capital em sua necessidade premente de manutenção do poder econômico para a reprodução das relações capitalistas. Concebe-se daí que, falar de imperialismo implica referir-se à expansão do capital enquanto relação social que assegura o domínio do primeiro sobre o fator social; sugere abordar o desenvolvimento do segundo a partir da exportação do primeiro com o fito de investimento tipicamente capitalista e fundado no princípio do processo produtivo, o que propicia a inserção das relações capitalistas, via industrialização, nos países periféricos; significa, finalmente, fazer referência à trajetória do capitalismo, buscando dar conta da dimensão sistêmica da inter-relação que envolve seu conjunto. Nesse sentido, tem razão Magdoff quando afirma que “o imperialismo não é uma matéria de escolha para a sociedade capitalista; ele é o meio de vida dessa sociedade” (1978:69).

O fenômeno imperialista é parte desse todo sistêmico que, em certos momentos históricos, aparece como imerso em relações paradoxais e contraditórias – como atualmente, entre as frações da classe burguesa (industrial X financeira) – que pretende equivococar quem o vê de forma superficial¹⁰⁸. Historicamente, as finanças atuaram no desenvolvimento do capitalismo como uma parceira leal e necessária ao capital industrial na sua trajetória de concentração do poder econômico, numa relação simbiótica onde uma *viceja com o êxito da outra* (MAGDOFF, 1978:190). Nesse procedimento, tanto a esfera política, quanto a econômica e a militar, se inter-relacionam sistemática e harmonicamente em uma só estratégia. No entanto, apesar das camuflagens, a centralidade da relação capital-trabalho é, em última instância, a sua essência. Assim, a exportação de capitais é feita com o fito de

108 Serve como registro, aqui, a pseudo contradição entre as atividades capitalistas da esfera produtiva e financeira contidas na afirmação do mega-empresário brasileiro Antônio Ermírio de Moraes, presidente do Conselho de Administração do Grupo Votorantin: *sou favorável àquele que vem ao Brasil para produzir e não àquele que vem para especular*. (Vide Revista Vida Executiva, nº. 15, Ano 2, pg. 82, Agosto de 2005). Destaca-se que apesar da veemência da afirmação, seu autor tem investimentos econômico-financeiros nos dois setores da economia.

investimentos tipicamente capitalistas, independentemente do setor em que o recurso é aplicado. A desconexão entre um setor e os demais é apenas aparente.

Nesse sentido, pode até parecer abusada a afirmação de que o processo de internacionalização da economia vem sendo posto em prática desde os primórdios da existência do Estado-Nação, mas não o é. Desde os tempos da expansão ultramarina ibérica, aspirações mercantilistas alimentaram e impulsionaram um sistema de produção e apropriação cujas perspectivas incluíam sua mundialização. E seria capital-imperialista. Indo mais longe é possível ariscar, em retrospectiva anacrônica e especulativa, que o atual processo de transnacionalização capitalista poderia ser previsto num futuro distante, porém imaginável, e isso sem apelos teleológicos ou escatológicos¹⁰⁹.

Tendo em conta que a datação do fenômeno imperialista sempre foi objeto de controvérsias, propõe-se aqui um recorte que leve em conta a negação da tradicional circunscrição do imperialismo (1875-1914). Renitentemente ressaltado em vários momentos deste trabalho, concebe-se que esse fenômeno transcende tal período, chegando mesmo até os dias atuais, levando em conta a existência persistente de elementos do imperialismo em tempos anteriores à sua caracterização moderna. Ressalva-se, no entanto, que o conjunto desses elementos esperaria a chegada do último quartel do século XIX para ser entendido pela categoria analítica *imperialismo moderno*. Desse modo, esta extensão se faz no sentido de facilitar a explanação do tema, configurado em três grandes fases do fenômeno em escala mundial. Uma primeira, que vai dos anos 1870 até a II Guerra Mundial; uma intermediária que vai do imediato pós-II Guerra até o início dos anos 1970; e uma última, demarcada deste período até o presente.

Em todas essas fases, a partir de suas origens, o capital (enquanto relação social) buscou integrar os diversos mercados nacionais num único, em escala planetária, intensificando, mais ou menos, esse processo a partir das peculiaridades de sua acumulação e reprodução. Os interesses econômico-mercantis, uma vez abençoados e incorporados à cruzada ideológica desencadeada pela Igreja – instituição milenar que, apesar de já ter se iniciado um processo de descenso de seu poder, não mais possuindo a mesma força que tinha no feudalismo, atuava como um Estado dentro do Estado – fusionaram-se com os do Estado Nacional numa única entidade espiritual e secular. A sociedade pactuada entre estes

109 Verbetes que se referem: o primeiro ao conjunto das especulações aplicadas à noção de finalidade, de causa final; o segundo, à doutrina das coisas que deverão acontecer no “fim do mundo”. Fonte: FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

possibilitou a estruturação de instituições fortes – e confiáveis do ponto de vista mercantil – capazes de levar a cabo o processo de anexação do ‘Novo’ ao Velho Mundo, vislumbrando o acúmulo de riquezas por parte de sua burguesia, através dos mais primitivos dos meios. Rapina (de metais preciosos, matérias-primas) e exploração (de força de trabalho barata, sob o regime de servidão e escravidão) tornaram-se instituições perpétuas da relação centro/periferia, desde a origem do sistema. Assim, o pecado original tinha como ideologia a filantropia cristã e civilizacional do mundo pagão.

O desenvolvimento das forças produtivas – destaque para o papel da tecnologia – engendrou-se desde o gênese do capitalismo nos centros europeus mais desenvolvidos, com proeminência para a Inglaterra. Fruto desse processo, importantes transformações econômico-sociais, políticas e culturais se deram, imprimindo uma dinâmica própria ao sistema, diferenciando, assimetricamente, a relação estabelecida na luta de classes tanto no âmbito intra como internacional. Nesse trajeto, a contraditória cadeia de exploração calcada na relação capital/trabalho, motor das lutas de classes, apesar dos muitos circuitos que teceu, continuou sendo, em última instância, essencial. A questão é que a correlação de forças entre os dois pólos pendeu para a subsunção do segundo em relação ao primeiro.

Assim, o setor fabril foi fortemente incrementado pelos recursos advindos da rapinagem proporcionada pelos três pilares da acumulação primitiva acima descrita, dinamizando a circulação monetária – criando condições de surgimento para novas formas de troca – e saciando a fome de matérias-primas e produtos primários da indústria nascente, fazendo surgir um – mesmo incipiente – mercado consumidor de produtos fabris.

Com o desenvolvimento do capitalismo, tais relações tenderam a internacionalizarem-se, integrando a economia numa escala mundial, incorporando continentes inteiros nessa famélica corrida por matérias-primas abundantes e baratas, recursos minerais e mão-de-obra, transmutados em lucros para a nova classe social dominante. A exportação de capitais imprimiu uma rápida evolução e expansão dos meios de transporte, o que amorteceu os custos de deslocamento de pessoas, mas principalmente de materiais-primários e de mercadorias, ampliando, por sua vez, as possibilidades de novos mercados. Um forte crescimento demográfico se deu – alarmando aqueles que adotavam a teoria malthusiana e previam uma incompatibilidade entre demografia e produção de alimentos – fornecendo força de trabalho em abundância para ser explorada pela indústria nascente.

Conjugado a isso, emergiu um sistema bancário pujante, voltado para o crédito e para os grandes negócios, estes, por sua vez impulsionados pela conformação das sociedades por

ações, que permitiu uma nunca dantes vista concentração de produção e capitais, cada vez mais tendente à inversão fora da Europa. Estavam dadas as condições do que Hobsbawm (1988) chamaria *a era dos impérios*, embora a tenha limitado a 1914. Todos os elementos (técnicos, demográficos, econômicos e financeiros) desta etapa do desenvolvimento capitalista viabilizaram mudanças profundas nos processos produtivos da sociedade, marcando-a com uma nova divisão social (de extensão internacional) do trabalho, voltada para o processo de acumulação capitalista. O resultado foi uma ação expansionista que, pelas características peculiares da conformação econômica, política e militar mundial, teria uma cara própria, explodindo em atividades de exploração de áreas até então “livres das relações capitalistas” pelo grande capital internacionalizado: dava-se a gênese do imperialismo.

Na trajetória histórica desse processo, o desgaste do domínio inglês abria espaço ao surgimento de novos aspirantes à liderança mundial no âmbito industrial, mais destacadamente os Estados Unidos da América, Alemanha, França, Bélgica e Japão. Paralelamente surgia, no interior das economias industrialmente mais desenvolvidas, um pequeno número de grandes empresas, industriais e financeiras, a concentrar o poder econômico. A emergência desses novos atores imperialistas acirrou rivalidades entre eles pela posse de riquezas e espaços de acumulação capitalista. Na corrida por mercados, algumas nações ficaram para trás e outras se enfrentaram em guerras interimperialistas que, no xadrez da correlação de forças internacionais, acabaram favorecendo algumas em detrimento de outras. Nesse ‘acerto de contas’ entre as grandes potências que protagonizaram a conjuntura das primeiras décadas de capital-imperialismo multipolar, eclodiram duas grandes guerras, dois atos de uma mesma peça: os conflitos interimperialistas.

Quando se deu a I Grande Guerra, as maiores potências imperialistas eram a Inglaterra e a França, tendo como aspirantes à posição a Alemanha, depois os EUA e Japão. Ao fim do primeiro conflito mundial, a Europa encontrava-se destruída, já que fora seu principal cenário, e, como efeito colateral, encontrava-se perseguida por uma inflação incontrolável, acompanhada pela depressão econômica. Outro grande acontecimento que também trouxera instabilidade política e econômica para o capitalismo ocidental foi a Revolução Russa.

O resultado foi uma quebra no nível de desenvolvimento econômico que se agravaria na crise dos anos 1930 e desaguardaria na eclosão do II conflito mundial, que trouxera consigo os problemas interimperialistas que não haviam sido resolvidos na I Guerra. Ao fim da II Guerra, as grandes potências industriais estavam debilitadas pelos grandes prejuízos materiais e humanos. A Europa era um amontoado de ruínas; Japão e Alemanha totalmente devastados,

esta última tendo sido saqueada. Encontravam-se combalidos política, moral e economicamente. Num só sentido, mesmo as nações que venceram a Guerra tinham sofrido perdas irreparáveis em curto prazo, sendo que as que venceram militarmente foram derrotadas do ponto de vista econômico.

Outra superpotência, a URSS, também sofrera grandes perdas humanas e materiais, inclusive por ter sido a principal responsável pela derrota do nazifascismo. Como vencedora e grande potência industrial-militar, a URSS, apesar das perdas sofridas, não abriria mão de sua cota. De todas as grandes potências industriais, somente uma tirara proveito da situação: os EUA. Um mundo fora semidestruído, e só este país se cacifava para reorganizar aquele estado de coisas. A Conferência de Yalta¹¹⁰ seria o juiz incumbido para a divisão do espólio da II Guerra Mundial.

Esse processo de titânicos confrontos imperialistas, interimperialistas e de conflitos sociais, foram frutos das vicissitudes emergidas no seio das contradições capitalistas. No caso da I Guerra Mundial, este conflito delatou a gestação da mais profunda recessão¹¹¹ da história do capitalismo em escala planetária, tendo seu desfecho indicado a disposição de outra guerra imperialista pela redivisão do mundo. A crise que se instalara no seio do capitalismo deste período mostrava que sua economia se transnacionalizava a largos passos, mas, ao mesmo tempo, denunciava que as contradições não haviam sido resolvidas pela primeira guerra imperialista moderna.

Fato é que, entre as décadas finais do século XIX e os anos 1940, uma profunda crise, alternada por curtos períodos de expansão, caracterizou a história do capitalismo. Mas também foi característico dessa época o expansionismo europeu e estadunidense em direção à África, à Ásia e à América Latina, impulsionado pelo desenvolvimento industrial e sua avidez pelo acesso a novas fontes de energia. O capitalismo, particularmente europeu e estadunidense, ante a crise, buscou elevar sua capacidade produtiva, abrindo novos espaços geoeconômicos.

A profunda crise capitalista que permeou quase toda a primeira metade do século XX, por outro lado, fez com que o exacerbado individualismo e competitividade liberais fossem questionados. O golpe que a crise dos anos 1930 dera no próprio capitalismo escancarara os

110 Conferência ocorrida em fevereiro de 1945, entre os líderes das três maiores potências mundiais aliadas da II Guerra (Winston Churchill, Franklin Roosevelt e Josef Stalin, representando, respectivamente, Grã-Bretanha, Estados Unidos e União Soviética). Ali se redesenhou o mundo pós-guerra. Para uma abordagem estrita da Conferência, ver CONTE, Arthur. *Yalta ou a partilha do mundo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986.

111 A explosão da crise dos anos 1930 exigiu a intervenção estatal sob a forma de expansão do crédito, inflação, obras públicas de infra-estrutura, etc., pautada na “revolução keynesiana”. O Estado foi, mais uma vez, chamado a intervir para salvar o sistema como um todo.

riscos mortais representados pela acumulação ‘selvagem’ das primeiras décadas do século XX, criando condições para práticas ‘mais civilizadas’ e ‘preocupadas’ com o ‘Bem-Estar Social’, visão idílica que seria desmistificada por acontecimentos políticos de grande monta naquela década¹¹². A redivisão mundial não concluída pelas nações imperialistas na I Guerra e a emergência de novos colonizadores acirrou uma competitividade que seria responsável pelo maior conflito que a humanidade presenciara até então: a II Guerra Mundial.

O balanço final do conturbado entreguerras acabaria por registrar acontecimentos de grandes proporções, como: o aprofundamento de crises econômicas, sendo a de 1929 sem precedentes – pela sua profundidade e pelas consequências impressas que forçaram o capitalismo a tomar outros rumos; a crise das instituições democrático-liberais, manifestada na deflagração do nazifascismo; a queda dos imensos impérios coloniais que eram a Ásia e a África. Nesse sentido, as duas guerras mundiais foram, na realidade, atos de um mesmo processo: divisor de águas da corrida interimperialista entre as grandes potências pelo domínio imperial. Elas marcaram a fundação da pedra angular do novo bloco histórico capitaneado pelos EUA, colocando-o numa posição estratégica no âmbito internacional do sistema. Após um longo trajeto de conquistas e lutas, um novo império se sobressaía, superando o domínio da antes toda poderosa nação britânica: os Estados Unidos da América.

Como a dominação nos moldes britânicos se tornara inviável por vários motivos (dentre esses os custos operacionais e humanos), a nova potência imperialista teve que mudar seu caráter desde seus artificios até suas formas. Assim, por um lado incrementou o uso do dólar como moeda política, forçando os países economicamente debilitados a cederem à “Pax Americana” e, por outro, substituiu a ocupação militar por forças dos exércitos nacionais títeres. Com o dólar como moeda de referência internacional, o sistema monetário mundial se rendia à dominação monetária estadunidense, com menor peso para as demais moedas das nações industrialmente desenvolvidas.

As economias à época, ambigualmente denominadas “atrasadas” ou “pobres”, mais tarde, “subdesenvolvidas” (depois “menos desenvolvidas” e, por fim, “em desenvolvimento”), deveriam se submeter, eufemismos à parte, às regras de um sistema monetário hegemônico pelos seus históricos colonizadores, inclusive porque por estes, só se considerava divisa as moedas ‘duras’, ou seja, aquelas de posse das nações altamente industrializadas. O sentido do

112 Os acontecimentos de maior destaque foram: a invasão da Manchúria pelo Japão, em 1931; a absorção da Etiópia pela Itália, em 1935; a Guerra Civil Espanhola, em 1936; a reincidente tentativa de invasão da China pelo Japão, em 1937; e as agressões alemãs na Europa, notadamente a ocupação da Áustria, em 1938.

eufemismo ‘desenvolvimento’ tinha a intenção messiânica de convencer de que se estava avançando rumo a um contexto desenvolvido: a continuidade daquelas relações era o custo do ‘progresso’ social.

Com este mecanismo de dominação, enquadraram-se uma série de países que, sem os dólares americanos, teriam debandado para a esfera de influência soviética, inviabilizando os planos imperialistas de Washington, que, com um custo relativamente baixo, manteve a lealdade de forças militares em melhores condições de domínio e menos dispendiosas que a tradicional presença direta de suas tropas. A partir daí, a história do desenvolvimento do capitalismo de matiz estadunidense daria um salto. Dólares foram despejados na Europa, garantindo esta conformação política e fundando esta moeda como o principal pilar do crédito internacional. A eficácia do dólar no imediato pós-II Guerra, assim como a pujança dos aparatos tecnológicos do complexo industrial militar¹¹³ estadunidense – com representação no Pentágono e no Congresso – até hoje faz confundir episódios que ratificam a supremacia (porque se refere ao domínio militar) daquele país: seja a disputa pelo petróleo iraniano, de 1953, seja o episódio da Guerra do Iraque, pelas similitudes. Vejamos:

Em agosto de 1953, quando a Agência Central de Informações (CIA) derrubou o regime de Mohammed Mossadegh, cinco companhias americanas tornaram-se donas de quarenta por cento das riquezas petrolíferas do Irã. Aquilo que os russos não conseguiram com sua ocupação, os americanos alcançaram com dólares, consultores e apoio militar a um golpe de Estado (LENS, 2006:501).

Como se vê, a descrição do assalto ao petróleo iraniano de 1953 pode ser confundida com a do assalto ao Iraque de 2003, se extraídas as datas e os detalhes periféricos. Isso porque esta é a lógica da acumulação capitalista engendrada em meados do século, na qual os EUA foram moldando, política e economicamente, não só a Europa, mas toda a América (exceto Cuba, a partir de 1959) na perspectiva da ‘livre iniciativa’ estadunidense. Mais um passo se consolidara rumo à internacionalização do capital.

A acomodação das contradições capitalistas que se seguiu ao fim da II Guerra tinha o intuito de contornar os interesses conflitantes entre os proprietários do grande capital em nível planetário, aplainando assim suas fissuras em recomposição. Como todo processo, o capitalismo, enquanto modo distinto de produção, seguiria sua descontinuidade.

113 Expressão cunhada pelo militar de carreira e então Presidente dos EUA, Eisenhower, em seu discurso de despedida, em 17/01/1961, após oito anos no cargo. A expressão diz respeito à fusão de empresas produtoras de armamentos que fazem lobby na esfera política, através dos chefes políticos burgueses. Aprofunda-se neste assunto, no subitem homônimo, neste trabalho.

Uma vez superada a etapa concorrencial, o que significou, por sua vez, mudanças no procedimento produtivo, a produção da mais-valia relativa tomara o posto da absoluta. Em meados do século, ao baixar a poeira da II Guerra Mundial, uma nova configuração imperialista era capitaneada por um novo agente político-econômico. Desse processo, teóricos ousados e críticos como Sweezy, Baran, Magdoff e Mandel faziam suas análises tendo como referencial a necessidade política de compreensão das transformações ocorridas no sistema até então: para os primeiros, o sistema era o do monopólio, por isso, o capitalismo era monopolista; para os últimos, inaugurava-se a ‘era do imperialismo estadunidense’.

Importante papel nesse processo de estabelecimento do novo domínio representou a composição orgânica de capital, coincidindo que, os países que lideravam tecnologicamente os sistemas produtivos, também tinham a liderança da corrida imperialista. Refletia tal coincidência uma coesão cada vez mais intensa entre o capital monopolista e o Estado. Sem sombra de dúvidas, os tempos eram outros na forma e na intensidade das relações que se apresentavam no horizonte capitalista; a essência imperialista mantinha-se, mas sob formas mais estilizadas.

Assim, os padrões dessa recomposição, a curto e médio prazo, se mostrariam distintos dos tradicionais. Em primeiro lugar, o sistema internacional no qual se conformava o capitalismo, no pós-II Guerra adquiriu uma abrangência jamais vista em sua história. Antes de 1945, nenhum sistema internacional tinha abrangido todo o mundo. Agora, todas as unidades políticas do planeta faziam parte de um só sistema internacional (FOUGEYROLLAS, 1993), fragmentado apenas no que dizia respeito à bipolarização político-militar das duas grandes potências mundiais: URSS e EUA.

Uma vez postas as bases de articulação do imperialismo sob a hegemonia¹¹⁴ do capital estadunidense, o único empecilho aos seus planos de hegemonia em nível mundial encontrava-se na economia planificada dos países ditos socialistas, mas isso estava *sub judice* da Guerra Fria e os ventos da bonança capitalista prenunciavam seu favoritismo na disputa. No fogo-cruzado que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a luta pela hegemonia internacional ganharia contornos definidos. A posição confortável dos EUA do pós-guerra, apesar dos desdobramentos da Guerra Fria, contribuiria – entre outros aspectos inerentes à

114 A categoria hegemonia, construída por Gramsci, é entendida aqui como a representação da capacidade de direção do domínio ideológico, econômico, militar e político-cultural consentidos. Nesse sentido, implica que se operou uma transição no papel da burguesia enquanto classe dominante, transformada também em classe dirigente. O uso da força demonstra que a hegemonia é fruto da coerção mais o consenso produzido pela sociedade civil como se fosse o mesmo desejo da sociedade geral, dando às manifestações contrárias uma aparência de casos isolados. É esse o sentido dado aqui ao domínio estadunidense, tendo este país ocupado, sistemicamente, o lugar dominante/dirigente no atual bloco histórico.

economia soviética – para o esfacelamento da URSS, fato que lhe deixaria de herança a privilegiada condição de única superpotência capaz de estabelecer-se como líder mundial da rede imperialista.

Como bem destacaram Baran (1984) e Sweezy (1983), o capitalismo do pós-II Guerra tornara-se muito mais complexo que o de antes dela. As empresas haviam se tornado mais interdependentes, fato que acabou por levar a uma interconectividade entre elas. Assim, a quebra de um grande banco ou de uma grande corporação do ramo industrial transnacional àquela época já podia implicar distúrbios irreparáveis ao processo de acumulação em nível planetário, inclusive arrastando atrás de si organizações aparentemente sólidas. Por extensão, podia levar a instabilidades políticas e sociais que, igualmente, punham em risco a própria existência do sistema, como o tinha mostrado a história daquela metade de século. Este aspecto, aliás, faz com que se referencie às questões sociais quando se fala em economia, fazendo o elo entre crise social e econômica, entendendo que prosperidade não pode ser traduzida apenas pelos números macroeconômicos.

Nesse sentido, os antigos discursos ‘modernizantes’, que inevitavelmente remetiam às condições impostas pelos interesses do grande capital – monopolizado sob as formas de cartéis e trustes – ratificaram, cada vez mais, os interesses da cartelização, legitimando a unificação do poder econômico para elevar sua eficácia política através de uma íntima relação com o Estado burguês, num cenário onde a força econômica submete a política. Aliás, a própria cartelização impôs uma aceleração à tendência monopolítica não só nas esferas em que atuavam, mas nas demais, inclusive pelo encadeamento da produção, onde pequenas e médias empresas eram subsidiárias das grandes. Assim, àqueles segmentos não-cartelizados (suscetíveis então à concorrência e a poucos espaços de expansão) foi imposta esta condição sob o ônus de serem descartados do jogo da acumulação capitalista em grande escala. Hilferding explicava tal processo como o resultado da “expansão da cartelização em geral [que] significa a igualdade de interesses de toda a propriedade capitalista” (1985:322).

Ao desenvolver relações muito estreitas com o aparelho de Estado burguês, através de empréstimos que custavam à esfera de poder político a cessão de privilégios diversos, o capital financeiro investia, paralelamente, na indústria bélica, ao mesmo tempo em que incitava o Estado a se militarizar cada vez mais. Assim, a acelerada acumulação de capital dos “anos dourados do capitalismo” (1945-1965)¹¹⁵, deu uma boa contribuição para que esse

115 Alusão ao crescimento da internacionalização capitalista nos moldes estadunidenses nos anos 1950/60. O dourado desses anos circunscreve, assim, primeiramente, à economia estadunidense, dinamizada pelo seu complexo industrial-militar. Nos países centrais, os indicadores socioeconômicos registraram políticas de

boom se estendesse à indústria armamentista. Este fator, agregado aos advindos da II Grande Guerra (reconstrução europeia, reinvestimento em tecnologia, dinamização da indústria armamentista, etc...) foram, mais uma vez, canalizados na direção dos interesses do capital monopolista, em detrimento dos do pequeno capital. Com essa recomposição, inaugurou-se um período no qual os maiores contratemplos da acumulação capitalista foram minimizados.

O capital recompunha-se de sua mais profunda crise (a dos anos 1930), espriando suas relações por espaços dantes não explorados ou não tão explorados racionalmente, até então, em sua lógica. A partir do final dos anos 1960, quando da crise monetária, e, mais acertadamente, após os impactos causados pelas tensões energéticas relativas ao petróleo, uma reestruturação produtiva, justificava-se, política e filosoficamente, nos antigos jargões de liberalização do tempo dos homens escravizados pelo trabalho manual, apontando para as deslumbradas maravilhas tecnológicas desenvolvidas pelo capital que, teoricamente, liberariam parte do tempo que os trabalhadores gastavam em atribuições árduas para usufruto em horas prazerosas de lazer. Justificava-se também na ótica da dinâmica econômico-produtiva, na rigidez e obsolescência representadas, então, pelo *taylorismo-fordismo*¹¹⁶, ante às exigências do então padrão de acumulação capitalista (marcado por intensa concorrência) e a pressão sobre os lucros, produzida pelas reivindicações da classe trabalhadora.

Sob o domínio estadunidense, em Bretton Woods¹¹⁷, os organismos financeiros criaram os dois motores da ordem financeira: o FMI e o BM (à época, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) hoje blindados (e brindados) com a inimputabilidade, só respondendo pelos seus atos perante os executivos dos governos que os compunham (BORÓN, 2002:62), ficando impunes os danos sociais causados por suas políticas econômicas. O GATT, criado no mesmo processo, cuja função era interagir com as

assistência social, aumento do consumo popular, expansão industrial, etc. No entanto, no que respeita à periferia, tais indicadores não coadunavam com a expressão, como será demonstrado adiante.

116 O taylorismo trata-se de uma corrente de pensamento nascida em finais do século XIX que se pautava na separação estrita entre trabalho manual e intelectual, num regime de organização da produção baseado na linha de montagem e no fracionamento do trabalho no interior da fábrica, combinando uma severa redução dos custos de produção com a maximização da mais-valia ou lucro em favor das empresas que o empregam. O Fordismo integrou o taylorismo e criou o sistema de cadeia contínua conjunto-máquina. Foi a base técnico-organizacional e padrão de acumulação do industrialismo estadunidense, combinando uma produção com um consumo em massa. Regime de trabalho industrial de produção em massa idealizado e levado à prática pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da *Ford Motor Company* e uma figura emblemática, que misturava a imagem de “pacifista” e fornecedor de guerra. Segundo a Escola de Regulação Francesa – como na opinião de Arrighi (1996) – o problema central do modelo seria sua característica rigidez de investimento em larga escala e em longo prazo; a regulamentação trabalhista; os mercados; os compromissos estatais; a seguridade social; e a defesa.

117 Conferência realizada entre os dias 1º e 22 de julho de 1944, reunindo 730 delegados de 44 países então em guerra, em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos. Espécie de pré-ONU da economia, ali se discutiu o que deveria ser a “nova ordem econômica mundial”. Conferência que, para Galbraith, não se deu entre nações, mas de nações com Keynes (1983:224).

esferas financeiras – numa relação de controle destas sobre a esfera comercial, estabelecendo políticas de vinculação entre empréstimos financeiros e contratos comerciais – pautava-se em políticas que ratificavam tal condição de submissão, de modo que o planejamento econômico-monetário do pós-guerra ficasse a cargo dos EUA. A blindagem que privilegiou o baluarte financeiro-comercial acabou por permitir o vale-tudo na corrida pela acumulação capitalista.

O quadro de crise em que imergia o capitalismo mundial de final dos anos 1960 mostrava certo cansaço do modelo constituído em Bretton Woods, pautado numa ferrenha regulação monetária que fixava, estreitamente, os limites das cotações das moedas, objetivando impedir manobras especulativas sobre elas. Nos EUA, o déficit do balanço de pagamentos e de investimentos externos, a quantidade de dólares que espalhou pelo mundo para custear suas aventuras militares, a queda nas suas reservas de ouro e o aumento contínuo das suas dívidas, resultaram numa insegurança internacional nos negócios que levou a uma corrida por converter dólares em moedas mais seguras então (o iene, o marco e o franco suíço). Por conta desse quadro, em 15 de agosto de 1971, o Governo Nixon suprimiu a convertibilidade do dólar em ouro (US\$ 35,00 por onça), desvalorizou o dólar, dando um grande calote nos investidores internacionais e congelou preços e salários, jogando a crise nas costas dos trabalhadores. Também liberou os fluxos financeiros internacionais de capital. Nesse ínterim, as economias japonesa e alemã passaram a competir em pé de igualdade e, em certos setores, superaram a estadunidense¹¹⁸.

Nesse contexto, as lutas travadas entre capital e trabalho (marcadas pela busca incessante daquele por submeter este), levaram a mudanças nas bases comercial, produtiva e financeira do capital. Tais lutas agiram como molas propulsoras da dinâmica social, proporcionando ao sistema, no seu ininterrupto desenvolvimento – com exceção para a presença de renitentes e desestabilizadoras crises, de pequena e grande monta – se manter intacto, chegando ao século XXI meio que alquebrado, mas altaneiro, administrando uma série de debilidades, refletidas em fenômenos que vão desde a inexequibilidade da dívida externa, a instabilidade das taxas de câmbio, a redução do comércio mundial, o protecionismo por parte dos países ricos, a incerteza dos preços na concorrência mercadológica desleal, as bruscas flutuações das taxas de crescimento nacionais, até o aumento sufocante do desemprego, as desconcertantes discrepâncias sociais, a destruição ambiental e a insegurança em todos os sentidos. Contradições desconcertantemente antigas conhecidas das relações

118 A respeito, ver Lens (2006:628-629) e Chomsky (2004:23-25).

capitalistas, mas que, aprofundadas nos padrões que vêm desde os anos 1970, debilitam profundamente o sistema.

Por seu lado, o predomínio das finanças por sobre a esfera industrial tem aprofundado estas contradições e acirrado as crises do sistema, fragilizando-o, ao ponto de por em xeque um dos seus maiores pilares: o Estado Nacional. Esta instituição tem sofrido ataques que tornam incerto seu raio de ação, pela interferência das relações que estabelece com o capital monopólico, fazendo com que nenhum governo nacional possa, realmente, determinar os rumos ou a aplicação de suas políticas econômicas. O poder que subjaz a esse processo aparece como onipresente e desconhece fronteiras, o que suscita dúvidas acerca da eficácia do Estado-Nação e levanta, inclusive, especulações acerca de seu fim¹¹⁹, reforçando e perpetuando, historicamente, o caráter colonial dos mecanismos de dominação das relações interpaíses. Mas trata-se de um processo histórico próprio do desenvolvimento capitalista e típico do imperialismo. Mesmos aqueles instrumentos criados no pós-II Guerra (IFI's, OEA, OTAN, GATT-OMC...), foram forjados na lógica colonial, cujo objetivo foi ratificar e reproduzir o poder político e econômico da nova potência hegemônica mundialmente, por sobre os demais Estados Nacionais. Mesmo com as mudanças operadas, o funcionamento daquelas instituições que se autoproclamam multilaterais¹²⁰, se fizeram e se fazem dentro da lógica de dominação de um poder exógeno atuando endogenamente.

A questão central que se impõe, aqui, nesse processo, é: que poderes e que relações se estabeleceram na trajetória do imperial-capitalismo que acabaram por levar os EUA à condição de grande potência do século XX? Uma rápida e necessária revisita às principais transformações que perpassaram o desenvolvimento do capitalismo podem esclarecer as linhas gerais dos elementos e dos agentes que protagonizaram seu processo. Nesse sentido, destaca-se:

- a) Um relativo urbanismo e um acelerado crescimento populacional em nível mundial – principalmente nos centros capitalistas e, em menor escala, nas denominadas regiões ‘agrárias’ da periferia. Este processo, estimulado pela industrialização, atraiu a população rural para centros geoeconômicos, proporcionando à burguesia disponibilidade de mão-de-obra, ao mesmo tempo em que liberava a terra para a produção agrícola e pecuária em larga escala no intuito de atender às necessidades da expansão industrial;
- b) O surgimento da educação em massa, elemento que permitiu a manipulação do conhecimento segundo os interesses da acumulação, possibilitando a concepção de uma

119 Acerca, ver Fukuyama, 1992.

120 Instituições financeiras intergovernamentais (BM, FMI, BID...).

educação formal capaz de desenvolver um amplo contingente de mão-de-obra com relativa qualificação técnica para a indústria, priorizando a preparação dos indivíduos não para a transformação social, mas para o mercado, para a adequação da sociedade no âmbito das transformações econômicas;

c) A introdução da força de trabalho feminina no processo de produção, fato que possibilitou, a um só tempo, a exploração de um trabalho ao qual o capital impôs salários inferiores ao masculino¹²¹ e a arrancada da mulher rumo a uma participação efetiva no campo sociopolítico¹²². Ao intensificar a extração da mais-valia absoluta, os capitalistas salvaguardaram a taxa de lucro do seu capital¹²³, mesmo nos momentos de crise.

d) O surgimento da sociedade de massas, consequência direta da expansão industrial – que trouxe consigo a produção em série e a abertura de amplos mercados de consumo e, concomitantemente, a ampliação da indústria e do comércio;

e) O aparecimento do automóvel e a criação de novos meios de transportes, que facilitaram um maior fluxo de matérias-primas, mercadorias e pessoas;

121 Ratificando o que Marx já antecipava nos anos 40 do século XIX, quando dizia que “A nova divisão do trabalho permite a um operário fazer o trabalho de 5,10 e 20; ela aumenta, portanto, a concorrência entre eles. (...) Além disso, o trabalho é simplificado na mesma medida em que aumenta a divisão do trabalho (...) e quanto mais simples e fácil de aprender for o trabalho, menor será o custo de produção de um aprendiz e mais se abaixará o salário, pois ele é determinado, como o preço de qualquer outra mercadoria, por seu custo de produção. (...) O resultado é que, quanto mais trabalha, menos recebe de salário. (...) A maquinaria produz os mesmos efeitos numa escala ainda maior, expulsando os operários especializados por outros não especializados, substituindo os homens pelas mulheres e os adultos pelas crianças, demitindo em massa os operários manuais” (s.d.,79-81). Ver, acerca do trabalho feminino no Brasil, “*Ganhos de homens, ganhos de mulheres*”. Fundação Carlos Chagas, 03/03/2006.

122 A participação feminina nas lutas institucionais, assim como nas cotidianas, nos inúmeros movimentos de resistência antissistêmica, até as para-institucionais, como é o caso das que assumiram e assumem a vanguarda de movimentos armados desde sempre até constituir quase metade das fileiras do EZLN – ostentando até mesmo postos de comando. Uma boa literatura a respeito, mas especificamente em relação à participação das mulheres nicaraguenses nos processos políticos de caráter revolucionário na Nicarágua, pode ser encontrada em Randal, Margaret. *Estamos todas despertas*. São Paulo: Global, 1982.

123 Apesar da diferença salarial entre os sexos ter diminuído, esta é a tendência histórica do “mercado de trabalho” feminino no mundo. Acerca do significado político desta expressão ver Offe (1984) e Almeida (2005). Segundo a conservadora revista britânica *The Economist* (03/03/2007), a superexploração da força de trabalho feminina constituiu-se num dos elementos essenciais ao impulso do crescimento das riquezas no mundo nas duas últimas décadas. Ainda segundo a fonte, as trabalhadoras respondem por 40% do PIB mundial. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=14263>. Acessado em 21/02/2008. Assim, as francesas recebem, em média, um salário 25% inferior ao dos homens; as dinamarquesas, 9%; as inglesas, 35%. Acerca, ver “*Travail des femmes: une irrésistible ascension*”. Disponível em http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/france_829/label-france_5343/les-numeros-label-france_5570/lf37-les-femmes_12089/les-femmes-france-aujourd-hui_12095/travail-femmes-une-irresistible-ascension_24361.html. Acessado em 21/02/2008; Na Alemanha, em dados de 2004, os homens recebiam, em média, 23% mais que as mulheres (Ver “*Trabalho feminino cada vez mais desvalorizado na Alemanha*”. Disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,2144,1916261,00.html>). Acessado em 21/02/2008. Para finalizar, a convicção de que, em todo o mundo, guardadas as devidas proporções de cada país, as mulheres recebem menos que os homens. Acerca, ver <http://www3.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/em-todo-mundo-mulheres-recebem-menos-que-homens>. Acessado em 09/02/2009.

- f) A disseminação dos meios de comunicação de massa, através dos quais as classes dominantes ativeram-se à possibilidade de manipulação da ‘*opinião pública*’ (publicizada), propiciando um fluxo maior de informações assim como um aumento na velocidade de reprodução da acumulação capitalista, o que funcionou como aparelho ideológico potentíssimo na garantia do *status quo*;
- g) O aparecimento de novos métodos empresariais de contabilidade e organização da produção que veio proporcionar uma maior e mais rentável produção em série e em larga escala, assim como um maior controle da mesma.
- h) Um desenvolvimento técnico-científico que propiciou a abertura de quase infinitas possibilidades de manobra e, conseqüentemente, de expansão ao capital, cujo aumento em sua quantidade e qualidade absoluta, influenciou os homens de então em seu inter-relacionamento socioeconômico.

Essa pequena turnê indica que as citadas transformações foram impulsionadas a partir da inter-relação capital/trabalho e acabaram por serem incorporadas à forma de produção e apropriação por parte de uma classe social que deu os rumos da sociedade capitalista, a burguesia, mostrando que, se na fase concorrencial, possuir vultosas somas de capital acabou sendo a condição de sobrevivência da burguesia frente à situação de destruição do pequeno empresário, ante a competição desfavorável dos grandes, na fase monopolista não seria diferente.

Fruto dessa perversa dinâmica acumulativa de capital, uma esteira de vidas e sangue (custos humanos, sociais e econômicos), se esvaiu em monumentais disputas interimperialistas que marcaram e continuam marcando (veja-se as *guerras preventivas bushianas*) a história da humanidade. Avanços e retrocessos assinalam a trajetória histórica do capitalismo em seu processo de mundialização. Entre esses acontecimentos contabilizam-se duas guerras mundiais, as quais envolveram não só as potências imperialistas de um mundo multipolar, mas arrastaram atrás de si quase todas as outras nações; um terceiro conflito, denominado Guerra Fria, envolvendo as duas então maiores potências planetárias (URSS¹²⁴ e EUA), quando a hegemonia mundial se tornara bipolar; inúmeros conflitos civis, dentre os quais a Guerra Civil Espanhola (1936-39), a Guerra da Coreia (1950-53), a Guerra do Vietnã

124 Ao irromper a II Guerra Mundial, a URSS era a terceira potência industrial do planeta (em primeiro estava os EUA, secundarizado pela Alemanha). Com a derrota desta última no conflito, a URSS acabou por assumir o segundo lugar enquanto potência industrial. Com os primeiros resultados dos Planos Quinquenais, o desenvolvimento econômico soviético mais que dobraram em relação ao dos EUA, não sendo despropositado o medo que a primeira potência tinha de ser superada pela sua rival. Acerca da capacidade econômico-militar e política da URSS e dos EUA, nesse período, ver Sterneberg (1962).

(1963-75), as guerras do Golfo (1980/1991), a Guerra da ex-Iugoslavia (1991-1999)¹²⁵, as guerras contra o Afeganistão (2001) e contra o Iraque (2003), que acabaram transformando-se em conflitos civis...; revoluções em grande escala: Russa (1917) e Chinesa (1949); revoluções de âmbito nacional, como a Mexicana (1910), a Cubana (1959), a experiência socialista chilena da Unidade Popular (1970-73), a Revolução Sandinista, na Nicarágua (1979), entre outras; rebeliões estudantis, como as de 1968, na França, e o Massacre de Tlatelolco¹²⁶, no México; diversas rebeliões populares, dentre as quais a da Praça Celestial, na China de Deng Chiao Ping (1989).

Tais conflitos expuseram as principais contradições do capitalismo e exibiram uma contundente luta de classes, num contexto de evidente imperialismo. O cenário invocado justapõe-se à implantação de políticas econômicas possibilitadoras do controle monopólico da economia, gerando uma concentração e centralização de capitais em proporções nunca dantes vista na história do capitalismo mundial sob a liderança dos EUA.

Visando entender, sucintamente, o desenvolvimento desse “século do imperialismo”, para utilizar uma expressão de Sader (2005), impossível não reconhecer, ao se aproximar da trajetória histórica desse fenômeno, que houve mudanças estruturais no seu processo de constituição (em sua forma moderna), desde o último quartel do século XIX até os dias de hoje. Mudou tanto ao ponto de Grenet registrar que, no ano de 1975, o mundo destinara, “para fins militares, receitas superiores à totalidade da produção mundial em 1900” (2000:445), não serem contestados, apesar da contundência de seu conteúdo.

Seria insensato olvidar – ou desconsiderar – as mutações ocorridas, no que se refere a políticas, ações e relações entre centro/periferia. Não é esta a intenção das hipóteses aqui levantadas. No entanto, a questão central que aqui se chama a atenção tem a ver com as mudanças evidenciadas, em seu formato e intensidade, pujança e volume, no tempo que se passou desde seu engendramento: alteraram, essencialmente, a dinâmica da contradição fundamental da sociedade sob o capitalismo?

125 Computando os três maiores conflitos civis (Croácia: 1991-95); (Bósnia: 1992-95); e (Kosovo: 1998-99).

126 Massacre deliberado de movimento estudantil na Plaza de *Las Tres Culturas*, na cidade do México, por parte do governo de Díaz Ordaz (1964-70) onde, oficialmente, foram assassinadas vinte e oito pessoas, feridas 200 e mais de 1500 aprisionadas. Segundo AGEE (1976:566), provavelmente foram centenas os mortos e um número muito maior de feridos. O massacre foi batizado de *la noche de Tlatelolco*. Acerca, ver Anaya, Marta. “*Dooos de Octubreee... Nooo se Olvidaaa*”. Excelsior, 19.12.1998. Uma crítica contundentemente política acerca, ver http://chiapas.indymedia.org/article_158965. Acessado em 03/10/2008.

Segunda Geração

A II Guerra Mundial pode ser concebida, para a compreensão do imperialismo moderno, como um fenômeno de ruptura. Primeiro, por ter apontado que a antiga datação que o circunscrevia ao período entre 1875-1914 havia se rompido, de forma que perdera a sua função de enquadramento temporal, já que os principais elementos permaneceram para além daquele tempo¹²⁷. Segundo, porque a ascensão explícita – e definitiva – da classe capitalista estadunidense sobre a burguesia inglesa registrava a ascensão de uma nova hegemonia, como comprovaram os fatos que se seguiram à Guerra. E, terceiro, porque a divisão do mundo em áreas de influência das duas maiores potências apontava para um arrefecimento na relação interimperialista, passando a dar lugar a confrontos apenas pontuais entre centro/periferia do sistema. Afora o imbróglio da instalação dos mísseis em Cuba, a convivência “pacífica” não sofreu grandes ameaças¹²⁸.

Após a II Guerra Mundial, no enalço da nova configuração internacional, surgiu uma onda de cientistas políticos e sociais que passou a ver o fenômeno imperialista com novos olhos, apontando novos atores e sua nova configuração. Trata-se de uma geração de formuladores que, à luz do pensamento da escola marxista, analisou a conjuntura mundial de sua época. Foi o caso de Paul Sweezy (1910-2004), Paul Baran (1910-1964), Harry Magdoff (1913-2006) e Ernest Mandel (1923-1995), entre outros, que vislumbraram, nas ações dos EUA, o anúncio de uma nova “era do imperialismo”, advertindo para o papel de liderança desse país no processo. Estes são os formuladores que aqui constituímos como a Segunda Geração, surgida, ainda meio que estonteada, dos destroços traumáticos da II Grande Guerra Mundial. Esta nova geração navegou num contexto mesmo de crítica às concepções de Kautsky, e pautou suas preocupações inscrevendo a América Latina nesse contexto. Começemos por Paul Sweezy.

127 Exceção para algumas sumidades, como Hobsbawm (1988), que continuariam a utilizar aquela periodização.

128 Segundo Robert S. McNamara, ex-Secretário de Defesa dos EUA no governo de JFK e Lyndon Johnson, foi uma guerra quentíssima. Acerca, ver o documentário ganhador do Oscar de 2003, *Sob a névoa da guerra* (*The fog of war*), de Errol Morris, EUA.

Sweezy e a reconquista do capital industrial

Tal como os indivíduos na sociedade são economicamente necessários uns aos outros e portanto formam uma economia integrada, assim as nações do mundo são economicamente necessárias umas às outras, e portanto formam uma economia mundial integrada.
Sweezy (1983:221)

Indubitavelmente, Sweezy foi um dos mais destacados economistas do século XX. Além de ser o incansável fundador e editor da revista marxista independente estadunidense *Monthly Review*, instrumento através do qual conseguiu associar vultos da monta de Paul Baran, Leo Huberman, Harry Berman e Harry Magdoff, entre outros, foi autor de vastíssima obra no campo do marxismo. Desta produção, por conta do objeto central deste trabalho, interessa-nos sobremaneira a *Teoria do desenvolvimento capitalista*, e nesta, mais especificamente, a sua concepção de imperialismo.

Teoria... foi publicada pela primeira vez em 1942, quando Sweezy tinha apenas 31 anos e num momento em que não existia, “em inglês nenhum estudo analítico, razoavelmente geral, da Economia Política marxista” (SWEETZY, 1983:3). A obra veio a público numa conjuntura mundial cuja distribuição de poder estava calcada na bipolaridade, caracterizada, em linhas gerais, no Ocidente, pelo auge do keynesianismo¹²⁹ e, na URSS, pelo vigor de uma política estatal arcaica, dogmática e extremamente autoritária. Do ponto de vista macroeconômico, o contexto era o de cristalização econômica mundial inter-relacionada na qual a presença dos monopólios era já extremamente comum, desde as sociedades cujas economias já se encontravam capitalistamente muito desenvolvidas até as nas quais predominavam relações pré-capitalistas.

Nesta obra, o autor problematiza os pressupostos básicos da teoria marxiana, examinando-os à luz das formulações de marxistas como Hilferding, Bukhárin, Rosa Luxemburg, Kautsky, Lênin e Maurice Dobb, entre outros nem tanto marxistas, submetendo-os *ao criticismo prático do real*, como escreveu. Trata-se de uma exposição metodológica, sistemática, com abordagem didaticamente esclarecedora que, na opinião de Hoffman, reflete

129 Teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes (acerca, ver Keynes, 1983), que racionalizou as políticas econômicas da “crise de 1929”. Consiste, grosso modo, na intervenção do Estado na economia como um agente complementador indispensável no controle das adversidades decorrentes da ação predatória do mercado, com o objetivo de reverter a depressão e a crise social de então. Modelo de regulação que permitiu ao fordismo realizar todo o seu potencial. A recomposição do capital, no keynesianismo pode ser resumida como produto da inter-relação Estado, burguesia e classe operária, concepção que implodiria as estruturas da teoria econômica burguesa convencional ao ressaltar a importância da estrutura da sociedade, das relações de classes, da distribuição da renda e do papel do Estado no processo econômico capitalista.

a “melhor introdução à teoria econômica marxiana e marxista” (1983: IX). Apreciação que, vindo de um vulto como este, sobre uma obra escrita há mais de 40 anos, não é de pouca monta.

Ao observar o impacto das grandes corporações – apresentadas enquanto instituição central do capitalismo monopolista – no funcionamento da economia mundial, Sweezy desloca o conceito marxiano de mais-valia, substituindo-o pela categoria *excedente econômico*¹³⁰ e suas formas de assimilação: o consumo capitalista e o investimento; o esforço de vendas nos momentos de crises e depressões; os gastos estatais; e o imperialismo, com todas as suas nuances (nacionalismo, militarismo e racismo). Este é o eixo sobre o qual gira a centralidade da obra, o que, para muitos críticos, empobrece sua análise, já que esta categoria deixa ausente o elemento fundamental da sociedade capitalista.

Fundamentado nos processos marxianos da concentração e centralização de capitais, Sweezy distingue dois estágios na trajetória do desenvolvimento capitalista: a) o do capitalismo competitivo transformado em monopolista; e b) o da etapa-fruto dessa transformação, que modifica algumas leis do funcionamento do sistema. Segundo ele, teriam ocorrido alterações na administração do processo produtivo assim como uma aceleração nas mudanças da composição técnica do capital. Este processo podia ser visualizado na seguinte forma: a) num primeiro momento, marcado por uma concentração/centralização do capital; b) depois, num aumento de escala tanto do tamanho médio da unidade produtiva quanto da produção; c) no surgimento dos grandes conglomerados: corporações, cartéis, trustes, assim como da fusão destes; d) e na expansão do sistema creditício, que veio acelerar o processo acumulativo capitalista. Todo este conjunto de fatos e fatores caracterizava o capitalismo de então.

Assinalava Sweezy que o grande demarcador dessa transição foi a existência dos monopólios, que vieram alterar o funcionamento do sistema. No âmbito da economia capitalista, quanto maior o grau de desenvolvimento do capital monopolista, mais altos os preços e mais altas as taxas de lucro. Claro que tal lógica levava, cada vez mais, a uma desigualdade destas, alavancada por um processo em que as do ramo industrial de larga escala absorviam as mais altas, enquanto as de menor escala as mais baixas. Corroborando com a maioria dos marxistas, Sweezy concordava quanto ao fato de que, no processo de transição do capitalismo competitivo para o monopolista, a concorrência não era eliminada, apenas transmutada em sua forma e métodos.

130 Nesta abordagem, contará com a parceria de Paul Baran. Acerca, ver a seção “Baran e a irreconciliável contradição da propriedade”, neste trabalho.

Na sua compreensão de imperialismo, o papel do aparelho estatal crescera em importância na fase monopólica do capitalismo. Como sua concepção mais geral de imperialismo estava marcada pela essencial imprescindibilidade do nacionalismo e do militarismo, logicamente se depreende daí que tal configuração pressupõe um aumento do poder de Estado, assim como uma ampliação de suas atribuições. Nesse sentido, destaque para a esfera da economia, na qual esta instituição aparece como instrumento de expansão econômica, levada a interferir nesse âmbito pela função que exerce no processo de centralização do capital, representada pelo crescimento dos monopólios.

Ao mesmo tempo em que, sob o imperialismo, o Estado cresce em poder e se expande em atribuições, fato correlato ocorre com as instituições parlamentares: o legislativo perde influência institucional em relação ao executivo, processo compreensível se visto historicamente desde seu surgimento da instituição Parlamento como contraponto ao poder absoluto exercido pelos monarcas, no princípio da Idade Moderna, com a função de controlar os poderes executivo e legislativo, tornando-se, sob o capitalismo, o palco de emergência, na arena política, das contradições de classe. Como, no desenvolvimento do capitalismo estas se agudizaram de forma muitas vezes insolúvel no seio do próprio sistema, as classes dominantes acataram a transferência de poder, cedendo à tentação de um Estado forte o bastante para amainar as contradições sem causar distúrbios ao movimento de acumulação sistêmica (SWEEZY, 1983:241-243)¹³¹.

Nessa acepção, na história do desenvolvimento econômico capitalista, é patente a intervenção estatal desde a formulação das Leis Fabris Inglesas (1833-1864) até os nossos dias, sendo mais constante a presença do Estado nas crises e depressões, exercendo seu papel de instrumento de classe, cuja intervenção na sociedade diz respeito à defesa dos interesses da fração de classe dominante que o domina. E sendo coerente com seu papel, sua função central está associada ao seu desejo de manter a ordem pautada pelo processo de acumulação de capital. Nesse sentido, a ação estatal, na estrutura econômica do capitalismo, busca dar cabo aos problemas gerados no/pelo processo de acumulação e salvaguardar os interesses das classes que se beneficiam dele. Por outro lado, o Estado também cede às concessões operárias – ato que lhe rende legitimidade – quando uma recusa pode trazer prejuízos maiores ao sistema como um todo.

Além do importante papel do Estado sob o imperialismo, outros elementos compõem o conjunto de fatores que definem a concepção *sweezyana* do fenômeno, a ver: a forma de

131 Em Sweezy (1983: 281-283), encontra-se um contrastante paralelo entre os fundamentos ideológicos do capital monopolista frente ao liberalismo.

governo, o capital monopolizador (destaque para as sociedades anônimas, os cartéis, trustes e fusões) e o capital financeiro (SWEEZY, 1983:187-207). A partir de todos esses elementos, sua definição de imperialismo ganha corpo como sendo

um estágio no desenvolvimento da economia mundial em que: a) vários países capitalistas adiantados se encontram em condições de concorrência quanto ao mercado mundial dos produtos industriais; b) o capital monopolista é a forma predominante do capital; e c) as contradições do processo de acumulação atingiram tal maturidade que a exportação de capital é uma característica destacada das relações econômicas mundiais. Como consequência dessas condições econômicas básicas, temos duas outras características: d) severa rivalidade no mercado mundial levando alternadamente a uma competição mortal e a associações monopolistas internacionais; e e) a divisão não-territorial das partes “não ocupadas” do mundo entre as principais potências capitalistas (e seus satélites) (Idem).

Trata-se, como se vê, de uma compreensão muito próxima da de Lênin, mas com algumas mudanças perceptíveis e que levam em conta a trajetória da economia política e da história do desenvolvimento capitalista desde a época de *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Nesse sentido, o maior destaque é para a supressão do segundo elemento daquilo que Lênin concebera como as cinco características essenciais de sua concepção de imperialismo. Este fato o próprio Sweezy reconhece ao explicar que os fatores capital financeiro e oligarquia financeira já estão contemplados em seu conceito de capital monopolista (1983:235). Por outro lado, Sweezy dá especial atenção a elementos que não receberam a importância devida na citada obra leniniana, como o nacionalismo, o militarismo e o racismo, assim como uma abordagem mais específica acerca do papel do Estado no imperialismo – tal qual chamara à atenção Bukhárin – e a especificidade da guerra – para a qual muito contribuíra Rosa Luxemburg. Para Sweezy, o nacionalismo e o militarismo tiveram, no período formativo do capital monopolista, um papel indispensável, quando o primeiro teria sido “a expressão da aspiração, na nascente classe média, de unidade econômica e liberdade cultural, contra o separatismo e obscurantismo da sociedade feudal; o militarismo foi o meio inevitável de atingir esse fim” (1983:236).

Fazendo par com Rosa, Sweezy resgatava esses dois elementos enquanto instrumentos imperialistas que amalgamaram a relação centro/periferia desde o início da Idade Moderna. Tanto um quanto o outro, formatados no intuito de realizar a unificação dos Estados Nacionais e de engendrar a liberdade de ação de base capitalista, acabaram por serem transformados em armas contra os rivais capitalistas na arena mundial. O militarismo, nessa etapa, é elemento forçoso da lógica de desenvolvimento capitalista, sendo, transitoriamente, evitável enquanto

houvesse territórios não-reivindicados pela acumulação. Quanto ao nacionalismo, tratava-se da ‘religião’, o aspecto ideológico necessário para atrair as massas ao sacrifício em nome de sua nacionalidade. Ao mesmo tempo, ao imperialismo eram interessantes as divisões na sociedade, já que elas facilitavam e justificavam os espaços ocupados pelas classes dominantes.

Sweezy e os limites do imperialismo

*...na era do imperialismo, o anti-capitalismo significa necessariamente também o anti-imperialismo.
SWEETZY (1983:246)*

Seguindo a marca registrada de praticamente toda a escola neomarxista da primeira metade do século XX a tendência a vislumbrar o fim peremptório do capitalismo¹³², Sweezy não foge à regra, sistematizando tal possibilidade a partir de elementos de resistência que vê no seio do próprio imperialismo, que acabaria por destruí-lo. Mas não se trata de escatologia, já que aponta pressupostos lógicos e possui embasamento teórico que sustentam suas preocupações.

Para ele, a primeira das resistências ao imperialismo diz respeito ao efeito de sua indissociável simbiose (capitalismo/imperialismo), e manifesta-se no âmbito das contraditórias relações interno-externas dos países centrais do sistema. As contradições classistas, aprofundadas pelas exigências do imperialismo e suas decorrentes guerras, chegariam a um patamar insustentável de forma que a classe trabalhadora passaria à ação anticapitalista. Pela indissociabilidade capitalismo/imperialismo a ação anticapitalista representaria, ao mesmo tempo, uma ação anti-imperialista. Nesse sentido, o primeiro limite do imperialismo identificado por Sweezy é o que se refere ao resultado da interação dos aspectos nacional/internacional contidos na luta de classes (1983:246-247).

O segundo limite acena para a relação metrópole/colônia (não usada no sentido jurídico, mas aplicada às áreas menos desenvolvidas do ponto de vista do capital, objeto da exploração imperialista). A introdução de elementos alienígenas à tradição econômica dessas regiões impunha mudanças substantivas que revolucionavam tanto suas culturas – no sentido iluminista – quanto seu fazer produtivo. A importação de capitais trazia consigo – junto às mercadorias baratas de produção industrial – novos *modi vivendi* que reclamavam novas necessidades e hábitos assim como mudanças na estrutura social dessas regiões. No âmbito da economia, as indústrias nativas, artesanais tinham que se adaptar a um novo *modus operandi*,

132 Essa característica, por exemplo, é encontrada em Rosa Luxemburg, que atribui ao capitalismo a portabilidade de uma perspectiva de colapso final.

caso não quisessem receber o golpe de misericórdia desferido pela competitividade desigual entre a manufatura e a maquinofatura, ou seja, o golpe da tecnologia. Nas palavras de Sweezy, as

antigas relações sociais se dissolvem; surge uma burguesia nativa que começa a liderar a promoção de um espírito de nacionalismo idêntico ao que caracterizou o desenvolvimento inicial do capitalismo nas nações hoje industrialmente adiantadas. Ao mesmo tempo, porém, o desenvolvimento da economia colonial não é equilibrado. Sob o domínio do imperialismo, a industrialização avança muito lentamente, incapaz de absorver por isso o fluxo crescente dos artesãos arruinados pela concorrência dos produtos feitos à máquina nas fábricas das regiões adiantadas. A consequência é o aumento das fileiras do campesinato, aumentando a pressão sobre a terra, e uma deterioração da produtividade e dos padrões de vida das massas agrícolas que constituem, de longe, a maior camada das populações coloniais. O imperialismo cria, assim, problemas que não pode resolver (1983: 24).

Enquanto, por um lado, as implicações dos investimentos de capital modificam as estruturas agrárias e altera a produtividade agrícola através de uma nova composição orgânica de capital, impondo a uma parcela cada vez menor da população sobreviver nos padrões tradicionais das relações pré-capitalistas, os novos tempos trazem também alianças entre o grande capital monopolista e as tradicionais classes dominantes (no caso, as oligarquias), favorecendo antigas contradições internas como as típicas da importação de capitais, piorando a vida das camadas mais pobres das colônias ou semicolônias. Todas as forças que se vêem oprimidas pela situação imperialista se lançam, então, a uma luta pela independência das regiões ditas “mais atrasadas”. Assim, a emancipação pretendida – e muitas vezes levada a cabo – nem sempre representa, como bem ressalta Sweezy, uma mudança na estrutura econômico-social dessas regiões, como aludiam os movimentos políticos (1983:248). Isso também é visível na composição da base da maioria destes movimentos, hegemonizados pela burguesia, sendo o resultado dessas ações, na maioria das vezes, o estabelecimento de relações capitalistas mais independentes das metrópoles.

Como escreve a partir da conjuntura de meados do século, mais precisamente, no contexto da II Guerra Mundial, seu principal referencial analítico nesta obra era a economia estadunidense que, naquele momento histórico detinha os principais elementos que evidenciavam sua superioridade no campo econômico (industrial e financeiro), assim como um sólido complexo industrial-militar. Utilizava, assim, seu arsenal teórico para analisar a “era do imperialismo estadunidense”, tendo a contribuição da parceria com Paul Baran,

personagem que teve uma carreira um tanto meteórica para a reputação que detinha entre os economistas e cientistas sociais do século XX.

Conclui-se da obra de Sweezy, em epígrafe, que vinga seu fim declarado de desmistificar a suposição “de que o marxismo foi incapaz de compreender e prever as tendências ideológicas que atingiram seu auge nos Estados fascistas” (1983:4).

Paul Baran e a irreconciliável contradição da propriedade

A realidade dominante de nossa época é a de que a instituição da propriedade privada dos meios de produção – outrora poderoso motor do progresso – está hoje em contradição irreconciliável com o desenvolvimento econômico e social do povo nos países subdesenvolvidos, e com o crescimento, evolução e libertação do povo nos países adiantados. (...) Isso reflete a força do domínio que sobre a mente dos homens exerce uma série de crenças, superstições e fetiches, oriundos da própria instituição da propriedade privada dos meios de produção.
Baran (1984:32)

Situado no campo da crítica do que aqui se denomina Segunda Geração, Baran contribuiu enormemente para o enriquecimento da escola marxista ao alçar novos olhares sobre o desenvolvimento econômico do capital. Sua produção teórica, elaborada em meados do século XX, buscou entender o funcionamento concreto que envolvia a relação centro/periferia – entendida à época sob o prisma da dualidade desenvolvimento/subdesenvolvimento – até a sua morte (1964). E foi através de suas posições teórico-políticas que se aproximou de – dentre tantos outros teóricos do marxismo – Rudolf Hilferding, Leo Huberman, Harry Magdoff... e, dentre estes um especialmente: Paul Sweezy, parceiro que marcaria sua trajetória teórica e de produção intelectual¹³³. Desta parceria surgiria sua mais significativa produção no que concerne ao desenvolvimento econômico mundial caracterizado pelo capital monopolista. É consenso que, sob a ótica de Sweezy/Baran, a expressão capitalismo monopolista adquiriu um novo sentido e marcou as concepções críticas de sua época acerca do fenômeno em epígrafe (ver BARAN & SWEEZY, 1978).

É verdade que a obra de Baran não teve a vastidão da de Sweezy, mas nem por isso foi uma produção menos rica em conteúdo, deixando, além de muitos outros trabalhos, três obras completas publicadas. Uma obra fora publicada em vida, (*A economia política do desenvolvimento*), e outras duas em parceria (publicadas postumamente)¹³⁴. A escolha da sua única obra publicada em vida, para a abordagem que aqui se faz, diz respeito a dois critérios

133 O “ponto de encontro” entre todos eles era a *Monthly Review*, com exceção a Rudolf Hilferding.

134 Referindo-se às publicações de Baran, Szmrecsányi, diz que “os outros dois [livros] – *Capital Monopolista*, que escreveu junto com Paul Sweezy, e a coletânea *The Longer View*, organizada por John O’Neill – foram póstumos, tendo sido publicados, respectivamente, dois e cinco anos após a sua morte” (1984:XI).

básicos: trata-se da única obra que o autor publicou sem parceria; e por tratar-se de uma obra que derivou as demais, inclusive o *Capital Monopolista*. O uso de tal critério não pretende desmerecer a importância de suas demais produções, mas diz respeito à preocupação precípua da falta de tempo hábil para um enfoque mais profundo acerca da totalidade de sua produção, o que força o reconhecimento de que tal escolha implica prejuízos. Disso se está cômso.

Baran e sua teoria do desenvolvimento capitalista

Os poucos traços de verdadeiro humanismo, que ainda permeiam a consciência da burguesia desde os dias da sua gloriosa juventude, desapareceram completamente sob o impacto da intensificação da luta de classes.
Baran (1984:222)

Diz Szmrecsányi (1984: XIV-XXVI), que Baran manifestou, pela primeira vez, interesse pela temática contida em *A economia política do desenvolvimento* (doravante referida por “*A economia...*”), ao participar, em 1950, de uma reunião da *American Economic Association*. Nessa oportunidade, ele introduziria a noção de *excedente econômico*, cuja categoria analítica adquiriria fundamental importância em “*A economia...*”, anos depois. Publicada em 1957, esta obra deve ser lida como um contributo ao entendimento do tempo em que estava embebida, desdobrando-se em oito capítulos que tratam, grosso modo, do papel ideológico da ciência econômica, da conceituação de desenvolvimento/subdesenvolvimento, e do papel da produção e apropriação do excedente econômico no contexto do capitalismo monopolista.

Inaugurando uma análise econômica marxista que enfocava a situação dos países que denominava “subdesenvolvidos”¹³⁵, Baran, juntamente com Sweezy, desloca o conceito de mais-valia (que entendia como a equivalente diferença entre o produto agregado líquido e a renda dos trabalhadores) pela categoria de *excedente econômico*. Num sentido mais geral da concepção baranista, este acabou por se tornar o conceito-chave de suas elaborações teóricas que diziam respeito ao desenvolvimento econômico¹³⁶. Pela importância que devotou à categoria supracitada, a compreensão de suas formulações se torna impossível àquele que não

135 Termo de teor pejorativo identifica aqueles países marcados pela exiguidade de seu produto social *per capita* e seus recursos humanos e materiais profundamente subutilizados. Acerca, ver Baran (1984:132;153).

136 Desenvolvimento econômico, em Baran, é entendido como o aumento, através do tempo, da produção *per capita* de bens materiais, resultado de um ou mais processos: 1) incorporação ao processo produtivo de recursos – humanos e materiais – até então ociosos; 2) aumento da produtividade do trabalho através de medidas organizacionais ou institucionais; 3) mesmo aumento obtido através do progresso técnico (substituição de instalações e equipamentos menos eficientes, ou expansão física dos estoques de tais equipamentos e instalações). A rigor, apenas a última modalidade do terceiro processo envolve necessariamente um aumento dos investimentos. Na prática, todavia, esse aumento está presente em todos esses três processos, sendo que, para que ocorra, é necessário que a sociedade seja capaz de produzir um excedente econômico.

se familiarize com este conceito, mesmo quando este ainda se encontra não muito claro, como é o caso da obra citada¹³⁷.

Baran, sempre que julga necessário, recorre à história para fundamentar suas concepções no campo da economia, o que reforça o *locus* de onde emanam suas formulações: o marxismo enquanto teoria da história. Assim, ao afirmar que, da magnitude e do modo de apropriação do excedente econômico dependem o ritmo e a direção tomados pelo desenvolvimento econômico de cada país, reexamina seus pressupostos submetendo-os à inexorabilidade da história econômica mundial. No *tour* que perfaz, desde a transição da antiguidade escravista, passando pelo medieval servil, chegando ao assalariamento capitalista, uma vez nesta etapa, afirma que tais elementos (magnitude e modo de apropriação do excedente econômico) são

determinados por (e, ao mesmo tempo determinam): o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a correspondente estrutura das relações sócio-econômicas e o sistema de apropriação do excedente econômico que estas relações envolvem (BARAN, 1984:67).

Considerado por Baran como a chave dos princípios práticos gerais do capitalismo para quem deseja compreender os fatores básicos responsáveis tanto pela magnitude quanto pelo modo de apropriação da produção social, a categoria de *excedente econômico* constitui, em sua concepção, um elemento de primeira grandeza (1984:16; 49). Para ele, o que caracterizou o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista, com seu volume de investimento, um incremento sem precedentes das forças produtivas, um gigantesco avanço da tecnologia e o considerável aumento tanto da produção quanto do consumo, foi o seu *modus operandi* cuja dinâmica só foi possível pela existência do excedente econômico¹³⁸, cujo volume, em valores absolutos, era maior sob o capitalismo monopolista que sob o concorrencial.

Atribuindo a concepção e formulação da categoria a John Stuart Mill, Paul Baran distingue nela três variantes, a ver: 1) o excedente econômico efetivo, aquele gerado por todas as formações sociais que historicamente existiram e que equivale à diferença entre a produção real e o consumo real correntes da sociedade, abrangendo apenas a parcela de mais-valia acumulada, ou seja, a poupança responsável pela formação de capital; 2) o excedente

137 Em *O capital monopolista*, escrito em co-autoria com Sweezy, e que aqui não se propõe abordar, pelo motivo anteriormente citado, ensaiou-se um aprofundamento teórico acerca.

138 Quanto maior o nível de exploração da faixa salarial e menor o consumo por trabalhador (menor custo do nível de subsistência), maior o nível de acumulação do excedente econômico.

econômico potencial, aquele referente à diferença entre a produção que poderia ser obtida a partir de um dado meio natural e tecnológico pelo uso dos recursos produtivos disponíveis e o consumo que pode ser encarado como essencial; e 3) a variante do excedente econômico planejado, cuja existência adquire importância no contexto de uma sociedade em que a produção é planejada, típica da economia socialista (BARAN, 1984:51-66).

Pelo que disso é possível depreender, o foco elementar da análise do imperialismo de seu tempo concentra-se sobre as variantes do excedente econômico efetivo e, principalmente, do potencial. Para Baran, o primeiro se materializa em ativos de várias espécies, que se adicionam às riquezas da sociedade durante um determinado período. É considerado como tal: equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas e ouro entesourado.

Sempre advertindo acerca da natureza irracional e contraditória do sistema capitalista, e coerente com os acontecimentos da conjuntura em que escrevia – e vivenciava – apontava as formas através das quais se ocultam o excedente econômico potencial numa sociedade capitalista. Se por um lado afirmava que, sob o capitalismo monopolista, o volume do excedente econômico, em termos absolutos, era maior que sob o capitalismo concorrencial, por outro, dizia que, com toda a sua pujança é ainda menor do que aponta sua potencialidade caso houvesse um consumo equivalente ao limite fisiológico de subsistência ou sob a condição de pleno emprego (BARAN, 1984:78). Segundo ele, este tipo de excedente envolve uma parcela maior que a da mais-valia, no sentido em que agrega a produção que se deixa de efetivar através de quatro formas principais aqui resumidas: por desvio do trabalho produtivo para a produção do consumo supérfluo da sociedade (localizado, geralmente, nas classes altas); pela organização irracional do aparelho produtivo, que leva a desperdícios da produção; pela existência própria de trabalhadores improdutivos¹³⁹, que deixa de realizar a produção efetiva; e, pela existência do desemprego, fator que leva à perda da produção que estes poderiam estar efetivando. Além disso, inclui-se em seu cálculo a produção que se perde em virtude do subemprego dos recursos produtivos.

139 Uma aura de polêmica permeia a categoria “trabalho improdutivo”. Concebido geralmente como forma de trabalho assalariado que não aumenta o volume de mais-valia social (comércio, bancos, administração), mas que contribuem para outros grupos específicos de capitalistas a realizem noutros setores. Para Hilferding, “Em geral, é um artifício apologético dizer que tudo o que é necessário para a sociedade capitalista é produtivo; pelo contrário, a produção capitalista, em consequência da sua anarquia, do antagonismo entre os proprietários dos meios de produção e de seus aplicadores, encerra, de antemão, no tipo de sua distribuição, uma grande soma de gastos e dispêndios que não significam nenhum aumento de riqueza, que seriam suprimidos numa sociedade organizada e, nesse sentido, seriam improdutivos” (1985:142). No entanto, por mais interessante – e necessária – que seja esta discussão, pelas contribuições para o entendimento do atual estágio de desenvolvimento capitalista, ela não será abordada aqui. Acerca, ver também Baran (1984) e Mandel (1982).

Desnecessário apontar as dificuldades trazidas pela definição de categorias como “consumo supérfluo”, “bem-estar social”, “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo”, pela fluidez que representam e a partir de que critério são abalizadas. Baran não foge a tais problemas e ressalta as dificuldades – e consequente complexidade – de se trabalhar com categorias tão difusas, o que não o inibe em sua busca por definir cada uma delas a partir dos pressupostos marxianos. Assim, não é excessivo sintetizar sua compreensão afirmando que a grandeza do excedente econômico, sob as condições monopolistas do capital, é a possível dentro de seu grau de irracionalidade. Afirmava, nesse sentido:

A diferença fundamental entre o capitalismo monopolista e o competitivo reside na distribuição do excedente econômico entre aqueles a quem se destina. Do mesmo modo em que a transição do feudalismo para o capitalismo competitivo determinou não apenas uma grande expansão do excedente econômico, mas também a transferência de grande parte dele do senhor feudal para o empreendedor capitalista, a transição do capitalismo competitivo para o monopolista ocasionou enorme aumento do volume absoluto do excedente econômico e a passagem de seu controle das mãos dos pequenos capitalistas para umas poucas empresas gigantes (BARAN, 1984:78).

Apesar dos logros alcançados, os desperdícios e irracionalidades herdados no âmbito da organização produtiva – mais proeminente no estágio monopolista do capital que no competitivo – levam a sociedade à obtenção de um produto social bem inferior ao que poderia ser alcançado com o mesmo dispêndio de recursos humanos e materiais. Entre as irracionalidades do capitalismo monopolista, cita: a) a existência contínua de capacidade física ociosa que continua a absorver, improdutivamente, parcela significativa do investimento corrente. Tomando por base uma pesquisa da *Brookings Institution* sobre os EUA dos anos 1925-29, Baran chega à conclusão de que, neste último ano, o país perdera “quase 20% da renda nacional” (15 bilhões de dólares). E, baseado num outro estudo, de Lewis Robb, afirma que, no ano de 1952, a indústria estadunidense operou com um percentual cerca de 55% de sua capacidade (1984: 60-61); b) a perda da produção pela subutilização das economias de escala (originada na irracional diferenciação de produtos); c) a multiplicação de unidades produtivas sem levar em conta a minimização dos custos e a maximização da eficiência (a exemplo dos custos fixos das sociedades anônimas que garantem remuneração a beneficiários cuja única relação com as empresas são ligações financeiras); d) existência do ativo imponderável (material humano), sistematicamente dilapidado pelos monopólios. Este último constitui-se do

material humano que cresce no ambiente degradante, corruptor e imbecilizante dos vastos impérios do mundo dos negócios; o homem e a mulher comuns, cuja educação vem sendo distorcida e deformada pelo contacto contínuo com a produção, a propaganda e as campanhas de venda das grandes empresas (BARAN, 1984:62);

e) o benefício subtraído da sociedade através do direcionamento da pesquisa científica ao controle privado ou de governos que vinculam seus resultados a lucros e a programas bélicos estatais, interesses que vinculam conteúdo, temas e métodos, dificultando e deformando o desenvolvimento científico; f) a existência do desemprego – de recursos materiais e humanos – na condição de dispensa de trabalhadores e introdução de tecnologia nova, resultando em perdas pela desintegração de tais recursos ao processo produtivo (energia, capacidade de trabalho, mentalidade criadora) caso fossem aplicados em finalidades produtivas. Outro aspecto do desemprego caracteriza-se pela deficiência da procura efetiva (subconsumo), que imobiliza consideráveis parcelas de recursos materiais e humanos disponíveis. Nesta condição, segundo cálculos tomados de Isador Lubin, por Baran (1984:64-65), as perdas totais, em termos de renda nacional para a economia estadunidense, no ano de 1929, foram de 133 bilhões de dólares.

Todo esse quadro de irracionalidade induz a concluir que, apesar do indubitável aumento da parcela do produto social sob a organização produtiva do capital monopolista, a apropriação do mesmo não permite a sua utilização numa condição de pleno emprego, apesar do aumento da parcela utilizada improdutivamente. No conjunto, todas estas características levam a uma expansão inconveniente das oportunidades de investimento sob as condições do capital monopólico, sendo que se impõe, para superar esta condição, a necessidade de busca por “impulsos externos”, que só podem ser realizados pelo Estado, reafirmando a historicidade do papel do aparelho estatal no desenvolvimento do capitalismo

Corroborando com os autores que chamaram a atenção para a ação do Estado sob o imperialismo, Baran nega que este, sob o imperialismo, tenha o mesmo papel daquele dos primórdios capitalistas. Explica que, no âmbito do capital concorrencial, a ação estatal se dava em questões pontuais, específicas e diziam respeito aos interesses mais gerais dos capitalistas como um todo, sempre mantendo e protegendo a ordem que garantia seu *status quo*, sua acumulação. Como nessa esfera predominava uma suposta igualdade entre os competidores, ratificou-se a ideia de que o Estado agia como aparelho de equilíbrio entre as forças burguesas, tendo, na expressão da democracia desta estirpe, sua forma ideológica a ratificava uma pretensa neutralidade desta instituição. Por outro lado, no seio da comunidade,

instrumentos como leis trabalhistas, proibição do trabalho de menores, etc., legitimava e reafirmava essa concepção (BARAN, 1984:100-101).

Com a ascensão das grandes empresas monopólicas, essa crença sofreria danos, mas se manteria viva. Entre as transformações que sofrera, destaca-se a manutenção do individualismo burguês que, mesmo açoitado pelas condições adversas na disputa de mercado, sobreviveu, mas justificada pela concepção de que, na disputa mercadológica, só os mais aptos sobrevivem. Tal adaptação presenteia a luta desigual entre ‘livres’ concorrentes, onde o capital monopólico

sanciona a desigualdade, os privilégios e a exploração, mas dá às vítimas da desigualdade, dos privilégios e da exploração uma profunda sensação de inevitabilidade ou, mesmo, de justiça de seu destino. (...) Embora estivessem sendo gradativamente devorados pela grande empresa, embora estivessem perdendo tanto seus lucros com sua independência, continuaram considerando-se membros da classe capitalista, como camada privilegiada bastante superior ao mero proletariado. Essa participação, efetiva ou ilusória, nos privilégios e nos frutos da exploração – mesmo quando essa parcela diminuía a olhos vistos – privou a pequena burguesia de toda a independência moral e política, transformando-a em instrumento dócil nas mãos de seus novos senhores monopolistas (BARAN, 1984:102-103).

A ação estatal, no âmbito do capitalismo monopolista, sempre foi de determinante importância para os interesses do grande capital. A história não deixa de lembrar o fato de que a depressão de 1930 comprometeu, irremediavelmente, a concepção de automaticidade do mercado, ao mesmo tempo em que reabriu possibilidades à intervenção do Estado, quando a burguesia julgou necessário na tentativa de evitar que a depressão levasse à derrocada a ordem capitalista. A grande empresa o percebera, mesmo assim continuou a difundir os valores tanto da automaticidade do mercado como da neutralidade do Estado, por perceber, também, que a cortina de fumaça que se espalhava dali, trazia em si a utilidade prática do ofuscamento do crescente domínio do aparelho estatal pelos grupos monopolistas. Este projeto foi estabelecido durante a Segunda Guerra Mundial, período em que se consolidara, efetivamente, o domínio do capital monopolista no seio dos países centrais do capitalismo.

Para que os investimentos estrangeiros tenham as condições necessárias à acumulação que requer, necessitam de estabilidade – social e política – para a exportação de capitais que empreendem. Na fase imperialista, os riscos de guerra, revoluções, rebeliões nacionalistas ganham corpo com maior frequência, inclusive como resultado da ação do grande capital dos países centrais do sistema por sobre a periferia. Como as empresas monopólicas e

oligopólicas controlam enorme massa de riquezas, além de realizar parte importante da parcela da produção no sistema, elas influenciam muito nas esferas política e econômica, tanto interna quanto externa, no âmbito do sistema como um todo. Por resultado, essa influência se estende à esfera do Estado, determinando governos e políticas tanto nacionais quanto internacionais. É a capacidade destas determinações no seio do Estado que permite ao capital monopólico acomodado naqueles mais fortes, estabelecer relações em nível internacional que satisfaçam às perspectivas imperialistas do grande capital ali instalado.

O apoio estatal na esfera da ação internacional do grande capital aumenta-lhe o poder competitivo, materializado nos poderes: econômico (capacidade de emprestar e pressionar economicamente), diplomático (poder de negociação a partir da assistência do Departamento do Estado), político (capacidade de pressão sobre administrações) e militar (coação e coerção) que a esfera governamental põe a seu dispor, custeados pelos contribuintes e não pelo capital que se beneficia desta estrutura. Isso sem contar com os investimentos, garantias e riscos assumidos pelo aparelho estatal quando qualquer investimento de capital não tenha suficiente segurança. Todos estes instrumentos e mecanismos são partes importantes do processo imperialista a garantir seu sucesso durante e depois de sua ação. Diz Baran que a

coexistência “normal” dentro de cartéis e acordos de quotas gera conflitos agudos e guerra aberta. Portanto, a intensidade do impulso que uma economia capitalista adiantada recebe de suas relações externas difere não apenas de um país a outro, mas também de um período histórico a outro: em dada época, o impulso é maior para determinado país; em outra, para um ou vários de seus rivais (1984:117).

Como se percebe, ao ressaltar o tipo de imperialismo vigente em seu tempo, Baran o diferencia do modo tradicional, quando a ação imperialista se fazia através da coação e do enquadramento militar diretamente ao mercado desejado. Para ele, o que caracteriza a ação do capital monopólico de seu tempo, nos limites econômicos, era a concessão de grandes empréstimos, donativos e ‘assistência técnica’ aos países que interessavam ao processo de acumulação. Em padrões políticos e sociais, por mais instável que uma ação interventora possa significar, é o estabelecimento de bases militares satélites – onde possível – que garante ao investimento o alcance do poder, estabilidade e manutenção política e social, de tendências governistas favoráveis às políticas do grande capital. Nesse contexto, pequenas e grandes guerras marcam o reajustamento mundial ao domínio das grandes empresas, ao fim das quais resultam equilíbrios de duração incerta. A vã ideologia não subsiste por muito tempo como

sustentáculo da ação imperialista se não estiver coadjuvada por outros elementos “mais convincentes”: empréstimos, instalação de bases militares¹⁴⁰, investimentos em organizações de propaganda, subversão, espionagem. Tudo custeado pelo excedente econômico produzido pela sociedade capitalista.

É nesse sentido que Baran refere-se ao papel protagonista da guerra no *modus operandi* do capital monopolista, entendendo-a como um dos mais significativos instrumentos da política imperialista. Isto porque, em primeiro lugar, tais conflitos oferecem uma imensa área para aplicação do excedente econômico, beneficiando a empresa monopólica, proporcionando demanda adicional para sua produção, dando-lhe altas taxas de lucratividade, além de níveis “adequados” de emprego. Além disso, a indústria de armamentos exige a criação de novas unidades produtivas e um rápido incremento tecnológico, o que dinamiza todo um setor industrial em tempo integral. E, por tratar-se de uma fonte de investimentos cujos riscos são assumidos pelo Estado, aplicar capital no complexo industrial-militar de seu tempo é de alto interesse para qualquer empresa, por representar, mais que qualquer ramo industrial, altas taxas de acumulação. Por outro lado, envolve vários setores sociais, desde oficiais das forças armadas até intelectuais que produzem na área e cuja existência profissional depende da atividade guerreira, além da “aristocracia operária”, que recebe as migalhas que caem da mesa do império, como o afirmara Lênin. Enfim, o palco da guerra serve, nesse sentido, como linha que conduz à identificação entre os interesses do capital monopólico e os da população abrangida por ela, onde a política do “pleno emprego” é o elo cimentador que, com “essa fórmula atende ao movimento operário, satisfaz às exigências dos agricultores, contenta o “público em geral” e destrói, no nascedouro, toda oposição ao regime do capital monopolista” (BARAN, 1984:120).

Porém, o papel mais relevante que a guerra imperialista exerce é o controle das depressões sistêmicas, ao mesmo tempo em que tais conflitos visam o domínio dos mercados internacionais, evitando a concorrência nesta arena. Seu resultado é o aumento da produção e das vendas (de produtos propriamente bélicos e de toda a infraestrutura logística que toda guerra demanda), que dinamizam a economia em momentos em que se avizinham suas

140 Segundo Baran, os países periféricos, não apenas recebem armamentos, mas são também coagidos a dedicar partes consideráveis de sua renda nacional à construção e manutenção de grandes instalações militares. Para ele, *a parcela da renda nacional gasta com fins militares é [em início dos anos 1950] de mais de 5% no Paquistão (...) cerca de 3% na Tailândia... (...) De fato, na maioria desses países, senão em todos, os gastos militares são iguais ou maiores do que o investimento produtivo total* (1984:227). Grenet é persuasivo quando afirma que o mundo destinava, para fins militares, *receitas superiores à totalidade da produção mundial em 1900* (2000:445).

crises¹⁴¹. Nesse movimento, o capital monopolista gera lucros, renda e juros, além de excedente econômico, como é o exemplo dos EUA. Diz Baran que este país, durante a II Guerra Mundial foi capaz

de manter 12 milhões de pessoas ligadas diretamente à guerra, de produzir fantástica quantidade de armamentos, de suprir seus aliados com enormes quantidades de gêneros alimentícios e outros bens, mas ainda de aumentar o consumo da população civil. Em outras palavras: todo o esforço bélico americano – durante a maior e mais custosa guerra que sua história registra – foi financiado pelos Estados Unidos mediante a mobilização de parte do seu excedente econômico potencial. [E finaliza afirmando que os] dispêndios militares em grande escala apresentam-se, assim, como essenciais à sociedade como um todo, a todas as suas classes, grupos e estratos cujos empregos e rendas dependem da resultante manutenção em alto nível da vida econômica da nação (1984:65;119).

Os dispêndios militares aludidos por Baran constituem parte do “impulso externo” a que se refere, e que, em sua intrínseca destruição de excedente econômico, aumentam os estoques e multiplicam o número de trabalhadores improdutivos, forjando uma válvula de escape para as depressões econômicas. Nesse sentido, é lógica a conclusão a que chega Baran: no capitalismo monopolista, não é o mercado que regulamenta a ação do grande capital, é ele próprio (o capital), personificado pelas grandes corporações transnacionais, que define sua ação na esfera planetária. A questão da guerra, nesse contexto, se refere apenas a mais um mecanismo de controle econômico (a que denomina “acumulação por destruição”¹⁴²).

Mas, a essencialidade da guerra nesse processo, agindo como instrumento de dissipação de grande parte dos recursos da produção e que distancia o sistema de qualquer progresso humano é apenas mais uma necessidade de reprodução da acumulação capitalista. O “câncer” do capitalismo – para usar o termo utilizado por Baran – é que todas essas atividades (produção dos meios de destruição, venda de produtos adulterados, produção de diversão imbecilizante, religião comercializada e cultura degradada) são a base da própria existência do sistema, e não atividades fortuitas e transitórias (BARAN, 1984:14-15). O que lhe parece mais provável no rumo que o desenvolvimento capitalista tem tomado é “o contínuo ressurgimento das alternativas de surtos de prosperidade induzidos por guerras e

141 Para Mandel (1982), a indústria armamentista produz mercadorias como quaisquer outras e em qualquer momento da história do capitalismo, mesmo fora do âmbito dos movimentos cíclicos.

142 Esse processo é alimentado, não só pela produção de armas militares, mas por todos os instrumentos destinados à destruição física, psicológica e moral do ser humano.

ondas de desemprego induzidas por depressões” (Idem, 42). Nesse contexto, o que denomina países subdesenvolvidos continua a representar o

‘interior’, indispensável ao Ocidente capitalista altamente desenvolvido, pois as nações que fazem parte desse mundo suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes e proporcionam às grandes empresas enormes lucros e áreas para investimento (1984:14-15).

A morfologia baranista do subdesenvolvimento capitalista

Nenhum regime é corrupto demais, nenhum governo é demasiado negligente dos interesses vitais de seu povo, nenhuma ditadura é demasiado retrógrada e cruel para que lhe seja negado o apoio econômico, militar e moral da principal potência do “mundo livre” – desde que mostre sua fidelidade à Santa Aliança anti-socialista.
Baran (1984:25)

A “morfologia do subdesenvolvimento”, de Baran, diz respeito à sua análise acerca da problemática socioeconômica dos países periféricos. Ao introduzi-la, ele afirma que, na década de 1950, 2/3 da população mundial tinham uma renda *per capita* equivalente a 50 ou 60 dólares, situação que, *per se*, explicava porque as regiões – e não países individualizados – contidas nesta macabra estatística concentravam miséria absoluta, fome crônica e doenças endêmicas, por séculos a fio, tendo a situação se aprofundado paralelamente ao desenvolvimento dos países centrais (BARAN,1984:132-133). Recorrendo sempre à história, percorria seu itinerário afirmando que um dos problemas estruturais dessas regiões é a característica predominantemente agrária que permeia suas economias, marcando profundamente a produção de seu excedente potencial. Para ele, esse setor da economia incorpora a maioria esmagadora da população economicamente ativa (PEA) dessas nações, sendo o principal responsável pela geração de parte substancial de seu produto nacional.

Como as condições da produção, da circulação e dos preços dos produtos agrários no mercado internacional pautam-se no âmbito da excessiva intermediação comercial de seus produtos e no lento crescimento do seu setor industrial, a posição ocupada pelos mercados internos das regiões periféricas do sistema é a de apêndice dos das nações centrais. Essa conformação deixa tais regiões sempre em desvantagem, naquilo que Emmanuel (1981) denominou *troca desigual* entre os centros desenvolvidos e a periferia do sistema. Isso porque o processo de acumulação envolve, pelas relações de mercado que estabelece, um desvio entre o preço e o valor das mercadorias em oferta. No que tange às relações centro/periferia, os produtos dos primeiros sempre foram caracterizados, historicamente, por mercadorias de alto valor agregado, o que lhe favorece. Trata-se de uma permuta envolvendo quantidades maiores

de trabalho nativo (ou produtos desse trabalho, geralmente primários e matérias-primas) por quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos desse trabalho, geralmente maquinofaturados). Segundo Baran, para muitos dos países subdesenvolvidos, pouco sentido faz referir-se a ‘relações de troca’, as que envolvem as economias centrais e periféricas (1984:206). Essa conformação, em seu conjunto, impede o crescimento do setor agrário assim como inviabiliza o mercado interno como um todo de qualquer tentativa de desenvolvimento auto-sustentado, perpetuando uma situação de forte discrepância socioeconômica das sociedades que se especializam nessa esfera da produção.

Uma lógica igualmente perversa se conforma na esfera da produção industrial das nações periféricas ao defrontar-se com as industrialmente mais desenvolvidas. Como historicamente demonstrado, os produtos fabris invadiram a periferia inundando-a e descartando a produção nativa por sua incapacidade de competir com a produção estrangeira. Este se constituiu no primeiro empecilho aos investimentos na área industrial interna, já que, na lógica de todo investimento que tende a “tornar-se autopropulsor, a ausência de investimento tende, também, a perpetuar as condições que impedem sua realização. (...) Sem o impacto amplificador do investimento, o mercado, originalmente limitado, permaneceu necessariamente limitado” (BARAN, 1984:162), causando, ao desenvolvimento capitalista das nações periféricas, o que Baran denominaria de *infanticídio industrial* (1984:161). O resultado foi que as novas firmas,

conquistando rapidamente o controle exclusivo do mercado e protegendo-se mediante a imposição de tarifas protecionistas ou concessões e favores governamentais de toda espécie, bloqueavam o crescimento posterior da indústria, enquanto seus preços de monopólio e suas políticas de produção tornavam desinteressante a ampliação dos próprios conjuntos industriais (1984:163).

Um terceiro empecilho (o primeiro foi a especialização na produção agrária e o segundo os entraves a um desenvolvimento industrial autônomo) ao desenvolvimento das economias periféricas se refere à ação das empresas estrangeiras, subsidiárias do capital oligopólico que se instalam no solo nacional da periferia, gerando pouco efeito multiplicador – em se falando de renda e emprego – e pelo controle que exercem sobre o parco mercado interno dos países dessas regiões. A prática desse tipo de empresa é a apropriação do excedente ali produzido e a transferência de sua maior parcela para o exterior, ficando na

economia interna apenas os soldos dos funcionários remunerados – sempre em valores globais ínfimos¹⁴³.

A situação se agrava no que tange à situação das empresas estrangeiras que se radicalizam na periferia especializando-se na produção de bens exportáveis (minérios, combustíveis e produtos agrícolas), já que passam a representar a quase totalidade dos interesses estrangeiros nestas áreas, assim como o domínio de parcela substancial da produção, tanto nacional quanto mundial. No que se refere a estas empresas, o capital investido em cada país onde se dá a exploração é insignificante, já que seu principal meio de produção (a terra), é adquirido a preços simbólicos, através de acordos efetuados com setores da classe dominante locais. O restante do investimento, em máquinas e equipamentos em geral, diz respeito aos interesses dos países centrais, pois se trata de produção exclusiva deles e a expansão do mercado nestas condições acaba retendo capitais e aumentando a lucratividade no âmbito da produção do país originário. O que sobra diz respeito aos impostos e *royalties* pagos aos governos dos países onde operam tais capitais, sempre sujeitos a acentuadas flutuações.

Em todo caso, a assimetria da relação estabelecida entre os países centrais e os periféricos é extremamente profunda. Os salários, por exemplo, estão sempre submetidos a engenharias de controle (mecanização e exército de reserva), resultando sempre em pouca monta para os países receptores. Agrava-se a isto o fato de que nestes, dado seu escasso desenvolvimento industrial, os poucos recursos gerados são tragados pelas importações de produtos manufaturados oriundos dos países desenvolvidos industrialmente. O balanço final de Baran é que a “contribuição desse tipo de empresa à formação de capital nos países subdesenvolvidos é, portanto, menor do que a das firmas nacionais” (1984:164).

Outro aspecto importante ressaltado pelo autor de *A economia...* é o dos recursos enviados ao exterior a título de lucros e dividendos, o que representa, muitas vezes, parcelas substanciais da renda dos países periféricos. Relata Baran que, em 1949, as

remessas de rendas de capitais estrangeiros representaram 5% da receita cambial da Índia; 8,5% da Indonésia; 6,5% do Egito; 10% do México; 8,6% do Brasil; 17,1% do Chile; 17,7% da Bolívia; 34,3% da Rodésia do Norte; e 53,1% do Irã, para mencionar apenas algumas das nações mais importantes (1984:205).

143 Todos os registros avaliativos da mão-de-obra nativa apontam para uma remuneração por uma taxa extremamente baixa, mal atingindo o mínimo para sua subsistência, inclusive porque seu labor é explorado na área mais altamente mecanizada. No que se refere à mão-de-obra especializada e de maior valor agregado – advogados, engenheiros, técnicos... – é fornecida pelo país de origem do capital investido, e para lá tais recursos retornam a título de poupança dos beneficiários.

Este é o preço demasiado alto que os países periféricos pagam pelos investimentos estrangeiros, principalmente se comparado ao retorno econômico que produzem.

O quarto empecilho, elencado pelo autor aqui enfocado, diz respeito ao desenvolvimento econômico e se manifesta na apropriação do excedente socialmente produzido, por parte do Estado. Para ele, para entender isto é necessário ultrapassar os limites típicos da economia burguesa quanto ao seu objeto de investigação e perceber o entrelaçamento entre o todo e o específico. Sendo assim,

a exploração de matérias-primas por empresas estrangeiras e a existência, nos países subdesenvolvidos, de governos esbanjadores, corruptos e reacionários, não são coincidências fortuitas, mas apenas aspectos diferentes, se bem que intimamente relacionados, de algo que só pode ser adequadamente compreendido como a expressão do imperialismo em sua totalidade (BARAN, 1984:196).

Em todas as situações, a sangria se dá na relação extração do excedente econômico/parcela reinvestida no país em que o procedimento é operado. E, nesse contexto, não sobram opções para o desenvolvimento de uma economia autônoma, pelo contrário. Baran traz à tona um questionamento inquietante sobre o futuro do desenvolvimento do capitalismo na periferia quando se pergunta o que traduz em pior sina: a ausência do capital monopolístico ali investido, ou sua presença nos parâmetros em que foi investido? E põe em perspectiva uma suposta ausência de tais investimentos, apontando como consequência direta, que isto apenas adiaria – por um tempo indeterminado – a exploração dos recursos. Tal foi o modo e usufruto que caracterizou tais aplicações convencionadas como ações desenvolvimentistas (estradas, ferrovias, portos, sistema de comunicação, etc.) para fomentar produção e circulação de uma economia agro-exportadora voltada para interesses contrários a um desenvolvimento econômico autônomo e favorável à acumulação externa (BARAN, 1984: 164-169), que pouco ou nada contribuiu para o desenvolvimento de um mercado interno. Além do mais, parte do excedente socialmente produzido foi utilizada para reforçar quadros políticos das classes dirigentes interessados na perpetuação do *status quo* nas regiões de aplicação desses capitais.

A aplicação de parcela do excedente produzido tal qual feita, formatou cenários que permitiram às empresas estrangeiras moldar o destino de milhões de pessoas, ao permear as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais dos países receptores à imagem desejada pelo capital monopolista. Isso explica todo o efeito perverso da “influência indireta” que a empresa

estrangeira exerce sobre os países periféricos, cujo fito, segundo Baran, “é o de fortalecer o domínio do capitalismo comercial; o de retardar e, muitas vezes, de impedir sua transformação em capitalismo industrial” (1984:177).

Uma vez derivando seus lucros das relações que estabelecem, a burguesia nativa (monopólios industriais nativos, atacadistas, varejistas, fornecedores de matérias-primas locais) e os grandes consórcios, aquela utiliza de toda a sua influência e poder para ratificar, fortalecer e perpetuar esta situação, pelos dividendos que esta situação lhe proporciona. Baran percebe que o imperialismo de seu tempo não tem as mesmas características de cinquenta ou cem anos atrás, sem, no entanto deixar de sê-lo. E, nesse sentido, afirma como sendo seu objetivo central

impedir ou, se isso for possível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. (...) Onde e quando os seus próprios recursos não são suficientes para manter a situação sob controle, ou onde e quando os custos e encargos de tais operações podem ser transferidos para os Governos de seus países de origem – ou, atualmente, para organismos internacionais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – recursos diplomáticos, financeiros e, se necessário, forças militares da potência imperialista são rápida e eficientemente mobilizados para auxiliar a empresa privada que esteja encontrando obstáculos para o desempenho de sua tarefa (1984:179).

Finalmente, para Baran, o principal obstáculo ao rápido desenvolvimento econômico dos países que considera “atrasados” é o modo de utilização de seu excedente econômico potencial, absorvido através de várias formas de consumo suntuário da classe dominante, para entesouramento interno e externo desta, para manutenção de uma vasta e improdutiva burocracia e uma força militar tão dispendiosa quanto dispensável (1984:203-204). Concluindo, Baran destaca o que considera falácias da ideologia burguesa acerca das modernas teorias do desenvolvimento que desviam o foco dos reais motivos que obstaculizam o crescimento econômico dos países periféricos, a ver:

- a) Os termos de troca de seu comércio exterior. Baran explica que, apesar da existência desse fator, é através da manipulação dos preços por firmas da mesma empresa que o alteram segundo seus próprios interesses e conveniências, o que se configura num entrave;
- b) Insuficiência de capitais. Baran contra-argumenta dizendo que o que é, realmente, escasso é o excedente econômico efetivo investido no incremento do aparelho produtivo desses países;

- c) Existência de populações excessivas em comparação com a sua produção de recursos naturais. Pelas estatísticas que mostram o grau de industrialização – e não pelos princípios demográficos decantados pelo *neomalthusianismo* – não é o determinante principal do nível de renda por habitante (Idem, 202-219). Para Baran, o sistema capitalista que, de início era

um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, converteu-se em não menos formidável obstáculo ao progresso humano. (...) A discrepância entre o que poderia ser realizado com tais forças produtivas à disposição da sociedade e o que está sendo efetivamente obtido é incomparavelmente maior nos países adiantados do que nas áreas atrasadas. O domínio do capitalismo monopolista e do imperialismo¹⁴⁴ nos países adiantados e o atraso econômico e social nos países subdesenvolvidos estão (...) intimamente ligados (1984:221),

há muito tendo deixado de ser força progressista, transformando-se em fator de entrave ao desenvolvimento das forças produtivas nos países periféricos.

Dividindo suas preocupações acerca da estrutura adquirida pelo imperialismo de meados do século XX, vinha Harry Magdoff.

Magdoff e a era do imperialismo estadunidense

O imperialismo não é questão de escolha, para uma sociedade capitalista: é seu modo de vida.
Magdoff (1978:22)

A análise de Magdoff acerca do imperialismo do imediato pós-II Guerra fornece muitos dos elementos analíticos para se entender tanto os meios tradicionais de que este utilizava então, quanto para o entendimento de sua atual configuração. Por suas características essenciais, não seria coerente deixá-la de fora do conjunto deste trabalho. Harry Magdoff foi não só contemporâneo de Baran e Sweezy, mas amigos e teóricos unidos pela *Monthly Review* e marxistas críticos preocupados com as possibilidades da revolução social. No contexto dessas preocupações, a principal obra de Magdoff a tratar do tema central deste trabalho foi *A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*, publicada em 1969¹⁴⁵. Trata-se de um importante clássico do marxismo de meados do século XX, mais

144 Explicita-se aqui o pressuposto do “desigual e combinado”. Note-se, porém, que Baran, destoando dos autores da escola marxista que faz parte, separa o imperialismo do capitalismo monopolista. Lênin, Hilferding e Bukhárin encaram este fenômeno como parte de um único processo. Hilferding, por exemplo, diz do imperialismo que é a política do capital monopólico; em Lênin, o fenômeno é confundido com o próprio sistema, como anteriormente ressaltado.

145 Apesar de publicada neste ano, partes de seu conteúdo já se encontrava conhecido do público através de exposições feitas pelo autor, desde 1967.

precisamente relativo à década de 1960, período em que denunciou a ação estadunidense no mundo e seu papel de liderança imperialista do pós II Guerra Mundial.

Historicamente, testemunhou-se uma expansão no seio do sistema nesse período, mas ela manteve-se associada à crescente disparidade de poder entre umas poucas nações espetacularmente ricas e muitas outras permanentemente pobres, que marcou todo o seu desenvolvimento. Esse cenário, que insistiu em permanecer, apesar das mudanças ocorridas no pós-guerra, convenceu Magdoff de que se conservara, efetivamente, no âmbito dos centros imperialistas (destaque para os EUA), uma unidade subjacente à economia interna, à atividade econômica externa da indústria e das finanças, à atividade militar e à diplomacia internacional. Numa fala genuinamente *nerudiana*¹⁴⁶, um “império que punha a mesa”. Era nesse sentido que alertava para a harmônica inter-relação existente entre as esferas econômica, política e militar na corrida imperialista do capital em sua necessidade premente de manutenção e reprodução das relações capitalistas.

Didático, conciso e sem apelar para entremeios, Magdoff reelaborou, à maneira da época e com olhar atento às mudanças ocorridas no imediato pós-II Guerra, um dos temas mais candentes do desenvolvimento do sistema do capital. Preocupava-lhe, sobremaneira, a revitalização do capitalismo monopolista de então, marcado pela dinâmica da política internacional dos EUA pela posição hegemônica e liderança de sua burguesia por sobre a das demais potências capitalistas, assim como a posição dominante deste país na criação de impérios industriais multinacionais; incomodava-lhe a evolução do dólar como meio-chave para pagamentos, crédito e reservas e o crescimento dos bancos¹⁴⁷ multinacionais; enfim, interessava-lhe a expansão histórica da sociedade capitalista que se alçou em sistema mundial.

Inquietava-lhe, por outro lado, o entendimento do imperialismo como um fenômeno meramente econômico, já que tal postura afastava da sua essência a concretude do todo que representava para o sistema capitalista. Dizia Magdoff que esta era uma limitação que ignorava “o traço essencial do novo imperialismo, que surgiu no século XIX: a luta entre as nações industriais pelas posições dominantes referentes ao mercado mundial e às fontes de matéria-prima” (1978:10). Para ele, entender o imperialismo como uma ação meramente econômica representava sua redução à esfera da contabilidade como se esta pudesse dar conta de todo o seu espectro. Nesse sentido, ressaltava que, no capitalismo monopolista, a competição entre grandes corporações e governos ganhara espaço na economia mundial,

146 Referência a Pablo Neruda, poeta chileno morto em 1973.

147 Acerca do papel dos bancos na história e no processo de transnacionalização da economia, ver Lênin (1975) e Sampson (1981).

tornando a luta das nações centrais pelo controle da periferia apenas uma fase dessa guerra econômica, sendo a corrida pelo poder muito mais complexa nessa etapa, pelo grau de forças e independência que caracterizam o conjunto das nações em pugna. Isto havia feito com que nações pequenas e grandes se adaptassem ao capitalismo em expansão: “o antagonismo entre os centros industriais de desenvolvimento desigual é o eixo da roda imperialista” (Idem, 11).

Suas preocupações levaram-no a encontrar, no interior dessa relação que se amalgamou no seio do capitalismo, uma teia oculta que relacionava grandes e pequenas economias de forma a cimentar necessidades muito maiores que simples operações contábeis pareciam supor. Assim,

certos países pequenos da América Latina, produtores de lucros relativamente baixos, são importantes na elaboração de políticas dos EUA, porque o essencial é o controle sobre toda a América Latina. Nesse contexto, o controle e a influência são necessários não só para prevenir a expropriação do capital dos Estados Unidos e imunizar o país contra a revolução social, mas até porque seu voto nas Nações Unidas ou na OEA é relevante para o esquema geral de dominação norte-americana (MAGDOFF, 1978:9).

Percebia ele relações ocultas que articulavam o imperialismo, protagonizado agora pelo Estado estadunidense e sua burguesia em todas as esferas da economia e política internacionais, pela compleição de uma superposição dos seguintes elementos e fatos: a) Presença militar e política no globo (via empréstimos financeiros, guerras, suporte e bases militares¹⁴⁸); b) Posição dominante na criação de impérios industriais multinacionais; c) Evolução do dólar como meio-chave para pagamentos, créditos e reservas; d) Crescimento dos bancos multinacionais.

Diferentemente do antes-guerra, a organização do sistema imperialista pós-guerra foi processada não mais através do tradicional alinhamento em blocos dos países mais industrializados. Sob a liderança dos EUA, foram criadas instituições multilaterais (ONU, BM, FMI, GATT) que passaram a controlar a dinâmica internacional da esfera capitalista. Outras funções de controle ficaram a cargo dos programas de reconstrução, como o *Plano*

148 A ajuda externa (assistência econômica e militar) representa um instrumento através do qual os EUA mantinham sua posição de influência e controle do mundo, para a) implementar a política militar e econômica de âmbito mundial dos EUA; b) reforçar a política de acesso a matérias-primas, comércio, oportunidades de investimentos estadunidenses; c) assegurar o espraiamento das relações capitalistas; d) obter lucros imediatos para os negociantes estadunidenses; e) para tornar os recebedores dessa assistência cada vez mais dependentes dos EUA (MAGDOFF, 1978:126-127). Como afirmava Lens, “a América generosa não existe e nunca existiu” (2006:21).

Marshall e as inúmeras bases militares que este país disseminou pelo planeta¹⁴⁹. Assim, o novo papel assumido pelos EUA no contexto do pós-guerra podia ser avaliado, nas palavras de Magdoff, pelo fato de as Forças Armadas estadunidenses se acharem, em 1920,

acantonadas em apenas três países estrangeiros. Durante a II Guerra Mundial, as Forças Armadas dos Estados Unidos eram encontradas em 39 países. Hoje em dia [década de 1950] através da assistência militar e direção do treinamento militar de exércitos estrangeiros, os grupos militares norte-americanos são localizados em 64 países, pelo menos (1978:44).

A tabela abaixo ratifica a citação supra, mostrando a consciência das forças imperialistas estadunidenses em relação a seu papel, ao tomar posições estratégicas antes dominadas por outras nações imperialistas.

Figura 07 – Regiões marcadas pela presença das Forças Armadas estadunidenses¹⁵⁰

Regiões	Número de países nos quais estão representadas as Forças Armadas dos Estados Unidos
América Latina	19
Ásia Oriental (inclui Austrália)	10
África	11
Europa	13
Oriente Próximo e Sul da Ásia	11
Total	64

No que respeita à esfera financeira do imperialismo estadunidense, os bancos desse país se espalharam por todo o globo, formando a primeira rede bancária verdadeiramente internacional. Este processo foi consequência do papel de sua liderança na ordem imperialista de então. A operacionalidade dessa rede, significativamente explicitada na inter-relação banco/capital monopólico, num processo em que aonde vai o imperialismo, necessariamente vão também os bancos, caracterizando o capital financeiro como o principal vetor de interesses da política externa de acumulação: investimentos impõem financiamento, governos necessitam de guarda de fundos que se destinam à manutenção das embaixadas, do exército, etc.

149 Segundo *El Habanero* (12/04/2004), os Estados Unidos possuem mais de 700 bases militares em 130 países de todo o mundo, com um contingente em torno de 250 mil soldados. Ver “*Otro tipo de ejército*”. Disponível em http://www.elhabanero.cubaweb.cu/2004/abril/nro950_04abr/soc_04abr409.html. Acessado em 16/08/2008.

150 Dados extraídos da Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, de 1 de julho de 1945 a 30 de junho de 1967, publicada em 29 de março de 1968. Elaborada por Magdoff (1978:45).

Nesse processo, incrementam-se as finanças internacionais, criando uma rede de empréstimos a estrangeiros, de financiamentos diversos, expansão (tanto comercial quanto industrial e financeira), facilitada pelo papel do dólar como moeda líder no mercado internacional e dos EUA como o maior exportador de mercadorias, serviços e capital. A expansão do capital financeiro através dos bancos teria sido parte integrante do imperialismo estadunidense, que se expandia também em todos os sentidos: industrial, comercial, militar, tecnológico, cultural... (MAGDOFF, 1978:69-75).

A dependência dos países exportadores de alimentos e matérias-primas em relação aos centrais também resulta em dependência financeira. As flutuações na demanda criam déficits frequentes, que são financiados junto ao país credor. O serviço da dívida – juros, amortizações e demais encargos financeiros – indexa parte da produção futura para este fim, deixando uma lacuna na importação de produtos realmente necessários à economia local. Quando não, o país tem que recorrer a empréstimos adicionais, eternizando um ciclo de dependência econômico-financeira (Idem, 168).

Para Magdoff, o ponto central da rede de relações econômicas entre as grandes potências industriais, e entre essas potências e o resto do mundo imperialista, encontra-se na concentração do poder financeiro dos mercados internacionais do dinheiro (1978:110). As razões da inversão do papel entre a ex-maior potência imperialista (Inglaterra) e a nova hegemonia (EUA), Magdoff não as explica pelo desenvolvimento tecnológico ou de setores particulares da indústria estadunidense. Ele atribui à capacidade política do *United States Lend Lease*¹⁵¹ e à engenhosidade do Departamento de Estado e de suas demais agências governamentais (1978:47), num processo em que os bancos são o mecanismo através do qual esse poder é exercido. Eles são os parceiros da ação imperialista de um país, financiando infraestruturas que viabilizam as transações comerciais, industriais e financeiras que drenam recursos das nações periféricas para as centrais, muitas vezes superiores que os investidos por estas. Assim é que, como sucede nos ramo manufatureiro, de serviços, de extração mineral e petróleo, liderado pelo capital estadunidense, a concentração de capitais no setor bancário não é diferente.

151 Programa de Cooperação militar envolvendo os EUA e quase todo o resto do mundo. No âmbito da América Latina, todas as nações, exceto a Argentina, cooperaram com a nova grande potência. Quanto à Europa, os acordos de *Lend-Lease*, juntamente com os demais referentes à reconstrução continental, lhe custariam a renúncia à sua organização econômica como centro imperialista e a adaptação produtiva ao *modus operandi* das empresas estadunidenses. Nas palavras de Winston Churchill, *o ato mais sórdido que uma nação pôde fazer a outra*. Disponível em <http://www.winstonchurchill.org/i4a/pages/index.cfm?pageid=699>. Acessado em 17/08/2006.

Segundo o Federal Reserve Board, em documento publicado em 31/12/1967, das “298 filiais do exterior, em fins de 1957, 259 são propriedade de três bancos: First National City Bank, Chase Manhattan, Banco da América”. Tal expansão objetiva os interesses do capital monopólico estadunidense nas áreas de petróleo, mineração, manufaturas; na extensão das bases militares; na penetração nas áreas de antigas colônias (apud MAGDOFF, 1978:77-78). As duas tabelas a seguir dão conta do espraiamento da rede bancária pelos países periféricos – assim como da evolução desse processo, com destaque para a estratégia que tal disposição atenta – com especial preferência pela América Latina, assim como explicita o número de suas filiais fora dos EUA.

Figura 08: Número de países fora dos EUA onde existem filiais bancárias estadunidenses¹⁵²

Regiões	1918	1939	1950	1955	1960	1967
América Latina (a)	10	11	10	10	13	22
Europa	05	03	04	04	04	10
África	00	00	00	03	01	03
Oriente Próximo	00	00	00	00	03	03
Extremo Oriente	00	06	07	06	08	12
Áreas do além-mar dos EUA ou territórios sob sua tutela (b)	01	02	03	03	04	05
Total	16	22	24	26	33	55

a) Incluídas as dependências da Europa Ocidental.

b) Zona do Canal, Guam, Porto Rico, Ilhas Truk, Ilhas Virgens.

Figura 09: Número de filiais bancárias estadunidenses fora dos Estados Unidos¹⁵³

Regiões	1918 (c)	1939	1950	1955	1960	1967
América Latina (a)	31	47	49	56	55 (e)	134
Europa	26	16	15	17	19	59
África	00	00	00	04	01	04
Oriente Próximo	00	00	00	00	04	07
Extremo Oriente	00	18	19 (d)	20	23	63
Áreas do além-mar dos EUA ou territórios sob sua tutela (b)	04	08	12	14	22	31
Total	61	89	95	111	124	298

a) Incluídas as dependências da Europa Ocidental.

b) Zona do Canal, Guam, Porto Rico, Ilhas Truk, Ilhas Virgens.

c) Estas são as filiais autorizadas pela Board of Governors do Federal Reserve System até 1918. Estão incluídas onze filiais do *National City Bank*, na Rússia, antes da nacionalização dos bancos pela URSS.

d) Ocorre o aumento não obstante a supressão das filiais estadunidenses na China. Das dezoito filiais do Extremo Oriente, em 1939, sete estavam localizadas na China. Hong Kong consta aqui como país separado.

Convém ressaltar que o espraiamento das filiais bancárias constitui-se somente um aspecto do crescimento da atividade do capital financeiro no estrangeiro. Finanças e guerra

¹⁵² Tabela elaborada por Magdoff (1978:78), a partir de diversas fontes.

¹⁵³ Tabela elaborada por Magdoff (1978:81), a partir das mesmas diversas fontes que serviram de base à tabela anterior.

são parceiras inseparáveis na ação imperialista do capital monopólico, numa operação na qual a ação estatal é fundamental como legítima transferidora de recursos sociais segundo os interesses da fração de classe que hegemoniza a esfera política da sociedade burguesa. Foi através de atos legislativos que os bancos dos Estados Unidos puderam “estabelecer corporações subsidiárias (a) para facilitar a criação de filiais em países em que houvesse leis proibindo filiais bancárias e (b) para permitir aos bancos o engajamento em um conjunto de atividades de investimentos e finanças no estrangeiro” (MAGDOFF, 1978:82). O Estado instrumentalizou a expansão corporativa estadunidense de forma que a liberdade que os bancos dentro dos Estados Unidos não tinham para investir em atividades extras, como mineração, comércio e manufatura, tais subsidiárias tivessem.

Magdoff identifica três categorias de subsidiárias, então: a) organizações bancárias e financeiras estabelecidas no Canadá, em sete países europeus, em países latino-americanos e em dois países africanos, cuja ação é cooperada com agências bancárias locais, outros bancos internacionais e mesmo com o governo dos EUA; b) corporações utilizadas para a compra de ações de outros bancos no exterior, o que habilita o capital financeiro estadunidense a entrar nas redes de bancos internacionais de outras nações industrializadas; e c) as empregadas na obtenção de propriedades de empresas industriais e de serviços no exterior, principalmente na periferia (1978:83-85). A tabela abaixo apresenta o crescimento estratosférico desses instrumentos financeiros a serviço do capital monopólico.

Figura 10: Número de corporações subsidiárias dos bancos internacionais¹⁵⁴

Ano	Quantidade
1929	18
1945	02 ¹⁵⁵
1985	07
1960	15
1963	35
1967	52

Ressalta Magdoff que, por extensão, todos os saltos dados pelo capitalismo estadunidense estiveram, inexoravelmente, marcados pela guerra. Assim, buscando explicar a internacionalização das finanças protagonizada pela burguesia financeira dos EUA, afirma ter sido Guerra dos Boers um passo fundamental para a expansão de sua rede bancária. Esta seria

¹⁵⁴ Elaborada por Magdoff (1978:84) a partir das seguintes fontes: Dados referentes a: 1929 e 1945 (*Federal Reserve Board of Chicago*, abril de 1967); 1956, 1960 e 1963 (*Federal Reserve Board of New York*, maio de 1964); e 1967 (*Federal Reserve Board*, “*Overseas Branches and Corporations Engaged in Foreign Banking and Finance in Operation on December, 31, 1967*”).

¹⁵⁵ Leva em conta a crise dos anos 1930 e a II Guerra Mundial.

a razão do fato que teria levado diversas nações a se voltarem para o mercado financeiro estadunidense, pois a Inglaterra, enquanto protagonista da guerra, se viu impossibilitada de atender tais demandas. A propósito, ela também tivera que recorrer ao capital financeiro daquele país até 1902, para custear sua ação imperialista. Igual importância teria tido a I Guerra Mundial, quando a rede bancária estadunidense fora o suporte financeiro de que necessitavam as *Potências Aliadas* desde a corrida armamentista que antecedeu a eclosão do conflito e até a própria guerra. Outro aspecto importante desse processo foi a ascensão do dólar proporcionada no contexto da II Guerra Mundial, quando os EUA obtiveram a primazia do controle do sistema financeiro internacional forjado no calor da guerra, quando foram fundadas as Instituições Financeiras Internacionais (IFI's) e se instituiu o dólar como moeda-chave da economia mundial.

A guerra fora, também, o propulsor de outros setores econômicos estadunidenses. Ela teria dinamizado o comércio de artigos relativos à beligerância, aumentando o fluxo do comércio exportador. O dinamismo da indústria bélica propiciou a recompra dos títulos dos EUA que se encontravam nas mãos de investidores estrangeiros, aliviando os juros e dividendos pagos no exterior que incidiam sobre aqueles. Essa ciranda propiciou aos esse país sair da condição de devedor para a de credor, o que lhes abriu as portas financeiras dos empréstimos em larga escala e transformou sua economia no maior credor de juros e dividendos do mundo. Além do mais, a guerra minara a posição da Europa como centro financeiro mundial e, sem finança adequada, o comércio não prosperava.

Assim foi que os EUA surgiram, no pós-II Guerra, como o centro financeiro do mundo, tendo nas mãos a moeda que servia de veículo para todas as transações internacionais e que, por tal condição, viu-se numa relativa superposição sobre as demais economias capitalistas (MAGDOFF, 1978:88-95).

Acompanhando a trajetória de Magdoff, um prolífico – mas muito didático – teórico daria suas contribuições acerca do desenvolvimento capitalista: Ernest Mandel.

Mandel e os múltiplos vetores do desenvolvimento capitalista

Qualquer suposição de um único fator se opõe claramente à concepção de modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de todas as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico.

Mandel (1982:25)

Mandel, reconhecidamente um dos principais teóricos da IV Internacional (de matiz trotskista), foi um teórico voltado à ortodoxia marxista-leninista, apesar de preocupar-se com

uma análise plural do desenvolvimento do capitalismo. Sua principal obra – e aqui a que especialmente se enfoca – *O capitalismo tardio*, foi publicada na Alemanha em 1972, tratando-se de uma tentativa de definição do capitalismo, assim por ele periodizado: a) capitalismo concorrencial, que se dividiu em duas subfases; b) capitalismo monopolista – também dividido em duas subfases: capitalismo clássico e capitalismo tardio, sendo este último surgido a partir da *III Revolução Tecnológica* (doravante III RT¹⁵⁶), entre os anos 1940-45.

Partindo do princípio de um suposto estado de equilíbrio no sistema de reprodução capitalista, Mandel (1982:18-28) teceu críticas às leituras que Hilferding, Rosa Luxemburg, Bauer e Bukhárin, assim como às de Sweezy, Kalecki, Kidron, entre outros, fizeram de Marx, acusando-os de transmitirem o vírus da ‘doença’ monocausal das contradições inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista. Afirmava ele que, ao atribuírem o desenvolvimento do capitalismo à elevação – ou não – da composição orgânica do capital, tais autores teriam invalidado todas as demais variáveis que constituem o processo.

Tendo como ponto de partida essa crítica, Mandel se propôs a uma formulação teórica “pluricausal”, compreendendo o modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica que transita sempre do aspecto geral para o particular, de forma susceptível a todas as variáveis básicas de seu desenvolvimento, que atuavam numa articulada interação: a composição orgânica do capital em geral (o que inclui, também, o volume de capital e sua distribuição entre os setores); a distribuição do capital constante entre o fixo e o circulante; o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (relação entre a mais-valia produtiva e a consumida improdutivamente); o tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos. Segundo ele, estas variáveis fundantes é que caracterizariam a estrutura do capital, sendo a totalidade dessas leis a fornecedora da mediação entre as aparências superficiais e a essência do capital, e, entre “muitos capitais”

156 Já no início da década de 1950, se falava em “Terceira Revolução Industrial” (BARNES, 1955:553-557). Segundo Mandel, dez características principais a definem, a saber: 1) Aceleração quantitativa do aumento na composição orgânica do capital; 2) Transferência de força de trabalho viva do tratamento efetivo das matérias-primas para funções relativas à preparação e supervisão; 3) Mudança radical das funções a que se destina, da criação de valor para a preservação desse valor; 4) Mudança também na proporção entre a criação de mais-valia e sua apropriação, quando gerada em outras empresas (terceirização); 5) Mudança na proporção entre os custos de produção e os gastos em equipamentos (capital fixo); 6) Diminuição do tempo de rotação do capital, assim como dos desperdícios no processo de produção; 7) Propensão à aceleração da inovação tecnológica e acentuado investimento em pesquisa e desenvolvimento; 8) Vida útil mais curta do capital fixo, especialmente da maquinaria; 9) Aumento da participação do capital constante no valor médio da mercadoria; e 10) Como consequência geral deste conjunto de características econômicas, uma tendência à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista: uma socialização crescente do trabalho e sua apropriação privada (1982: 136-139).

(concreto) e o “capital em geral” (abstrato) (MANDEL: 1982:25-26). Dessa forma, o autor tentava combinar, numa única análise, a evolução no plano tecnológico, as transformações no plano econômico e os eventos no plano político, com isto, fugindo a uma visão puramente economicista do desenvolvimento capitalista como muitos dos formuladores que o antecederam o fizeram.

Grande parte de sua obra atém-se a investigar as variáveis básicas supracitadas do modo de produção capitalista, entendidas como inseparáveis da história própria do sistema. A tarefa-chave deste método consiste em analisar o efeito que tais variáveis, parcialmente independentes, provocam nas situações históricas concretas das fases sucessivas do desenvolvimento capitalista. Elas refletem, basicamente, a tecnologia utilizada e a repartição da renda, tanto entre capitalistas e trabalhadores como entre os próprios capitalistas.

Em Mandel, a caça aos superlucros substitui a evolução tecnológica como única vertente explicativa da procura pela maximização do lucro, como a maioria dos *teóricos* marxistas que ousaram pensar o tema (Lênin e Rosa afirmavam que a exploração das colônias servia de fontes de lucros extraordinários para os monopólios capitalistas). Assim, ele explica a expansão geográfica e a articulação do imperialismo como ação que, diante da queda da taxa de mais-valia e da demanda insatisfeita por matérias-primas nos países centrais do capitalismo, impulsiona o capital excedente à busca de oportunidades de investimentos nos países periféricos. Esses capitais, graças à sua composição orgânica e maior taxa de mais-valia (fruto de uma produção com menor escala de equipamentos e com salários baixos) alcançam aí os superlucros, contribuindo, assim, no incremento das taxas de lucro no centro. É nesse sentido que a chamada *II Revolução Tecnológica* pode ser compreendida.

Uma vez abandonada a produção simples de mercadorias¹⁵⁷, é o processo de reprodução ampliada que determina a expansão imperialista à cata de superlucros. Segundo Mandel, o quadro se caracteriza por cinco situações: 1) Quando a composição orgânica de um capital específico é menor do que a média social, mas fatores estruturais ou institucionais impedem uma extração da mais-valia acima da média (renda absoluta do solo, característica peculiar do monopólio da propriedade da terra) sob o modo de produção capitalista. De maneira mais geral, é essa a fonte de todos os superlucros monopolistas¹⁵⁸; 2) Quando a composição orgânica encontra-se acima da média social; 3) Quando é possível adquirir força

157 Sistema econômico em que os produtores vendem, eles próprios, os produtos de seu trabalho no mercado, continuando a ser proprietários dos – ou tendo acesso aos – seus meios de produção e manutenção.

158 Para Mandel, trata-se de uma forma específica de mais-valia originada pelos obstáculos à entrada em determinados setores da produção (1982:415).

de trabalho onde o seu valor (preço médio) é inferior ao valor da do país em que as mercadorias são vendidas. Neste caso, os superlucros se devem a uma taxa de mais-valia superior à média social; 4) Quando é possível pressionar para baixo o preço pago pelos componentes do capital constante (preço da produção) a um nível abaixo da média social, ou seja, pelo acesso a matérias-primas mais baratas, do que aquelas com que outros capitais se vêem obrigados a operar; e 5) Quando o tempo de rotação de um capital circulante específico é menor do que o da média do capital circulante social, sem que haja uma generalização, a médio prazo, desse período mais reduzido (1982:52-53).

Ao historicizar o desenvolvimento do capitalismo, Mandel afirma que a imobilidade de que era vítima o capital no seu primeiro século de vida começou a incomodar a partir dos anos 70 do século XIX. Assim é que, em meados da década de 1880, a exportação de capitais, em escala maciça representou uma resposta para todos os problemas. Uma vez identificadas as situações em que se era possível extrair os superlucros, coube aproximar-se às condições propícias para a sua extração e apropriação, sendo quatro as condições fundamentais: 1) inversão de capital em esferas de produção e em regiões onde a composição orgânica média do capital era consideravelmente mais baixa do que nas indústrias manufatureiras dos centros de então, o que implicava uma taxa de lucro mais elevada (provocando, por sua vez, aumento na acumulação do capital); 2) oferta de taxa de mais-valia elevada nas regiões periféricas, devido à exploração absoluta permitida pela expansão a longo prazo do exército de reserva¹⁵⁹; 3) concentração das exportações de capital nos setores da agricultura e da mineração (produção de matérias-primas com métodos tradicionais), o que era compatível com o declínio geral dos preços do conjunto de materiais no mercado internacional, adicionando acréscimo à taxa de lucro (gerado pela redução da composição orgânica do capital) nos países centrais; 4) investimentos de capitais referentes à parcela ociosa e que já não conseguia ser aplicada na produção dos países em que se originaram, não conseguindo mais uma remuneração nos padrões do lucro médio, mas apenas o *juro médio*. A retirada desse capital ocioso da circulação contribuiu também para aumentar a taxa média geral do lucro (1982:55-56).

159 Para Mandel, “o capital dispõe, atualmente [escreve em 1972] de dois meios para a reconstrução do exército industrial. Ele pode de uma parte, intensificar as exportações de capital e sufocar sistematicamente os investimentos internos, isto é, enviar capital para onde ainda exista excesso de força de trabalho, ao invés de trazer força de trabalho para onde haja excesso de capital; de outra parte, pode intensificar a automação, ou, em outras palavras, concentrar investimentos para liberar tanto trabalho vivo quanto possível” (1982:128).

Diferentemente das teses que prevêm lucros equilibrados (idênticas taxas de lucro) no seio da acumulação de capital, Mandel não acreditava na existência de preços uniformes, já que, na busca por acumulação, o capital almeja alcançar superlucros. Tal equilíbrio poderia efetuar-se no âmbito dos mercados “nacionais”, inda que por certo tempo porque, por sua própria natureza, o crescimento do modo de produção capitalista conduz, inexoravelmente, a um desequilíbrio. Assim, ao analisar o processo de expansão do capital, deve-se levar em conta a existência de uma diferença no nível de lucro. Desse modo, se a

acumulação de capital for considerada um meio de estender a produção de mais-valia relativa, ou de reproduzir o exército industrial de reserva, numa escala ampliada, de maneira a assegurar uma redução absoluta ou relativa nos salários, tudo isso se reduzirá ao mesmo processo de redistribuição da mais-valia socialmente produzida em benefício daqueles capitais que conseguiram a maior acumulação e possuem a mais alta composição orgânica (MANDEL, 1982:51-52).

Em outras palavras, a troca entre um país que tem uma produtividade do trabalho mais elevada que outro garante aos exportadores superlucros, já que podem vender internamente a preços acima dos de sua produção, mas abaixo do valor ‘nacional’ no mercado externo, isto porque parte do valor não se realiza (MANDEL, 1982:247).

Como as relações de que se está falando envolve economias de alta e baixa produtividade (onde o desenvolvimento capitalista ainda é marginal, cuja característica principal é a de uma baixa produtividade do trabalho em relação à média mundial), a tendência das mercadorias exportadas é a de comportar preços abaixo dos “nacionais”. Isto porque o capital variável que entra na produção dessas mercadorias é muito abaixo da mercadoria força de trabalho, configurando os salários aos valores das necessidades minimamente fisiológicas de subsistência. É nesse sentido (das diferenças entre produtividade e preços das mercadorias) que os países periféricos se especializaram em atividades desvantajosas nas relações do mercado mundial. Esta condição impede que uma produção industrial se desenvolva, já que, em tais parâmetros, qualquer indústria de transformação estaria fadada ao prejuízo e sem capacidade de competir com os produtos das nações industrialmente desenvolvidas (Idem, 47-52).

A análise histórica que faz Mandel do capitalismo baseia-se em numerosos fatores que condicionam, em cada período, a produtividade do trabalho e a repartição da renda entre capitalistas e trabalhadores. Em sua compreensão, a produtividade do trabalho é afetada, logicamente, pelas revoluções técnicas, mas não só por elas. A expansão do comércio mundial

e o imperialismo são fenômenos capazes de proporcionar às economias industrializadas matérias-primas e alimentos abundantes e baratos. Quanto à repartição da renda, isto depende tanto do tamanho do exército industrial de reserva quanto das vicissitudes sociais e políticas da luta de classes. Nesse sentido, a taxa de mais-valia é consequência de variáveis determinantes como: escassez de mão-de-obra, luta de classes, salários, produtividade do trabalho e exército de reserva. Assim, as determinantes são múltiplas e não uma só (composição orgânica do capital), como entendia boa parte dos economistas. Por razões como esta, nomeia de *pluricausal* sua formulação teórica das contradições do sistema capitalista.

Mandel e o capitalismo tardio

Nenhuma separação arbitrária entre a esfera social ou sócio-política e a esfera econômica pode dar uma resposta satisfatória à questão da natureza global do capitalismo tardio.

Mandel (1982:369)

Em sua abordagem, Mandel se preocupa, essencialmente, com a compreensão e definição do “capitalismo tardio”, entendido como a fase do desenvolvimento capitalista iniciada pelo aumento significativo da taxa de mais-valia gerada por uma produção substancial de elementos importantes do capital constante, pelo nazifascismo e pela II Guerra Mundial. Trata-se de um período distinguido por uma acelerada acumulação de capital (favorecida posteriormente pela economia armamentista permanente), que acabou sendo investida nas descobertas e inovações da década anterior, desencadeando nesse processo o que se convencionou denominar III RT, numa operação em que o capital acabou por superar o declínio de longo prazo que pressionava para baixo a taxa média de lucros. Isso nas circunstâncias de grande repressão e de economia de guerra, particularidade desse período.

Não obstante, se existe um elemento referencial daquilo que Mandel denominou de capitalismo tardio, esse elemento é o grande crescimento das forças produtivas em longo prazo. Nesse sentido, ele entende que, pelo acelerado ritmo em que se aplicaram as inovações então – fator evidenciado pelo aumento das despesas com pesquisa e desenvolvimento ou pela sua aplicação na indústria militar – a III RT fomentou uma espantosa valorização das rendas tecnológicas que se tornaram as principais fontes de superlucros. Essa “revolução” trouxera consigo dois elementos marcantes dessa fase: uma aceleração da rotação do capital fixo, pela depreciação mais rápida dos equipamentos (encurtamento de sua vida útil), e uma centralização do capital em conglomerados multinacionais, quando a “concentração internacional do capital começou a transformar-se em centralização internacional. No

capitalismo tardio, a empresa multinacional tornou-se a forma organizativa determinante do grande capital” (MANDEL, 1982:223).

Ao contrário do que se possa supor, a definição do capitalismo tardio não sugere que o sistema tenha mudado de essência, trata-se de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, subsequente à época de capitalismo monopolista. Por decorrência, os pressupostos leninianos da era do imperialismo continuam plenamente válidos nesta etapa, sendo a expressão ‘capitalismo tardio’ considerada pelo próprio Mandel insatisfatória por se tratar de uma ordem cronológica, e não sinóptica, do fenômeno que aborda. Nesse sentido, diz que,

enquanto as empresas e ramos plenamente automatizados de produção forem apenas uma pequena minoria, enquanto as empresas e ramos semi-automatizados de produção não mostrarem nenhuma redução bastante substancial no número de homens trabalhando e, conseqüentemente, enquanto a quantidade total de trabalho despendido na indústria continuar a aumentar, o capitalismo tardio será necessariamente definido pela concorrência intensificada entre grandes empresas e entre estas e os setores não monopolistas da indústria. Mas é claro que, em seu conjunto, esse processo não é qualitativamente distinto daquele do capitalismo “clássico” (1982:139-140).

Ao absorver a estrutura geral de Kondratieff¹⁶⁰, no entanto, Mandel negava a sua concepção monocausal de desenvolvimento capitalista, substituindo os ciclos de fases sucessivas de acumulação rápida e lenta por épocas históricas, adotando a denominação de períodos ou ondas (longas e curtas). Assim, concebia que a história do desenvolvimento capitalista era marcada por quatro períodos de incremento tecnológico que se circunscreviam a, aproximadamente, cada 50 anos, coincidindo com os ciclos de Kondratieff. Dessa forma, o primeiro teria acontecido entre fins do século XVIII e a crise de 1847; o segundo, de 1847 até inícios dos anos 1890; o terceiro, de 1890 até a II Guerra Mundial; e o 4º, atual, do capitalismo tardio. Cada ciclo teria sido marcado por duas fases (ondas longas) de expansão e estagnação, que teria se iniciado, nos períodos de substituição de fontes de energia e de introdução correspondente de novos tipos de motores e de máquinas. Nesse processo, tinha-se renovado o capital fixo nos diversos ramos da produção, num procedimento que foi da expansão à estagnação (representada pela queda na taxa média de lucro, determinada pela elevação da composição orgânica do capital, que havia impedido um instantâneo incremento

160 Economista russo que, nos anos 1920, afirmava existir, no desenvolvimento do capitalismo, ciclos longos condicionados por fatores exclusivamente econômicos. Trata-se da existência de ciclos gerais (que dizem respeito a todos os ramos da economia e a quase totalidade planetária), ocorrendo em períodos que variam de 50 a 60 anos.

tecnológico), atingindo todos os setores da produção da economia mundial. Para Mandel, o elemento

característico no modo de produção capitalista é o fato de que cada novo ciclo de reprodução ampliada começa com máquinas diferentes das do ciclo anterior [isso porque na concorrência, e a] busca permanente de superlucros são feitos esforços contínuos para diminuir os custos de produção e baratear o valor das mercadorias mediante inovações técnicas (1982:77).

No entanto, esta renovação do capital fixo só acontece se uma tríplice condição estiver presente: 1) O valor das máquinas mais novas constituírem uma parte componente maior do capital total investido (lei da crescente composição orgânica do capital); 2) O custo das aquisições e os valores que elas deverão transmitir ao processo produtivo em marcha não criarem obstáculos ao lucro, ou, em outras palavras, se a poupança em trabalho vivo pago exceder os custos adicionais do capital fixo; 3) As máquinas adquiridas pressionarem os custos totais de produção para um nível inferior à média social.

A preocupação central de Mandel era com o estágio do capitalismo dos anos 1940, fase que costumava demarcar como de início do “capitalismo tardio”. Para ele, a crise estrutural que caracterizava o capitalismo não se exprimia, absolutamente, pela interrupção incondicional do crescimento das forças de produção, muito pelo contrário, mais que em qualquer outra época, nesta fase se orquestrou uma rápida expansão das forças produtivas. Ela se manifestava com força devido ao acréscimo do parasitismo, que vicejava no desperdício advindo da III RT, paralelo ao crescimento das forças produtivas. Este cenário paradoxal levava a um lastimável resultado no sentido de que não permitiu a redução do sobretrabalho (massa de mais-valia não paga gerada pelo trabalhador no processo produtivo) fornecido pela massa de produtores nos países industrializados, apesar da automação¹⁶¹ e das demais conquistas da III RT.

A imperiosa fusão de todas as ciências com a produção, por parte do capital, cujo intuito fora o de transformá-las realmente em força produtiva direta, não foi explorada em todo o seu potencial, se perdendo em boa parte. E onde fora subutilizada, desperdiçou-se forças humanas e materiais na produção de artigos inúteis cujo fito era apenas atender às demandas do mercado. A automação, que poderia significar a libertação do trabalho humano

¹⁶¹ Regulação eletrônica da produção. Dois equívocos apresentam Mandel, na obra em epígrafe. O primeiro é o de confundir o processo de automação com mecanização (veja Mandel, 1982:134); o segundo trata da confusão que o faz conceber a automação da produção como o fim do trabalho humano. Algo que seria retomado um quarto de século depois, num enfoque dramático, por Forrester (1997).

empregado em tarefas mecânicas, repetitivas e alienantes – tal qual se propagara – tornou-se, para a classe produtora, no pesadelo do desemprego em massa, da perda de sua renda, do empobrecimento material, moral e intelectual e do excessivo controle do labor por parte de quem detinha seus meios (1982:151-152). Somente sob o capitalismo tardio o capital seria capaz de instituir, sistematicamente, a pesquisa e o desenvolvimento como um negócio específico, organizado numa base capitalista (Idem, 176). De qualquer forma, no seu desenvolvimento, a produção ganhou diferenças quantitativas que delinearão as especificidades das empresas e seu papel no desenvolvimento do capitalismo de então. Explica Mandel que a

incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante – os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas (1982:151).

Tais diferenças foram provocadas por fatores que diziam respeito: a) ao desenvolvimento das forças produtivas que, desencadeadas pela III RT, inviabilizara a produção lucrativa em escala nacional, por causa dos limites internos dos mercados nacionais, como também pelo volume do capital necessário à produção (indústria espacial, materiais bélicos, etc.); b) a diferenciação dos produtos no mercado mundial, impulsionada pelos superlucros; c) a forma de rendas tecnológicas assumidas pelos superlucros; d) a transferência do destino das exportações de capitais da periferia para os centros, devido às instabilidades políticas e ao cultivo agrícola com uso de tecnologia industrial avançada; e) a forte tendência a substituir a exportação de mercadorias pela de capitais, estabelecendo numerosas filiais para furtar-se às restrições alfandegárias; e f) a crescente centralização internacional de capital (domínio dos meios de produção através de fusões) que quebram as barreiras entre o nacional e o internacional, racionalizando o seu controle (MANDEL, 1982:223-226).

Todo esse complexo de fatores intercalados teria dado um impulso formidável à internacionalização não só da efetivação da mais-valia (venda de mercadorias) – como era na fase colonial – mas também da sua produção, da compra da mercadoria força de trabalho e,

finalmente, do controle do capital. Nesse processo, as grandes empresas multinacionais, fenômeno conformado na expansão (através de fusões ou não¹⁶²) das Sociedades Anônimas¹⁶³ foi essencial, por tratar-se do momento em que se realizava a centralização pelo pleno controle internacional do capital, o que, para Mandel, só teria ocorrido na gênese da III RT. O domínio da esfera financeira do capital era concebido enquanto uma produção privada sem o controle da propriedade privada, onde o sistema de crédito aparecia como principal alavanca da superprodução e da superespeculação do comércio. Para ele, acontecia, nesse estágio do capitalismo, uma separação entre as esferas social ou sociopolítica e econômica e a exploração que, baseada na divisão de classes, espraiava-se por todas as formações sociais.

No sistema de relações de produção capitalistas, todo o conjunto de incrementos técnicos que caracterizaram a III RT tinha limites claramente estabelecidos, esbarrando no pressuposto de que somente o trabalho vivo produz mais-valor, delatando que, apenas parcialmente, o potencial tecnológico pode ser aplicado. Não se pode esperar que os avanços tecnológicos resolvam as contradições inerentes à produção e apropriação capitalistas, já que, na lógica marxista de desenvolvimento do capitalismo de onde parte o raciocínio de Mandel, o processo de incremento tecnológico (automação¹⁶⁴) inevitavelmente eleva a composição orgânica do capital, imprimindo, por conseguinte, queda na taxa de lucros na medida em que substitui o trabalho vivo pelo morto. Assim caracterizada, a elevação da composição orgânica do capital compromete a própria existência do sistema, pois restringe justamente a parte do capital que gera o mais-valor. Nesse sentido, a automação completa do sistema produtivo é impensável sob as relações capitalistas, pois incorre no risco de não sobreviver à lógica sistêmica. É esta lógica que leva Mandel a afirmar a incompatibilidade do capitalismo com “a produção plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura, porque esta situação não mais permite a criação do mais-valor ou a valorização do capital. Consequentemente, é impossível que a automação conquiste a totalidade das esferas de produção, na época do capitalismo tardio” (1982:146).

162 Empresas como GM, IBM, Ford, Texaco, entre outras, não se expandiram através de fusão internacional de capital.

163 Sociedades por ações. O mecanismo das sociedades anônimas deu ênfase à fase financeira do capitalismo, o que representava, para Mandel, juntamente com o domínio dos serviços, a abolição do modo de produção capitalista em seu próprio seio.

164 Princípio genérico de produção contínua e automática que dispensa o contacto humano direto, a que se atribui o desenvolvimento e uso da energia nuclear. O entendimento de Mandel apoia-se nas conclusões de Renzel, destacando quatro tipos de automação aplicados ao processo de produção: 1) transferência de partes entre processos de produção sucessivos, baseada em dispositivos automatizados; 2) processos de fluxo contínuo, baseados no controle automático do fluxo e de sua qualidade (indústria química, de refinamento de petróleo e de equipamentos de gás e eletricidade); 3) processos controlados por computação em qualquer unidade fabril; e, 4) diferentes combinações dos sistemas mencionados (1982:135-136).

Mandel e o papel do Estado no capitalismo tardio

...a crescente função econômica do Estado no capitalismo tardio na centralização e redistribuição de parcelas de excedente social torna a influência sobre suas decisões um objetivo cada vez mais imediato para todos os grupos de capitalistas, e mesmo para capitais individuais.

Mandel (1982:343)

Diferentemente da maior parte das formulações marxistas neoclássicas, que apontam apenas fatores de ordem econômica, na obra de Mandel, sistematicamente, a pluralidade dos fatores determinam as forças promotoras do desenvolvimento capitalista, o que o faz ver a conformação de vários capitalismo numa única base material. Assim, Mandel define o capitalismo tardio num contexto em que o Estado adquire crescente importância e consolidam-se funções cada vez mais determinantes de seu aparelho no âmbito do sistema do capital monopolista. Para ele, existem três tipos de relação que, entre si, envolvem o Estado nacional burguês e a centralização internacional do capital. A ver: 1) segurança para as atividades privadas dos membros da classe dominante, garantindo proteção à reprodução da estrutura social, ou seja, cabe-lhe criar as condições gerais de produção e reprodução do sistema; 2) repressão a quaisquer ameaças por parte das classes dominadas (ou de frações particulares das classes dominantes) ao modo de produção, sendo para o que dispõe de instituições como o exército, a polícia, o judiciário e o sistema penitenciário; 3) integração das classes dominadas ao sistema, garantindo que a ideologia dominante¹⁶⁵ continue sendo a hegemônica e que tenha sucesso na execução do seu papel de fazer com que os dominados aceitem sua condição sem o exercício direto da repressão (1982: 333-336).

Como se vê, a função precípua do Estado burguês, no todo, pode ser entendida como a de salvaguardar os pré-requisitos gerais – o que compreende também questões técnicas – do processo de produção efetivo (garantindo meios de transporte, comunicação, energia, etc.; leis e ordem estáveis; existência de um mercado nacional, de um sistema monetário e de um Estado territorial). Esta função envolve estágios contíguos ou ulteriores tais como reprodução contínua das formas de trabalho intelectual indispensáveis à produção econômica – como é o caso dos investimentos em pesquisas, num determinado sistema educacional, voltados à ciência e tecnologia, adequadamente formatados para suprir as necessidades de expansão econômica do capital. Diz Mandel que a atividade subvencionista

¹⁶⁵ Os mecanismos da ideologia dominante (magia e ritual; filosofia e moral; lei e política) agem no seio da classe dominada de forma integradora, fazendo com que seus membros não percebam a exploração existente na relação que estabelecem com o sistema, entendendo-a como relação natural, advinda de uma vontade suprema (aqui, é notável o papel da religião), e que as discrepâncias são inevitáveis. Nesse processo, importante papel exerce a cultura, os meios de comunicação de massa, a educação e as religiões.

já está embrionariamente presente na função burguesa do Estado de garantir as condições gerais da produção capitalista.(...) Toda atividade governamental na esfera das obras públicas ou da infra-estrutura cria “mercadorias livres” e serviços que facilitam a valorização do capital total. Ao transferir para o Estado a responsabilidade pelos custos indiretos da produção e realização da mais-valia, a classe capitalista como um todo também ganha em termos de valor, se os meios para financiar essa atividade não derivam exclusivamente dos lucros das empresas capitalista (1982:387).

Neste raciocínio, do ponto de vista econômico, o Estado burguês viabiliza a tributação dos assalariados e dos pequenos burgueses, redistribuindo a renda pela via indireta da expansão do capital social (sob o domínio do aparato estatal) no sentido de aumentar a produção do mais-valor que é apropriada pelos capitalistas. Ainda neste sentido, a atividade subvencional estatal de criação de infraestrutura para a expansão do capital inclui ‘favores’ ao capital privado. É nessa perspectiva (da subvenção direta) que toma forma a cobertura de possíveis perdas por parte das empresas capitalistas, de financiamento de custos de produção (atualmente marcado pela pesquisa e desenvolvimento na área tecnológica) e de garantias de lucros adicionais. Foi assim que, com o advento da III RT, houve uma redução do tempo de rotação do capital fixo, impulsionando, crescentemente, a importância da reprodução da Força de Trabalho num nível superior de qualificação intelectual e técnica. Com isso, ganhou também crescente importância o papel do Estado como agente da subvenção de programas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolvendo complexos setores de produção que passaram a exigir uma cada vez maior regulamentação econômica – privada e pública – e de controle social.

Este foi um processo dinâmico que explodiu em cadeia: expansão do crédito, industrialização¹⁶⁶, ampliação do setor de serviços, inovações da III RT nos setores de transporte e telecomunicações – o que fez com que se acelerasse também a rotação do capital circulante. Tal encadeamento abriu possibilidades de aumento na taxa de lucro do pós-II Guerra (MANDEL, 1982:391). Em última instância, cumpre ao Estado burguês o papel de redistribuir a mais-valia social em benefício da classe que o hegemoniza.

Apesar da tentação de fundir todas as funções do Estado burguês na sua precípua função de salvaguarda dos interesses econômicos imediatos dos proprietários do capital, tal qual preconizara Marx, Mandel estende as atividades estatais a todas as esferas da

¹⁶⁶ Indústria e serviços foram os setores que mais cresceram no capitalismo tardio. Importante ressaltar que, na concepção de Mandel, serviços não geram mais-valia, elemento vital à existência do sistema capitalista. Este raciocínio gerou sua crença de que o crescimento desse setor prenunciava o fim do capitalismo.

superestrutura, considerando as peculiaridades nacionais e culturais de cada país. Em relação a estas últimas, o Estado burguês da fase capitalista dissecada por Mandel, destaca-se por tomar para si o controle, cada vez maior, de todas as fases do processo de produção e reprodução, fazendo um hiato entre um Estado federal supranacional e as particularidades culturais dos distintos Estados Nacionais. Este foi o modelo adequado às especificidades políticas internas aos EUA – onde cada Estado da União tem legislação própria em relação à educação, ao judiciário, à religião, entre outros setores – (1982:230). Não que, nestes parâmetros, a principal tendência da internacionalização do capital aponte para uma fusão única, característica de um superimperialismo, o que ele descarta pela existência da concorrência interimperialista. No entanto, pela incompatibilidade que representa a fusão multinacional de capital e um possível planejamento econômico estatal nacional em longo prazo,

as empresas multinacionais não só precisam de um Estado, como de um Estado realmente mais forte que o Estado Nacional “clássico”, que as capacite, ao menos em parte, a superar as contradições econômicas e sociais que periodicamente ameaçam seus gigantescos capitais (MANDEL, 1982:232).

É nesse contexto que se explicita a contundente contradição apontada pela centralização capitalista. Ao mesmo tempo em que o capital monopolista necessita de um Estado forte para impor os interesses dos donos do capital por sobre os do restante da sociedade, à medida que se centraliza e se agrega ao poder de Estado, esfacela, paralelamente, o poder do Estado Nacional.

Analisando o contexto político-econômico do pós-II Guerra, Mandel elenca as principais características que envolvem a relação capital/Estado no capitalismo tardio, que se explicita na seguinte conformação: a) centralização de capitais, acompanhada pela expansão internacional de apenas um Estado, configurado na supremacia estadunidense, tendência evidenciada desde a Primeira Guerra Mundial e expressa no domínio político e militar dos EUA ao findar-se a II Guerra (nessa conformação, uma única classe nacional de capitalistas exerce um crescente e decisivo controle sobre o aparato internacional de produção, numa relação onde os estrangeiros participam, no máximo, como sócios minoritários); b) no desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses, acompanhado pelo surgimento de um novo poder estatal federal, um Estado burguês supranacional: fusão internacional do capital sem a predominância de nenhum grupo específico de capitalistas

nacionais (provável caso da CEE da Europa Ocidental); c) enquanto variante intermediária entre as duas anteriores, uma fase transitória entre a indiferença relativa do capital para com o Estado até a utilização do aparato estatal pelas empresas de grande capital (1982: 230).

Para finalizar, após toda essa exposição, pensa-se que o seguinte elenco de particularidades intercaladas, derivadas das leis de movimento do capital aventadas pelo próprio Mandel, fornece os traços básicos de seu capitalismo tardio. A saber:

- a) A internacionalização do capital, que teria se dado em escala significativa apenas nesta fase – já que é decorrente, essencialmente, da internacionalização das forças produtivas – tendo ocorrida sob o signo da III RT;
- b) O capitalismo tardio se origina imediatamente na/da III RT, sendo a possibilidade técnica da automação provinda das necessidades técnicas correspondentes ao grau de desenvolvimento alcançado pela economia armamentista (MANDEL, 1982:135). Ao ressaltar a Economia Permanente de Guerra como outra característica do capitalismo tardio, Mandel refuta a prerrogativa – defendida por muitos marxistas – de que a guerra teria se tornado uma forma de o capitalismo resolver suas dificuldades de realização de mais-valor. Para ele, a economia permanente de guerra se explica por necessidades políticas, diplomáticas e militares das potências imperialistas. A produção bélica não conseguiria manter a onda expansionista do pós-guerra sem o incremento tecnológico, que expandiu a demanda por bens de consumo sem afetar a taxa de lucro, renovando os métodos de produção de bens de capital e elevando a produtividade do trabalho. Isto, sim, teria elevado os salários reais e expandido o mercado de bens de consumo sem diminuir a taxa de mais-valia. Nesse sentido, não se pode falar em “crise estrutural do capitalismo” sem medir as dimensões alcançadas pela automação nos diferentes ramos, assim como do seu ritmo de avanço;
- c) Uma insistente perspectiva de crises periódicas – latentes – e de eclosão de uma crise histórica de valorização do capital (portanto estrutural) no modo de produção capitalista, oriunda da contradição intrínseca (e central) da III RT (entre a aplicação de uma total automação e a extinção da mais-valia como resultado de uma composição orgânica de capital marcada pela elevação indiscriminada do capital constante. Conflito de classes em estado de latência);
- d) Uma expansão geral das funções intermediárias (transportes, redes de distribuição, serviços...); dos custos de vendas (publicidade, embalagens sofisticadas, *marketing* e

demais despesas improdutivas, e crédito ao consumidor) fruto das dificuldades crescentes de realização da mais-valia (1982:281);

- e) Significativo crescimento das necessidades culturais e “civilizadoras” da classe trabalhadora (educação, saúde, lazer...), possibilitadas pela crescente produtividade do trabalho e correspondente limitação do tempo necessário de sua execução. Como consequência, tais serviços adquirem uma natureza comercial cuja finalidade de produção é o lucro privado, assim como mudam também seu conteúdo, passando a subordinar-se às necessidades humanas;
- f) Expressiva expansão das forças produtivas e, portanto, da produção de mercadorias, como também pelo crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados de forma improdutiva, fruto da penetração massiva de capitais na circulação e serviços, proporcionando-lhes um lucro médio no setor produtivo;
- g) Fortalecimento do papel do Estado, como expressão da tentativa de superação, por parte do capital, de suas contradições internas, intervindo na economia através de uma ação conjunta com os grandes monopólios (Idem, 388). Tal intervenção limita-se à fronteira do risco da própria sobrevivência do sistema, ao perder legitimidade.

Estas foram, essencialmente, as principais características do capitalismo tardio de Mandel, e muitas contribuições se tiram de suas formulações para que melhor se compreenda o imperialismo do imediato pós-II Guerra até os anos 1970.

Sucinto balanço da segunda geração

O elenco aqui eleito como segunda geração presenteou à teoria do imperial-capitalismo preciosas avaliações/reavaliações a partir das transformações sociopolíticas e econômicas sofridas pelas sociedades capitalistas de seu tempo. Primeiramente como exame crítico e positivo, capaz de romper com análises monolíticas e ‘monocromáticas’ que caracterizaram a maior parte das produções do antes-II Guerra. Foram apreciações mais totalizantes, que acabaram por enriquecer o conceito de imperialismo sem perder de vista o fio condutor deixado pela herança das formulações neoclássicas que as antecederam e sem legá-las ao esquecimento e descrédito.

Sweezy, preocupado com a construção de uma abordagem histórico-analítica do desenvolvimento do capitalismo, veio focar a reconquista da fração industrial do capital, assim como os limites do imperialismo, estes impostos pela estrutura própria do modo de produção do capital. Baran, inquieto por compreender a nova feição do capitalismo de seu

tempo – mais complexo que o anterior – com as consequências oriundas da contradição irreconciliável entre a existência da propriedade privada dos meios de produção e o desenvolvimento econômico e social, principalmente no que dizia respeito à periferia do sistema, sendo sua “morfologia do desenvolvimento capitalista” de grande valia para a análise da situação da América Latina no contexto do capitalismo não só de sua época; Harry Magdoff, com a sua incrível capacidade de sintetizar, numa obra didática, toda a complexidade político-econômica da nova conformação adquirida pelo capital-imperialismo pós-II Guerra, apontando, lucidamente, o papel hegemônico dos EUA naquele contexto. Por fim, Mandel que, através da unidade analítica do capitalismo tardio, fez uma radiografia multicausal, plural, apontando os multivetores do desenvolvimento capitalista.

Ao ter abordado, minimamente, as concepções que contribuíram para o entendimento do imperialismo dos três primeiros quartéis do século XX, aproximando dos principais teóricos que estudaram o fenômeno, espera-se, mais do que ter compreendido a evolução do conceito de imperialismo, ter acercado da constituição histórica do desenvolvimento capitalista até esta fase.

Partir-se-á, agora, para o estudo da terceira geração, fechando a análise acerca do imperialismo manifestado desde o último quartel do século XIX até o limiar do século XXI, começando por uma abordagem do panorama calcado pela hegemonia estadunidense no contexto do capital-imperialismo planetário, processo que permitiu a este país tornar-se a principal potência capitalista mundial e como mantém tal *status*.

Parte III: A Terceira Geração e o imperialismo atual

Do discurso hegemônico da Terceira Geração

O império, como todo poder que se pretende hegemônico, precisa também dos préstimos de intelectuais que sirvam aos seus interesses. Não foram poucos os que, outrora marxistas e revolucionários, se renderam aos apelos da burguesia e embarcaram num ‘*possibilismo*’ inveterado, forjando retóricas que visavam justificar a guinada para o outro lado do tabuleiro. Existe uma gama muito mais variada de elementos dessa categoria, embora o discurso não tenha a mesma variedade. Assim, o capitalismo formaria (e/ou co-optaria) intelectuais capazes de ordenar, do âmbito acadêmico ao político, proposições, retóricas, teorias e doutrinas que atendessem, pragmaticamente, aos interesses dos grupos detentores do grande capital, prostrando-os no aparelho estatal. Para tanto, seduziu ex-marxistas, ressuscitou expoentes radicais da direita como Friedrich von Hayek e presenteou Milton Friedman¹⁶⁷ com um Nobel de Economia (1976) como recompensa por suas contribuições ao pensamento neoconservador; abriu as portas do sucesso editorial para intelectos de mediana capacidade de sistematização e análise histórica, como Huntington (1996) e Brzezinski¹⁶⁸ e os de profeta, como Joseph Nye, Francis Fukuyama, entre outros, incluídos aí os autodenominados ‘pós-modernistas’. Uma leva de formuladores afeitos a modismos e efemérides como ‘livre mercado’, ‘globalização’ e miragens como ‘democracia’ burguesa enquanto valor universal a defender, por decreto, a morte da história, tal qual haviam feito nos idos dos anos 1950/60 ao declararem o fim das ideologias. A história não se repetiu, mas a farsa sim.

Dando continuidade ao diálogo proposto, destacam-se aqui três eminentes ideólogos burgueses contemporâneos produzidos pelo *establishment* estadunidense: Francis Fukuyama, Samuel Huntington e Joseph Nye. De outra parte, convoca-se duas provocadoras personagens responsáveis pela revisita ao debate acerca do imperialismo: Michael Hardt e Antonio Negri.

167 Durante o golpe de Estado no Chile de Pinochet, Milton Friedman foi presença marcante na elaboração do projeto-piloto neoliberal, transformando aquele país no primeiro laboratório desta experiência, levando a cabo políticas de estabilização fiscal e reformas trabalhistas e do Estado.

168 Ex-chefe do Conselho de Segurança Nacional do presidente Jimmy Carter (1977-1981). Fervoroso anticomunista, concebeu a estratégia estadunidense de minar a URSS incitando – através da oferta de recursos financeiros, militares e ideológicos – os guerreiros da liberdade, como denominaram os adeptos da Aliança Islâmica do Mujahedin Afegão.

A eugenia político-econômica de Francis Fukuyama

Hoje, a discussão entre membros da comunidade internacional se concentra na questão de quem decide qual soberania irá violar, e sob qual pretexto.
Fukuyama (2005:137)

Francis Fukuyama, obscuro membro do Conselho de Bioética da Casa Branca, foi dado a conhecer ao mundo quando, em 1989, da publicação de um artigo seu em *The National Interest* intitulado *End of the history?*, que seria desenvolvido e publicado no formato de livro em 1992¹⁶⁹. Traduzido para várias línguas, mais que fama e notoriedade, suas hipóteses o alçariam de abstruso liberal-conservador estadunidense à posição de *papa* do neoliberalismo mundial. Declarado discípulo do liberalismo hayekiano, a aquiescência ao receituário das ‘reformas’ neoliberais que preconizou nos anos 1980 encontra-se hoje confrontado com uma crise terminal, merecendo, inclusive, um *mea culpa* de sua parte¹⁷⁰.

Em sua primeira obra de expressão internacional (o santo graal da fração burguesa no interior do bloco no poder na maior potência mundial), para dar justificativa ideológica ao projeto de hegemonia estadunidense, Fukuyama vaticinava o fim da história, cujos indícios apontavam a democracia¹⁷¹ representativa burguesa, acompanhada da economia de mercado, como o estágio final da organização política e econômica da humanidade. Toda esta retórica trouxe, em seu interior, uma contundente ideologia que afirmava a vitória da economia de mercado e da democracia burguesa, nada restaria às demais formações sociopolíticas senão a busca de uma inserção no sistema capitalista mundial.

Resgatando a ideia do fim da história¹⁷² no conceito hegeliano, segundo o qual um longo e vagaroso processo de modernização levaria, em longo prazo, a uma evolução da sociedade humana, Fukuyama fazia sua leitura da sociedade do final do século XX. Assim, suas formulações não apenas fechavam as portas do futuro, mas também abriam outras que

169 FUKUYAMA, F. *El fin de la Historia y el último hombre*. Colômbia: Planeta Colombiana Editorial S.A., 1992.

170 Acerca, ver Fukuyama (2005).

171 Uma re-conceituacão de algumas de suas definições necessitam ser feitas. A primeira delas é quanto ao conceito de democracia. Quantas vezes os EUA invadiram países para impor a democracia em seus moldes, ou participou – direta e indiretamente – de regimes autoritários (Chile, Israel, Nicarágua, etc.) ou investiu contra governos eleitos nos padrões da democracia ocidental (Arbenz, na Guatemala; Allende, no Chile; Jean Bertrand Aristides, no Haiti, entre outros)? Além disso, a história mundial do século XX está recheada de episódios em que se fizeram mister o apoio dos EUA a governos tirânicos cujas práticas atentavam mesmo contra a democracia burguesa. A própria prática imperialista nega a essência da democracia enquanto valor universal.

172 Não há originalidade por parte de Fukuyama em tal enfoque. Já nos anos 1960, o sociólogo estadunidense Daniel Bell, autor de *The End of Ideology* já pautava suas formulações nos mesmos princípios, quando apontava para a premissa do “pós-industrialismo”, juízo que seria reeditado sob a nomenclatura da “pós-modernidade”.

ofereciam acesso a uma série de desencontros políticos, acadêmicos e filosóficos; não só cerravam as portas da história – seja lá como a concebia o funcionário de Estado da então única potência mundial – como também das outras ciências, da ideologia e, até mesmo, da arte. Reinaugurava, assim, uma série de conjecturas que, pela sua fluidez, constituiriam partes das formulações “pós-modernistas”.

Fukuyama afirmava que o princípio de fim da história de onde partiam seus pressupostos era o mesmo apropriado pelos marxistas, com uma diferença apenas: a concepção hegeliana, ajustada por estes, acreditava que o fim da história estava na utopia do comunismo ao passo que a sua encontrava-se na democracia liberal como modelo de governo¹⁷³. Assim, por princípio, negava o pressuposto marxiano de transitoriedade histórica do regime capitalista de produção. Ao se adentrar por tais diferenças, vê-se que o fruto da teleologia fukuyamesca seria a concepção de uma *nova era* inaugurada pelo novo ‘gênio’ do fenômeno que se tornou mais que uma concepção política, um modo de vida: o neoliberalismo, um modelo ideal de ações econômicas, sociais e políticas, a partir do quadro de crise sistêmica evidenciado desde o fim dos anos 1960, que reivindicava uma resposta.

Nesse sentido, uma das principais contradições do pensamento de Fukuyama talvez seja o dúbio pressuposto de que o principal problema para a ordem internacional tenha um caráter puramente técnico, cultural e político, nunca econômico. Nesse sentido, pode-se citar como exemplo a experiência mexicana – podendo ser qualquer outra – quando de suas dificuldades econômicas na pós-assinatura do NAFTA (do original *North American Free Trade Agreement*): o que era o modelo de economia para a América Latina e o mundo, caiu em desgraça num tempo recorde. E quando estourava sua crise, o que era paradigma passou a modelo de histórica “incapacidade técnica” de gerenciamento das políticas de Estado¹⁷⁴. Outro exemplo, citado por Fukuyama, é o dos países da África subsaariana. Para ele, o Estado africano padece de uma doença chamada *neopatrimonialismo*, responsável pelo fracasso na

173 Contrariamente à retórica fukuyamesca, o fim da história sob o prisma engels-marxiano trata-se desta enquanto luta de classes, o que fica claro quando afirmam que, “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX & ENGELS, s.d.:21). Nesse sentido, o comunismo representa o fim da luta de classes, já que inauguraria uma fase sem luta de classes, simplesmente porque estas teriam chegado ao fim. É diferente do fim da história tal qual concebido pelos apocalípticos liberais. Para estes, o fim da história se dá no processo próprio das lutas de classes.

174 A própria retórica não teve o cuidado de inovar no conteúdo. Ainda no final da década de 1960, Magdoff citava um depoimento do comandante-chefe do exército dos Estados Unidos para o Sul, cujo conteúdo transferia os elementos causais da forte resistência popular na América Latina às mesmas questões. Dizia ele que os conflitos na América do Sul eram fruto da “incapacidade dos governos de atingirem uma taxa de desenvolvimento suficiente para enfrentar as pressões sociais, juntamente com o alto índice de crescimento da população e a contínua migração para as cidades [motivo pelo qual se continuaria] a criar problemas sérios” (1978:132).

aplicação das reformas dos anos 1980/90. Assim, dentro da concepção unilateral e medíocre (pela insistência em negar os aspectos históricos dessas sociedades) desse ideólogo, o ‘fracasso’, neste caso, seria meramente técnico e cultural (2005:32-34).

Como se explicita, a concepção fukuyamesca de história é linear e mecânica, empobrecendo o próprio Hegel. Mas esse mecanicismo é intencional, pois busca esconder a outra ponta da espiral do problema: os países *em desenvolvimento* (PED’s)¹⁷⁵ que aplicaram as reformas neoliberais, em sua maioria, sofreram danos tanto no âmbito econômico, quanto político e socioambiental. Os parâmetros do mecanicismo neoliberal contribuíram, ideologicamente, para o pressuposto de que as instituições são neutras e, acima das contradições sociais, sendo possível a criação de instituições fortes e isentas de quaisquer interesses de classes e de subjetividades. Não estranha que assim conceba o Estado, já que circunscreve seu papel à intervenção, quando necessário, para salvar instituições financeiras em desgraça. Além do mais, a história tem mostrado que o Estado, por sua essência classista, tem, invariavelmente, sido interventor, apesar dos discursos liberais estilo *laissez faire*.

Seus mentores diretos e herdeiros – dentre eles os autodenominados ‘pós-modernistas’ – no âmbito da academia ordenavam formulações tão contraditórias e paradoxais que, muitas vezes, apresentavam-se incompreensíveis para a maioria dos mortais – mesmo aos olhos de seus próprios pares – e exorcizavam as conquistas da modernidade e tudo o que se referisse à lógica da racionalidade iluminista; no âmbito da economia, tais ideólogos preconizaram receitas de dupla concepção, cujos diagnósticos e receituário utilizavam-se de concepções distintas no trato de uma mesma questão: o que valia como verdade incontestável para os países periféricos, no campo da economia internacional, não valia para os que hegemonizavam, mas tinha em comum o deus-mercado como o mantra do *homo economicus*; no campo da política, a premissa inquestionável foi a democracia – com todas as paradoxais concepções que acompanham tal categoria – e o fim do Estado-Nação. Esses paradigmas hegemônicos do mundo “pós-moderno” tomaram para si o valor de dogma, sem levar em conta o fato de que, “se Hegel se enganou quanto ao reinado do absolutismo prussiano, por que haveríamos de acreditar que o sistema atual tem maior poder de permanência?” (WHEEN, 2007:89).

175 Segundo as Nações Unidas, esta denominação refere-se àquelas economias pobres do mundo (70% da população mundial), juntamente com os países produtores de petróleo. São caracterizadas pelos seguintes indicadores: são economias pobres, fundamentalmente agrícolas, de pouca diversidade e uso de tecnologia de baixo nível, com infra-estrutura deficiente, o que lhe resulta em baixa produtividade; representa 20% do PIB mundial; renda *per capita* entre U\$ 300 e 5.000. Dados de *La economía mundial: un desafío global*. Informe do Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990.

Muito perspicazmente, Ali escreve que “as pessoas são ensinadas a esquecerem a história [como se esta] se tivesse tornado subversiva” (2005:14). Mais que nunca, esta concepção está presente na vida do homem contemporâneo. A onda de produção intelectual em que se tornou a indústria livresca que abriu espaço a obras como as de Paulo Coelho, Erika Cheetan, Whitley Strieb, Joan Wester Anderson, entre outros místicos, especialistas em assuntos de autoajuda, esotéricos, que ressuscitam anjos, profecias nostradâmicas, OVNI’s e seus tripulantes, horóscopos, mercado e crenças que remontam Ao empirismo mais primitivo a figurarem nas listas dos mais consumidos em todo o mundo¹⁷⁶. Objetivamente, a geração de ideólogos identificados como neoliberais e ‘pós-modernistas’ cumprem o mesmo papel dos mercadores de fantasias supramencionados: dificultar a apreensão do real.

Evidentemente, a obra de Fukuyama de 2004¹⁷⁷ não figuraria também no *ranking* dos mais vendidos no mundo, não tendo a mesma repercussão que a de 1992, pois seu teor já não interessava ao *establishment* estadunidense, pela ruptura política interna impressa por seu autor. Tampouco interessava o *mea culpa* em relação às ambiguidades e contradições evocadas em *El fin de la historia y el último hombre*, notadamente no que se referia à questão do “Estado mínimo”, um dos eixos mais significativos de sua formulação anterior. Se nesta última obra sua teleologia afirmava o enfraquecimento e conseqüente fim do Estado-Nação, no seu livro de 2004 afiançava que a ausência dos Estados Nacionais, na verdade, havia criado, em certos países, um vazio de poder ao não indicar substituto à altura, levando a conseqüências que classificava como “patologias sociais”, pelo vazio institucional que deixava. A solução seria, então, para ele, um necessário e irônico retorno ao Estado Nacional. Segundo o arrependido Fukuyama, no vazio criado pela ausência do Estado teria surgido uma mistura heterogênea de corporações supranacionais, ONG’s, organizações internacionais, sindicatos do crime e ‘grupos terroristas’ com poder ou legitimidade (ironicamente nunca com os dois) que, em muitos países, acabou ocupando o seu lugar (2005:157). O vazio deixado pelo Estado acabara levando, pelas debilidades características das instituições de muitos países, estes a um rotundo fracasso.

Ao fazer o balanço do malogro das “reformas” neoliberais na periferia do sistema, atribuiu as responsabilidades a supostos problemas estruturais dos Estados em que foram aplicadas. Reconheceu que

176 Acerca, ver Wheen (2007).

177 FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados – Governo e Organização no século XXI*. São Paulo: Rocco, 2005. O ano citado refere-se ao da publicação original em inglês.

em muitos países, a reforma econômica liberalizante deixou de cumprir sua promessa. De fato, em alguns países, a ausência de uma estrutura institucional adequada os deixou em situação pior depois da liberalização do que se esta não tivesse ocorrido. O problema está na incapacidade conceitual básica de decifrar as diferentes dimensões da estatidade e compreender como tais dimensões se relacionam com o desenvolvimento econômico (FUKUYAMA, 2005:20).

Segundo Fukuyama, no século passado o problema era o inverso: estava relacionado ao fato de que os Estados eram fortes demais (o que teria feito com que a URSS provocasse a Guerra Fria, e a Alemanha nazista a II Guerra Mundial). Por sua vez, as ações imperialistas estadunidenses não são mencionadas. Talvez porque o imperialismo não tivesse, em sua concepção, qualquer importância nesse processo.

Através de assertivas escandalosamente superficiais e mecânicas, Fukuyama busca sistematizar, em uma construção “ideal” capaz de enquadrar cada Estado na retórica neoliberal, uma escala de países que podem ser assim caracterizados: a) Fortes (cujas instituições são sólidas); b) Fracos (os de economia de médio porte e que apresentam problemas em suas estruturas e instituições que dificultam a aplicação das leis, um alto nível de corrupção política e sem controle sobre sua população).

E não estava só nisso. Nye (2002) o antecederá nessa concepção. Ao se referir aos países qualificados por “fracos”, para ele o conjunto de suas características pode levar a um baixo desenvolvimento econômico e atrapalhar os esforços no sentido de diminuição da pobreza. Países assim caracterizados seriam passíveis de violações dos direitos humanos, produziam ondas de refugiados, além de serem terreno fértil para o contrabando de drogas¹⁷⁸, o comércio de armas, o tráfico de pessoas, a disseminação de doenças e... abrigo para grupos terroristas, pela incapacidade de seus governos de controlar seu próprio território. Como *Estados fracassados*, não produziam nenhum arcabouço ideológico, inviabilizando, assim, o surgimento de partidos políticos (ou seja, não aceitam as concepções ocidentais de organização política) ou de ideias “bem concatenadas”¹⁷⁹. Por outro lado, sua falta de infraestrutura política os leva ao caos.

Para ele, há várias patologias sociais que são agravadas pela inabilidade dos governos dos *Estados fracassados* em seus territórios. A solução para estes casos seria uma questão de

178 Se esta afirmação tem consistência, como explicar o papel dos EUA como o maior país exportador de drogas químicas, segundo afirmação do próprio Nye (2002), e o maior consumidor de drogas do mundo, sem incluí-lo no mesmo rol?

179 O ufanismo e chauvinismo estadunidense, como se vê, estão explícitos – e podem ser comparados ao da Roma imperial ou da Alemanha nazista – quando concebe os EUA como o centro de emanação da humanidade e dos valores mais altruístas por ela produzidos.

“estaticidade”, ou seja, de construção de novos Estados-Nação que deveriam cobrir os erros do *Consenso de Washington*¹⁸⁰, que só valorizara uma das suas dimensões: o escopo da ação estatal. Na realidade, os Estados deveriam ser pequenos (na finalidade), mas fortes o bastante para garantir o Estado de Direito e a segurança pública. Conclusão: no caso desses *Estados fracassados*, a ingerência internacional pode ser considerada legítima. Eis uma nova porta aberta não só para a intervenção imperialista¹⁸¹, mas também para o mecanicismo dialético: o Estado é uma instituição que paira acima e alienada da sociedade.

Para fundamentar sua hipótese da fragilidade das instituições dos *Estados fracassados*, ele cita o suposto sucesso econômico do Extremo Oriente fazendo um paralelo com o também suposto malogro da América Latina, atribuindo este quadro à tradição das instituições e à sólida estrutura dos Estados extremo-orientais. Como se explicita, para este ideólogo, a questão das disparidades entre os Estados não passa pelo crivo econômico ou histórico, mas trata-se de uma questão meramente político-cultural centrada nas instituições, que seria solucionada através da inserção de valores liberais (nos âmbitos da economia, da política e da cultura). Segundo ele, por falta desses valores, há um “déficit de governança”¹⁸² no planeta, e alguém tem de tomar a iniciativa de melhorar esse quadro”. Diz:

*A comunidade internacional vem evoluindo nessa direção, percebendo que devemos assumir nossas responsabilidades no que concerne a melhorar a governabilidade nos Estados fracassados. O 11 de Setembro e o conflito subsequente no Afeganistão mostraram, sobretudo aos americanos, que não podemos ficar passivos ante esse quadro*¹⁸³ (FUKUYAMA, 2005:38).

Como premissa para se resolver o problema da manutenção da ordem mundial, “a construção de estruturas governamentais fortes é uma questão-chave na política mundial hoje” (2005:14), e que – paradoxal contradição de sua tese de 1992 – os Estados-Nação não deixarão de existir. O mundo deve se preocupar em criar instituições fortes, capazes de imprimir sistemas de leis, educação, saúde, finanças (Bancos Centrais) e que possam governar

180 Mantra do Banco Mundial, pregava a minimalização do Estado no que concerne a seu escopo, mas que deveria ser eficaz no que tangia à sua força. Segundo Fukuyama, o intuito do CW “era reduzir o papel do Estado nos mercados por meio da diminuição das regras e barreiras tarifárias, entre outras coisas” (Revista Veja, 17/11/2004).

181 Os caminhos para intervenções estadunidenses no mundo são pavimentados numa criatividade díspar na história: vai desde a retórica civilizacional, o Destino Manifesto, o anticomunismo, tráfico de drogas, direitos humanos, terrorismo, e, neste caso, “inabilidade governamental”.

182 Força do Estado, na definição de Fukuyama (2005:38).

183 Aqui a Guerra contra o Afeganistão, justificada pela caça a um ex-aliado estadunidense da Guerra Fria contra a União Soviética, explica suas consequências e é concebida como um processo do qual os EUA não são os protagonistas, mas vítimas. Reedita-se o discurso imperialista civilizacional.

de maneira transparente e limpa. Qualquer semelhança com o discurso da “autonomia e hegemonia financeira” não é mera justaposição.

Até aqui, Fukuyama apenas bebe na economia clássica quando vislumbra o desenvolvimento econômico capitalista através da remoção de instituições que considerava obsoletas – e sob certos aspectos o eram para a etapa em que discorre (mercantilista) – pela sua função histórica de pertencimento a outra lógica acumulativa. O que fez Fukuyama foi dar asas e alçar seu vôo até as últimas décadas do século XX e estender sua vocação ideológica – enquanto parte do pensamento burguês – no sentido de preservar a ordem social e econômica vigente, desconsiderando o fato de que, entre a economia clássica e a contemporânea, uma questão concreta as separa: aquela atuava no sentido revolucionário de supressão da ordem de coisas de seu tempo; enquanto a contemporânea atua no sentido de manutenção da irracionalidade do capital monopolista. No entanto, seu conservadorismo não se encontrava solitário. Espelhando o autêntico espírito do imperialismo estadunidense em sua tentativa de manutenção do *status quo*, vinha Joseph Nye e Samuel Huntington, entre outros.

Huntington e o choque de civilizações

... existem razões de peso para supor que as fronteiras entre as civilizações – por exemplo entre ocidente, por um lado, e Ásia do Leste e o Islã, por outro – serão os campos de batalha no futuro.

Huntington (1997:41)¹⁸⁴

Quem buscou substituir Fukuyama na tentativa de construção de um novo paradigma conservador foi Samuel P. Huntington, antigo teórico da guerra do Vietnã e acadêmico da Universidade de Harvard, ao publicar, em 1993, um artigo intitulado *The Clash of Civilizations (O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, na edição brasileira)¹⁸⁵. Como bem induz o título, a obra veio no sentido mesmo de apontar saídas, à maneira estadunidense, de manter tudo como está para ver como é que fica, tendo o mérito de apontar equívocos, em vários sentidos, da tese de Fukuyama. Destes, destacava dois temas como mais importantes: o que se referia ao fim da História e ao fim do Estado-Nação. Apesar das críticas, trata-se, também, de uma interpretação da política mundial sob o prisma da vertente reacionária posta na Casa Branca e no Pentágono, que visa desvirtuar o foco da dominação político-econômica para a cultural.

184 HUNTINGTON, Samuel P. *Civilizaciones en conflicto*. In: NEXOS, nº. 229, México, janeiro de 1997.

185 Professor e diretor do *John M. Olin Institute for Strategic Studies*, da Universidade de Harvard. O artigo em consideração faz parte de um projeto desse Instituto acerca de “*The changing security environment and American interests*”. A edição brasileira foi publicada pela Objetiva, em 1996, conforme elencado nas referências bibliográficas. Uma densa, porém breve, análise desse tema encontra-se em Fontana (1998).

Para Huntington, as coletividades humanas se contrapunham, depois da Guerra Fria, não mais por questões ideológicas – como constataria Fukuyama (1992) – mas por questões cultural-religiosas, onde a religião teria ocupado o vazio deixado pela retirada do Estado-Nação, como fonte identitária, da cena política. Assim sendo, a História não se findava com a preeminência da democracia capitalista e do mercado, tampouco o Estado-Nação teria perdido suas funções históricas. O que, agora, dava corpo aos conflitos em escala mundial era o que denominava “choque de civilizações”, numa ênfase à escatologia característica desses intelectuais: “esta será a última fase na evolução do conflito no mundo moderno” (1992:8). Para ele, no mundo do pós-Guerra Fria, a questão central não mais era o colonialismo, mas a cultura – definida mais no campo religioso, como constatou Fontana (1998:21) – num contexto em que se pautava o universalismo ocidental. Dizia ele que a política internacional teria saído da fase ocidental, passando o seu centro

a ser a interação entre o Ocidente e as civilizações não-Ocidentais e entre estas. Na política das civilizações, os povos e os governos das civilizações não-Ocidentais já não são mais os objetos da história como alvos do colonialismo ocidental, mas juntam-se ao Ocidente como motores e moderadores da história (HUNTINGTON, 1999:8).

Por suposto, a obra de Huntington não tem mais méritos que a de Fukuyama, tratando-se, em parte, de rediscutir, sob o mesmo prisma, as questões aventadas por este, com um maior requinte no que concerne aos dados empíricos. Poder-se-ia dizer da obra de Huntington, que se trata de um “museu de grandes novidades”. A começar pelo discurso civilizacional, tema secular e ponto de fundação de quase todas as homilias imperialistas, mesmo das anteriores à modernidade. Para ele, o vocábulo *civilização* tem o significado de uma entidade cultural num sentido mais amplo. Assim, afirma que

as aldeias, as regiões, os grupos religiosos, todos têm culturas distintas, em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. (...) Os chineses, os hindus e os ocidentais, entretanto, não são parte de nenhuma entidade cultural mais ampla. Eles constituem civilizações. Uma civilização é assim o mais alto agrupamento cultural de pessoas e o mais amplo nível de identidade cultural que as pessoas têm aquém daquilo que distingue os seres humanos das demais espécies (HUNTINGTON, 1996:47-48).

Na centralidade do discurso do “choque civilizacional” a classificação dos países, esboçada em Fukuyama – e posteriormente em Nye (2002) – perde, temporariamente, seus

aspectos político-econômicos (fundamentos da análise imperialista), dando lugar à subjetividade, abstração e tendenciosidade da construção que se faz da categoria analítica *civilização*, enquanto unidade cultural que define os verdadeiros agentes que lutam pelo domínio planetário. No sentido atribuído por Huntington, o que aqui se concebe como imperialismo não passa de conflitos intercivilizacionais, vistos no atual cenário das relações internacionais, como representados pelo antagonismo entre o Ocidente e o “resto do mundo” (HUNTINGTON, 1996:227-257). Tal configuração, para que seja entendida, carece, inexoravelmente, da categoria *identidade*, a funcionar como uma espécie de “consciência civilizacional” (Idem, 338), que aparece circunscrita num mapa que elasticamente costura, fazendo emergir o que seriam as civilizações pós-1990: Ocidental, Africana, Islâmica, Sínica (em substituição à confucionista descrita no artigo original), Hindu, Ortodoxa, Latino-Americana (que amadorística e preconceituosamente aparece como produto da civilização europeia), Budista e Japonesa. Na inter-relação que se estabelece entre elas, questões antagônicas levam, em graus diferentes de incompatibilidades, a conflitos intercivilizacionais, num cenário em que, pelo potencial militar detido pelo Ocidente em relação ao mundo, “os conflitos militares entre Estados ocidentais são impensáveis e o poder militar ocidental não tem rival” (HUNTINGTON, 1999:22), tratando-se de um confronto entre o Ocidente e o resto do mundo.

Outro aspecto coincidente na tríade Huntington, Nye e Fukuyama, trata-se da classificação daquilo que os dois últimos denominam países *fracos* ou *fracassados*, e que o primeiro define como *fracassados* (1996) e *dilacerados* (1999:25). Em suma, a homilia dessa tríade é a mesma, marcada por uma baixa sistematicidade e por erros históricos grosseiros, aliado a um profundo preconceito em relação ao “outro”. O mérito da obra de Huntington diz respeito aos interesses dos *neocons* estadunidenses, por oferecer o inimigo de que necessitavam para legitimar sua política unilateral em escala mundial fundamentada na guerra preventiva contra o *eixo do mal*. Além disso, intencionava substituir, do ponto de vista da História, os esquemas interpretativos desta no que se aproximavam da análise marxista, como indica a tentativa de tirar o foco do viés econômico que sustenta a dominação de classe, fundamento do marxismo. Mais que isso, tenta descartar não só a teoria marxista, mas a própria luta de classes, já descoberta antes de Marx.

Numa instigante contraposição à visão unilateral que consiste na afirmação de supremacia da “civilização ocidental” em relação às demais, foi gerada no seio do debate que sucedeu à publicação do artigo que originou a principal obra de Huntington, Mahbubani

aponta o que *o resto do mundo* pode ensinar ao Ocidente, inclusive no que concerne à sua desgraça ou à perda de parte da importância de seu sistema. Assim, diz que,

se as outras civilizações já existem a séculos, por que razão só agora se tornam um desafio? Uma tentativa sincera para responder a esta questão revela uma lacuna fatal que tem estado a germinar nas mentes ocidentais: uma incapacidade para conceber que o Ocidente pode ter desenvolvido fraquezas estruturais nos seus sistemas de valores e instituições medulares. Esta falha explica, em parte, a recente agitação para aceitar o pressuposto de que a história terminou com o triunfo do ideal ocidental: a liberdade individual e a democracia garantiriam sempre a permanência da civilização ocidental à frente do bando (1999:47).

A abordagem de Mahbubani indica horizontes não alcançados – ou perdidos – pela ideologia institucional dominante, ao mesmo tempo em que explicita os sinais de uma possível decadência do império estadunidense, elencando dados presentes tanto na sua economia, como na sociedade como um todo:

A disciplina orçamentária está a desaparecer. Multiplicam-se programas sociais dispendiosos e projetos eleitoralistas, dando pouca atenção aos custos. O baixo nível de poupança e de taxas de investimento conduziu à redução da competitividade perante o Extremo Oriente. A ética do trabalho está a diminuir, enquanto os políticos enganam os trabalhadores, fazendo-lhes crer que podem manter salários elevados, apesar de não serem internacionalmente competitivos. (...) Desde os anos 1960 que a população dos EUA aumentou 41% enquanto o crime violento aumentou 560%, os nascimentos provenientes de mães solteiras aumentaram 419%, as taxas de divórcio 300%. Isto significa uma enorme decadência social. (...) [Reina uma] incapacidade de perceber que alguns dos valores desse conjunto [liberdade individual e democracia] podem ser prejudiciais. Os valores ocidentais não formam uma rede perfeita. (...) é necessário estar no exterior para ver claramente esta situação e perceber que o Ocidente está a provocar o seu declínio pelas próprias mãos. [E conclui]: A isto Huntington também está cego (MAHBUBANI, 1999:47-48).

O pragmatismo chauvinista de Joseph Nye¹⁸⁶

Desde a Roma antiga, nenhuma nação se elevou tão acima das outras.
Nye (2002:25)

Joseph Nye, doutor em ciência política e reitor da *Kennedy School of Government da Harvard University*, foi consultor do Departamento de Estado dos EUA, de 1977 a 1979, e presidente do Conselho Nacional de Segurança, tendo sido também Vice-Secretário de Defesa

186 Parte do conteúdo desta subseção foi publicada em Almeida (2005a).

do Governo Clinton. Atualmente é considerado pelo *establishment* como uma das maiores autoridades acadêmicas em relações internacionais. Foi um dos fundadores da escola *neorrealista* e escreveu diversos livros, entre eles *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (Fadado a liderar: a transformação do poder americano, 1990) e *After the Cold War* (Depois da Guerra Fria, 1993).

Segundo este autor, o poder dos EUA, em toda a dimensão que hoje implica, está dividido entre o *soft power* e o *hard power*. O primeiro é representado pela atração ideológica e cultural que este país exerce sobre o resto do mundo; o segundo, representa o poder bruto da ação militar. Para Nye, o Departamento de Estado dos EUA optou pela trilha da unilateralidade na atual conjuntura mundial e, apoiado por seu poderio bélico, esquivou-se de fazer uso de seu *soft power*, que ainda é o maior do planeta. Segundo ele, tal opção é muito perigosa – como o demonstrou o 11 de Setembro – por incitar um processo de “anti-americanização” que grassa hoje o mundo.

Esta visão anti-histórica, a nosso ver, oculta a possível crise de hegemonia porque passam, atualmente, os EUA, num momento em que a sua economia encontra-se fragilizada por uma série de heresias econômicas cometidas por Washington¹⁸⁷, o que tem lhe deixado somente a opção da força militar (o *hard power*), apesar das limitações que esta ação supõe como instrumento de dominação quando aplicada isolada e unilateralmente. Também não deixa ver que aquilo que denomina de ‘anti-americanização’ é o preço que os EUA têm que arcar pelo empreendimento de seu império, e que Roccucci questiona se o país está pronto para pagá-lo (2004:141).

Joseph Nye, ao mesmo tempo em que aconselha a utilização da arma ideológica como alternativa eficaz de que dispõe o país, também defende o uso da força, arguindo que os poderes bruto e brando estão inter-relacionados e se reforçam mutuamente na manutenção da sua supremacia global. Esta aparente contradição apenas busca legitimar as ações imperialistas estadunidenses na atualidade, tratando-se da parte tática da manutenção de sua condição nas relações internacionais, já que não se pode fugir da sina histórica de todo império (vê-se que aqui ele, diferentemente de Fukuyama, assume a ideia de império¹⁸⁸): a ruína, afirmando que “a potência americana não há de ser eterna” (NYE, 2002:21). No entanto, ao conceber como inexorável esse processo, acredita que, em relação ao império estadunidense, ele pode ser protelado se seus governantes fizerem uso do *soft power* e se

187 Este tema é tratado pormenorizadamente no subitem “*Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?*”

188 Historicamente, já em março de 1783, George Washington se referia aos Estados Unidos como um *império em ascensão* (LENS, 2006:22).

atentarem para o fato de que, no século XXI, o poder repousará na combinação desses dois recursos. O 11 de Setembro de 2001 deve servir de autocrítica, já que o episódio evidenciou a incapacidade de a superpotência defender-se em seu próprio território.

Como a maior parte dos atuais liberais estadunidenses – casos de Richard Clarke e Paul Krugman¹⁸⁹, entre outros – a crítica de Nye resume-se a pontos específicos da política dos republicanos ou à direção tomada pela administração estatal. No extremo, tece conjecturas em relação aos rumos atuais da política externa de Washington – marcada pelo predomínio do uso do *hard power* sobre o *soft power* – que teria fragilizado os EUA e atraído para si um forte antiamericanismo. Ele não tece nenhuma crítica mais profunda às ações imperialistas daquele país, inclusive porque acredita que sua política de hegemonia é “benigna”, positiva e altruísta. A propósito, está na estrutura central do discurso político estadunidense, quando se trata de adjetivar suas próprias ações, a marca do maniqueísmo. Chomsky e Herman lembram os banhos de sangue promovidos pelas tropas de seu país – ou por seus aliados – tanto no Camboja quanto no Vietnã¹⁹⁰, que definiam como “benignos” e “construtivos” (1976:23-49). E diziam isso ao derramar *napalm* sob as cabeças de cambojanos e vietnamitas, assim como sobre as suas plantações, ceifando vidas pelas chamas e pela fome e destruindo as fontes de alimentação daqueles povos.

A retórica imperialista estadunidense da qual Nye se faz portador, no entanto, remete ao *espírito americano* renitentemente propalado pela doutrina do Destino Manifesto e nada tem de novo, apesar da tessitura apresentada. Trata-se da velha ideologia (ou dever-se-ia dizer *soft power*?) que mascara os ímpetos imperialistas estadunidenses quando dizem respeito à manutenção de sua hegemonia no globo. A relação dos EUA com o MIA pode desvendar o sentido ‘benigno’ de sua hegemonia, enquanto equivalente a um impulso à justiça internacional que, supostamente, só eles podem dar. Para Nye, a estratégia central dos EUA no século XXI deveria por em prática a disponibilidade dos “bens comuns internacionais”. Nesse sentido, faz dueto com Fukuyama (2005) em sua preocupação com as graves ameaças à sobrevivência e aos interesses dos EUA representadas pelos *Estados fracassados* (países dos Bálcãs, Somália, Afeganistão, Haiti, Colômbia, Bolívia, Ruanda...), que precisam de uma maior atenção do Governo de Washington. Semelhantemente a Huntington e Fukuyama, Nye concebe três tipos de países no mundo atual: “os Estados pobres, fracos e pré-industriais”

189 O primeiro foi o principal assessor da Casa Branca para o combate ao terrorismo no primeiro governo de George W. Bush. O segundo, um liberal estadunidense, crítico ferrenho da administração Bush, editorialista do *New York Times* e professor da Universidade de Princeton. Prêmio Nobel de Economia de 2008.

190 Nesse conflito, dois milhões e meio de vietnamitas perderam suas vidas, além de 58 mil estadunidenses (ALI, 2005:186).

(geralmente ex-colônias); os industriais modernizantes (Índia, China); e os pós-industriais (A *triade*: Estados Unidos, Europa e Japão) (2002:32). A matriz fundadora de tais caracterizações segue os mesmo padrões do *American way of life* tal qual concebida por Fukuyama.

Hardt e Negri e o império sem centro

Nos estertores do último milênio, uma provocativa obra veio reabrir, de forma contundente e polêmica, a discussão acerca do fenômeno imperialista. Paradoxal arquitetura acerca do imperialismo galgou lugar invejável em toda a mídia mundial. Primeiro, na grande imprensa até chegar aos espaços alternativos de discussão acadêmica e política, pela densidade da obra, no entanto, mais pela profícua e abundante crítica que lhe seguiu.

Uma obra de um professor de literatura sem expressão na imprensa internacional (Hardt) e de um velho marxista de trajetória inquestionável (Negri)¹⁹¹ implodiu a modorra reinante nos meios políticos e acadêmicos ao revisitar o antigo fenômeno do imperialismo. Na esteira da discussão que arrastou atrás de suas teses, acabaram por provocar um vasto e profícuo debate acerca do tema, tendo suas ideias traduzidas para mais de dez idiomas, ocupando as principais páginas dos maiores jornais do mundo e milhares de artigos na internet. Este é um dos grandes méritos da provocativa obra *Império* (HARDT & NEGRI, 2001): contribuir para o fim da letargia do debate sobre o imperialismo e trazer a público inúmeras pesquisas e preocupações acerca do assunto a partir de diferentes perspectivas teóricas, provocando um novo problema, que é manter-se atualizado/a diante de tantas leituras pertinentes à discussão¹⁹².

Império, por mais que apresente dissonâncias de caráter diverso – muitas vezes equivocadas – foi um importante fator de provocação da atual discussão acadêmica, tão

191 Michael Hardt, doutor em Literatura Comparada, professor da Duke University (universidade estadunidense voltada para o desenvolvimento dos estudos culturais). Antônio Negri, histórico dirigente do grupo *Pottere Operário*, atualmente cumpre pena de trinta anos de prisão, em regime semi-aberto, no Cárcere de Rebibbia (Roma), por participação em insurreição armada contra o Estado e de quatro anos e seis meses por ‘responsabilidade moral’ pelos confrontos entre militantes e policiais de Milão, entre 1973-77. Quando exilado por 14 anos em Paris (antes de ser preso), foi professor da Escola Normal Superior e da Universidade Paris VIII e no Colégio Internacional de Filosofia

192 Uma das mais representativas e contundentes críticas a *Império* é a obra de Borón (2002), segundo a qual Hard & Negri operam um descompasso entre os espaços políticos e econômicos construídos sob a batuta do Estado-Nação. Para Borón, *Império* tem a compreensão, equivocada, de que existe uma dicotomia entre a esfera econômica e a política, já que o surgimento desse tipo de Estado funcionou como instrumento de organização da economia capitalista (2002:62-66). Para outras críticas acerca da mesma obra, ver Bellamy Foster, John. “*Imperialism and ‘Empire’*”. *Monthly Review*, Vol. 53, n°. 7, Dezembro; e Petras, James. “*Imperio con imperialismo*”. Disponível em <http://www.iade.org.ar/imperio/3.9.html>. Acessado em 04/10/2002. Também em <http://www.rebellion.org/petras/english/negri010102.html>.

necessária e premente, acerca do imperialismo na atual conjuntura. Trata-se de uma obra escrita entre a Guerra do Golfo e a Guerra do Kosovo, numa abordagem que se pretende interdisciplinar (argumentação filosófica e histórica, cultural e econômica, política e antropológica) na qual os autores enfocam o fenômeno imperialista a partir da concepção euroamericana, circunscrevendo-o a determinada fase histórica cujo fim já havia se dado, rememorando velhas teorias.

Para Hardt e Negri, uma vez que a soberania política estaria em declínio e as relações econômicas tornaram-se mais independentes de controles políticos, o imperialismo, tanto quanto o internacionalismo (e seu principal suporte, o proletariado), haviam-se ido com a modernidade e, nestes tempos *pós-modernos*, sem que os marxistas percebessem. Assim, a emblemática figura do mercado diluía o que ainda teria restado do Estado-Nação, processo através do qual perdeu sua função de sujeito do desenvolvimento do capitalismo mundial. No lugar do imperialismo teria surgido o “império” (fenômeno concebido pelos autores como a quebra “irresistível e irreversível” de trocas econômicas e culturais, mercado universal com circuitos globais de produção, nova lógica e estrutura de comando, enfim, uma nova forma de supremacia) e seu oposto, a multidão.

Para os autores, por ser descentrado, o *império* não comporta assimetrias entre sociedades estatal-nacionais, como ocorria na época do ‘velho imperialismo’. Suas instituições de ordenamento político, ainda em processo de constituição, estão longe de se parecerem com os *antigos* Estados-Nação e mais se aproximam das chamadas *organizações multilaterais*, como o Banco Mundial (BM) e a ONU. E, ao intervir em qualquer ponto do planeta, o braço imperial sempre o faz convidado por aqueles que se mostram incapazes de gerir suas próprias relações¹⁹³, o que possibilita a cada intervenção se revestir de um discurso fundamentalmente ético, voltado para a manutenção da ordem e da paz. Nesse sentido, qualquer semelhança com as alocuções dos velhos imperialistas britânicos e dos novos estadunidenses não é mero acaso.

Ao defrontar-se com esse discurso galanteador do imperialismo, tem-se a impressão de que os autores não estão falando da atual conjuntura mundial e de que os elementos invocados para isto fazem parte de um filme surrealista. A realidade contemporânea aparece em *império* como uma abstração permeada por fluxos e redes sustentadas pelo trabalho imaterial (conhecimento, informação, etc.). Pode-se mesmo afirmar que se trata de uma obra que deve ser inserida no contexto do autodenominado “pós-modernismo” pela fluidez das

193 Esta é a mesma hipótese de Fukuyama (2005) e Nye (2002).

subjetividades transversais com que o presente é analisado e pela virtualidade da ação possível. Seus autores não veem assimetria nas atuais relações interestatais nem na relação centro/periferia, que produzem e reproduzem riqueza e pobreza. Para questionar tal afirmação, ficando na América Latina, basta que sejam comparadas as relações entre EUA e México, ou EUA e países como Haiti, Argentina, Guatemala, e mesmo Brasil. Em relação ao ‘convite’ à intervenção pautada em discurso ético e moral – devem-se ler ideológicos – a história dos países da região fala por si só. Fora do continente, Afeganistão, Líbano, Iraque e países da África também ilustram a referência. Como bem afirma Ludmer¹⁹⁴ ao tratar dos problemas argentinos atuais:

Las consecuencias del Imperio no solo son diferentes en el Sur y en el Norte, sino que pueden llegar a ser opuestas. Se reinstala en cierto modo una lucha de clases global, donde "las clases sociales" del imperio son los estados nacionales de primero, segundo o tercer orden. Más miseria y exclusión, menos protección, ajustes permanentes, deudas de la Justicia; el presente argentino nos muestra esa diferencia.

Os equívocos de *Império* ganham corpo no discurso universalista dominante de sistema mundial que tenta ocultar o processo de expansão em escala planetária das relações de produção capitalistas e as consequências advindas de sua ação imperialista resguardando o domínio de uma determinada classe sobre outras e, nesse bojo, de uns países sobre outros. Para os autores, no entanto, trata-se de um império sem homens e sem territorialidade, sendo que, imperialismo tal qual se entendeu até hoje não mais existe. Enfim, nesta nova ordem, que teria se constituído concomitante à da sociedade pós-industrial, onde o trabalho imaterial assume proeminência sobre o material e abre a possibilidade para que a multidão substitua o velho proletariado, não só o anti-imperialismo, como também as lutas de classes, pertenceria à lixeira do passado.

Considerações acerca das concepções neoconservadoras

Ao se ouvir falar do império onipresente, que se encontra em todo e em nenhum lugar, a partir de autor que se posicionava nas trincheiras do marxismo, num discurso que se aproxima, sobremaneira, daqueles citados ideólogos neoliberais estadunidenses, tem-se a

194 Ludmer, Josefina. *La era del imperio: una agenda para las multitudes*. Clarín, Buenos Aires. Disponível em <http://old.clarin.com/suplementos/zona/2000-08-27/i-00501d.htm>. Acessado em 27/08/2000.

impressão de que a função civilizatória¹⁹⁵ atribuída a todo e qualquer império surtiu o efeito desejado pelos imperialistas. O discurso dominante, tal qual a essência capitalista, sofreu muito poucas mudanças, apesar das aparências afirmarem o contrário, já que as práticas utilizadas pelos centros imperiais nos processos de dominação vinculam-se não ao fazer político ou cultural, mas ao retorno em lucros que podem e devem produzir.

Na outra ponta, o eixo comum entre os autores aqui enfocados – com exceção para Hardt & Negri – é a reverência à religião como base de reprodução do conservadorismo. Os discursos de Fukuyama, Huntington e Nye confundem-se e não por acaso: bebem da mesma fonte (*Harvard University*), obedecem aos ditames das grandes corporações transnacionais estadunidenses, formulam como funcionários do Estado desse país. Assim, os mesmos princípios que regem a religião são transplantados para a economia e para a política, tornando o mercado em templo e os valores básicos do liberalismo em princípios inegociáveis da religião liberal. Assim, o retorno às velhas matrizes políticas dos séculos XIX e XX, desde a Doutrina do Destino Manifesto, a Monroe até a maniqueísta do Bem e do Mal¹⁹⁶, passando pela política do *Big Stick*¹⁹⁷, resgata os princípios do velho imperialismo estadunidense hoje travestido de *ultramoderno*. Assim, o muito do velho de que está incrustado o discurso de Nye emerge quando afirma que os

*americanos devem entender que apoiar a supremacia dos Estados Unidos equivale a dar um impulso à justiça internacional que nenhum outro povo é capaz de dar. Também equivale a uma expansão dos interesses nacionais e daquilo que se pode chamar de espírito americano*¹⁹⁸ (2002:18).

Tais concepções neoconservadoras interconectam Huntington, Fukuyama e Nye em todos os sentidos. Têm grande capacidade de comunicação, eficácia político-ideológica, mas fraco rigor histórico e teórico – se não se tratar de heresia afirmar que exista uma teoria coesa subjacente às suas formulações – mostrando-se frágeis ao analista minucioso. Ao mascarar

195 Acerca, ver a farta literatura nesse sentido, dentre estas Huntington (1996;1999), Fukuyama (1992;2005), Nye (2002). Num sentido crítico, Hobson (1981) e Lens (2006).

196 Nye dá voz ao maniqueísmo ao afirmar que “Os tiranos e os fundamentalistas sempre nos odiarão por causa dos nossos valores de liberdade e oportunidade e não nos resta senão enfrentá-los com uma política antiterrorista mais eficaz. São bolsões de ódio” (2002:14). Fundamentalismo versus fundamentalismo, diria Ali (2005).

197 Grande Porrete, no original em inglês. Trata-se da política externa estadunidense do início do século XX, celebrizada pelo presidente republicano Theodore Roosevelt (1901-1909) e sintetizada na frase *um sorriso nos lábios e um porrete na mão*.

198 Nye defende que os estadunidenses devem “aprender a definir interesses nacionais a fim de incluir os globais [que] será crucial para a longevidade do nosso poder e para que os outros considerem benigna ou não a nossa hegemonia” (2002:18). Refere-se ao pressuposto estadunidense da “hegemonia benigna”.

toda relação de causa e consequência no que tange ao espectro da espoliação e da exploração capitalista, mostram aguda percepção dos pontos candentes da conjuntura mundial e explícita adesão aos valores predominantes nos EUA como se não houvesse outra saída ao que ora está posto: a inexorabilidade da *globalização*, entendida por eles como o crescimento das redes mundiais de interdependência.

Para a corrente na qual se inserem esses senhores, a atual divisão internacional do trabalho nada tem a ver com o passado colonial de que a grande maioria – senão a totalidade – desses países ‘*fracassados*’ foi ou são vítimas. Suas construções se inserem no pensamento hegemônico, se relacionam com a literatura pró-estadunidense e fazem parte de uma mesma linha ideológica do *establishment* acadêmico desse país. Constitui, assim, parte da rede ideológica responsável pelo discurso da ‘globalização’, de interesse do grande capital, sob a perspectiva do Atlântico Norte (do *The New York Times* ao *The Economist*¹⁹⁹), espelhando o discurso nascido da ideologia do pensamento único. Expressam, por fim, o perigoso espírito imperialista calcado na Doutrina do Destino Manifesto e de suas ‘descendentes’, de indecoroso chauvinismo nacionalista que reverbera elogios aos valores burgueses de liberdade e individualismo, à pujança industrial-militar e ao *American way of life*. Condenam os que não professam tais valores, rotulando-os de “tiranos e fundamentalistas [que] sempre nos odiarão por causa dos nossos valores de liberdade e oportunidade e não nos resta então senão enfrentá-los com uma política antiterrorista (...). São bolsões de ódio” (NYE, 2002:14).

Se a história der razão a eles, concordará também com Ali (2005) quando afirma que se está presenciando um confronto de fundamentalismos. A prática imperialista em escala mundial aponta em riste os tiranos que elege.

Do discurso contra-hegemônico da Terceira Geração

A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.
(Hobsbawm, 1995:16).

Uma terceira geração de formuladores teóricos críticos e dissonantes foi forjada no contexto da ‘globalização’, quando o polêmico debate acerca do imperialismo ressurgiu nos anos 1970 e teve uma segunda onda nos 1990. Esta geração se debruçou sob o fenômeno nas mais diversas óticas de abordagem, trazendo importantes contribuições individuais (historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos, antropólogos...), reunidos no conjunto daqueles que pensaram, especialmente, o imperialismo, a partir do último quartel do

199 Porta-vozes dos círculos financeiros estadunidenses e ingleses.

século XX ao alvorecer do XXI. Os subsídios que aportaram à análise do fenômeno em discussão traduzem o incansável esforço dessa geração de pensadores em entender esse complexo panorama.

A metodologia de abordagem dessa geração se dará de forma distinta das duas anteriores, por se entender que uma maior compreensão, tanto do processo histórico quanto da contribuição desses agentes e de suas obras pode ser feita a partir de outra perspectiva. Pela complexidade adquirida pelas relações internacionais do pós-II Guerra – resultante do aprofundamento da transnacionalização do capitalismo – assim como pela profusão de trabalhos que emergiu principalmente após a chegada da obra de Hardt & Negri (2001), entende-se que uma abordagem que leve em conta tanto as produções quanto seus construtores e o contexto sócio-histórico em que emergiram, sem qualquer corte epistemológico-temporal, dê conta de suas influências e alcances enquanto aportes teórico-metodológicos nos âmbitos político, acadêmico e social, vistos como um todo.

Assim entendendo, as contribuições da aqui denominada III Geração estarão dispersas na abordagem histórica do desenvolvimento capitalista no período, envolvendo a relação centro-periferia, dos anos 1970 até o presente. Os aportes dessa geração serão encontrados no contexto histórico, sempre entrecortado pelas discussões transversais, sem nunca pretender, por um momento sequer, dar conta da totalidade da dinâmica, senão de alguns de seus principais elementos. Da mesma forma, jamais se ambicionou dar um caráter definitivo às análises aqui esboçadas, quanto aos rumos tomados pelo capitalismo em seu estágio atual de desenvolvimento, inclusive porque este ainda se encontra em franco processo e longe de se mostrar definitivo. O que aqui se ousa é apresentar uma proposta de discussão que aglutine as distintas abordagens do tema imperialismo por esta geração de pensadores críticos cujo dinamismo foi capaz de perceber a inter-relação assimétrica que se perpetuou nos impulsos internos das economias nacionais cada vez mais acondicionadas segundo os interesses do capital monopólico, cada vez mais centralizado, a impor-lhe ritmos e acomodações historicamente característicos da formação econômico-social das economias periféricas.

Reconhece-se a inevitabilidade de destacar que a economia realmente se mundializou, o que faz jus à vocação do capital, engendrando-se enquanto sistema internacional. Forçosamente se admite que o capitalismo atingiu um estágio de transnacionalização econômica num grau tamanho que nenhuma nação, por mais autônoma que se pretenda, pode julgar-se autossuficiente economicamente, ao ponto de não encontrar-se enredada nas conexões internacionais de comércio, serviços, finanças e tecnologia. Todas as economias, de

uma ou outra forma, estão conectadas numa rede mundial, sofrendo, mais ou menos, as intempéries a que está submetida a acumulação capitalista nesta escala, mesmo quando ocorridas em sociedades não muito representativas desse circuito. De forma que as oscilações geoclimáticas na Colômbia ou no Vietnã podem trazer consequências, no mercado internacional, para a produção cafeeira do Brasil. Num outro extremo, qualquer oscilação nas taxas de juros oferecidas oficialmente por qualquer país representativo da rede econômica mundial pode refletir diretamente nas economias periféricas, podendo mesmo ‘quebrá-las’, a depender do grau de volatilidade dos ‘investimentos’ especulativos que a burguesia financeira internacional ali tenha injetado.

No contexto de final do século XX, em que predomina a financeirização da economia (monetarismo), acompanhada pela ideologia neoliberal, ingerências de todos os calibres (econômicas, políticas, diplomáticas e militares) continuam a dar o tom da cultura que entrelaça os Estados Nacionais no sistema capitalista atualmente. Completando tal cenário, a crise sistêmica que se engendrou desde o último quartel do século XX fomentou uma readequação capitalista.

Nessa conjuntura, uma geração de analistas, rediscute o capitalismo evocando novos olhares a partir das novas ocorrências. Uma geração cujos aportes iluminam as bases fundamentais da compreensão da sociedade capitalista do século XXI. Nas diversas abordagens do imperialismo contemporâneo, nomes como Almeida (2003a) e (2005b); Altvater (1995); Anderson (1995), (2002); Arrighi (1996), (1997), (2001); Beinstein (2001); Borón (1994), (2001), (2002); Chesnais (1996), (1998), (2003) e (2005); Fiori (1997); Hardt & Negri (2001); Hobsbawm (1982; 1988; 1995; 2007); Mészáros (2003); Petras (1995), (1997), (1999), (2000); Ramonet (1998); Tavares (1997); Wallerstein (2004), dentre outros, são passagem obrigatória. Deste universo, alguns são chamados mais detidamente para discutir a problemática; outros apenas de *en passant*, como se vê no texto geral. Ponto comum a grande parte destes autores é o referencial teórico. Sua maioria avassaladora considera que as teses leninianas permanecem fundamentais para a compreensão do capitalismo contemporâneo, em especial a tentativa de conceituar o imperialismo como um estágio particular do capitalismo. Neste orbe, sua grande maioria também a contempla como insuficiente para a compreensão do imperialismo contemporâneo pela razão principal do próprio desenvolvimento do fenômeno tal como teorizado por Lênin durante a Primeira Guerra Mundial. Claro que exceções existem, destaque para Hardt & Negri.

No entanto, distante de parecer novidade – e novidade que nega, em essência, o imperialismo, sob a máscara da ‘globalização’²⁰⁰ – o que inova a atual conjuntura organizativa da acumulação capitalista mundial, para além de todo o espetáculo midiático inerente à *III RT*, é a fragilidade com que se apresenta, hoje, o sistema financeiro mundial (instituições, normas e leis) criado em Bretton Woods. Prova disso é a inexequibilidade da própria dívida externa, possivelmente o mecanismo de acumulação capitalista mais cruel e importante do imperialismo no domínio dos países centrais sobre os periféricos.

Para começar, entende-se que a crise capitalista é um bom ponto de partida.

A crise capitalista e as Ciências Sociais

Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. (...) E por quê? As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa.
MARX & ENGELS (s.d.:26)

É evidente que o capitalismo encontra-se num momento de crise estrutural. Mas, que parâmetros denotam essa crise? Aliás, de que crise se fala?

Partindo do princípio de que não é possível se fazer história sem conceitos – e sua crítica, já que estes são permeados de ideologia – nem Ciência Social sem perspectiva histórica, começa-se por conceituar a crise que se compreende ser a do capitalismo. O conceito de crise, em sua acepção pré-científica, inicialmente, foi construído tendo por base as ciências médicas, aludindo a um processo de enfermidade de um determinado organismo. Desde Aristóteles até Hegel, crise designa o ponto de inflexão de um processo fatal que não sobrevém simplesmente de algo externo à identidade das pessoas a ela sujeitas. Assim, toda crise diz respeito às estruturas e aos sujeitos por ela envolvidos. Desde a filosofia da História do século XVIII, o conceito de crise penetra nas Ciências Sociais, tendo em Marx uma concepção sistêmica, não se tratando de um simples desajuste, mas reflexo das principais contradições do modo de produção como um todo. Desde então, quando se alude à crise, se fala de tensão social e econômica, na ordem sistêmica. Assim, crise não é causa, mas consequência, tratando-se de uma anomalia que ataca a integridade do sistema, surgindo

200 A tentativa de negação do imperialismo data de outros tempos, onda que arrebatou liberais convictos como Barnes (1955), Toffler (1994), Huntington (1996; 1999). Marxistas também convictos restringiram sua existência ao período 1875-1914, como é o caso de Hobsbawm (1988). Assim, também, Barnes dividia a história do capitalismo em quatro estágios: 1) comercial ou primitivo; 2) industrial; 3) monopolista; 4) e financeiro (1955:607). Em ambos os casos, sugere-se que não mais era imperialista o capitalismo pós-I Guerra Mundial.

quando a sua estrutura se vê restringida em suas possibilidades de resolução dos problemas que ameaçam a sua preservação enquanto tal.

Em se abordando o problema da crise no sistema teórico marxiano, como denota a epígrafe deste capítulo, ela teve um papel especial, sendo ampliada em seu significado para o âmbito socioeconômico. Crise é, pois, um fenômeno histórico, ou seja, tem tempo e lugar de existência. Assim, todo aquele se atém à análise deste fenômeno sem levar em conta a sua historicidade está condenando à perda de perspectiva da ação humana.

Sem pretender-se ingênua, a análise que aqui se faz não perde de vista a característica peculiar do capitalismo que é a de um sistema reprodutor de desigualdades e promotor da concentração da riqueza numa ponta do processo de acumulação, e, paralelamente, do empobrecimento na outra. Na perspectiva de uma apreciação que se aproxime da totalidade, economia não é aqui entendida como uma esfera à parte do todo, é também política, porque fundada no poder e no domínio, caráter das relações que se estabelecem entre os homens quando estão produzindo numa sociedade classista. Portanto, também é esfera social.

Nesse sentido, coerente com a lógica da concepção de crise das Ciências Sociais, cumpre ressaltar que o tema que ora se aborda não versa acerca de uma tensão qualquer, mas da crise do sistema capitalista; não só da acumulação de capital, mas da tensão geral provocada a partir das contradições sistêmicas (das quais a central é a relação capital/trabalho) e de todos os seus consequentes estragos na área econômica, social, política e ambiental. Isso porque, na esfera de conhecimento das Ciências Sociais, não se separa economia de sociedade, por se entender que o ponto de partida da economia é a sociedade e que a realidade é, a um só tempo, econômica, política e social.

Assim sendo, a crise está estampada na inclinação do PIB mundial de 5% para 2% ao ano, entre 1970-1999 (BEINSTEIN, 2001:105-111); na queda da taxa de lucro; na acumulação, quer fundada na produção industrial, quer na esfera financeira (ver as crescentes e renitentes turbulências na área, desde 1982); nas altas e permanentes taxas de desemprego e na consequente precarização do trabalho; no aumento da violência urbana, como na xenofobia e consequente violência racial; na maior frequência dos colapsos e recessões econômicos como na desestruturação e substituição do regime de acumulação industrial fordista, por um regime mais 'flexível' (marcado pela rapidez, baixos estoques, pequenas unidades de produção e pela produção diferenciada de bens); a crise está também na debilitação das formas tradicionais de manifestação política dos instrumentos que legitimavam, no campo institucional, na relação capital/trabalho (Estado/sindicatos) e no forçoso surgimento de novos

movimentos sociopolíticos (EZLN, FSM e outras alternativas) e político-militares (terrorismo); a crise está presente, por fim, na perda de credibilidade na política institucional e na falta de interesse pela coisa pública. A própria emergência daquilo que se convencionou denominar “pós-modernidade” indica, pelo menos, uma crise paradigmática do que foi pensado, até aqui, ‘modernidade’. E se a modernidade passa por uma crise, sendo que ela é o ambiente sobre o qual se estabeleceram/estabelecem as bases da “a era do capital” – para usar frase de Hobsbawm (1982) – onde surgiu a então revolucionária burguesia, onde se expandiram como nunca as forças produtivas e se criou um mercado mundial, como negar a crise do próprio sistema? O que teria feito com que se descolassem gêmeos siameses tão contemporâneos?

Arrisca-se aqui afirmar que, o que chamam de crise da modernidade trata-se da própria crise do capitalismo, cujas características de surgimento permitiram, em seu conjunto, adjetivar a sociedade em que se engendrara de modernidade. E, assim como o sistema capitalista encontra-se numa profunda crise – alguns arriscam dizer que seja terminal – os parâmetros da sociedade em que foi fundado também sofre tais pressões. No entanto, a partir dessa inferência afirmar que a modernidade não mais existe, incorre-se numa incongruência, pela ausência de uma base real concreta. Trata-se da mesma lógica imposta ao imperialismo e do seu fim pelo advento da ‘globalização’²⁰¹. A crise aí está, evidenciada em numerosos e inequívocos sinais, autenticados a partir dos anos 1970 e que vêm evoluindo até os dias de hoje.

Como os mecanismos econômicos são, ao mesmo tempo, influenciados e influenciadores dos dados sociais (como o de mobilidade social, por exemplo), esta tende a ser, inexoravelmente, uma abordagem multidisciplinar, envolvendo, ao mesmo tempo, economia, história, política e sociologia. Ainda neste sentido, contrapõe-se aqui às correntes econômicas que se identificam com o neoliberalismo que, fundamentando-se em números macroeconômicos oficiais, separam a economia da sociedade e afirmam não se encontrar, o capitalismo, em crise, desconsiderando, entre tantos indicadores, as discrepâncias socioambientais advindas da contradição central entre a produção social e sua apropriação privada.

201 Referência interessante – e inolvidável – foi a obra de Guénon (1977), escrita em 1927, que já chamava à atenção para percepções de um crise do mundo moderno. O que fugia, à regra geral, é que ele separava a apreensão milenarista de “*fim do mundo*” da crise que enxergava no mundo moderno. Afora sua concepção culturalista de crise civilizacional, o que chama mesmo à atenção é que o que Huntington (1996) denomina de “choque de civilizações” já era pensado há ¾ de séculos atrás, e contestado na literatura ocidental.

Com esta introdução, não se pretende aqui fazer uma exegese da categoria *crise*, mas delinear teoricamente as referências de onde parte o discurso aqui construído/reconstruído. Desnecessário afirmar que se referencia nos meandros das Ciências Sociais, sob o matiz marxista do materialismo dialético, que entende a estrutura econômica como o cerne da sociedade. Assim, a crise, da ótica do marxismo, constitui-se um fenômeno intrinsecamente vinculado à extração de mais-valor, mais especificamente, ligado à questão do exército de reserva.

Desde suas primeiras formulações, Marx já se deparara com o fato de que a burguesia reagia às crises capitalistas de dois modos básicos: pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas (como denota a epígrafe deste subitem); e pela intensificação da exploração de seus mercados e conquista de novos. Por isso, sua atenção se voltou mais para o movimento da composição orgânica do capital e para o aumento dos salários como principais elementos provocadores da queda na taxa de lucros. Apesar de ser um tema recorrente na obra de Marx, ele não deu um tratamento sistemático ao assunto, só se ocupando do problema quando formulou sua *Lei Geral da Acumulação Capitalista* (Parte VII e capítulo XXIII do primeiro livro de *O Capital*), embora tenha feito várias observações acerca do tema no âmbito de sua teoria mais geral. Nesse sentido, Sweezy é taxativo ao afirmar que, como está posta, “a crise necessariamente permanece na lista de assuntos incompletos” (1983:114) da teoria de Marx.

No sentido mais geral da produção teórica marxista, como consequência, a compreensão mais unanimemente aceita acerca da crise é que se trata do estágio caracterizado pela queda na taxa de lucros a níveis tão baixos que não deixa margem para a inversão capitalista no processo produtivo. Isso, porém, não afirma que a opinião dos marxistas acerca do fenômeno não tenha discordâncias.

Para Gorender, Marx apontou quatro aspectos que julgou essenciais nos ciclos econômicos: 1) os empecilhos da desproporcionalidade do crescimento dos vários ramos da produção e da dessimetria entre o nível de consumo das massas e a ampliação da oferta; 2) o descolamento entre a esfera bancária e a produtiva, que permite uma desconexão entre a realização da produção e sua conversão em dinheiro; 3) a caracterização da base técnico-material (renovação do capital fixo) para o movimento cíclico; 4) e as crises em si próprias (GORENDER, 1983: LX). Partindo do último aspecto, sabendo de antemão que todos os demais estão implicitamente contidos nele, reflete-se, em primeiro lugar, o papel que tais crises representam no seio do sistema. Para Gorender, elas cumprem

a função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista. No entanto, este equilíbrio momentâneo só se efetiva mediante tremenda devastação das forças produtivas até então acumuladas. Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente da destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço.... (Idem).

Partindo da formulação do processo de acumulação, de Marx, depreende-se, então, que a apropriação da mais-valia é o cerne da existência do capitalismo e, nesse sentido, as crises inerentes ao sistema têm o papel de, entre outros mecanismos, reabastecer o exército de reserva²⁰² específico do sistema capitalista todas as vezes que seu tamanho ameaçar a taxa de lucro. Assim é que, dentre as causas fundamentais da crise capitalista insere-se o deslocamento do trabalho pela maquinaria, quando, ao substituir os agentes da produção por máquinas, as empresas produzem mais com recursos investidos na esfera do capital constante que na de capital variável, empregando, no processo produtivo, mais máquinas que homens.

Esse processo desencadeia uma contradição intrínseca que é a de, ao mesmo tempo, permitir vencer a concorrência que dinamiza a produção capitalista, também diminuir a proporção do trabalho humano, o que, conseqüentemente, implica a diminuição da produção de mais-valor, já que é somente desse elemento que ela pode ser extraída. O resultado é que uma maior quantidade de produtos vai ao mercado, mas contendo uma menor margem de mais-valia, que é compensada pela maior taxa de lucro auferida na esfera da circulação. Nesse processo, a compensação da baixa taxa de lucro está na relação estabelecida entre os concorrentes que não conseguiram investir em inovação tecnológica e, conseqüentemente, têm uma taxa de lucro menor, o que os faz levar ao mercado produtos com preços maiores.

Outro aspecto de que qualquer análise da crise capitalista não pode prescindir é o da taxa média de lucro, presente na migração de capitais na busca de melhores ganhos. Como cada setor necessita equiparar os lucros para atrair investimentos, a tendência geral é que esta taxa média se estabeleça entre os diversos setores da economia. Porém, como dito, ao investir em tecnologia, o capitalista vê a taxa média de lucro cair, mas essa queda faz com que a taxa auferida pelas empresas inovadoras suba, já que a das que não conseguiram investir se vê decaindo a patamar insustentável, fazendo com que muitas delas decretem falência. Essa dinâmica leva a um desemprego estrutural cada vez maior, a uma cada vez mais acirrada

²⁰² Para Sweezy, em alguns momentos da história do capitalismo esse princípio sofre modificações, como foi o caso do fascismo onde o desemprego foi utilizado para justificar, nos países capitalistas em crise, o processo imperialista (1983:81).

concorrência entre os portadores de mão-de-obra, pela oferta que aumenta devido à sua substituição pelas máquinas, e os salários despencam a valores muitas vezes insuficientes à própria reprodução da força de trabalho, restabelecendo a taxa de lucros.

Em meio às dificuldades geradas, no entanto, o consumo cai, por dois motivos essenciais: o baixo poder aquisitivo dos salários faz com que os que trabalham restrinjam seus gastos, assim como o alto número de desempregados retira do mercado, cada dia mais, mais consumidores. Os detentores de capitais, com as baixas taxas de lucro e a queda do consumo, esquivam-se de fazer novos investimentos. A crise capitalista está estabelecida. Nessa lógica, Marx descaracteriza a teoria do subconsumo, ao afirmar que se tratava de um vício de linguagem o fato de se dizer que

as crises provêm da falta de consumo solvente ou de consumidores solventes. (...) Que mercadorias sejam invendáveis, significa apenas que não se encontraram compradores solventes, portanto consumidores (já que as mercadorias são compradas, em última instância, para fins de consumo produtivo ou individual). Mas, se se procura dar a esta tautologia a aparência de fundamentação mais profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena de seu próprio produto e o mal seria remediado tão logo ela obtivesse maior participação nele, aumentando, em consequência, seus salários, basta observar que as crises são sempre preparadas justamente por um período em que os salários sobem de modo geral e a classe trabalhadora obtém realmente participação maior na parte do produto anual destinada ao consumo (1983a:303-4).

Gorender indica na mesma direção quando afirma que a

superacumulação do capital traz consigo o agravamento da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, acabando por provocar insuficiência catastrófica de demanda e crise aguda de realização, sobretudo de bens de produção. Tal insuficiência da demanda não constitui, portanto, causa, mas consequência da superprodução de capital (1983: LXI).

Assim, sob o capitalismo, crise se refere ao fenômeno de dissolução do capital enquanto relação social que envolve a extração da mais-valia. Por outro lado, ao não se realizar o mais-valor nos padrões tradicionais, o valor monetário do dinheiro se vê preso à mercadoria que não se realizou, ou seja, que não foi consumida. Assim, “a crise gera capitais excedentes (como dinheiro e mercadorias), porém, não gera capital enquanto relação social – que é a base de sustentação real da produção de riqueza” (CARCHEDI, 2005:11).

O mundo capitalista foi forjado em meio a uma interdependência mercadológica (veja-se o imperialismo), tendo sua existência intrinsecamente ligada ao comércio internacional. Ao fazer-se um retrospecto histórico vê-se que, quando da produção simples de mercadorias, as crises eram pouco prováveis, e quando se davam, tratava-se de fruto de acontecimentos como guerras ou de cataclismos geológicos ou climáticos, e elas se manifestavam no movimento de preços (flutuações e estagnação). Assim, no regime feudal, por exemplo, a sociedade não conheceu crises de abastecimento que não estivessem ligadas a questões naturais ou sociais. Só no capitalismo é que se registraram tensões de caráter eminentemente econômico. Quando do surgimento, e mesmo do desenvolvimento do sistema capitalista, este se expandiu em sociedades cujos espaços ocupados pela produção de mercadoria inexistiam ou eram relativamente pequenos. Paralelamente à evolução da produção capitalista, a economia artesanal e de subsistência foi definhando, tragada pela expansão da produção mercantil, que formatava e generalizava mercados locais, depois nacionais e, finalmente, mundiais.

Para Marx, a transição da forma de produção simples de mercadorias para a capitalista inverteu a fórmula de M-D-M para D-M-D'. O que está implícito efetivamente nesta fórmula é que a primeira não se refere a um valor de troca, mas de uso, onde a produção simples de mercadoria objetiva as necessidades de consumo de uma determinada comunidade, fato impeditivo de qualquer possibilidade de crise no sentido econômico de superprodução. No entanto, o que se depreende da segunda operação é que o fôto determinante do processo de produção capitalista é o da troca – e do lucro. Assim é que o capital industrial, em sua forma dinheiro, constitui o ponto de partida e de retorno do ciclo global desta produção (1983a:44). Ao representar um valor de troca, o dinheiro passa a ter uma função de capital (Idem, 87-138), condição que implica, para a classe que o detém, o objetivo da acumulação, operação que se realiza através da apropriação da mais-valia (em sua forma relativa ou absoluta).

Analisando a problemática a partir dessa lógica, entende-se que as crises capitalistas não se explicam a partir da baixa demanda (ou subconsumo, como imaginavam Hobson e, posteriormente, Rosa Luxemburg), mas referem-se à diminuição ou interrupção do processo de reprodução do capital. Ou, tal qual o entendimento marxiano, a crise capitalista provém da permanência do capital monetário em sua forma de entesouramento (capital que não realiza o movimento da reprodução). Uma vez não se realizando, também o lucro não se realiza, propiciando as condições de um colapso no processo de acumulação capitalista, fato que conforma uma crise sistêmica. E, já que é característica do capitalismo uma incidência sempre maior da produção no produto social, a interdependência necessária ao sistema, ao mesmo

tempo em que mantém seu equilíbrio, também conspira para o espraiamento dos distúrbios que explodem em seu seio. Assim é que a atual crise se manifesta no âmbito da produção e se espalha em escala planetária, transportada pelas teias da transnacionalização. Ao mesmo tempo em que a abertura de novos mercados é um importante remédio para uma doença crônica do sistema capitalista (a depressão industrial), operando como atenuador dos efeitos das suas tensões, desenvolve também as condições sob as quais poderia haver crises, assim como os meios de sua propagação. É nessa perspectiva que funciona a política imperialista nas relações internacionais dos países mais desenvolvidos.

Hilferding e a crise

O entendimento de Hilferding – que também foi um teórico da crise e seguidor das sendas marxianas – é que a crise supõe, na sociedade capitalista, a escassez de venda, porque pressupõe a

suspensão de reinvestimento de capital; este, por sua vez, pressupõe baixa taxa de lucro; essa baixa da taxa de lucro é dada pela mudança da composição orgânica do capital ocorrida no reinvestimento desse capital; a crise significa nada mais que o momento em que sobrevém a baixa da taxa de lucro (1985:245).

Para ele, trata-se de uma lei empírica a que concebe a produção capitalista enquanto condenada a um ciclo de prosperidade e depressão e que a transição de uma para outra fase consoma-se pela crise. Igualmente, como as crises econômicas são fruto da sociedade capitalista, suas causas devem ser buscadas no caráter do capital. Assim, a possibilidade geral da crise é dada pela dupla existência da mercadoria: como mercadoria e como dinheiro. A operação pode ser explicitada da seguinte forma: por motivo da paralisação do processo $M1 - D - M2$, porque “D”, que realiza a mercadoria (M1), não realiza automaticamente M2. Assim, M2 permanece invendável e, com isso, dá-se a paralisação. Esta paralisação implica que o pagamento compromissado não será efetuado, porque falta o “D” agindo como meio de pagamento. Como essa promessa era que viabilizava a circulação ou o pagamento (realização), uma série de outras transações, num efeito cascata, fez com que a insolvência de um levasse também os demais à mesma situação, generalizando o processo. Mas esta circunstância de crise é apenas sua condição geral. Sem a circulação do dinheiro e sem a evolução deste na sua função de meio pagador não haveria a crise (1985:231).

Em Hilferding, só a produção capitalista generaliza a produção de mercadorias, fazendo com que, enquanto possível, todos os produtos tomem esta forma, tornando, decisivamente, a venda desta a condição prévia para a retomada da reprodução do processo. Assim, o destino dos produtos está intimamente ligado ao mercado, provocando uma irregularidade no processo de produção de mercadorias característica do sistema capitalista. Essa anarquia, juntamente com a generalização da produção de mercadorias mais a extensão dos mercados locais e dispersos pelo mercado mundial, seria a segunda condição geral da crise (1985:232).

Nas formulações hilferdinguianas, uma terceira condição da crise seria marcada pela separação entre produção e consumo. Dado que a produção capitalista não visa a satisfação das necessidades dos produtores, mas a geração de lucros destinados aos capitalistas, o sistema separa os produtores dos seus produtos, não resguardando nenhuma relação entre consumo e produção. Assim sendo, os produtores diretos só têm acesso à parte referente à reprodução total equivalente ao capital empatado nos salários. Além do mais, no capitalismo, ao contrário dos sistemas de economia planificada, é a expansão da produção que determina o consumo. Com isso, a produção não depende do consumo, mas da necessidade de exploração do capital, o que implica a diminuição da possibilidade de exploração e resultante restrição da produção.

Para Hilferding, a expansão da produção capitalista esbarra na questão social, originária da estrutura própria do sistema: o consumo restrito subjacente à base da produção capitalista. Este seria o grande responsável pelas crises. Nesse sentido, expressões como “subconsumo” e “superprodução de mercadorias” não dizem muito a esse respeito. A causa está mesmo no desordenamento do mercado, enquanto característica própria do capitalismo (1985:233). Nesse sentido, afirma que

quem equipara as crises simplesmente a uma superprodução de mercadorias, ignora exatamente o essencial: o caráter capitalista da produção. Os produtos não são apenas mercadorias, mas produtos de capital e a superprodução durante a crise não é simplesmente superprodução de mercadorias, mas superprodução de capital. Mas, isso não quer dizer outra coisa senão que o capital foi investido na produção em tal medida que suas condições de utilização entraram em contradição com as suas condições de valorização, de modo que a venda dos produtos não rende mais o lucro que torna possível uma expansão e uma acumulação ulteriores. A venda de mercadorias estanca porque cessa a expansão da produção. (...) Do fato de, algum tempo depois da crise, o mercado mostrar-se capaz de absorver uma quantidade muito maior de mercadorias depreende-se de que não pode tratar-se de uma simples superprodução de

mercadorias... (...) É que se trata de outros fatores muito diferentes da mera capacidade de consumo (1985:278).

Em suas formulações, Hilferding atenta para as mudanças no caráter das crises econômicas, asseverando que os fenômenos desta sobrevêm de seus diversos aspectos: bancarrotas em massa (quebra na bolsa, falência bancária, creditícia e monetária), uma vez que a concentração de capitais subverte qualquer possível simetria das relações entre capital financeiro e industrial, onde o poder do capital financeiro predomina, estabelece-se uma desproporcionalidade na relação de poder. Mas não somente aí a capacidade de controle migra de lugar. A crescente concentração bancária inverte os papéis no que diz respeito à especulação. Quando o poder do capital bancário se agiganta, os movimentos especulativos passam ao domínio dos banqueiros, que invertem a situação anterior, de que o movimento especulativo dominava o capital bancário (1985:276).

Assim, a concepção hilferdinguiana de crise destoa da de Hobson – e de seus antecessores – e da de Rosa Luxemburg ao negar a possibilidade de crises de superprodução. Para Hilferding, o ponto comum dessas crises é o fato do surgimento de um déficit no processo da reprodução, já que produção e consumo estão ligados como meio e fim, com vistas às necessidades próprias. Diz:

A redução do lucro nas indústrias não-monopolistas supõe, porém, um retardamento de seu desenvolvimento. Queda na taxa de lucro significa que novos capitais só afluirão à estas áreas lentamente. Simultaneamente, como caiu a taxa de lucro, terá lugar uma exasperada luta pela venda que aqui é mais perigosa, já que uma redução de preço relativamente pequena anula o lucro baixo (1985:224).

As leituras da escola marxista, em sua quase totalidade, vão ao mesmo sentido, ou seja, de uma maior ênfase aos problemas da realização e das oportunidades de investimento (e reinvestimento). Quando qualquer anomalia atravança este procedimento, pelas características próprias da acumulação capitalista, as perspectivas de um possível colapso evidenciam-se. É consenso aos formuladores aqui situados que, com o surgimento de várias formas de monopólio, a redistribuição da mais-valia privilegia as grandes unidades monopolistas, acelerando o potencial de acumulação sistêmica. E, concebendo o “ambiente histórico” em que a acumulação se dá, os altos investimentos nessas unidades levarão, inexoravelmente, à estagnação.

Ao se entender que é vocação do capital acumular-se, à medida que se desenvolve o sistema, novas necessidades de expansão se fazem necessárias. E, à medida que esse processo se dá, a demanda por mão-de-obra incrementa-se, o que leva o capital a sofrer reveses em sua taxa de retorno. Quando a taxa de lucro cai além do comum, dá-se início a um processo de retração nos investimentos essencialmente capitalistas, ou seja, de reinversão de parte ou da totalidade do mais-valor extraído, levando o ciclo da acumulação a não se completar. E se isso acontece, o processo de circulação de capital é travancado, o que irá incorrer em superprodução, já que o capital, na sua forma dinheiro, se retira à espera de investimentos mais favoráveis. A continuação desse processo precipita em crise de acumulação.

É essa também a leitura que faz Sweezy entender a crise especificamente capitalista como uma “interrupção do processo de circulação, provocada por um declínio da taxa de lucro de seu nível usual” (1983:120).

Como regra geral, na amenização de tais contratemplos, os capitalistas introduzem uma progressiva mecanização – elemento que eleva a composição orgânica do capital – e impulsiona sua dinâmica acumulativa, já que diminui seu investimento na parcela variável do capital. E se a introdução desses novos aparatos tecnológicos leva a uma tendência de decréscimo na taxa de lucro, como previra Marx²⁰³, por outro lado desemprega mão-de-obra antes na ativa, fazendo crescer o exército de reserva, fator que levará os custos deste elemento das forças produtivas a valores sob controle do processo de acumulação capitalista. E se assim o é – e aqui se crê que sim – a contradição capital/trabalho está na origem não só do processo de acumulação capitalista, como também das crises que dele se originam. Nesse sentido, ascensão e queda na taxa de lucros é, essencialmente, parte constitutiva do sistema capitalista, numa lógica em que, por mais pujante que possa parecer o capitalismo, não está isento a tensões, conflitos, contradições. Pelo contrário, essa dinâmica é que o arremete à frente.

A crise como fator histórico do sistema capitalista

Ao se atentar para as transformações porque passou a humanidade durante o “breve século XX” – para usar a expressão de Hobsbawm (1995) – inclusive as manifestações de suas crises e de seus ajustes, devem ser concebidas como fatores intrínsecos ao capitalismo em sua forma de organização, reprodução e resultante concentração de riquezas. Assim,

203 Que a taxa de lucro varia inversamente à composição orgânica de capital. Ver a respeito, Sweezy (1983: 85-93), para quem a taxa de lucro pode ser expressa em termos da taxa de mais-valia.

historicamente, a presença de crises e sucessões de reajustes, tem sido a marca registrada do sistema capitalista, o que, para alguns, tem sido a garantia da sua sobrevivência, numa dinâmica marcada pela forte tendência que o impele à frente: “da crise para o ajuste e do ajuste para a crise” (PLA, 1995:1)²⁰⁴.

Historicamente, para resolver suas contradições e crises, o capital buscou expandir-se (através de políticas imperialistas) e, para isto, apelou para os motores das grandes inovações e da guerra, tal qual ressaltado por Sweezy quando cita o *boom* das ferrovias estadunidenses que entrou numa fase de estagnação em 1907, desaguando na I Guerra Mundial (1983). Outros exemplos podem ser colocados: o *boom* da indústria automobilística dos anos 20 do século XX, que ao entrar num período de estagnação coincidiu com a deflagração da II Guerra Mundial. Tais fatos indicam a existência de ciclos econômicos nos quais as guerras sempre foram mecanismos de superação de crises de realização, assim como de abertura de novas possibilidades e oportunidades de investimento. Este foi o caso da II Guerra: após esta, a reconstrução da Europa levou a economia estadunidense a outro *boom*, os chamados *30 anos dourados*.

Tomando a história por referência, e o período pós-II Guerra como ponto de partida desta análise da crise capitalista, vê-se que o que se convencionou denominar de “anos gloriosos do capitalismo no século XX” (HOBSBAWM, 1995), foi fruto de um modelo de acumulação que reequilibrou a economia mundial desde o desfecho daquele conflito até finais dos anos 1960. Nesse sentido, para se entender o contexto de *boom* capitalista que corrigiu rumos na trajetória do capital, ocorrido depois do grande conflito, deve-se levar em conta uma série de elementos que, atuando de forma sincronizada, imprimiu novo ímpeto ao sistema, adiando as expectativas de muitos analistas que aguardavam para breve seu fim. Dentre os elementos que forjaram esse período, pode ser citado o *taylorismo-fordismo* (enquanto padrão tecnológico de produção, que impulsionou a produtividade então); as duas guerras mundiais (que reacomodaram as contradições e propiciaram uma dinamização econômica através da reconstrução do pós-guerra); a social-democracia (instrumento político de contenção dos movimentos sociopolíticos); o keynesianismo (como política macroeconômica de compensação das catastróficas assimetrias sistêmicas); e o neocolonialismo (como clássico instrumento imperialista contra a tendência de queda nas taxas de lucro).

Imprescindível frisar que esse *boom* permitiu ao sistema intensificar sua trajetória rumo à mundialização, ocupando espaços nunca antes explorados ou elevando a exploração

204 Ver acerca, os excelentes trabalhos de Pla (1995) e Almeida (2005b).

onde esta era feita dentro de padrões pouco intensos. Mesmo com a articulação sincrônica de tais elementos, as contradições estruturais do capitalismo só foram reacomodadas por pouco mais de um quarto de século. O desfecho dos “anos dourados” desaguou na explosão de uma crise estrutural – fruto dos paradoxos e contradições estruturais tipicamente capitalistas – em fins dos anos 1960 e inícios da década seguinte, e que se estendeu até os dias atuais.

Para Mandel, no entanto, já entre 1950/1963, havia um ‘declínio gradual da taxa de lucros’, tendo uma certa estabilização no período 1964-1967, acompanhada por uma considerável queda entre 1967/68 e por uma acentuada oscilação ascendente em 1969/1970 e novo declínio a partir de então (1982:150). Beinstein (2001) traça todo o panorama de crise vivido pelo capitalismo desde finais dos anos 1960 até os dias de hoje, não deixando dúvidas acerca do fenômeno.

Fato é que a crise monetária (1967) e as duas crises do petróleo (1973/79) foram estopins de um processo mais devastador que se gestava no útero do capitalismo, contraindo o mercado mundial, quando diversos indicadores apontavam para a deterioração²⁰⁵ dos acordos de Bretton Woods. Já em finais dos anos 1960, prenunciavam-se os desgastes dos aparatos ali pré-concebidos, cuja principal função fora exercer o controle mundial em várias áreas, principalmente a das finanças, por parte do país que, na prática, fora o único vencedor das duas maiores contendas mundiais. Era a primeira grande crise capitalista do pós “anos dourados”. Somente para ilustração, alguns dados da economia estadunidense apontavam para um quadro de crise e, ao mesmo tempo, de transferência de poder econômico.

Figura 11: Evolução econômica dos EUA em relação aos principais centros imperialistas
Produção industrial total do mundo capitalista (%)²⁰⁶

Centros imperialistas	1953	1963	1970
Estados Unidos da América	52	44	40,5
Comunidade Econômica Europeia	16	21,1	22
Reino Unido	10	6,4	5
Japão	2	5,3	9,5

205 Em 1971, a política monetária acordada em Bretton Woods deu lugar ao regime de câmbio flutuante em que cada governo decidia o valor – fixo ou não – de sua moeda em comparação ao dólar. Contrariamente aos princípios, tal política passou a exigir do Estado uma ação cada vez mais interventora a fim de manter a estabilidade de sua unidade monetária, comprando-a ou vendendo-a segundo as oscilações do mercado.

206 Dados tabulados por Mandel (1982:236).

Figura 12: Exportações totais do mundo capitalista (%)²⁰⁷

Exportadores	1953	1963	1970
Estados Unidos da América	21	17	15,5
Comunidade Econômica Europeia	19,3	27,8	32
Reino Unido	9,7	8,7	7
Japão	1,7	4	7

Figura 13: Total de ouro²⁰⁸ e de divisas do mundo capitalista (%)²⁰⁹

	1953	1963	1970
Estados Unidos da América	43	25	8,3
Comunidade Econômica Europeia	11,5	29,5	37
Reino Unido	5	4,3	3,5
Japão	1,5	3	11,2

Figura 14: Investimentos externos totais do mundo capitalista (%)²¹⁰

	1960	1971
Estados Unidos da América	59,1	52
Reino Unido	24,5	14,5
França	4,7	5,8
Alemanha Ocidental	1,1	4,4
Japão	0,1	2,7
Suíça		4,1
Canadá		3,6
Holanda		2,2
Suécia		2,1
Bélgica		2,0
Itália		2,0

Figura 15: Percentagem combinada anual do crescimento da produção industrial²¹¹

	1947-1966	1966-1975
EUA	5%*	1,9%
Os “seis” iniciais da CEE**	8,9%	4,6%
Japão	9,6%	7,9%
Reino Unido	2,9%	2,0%

* Para os EUA, 1940-1966; ** França, Alemanha (RFA), Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

Os variados quadros de dados supracitados dão uma noção mais geral da emergência da crise econômica que implodiria nos anos 1970. Os indícios prenunciados no âmbito político, nos movimentos de 1968, em que múltiplos segmentos sociais foram às ruas das

207 Idem.

208 O padrão-ouro foi o substituto do padrão bimetal (ouro e prata) que vigorou por muito tempo. Adotado pela maior parte do mundo como reserva de valor e medida para todos os demais produtos, durante o século XIX (os EUA o adotaram em 1900). Esse padrão manteve-se sólido em sua função até 1944, quando se viu desgastado pela depressão dos anos 1930 e a aguda queda dos preços que a seguiu, o excesso de crédito e a especulação financeira.

209 Ibidem.

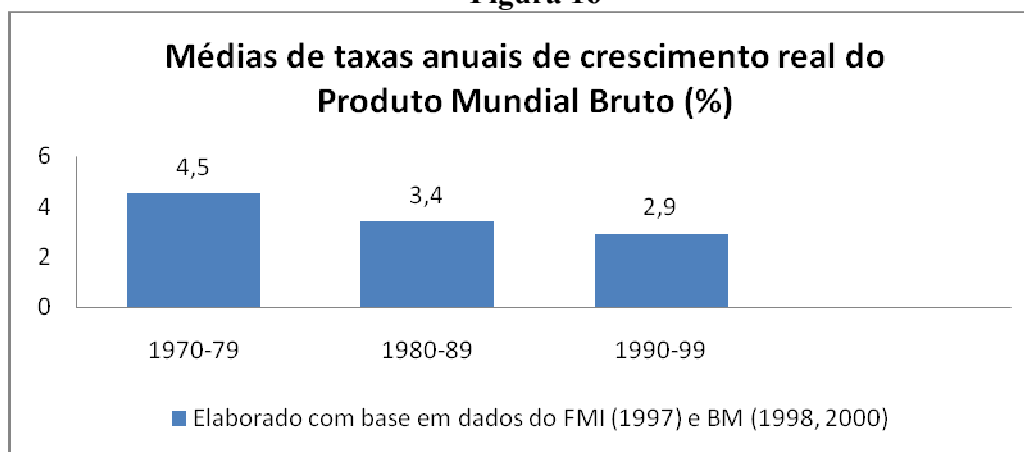
210 Dados tabulados por Mandel (1982:237).

211 Dados tabulados por Mandel (1982:99), a partir de informações estatísticas da ONU e da OCDE.

grandes metrópoles protestar contra aquela ordem, por ela não mais atender aos preceitos da reprodução capitalista. E tais manifestações em detrimento das ditaduras implantadas pelos cartéis econômicos em parceria com os aparatos policíacos de Washington e as burguesias ‘nacionais’ da periferia, que se valia de engenhosidades diversas – desrespeito às leis trabalhistas, aos contratos de trabalho – tutelados pelos militares, para garantirem a sangria de recursos da região para o capitalismo central.

O castelo de cartas dos aparatos pré-concebidos em Bretton Woods começava a ruir já em finais dos anos 60. O gráfico a seguir, tomado de empréstimo de Beinstein (2001:104), mostra as taxas anuais de crescimento do Produto Mundial Bruto.

Figura 16



Ao analisar o quadro de crise que se instaurava, a burguesia apontava uma suposta rigidez monetária transmitida pelos acordos de Bretton Woods como a principal ameaça ao sistema. Nesse sentido, a primeira saída por eles aventada foi a eleição do dólar como padrão de troca e reservas internacionais e a implementação de um sistema de taxa de câmbio fixo entre moedas.

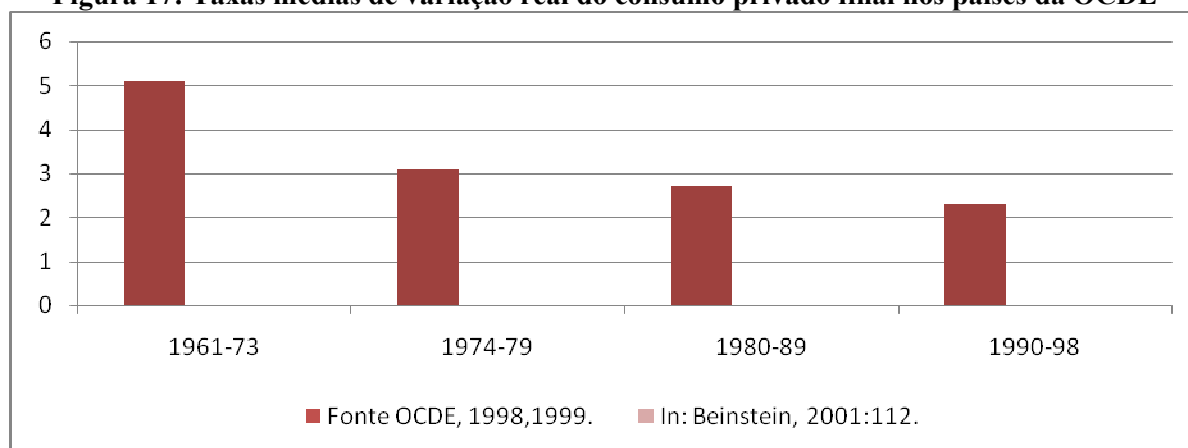
Se, até finais dos anos 1960, a contextura político-econômica e cultural envolvendo diversos agentes (instituições, organizações, partidos políticos, indivíduos, etc.) esteve sob a tutela do Estado-providência, após esse período uma mudança na organização social da produção foi tencionada. As grandes corporações capitalistas partiram, decididamente, para um projeto de desmonte do *Welfare State* e para a desestruturação do fordismo²¹². O resultado

212 Em meados da década de 1960 o modelo já apresentava certo desgaste, quando a concorrência entre as grandes corporações – tanto estadunidenses entre si, quanto entre estas, as europeias e as japonesas – levavam à queda da taxa de lucro, indicava que algo errado estava acontecendo naquele padrão industrial. Já nos anos 1970, o regime de acumulação fordista evidenciava já sua crise. No enfrentamento da concorrência a nível mundial, os conglomerados que tinham como principal característica as grandes plantas industriais típicas do padrão fordista de produção, incorporara o processo de terceirização, diminuindo, assim, os custos de produção, já que os trabalhadores que atuavam nessa esfera foram

foi que essa crise acabou revelando o esgotamento não só do regime de acumulação capitalista baseado no modelo fordista-keynesiano, que seria substituído pela ‘acumulação flexível’²¹³ – eufemismo sob o qual se escondeu a reestruturação produtiva que seguiu esse processo. Segundo Pires, o “modelo japonês de gestão, baseado no “estoque zero” e na produção *just-in-time*²¹⁴ passou a ser adotado nos Estados Unidos e Europa. O “mercado de massa” foi substituído pelo mercado de “nichos” e de “segmentos”” (2006:21).

Por extensão, na esfera política, esgotara-se também o modelo de Estado regulador do consumo de massa, promotor do investimento e tutor social: a social-democracia. Após a crise do petróleo de 1973-74, ao mesmo tempo em que a economia desacelerara, a demanda seguia a mesma tendência. É o que mostra o quadro a seguir.

Figura 17: Taxas médias de variação real do consumo privado final nos países da OCDE



Para se ter uma ideia da produtividade alcançada pelas grandes corporações industriais fabricantes de automóveis japonesas, através da aplicação de tal modelo, Arrighi é eloquente quando diz que, em

“flexibilizados”, tendo teve boa parte dos seus custos sociais liquidados, representando uma mão-de-obra substancialmente mais barata.

213 Segundo Machado, a década de noventa presenciou a orquestração, entre as grandes corporações internacionais e o Estado, de um projeto de aplicação de novas técnicas produtivas. O novo padrão organizacional e tecnológico foi o toyotismo (modelo de produção dos anos 1950 e que, nos 80, passa a ser o paradigma das relações de produção capitalistas), cujas principais características ressaltam os aspectos tecnocrático (informática, automação flexível, novos materiais e novas formas de energia), gerencial (gestão de produção ou de trabalho) e organizacional (celularizações, horizontalização hierárquica e flexibilidade funcional). Segundo a autora, o conjunto desses aspectos foi identificado, naqueles anos, por *Total Quality Control*, cujo teor tinha uma dimensão muito mais profunda, porque sistêmica, do que os anteriores, que envolvia apenas setores específicos (1996:7-10).

214 Trata-se de um regime industrial que implica na produção no imediato momento do surgimento da demanda. Compõe o chamado toyotismo.

1973, entre os grandes fabricantes de automóveis, o valor adicionado bruto dos veículos acabados foi de 18% no Japão, 73% nas “três grandes” dos Estados Unidos e 44% na Volkswagen e na Mercedes Benz na Alemanha (...). A maior dependência de fontes externas, por sua vez, foi o mais importante fator isolado a permitir que a Toyota Motor Corporation produzisse 3,22 milhões de automóveis em 1981, com apenas 48 mil empregados, enquanto a General Motors²¹⁵ precisou de 758 mil empregados para produzir 4,62 milhões de carros (1996:356).

Como bem explicita Arrighi, já se desenvolvia, desde a década de 1970, certo cansaço do modelo fordista, que levava à queda nas taxas de lucratividade do setor industrial estadunidense. A competitividade com os produtos japoneses e dos países ricos da Europa, aliada à alta nos insumos e salários, em fins dos anos 1960 e inícios dos 80, comprometiam as taxas de lucro, além de levar as multinacionais estadunidenses a perder boa parte da fatia do mercado internacional. Quando o Japão ultrapassou em produtividade os EUA, também o superando na esfera do capital financeiro, as bases nacionais do capital desse país encontravam-se minadas, fato que os levou a transferir-se para uma ciranda financeira em escala planetária.

Como, do ponto de vista econômico, o capitalismo já podia, nessa época, ser entendido como uma economia-mundo, natural é depreender desse cenário que a crise que o acometia desde aquela época também se expressava em alcance planetário, evidenciada em múltiplas dimensões: a) econômica, caracterizada por uma desaceleração no crescimento do processo tradicional de reprodução ampliada via realização da mercadoria, manifestada, em sua dimensão estrutural, num leque de aspectos (queda do PIB mundial, das taxas de lucro, das taxas de investimento de capital, da capacidade produtiva instalada e da produtividade – em queda ou estagnação²¹⁶ – descontrole nos gastos públicos...); b) política (recusa interminável à submissão estadunidense, entendida por alguns como “antiamericanismo”, mas que evidencia uma fobia ao imperialismo); c) e social (conflito intraclasses, evidenciado na queda nos salários, das taxas de emprego, da renda *per capita*, assim como numa incontrolável inflação).

A destruição da grande quantidade de recursos produtivos que tivera lugar nos idos do conflito da II Guerra e dinamizara a sociedade capitalista, oxigenando-a com novas demandas advindas tanto da reconstrução da Europa, quanto da implantação do modelo econômico imposto pelos EUA dentro dos parâmetros do *United States Lend Lease*, esgotava-se. Essa

215 Fundada em 1908, por William Crapo Durant com base na união de 25 empresas nos primórdios da indústria automobilística americana. Foi a maior entre as décadas de 50 e 70, assim como nos anos 90.

216 Análise lúcida acerca da capacidade produtiva instalada e da produtividade, ver o excelente Brenner (2003).

dinâmica, mais a estabilidade sistêmica legitimada pelas altas taxas de lucro dos ‘anos dourados’ permitiram que as preocupações keynesianas de arrefecimento dos prejuízos sociais referentes à acumulação desenfreada de capital abrissem brechas a ataques ferrenhos (por parte dos neoliberais discípulos de Hayek), sendo desintegradas uma a uma no processo de reestruturação dos últimos trinta anos do século XX, mais intensamente na periferia que nos centros capitalistas.

Quando eclodiu a crise dos anos 1970, o grande capital internacional e os Estados Nacionais envidados esforços sistemáticos com o fito de debelá-la. Uma série de políticas econômicas de ajustes foi implementada pela burguesia investida no aparelho estatal, buscando recuperar a taxa de lucro, a ver: promoção de avanços tecnológicos no sistema de produção (informática, automação e robotização), que encetou uma reestruturação produtiva, ampliando a base do capital constante e reduzindo os investimentos do capital variável, o que acabou por imprimir maior velocidade à informação através da comunicação. Por consequência, aumentou-se também a rotação do capital, recuperando, em parte, a lógica da rotação/lucratividade. Adicionado a isso, desenvolveu-se, na indústria química, novos compostos em substituição de antigos componentes (aço, vidros, couros, borracha, fibra, plásticos...). Tais mudanças vislumbravam baixar os custos da produção no que respeitava ao capital constante: através da otimização dos suprimentos, melhoramento da tecnologia e desenvolvimento de material sintético, o que veio propiciar uma maior liberdade – tanto de escolha quanto de usufruto – da matéria-prima no processo produtivo. Mas, como afirma Magdoff, por mais eficiente

que a indústria se torne na utilização do alumínio, ou na extração da bauxita, não se conseguirá fabricar alumínio sem bauxita e não se pode fabricar aviões sem alumínio. Se nos Estados Unidos 80 a 90% do suprimento de bauxita provém do estrangeiro, é de extrema importância que esse suprimento seja assegurado à indústria de alumínio, à de aviões e ao poder militar do país (1978:49).

Tinha razão Magdoff. O conjunto de medidas tomadas pelo grande capital foi coroado com a força militar adequada contra os movimentos sociais, operários e sindicais, cujo fito era desarticular os trabalhadores e abafar a pressão de seus movimentos sobre a taxa de lucro, mostravam que o processo de acumulação de capital continuaria seu rumo, alternando democracia e ditadura a seu serviço. A tabela a seguir exhibe, entre tantas coisas, duas em especial: o mecanismo de dominação via co-optação de governos periféricos através da

“diplomacia do dólar” e a continuidade da acumulação capitalista no continente, assegurada contra possíveis “desvios” que pusessem em risco seu processo.

Figura 18: Despesas no Brasil da Agência de Desenvolvimento Internacional (AID)²¹⁷

Fim do ano fiscal	Despesas (em milhões de dólares)
1962	81,8
1963	38,7
1964	15,1*
1965	122,1
1966	129,3

* Queda abrupta nas despesas da AID no Brasil por descontentamento dos EUA quanto à política econômica do governo Goulart.

Sob as condições político-econômicas impostas pelos militares, permitiu-se o aprofundamento da transnacionalização capitalista, que fez com que, no interior das frações de classe burguesa se deflagrasse um aparente conflito entre o capital industrial e o capital financeiro. O dólar entrou em tensão como reflexo da crise econômica de larga escala, caindo assustadoramente o seu valor cambial causando um processo inflacionário que parecia incontrolável, deteriorando as relações comerciais em termos de intercâmbio intrapaíses, assim como mobilizando a classe trabalhadora nas lutas por melhores salários, condições de trabalho e garantias das conquistas trabalhistas históricas.

A partir desse período, o desenvolvimento da economia mundial passou a experimentar ciclos mais curtos de crescimento, o que acabou possibilitando – junto à exaustão do modelo capitalista de Estado – o espraiamento da onda neoliberal que se instalava como forma de recomposição capitalista. No afã da superação dessa etapa, o grande capital monopolista radicalizava seu mecanismo imperialista impelindo o sistema a forjar uma reestruturação produtiva que se tipificou nas adequações econômicas das políticas neoliberais²¹⁸, sem que tais ‘ajustes’ implicassem uma ruptura em sua inter-relação e na relação centros capitalistas/periferia, cuja finalidade foi debelar a crise que se tornara duradoura.

Tomando como referência a América Latina dos anos 1960/70, vê-se que o capital monopólico, no afã de debelar a crise que se instalara no seio do sistema – então açoitado pela alternativa de economia planificada representada pela URSS – encetou uma intervenção

217 Elaborado por Magdoff (1978:152), a partir de dados da *Statistics and Reports Division, da Agency for International Development and Predecessor Agencies*, de 03/04/1943 a 30/06/1966. Washington, D.C., 30/03/1967, pg. 28.

218 Acerca, ver Anderson (1995) e Petras (1997).

sistemática traduzida numa sequência de golpes militares²¹⁹ cujo fito era assegurar os interesses dos grupos monopolistas do capital internacional nos países da região. Tais golpes buscaram impedir qualquer tentativa de avanço dos movimentos nacional-democráticos em evidência, e ratificar o caráter dependente das economias periféricas. O “estado de exceção” – que à época tornou-se uma regra – objetivou restabelecer, por certo tempo, as condições de reprodução capitalista e criar as bases do neoconservadorismo liberal da atualidade, ignorando as condições sociais depreciantes em que vivia a região. Em quadro elaborado pela CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) a partir de dados estimados para o ano de 1965, a distribuição da renda na região, por grupos, estava assim configurada:

Figura 19: América Latina – Distribuição da renda²²⁰

Grupo de renda	% de participação na renda total	Renda média (média regional = 100)	Renda média “per capita” (em US\$)*
Os 20% mais pobres	3,5	18	68
Os 30% abaixo da média	10,5	35	133
Os 30% acima da média	25,4	85	322
Os 15% abaixo dos 5% do topo	29,1	194	740
Os 5% do topo	31,5	629	2400

* Dados expressos em dólares a preços de 1968.

Esse era o quadro social em que vivia a América Latina, duas décadas depois de ser inserida na recomposição capitalista do pós-II Guerra, o que mostra o grau de sucesso obtido pelo capital em sua sanha acumulativa. Os “anos de chumbo” que se seguiram foram acompanhados por um processo de financeirização da economia que restabeleceu, por certo tempo, as condições de reprodução capitalista, favorecendo os grupos ligados ao grande capital monopólico internacional em detrimento dos trabalhadores, forjando as bases das políticas conservadoras denominadas neoliberais.

Através da retórica da DSN²²¹, esses grupos abriram caminho para que outra fração de classe ascendesse ao bloco no poder, num momento em que a queda na taxa de lucros apresentada pelos investimentos de capital na produção industrial perdia sua atração, abrindo espaço à especulação financeira. A hegemonia da fração de classe burguês-financeira acabou seduzindo os governos dos Estados Nacionais a financiarem seus processos produtivos, seu

219 Guatemala (1954 e 1963); Paraguai (1954-89); Honduras (1956); República Dominicana (1965); Argentina (1962 e 1966); Equador, República Dominicana e Honduras (1963); Brasil (1964); Bolívia (1964 e 1971-75); Peru (1962 e 1975), Equador (1971-78) Chile (1973-90), Argentina (1976-83) e Uruguai (1973), El Salvador (1979). Acerca do Estado militar na América Latina, ver os significativos trabalhos de Rouquié (1984 e 1991:186) e Rossi (1987).

220 Tomada de Fernandes (1998:107)

221 Doutrina de Segurança Nacional. Guia dos golpes militares implantados na América Latina, pelos EUA, sendo o Brasil dos anos pós-Goulart seu laboratório.

comércio e suas dívidas através do capital financeiro internacional, favorecendo, assim, o controle do grande capital sobre as fragilizadas economias periféricas. Sob as botas militares e a batuta de Washington, a crise estava sendo varrida para debaixo do tapete, resguardada pela co-optação de agentes ligados à esfera política, por uma ferrenha censura dos meios de comunicação e uma terrível repressão a toda e qualquer manifestação política contestatória.

Quando a situação ficou fora do controle, a tensão econômica intensificou-se explodindo nas crises energéticas de 1973/79, no plano global, tendo como estopim a Quarta Guerra Árabe-Israelense (entre Egito e Israel), que veio a elevar o preço do barril de petróleo cru em 400%²²², transformando esta *commodity* em um artefato econômico capaz de alterar as expectativas do mercado petrolífero de então. No entanto, a crise que explodia sob o estopim dos hidrocarbonetos não era apenas uma crise energética. As tensões e desequilíbrios oriundos do mercado financeiro levaram o setor produtivo mundial a um exíguo desempenho – o que acarretou, como consequência, a superação do total das transferências dos bens, por parte dos juros da dívida (HINKELAMMERT, 1989:29); a um agravamento das taxas de desemprego; e a uma queda nos salários reais – em detrimento da elevação das taxas de acumulação e concentração de capitais (CHESNAIS, 1998) também na esfera financeira. Esta, por sua vez, alimentada pelos petrodólares oriundos do choque do petróleo de inícios dos anos 1970, que produziu uma grande liquidez no mercado financeiro internacional, ao mesmo tempo em que impunham maior estoque de divisas àqueles países necessitados dessa fonte de energia.

Assim, a partir da crise instalada desde finais dos anos 1960, deprimindo as taxas de lucro dos países ricos, grandes fluxos de capitais aportaram na América Latina em busca de melhor remuneração. Os militares, que se impuseram na maioria dos países latino-americanos, auspiciados pelos EUA, fizeram a sua parte no negócio, investindo esses recursos em obras de luxo e de importações militares, fazendo o endividamento externo da região, em relação ao PIB, saltar de 17%, em 1973, para 31%, em 1981. Em 1987, a América Latina atingia um patamar de endividamento inimaginável de 57% do PIB da região²²³.

222 Numa perspectiva da evolução dos preços do barril de petróleo durante o século XX, dados apontam que, “de 1920 para 1970, o preço dos hidrocarbonetos permaneceu num canal que tem como teto a zona dos 5 dólares o barril. Mas, em 1973 com a crise da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo (...)), o preço do barril evoluiu num intervalo de preços compreendido entre 10 dólares e 40 dólares, não retornando jamais a este limiar”. Disponível em <http://dani2989.com/matiere1/oilprice31102004pt.htm>. Acessado em 12/07/2007. Esse patamar, no entanto, nem de longe aludiria ao que estava por vir a ser testemunhado na primeira década do século XXI, exatamente em 02/07/2008: “Bolsas de Nova York fecham em forte queda, após novo recorde no preço do petróleo”. Referia-se ao preço de US\$ 143,57, que atingia, então, o barril do petróleo no mercado internacional. Acerca, ver <http://economia.uol.com.br/ultnot/valor/2008/07/02/ult1913u91311.jhtm>. Acessado em 18/07/2008.

223 Ver MARTINS, Carlos Eduardo. “*Dívidas interna e externa*” (verbete). In: SADER Emir et. al. (orgs.). *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006, pg. 415.

Na outra ponta da dinâmica imperialista, contrariando as premissas prognosticadas pelo liberalismo, “a dívida dos Estados Unidos dobrou entre 1975 e 1995, passando de 35% para 70% do PIB”, situação que se relacionou “com a internacionalização da rolagem feita nos mercados financeiros”, quando o deus “mercado passou a ditar o nível das taxas de juros, tornando os governos seus reféns” (PIRES, 2006:21). Os crescentes e permanentes déficits da economia estadunidense, causados pela recuperação econômica da Europa e do Japão, ameaçaram aquela hegemonia industrial, onerada por gastos de guerra (MOFFITT, 1984). Esse descolamento entre os pressupostos centrais das macropolíticas e da macroeconomia e os dados econômicos dos EUA refletia já uma pretensa autonomia não só em relação aos princípios econômicos liberais, mas também à posição privilegiada desse país na economia mundial. Posição que lhe permitiu ditar, não só aos países periféricos como também aos centrais, os pressupostos político-econômicos caracterizadores da nova fase.

Um sintoma dessa configuração foi o aparecimento de uma quantidade excessivamente alta de dólares sobrevalorizados no mercado mundial, o que veio favorecer as constantes ondas de ‘bolhas’ especulativas (BRENNER, 2003). A profundidade da crise passou, então, a exigir da burguesia, enérgicas medidas, traduzidas na reestruturação configurada por dois elementos que se interpenetravam: 1) uma maior e incisiva racionalização do processo produtivo que, ao sofrer a incorporação de alta tecnologia, permitiu ao capital aumentar sua produtividade, reproduzir sua acumulação e espalhar-se por quase todos os rincões do mundo numa velocidade e pujança poucas vezes vistas na história do capitalismo; 2) um incremento da tendência à financeirização da economia – em detrimento da acumulação tradicional de capital, via realização da mercadoria, sinalizando para a possibilidade do fim de um ciclo de acumulação capitalista.

Coerente com sua lógica histórica, o capitalismo elaborou políticas as mais diversas no sentido de debelar as crises que se lhes apresentaram. No último quartel do século XX não seria diferente. Numa articulada contraofensiva neoconservadora liberal, o século foi coroado com um reordenamento das forças produtivas e das relações de produção, interpondo-se entre mais uma crise e um ajuste do sistema capitalista, apesar da introdução “de las ‘maravillas’ tecnológico-científicas, que como tales no pueden ser digeridas por el sistema, pues elevan las contradicciones interiores del mismo, a niveles antes insospechados” (PLA,1996:7). As contemporâneas ‘reformas’ neoliberais dos anos 1980/1990, buscariam reviver a utopia smithiana da superação dos problemas materiais e humanos dentro dos marcos capitalistas.

No entanto, a versão da *Lei das Vantagens Comparativas*²²⁴, não resistiria, mais uma vez, aos parâmetros das relações imperial-capitalistas concretas.

A hegemonia macroestrutural do grande capital internacional acabou por levar a cabo as políticas econômicas pautadas na desregulamentação financeira e na liberalização cambial que garantiram ao sistema uma mobilidade internacional sem precedentes, aprofundando a interdependência do mercado financeiro/industrial. Frente à crise, a fração burguesa dominante insistia fixamente na ideia de que o keynesianismo – que circunscrevia sua velada crítica ao monopólio, analisando-o à ótica do “bem-estar social”, negando a *concorrência perfeita*²²⁵, de Say – não fazia jus à realidade capitalista objetiva, tal qual evidenciado na crise de 1929; que o foco da discussão central acerca do desenvolvimento econômico baseado no nível de renda e de emprego, estava circunscrito, historicamente, aos tempos de ‘ressaca’ da crise capitalista. A ideologia keynesiana – e seu Estado de Bem-Estar Social – de que, no âmago das tensões do entreguerras necessitara o capitalismo, tinha data de vencimento pela sua incapacidade de superação das crises prolongadas, oriundas das contradições sistêmicas. A queda da taxa de lucro, a partir dos anos 1970, desferiria o golpe final.

Na descontínua trajetória do capitalismo, a profunda – e duradoura – crise que se abateu sobre o sistema a partir dos anos 1970 exigiu novas contemplanções teóricas acerca daquele momento histórico lançando o capitalismo numa reestruturação não só produtiva, calcada em reformas de sérias implicações de ordem socioambiental, econômica, política e cultural. Como ponto de partida para a nova engenharia de transnacionalização capitalista, a medida consumada foi a dissolução das paridades monetárias forjadas nos Acordos da Conferência de Bretton Woods, quando o sistema monetário internacional foi induzido a adotar taxas de câmbio flutuantes. A corrida para a financeirização da economia ganhava um incrível impulso, quando indivíduos e grupos econômicos aderiram à prática da especulação cambial para formar extraordinárias fortunas sem terem produzido absolutamente nada.

224 Lei econômica descoberta por David Ricardo no primeiro quartel do século XIX, que atribui vantagens a um país que se especialize na produção de determinados itens para a qual tivesse vantagem – seja por dispor de condições naturais ou materiais, ou ainda por redução de custos de sua produção – relativa. Assim, cada país que se especializasse na produção para a qual tivesse tais vantagens, aumentaria a produção total e permitiria a melhoria do consumo.

225 Referência ao economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832) e a seu “*Tratado de economia política*”, publicado em 1803. O princípio geral da “concorrência perfeita” é marcado pelo axioma: “toda produção ou oferta cria sua própria demanda”, que aludia a uma pretensa harmonia na evolução da produção capitalista. A “concorrência perfeita” trata-se de um dos postulados fundamentais da Escola Neoclássica burguesa que afirma ter o mercado a capacidade de auto-regulação, dispensando a ação do Estado para esse fim. Também conhecida por “*Lei de Say*”, seu corolário prega a inexistência de crises. É quase consenso a concepção de que foi a crise de demanda de 1929 que desferiu o golpe mortal em seus princípios.

A crise energética dos anos 1970, ao comprometer, ainda mais, as bases de acumulação capitalista ocidentais, acabaria por fundar os pilares de domínio do capital financeiro sobre o industrial em escala planetária, quando abarrotou de petrodólares os bancos dos países ricos que, apressadamente trataram de dinamizar a ciranda financeira da dívida externa (principalmente na América Latina e Caribe) como instrumento de acumulação. O capital, diante da crise energético-monetária daquele decênio exigia, peremptoriamente, o fim do *caminho da servidão*²²⁶. A competição de mercado, a fusão de empresas – independentemente de sua nacionalidade ou fronteira geográfica – a formação de grandes conglomerados através do GATT, já era um quadro definido desde a Conferência de Bretton Woods e necessitava de condições plenas para se consolidar. Agora elas estavam dadas.

Um véu nevoento, traduzido numa retórica de caráter moral da promoção da democracia, que ia desde o apelo à paz, à preservação da propriedade de cidadãos estadunidenses, da liberdade ao combate ao comunismo, da ação contra o narcotráfico ao antiterrorismo (transformados em inimigos universais) e a defesa contra ataques de armas de destruição em massa, justificaram e conduziram, ideologicamente, o processo. Assim, o poderoso “Estado abre alas” que sempre impulsionou a caravana do grande capital estadunidense e que freara a corrida de Wall Street no colapso da ordem financeira internacional dos anos 1930, também seria o tutor da retomada da mesma corrida, agora contando com um forte arsenal tecnológico (comunicação e informação em tempo real) e com mecanismos poderosíssimos como o BM, o FMI e a OMC. Naquele cenário de crise, possibilidades históricas múltiplas se desvendavam.

Sem as preocupações keynesianas de contenção do desenfreado movimento de concentração/centralização de riquezas do antes-II Guerra – e mesmo do pós – um pesado arsenal de retóricas elaborado pelo discurso burguês deu lugar a uma ideologia que ressuscitaria eufemismos – como o de mercado e da *globalização*²²⁷. Além disso, se apropriou de categorias já construídas a caras provas pela esquerda – como as de reforma e revolução – dando-lhes novos significados, sendo propagadas por aparelhos ideológicos potentíssimos através de espetaculosas ações midiáticas. Desse cenário floresceram políticas

226 Expressão cunhada por Hayek (1946) em referência às políticas keynesianas, e que deu nome à sua maior obra.

227 Acerca, ver Almeida, José Rubens Mascarenhas de. *Globalização: a nova face do velho imperialismo*. Publicado em <http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundogepal/JOS%C3%89%20RUBENS%20MASCARENHAS%20DE%20ALMEIDA.pdf>. Acessado em 04/03/2009.

ultraconservadoras denominadas, em seu conjunto, de neoliberais, cujo pretensão ineditismo se esfacelava ante a história própria do capitalismo e de sua ação imperialista.

Acontecimentos relevantes como a *débâcle* do ‘socialismo real’ e o fim da Guerra Fria, que propiciaram a emergência do mundo unipolar (do ponto de vista político, militar, econômico e cultural), fecharam o ciclo do processo da recomposição, aberto no pós-II Guerra, dando lugar a uma nova reestruturação em nível mundial caracterizada pelo aprofundamento da transnacionalização capitalista. Esse quadro dava razão a Pla (1995) que afirmava sofrer o sistema capitalista de uma instabilidade incurável: “de la crisis al ajuste y del ajuste a la crisis”.

Essa crise mais geral e a resistência popular acabaram levando à derrocada os regimes militares existentes então na América Latina, dado o obsoletismo do modelo de Estado então. Abria-se a ‘redemocratização’, em doses homeopáticas, nos moldes da democracia representativa burguesa. Os militares, mesmo depois de terem cumprido a função que lhes exigira o capital monopólico internacional, não entregariam o poder sem antes esfacelar, violentamente, os movimentos de contestação que, de forma mais radical, pressionavam para baixo a taxa de lucros e ameaçando o regime de propriedade privada no continente. Cumpria-se o prognóstico feito pelas ditaduras latino-americanas: “tenemos objetivos y no plazos” (ROUQUIÉ, 1991:191).

A história se incumbiria de deixar desajeitados aqueles que previam uma queda brusca do sistema capitalista diante dum colapso que viram avizinhar-se sob a torrente das tensões e contradições instaladas no seio do sistema. Sob o domínio do grande capital internacional, os ajustes pós-Guerra cumpriram a sua função de recuperar a taxa de lucros, abrindo ao capital inúmeras possibilidades de expansão ao reproduzir relações de exploração, mesmo quando a crise se aprofundava.

Considerações gerais acerca da crise capitalista

Entende-se aqui que o espraiamento das relações sociais, políticas, econômicas e culturais capitalistas para toda a periferia, processado pela reestruturação sistêmica²²⁸, engendrou relações típicas às formações interdependentes²²⁹, denunciando o caráter

228 Processo de ajuste da taxa de lucro através do qual o capital redefine o papel das empresas e do Estado, ratificando a subsunção do trabalho ao capital.

229 Apesar de não ser a base do enfoque teórico aqui apresentado, ressalta-se a importância da Teoria da Dependência (TD) na trajetória das relações aqui evocadas, ao subsidiar importantes formulações para o enfoque da relação centro/periferia. Surgida na segunda metade dos anos 1960, na América Latina, a TD

colonialista do grande capital na periferia capitalista. Hoje, por representar mais de 20% do mercado internacional, qualquer oscilação na balança comercial estadunidense pode implicar mudanças econômicas em escala mundial, principalmente nos países periféricos, cujas economias se caracterizam, principalmente, pela exportação de *commodities* – como os países da América Latina – já que os preços das exportações serão imediatamente afetados. Qualquer oscilação no mercado mundial afeta diretamente a saúde econômica da periferia, pela sua vulnerabilidade e dependência de capitais externos. Dessa forma, qualquer ameaça de crise acomete essas sociedades com problemas drásticos como incessantes fugas de capital, impondo-lhes aumentos das taxas – já altas – de juros, visando barrar a evasão dos capitais voláteis²³⁰. Esta conformação subsidiária acabou por delimitar os padrões endógenos de acumulação nos marcos hegemônicos, perpetuando, nas sociedades periféricas do sistema, a insídia do seu passado colonial, apesar do tempo histórico transcorrido e das mudanças ocorridas no processo de acumulação capitalista.

Produto das contradições que permeiam o sistema mundial, a crise que se estendeu de finais dos anos 1960 até a atualidade, é consequência das assimetrias oriundas das relações capitalistas como um todo. E, dentre estas, das relações centro/periferia, através de movimentos que estreitam os laços entre as relações de produção específicas a cada país e as relações mais gerais do capitalismo central, com graves consequências sociais que tornam insustentáveis, do ponto de vista sociopolítico, as estruturas sistêmicas, pondo em risco sua conservação. Ao se levar em conta a complexidade e o alto grau de internacionalização atingido pelo capitalismo pós-II Guerra, vê-se a construção de uma sólida interconectividade entre as corporações monopolizadoras do grande capital, tornando impossível desconectar

procurou explicar as características do desenvolvimento socioeconômico da região (transição para uma nova orientação industrial pautada na substituição de importações por uma produção nacional). Tratava-se de buscar novos horizontes teóricos que superassem a “teoria do desenvolvimento”, já em estágio de decadência, pela realidade que se descortinava, apontando o capitalismo como um sistema mundial que produzia, a um só tempo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, numa fase de hegemonia dos grandes grupos detentores de capital e portadores de poderosas forças imperialistas. Num contexto em que as burguesias locais acenavam na perspectiva de atuação na expansão capitalista, parte hegemônica dela defendia a possibilidade de desenvolvimento capitalista dependente e associado ao capital estrangeiro em contraposição a um desenvolvimento autônomo e nacional.

230 São movimentos de capital especulativo – depositado para resgate por prazos em torno de sete dias, prazo incompatível com a qualificação de capital de investimentos – que, remunerados pelas economias periféricas com altos juros, por sua natureza promovem fugas espetaculares para mercados outros causando ali problemas de equilíbrio. Uma vaga ideia do que isto representa nos dá o FMI quando calculou que, entre 1974 e 1985, somente a África sofreu retirada em massa desses capitais em torno de 30 bilhões de dólares. Por sua vez, o Governo dos EUA calcula o total representado pela fuga de capitais na América Latina como equivalente a mais da metade da dívida externa das principais nações latino-americanas. Dados de *La economía mundial: un desafío global*. Informe do *Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990, página 41. Segundo Borón, 95% “de todo o capital que circula diariamente no sistema financeiro internacional, equivale a uma cifra superior ao PIB combinado da Argentina, do Brasil e do México” (2004:145).

crise econômica de crise social (ou crise nacional de internacional), como o tenta fazer o discurso neoliberalizante. A crise emergida dos anos 1970, e que se estende até os dias atuais, é a crise do sistema capitalista como um todo. Nesse sentido, é muito profícua a afirmação de Mandel quando dizia que

a crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. [Assim sendo], podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. (...) [E continua] Comércio e crédito (incluindo a forma da inflação permanente da moeda creditícia específica do capitalismo tardio) são os dois meios fundamentais de afastar temporariamente as dificuldades de realização da mais-valia (1982: (1982:398-400).

Mandel ia além ao afirmar que o capitalismo havia chegado à estagnação com a crise de fins dos anos 1960. A tabela abaixo o tenta demonstrar.

Figura 20: Número de homens-horas trabalhados na indústria de transformação dos EUA²³¹

1947	24,3 bilhões
1950	23,7 bilhões
1954	24,3 bilhões
1958	22,7 bilhões
1963	24,5 bilhões
1966	28,2 bilhões
1970	27,6 bilhões

Como a história tem confirmado que a taxa de lucros inerente ao sistema capitalista é maior nos países da periferia que nos centrais, isso talvez explique o fato da aposta dos países centrais na exportação de capitais e no comércio exterior como formas de reversão da tendência à queda da referida taxa nos centros. Desse processo, no entanto, depreendem duas questões correlatas que se expressam paralelamente. Por outro lado, não parece coincidência a condição de um percentual mais elevado da composição orgânica de capital justamente onde a taxa de lucro é mais baixa. Este fato se explica – confirmando a premissa marxiana – que, quanto maior o investimento no capital constante, menor a taxa de lucros. Revela, por sua vez, a relação assimétrica que se estabelece num único sentido entre os países centrais e

231 Tabela elaborada por Mandel (1982:148). Situação análoga foi a da Alemanha Ocidental.

periféricos. Estes últimos são lócus principais de extração da mais-valia absoluta (através da extensão da jornada de trabalho) para o bem do grande capital, centralizado nos primeiros. Isso confirma a avaliação de Gorender quando diz que a elevação do coeficiente do capital constante expressa

o crescimento da produtividade do trabalho, cujos índices principais são o aumento da massa e do valor dos meios de produção por trabalhador ocupado e a redução do valor por unidade de produto. Ao mesmo tempo, o trabalho vivo por unidade de produto representa proporção cada vez menor em confronto com o trabalho morto... [Por outro lado], a mesma elevação da composição orgânica do capital, conducente à queda da taxa de lucro, também traz consigo efeitos contrários a esta queda, atenuando-a ou até aumentando a taxa de lucro durante certos prazos mais ou menos prolongados (1983: LXV).

Os EUA e a hegemonia mundial

“No princípio era o céu, a terra e a Doutrina Monroe”.
Otto Maria Carpeaux

Uma abordagem que abarque a magnitude enunciada pelo subtítulo exige, necessariamente, uma revisita à questão do Estado Nacional e do nacionalismo²³². No ideal do Estado moderno, em sua irrefreável busca por unidade, é patente a necessidade de conformação de uma força capaz de concatenar as diferenças de todos os matizes contidas nas distintas unidades geográfico-administrativas surgidas do contexto do colonialismo. Assim, a formação dos Estados Nacionais se fez acompanhar de vários elementos político-jurídicos, ideológicos, culturais e militares, que acabaram caracterizando-os como máquinas burocrático-militares²³³. Nesse sentido, importante detalhe foi a constituição de uma força militar de nova configuração intitulada exército moderno, instituída e legitimada enquanto instituição monopolizadora do uso da violência. Embora isto trouxesse um novo problema para a esfera política do pensamento liberal (a independência do poder estatal passa a ser prerrogativa daqueles que detinham o controle do aparato militar), compensava ao permitir ao Estado tomar posições que pudessem opor-se à própria sociedade. Tal problema seria

232 A ideologia do nacionalismo aponta para a possibilidade de inserção das nações periféricas no mesmo rol das desenvolvidas em nível global. A condição primeira para isso seria modernizar-se (sob a batuta do capital estrangeiro). Acerca, ver Almeida (1995).

233 Não se pretende, aqui, fazer uma abordagem estrita sobre a natureza do Estado, mas versar acerca das peculiaridades do Estado estadunidense no período evocado. Nesse sentido, concorda-se com Poulantzas em sua concepção de Estado moderno como um aparelho composto de quatro pilares: exército, polícia, aparelho judiciário e burocracia administrativa. Acerca, ver Miliband (1982) e Poulantzas & Miliband (1975).

resolvido pela concepção de uma estrutura hierárquica rígida capaz de submeter, à força das armas, a institucionalidade estatal.

Não obstante, para certos estudiosos da relação Estado/Sociedade, a classe proprietária dos meios de produção se mantém no poder não somente através do recurso à coerção física, mas também da produção do consentimento ativo (consenso) dos dominados. Para além das diferentes formulações produzidas ao longo de intensos debates travados na Rússia acerca do conceito de hegemonia, antes, durante e depois da revolução de 1917, um marxista italiano propunha-se a retomá-lo e desenvolvê-lo. Para Gramsci (e seus intérpretes), a classe hegemônica não se limitava a ser meramente dominante, mas também dirigente, e esta hegemonia supunha a existência de uma série de dispositivos ideológicos, para os quais ele reservou o conceito de Sociedade Civil. As análises gramscianas, no entanto, se referiam, fundamentalmente, ao plano nacional. Mais tarde, diversos autores tentariam adequá-las à análise das relações internacionais, sentido no qual o autor marxista que mais explorou este veio de análise talvez tenha sido Cox²³⁴.

Anderson (2002), por outro lado, reconstitui a história do conceito de hegemonia, surgido no calor do debate sobre a revolução na Rússia. Numa abordagem magistral, analisa a originalidade do pensamento de Gramsci e procura demonstrar que este revolucionário não chegou a formular uma teoria congruente acerca das relações entre Estado e sociedade civil, o que, obviamente, teria repercutido negativamente sobre a formulação do próprio conceito de hegemonia.

Atentando para as observações andersonianas sem, no entanto, abster-se do uso do conceito gramsciano, ao se apropriar, aqui, da categoria *hegemonia*, leva-se em conta sua relação intrínseca com o imperialismo, ou seja, nos marcos da concentração do capital, conectada diretamente com o Estado. Nesse sentido, o Estado aqui abordado visa o controle da esfera social e econômica.

No momento histórico de sua consolidação, os Estados Nacionais firmaram vínculos estreitos com o capital financeiro, cujos interesses mais imediatos buscavam eliminar do mercado a anarquia representada pela concorrência. Assim, era premente a necessidade de um Estado poderoso capaz de se impor tanto no plano interno, quanto externo. No dizer de

234 Robert W. Cox busca adequar as formulações gramscianas ao estudo desta área, sendo o principal estudioso marxista das relações internacionais. Dois de seus principais livros são: *Production, power and world order: social forces in the making of History*. New York, Columbia University Press, 1987; e Cox, Robert e Sinclair, Timothy. *Approaches to world order*. Cambridge University Press, 1996. Merece destaque, igualmente, a organização de Stephen Gill, da excelente coletânea *Gramsci, historical materialism and international relations*. Cambridge, University Press, 1993.

Hilferding, um Estado que pudesse “intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro” (1985:314). Nessa perspectiva, associaram-se os interesses político-econômicos das elites que dominavam os aparelhos estatais aos da nascente classe burguesa ávida por conquistar mercados, impulsionando o capitalismo enquanto sistema mundial.

Embalado pela ideologia do nacionalismo, o Estado liberal, sob o imperialismo, apresentava contradições profundas que diziam respeito aos distintos interesses das frações da classe dominante. Uma delas referia-se ao princípio da soberania nacional. Na concepção moderna de Estado Nacional, cada nação portava o arbítrio de conformar-se num desenho próprio, embora, na prática, isto ia de encontro aos interesses do grande capital. A questão central consistia em conformar os interesses deste na defesa de seus mercados nacionais, no plano interno, e, no externo, as políticas de expansão de mercado, que implicava, em última instância, a quebra das mesmas regras que defendiam no mercado interno. Esta contradição, diferentemente daquela que dizia respeito ao Estado enquanto representante da sociedade – mas que se permitia tomar posições opostas a esta – não se resolveria senão no campo da retórica que legitimava relações internacionais nas quais estivessem presentes intervenções das nações industrialmente desenvolvidas nas menos industrializadas.

A questão transcende os liames do direito internacional, pautando-se na esfera de alcance da hegemonia, ou mesmo da supremacia, mostrando os limites do chamado “direito à autodeterminação”. Esta constatação acabara, quando do debate travado, no início do século, entre Rosa Luxemburg e Lênin, por dar razão à primeira em detrimento do segundo. Quando as contradições alcançam um grau insustentável nos ligamentos da hegemonia, entra em cena a supremacia, o que pressupõe o uso da força. Em outras palavras, na incompatibilidade entre o princípio da autonomia e da soberania das nações e os interesses do capital monopólico, o Estado Nacional mais forte cumpre seu papel na defesa dos interesses da classe – ou fração desta – que o hegemoniza. Nesse prisma, o caráter imperialista patente nas relações capitalistas torna-se evidente.

Nesta lógica perversa se conforma a tributação das nações industrialmente menos desenvolvidas pelas mais desenvolvidas, refletida na posição do mercado interno dos países periféricos como apêndices dos mercados internos das nações centrais do sistema, provocando na periferia o que denominaria Baran de ‘infanticídio industrial’ (1984:161). A principal ação desse Estado forte é como guardião do grande capital frente às reivindicações da classe

trabalhadora, o que, em última instância, é decidido pela superioridade das armas, cujo legítimo monopólio está sob a guarda desse Estado, cada dia mais militarizado.

Nesse sentido, uma abordagem, para que não se constitua num diletantismo generalista, pressupõe a concepção de uma hegemonia e requer a identificação dos sujeitos que aí interagem. Assim, entende-se que os atuais sujeitos hegemônicos do processo geral de acumulação e reprodução capitalista são aqueles pautados no domínio do grande capital – hoje articulado nas grandes corporações transnacionais, tendo à frente um forte aparelho estatal. Assim, não por acaso ressalta-se a historicidade dos EUA como *lócus* das grandes empresas múltis e transnacionais, em quantidade e em capacidade de determinação econômica e política. Exemplo disso é registrado por Chandler Jr. ao listar os seguintes dados estatísticos:

Em 1960, 600 companhias norte-americanas apresentaram rendimentos anuais superiores a 10 milhões de dólares. Essas 600 representam 0,5% do total de companhias existentes no país; não obstante somavam 53% dos rendimentos totais das companhias estadunidenses. (...) [Em 1965], na indústria aeronáutica, 10 firmas reuniam 94% da força de trabalho total da indústria. Na indústria de petróleo, 15 firmas empregavam 86%; na do aço, 13 utilizavam 85%... (...) Em outubro de 1965, The New York Times relacionou as maiores unidades do mundo, de acordo com a renda bruta, na seguinte ordem: Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França, logo depois General Motors Corporation, seguida pela Alemanha Ocidental, pelo Japão e Canadá. Os rendimentos da General Motors, que quase chegavam a 20 bilhões de dólares, eram superiores aos rendimentos do Japão e do Canadá e estavam muito próximos dos 21 bilhões da Grã-Bretanha e dos 20,5 bilhões da França (1972:230-231)

Tais dados refletem apenas o nascedouro das grandes corporações, fundadas em produção de larga escala, o que as favorece com todas as vantagens características desse tipo de combinação²³⁵ que acabou por ser a condição de reprodução do capital em escala ampliada. Trata-se do acordo entre a empresa industrial altamente tecnológica e a sociedade anônima, já a todo vapor no início do século XX nos grandes centros capitalistas, e, após a II Guerra Mundial, na periferia. Essa conformação entre o poder econômico e político-militar, fortes e entrelaçados, numa conjuntura de esfacelamento da hegemonia britânica e enfraquecimento de seus potenciais adversários fariam dos EUA o *lócus* do *hegemon* mundial deste século, mas também enterra, de vez, o apóstolo da “mão invisível” do mercado.

235 Disponibilidade de matérias-primas, o que barateia seu processo produtivo; facilidades na especialização e divisão do trabalho; diminuição dos gastos gerais da produção e comercialização; maior organização dos departamentos de vendas; otimização do uso dos subprodutos oriundos do processo produtivo.

O enterro de Adam Smith

Riqueza atrai mais riqueza, e poder atrai mais poder. É regra quase geral que aquele que detém a riqueza exerce também o poder, pois é a esfera política que organiza as formas de centralização da riqueza, como bem afirma Hilferding: o “poder econômico supõe, ao mesmo tempo poder político. A dominação da economia confere simultaneamente a disponibilidade dos instrumentos de poder estatal” (1985:345). Este raciocínio explica porque, enquanto potência hegemônica, os EUA não abriram mão do controle sobre o processo de desenvolvimento capitalista do pós-II Guerra. Assim, nem a sua produção industrial, nem seus postulados jurídico-políticos, nem a sua cultura, teriam alcançado os rincões mais distantes do planeta não fosse a atuação poderosa do aparelho estatal estadunidense, que não se esquivou de montar uma super máquina de guerra para resguardar os investimentos externos do capital monopolista de sua alta burguesia. Nesse sentido, a afirmação de Harrington, citando o *Business Week*, foi muito propícia. Disse ele que, após 1960, a realidade estava

menos de acordo com Adam Smith do que se afirma: 55 por cento de todos os investimentos em maquinismo, equipamento e construção foram financiados pelo Estado e mais de 40 por cento da produção de automóveis, chumbo e zinco também foram estatizados. (...) O capitalismo está destruindo a motivação capitalista, sua ideologia e até mesmo sua personalidade. (...) depois que o Governo Federal fez o que no passado se supunha ser função do mercado livre – uma vasta distribuição de recursos – e depois que fez os planos para as novas comunidades e providenciou a infra-estrutura, eram eles entregues a construtores privados para seu proveito. Mais uma vez a inovação é coletivizada e o lucro tornado privativo (1967:66).

Os investimentos estadunidenses no mundo, registrados na década de 1950 e meados da de 1960, mostram movimentos do capital financeiro privado, controlados pelo aparato jurídico estatal²³⁶, dando uma ideia da importância ímpar assumida pelo Estado, que financiava todo o processo de expansão do grande capital através da modernização da sua indústria. A tabela que se segue mostra, em percentual, a contínua ascensão das despesas estatais em relação ao Produto Nacional Bruto, no período entre 1913-1970. A leitura que se

236 Panitch & Gindin registram que, quando do controle dos movimentos do capital financeiro pelo Estado, compromissos foram celebrados entre a esfera política e banqueiros. Ao mesmo tempo em que, nos anos 1960, o Estado estadunidense controlava o fluxo de capital especulativo internamente, encorajava os demais Estados a remover seus mecanismos de controle (2006:69). Convém notar que se trata da mesma tática dos anos 1980-90, mesmo quando se ratificava o discurso do Estado mínimo (na periferia). No solo pátrio, ele era mais forte que nunca.

faz dela é que, ano a ano, o Estado se agiganta em sua função de capitão do capital-imperialismo.

Figura 21²³⁷: Despesas estatais como percentagem do PNB estadunidense (%)

1913	7,1
1929	8,1
1940	12,4
1950	24,6
1955	27,8
1960	28,1
1965	30,0
1970	33,2

Os números da tabela a seguir mostram, entre outros aspectos, que os principais parceiros do grande capital estadunidense para investimentos em manufaturas são os países mais desenvolvidos industrialmente (Canadá e Europa).

Figura 22²³⁸: Investimentos diretos estadunidenses em manufaturas no exterior (milhões de US\$)

Países	1950		1966	
	Dólares	% do total	Dólares	% do total
Canadá	1.897	49,5	7.674	34,8
México	133	3,5	797	3,6
Argentina	161	4,2	652	3,0
Brasil	285	7,4	846	3,8
Europa	932	24,3	8.879	40,3
África do Sul	44	1,1	271	1,2
Índia	16	0,4	118	0,5
Japão	5	0,1	118	0,5
Filipinas	23	0,6	180	0,8
Austrália	98	2,6	999	4,5

Um leitor atento, no entanto, verá que o que mais interessa nesse processo não é, apenas, o volume de capital ali investido, mas o caráter estratégico desses investimentos. O grande capital estadunidense escolheu os setores marcados por uma tecnologia avançada, um ritmo rápido de inovação e um substancial coeficiente de crescimento. Assim, em 1960, o governo dos Estados Unidos apoiou sistematicamente as empresas que trabalhavam com tecnologia de ponta favorecendo-as através de encomendas públicas e contratos de pesquisa, o que resultou na grande disparada de investimentos específicos, tal qual mostrados pela tabela supra. Os quadros a seguir mostram os principais setores e produtos – então reconhecidamente estratégicos – escolhidos pelo capital monopólico estadunidense para

237 Quadro de Mandel (1982:342). Baseado em dados do *US Department of Commerce, Long-term Economic Growth e Statistical Abstract of the United States*.

238 Organizada por Magdoff (1978:65), baseada em dados do Departamento do Comércio dos Estados Unidos e de Walther Lederer e Frederick Cutler.

investimento, em relação à Comunidade Econômica Europeia e ao resto do mundo e entre as principais potências capitalistas mundiais.

Figura 23: Participação na produção Mundial*

Setores	Estados Unidos	CEE	Resto do mundo
Construção de máquinas	70%	13%	17%
Automóveis	76%	13%	11%
Petróleo	73%	14%	13%
Eletrônica ²³⁹	68%	15%	17%
Química	62%	21%	17%

Figura 24: Participação na produção Mundial**

França, 1963	
Produtos	Firmas dos EUA (% de vendas)
Refinação de petróleo	20
Lâminas de barbear e barbeadores de segurança	87
Automóveis	13
Pneumáticos	+ de 30
Negro de carbono	95
Geladeiras	25
Ferramentas mecânicas	20
Semicondutores	25
Máquinas de lavar	27
Elevadores	30
Tratores e maquinaria agrícola	35
Equipamento telegráfico e telefônico	42
Máquinas eletrônicas e estatísticas (incluindo computadores)	43
Máquinas de costura	70
Barbeadores elétricos	60
Máquinas de contabilidade	75
Grã-Bretanha, 1964	
Produtos refinados de petróleo	+ de 40
Computadores	+ de 40
Automóveis	+ de 50
Negro de carbono	+ de 75
Geladeiras	33 a 50
Produtos farmacêuticos	+ de 20
Tratores e maquinaria agrícola	+ de 40
Instrumentos	+ de 15
Lâminas de barbear e barbeadores de segurança	Aprox. 55
Alemanha Ocidental	
Petróleo	38
Maquinaria, veículos, produtos de metal (incluindo automóveis)	15
Indústria de alimentos	07
Produtos químicos, borracha, etc.	03
Material elétrico, óptico, musical (incluindo computadores 84%)	10

* Quadro tomado de Servan-Schreiber (1968:56).

²³⁹ Nesse caso, as transnacionais estadunidenses contavam com 63% do seu montante de negócios advindos de fonte estatal.

** Quadro tomado de Magdoff (1978:67-68), baseado em dados de Christopher Layton. *Trans-Atlantic Investments*. Boulogne Sur-Seine, França, 1966, pg. 19.

No que concerne aos custos das pesquisas e desenvolvimento, a parcela de financiamento público, nos EUA era de 85% contra 50% na Europa. Já em 1963, as firmas estadunidenses no velho continente controlavam 15% da produção de bens de consumo (receptores de rádio e televisão); 50% da produção de semicondutores; 80% da produção de computadores ordenadores (os de grande potência então, responsáveis pela gestão das empresas); 95% do mercado (de ponta, então) dos circuitos integrados. Somente na França, controlavam 40% da distribuição de combustíveis de petróleo; 65% do material agrícola; 65% de componentes de telecomunicações; 45% da borracha sintética (SERVAN-SCHREIBER, 1968: 12-17). Este autor afirma, ainda, que, em 1966 com relação a 1965, os investimentos diretos estadunidenses cresceram, globalmente, 17% nos Estados Unidos, 21% no resto do mundo e 40% no Mercado Comum Europeu (1968:12-14). Outra tabela dá conta do domínio absoluto dos Estados Unidos como investidor estrangeiro e do controle de seu capital sobre os setores estratégicos da produção industrial entre as principais potências capitalistas dos anos 1960.

Figura 25:²⁴⁰: Parte estadunidense nos estoques de investimento externo (%)

Países	França	Alemanha Ocidental	Grã-Bretanha
	1962	1964	1962
Estados Unidos	45	34	72
Grã-Bretanha	12	10	--
Países Baixos	11	17	02
Suíça	05	16	07
Bélgica	08	05	01
França	--	07	02
Suécia	01	03	01
Itália	05	--	01
Alemanha Ocidental	03	--	01
Canadá	02	--	09
Outros	08	08	08
Total	100	100	100

A tabela acima ressalta dois aspectos ao mesmo tempo. Primeiro, que os Estados Unidos são, em absoluto, os maiores investidores externos no período; segundo, que outras nações europeias participam, mesmo que secundariamente, desses investimentos estratégicos de capital.

Em meados da década de 1960 – não por acaso momento em que já se ensaiava a aposta na pretensa “sociedade pós-industrial” – o setor tecnológico mais avançado era o de computadores, e as estatísticas, na esfera, apontavam o grande capital estadunidense

240 Organizada por Magdoff (1978:66), baseada em dados de Cristopher Layton. *Trans-Atlantic Investments*. Boulogne Sur-Seine, França, 1966, pg. 13.

controlando áreas estratégicas como a do refino de petróleo, equipamentos telegráficos, telefônicos, eletrônicos e na informática. Quanto mais o setor representava alta tecnicidade (avaliada pelo número de cientistas e engenheiros, em proporção ao número total de empregados), mais a presença estadunidense era notada. Embora o quadro não dê conta, as grandes corporações estadunidenses são as protagonistas desse processo, são elas que controlam a estratégia de acumulação capitalista em nível mundial. Vide quadro a seguir.

Figura 26: Participação das diferentes empresas nas novas instalações de computadores na Europa²⁴¹

IBM (EUA)	62%
ICT (inglesa)	9%
Bull (francesa)	7%
Olivetti (italiana)	2%
Diversas (principalmente inglesas)	20%

Os índices que dizem respeito à margem de lucro no período também atestam a hegemonia do grande capital estadunidense sobre os demais. É o que mostra o quadro abaixo.

Figura 27: Evolução das margens de lucro em relação ao volume de negócios²⁴²

	1961	1965
Comunidade Europeia	3,42%	3,01%
EUA	6,05%	7,09%

Uma vez beneficiado pela possibilidade de exploração sem concorrência (fator que garante estabilidade à sua taxa de lucros) em sua área de influência, outras probabilidades se descortinaram com a descolonização da África e da Ásia – inaugurada no pós-II Guerra Mundial até os anos 1970. Esta descolonização, ao mesmo tempo em que criou dificuldades econômicas aos seus concorrentes imperialistas europeus, que perdiam importantes fontes coloniais de renda, abriu oportunidades de investimentos para as corporações estadunidenses nas antigas reservas europeias do antes-guerra.

241 Tabela tomada de Servan-Schreiber (1968:56).

242 Tomado de Servan-Schreiber (1967:58).

Figura 28: Parte dos EUA nas importações de cada país (% da totalidade das importações)²⁴³

País	1938	1952	1966
Índia	6,4	34,4	41,7
Paquistão (incluído à Índia, em 1938)	----	6,0	32,4
Austrália	15,6	14,5	23,3
Grécia	7,3	21,8	11,7
Turquia	10,5	8,4	26,8
Irã	8,4	22,4	20,0
Espanha	10,5 (1937)	16,7	17,4
Nigéria	5,8	4,6	15,8

O capital concentrado nos EUA se expandira para o resto do mundo buscando oportunidades de investimentos industriais sob o regime de produção e circulação fordista. A pujante economia estadunidense e seu todo-poderoso Estado requereu para si a tarefa de planetarizar as relações capitalistas de produção. Com sua capacidade de condução dos negócios das grandes corporações estadunidenses, o aparelho estatal desse país – através de um vigoroso investimento em pesquisa que garantia as fontes dos elementos constitutivos da produção industrial-capitalista a baixo custo – embrenhou-se nos espaços ainda não preenchidos pelo capitalismo. O futuro mostraria que a África “descolonizada” não previu o que a aguardava, quando as importações estadunidenses da Nigéria deram um estupendo salto. O quadro a seguir fornece dados do montante e percentual dos investimentos estatais estadunidenses, representados pelas despesas em pesquisa, segundo áreas estratégicas definidas.

Figura 29: Participação do Governo dos EUA nas despesas em pesquisa²⁴⁴

Setores industriais	Despesas (milhões de US\$)	Parte financiada pelo Estado (%)
Aeronáutica	3,96	90
Eletricidade e eletrônica	2,38	65
Instrumentos científicos	0,39	42
Mecânica	0,93	31
Transformação de metais	0,11	28
Química	1,10	20

A tabela subsequente evidencia a participação do Estado em três importantes setores industriais, comparados com a França.

243 Quadro elaborado por Magdoff (1978:148) a partir de dados da *International Trade Statistics*, Liga das Nações, Genebra, 1938; *Directory of International Trade*, Washington, D.C., Fundo Monetário Internacional, vol. IV, 1953 e vol. V, 1954; *Direction of Trade*, Washington, D.C., Fundo Monetário Internacional, 1966.

244 Tomada de Servan-Schreiber (1968:65)

Figura 30: Participação do financiamento do Estado em alguns setores industriais²⁴⁵

Setores	EUA	França
Construção elétrica e eletrônica	65%	34,5%
Automóvel	24%	0,5%
Química	20%	2,5%

Por tudo o que aqui foi exposto, vê-se que a mais importante característica dos avanços técnicos alcançados desde o processo que se convencionou rotular de III RT (início dos anos 1940) não são seus traços técnicos, mas sua estratégica no processo de dominação imperialista, desbancando o discurso da sociedade “pós-industrial”, que alimenta a extensão globalista do capitalismo em sua forma midiático-tecnológica. Vê-se que é a própria sociedade industrial que sustenta a nova tecnologia gerada no seio de uma guerra muito mais internacional que a antiga, sendo seus aspectos mais óbvios a tecnologia espacial²⁴⁶, a energia atômica, a informática, a bio e a nanotecnologia. O Estado estadunidense, ao protagonizar o processo de modernização de sua indústria, quer investindo substancial percentual de seu PNB em pesquisas – fundamentalmente em áreas estratégicas previamente definidas – quer montando uma super máquina de guerra capaz de resguardar os investimentos externos de seu capital monopolista, não abrem mão de sua supremacia.

Nesse sentido, reafirma-se uma presença constante e definitiva do Estado garantindo a segurança necessária aos investimentos da burguesia estadunidense para a construção de uma estratégia (controle dos setores de ponta da produção industrial) de produção de uma tecnologia avançada o bastante, cuja capacidade de inovação e velocidade permitiu um coeficiente de crescimento econômico – e, conseqüentemente político – capaz de tornar seu capital monopólico (representado pelas suas megacorporações) em ponta de lança da construção de uma hegemonia planetária através do domínio das principais áreas estratégicas da produção mundial.

O nacionalismo na fase transnacional do capital

Ao se analisar o aparelho de Estado estadunidense, vê-se que este, ao superar o britânico, passou a ser o timoneiro do grande capital internacional, mesmo quando dizia agir na defesa dos interesses “nacionais” ou da democracia, direitos humanos, direito

245 Tabela referente a 1964, tomada de Servan-Schreiber (1968:150).

246 Entre outros elementos político-estratégicos advindos desse ramo, ressalta-se o papel das telecomunicações por satélites, que visam promover, além de uma unificação “cultural” em torno dos valores e costumes da sociedade capitalista ocidental – e, por extensão, estadunidense – estabelece um controle militar essencial na manutenção da hegemonia dos EUA em escala planetária. Comprovando essa cita-se o esfacelamento da URSS.

internacional, etc. O nacionalismo – cuja doutrina visa a emancipação política e econômica, a autodeterminação, etc. – refere-se a uma construção ideológica burguesa que fundamenta a dominação de classe, sendo produzida e apropriada pelas classes dominantes, já que o projeto nacional sempre foi, historicamente, um projeto destas classes. O Estado Nacional, para além das premissas neoliberais em voga, atraiu para si o essencial papel de propulsor do espraiamento das relações capitalistas de produção.

O processo de aprofundamento da transnacionalização capitalista é concebido por Hobsbawm como caracterizado pela transição da economia mundial de uma conotação internacional a uma transnacional, num procedimento que passara, nos anos 1960, a operar

um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem um esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores. (...) Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como “multinacionais”), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento offshore (externo). Este último não só foi uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro (1995:272).

Na concepção de Almeida, no entanto, essa conjuntura de ‘escape’ à qual Hobsbawm se refere não teria ocorrido, e isso pelo simples fato de que a ideologia nacional insere-se na estrutura do capitalismo, não existindo uma separação entre o modo de funcionamento do sistema no âmbito internacional e nacional. Para ele – e aqui tomamos sua tese como ponto de partida de nossa análise – a ideologia nacional constitui-se em mais um mecanismo de reprodução da sociedade capitalista cujas condições de representação são cimentadas nesse mesmo espaço. Mais que isto, o “Estado capitalista funciona de um modo nacional” (1995:48). Não existe dualidade nessa premissa, assim como não existe contradição entre ditadura ou democracia enquanto regimes políticos no trato da acumulação capitalista. Concretamente, há “um nexos estrutural entre nação e capitalismo, na medida em que este modo de produção constitui classes sociais distintas e antagônicas como uma comunidade cujo interesse é representado pelo Estado burguês” (ALMEIDA, 1995:17).

Tomando como exemplo o discurso proferido na década de 1990 pela então Secretária de Estado estadunidense Madeleine Albright, vê-se explicitado o caráter da relação de dominação estabelecida entre os EUA e todo o resto do mundo, e, em menor escala, na relação EUA/América Latina. Dizia ela: “um dos principais objetivos de nosso governo é

garantir que os interesses econômicos dos Estados Unidos possam ser estendidos na escala planetária” (RAMONET, 1998:45). Uma versão mais atual desse discurso vem de um dos representantes *neocón*, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld (2001-2006), quando afirmou que, para combater a Al Qaeda ou Bin Laden, não descartava “a possibilidade de usar armas nucleares”²⁴⁷. Quando discursos desse teor são originados, não no seio de uma corporação, mas de uma matriz institucional, não ficam dúvidas de que o Estado Nacional continua com grande poder de intervenção e atua não como um empecilho à economia global – como o afirma Hobsbawm –, mas, pelo contrário, age como assegurado das condições, senão propícias, necessárias à reprodução das estruturas capitalistas de produção – como o afirma Almeida.

Nesse sentido, a relação EUA/periferia é eloquente contraponto ao discurso do enfraquecimento do Estado-Nação. Quando tomados como exemplos o México, a Argentina e o Brasil, vê-se que o capitalismo articula as políticas nacional e internacional de forma a relacionar os interesses das burguesias locais com os de sua congêneres nos epicentros geoeconômicos, de forma que o Estado mantenha seu caráter interventor, só que na direção dos interesses das *corporations* e de seus representantes, os organismos supranacionais. O Estado atua com o vigor necessário quando se trata da proteção à propriedade privada, à manutenção dos lucros do capital monopolista e do *status quo* em geral. A implantação do neoliberalismo o tem mostrado, assim quando das ditaduras dos anos 1960/70.

Concomitantemente à reestruturação econômica impõe-se o ajustamento social. Quando a única forma de impor tal amoldamento é a força, as burguesias não hesitam em implantar regimes ditatoriais, acomodando a sociedade às novas exigências de acumulação do capital orgânico. Sob o militarismo, as camadas subordinadas são forçadas a dobrar-se às condições de acumulação do grande capital vinculado aos interesses estadunidenses. Se, por um lado, a crise empurra o Estado burguês a diluir os princípios liberais de estado de direito e liberdade, como meio de superação, por outro, o apelo a medidas extremas como a das ditaduras denunciam que o domínio estadunidense já esboçava certa fadiga.

Quanto às fronteiras, entende-se que o que realmente mudou foi seu funcionamento no que dizia respeito aos interesses ‘nacionais’. Ao ouvir Albright (e poderia ser Condoleezza Rice ou qualquer outro representante do *establishment* estadunidense), vê-se que o Estado continua tendo uma forte e contundente presença no ordenamento político, econômico e

247 Citado por Chossudovsky, Michel. “‘Tactical Nuclear Weapons’ against Afeganistan?”. Disponível em <http://www.globalresearch.ca/articles/CHO112C.html>, datado de 5 de dezembro de 2001. Acessado em 28/06/2008. Também encontrado em Chossudovsky (2004:33).

social, apesar do discurso neoliberal afirmar o contrário. Noutro sentido, as atividades subvencionistas estatais, contrariamente ao discurso em voga, são uma constante, bastando que se atente para o volume de recursos que os Estados periféricos arrecadam de sua esfera produtiva e repassam aos centros financeiros do capital, em detrimento de seus pobres e escassos projetos sociais. Nessa transferência de riquezas, a mão nada invisível desta instituição interfere, levando a cabo o processo de acumulação capitalista²⁴⁸.

Outro aspecto que não pode deixar de ser ressaltado quanto à questão do papel do Estado na atual conjuntura de desenvolvimento capitalista diz respeito ao paradoxal e contraditório discurso propagado pelos ideólogos do Império. Seu conteúdo, ao mesmo tempo em que define o caráter que deve assumir o Estado na periferia, estabelece outros princípios nos quais se deve enquadrar o modelo de Estado a vigorar nos países centrais do capitalismo. Esta talvez seja a maior ambiguidade entre retórica e prática acentuada no Consenso de Washington e na análise do caráter do Estado contida em *El último hombre y el fin de la historia* (1992), de Francis Fukuyama. O Estado mínimo – concepção tão antiga quanto as preocupações de Say quando se referia ao peso do Estado – preconizado sob uma performance midiática espetacular, além de trazer à cena mundial esta obscura personagem, passou a ser o debate político central daquilo que veio a ser chamado de ‘globalização’, dando as coordenadas do papel que assumiria o Estado-Nação nos âmbitos transnacionalizados.

O Estado sofreu um sistemático e contraditório procedimento de criminalização: ao mesmo tempo em que foi julgado incapaz de administrar suas empresas, administrou narcodólares na ação contrarrevolucionária estadunidense na Revolução Nicaraguense conhecida por “Irã-Contras”, episódio em que o próprio governo Bush (pai) condecorou os funcionários estatais que participaram do processo com cargos no Governo²⁴⁹ em troca do serviço prestado.

A crise atribuída ao Estado, então diagnosticada pelo Consenso de Washington, era a base política da receita neoliberal, cujo intuito foi preconizar a diminuição da presença da instituição na área social, apesar de apregoar que o fazia na esfera econômica. Tal ausência acabaria por abrir possibilidades múltiplas de transferência dos espaços públicos para o domínio do capital transnacionalizado, transformando-os à imagem e semelhança dos privados. Tratou-se de um discurso de vida efêmera – apesar de explosiva – que não se

248 A transferência de riqueza é explicitamente evidenciada quando se atenta para os balanços periódicos dos últimos dez anos, dos bancos no Brasil e os compara com os recursos destinados aos projetos sociais. O resultado estampa-se nos caóticos quadros da saúde, educação e segurança públicas ou no da moradia.

249 Acerca, ver Chossudovsky (2004:20).

sustentou por mais de uma década, quando necessário se fez uma emenda que negava, essencialmente, o discurso primeiro. Se a minimalização do Estado era o lema da década de 1990, no novo século – tal constataria o próprio Fukuyama (2005) – este deveria ser forte, mas com uma condição: não tão forte que lhe permitisse tornar-se totalitário, porém não tão fraco que não sustentasse suas instituições.

Fato é que, para além de todas as contradições e inferências do discurso ainda hegemônico, o Estado continua tendo um papel central na história não só dos países periféricos, mas ainda mais preponderante nas nações centrais do capitalismo, como o atestam as ações contra a crise financeira de maior monta na história do sistema (2008). O Estado reassume seu papel de instituição sólida, vigorosa, ora ostentando um papel autoritário – e totalitário, como traduz a fala da Secretária de Estado e as intervenções militares estadunidenses²⁵⁰ no mundo – ora um papel mais discreto, quando diz respeito às medidas protecionistas internas.

Diferentemente do que concebe Hobsbawm (1995), em relação às fronteiras de Estado no capitalismo transnacionalizado, estas não constituem complicadores para as atividades econômicas, pelo simples fato de que não existem barreiras intransponíveis quando se trata da acumulação capitalista, tal qual tem sido demonstrado atualmente. Para que sua assertiva tenha validade, ela deve ser historicamente situada.

Por outro lado, essa lógica de relações simbióticas e transnacionalizadas passou a exigir do Estado uma nova conformação, cujo escopo estivesse mais conectado com os interesses internacionais que com os nacionais. Para subverter a crise, que já apontava como definitiva, o sistema precisava descartar aquela instituição nacionalmente configurada a partir dos princípios fronteiriços em seu caráter político tradicional e substituí-lo por outro de conotação transnacional, sem que perdesse sua condição interventora. O intervencionismo seria, mais que nunca, importante peça para dirimir a contradição central do capitalismo (capital/trabalho). Assim, esse “novo” Estado devia ter um novo escopo, mas não nova essência: devia estar abertamente na defesa da nova condição econômica imposta pelo capital, mas não contra sua condição classista.

Assim é que problemas contundentes da esfera social – como o desemprego, a falta de mobilidade social, inflação, etc. – ou na produtiva (escassez de matérias-primas), criados pela forma peculiar de acumulação capitalista passou a exigir do Estado uma intervenção cada vez

250 Interessante ‘mapa’ das intervenções estadunidenses na América Latina, desde 1898 até 1994, encontra-se em PACO, Peña. *As intervenções norte-americanas na América Latina*. In: PERRAULT, Gilles (Org.). *O livro negro do capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

mais contundente, para além do discurso neoliberal do *Estado Mínimo*. Essa mesma instituição – e seus governos – nos momentos de crise é convocada a minimizar as suas consequências e evitar que seu alcance passe de parcial a vital ao sistema. Do Estado, para exercer suas prerrogativas, é cobrada a constituição de uma estrutura burocrática de maior peso e maior complexidade, o que, por sua vez, implica um aparato mais dispendioso, amparado por um orçamento em expansão cujos recursos advêm da tributação da classe trabalhadora e dos empréstimos nos mercados de capital. O Estado, tal qual afirmara Hilferding, cumpre a função de dinamizar a economia e cimentar o processo de acumulação através das demandas destruidoras de capital, contribuindo com a transferência de renda da classe produtora para a capitalista. O peso de tal aparato repressivo/opressivo recai justamente por sobre aqueles que mais sofrem as consequências das crises econômicas e seus ‘ajustes’.

Então, o grau de complexidade do aparato estatal atende aos ditames da acumulação capitalista, para que esta não seja desastrosa. No entanto, a manutenção de um aparelho capaz de fazê-lo em período de crise torna-se por demais onerosa, acabando por gerar inflação. Por sua vez, quando a inflação se torna permanente, além de atrair as finanças públicas para o mesmo patamar de crise generalizante, também acabou por minar a estabilidade do dólar. Este é o caso dos EUA, onde se estabelece uma contradição paradoxal entre a inevitabilidade do intervencionismo estatal e o choque com os princípios liberais burgueses, incongruência que busca superar através da combinação de duas mãos nada invisíveis: a do Estado e a do mercado. O controle potencial do Estado, assim, passou a atingir, de diferentes formas e intensidade, as esferas social e econômica.

O característico desenvolvimento econômico desigual do capitalismo dispersa os efeitos das crises por sobre específicos grupos sociais que não têm uma articulação forte o bastante em sua contestação ao sistema (não-brancos, consumidores, idosos, crianças, etc.). Isso se dá por conta dos arranjos corporativos feitos pelo Estado burguês com o capital monopólico, de forma que o principal pilar do *status quo* capitalista (o trabalho, subsumido pelo capital) seja preservado, mesmo quando em momentos de crise econômica. Só um Estado forte é capaz de um acordo que envolva os interesses corporativos do grande capital e os grupos estratégicos de articulação social típicos do mundo capitalista (sindicatos, confederações, ONG’s²⁵¹, etc.), cimentando a relação tripartite (Estado/grupos sociais estratégicos/corporações transnacionais), costurando negociações extraparlamentares (mantidas pelo favorecimento político-pessoal, pela co-optação sindical, pela corrupção) e,

251 Para um balanço crítico das ONG’s, ver Coutinho (2005).

com isso, fragmentar as lutas sociais antissistêmicas, revertendo as perdas políticas que o enfrentamento da crise lhe custam. O Brasil neoliberal de Collor (1990) a Lula (2008) é um exemplo bastante eloquente desse panorama.

Nesse cenário se estabelece uma multiplicidade de interconexões centro/periferia contendo elementos determinantes que, dependendo da correlação de forças estabelecida, pode definir os segmentos político-econômicos que ocuparão o lugar central e as que se incumbirão do papel periférico na dinâmica do sistema de acumulação mundial do capital-imperialismo; pode definir quem, em escala planetária, dominará os recursos primários e quem controlará os recursos industriais. Como se vê, equidistante do discurso neoliberal do 'Estado Mínimo', tal desenho transnacional do Estado, não o exime de seu papel de agente direto dos interesses burgueses nem o desarticula. Ao contrário, ele passa a ser articulado, agora, em parâmetros para além daquele tradicional, num Estado transnacionalizado, pois a conformação capitalista mundial se transformou também em transnacional.

Assim, por mais que os ideólogos burgueses neguem o papel incisivo do Estado na sociedade hoje, e por mais que neguem a existência do imperialismo, as discrepâncias interpaíses mostram que esta relação se faz a partir da posição de determinados centros hegemônicos no sistema capitalista internacional. As Guerras do Golfo, a invasão do Afeganistão e, mais recentemente, a guerra contra o Iraque (2003), esta última, a despeito do entendimento em contrário por parte de organismos políticos multilaterais e da manifestação de cerca de 12 milhões de pessoas que protestaram pelas ruas do mundo inteiro, em 15 de fevereiro de 2003²⁵², só para fixar exemplos atuais, reafirma-o.

Nesses episódios, o Estado estadunidense suplantou a principal referência do organismo moderador de direito internacional, a ONU²⁵³, expondo-a à sua maior crise de legitimidade, tendência imperialista, aliás, que se explicita, também, no campo jurídico internacional, como se verá mais adiante. Suas manobras jurídicas, no que respeita ao campo econômico, conferem uma inimputabilidade aos órgãos financeiros multilaterais como Banco Mundial²⁵⁴, Fundo Monetário Internacional²⁵⁵, instrumentos imperialistas por excelência,

252 Dados disponíveis em http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=724&ida=0. Acessado em 03/10/2008.

253 Criada no final da Segunda Guerra Mundial, numa conjuntura em que os EUA necessitavam de estabilidade para implantar seu projeto de hegemonia, a ONU visava exatamente evitar a repetição das mazelas geradas no seio da guerra, traduzida pelo desprezo ao direito internacional por parte das grandes potências. As últimas decisões unilaterais tomadas pelo governo estadunidense mostram a fragilidade da ONU enquanto órgão multilateral e expõem o constrangedor fato de que esta instituição só agia nos padrões de interesse das classes dominantes deste país. Mais, afirma, diante da unilateralidade reinante nas relações interpaíses, a inexistência de um direito internacional, mas somente nacionais. E estes dizem respeito aos dos EUA.

254 Fundado em 1944, na Conferência de Bretton Woods, teoricamente teria a função de fazer empréstimos às nações que necessitassem de crédito em longo prazo, cujo intuito era investir em infraestrutura nos "países

criados para agir na defesa dos enunciados interesses da alta burguesia estadunidense. Tais organismos só prestam conta aos executivos dos governos, facilitando, assim, a execução do projeto imperialista capitaneado pelo capital monopólico da atual grande potência.

Esta impunidade autoimposta aos/pelos EUA os exime da responsabilidade pelos danos socioambientais causados por suas políticas econômicas, sobrecarregando a conta da impunidade secular do terrorismo do Estado burguês (ALMEIDA, 2003), que deviam ser classificados como crimes hediondos contra as camadas populares não só da periferia do sistema capitalista, mas do planeta como um todo.

Pelas peculiaridades jurídicas do direito internacional, a história dos EUA é única. O papel funcional de seu imperialismo, através de seu poder de constrangimento – promoção de sanções econômico-financeiras e político-militares – no que diz respeito ao direito internacional, sempre se pautou por uma legislação em causa própria, não só no que se refere à América, mas, por extensão, ao mundo. Eloquente exemplo é o da Doutrina Monroe (1823). Sua postura nesse campo sempre foi no sentido de forjar uma jurisprudência internacional fundamentada em supostos princípios de “direito global” e “justiça internacional” a partir dos interesses de suas classes dominantes. Para tanto, a guerra permanente levada a cabo pelo Estado desde o imediato pós-II Guerra deu o respaldo parajurídico de sua ação imperialista. Seu intuito sempre foi o de imprimir uma aparente legitimidade aos seus saques, avalizados por um questionável direito supranacional e seu papel de polícia do mundo. Para assegurar-se de suas posições unilaterais, existe o suporte de um Estado Nacional forte.

A sociedade *high tech* e a construção da hegemonia estadunidense

Apesar do invento das máquinas, que multiplicam as forças humanas, ser benéfico para o homem, a distribuição de seus benefícios transforma a máquina em flagelo dos pobres.

Jean-Charles-Léonard de Sismonde de **Sismondi** (1773-1842)

Ao atentar-se à história do capitalismo, vê-se que, concomitante ao desenvolvimento do processo de acumulação e concentração de capitais, deram-se mudanças tecnológicas

em desenvolvimento”. Na década de 1990, suas funções, assim como as do FMI, já estavam descaracterizadas em relação às originais. Desde a sua fundação, os EUA são os sócios majoritários do BM. Para Sampson, o controle das duas principais instituições financeiras internacionais (FMI e BM), encontra-se nas mãos de poucas nações, lideradas pelos EUA, que detêm cerca de 20% dos votos (1981:14).

255 Criado à mesma época e lugar do BM, tinha o caráter de instituição de supervisão do sistema monetário internacional, com a função de aportar recursos financeiros em países com problemas no balanço de pagamentos. Tinha, teoricamente, um enfoque algo diferenciado BM, já que se propunha a empréstimos de curto prazo. No início da década de 1990, o FMI contava com mais de 150 Estados-membros, a grande maioria deles, “em desenvolvimento”, contraditoriamente submissos às diretrizes da pequena minoria capitalizada.

substanciais: do artesão independente ao processo de manufatura; desta para as máquinas eletromecânicas e daí para a robótica com seus *chips* de computadores de última geração baseados na nanotecnologia. Todos esses incrementos – apesar do ufanismo característico dos discursos burgueses que se fizeram acompanhar – mostraram-se, na prática, um processo complexo de indução da inteligência humana em pontos definidos do progresso eletromecânico propiciado por condições materiais em vigor que, como todos os avanços técnicos da história do capitalismo, foi apropriado no sentido da mercantilização.

Foram estágios distintos que se caracterizaram por suas nuances, sendo inegáveis as conquistas advindas do sistema capitalista. Avanços como os da medicina (curas e descobertas de males e prolongamento da expectativa de vida humana no planeta, embora diferenciados), políticos (a conquista da liberdade humana frente ao esmagador domínio teocrático, a supressão do despotismo e sua substituição por um tipo de poder político institucional), econômicos (aumento da produção e disponibilidade de bens, embora acessível a apenas uma parcela da sociedade), etc. Assim, a era industrial apresentou-se à sociedade medieval, apesar do medo e da incerteza proporcionados pelas mudanças. Concretamente, foi um processo que comportou ganhos e perdas para a sociedade como um todo.

Na esteira da modernidade, uma série de ocorrências se deu e outra foi adquirida. Dentre elas aponta-se a concentração desenfreada de riquezas e poder em pequenos círculos sociais, que acabaram por limitar muitas dessas conquistas: o surgimento de novas enfermidades (câncer, AIDS, obesidade, etc.) e o retorno de outras anteriores à sociedade do medievo (peste bubônica, hanseníase, cólera, febres diversas, etc.), fruto de práticas econômicas, sociais e sanitárias inadequadas; a proliferação das megalópoles com suas periferias e sua conseqüente favelização; danos ao ecossistema que acabaram pondo em risco a vida em todo o planeta...

Entre outros, só para exemplificar e dizer que aquilo que se convencionou denominar modernidade apontou, indubitavelmente, tanto para avanços quanto para retrocessos, a depender da ótica sob a qual é vista. Porém, ao se analisar o fenômeno sociotecnológico separado do seu todo, não se revela sua essência e seu alcance nem a sua instrumentalização. Sem uma análise processual, por conseguinte, não se entende a III RT nem se caracteriza os discursos ideológicos burgueses quando afirmam tratar-se de uma revolução na estrutura da produção e que acabou por levar à superação o paradigma marxista da sociedade de classes.

Contrariamente, os avanços tecnológicos, ao serem apropriados pela retórica burguesa como progresso da humanidade, esconde seu caráter instrumental de polarização social, sendo

que suas especificidades, como as relações que mantêm com o capital transnacionalizado da atual conjuntura, não abrem perspectivas de avanço para as classes trabalhadoras. Ao invés de libertadora destas, na prática, a tecnologia acabou transformando-as em escravas do processo de acumulação capitalista. Os lauréis coroam os que se beneficiam desse processo: os donos do capital.

O discurso burguês de “revolução tecnológica” não deixa ver que, em seu conjunto, os avanços técnicos foram apropriados e aplicados, sistematicamente, no processo produtivo formatado pelo capital, sendo transformados em instrumentos capazes de, a um só tempo, aumentar as possibilidades de produção de mais-valor e pôr nas mãos dos proprietários dos meios de produção o controle do processo produtivo. Marx (1983c: 187-190; 196-205), acertadamente, dizia que toda a finalidade do desenvolvimento da força produtiva consiste em encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para reproduzir sua força de trabalho e aumentar sua parte entregue gratuitamente ao capitalista. Em palavras simples, a substituição dos homens pelas máquinas no processo produtivo vincula-se à tentativa de barateamento dos custos da produção e ao conseqüente aumento da taxa de lucro, não da libertação do homem do trabalho extenuante, como se justificou.

Do ponto de vista da produção material da sociedade, o domínio da tecnologia, assim como a capacidade de impor-lhe ritmo de desenvolvimento, implica uma superioridade do processo de produção capaz de promover a ascensão econômica de uma classe sobre outra, assim como de uma coletividade sobre outra. Isso quer dizer que, no sistema capitalista, o domínio da tecnologia acena, também, para o domínio do capital sobre o trabalho.

Nesse sentido, segundo Ceceña, a condição de hegemonia planetária dos Estados Unidos diz respeito à sua capacidade de ação nos setores essenciais da reprodução global, indo desde a produção de mercadorias até a dos próprios instrumentos de dominação direta, culturais e militares (2004:114). Ao colocar novos produtos no mercado, o capital tecnológico altera a composição do consumo, afetando, por sua vez, a composição orgânica do capital aplicado na produção de bens de consumo, mudando a taxa de acumulação. Exemplo disso é o impulso dado à propaganda veiculada pelos meios de comunicação. Agindo massivamente no sentido de criar necessidades, unificar gostos, costumes e hábitos de forma a afinar-se com o desejo de adquirir produtos que geram os mais altos lucros.

Na década de 1960, entendia Harrington, que “todas as técnicas da ciência são empregadas para a socialização particular do gosto público” (1967:15); Mandel discorda ao conceber que, tanto tecnologia quanto consumo são determinados, em grande medida, pela

repartição da renda, o que pode ser comprovado pelas diferenças existentes entre o consumo dos ricos e dos pobres (1982). Hoje, pelo desenvolvimento do capital monopólico – e, conseqüentemente da cultura empresarial – a relação estabelecida é dialética, levando em conta tanto a produção quanto a circulação, como se tem mostrado o cotidiano surgimento de necessidades e a adequação dos consumidores às culturas impostas. Esta é a cultura empresarial do *Wal-Mart*.

O saber, o conhecimento e a ciência sempre estiveram lado a lado com as relações sociais de produção material da existência humana. Pelas características das inovações tecnológicas que se presenciou na história (métodos de produção, organização, transporte, comércio, finanças e técnicas de direção da força de trabalho; nova maquinaria, novas matérias-primas, novos processos, novas categorias de bens; evolução técnica que afeta a natureza das mercadorias no curso da produção; novos métodos produtivos influenciando nas características dos produtos; novos produtos, inventados ou recriados, tirando vantagem dos novos métodos), dizem respeito ao conhecimento, coletiva e historicamente construído, mas apropriado de forma privada. Em consequência disso – separação entre produtor e produto, imposta pelo sistema – não cabe a seus agentes sociais decidirem acerca dos rumos desse processo, mesmo que seus “avanços” digam respeito a uma criação humana, histórica e coletiva, e mesmo quando seu usufruto provoque danos irreversíveis do ponto de vista social, econômico, ecológico, cultural... Sob o modo de produção capitalista, ainda que transformem a paisagem em que vive o homem comum, que implique prejuízo em suas formas tradicionais de organização socioeconômica, em perda de sua subsistência e mesmo que destrua seu habitat, as vítimas diretas não decidem sobre os rumos e fins de seu produto. Sob o capitalismo, a ciência passou ao *status* de fator primordial do processo produtivo e em mercadoria (tecnologia patenteada) ao mesmo tempo.

Nesse sentido, o fato de a sociedade estadunidense ser o *locus* do maior volume de capital – e onde hoje ele se reproduz com maior velocidade, pujança e intensidade, mesmo que pelo *status* colonial-imperialista – não se trata de mero acaso. Isso se explica pelo conjunto de instrumentos e suas medidas na construção da hegemonia estadunidense no mundo, construída, entre outros elementos, no domínio no campo da tecnologia de ponta – representada, na sua maioria esmagadora, por patentes intelectuais registradas – e no forte aparato estatal²⁵⁶ que lhe dá suporte.

256 Segundo Harrington, nos EUA, “onde as pesquisas e criações militares tiveram um papel tão grande na economia de pós-guerra, uns dois terços dessa tecnologia pioneira foram financiados direta ou indiretamente pelo governo” (1967:61). Por sua vez, Ceceña afirma que o “Departamento de Defesa dos

Trata-se, portanto, de problematizar como sendo de preocupação precípua não só das Ciências Sociais – mas também delas – as consequências advindas da apropriação do desenvolvimento tecnológico, já que a relação de poder que aí se impõe passa por questões políticas e sociais; trata-se de relações impetradas na sociedade por um setor social que usufrui disso em detrimento da maior parte da humanidade, sobre a qual recaem as consequências dos “avanços” tecnológicos. Mesmo porque a tecnologia – como qualquer outra máquina a serviço da classe dominante – em mãos capitalistas é um importante meio de dominação social, cabendo à burguesia a função de reproduzir e acumular capital, não de regular mudanças tecnológicas que venham a tornar decente a existência humana, como apregoa. A natureza das inovações tecnológicas não é de caráter somente técnico, mas, principalmente, político e social.

Assim sendo, as questões que se deve alentar são: a que lógica servem? Quem se apropria delas e de que forma são capitalizadas? Ao respondê-las, compreenderemos, finalmente, o quanto têm ensinado as revoluções tecnológicas pelas quais passaram os homens e as mulheres em sua história.

O discurso tecnológico-determinista

Nada pode impedir que qualquer nova invenção, uma vez introduzida na mecânica aplicada, reduza a população trabalhadora. Ela se expõe constantemente a tal perigo e a sociedade burguesa desconhece os meios de evitá-lo.
Jean-Charles-Leonard de Sismonde de **Sismondi** (1773-1842)

O atual quadro de desenvolvimento capitalista, baseado na ‘racionalidade tecnológica’, tão propagada enquanto revolução microeletrônica, evoca, no mínimo, questionamentos. Não interrogações que exorcizem os avanços da técnica e, ao mesmo tempo, reeditam ideias que lembram o movimento *luddita* do século XIX, na Inglaterra, a destruir máquinas que tiravam o emprego dos camponeses. Ou daqueles que olham para trás e se voltam a um saudosismo evocativo de quimeras, tempos que, materialmente, inexistiram – ou que não mais existem – ou mergulham em elogios acrícos que eclipsam a perspectiva político-econômica da chamada “III RT”. Por outro lado, também não se trata de dar continuidade à aparente inocência traduzida na concepção ideológica dos que afirmam que a recente “era tecnocêntrica” (da máquina como centro do universo humano), caracterizada por uma “nova relação entre

Estados Unidos, que é um dos maiores centros de produção e coordenação de pesquisa científica do mundo (...) [garante] uma posição relativamente privilegiada das empresas norte-americanas no mercado mundial e um recolhimento amplo de recursos para sustentar no orçamento as atividades de pesquisa e desenvolvimento que permitam ao setor militar se manter na ponta do conhecimento” (2004:115).

homens e máquinas”, seja a criação suprema da atual sociedade, muito menos a base de todo seu desenvolvimento²⁵⁷.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar-se no aspecto científico do desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial, senão aproximar-se ao caráter instrumental de dominação política que tais incrementos desempenharam (desempenham) no seio do sistema capitalista. Nesse sentido, o pressuposto teórico que sustenta a abordagem que aqui faz parte do entendimento de que a tecnologia – e sua relação orgânica com a produção/reprodução do capital – é elemento inseparável dos meios de produção. Assim o sendo, os incrementos tecnológicos são levados a cabo, por regra, na sociedade capitalista, visando à acumulação. Esta é a essência da tecnologia aqui entendida, o que leva, por extensão, a pensá-la como elemento imprescindível, no capitalismo monopolista em sua fase de transnacionalização, no fator, por excelência, da atual hegemonia.

Isto talvez explique a incômoda renitência em posicionar-se contra o uso de determinadas categorias pelo risco de representarem apelos ideológicos que se utilizam dos avanços no conhecimento científico de forma a legitimar sistemas de dominação, como é o caso da III RT, que atribui o *status* de revolução ao processo de automação oriundo em meados do século XX. De forma que, ao se referir à expressão ‘revolução tecnológica’ quando se fala dos incrementos técnicos aplicados no – e sugeridos pelo – processo produtivo capitalista em meados do século XVIII, apesar de se tratar de uma aplicação arbitrária, em parte se justifica pelas consequências sociopolíticas e econômicas que, concretamente, revolucionaram não só a produção, mas inclusive seu processo de acumulação. Naquele momento, uma nova classe social se consolidou, as forças produtivas da sociedade se transformaram radicalmente, dando um novo caráter à produção, alterando, paralelamente, todo o universo social, político, econômico e cultural. O uso da expressão nestas circunstâncias é pertinente por tratar-se de uma tendência histórica caracterizada por grandes avanços nos campos citados, concretizados num tempo e espaço definidos – mesmo que desigualmente – e por ter representado a transformação, um corte irreversível entre um e outro sistema de produção e dominação, através de um conjunto de movimentos econômicos, políticos, técnicos e sociais.

No entanto, quando se refere à ‘III RT’, pela profunda conotação ideológica contida, tal inferência deturpa o sentido real dos avanços técnicos advindos do período em que tal fenômeno se circunscreve. Nesse sentido, alguns aspectos merecem ser ressaltados. O

257 No início da década de 1970, Mandel, acertadamente afirmava: “a crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio” (1982:351).

primeiro deles confronta a rotulagem de revolução como referência para o fenômeno quando o que mais marca esse processo é a continuidade – e não ruptura – do padrão evolutivo de desenvolvimento do conhecimento científico desde as duas revoluções industriais que o antecederam²⁵⁸.

Ao apossar-se, mais uma vez, de terminologia cara aos movimentos sociopolíticos históricos, a qualificação que se lhe atribui não dá conta do seu real significado. Apesar de considerações enxergarem diferenças categoriais entre descobertas e invenções técnico-científicas e ‘inovação tecnológica’ – como é o caso de Mandel (1982:176) – o que se percebe dos avanços científicos em todas as áreas cuja incidência de tecnologia era maior, é que a capacidade intelectual usada nesta produção, sob o imperialismo ganhou impulsos consideráveis que as direcionaram para a valorização do capital. Diferentemente do discurso burguês, os avanços tecnológicos não trouxeram conquistas sociais que libertassem o homem dos problemas históricos que o afligiam, como o entendia Barnes (1955:553). O motivo para que isto não acontecesse foi um só: no âmbito das relações capitalistas este não era seu objetivo. De que ‘revolução’, afinal se trata?

O fito da chamada revolução tecnológica, ao aludir às possibilidades de maior produção de riqueza com menos trabalho, sob o discurso de que liberaria o produtor direto de atividades que escravizavam seu tempo e suas energias, concretizou-se em parte naquela que dizia interesse à produção e acumulação de riquezas por parte daqueles que detêm o capital. Nesse sentido, a história mostrou que, pelos procedimentos tecnológicos (automação, energia nuclear e cibernética) encetados, excluiu-se certa quantidade de trabalhadores potenciais e garantiram maior acumulação dos que exploravam sua força de trabalho. Sob o capitalismo, de qualquer ângulo que se observe o papel do desenvolvimento técnico-científico, historicamente, tem sido o de adequar e intensificar sua aplicação ao processo produtivo, acelerando a acumulação de capitais.

A história da América Latina da segunda metade do século XX é um exemplo vivo disto. Os avanços técnico-científicos dos anos 1960 favoreceram minimamente o crescimento de sua exportação industrial, resultado da inserção da região na divisão internacional do

258 Outra questão que se postula é a concepção de revolução tecnológica apenas quando se refere às vinculadas aos processos industriais capitalistas. Ao fazer isso, se põe em segundo plano os saltos tecnológicos protagonizados pelo homem – mesmo os conseguidos sob o aval do lucro privado. Ao assim se proceder, deposita-se no esquecimento o processo de Revolução Neolítica, passo imprescindível no sentido dos demais avanços tecnológicos posteriores. Foi neste processo que se efetuou a revolução agrícola, acompanhada do sedentarismo e trouxe inovações sociais e políticas. Assim, infere-se aos avanços posteriores não só um caráter revolucionário que alguns não possuem como também se retira do conhecimento o seu caráter histórico cumulativo, de construção coletiva de toda a humanidade. Acerca da importância da revolução neolítica, ver Chonchol (1994).

trabalho como especializada na exportação de artigos e matérias-primas. Em contrapartida, permitiram aos países centrais se especializarem na produção e exportação de tecnologia de ponta, ratificando sua histórica posição de interdependência desfavorável à periferia.

Limites político-científicos da III Revolução Tecnológica

Outro aspecto representativo da profunda conotação ideológica contida no discurso da ‘III RT’ refere-se aos limites científicos e ao caráter político que envolve o fenômeno, quando o conhecimento técnico-científico é apropriado com o fito de domínio socioeconômico e militar. A ‘coincidência’ representada pelo fato do período entreguerras ser de crescimento econômico desacelerado e de redução do ritmo de inovação tecnológica, como analisado por Mandel (1982:177), corrobora com esta hipótese. A relação simbiótica economia-guerra-tecnologia é uma constante no sistema dominado pelo capital monopólico. Quando o crescimento econômico não comporta investimentos sistemáticos em pesquisa e desenvolvimento científico, por ser o capital seu principal propulsor, sua tendência é ficar em estado de latência, aguardando incrementos que compensem – no sentido de retorno econômico – o esforço despendido, e, como a soma desses investimentos é de alta monta, seu retorno deve vir em forma de superlucros.

Foi assim na conjuntura belicista de início dos anos 1940, em que se instaurou o conjunto de inovações tecnológicas que daria início ao período cognominado – por Mandel, entre outros – de “Terceira Revolução Tecnológica”. Este fenômeno se apresentou concomitantemente às condições de remuneração requerida pelo grande capital, quando este se manteve em estado apenas potencial, pela baixa remuneração desde a crise dos 30. As novas possibilidades de investimento tecnológico surgiram quando, em meio à crise, uma grande guerra veio incrementar as economias centrais do capitalismo, dinamizando-as, após a baixa aceleração de crescimento. Assim é que grande parte destas inovações teve um caráter marcial – ou relacionado a ele – sendo absorvida pelo complexo industrial-militar, dinamizando a economia capitalista – e, por tabela, a produção de ciência e tecnologia – confirmando a supracitada relação simbiótica ciência/economia. Não por acaso a energia nuclear foi dominada nesse período.

Assim sendo, o conjunto de invenções que acresceram o desenvolvimento tecnológico acumulado no período da III RT, apesar de imprimir certo grau de influência nos rumos técnicos e sociais, não revoluciona, essencialmente, o processo produtivo capitalista, tampouco dá novos rumos à sociedade. Desde os clássicos processos de revolução tecnológica

dos procedimentos produtivos até os dias de hoje, o desenvolvimento técnico tem sido evolutivo, sem rupturas revolucionárias na sociabilidade humana, o que não implica afirmar que não existam dessemelhanças entre eles. O teor tecnológico da I Revolução Industrial (fins do século XVIII, caracterizado pela produção de motores a vapor por meio de máquinas) e da II (entre 1848-1873, destacada pela invenção do motor elétrico e à explosão) é distinto. A I RI baseou-se na engenhosidade mecânica; a II, no surgimento de novas fontes de energia (destacadamente energia elétrica e petróleo) surgidas nos fundamentos da ciência termodinâmica, eletromagnética, química, engenharia mecânica e geologia, e da pesquisa como um todo. No entanto, apesar das diferenças, não se trata de nenhuma heresia sociológica afirmar que a II tenha sido uma consequência da I – esta é a concepção de Mandel (1982) – assim como a denominada III RT²⁵⁹ representa um *continuum* dos processos anteriores, uma espécie de síntese que fusionou ciência, produção e tecnologia e colocou-as à disposição da acumulação capitalista.

Não por acaso o principal parâmetro do discurso burguês da ‘globalização’ é calcado no espetáculo tecnológico de uma suposta sociedade *high tech*, através do qual busca legitimar-se ao vincular o aprofundamento da transnacionalização capitalista àquilo que representa uma revolução – símbolo de desenvolvimento social. Como consequência de tal processo, veio à luz uma ideologia de caráter tecnocrático cuja função foi a de transferir para o campo técnico questões de cunho eminentemente sociopolíticas, acentuando a dualidade arcaico/moderno, atuando de forma despolutizadora ao induzir uma visão parcial e deturpada da realidade. Esse foi o caso da tentativa de enquadramento dos problemas sociais, políticos e econômicos da periferia capitalista como consequência da incapacidade (mais preciso, ‘incompetência’) dos países aí identificados, que não conseguiram acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial²⁶⁰.

Além de reafirmar a economia de mercado como forma definitiva de organização econômica sob a orientação política da democracia representativa burguesa como fim peremptório da organização sociopolítica e econômica mundial²⁶¹, tais ideólogos buscaram

259 Motor propulsor da ideologia da “sociedade pós-moderna”, surgida ainda nos anos 1960, momento histórico do desenvolvimento capitalista em que todos os ramos da economia se encontravam plenamente industrializados.

260 O exemplo do México de 1994, quando da sua “entrada na esfera dos países desenvolvidos” através do Nafta e do surgimento do movimento zapatista, quando toda a imprensa mundial noticiou o encontro de dois mundos diametral e historicamente opostos (o bronco e o moderno) é sintomático. Acerca, ver Almeida (1999).

261 Foi o caso de Fukuyama (1992). Em referência à crise mexicana de 1995, a explicação para a mesma, dada pelo ministro do Quebec, Pierre-Marc Johnson, era que havia sido provocada pela fraude e pela

atribuir a questões de ordem cultural e ‘anomalias’ capitalistas os insucessos sistêmicos que levaram economias inteiras à falência.

Fukuyama, por exemplo, assim explicou o fato de o Extremo Oriente ter se dado melhor em termos econômicos do que a América Latina (2005:14). Para este autor, muitos países asiáticos têm longa tradição de instituições e Estados relativamente fortes, coisa que falta à América Latina. Se aqui a questão não é meramente técnica, é de ordem subjetiva, típica do discurso fragmentário. Tal conexão passa, assim, a favorecer a aceitação do poder subjacente à sua aplicação, aquele capaz de alavancar altos investimentos de capital: as grandes corporações transnacionais. Assim sendo, não por mera coincidência, quem detém o capital-tecnologia atua, também, no campo das relações internacionais como força imperialista. É nesse sentido que se ressalta o uso da expressão revolução tecnológica para os incrementos científicos contemporâneos, principalmente nos campos da microeletrônica²⁶², informática, engenharia genética, nanotecnologia²⁶³.

Assim, o lugar primordial que ocupa a III RT é evidenciado no caráter da hegemonia – no sentido gramsciano de consenso dos subjugados – planetária da atual conjuntura pelo detentor da maior quantidade de capitais e da gama de tecnologia daí advinda. Dialeticamente, ao mesmo tempo em que o domínio tecnológico implica grande aporte à hegemonia estadunidense, corrobora também no aspecto ideológico, já que a sociedade detentora de tais tecnologias – sinônimo de revolução – passa a ser vinculada com o que há de mais ‘avançado’, ‘desenvolvido’, ‘revolucionário’, ‘inovador’, ‘pós-moderno’... Isso reforça a lógica do atual processo de transnacionalização capitalista (‘globalização’) dando-lhe validade ao vincular revolução à tecnologia, associando-as e imprimindo a esta última adjetivações efêmeras sem os necessários cuidados.

Em contraposição, insinua que os que – por motivos que não vêm ao caso: culturais, econômicos, políticos, religiosos, etc. – não acompanham tais ‘progressos’ representam o bronco, o atrasado, o retrógrado, o *démodé*, o subdesenvolvido..., condição que, no mínimo, justifica – como historicamente justificou – a sua exploração pelos centros que dominam o espectro da tecnologia e, no extremo, legitima a perda de sua soberania.

especulação financeira mundial (*La Jornada*, 19/06/1995). O mesmo argumento seria utilizado pelos ideólogos neoliberais, anos mais tarde, quando da crise de Cingapura.

262 A microeletrônica desenvolveu um papel essencial no processo de introdução da automação em diversos processos produtivos. Assim, esse campo da ciência foi o responsável pela invenção do transistor (1947), do circuito integrado (1959) e, por fim, do microprocessador (1971).

263 Referência à tecnologia que manipula a matéria na mesma escala de átomos e moléculas, medida por nanômetros (equivalente a um bilionésimo do metro).

Ao se atentar para aquilo que se apresenta como contraditório ou dual fazendo parte de uma mesma lógica de acumulação capitalista, vê-se a ideologia hegemônica subjacente aos incrementos tecnológicos. Ao mesmo tempo em que é difundida uma visão maniqueísta, bidimensional e mecanicista da realidade, reforça-se o entendimento de que aquilo que não se enquadra nos padrões de desenvolvimento material elaborado e difundido pela ótica capitalista de organização socioeconômica e cultural representa o abominável, por encontrar-se fora da órbita de tal racionalidade. Tal entendimento reporta sempre à analogia entre estágios de desenvolvimento, em comparações nas quais a sociedade que se encontra em um exercício de incremento tecnológico não equivalente ao hegemônico seja inferior²⁶⁴.

É nesse sentido que cabem questionamentos: em que aspectos teria sido o advento da modernidade um avanço em relação à época medieval? E o “pós-modernismo”, seria um novo marco na história da civilização – como se propugna – ou transitoriedade de um mesmo processo de acumulação ‘civilizadora’?

Essa cosmovisão dualista (mecânica e maniqueísta) que, em tom acrítico contrapõe o velho e o novo, o progresso e o atraso, o moderno e o arcaico, acaba inferindo à retórica do discurso burguês que só é ‘moderno’, ‘avançado’, ‘progressista’, ‘novo’ aquilo que se encontra envolvido pela lógica do recente tecnocratismo.

Dessa coerência nasceu o discurso da “globalização”, surgido nas escolas de administração da costa nordeste dos EUA, buscando ocultar as contradições do imperial-capitalismo. Seu uso é, no geral, apologético, contribuindo para encobrir a existência de relações de exploração capitalistas e, mais particularmente, imperialistas. Isto ocorre com maior intensidade quando o foco incide predominante ou exclusivamente no desenvolvimento tecnológico (CHAGNOLLAUD, 1999:196). Sua origem, portanto, de fato sinaliza para um caráter fortemente ideológico (conservador), numa lógica em que, mesmo a tecnologia, uma vez tornada obsoleta, passa a representar um sinal de atraso. Não por acaso a premiação do Nobel (2007) foi para pesquisas na área da nanotecnologia, superando mesmo aqueles que desenvolvem trabalho na área da biotecnologia²⁶⁵. Como o comitê que elege o premiado o faz

264 Esta é a lógica do discurso de Fukuyama (2005) e Nye (2002), em relação aos “países fracassados”.

265 Qualquer superficial levantamento dos ganhadores de Nobel em Economia acusa sua filiação classista e/ou sua origem estadunidense. Segundo Sternberg, dos 4.000 cientistas que se dedicaram à fabricação da primeira bomba atômica dos EUA, 15 deles eram Prêmios Nobel (1962:71). Nos mais de trinta anos que separam a primeira edição do Prêmio Nobel (1967), ele foi atribuído a 40 americanos de um total de 58 laureados. Em 2007, o Nobel de Economia foi atribuído aos estadunidenses Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson pelos seus trabalhos baseados nos mecanismos de intercâmbios destinados à melhoria do funcionamento dos mercados. Em 2008, Paul Krugman, liberal de carteirinha, foi agraciado com o prêmio pela elaboração de uma ‘teoria’ que visa integrar pesquisas sobre intercâmbios comerciais e ‘globalização’ com estudos sobre os processos de urbanização em escala planetária. Acerca, ver *Americano Paul Krugman*

sob o critério de contributo ao sistema, já se fala na substituição do mundo *biotech* pelo *nanotech*, sob os auspícios dos

dólares corporativos. Enquanto financiam os laboratórios de universidades prestigiosas e o início de nichos nano, ou financiando pesquisa em seus próprios laboratórios P&D, os Gigantes do Gene – Monsanto, Dow Chemical, DuPont, Aventis, Novartis – estão se tornando os Nano-Poderosos. (...) forçando a tecnologia de “sementes não renováveis” nas organizações internacionais de comércio, que estão invadindo e destruindo a flora e a fauna nativas, colonizando e privatizando os pontos chave da própria vida. Seus investimentos em P&D em nanotecnologia no mundo excedem US\$ 4 bilhões (...) e em dezembro de 2003, Washington liberou US\$ b3,7 bilhões para financiar a pesquisa em nanotecnologia (BURSTYN, 2006:28).

Nesse sentido, as pesquisas científicas não estão isentas da lógica acumulativa capitalista, sendo o seu conjunto determinado pelos interesses daqueles que as tornaram artigos caros, produzidos nos padrões mercadológicos e para este fim. As atividades de pesquisa, mesmo aquelas desenvolvidas no seio da Universidade pública, pouco ou nada dizem respeito aos interesses da instituição. O conjunto das pesquisas acadêmico-científicas diz respeito mais aos interesses do capital monopolista que dos grupos sociais a ela vinculados, exceto honrosas exceções. Dados de final dos anos 1970 registram que, “um terço das despesas mundiais de pesquisa e desenvolvimento tem a guerra como objetivo; 500 mil cientistas, pesquisadores e engenheiros trabalham nisso, cerca de 350 mil deles nos países capitalistas” (GRENET, 2000:445). Estes dados são testemunhados diariamente por qualquer pesquisador que acesse informações acerca do volume substancial de recursos financeiros destinados a projetos identificados pela rubrica C&T (Ciência e Tecnologia), nomenclatura que representa o desenvolvimento científico voltado aos interesses da acumulação capitalista. Para se constatar a incidência dos investimentos desta natureza, basta visitar os editais públicos e privados que subsidiam a maioria das pesquisas no mundo inteiro. Hoje, os que mais recebem atenção são os fundados na nanotecnologia, área na qual se pesquisa desde o planejamento de animais até a esfera da vigilância e da guerra (tecnologia atômica, cibernética e automação). Tais investimentos expõem a lógica produtiva que favorece ao mercado, mas que atenta contra a autodeterminação investigativa.

Quando Javier & Olivieri (2005) eloquentemente evocam discursos marcados pelo extremismo globalizacionista que afirma o atual processo de reestruturação capitalista como a

“primeira revolução global” demonstram uma enorme negligência – ou desconhecimento – em relação aos históricos processos técnicos representados pelas revoluções industriais e mesmo pela neolítica. De que revolução trata a “global” quando as estruturas socioeconômicas, políticas e culturais são mantidas, sofrendo mudanças apenas onde não diz respeito à sua essência? Que revolução é esta que atinge apenas a metade da população planetária, quando três bilhões de pessoas nunca fizeram uma ligação telefônica²⁶⁶, quanto mais ter acesso direto à internet, à bio ou nanotecnologia? Para Ramonet, as desigualdades atingem proporções inéditas e revoltantes na atual configuração – o que, no entendimento do pesquisador que aqui escreve, nega a noção de globalização. Diz ele que “metade da humanidade vive na pobreza; mais de um terço, na miséria; 800 milhões de pessoas sofrem de desnutrição; quase um bilhão de analfabetos; um bilhão e meio não têm acesso a água potável; dois bilhões não conhecem luz elétrica...”²⁶⁷

Vista sob a ótica social, a tentativa de materializar tal *globalização* a partir da esfera do progresso tecnológico não faz avançar conceitualmente, já que esse “capitalismo de informação globalizada”²⁶⁸ não atinge o âmago da questão. Pelo contrário, se distancia dela.

Assim, procurando desmistificar o determinista discurso burguês acerca da sociedade globalizada e da III RT, apontam-se aqui cinco deformações deste. Primeira, o incremento tecnológico dos processos produtivos, até o momento, vincula-se à incômoda dependência estrutural capitalista da força de trabalho por parte do sistema produtivo, tal qual concebera Marx. Ele atende à necessidade de acumulação capitalista, procedendo-a através da diminuição do tempo de rotação do capital fixo²⁶⁹. Esta vinculação põe por terra, definitivamente, a retórica da neutralidade da ciência, a trabalhar pelo bem comum da

266 O Relatório do Parlamento Europeu sobre as tecnologias da informação e das comunicações, de 27/03/2001, considerava à época que aproximadamente 80% da população mundial viviam nos países em desenvolvimento, tendo o acesso muito limitado à informação e aos modernos meios de comunicação, o que coloca grandes obstáculos à capacidade de influenciar a sua vida. No mesmo sentido considerava um cálculo de que, em finais de 2001, 700 milhões de pessoas estariam ligadas à internet, mas que, ao mesmo tempo, mais de 2 bilhões delas nunca teriam feito uma chamada telefônica. *Projeto de relatório sobre as tecnologias da informação e das comunicações (TIC) nos países em desenvolvimento, 1999-2004*. Disponível em <http://www.futureofeuropa.parliament.gv.at/meetdocs/committees/deve/20010409/428813PT.DOC>. Acessado em 09/04/2008.

267 RAMONET, Ignácio. *A guerra social*. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2002-11,a475>. Acessado em 09/04/2008.

268 Frase cunhada por Castro Silva, Gustavo Javier & Olivieri, Alejandro Gabriel no sentido de qualificação do fenômeno da globalização. Disponível em *Revisando a teoria das relações internacionais. Enfoque imperial: o surgimento de uma nova teoria?* In: www.unieuro.edu.br/downloads_2005/hegemonia_01_teorias_imperial.pdf. Acessado em 07/07/2007.

269 Para Mandel, “a redução do tempo de rotação do capital fixo está intimamente relacionada à aceleração da inovação tecnológica, da qual inúmeras vezes é somente a expressão de valor. Esta aceleração abrevia a obsolescência da maquinaria, o que torna obrigatória a substituição, em ritmo mais acelerado, do capital fixo em uso e, conseqüentemente, reduz o tempo de rotação do capital fixo” (1982:175).

humanidade. Uma vez absorvidas pelo capitalismo, ciência e tecnologia são transformadas em forças produtivas diretas, indispensáveis ao processo de acumulação, fato evidenciado com maior veemência sob o signo do imperialismo, principalmente no pós-II Guerra.

Segunda, a racionalidade tecnológica – e sua suposta impressão de satisfação de todas as necessidades apresentadas pelo homem da contemporaneidade – e sua capacidade de imposição de ritmos e instrumentalização, aplicação na vida cotidiana e sensação de liberdade que proporciona, diz respeito a um elemento primordial na reprodução da hegemonia planetária pautada no poder do capital monopólico. A aceitação dos avanços tecnológicos da “sociedade tecnocêntrica” a partir do idílico prisma da racionalidade burguês-capitalista, como se tratasse de um processo inevitável a serviço indistinto do homem; e o consenso de que, necessariamente, sejam apropriados por determinados setores da sociedade sem que prestem conta ao todo dela, evidencia a anuência da hegemonia dos proprietários ‘intelectuais’ do conhecimento patenteado – elemento hoje tão essencial à luta competitiva entre capitais²⁷⁰ – independentemente de se tratar de uma reserva geral de conhecimento produzido pela sociedade humana em sua formação histórica. Segue, assim, a lógica capitalista da apropriação privada da produção social. Manter-se à frente de supostos – ou reais – adversários, nesses tempos de aprofundamento da transnacionalização capitalista, trata-se de dominar o campo da produção tecnológica. Diz Ceceña que, para se manter uma ascendência sobre os competidores, um país se obriga,

de maneira cada vez mais vertiginosa, a manter a dianteira numa corrida por inovações que permita não somente aumentar os lucros, mas ter a capacidade de determinar as condições gerais da dinâmica produtiva, estabelecendo paradigmas de subordinação. [E conclui que, para] avaliar a condição hegemônica dos Estados Unidos, é preciso uma abordagem da sua posição relativa nos setores essenciais de reprodução global que, certamente, não se relacionam somente, nem principalmente, com a produção de mercadorias, mas com a produção de instrumentos de dominação, militares e culturais (2004:114).

270 Nesse sentido, são significativos os números percentuais que comparam a produção e patenteamento, quando põem os Estados Unidos como disparado maior investidor em tecnologia (33%), numa perspectiva em que inovar torna-se sinônimo de desenvolvimento tecnológico capaz de ser apropriado e aplicado na consecução de lucros para o capital em seu processo de acumulação, e, conseqüentemente, poder. Dessa forma, desenvolvimento tecnológico torna-se o imperativo para os países que desejam se destacar no mundo transnacionalizado. Com razão afirma José Aparecido da Silva que é “cada vez mais evidente a relação inequívoca entre PIB, produção científica e de patentes. Os produtos baseados em tecnologia são aqueles que mais geram riqueza. Investir em inovação é sinônimo de crescimento do PIB”. In: *Ciência brasílica*. Disponível em <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2007/jusp800/pag09.htm>, e acessado em 10/04/2008. Não é, portanto, gratuito que as três maiores economias do planeta (Estados Unidos, Japão e Alemanha) tenham também os melhores indicadores de patentes e produção científica do mundo.

Também nesse sentido, tal qual posta, a III RT tem a função de legitimar a hegemonia planetária das relações capitalistas no mundo transnacionalizado. Assim utilizada, a expressão não vale mais que outros convenientemente empregados para designar tendências ideológicas que ratificam estruturas de poder.

Terceira, o domínio tecnológico é (e sempre foi) utilizado como instrumento de manutenção da supremacia imperial na periferia do sistema, quer seja no âmbito da produção econômica, da política ou da estratégia militar em nível mundial, este capitaneado pelo complexo industrial-militar estadunidense (e, neste contexto, a tecnologia da informação e comunicação). Deste modo, no que tange à produção, sua modernização²⁷¹ levou à ampliação e incremento da indústria, assim como da sua fome de matérias-primas e força de trabalho baratas e mercado, substituindo as velhas organizações produtoras. Nos EUA, por exemplo, o *plantation* deu lugar à agricultura sob o regime capitalista da pequena e média propriedade com mão-de-obra assalariada.

Nesse processo em que várias partes colonizadas²⁷² – ou semicolonizadas – do planeta foram inseridas, coincidentemente, “os preços das matérias-primas inicia (sic.) seu prolongado declínio secular (1873-1973)” (CALDWELL, 1979:78)²⁷³, reafirmando o domínio pela divisão internacional do trabalho, pautada entre produtores de tecnologia e produtores de matérias-primas e artigos primários. E se, a partir de 1972, pela falta de investimentos de capital nos setores de produção primária de alimentos e da especulação de curto prazo – que acabou por gerar uma grande alta inflacionária – os preços destes adquiriram um significativo aumento, a lógica acumulativa capitalista tratou de transferir os lucros para as burguesias da periferia, solidificando seus laços com o imperialismo. A regra geral é a assimetria imperialista. É esta lógica que faz com que o capital monopólico mantenha sob seu domínio toda a produção

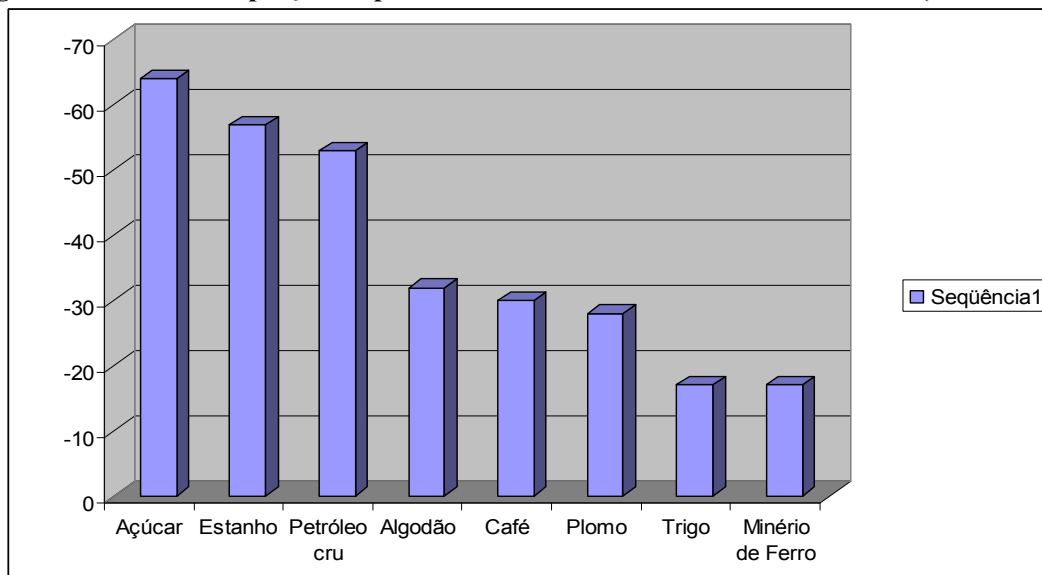
271 E o que fora a modernização senão o principal alibi do capitalismo ocidental, em sua sanha imperialista, para o espraiamento de suas relações pelo mundo?

272 Cabe aqui pautar uma definição/diferenciação entre os processos de colonização e imperialismo: a primeira implica a ocupação de extensões de terra diretamente pelas forças colonizadoras, que ocupam, literalmente, as suas posses, quase sempre de baixa densidade povoadora; no caso do segundo, as práticas imperiais implicam mecanismos mais complexos e não necessariamente a presença física dos colonizadores, de suas instituições e práticas econômicas. Por quase todas as posses estarem densamente povoadas, a dominação se dá de forma econômica, através de implantação de empresas, exploração da mão-de-obra, exportação de capitais e transferência de riqueza.

273 Segundo Emmanuel (1981:24), “os cálculos publicados pelas Nações Unidas em 1949 estimavam em 40% a desvalorização dos produtos primários desde os fins do século XIX até a véspera da última guerra mundial. (...) Desde 1960, essa tendência parece progredir: em setembro de 1962, o índice de preços das matérias-primas do *Financial Times* mostrava um retrocesso de 7% em apenas um ano, e avaliações aproximadas nos anos 1961-1962 fazem essa porcentagem elevar-se a quase o dobro. (...) [No entanto,] estas cifras não refletem toda a realidade. (...) Esses preços e esses índices, ainda que reajustados ao padrão ouro das diferentes moedas, não levam em conta o fato de o próprio ouro perder metade de seu valor desde os acordos de Bretton Woods em 1945”. Acerca, ver Mandel (1982: 40-50).

capitalista. O gráfico a seguir mostra o descenso dos preços dos produtos oriundos da periferia, logo após o curto aumento que se efetuou nos anos 70.

Figura 31: Queda dos preços de produtos básicos no mercado internacional (1980-1988)²⁷⁴



A relação acumulação/tecnologia pode ser encontrada na própria divisão internacional do trabalho, quando se investiga quem são – e onde estão – os produtores destes artigos. A tabela a seguir, demonstra isso.

Figura 32: Relação de dependência no ingresso de divisas por país/produto/região²⁷⁵

Produtos	País	Região	Dependência no ingresso de divisas (%)
Café	Burundi	África	84
Café	El Salvador	América Central	63
Produtos derivados do petróleo	Antilhas Neerlandesas	América do Sul	92
Gás natural e estanho	Bolívia	América do Sul	74
Gás e petróleo cru	Indonésia	Transcontinental (entre Ásia e Oceania)	65
Algodão e soja	Paraguai	América do Sul	75
Mineral de ferro	Libéria	África	63
Cobre	Zâmbia	África	88
Chá	Sri Lanka	Ásia	39
Madeira e arroz	Mianmar	Ásia	64

274 Dados da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), 1988. Publicados pelo *Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*, em outubro de 1989. In: *La economía mundial: un desafío global*. Informe do *Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990, pg. 52.

275 Idem, pg.49.

Como registrado nos anais da história, os processos anteriores de incremento tecnológico indicam que os avanços das forças produtivas no desenvolvimento capitalista invadiram as esferas da produção social (agricultura, indústria, transportes) e da circulação de mercadorias (comércio, setor de serviços em geral, bancos), gerando um aumento das possibilidades de exploração da força de trabalho e da sua capacidade produtiva, atuando paralelamente ao aumento do desemprego estrutural e do estrangulamento das organizações operárias.

Ao se atentar para o fato de que a periferia foi, ao longo da história, inserida no desenvolvimento capitalista como, primeiramente, fornecedora de matérias-primas e mão-de-obra barata e como mercado para os manufaturados metropolitanos, uma associação vem logo à mente: o disparate tecnológico que caracteriza as produções centro/periferia. Mesmo quando, posteriormente, esta assimilava uma tecnologia quase obsoleta ou em processo de obsolescência – comparada em relação à dos países centrais – o papel do domínio tecnológico salta aos olhos: como afirmara Caldwell, o controle da tecnologia por parte dos países centrais garantiu procedimentos e métodos de produção qualitativamente inferiores aos seus modelos, em padrões específicos (1979:80-81).

Essa conformação impôs às economias periféricas um modelo econômico nos padrões de interdependência, caracterizado pelo predomínio do setor primário da economia interna, de modo a facilitar a espoliação imperialista. Uma vez consolidada esta condição – retroalimentada pelo incentivo dos centros capitalistas ao investidor estrangeiro no exterior (mecanismo de reprodução) – impulsionava-se o avanço do capital externo na periferia, perpetuando-se um processo histórico que, ao mesmo tempo em que incentivava o investidor estrangeiro à aplicação no exterior, inibia o investimento interno. Prostrada no aparelho estatal, a fração burguesa latino-americana ligada ao capital monopolista internacional, tratou de introduzir novas tecnologias capazes de ampliar e garantir o processo de acumulação capitalista nos momentos de queda da taxa de lucros.

Mesmo quando da industrialização substitutiva de importações, nos anos 1940-50, esse procedimento foi levado a cabo pelo capital monopólico, que abria caminho para a entrada das multinacionais. Quando se trata de espriar relações capitalistas, “longe era um lugar que não existia”²⁷⁶. Nos vinte anos que se seguiriam, as multinacionais tornaram-se os elementos-chave dessa maneira imperialista de engendramento das relações capitalistas. E, quanto mais

276 Paráfrase de livro de Richard Bach.

se expandia o capitalismo, maiores se tornavam as expectativas de prosperidade, mas também de ocorrências de crises dentro de períodos cada vez mais curtos.

As corporações transnacionais adentraram os mercados internos da periferia capitalista, beneficiadas por legislações trabalhistas repressoras, generosos incentivos governamentais e pela corrupção, que lhes asseguravam oferta de mão-de-obra barata e insumos, permitindo-lhes obter lucros a partir da moeda nacional e recursos para moverem os parques industriais dos centros capitalistas. Nesse processo, mesmo o setor de produtos primários de sociedades melhor equipadas estavam suscetíveis a ciclos econômicos. Vejamos:

Figura 33: Utilização anual da capacidade na indústria manufatureira estadunidense (%)²⁷⁷

Alta cíclica		Baixa cíclica	
1952	94	1953	76
1955	90	1958	74
1959	82	1961	79
1966	91	1970	65
Verão de 1973	87,5	Março de 1975	65

Na busca por manter o domínio político-econômico da periferia no âmbito da crise, a burguesia apropriou-se dos avanços na tecnologia da informação e da comunicação, transformando-os em potentes instrumentos concentradores de riquezas e poder, tanto na periferia quanto nos centros. Num mundo marcado por uma ampla propagação da técnica e dos sistemas eletrônicos, da informática mais especificamente, os meios de comunicação ganharam novo *status*, cabendo-lhe a organização política do homem comum, formando opinião, informando, divertindo, educando, enfim, rearticulando a partir dos interesses subjacentes ao grande capital, seu detentor. Esse mecanismo continuou sendo utilizado com os mesmos propósitos, apesar do tempo e das mudanças ocorridas no âmbito socioeconômico.

Assim é que, atualmente, a esfera social passou a ser apresentada como uma espécie de espetáculo midiático, um mundo imagético – e imaginário, virtual – ocupando o lugar que a razão – e a política – ocupava, diluindo os diversos componentes sociais na categoria expectador que, no extremo, tem a ‘liberdade’ de escolher entre o ofertado e o mesmo. Um mundo onde a concepção da sociedade, ao mesmo tempo em que é desconstruída, dilui-se em fragmentos (*frames*), decodificada (inclusive com linguagem própria), sendo, por fim, reconstruída, refabricada numa aparente totalidade – mais virtual que real – como a de

²⁷⁷ Mandel (1982:322). Baseado no *Economic Report of the President*, de janeiro de 1962. *Statistical Abstract of the United States*, 1968.

globalização; onde, a partir de um aspecto da sociedade passa-se a visualizar o seu conjunto, totalmente desvirtuado; um mundo de sistemas sociais, como o das comunicações, onde

donos de uma rede de satélites, retransmissoras, estações que cobrem o país inteiro... (...) [e que] produzem uma massificação de informações, um amontoado fantástico e alucinante de dados, que o público recebe com relativa indiferença. (...) É produção de informação para não se informar coisa alguma. (MARCONDES FILHO, 1994:39).

Um mundo onde

los medios de comunicación de la era electrónica, mayoritariamente puestos al servicio de la incomunicación humana, nos están otorgando el derecho a elegir entre lo mismo y lo mismo en un tiempo que se vacía de la historia y en un espacio universal que tiende a negar el derecho a la identidad de sus partes. Se hace cada vez más unánime la adoración de los valores de la sociedad de consumo. [E agrega]: la invitación al consumo es una invitación al delito. Leyendo las páginas policiales de los diarios se aprende más sobre las contradicciones sociales que en las páginas sindicales o políticas. Allí están los alegres mensajes de muerte que la sociedad de consumo emite.²⁷⁸

Esses meios configuram-se não como instrumentos de comunicação, mas de domínio e massificação social a serviço da acumulação capitalista.

Quarta, o entendimento da atual ordem social enquanto “sociedade tecnológica” (MARCONDES FILHO, 1994:17) aponta para um entusiasmo ficcional que mascara as relações sociais subjacentes ao atual estágio de incremento técnico planetário, atendendo à lógica da racionalidade capitalista moderna, tal qual dito acima. Por tabela, ele inibe qualquer contestação de ordem política que não faça reverência aos padrões tecnocráticos e se negue a substituir a concepção marxiana de dominação de classe por forças preponderantemente organizadas sobre princípios técnicos. Dessa postura, beneficiam-se os grandes capitalistas, logrando legitimidade a hegemonia, que cresce paralelamente aos superlucros que auferem, num processo de consagração ideológica do evolucionismo tecnológico da III RT que reifica o conhecimento técnico. Assim, atende pela nomenclatura de tecnologia o maior de todos os fetiches da atual sociedade.

Neste sentido, mais que em qualquer outro, enquadra-se a definição de “sociedade tecnológica”, por conduzir à compreensão de que as máquinas, fruto do atual desenvolvimento material da sociedade, trazem em si uma espécie de arrebatamento moderno tal qual concebido

278 GALEANO, E. “La escuela del crimen”. Montevideu: Brecha, 1996.

nos primórdios das sociedades teocêntricas – dos espíritos relacionados à chuva ou aos raios²⁷⁹ – em analogia com uma sociedade utópica sob o mesmo espaço das relações capitalistas onde convivem razões contraditórias e paradoxais. Entre cada um dos três momentos históricos aludidos, no entanto, o autor esqueceu-se das singulares dinâmicas predominantes em cada um deles, a apontar substancial diferença nos propulsores e na apropriação do conhecimento produzido. Tal erro custa-lhe a tese central. Mas Marcondes não está sozinho em suas conjecturas. Já em meados do século passado, na euforia dos inventos que marcaram o nascimento da ‘era tecnocêntrica’, Barnes já se referia a um suposto “espírito dos inventos” (1955:565), e de sua inter-relação com os homens da sociedade moderna.

Entretanto, essa crença numa *sociedade tecnológica e pós-industrial*²⁸⁰ (ou *pós-moderna*), já rondava os meios acadêmicos e políticos desde meados dos anos 1960, como expressão de transformações fundamentais cuja sociabilidade se fundaria em patamares tão distantes dos então vigentes, quanto se diferenciava a sociedade estadunidense da egípcia ou da nigeriana. Previa-se, então, que tal sociedade se tornaria possível a partir do ano 2000 (SERVAN-SCHREIBER, 1968:32). Suas características principais, entre outras, no que aqui interessa, diziam respeito a perspectivas nas quais a maioria

das atividades econômicas terá abandonado os setores primário (agricultura) e secundário (produção industrial) para passar ao terciário e quaternário²⁸¹ (setores de serviço); as empresas privadas terão deixado de ser a fonte principal da reação técnica e científica; as leis do mercado desempenharão, sem dúvida, um papel inferior ao do setor público e dos fundos sociais; o conjunto da indústria deverá ser comandado pela cibernética; o principal fator de progresso residirá nos sistemas de educação e na inovação tecnológica colocada a seu serviço; a defasagem, numa sociedade pós-industrial, entre as rendas elevadas e as rendas baixas, será inferior à que hoje conhecemos na sociedade industrial (SERVAN-SCHREIBER, 1968:33).

Naqueles anos, soava tudo como ficção científica e, como a perspectiva era para o ano 2000, com uma pitada de milenarismo. Desnecessário dizer o quanto avexada, incoerente e

279 Marcondes Filho (1994) concebe um esquema que define o desenvolvimento da civilização como sendo pautado por três momentos históricos: o teocêntrico, o antropocêntrico e o tecnocêntrico.

280 Acerca, ver Servan-Schreiber (1968), Offe (1989), Toffler (1980;1994), Livingstone & Arnold (1986:16), entre outros. No ano de 1970, os Toffler já falavam de “crise geral do industrialismo” (acerca, ver Toffler, Alvin & Toffler, Heide. *Future Shock*. New York: Bantam, 1970). Em 1980, Toffler falava da “era de mudança explosiva” e de um “fantástico novo modo de vida” (1980:20). E, em meados de 1990, nota que, tardiamente, “as pessoas começaram a perceber que a civilização industrial está chegando ao fim” (TOFFLER, 1994:34), sugerindo o fim da sociedade de massas, desde os anos 1970 (idem:58).

281 O setor quaternário aqui é definido como o de serviços mais avançados: fundações, pesquisas desinteressadas, “organizações não lucrativas” (SERVAN-SCHREIBER, 1968:33).

despropositada se mostrou, desde sua origem, a concepção da sociedade ‘pós-industrial’, pela sua caracterização, tida como de

liberdade sem precedentes do homem, em relação aos condicionamentos físicos, econômicos e biológicos; quase desaparecimento do trabalho manual, tempo livre superior ao tempo de trabalho, abolição das distâncias, desenvolvimento espetacular dos meios de cultura e informação, poder decuplicado sobre a natureza e a vida (SERVAN-SCHREIBER, 1968:45).

Ela não só não se concretizou, como também se mostrou um enorme engodo. Os avanços tecnológicos que se sucederam acabaram por favorecer a acumulação capitalista, principalmente no geoespaço dos EUA, que atingiram uma capacidade industrial inigualável, com um consumo de 1/3 da energia produzida no mundo inteiro, apesar de ocupar apenas 7% da superfície terrestre e ter uma demografia representando apenas 6% da população mundial.

Quinta, a concepção de *globalização*, cuja legitimidade se fundamenta nas conquistas tecnológicas, é a atual ferramenta da retórica discursiva hegemônica, que tem como função mascarar as relações imperialistas subjacentes, por tudo o que fora dito anteriormente. No conjunto do que se denominou ‘III RT’, tal qual se quer fazer entender – enquanto *status* de revolução industrial – como um novo salto da humanidade rumo a uma organização societária que teria convergido todos os homens, indistintamente de sua situação de classe, etnia, sexo, numa ‘aldeia global’ está a pretensa construção de um novo estágio civilizatório, mérito das forças sociais preponderantes no capitalismo. Tais forças teriam, através da economia de mercado, quebrado as fronteiras entre os países e conquistado, tecnologicamente, um espaço próprio em escala global, reunindo todos os homens – e com eles todas relações pertinentes – em tempo real, numa só aldeia global sob a preponderância das relações capitalistas. Em suma, a tecnologia teria tornado o homem realmente livre. E como o imperialismo ficara para trás, livres também das assimetrias que caracterizavam as relações interpaíses.

Nesse processo, as tecnologias da informação e da comunicação mostraram-se potentes instrumentos concentradores de riquezas e poder. Ao serem apropriadas no sentido da acumulação – e conseqüentemente do poder político – se tornaram mecanismos de polarização social. Nesse sentido, o processo denominado ‘globalização’ (do qual se deduz ‘sociedade tecnológica’ pautada na ‘inclusão digital’ e demais epítetos ‘modernos’) obscurece as reais discrepâncias sociais, substituindo as necessidades da massa trabalhadora por imperativos que, ao mesmo tempo em que abrem mercado a determinados setores econômicos (informática, por exemplo), dissimula também os índices formais de ‘desenvolvimento humano’. Levado a cabo

pelo Estado neoliberal através das chamadas ‘políticas públicas’, cria uma máscara espetacular e virtual das relações concretas que perpassam a sociedade atual.

Em seu conjunto, tais políticas, articuladas pela contraofensiva neoconservadora liberal, marcaram os últimos decênios do século XX e adentraram o XXI, coroando esse período com um reordenamento das forças produtivas e das relações de produção, interpondo-se entre mais uma crise e um ajuste do sistema capitalista, apesar da introdução das “‘maravillas’ tecnológico-científicas, que como tales no pueden ser digeridas por el sistema, pues elevan las contradicciones interiores del mismo, a niveles antes insospechados” (PLA,1996:7). A decorrência inevitável disso se deu através de procedimentos aplicados à composição orgânica do capital no processo produtivo, deslocando para o capital constante (máquinas, matéria-prima, imóveis, etc.) a sua concentração, em detrimento do capital variável (força de trabalho). A partir daí, as inovações tecnológicas, expressão econômica de uma maior produtividade, garantem a extração da mais-valia através de uma maior exploração da força de trabalho, compensando a queda nas taxas de lucro, originada pela mudança na composição orgânica do capital.

Concreta e historicamente, toda ‘descoberta’ ou ‘invenção científica’ parte de conhecimentos pré-construídos socialmente, que se mesclam com o que se produz de novo, dinâmica e dialeticamente, sem que tal caráter lhe reverta a possibilidade de, num determinado contexto histórico, mostrar-se um fenômeno revolucionário. No entanto, para sê-lo, deve representar, essencialmente, um profundo grau de ruptura. No caso da III RT, mesmo concebendo que tenha imprimido uma maior intensidade ao processo de acumulação capitalista, ela não transformou radicalmente a sociedade, mantendo sua estrutura de perpétua separação entre os meios de produção e os produtores diretos; e, conseqüentemente, de separação entre a riqueza produzida e seu produtor. As bases estruturais da produção capitalista, assim como a propriedade privada dos meios desta, foram conservadas, assim como foi mantida a classe que domina tal ordem social e econômica.

Nesse sentido, questiona-se o *quê* de revolução têm as inovações da III RT? Até que ponto elas rompem o contínuo desenvolvimento técnico-científico e social do trabalho em sua perspectiva histórica como se entende toda e qualquer revolução? Onde se deu a ruptura da cadeia tecnológica e da sociabilidade fundada sobre ela, desfazendo padrões tradicionais de costumes, hábitos, crenças, ou modificaram, essencialmente, as relações de produção e seu modo de apropriação, enfim, o *modus vivendi* da sociedade?

Concretamente, não existem pontos de ruptura entre tais ‘revoluções’, tanto no âmbito nacional quanto no internacional – se atualmente é possível romper com a unicidade dessa cadeia. Pelo contrário, esse processo é permeado por continuidades no procedimento de apropriação e manipulação do conhecimento científico como instrumento de dominação e legitimação da hegemonia planetária.

Mercadores da morte, de ferro, de sangue e de lucros²⁸²

*A maneira de fazermos a guerra reflete a maneira pela qual criamos a riqueza.
Alvin e Heidi Toffler (1994:17)*

Contrariando, em parte, os autores da epígrafe em destaque, sugere-se substituir o verbo criar, entendendo que é este que explica a história do fazer guerreiro quando os agrupamentos humanos se entenderam por sociedade de classes a viverem socialmente. Nesse sentido, a guerra que se desfralda na modernidade, constitui um fenômeno sociopolítico envolvendo classes econômicas não só distintas, mas antagônicas. O objetivo final que caracteriza esse tipo de conflito é o controle político das instituições e das riquezas do inimigo, em favor de seu agrupamento, subvertendo a estrutura econômica anterior. Destarte, o fazer guerreiro pressupõe a existência da propriedade e do Estado (classista) e a existência desta instituição implica, também e por sua vez, a existência de uma força coercitiva à sua disposição para explorar outros povos.

Desta forma, pode-se dizer da guerra que é um fenômeno sócio-histórico. E, partindo-se da lógica de que a guerra é uma extensão da política por outros meios (CLAUSEWITZ,1996), na sociedade classista este fenômeno está, inexoravelmente, associado aos interesses de classes (princípio engels-marxiano). E assim sendo, a outra conclusão não se pode chegar que não a de Lider: “todas as guerras são guerras de classes sociais e a guerra é um instrumento da política de classes sociais” (1987:179).

Não é pretensão desta pesquisa fazer uma exegese da guerra – como pode sugerir o ato do reportar-se a Clausewitz²⁸³ – mas discorrer acerca do domínio econômico, vendo-o indissociadamente do poder político e militar. Por suposto, entende-se que o desenvolvimento paralelo das indústrias em geral – e da bélica em particular – institui uma marca do

282 Título do livro do jornalista independente George Seldes, lançado em 1934, nos EUA, denunciando as grandes corporações capitalistas (fabricantes de munição, industriais e banqueiros de Wall Street) por trás do fascismo europeu, promovendo guerras por lucros. No original: “*Merchant of death, iron, blood and profits*”. Fontes: Grenet (2000:456) e site <http://www.smirkingchimp.com/thread/11744>. Acessado em 20/09/2008.

283 Fosse o caso, a primeira e obrigatória passagem seria pelo historiador ateniense Tucídides e sua *Guerra do Peloponeso*, obra escrita em, aproximadamente, 400 a. C.

desdobramento do capitalismo moderno e sua lógica industrialista imposta a todas as demais relações sociais. Em outras palavras e no mesmo sentido: guerra e acumulação capitalista são fenômenos historicamente interativos.

Ao iniciar esta tarefa, indispensável se faz uma pequena, mas obrigatória, passagem pela história da guerra, que se trata da história própria dos homens ao atingirem um grau de desenvolvimento material que lhes permitiram acumular certa quantidade de excedente econômico. A existência da guerra tem relação direta com a produção e a acumulação, primeiramente social, depois produção social e apropriação privada, ressaltando-se a separação entre a mera violência e a guerra em si.

Desde a prática guerreira registrada na obra de Sun-Tzu, do séc. VI a.C. (*A arte da guerra*), um dos mais antigos achados da literatura militar que se conhece, entende-se o fazer guerreiro como ligado ao surgimento do Estado (não do Estado-Nação moderno, mas enquanto instituição política). E, tendo como princípio que a presença desta instituição implica a existência de excedente econômico, é racional o entendimento da guerra como “assunto de vital importância para o Estado; a esfera da vida ou da morte; o caminho para a sobrevivência ou a ruína” (SUN-TZU,1996:13) e não apenas um confronto entre grupos armados. Assim, a violência (em todas as suas dimensões), por si só não diz respeito, estritamente, à guerra. Esta só acontece quando se estabelece uma dimensão de grandes agrupamentos humanos organizados política e socialmente, em confronto entre si.

Outro não menos importante mestre da literatura militar, o general e estrategista Clausewitz, em sua obra clássica (*Da Guerra*) dizia que “a guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade” (1996:7). Insistia ele que a essência da guerra era, principalmente, política, sendo “uma simples continuação da política por outros meios” (Idem, 26-27), não podendo ser sintetizada apenas num ato político, apesar de ser de seu domínio o objetivo político da guerra (Ibidem, 31).

Claro está, para todo aquele que tenha tido acesso à obra de Clausewitz que, mesmo tendo vivido numa época em que o capitalismo era já uma realidade²⁸⁴ – coisa impensável na época de Sun-Tzu²⁸⁵ – em nenhum momento, ele se referiu a esse sistema como relacionado ao fazer guerreiro, apesar de estar sempre atento à relação guerra-sociedade. Mas, também imperiosa é a sua lucidez ao conceber que, para além de toda a tecnicidade e estratégias dos conflitos guerreiros – que tanto tempo lhe custou para destrinchar – a guerra não é fruto

284 Sua obra aqui citada foi escrita em 1828, portanto, pós-Independência dos EUA e pós-Revolução Francesa, e publicada, pela primeira vez, em 1932.

285 Apesar das controvérsias, avalia-se que Sun-Tzu tenha vivido no século VI a.C.

apenas de duas vontades antagônicas e do desejo ‘natural’ (biológica) de domínio que embebe cada ser humano ou de uma questão cultural (antropológica) que o envolve. Sua concepção geral da guerra explicita que a caracteristicamente moderna ganha contornos *sui generis* se comparada ao caráter, ao quantitativo e à concepção e vínculos de suas antecessoras. Tinha consciência ele de que a guerra não estava dissociada da história, sendo situada no tempo e no espaço, assim como nos interesses das forças que a envolvem. Fato é que, o General Clausewitz, sendo um soldado – há quem diga que era mais um filósofo que um soldado²⁸⁶ – não fez (e não se propunha a fazer) uma análise político-econômica do fenômeno. Também no entendimento de Grenet, o autor de *Da Guerra* ignorava, evidentemente, o termo *capitalismo*,

mas tinha pressentido a ligação essencial entre a atividade da guerra e esse regime. O capitalismo está na origem das corridas armamentistas do mundo (...). Empresas capitalistas praticaram sempre o comércio de armas, destinadas a servir aqui ou ali no mundo. Assim, este comércio contribuiu para ensanguentar o mundo em uma escala desconhecida antes de o capitalismo fazer a sua entrada na cena mundial e de se impor a todo o planeta (2000:431-432).

Dito isso desse grande mestre da guerra, o entendimento que aqui se tem deste fazer é que ele é inerente à dominação político-econômica entre grupos representativos de interesses, contrapostos, de apropriação. Na tentativa de fundamentar o pressuposto de que a guerra diz respeito à existência da propriedade privada – e, conseqüentemente do desejo de posse que ela inspira – mas detendo-se na sua essência capitalista moderna, enceta-se uma rápida turnê pela história inextricável da apropriação/acumulação e sua relação guerra/economia. O objetivo central dessa incursão é entender o papel do complexo industrial-militar estadunidense na fase atual do imperialismo, entendendo que a guerra não é um elemento natural na história do homem, mas um produto das contradições sociais, que tende a perpetuar-se enquanto estas persistirem, ou seja, enquanto existir a propriedade privada.

Sob o capitalismo – e mesmo antes dele – é simbiótica a relação produção de tecnologia e produção de guerra. Em sua expansão, o sistema passou da fabricação de armas quase que artesanalmente – efetuada nas oficinas reais, embora nem sempre tenha sido assim – para processos industriais complexos, como os atuais. Para os Toffler, a agricultura fora “o ventre que gerou a guerra. Por duas razões. Possibilitou às comunidades produzir e estocar excedentes econômicos (...) e apressou o desenvolvimento do Estado” (1994:49). No entanto, eles não inovam nessa concepção, já que ela é corrente desde o Oriente até o Ocidente, desde

286 Conforme apresentação da obra em sua edição aqui indicada.

Sun-Tzu até Clausewitz e Engels. No entanto, reforça o sentido da guerra enquanto fenômeno distinto de meros conflitos armados, cuja origem pode estar vinculada a questões religiosas ou à violência ocasional, para ser concebida como uma questão de Estado. Continuam os Toffler: “Com a própria invenção da agricultura, cada revolução no sistema para a criação de riqueza dispara uma correspondente revolução no sistema de fazer a guerra” (Idem, 53).

Concordando com esse juízo, concebe-se que, com o advento da Revolução Industrial (RI), não só a vida cotidiana, os costumes e hábitos, as atividades econômicas e culturais como um todo, a administração do tempo, as leis..., sofreram mudanças substantivas. Também não seria diferente com o fazer guerreiro que, originalmente vinculado ao novo tipo de domínio material – e conseqüentemente ao desenvolvimento tecnológico da humanidade – seria apropriado, dinâmica e dialeticamente, pelo novo fazer econômico.

Com o industrialismo, a maneira de se fazer a guerra revelou-se, cada vez mais, estar vinculada à apropriação das riquezas produzidas socialmente – ou que, naturalmente, estivessem localizadas em solos estrangeiros, como recursos minerais e demais matérias-primas – por outros povos com o fito da dominação e/ou acumulação capitalista. A grande novidade evidenciada com o advento da RI estava no caráter específico desta apropriação. Se o teor da guerra do antes-Revolução dizia respeito a instâncias socioculturais, sob o capitalismo os interesses econômicos eram evidentes e diziam respeito a um processo novo de acumulação de riquezas, estando, cada vez mais, vinculado à lógica central do novo sistema: produção coletiva e apropriação privada.

Apesar da histórica centralidade do trabalho como mola propulsora do desenvolvimento econômico, sob o capitalismo ele ganhava nova conotação. Sua versão moderna dizia respeito ao trabalho alienado, no qual o produtor direto não tinha mais o domínio sobre o seu processo produtivo, assim como sobre o que produzia. No novo sistema, que gerara em seu ventre uma nova classe social (o proletariado), separava-se também, violentamente, o produtor de sua criação, retirando-lhe o domínio sobre os seus meios, o que implicava sua submissão a um novo regime de trabalho alienado como forma de sobrevivência. O industrialismo reforçava a maldição eterna do Gênesis (3,19): “terás que ganhar o próprio pão com o suor do teu rosto”.

A, também nova, classe detentora dos meios de produção – outrora detidos pelos produtores diretos – uma vez senhora desses meios tratou de organizar e apropriar-se, privadamente, das riquezas que o trabalho alheio lhe proporcionava e auferir deles o maior lucro possível. A ação guerreira passaria, nesse mesmo contexto, a uma atividade

complementar, tanto como instrumento de acumulação, quanto como mecanismo de manutenção da nova etapa de dominação. O fazer industrial como centro da produção/reprodução do sistema de acumulação capitalista, tendo como princípio-chave, a standardização, trasladaria sua lógica para a produção de armas, mas também para a organização, remuneração, treinamento, disciplina de sua nova unidade guerreira: o exército moderno²⁸⁷. O industrialismo passara do *status* econômico a modelo de sociedade, estendendo sua lógica e filosofia a todo o fazer social e, nesse processo, o fazer guerreiro se transformaria em imprescindível elemento da nova forma de acumulação, que tinha como pressuposto a planetarização de suas relações. Propiciamente diriam os Toffler: “assim como a produção em massa passou a ser o princípio central da guerra industrial, a destruição em massa tornou-se o princípio central da guerra na era industrial” (1994:54). Nos EUA, esta condição se concretizaria a partir da Guerra Civil, por volta dos anos 1860; no Japão, na mesma década, quando da Revolução Meiji, introdutora do industrialismo no país e responsável pela substituição do samurai pelo soldado.

Com a propagação do liberalismo, o capital privado rapidamente passou a controlar a produção de armamentos, tendo no Estado seu principal cliente. Diz Grenet que, já entre 1792 e 1815, os “contratos com o Estado [para produção e aquisição de armas] eram passados por adjudicação, e só as sociedades financeiras dispunham dos capitais necessários. O capitalismo se alimentava da corrida armamentista” (2000:432-433).

Hobsbawm, ao analisar o papel da guerra como instrumento de política governamental na Europa da segunda metade do século XIX, afirmava que seu uso já se fazia sob o controle dos mecanismos de poder institucionais, condição que a refreava ante qualquer risco de revolução. Assim, a partir de 1850, as guerras já podiam ser promovidas utilizando a nova tecnologia do capitalismo (câmera, telégrafo, imprensa, estrada de ferro, barcos de guerra e derivações, artilharia pesada, armas de destruição em massa (destaque para a metralhadora, a partir de 1861), modernos explosivos (evidência para a dinamite, inventada em 1866), implicando em consequências para as economias industriais deste período: “A tecnologia

287 A produção de armas passou a seguir a padronização industrial: em série e em massa; a unidade guerreira oficial passou ser organizada a partir de uma feição institucional, substituindo o princípio de lealdade pessoal e vassalagem pelo do profissionalismo e amor à pátria; o treinamento, que antes imitava o trabalho braçal na agricultura (por isso a predominância das guerras corporais) foi, gradativamente, substituído pelas formações e movimentos indicados pelos avanços tecnológicos que, cada dia mais, dispensava o combate corpo a corpo; a remuneração, antes feita através de provimentos e, principalmente, pela doação de terras (devido aos rudimentos do sistema monetário existente), passara a seguir o padrão industrial do assalariamento. A lógica predominante do fazer guerreiro seguiu o nexo alienante do trabalho moderno, operando sob a coerência industrial.

moderna colocava qualquer governo que não a dispusesse a mercê de qualquer outro que a possuísse” (HOBSBAWM, 1982:96-97).

No último quartel do século XIX, as novas invenções, entre elas a máquina de moldar metais, criada por Wilkinson em 1874, permitiria a produção de armas em larga escala, feitas em ferro e aço. Já nessa época, todo um complexo industrial-militar (com todo o exagero e anacronismo que tal nomenclatura representa), tinha origem, envolvendo siderurgia, mineração, química, indústria naval, produção de armas e munição, mantimentos e artigos de logística em geral. Hobson, um liberal britânico na primeira década dos anos 1900, já via prenúncios da dinâmica que a guerra imperialista movimentava quando dizia que toda

expansão do império aparece ante estes grupos sociais como um aumento das oportunidades para que seus filhos façam carreira como pecuaristas, donos de plantações, engenheiros ou missionários. (...) oferece uma espécie de alívio para todas as profissões liberais, militares e civis, para o exército, a diplomacia, a igreja, a advocacia, o ensino e a engenharia, com o que se resolve a saturação do mercado nacional. (...) Todos estes móveis, primeiramente econômicos, sem deixar de ter certa dimensão sentimental, são particularmente poderosos nos círculos militares, clericais, acadêmicos, e dos funcionários do Estado... (1981:69).

Apesar de ser o Estado, ainda, o grande responsável pela produção e financiamento do complexo armamentista que se engendrava nesse período, o capital privado já se ocupava de uma fatia representativa desse mercado, tendo como cliente exclusivo aquela instituição. Grenet elenca as grandes sociedades – futuras corporações – imperialistas produtoras de armamentos que, àquela época, fundiam produção e finanças. Eram elas: Krupp, na Alemanha; Vickers-Armstrong, na Grã-Bretanha; Schneider-Le Creusot, na França; Skoda, na Boêmia austríaca; Putiloff, na Rússia. Para ele, “o comércio de armas tem, por razões econômicas e ideológicas, acompanhado toda a vida do capitalismo (...). É parte dele tanto quanto a produção de armas” (2000:438-441). A tabela a seguir, tomada de empréstimo desse autor, dá a noção do incremento da produção e comercialização de armamentos, a partir dos custos militares anuais entre o período de 1908-1938, em bilhões de dólares estadunidenses, calculados em câmbio de 1970.

Figura 34: Custos militares (ano)²⁸⁸

<u>1908</u>	<u>1913</u>	<u>1925</u>	<u>1926</u>	<u>1927</u>	<u>1928</u>	<u>1929</u>	<u>1930</u>
9,0	14,5	19,3	19,6	21,5	21,5	21,7	23,2
<u>1931</u>	<u>1932</u>	<u>1933</u>	<u>1934</u>	<u>1935</u>	<u>1936</u>	<u>1937</u>	<u>1938</u>
21,9	20,3	20,1	23,9	32,6	47,1	58,8	61,6

Ao se reconstituir o espectro histórico dos interesses subjacentes à militarização das relações internacionais, a presença dos EUA é fato preponderante, tendo suas origens remontado ao imperialismo moderno, situando-se na esfera do colonialismo. Qualquer que seja o trajeto nesta direção terá, forçosamente, que passar pelo projeto monroista de 1823, no qual os EUA desenvolveram uma estratégia militar global que levou em conta a defesa de sua futura área de influência, contando com o apoio das grandes potências planetárias. Quando não, sua capacidade militar fazia com que os rumos das relações internacionais não se desvirtuassem de seus propósitos imperialistas. No balanço final desse processo, entre os maiores beneficiários do mercado de armamentos mundial estavam os grandes conglomerados do hoje já consolidado complexo-industrial militar internacional.

Assim, após a I Guerra Mundial, na Alemanha, já apareciam grandes corporações no ramo. Segundo Grenet, neste país, elas estavam entre os grupos que levaram Hitler ao poder: Krupp, Thyssen, Hugenberg, Schacht; nos EUA, se destacavam: Boeing, Lockheed, Hughes, McDonnell, Raytheon, Martin, General Motors (2000:443). O poder político dessas corporações, no Ocidente, acabou por centralizar-se na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aparelho político-militar fundado em 1949, que protagonizaria o período denominado Guerra Fria. Não por acaso a CIA (*Central Intelligence Agency*) também tinha sido criada nesse período (1947), durante o governo Truman. Sob a Guerra Fria, a corrida armamentista ganhava novo impulso, concentrado sob uma dinâmica de rivalidade bipolar.

Algo semelhante acontecera, embora em escala significativamente menor, com os complexos industrial-militares de outras grandes economias como Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, França, reforçado pela transnacionalização do capitalismo, que trouxera consigo as fusões e as privatizações que atingiram, em cheio, também o setor armamentista. Assim, a produção de artigos militares acabou por tornar-se um poderoso mecanismo não só de recuperação da taxa de lucro global, como também instrumento de equilíbrio do desemprego

288 Grenet (2000:442).

quando descontrolado, tornando-se um elemento dinamizador do processo de concentração de capitais. Nesse cenário, o *modus operandi* do capital monopolista e oligopolista teve/tem na guerra um dos seus instrumentos essenciais de controle das depressões econômicas²⁸⁹. Atualmente, essa estratégia divide o planeta em regiões que são entregues ao controle de um comando militar estadunidense, numa lógica que, segundo Amin, seus dirigentes entendem

perfeitamente que, para manter a sua hegemonia, dispõem de três vantagens decisivas sobre seus competidores europeus e japoneses: o controle dos recursos naturais do globo terrestre, o monopólio militar e o peso que tem a “cultura anglo-saxã”, através da qual se expressa preferencialmente a dominação ideológica do capitalismo (2004:84)²⁹⁰.

Magdoff, para reafirmar suas suspeitas acerca do imperialismo estadunidense, ressaltava as características do fenômeno em meados do século XX, citando a articulada superposição dos seguintes elementos: a) presença militar e política no globo (via guerras, bases e ajuda econômica e militar); b) posição dominante do capitalismo estadunidense na criação de impérios industriais multinacionais; c) evolução do dólar como meio-chave para pagamentos, créditos e reservas; d) crescimento dos bancos multinacionais (1978:69). O conjunto de elementos ressaltados por Magdoff não deixa dúvidas naquilo que se refere ao estágio imperialista do capitalismo pós-II Guerra, quando sua obra era escrita (publicada, originalmente, em 1969, analisava a sociedade da década de 1960). À época, já era perceptível um expressivo fluxo de capitais em quantidade fantástica cujos valores circundavam o âmbito do fictício, através da criação e fomento de instituições capazes de articular a burguesia – oriunda de qualquer domínio: industrial, serviços ou especulação – conseguindo exportar exacerbados montantes de capitais, concentrados na área financeira. Tudo ocorria como fruto de uma ação geopolítica extremamente agressiva que se estendeu, através de mecanismos diversos e de engrenagens as mais complexas, as relações capitalistas a todos os âmbitos sociais, em todos os continentes, fracionando estes em diferentes esferas de influência.

289 A importância desse setor adquire tamanho *status* que Mandel chega a sugerir a inserção de mais um Departamento ao esquema de reprodução de Marx, na tentativa de solucionar as dificuldades de entendimento da crise de realização capitalista de então. Para ele, aos dois Departamentos sugeridos por Marx (Departamento I = meios de produção; Departamento II = bens de consumo), deveria ser criado um novo (Departamento III = vinculado à produção dos meios de destruição), tão grande se tornara o complexo industrial-militar no seio do sistema capitalista. Porém, resalta Mandel, “uma indústria permanente de armamentos não pode solucionar essa dificuldade” (1982:197-199).

290 Também disponível em bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/Amin.rtf. Acessado em 04/02/2009.

Tendo acelerado sua capacidade de potencializar dessimetrias, o capital monopolista era muito mais contundente que no passado, fato explicitado na agressividade das ditaduras militares que implantava e/ou apoiava – principalmente na América Latina – com o objetivo de inserir os diferentes países, nas mais distintas condições econômicas das relações capitalistas em escala planetária. Ao contrário do que sugere a maioria das teses globalistas, o processo de espraiamento das relações capitalistas em escala planetária não eliminou as assimetrias entre as formações sociais, sendo responsáveis pelo aprofundamento dos seus descalabros, tendo, entre os principais instrumentos de dominação, a dívida externa dos países periféricos como aqui demonstrado.

Se, por um lado, através da guerra o capital consegue dominar mercados internacionais, evitando a concorrência nesta arena, por outro aumenta a produção e distribuição de artigos bélicos e infraestruturais concernentes à logística da guerra: submarinos, navios, ogivas, mísseis, aviões, munição, armas, fardamentos..., dinamizando a economia ao elevar os níveis de renda e emprego. É a lógica industrial aplicada ao fazer guerreiro sob a égide das relações capitalistas protagonizadas pelas grandes corporações.

O complexo industrial-militar estadunidense

“O consórcio conduzindo ao extermínio, eis a última invenção do capitalismo”.

*“A vossa sociedade, violenta e caótica, mesmo quando quer a paz, mesmo quando está em estado de calma aparente, sempre porta consigo a guerra, da mesma forma que a nuvem traz em si a tormenta”.*²⁹¹

Que poderes invisíveis estão submersos no aparato institucional administrado pelas corporações transnacionalizadas, uma vez já superada a retórica do *imperialismo social rhodesiano*? Que forças mantêm sólida a defesa de tais ações, apesar dos custos materiais e humanos para a sociedade como um todo? Para responder a esta e à questão da tendência bélica do unilateralismo inerente ao aparato estatal estadunidense nas relações internacionais, é inevitável uma visita ao terreno das relações imperialistas. Lá se vê que tal ação é propícia

²⁹¹ As duas frases foram pronunciadas, em situações distintas, pelo deputado francês Jean Léon Jaurés (1859-1914). A primeira, em 1909, na Câmara dos Deputados. Transcrita de Grenet (2000:439). A segunda, no original “*toujours votre société violente et chaotique, même quand elle veut la paix, même quand elle est à l’état d’apparente repos, porte en elle la guerre, comme la muée porte l’orage*”, foi pronunciada em 07/03/1895, no mesmo recinto.

ao espraiamento do capital financeiro internacional que tem por vanguarda as corporações transnacionais.

Tomando como ponto de partida a conjuntura belicista de início dos anos 1940, percebe-se, concretamente, a expectativa das corporações capitalistas em formatar um complexo industrial-militar internacional. Naquele cenário, a remuneração requerida pelos investimentos em tecnologia, mais especificamente em tecnologia marcial – ou relacionada a ela – foi propiciada pelo Estado, sendo absorvidos pelos já desenvolvidos complexos industrial-militares nacionais inseridos na II Guerra Mundial, o que dinamizou a economia capitalista e, paralelamente, a produção de C&T, confirmando a relação simbiótica entre a produção industrial tradicional e a bélica. Um *boom* de ‘inovações tecnológicas’ se manifestou no período circunscrito entre o durante e o pós-II Guerra Mundial. Nesse sentido, é muito significativa a formulação de Baran, quando diz que

a consolidação das atividades de pesquisa e aperfeiçoamento dentro da estrutura das empresas gigantes, combinada com um influxo constante de procura militar, cria certas oportunidades de investimentos que sem isso não existiriam. E a importância da natureza militar da procura, bem como da natureza monopolista e oligopolista da oferta, expressa-se (sic) com extrema precisão na seleção das potencialidades tecnológicas utilizadas, bem como na rejeição das que permanecem nos arquivos dos cientistas e engenheiros. Tanto o lento progresso observado na aplicação econômica da energia atômica como o progresso incerto da automação justificam a proposição de que somente é aceito pelas empresas monopolistas e oligopolistas o progresso técnico que também é exigido pela organização militar, ou que reduz acentuadamente os custos sem aumentar indevidamente a produção (1984:21).

O engendramento da relação tripartite Estado/produção industrial tradicional/armamentos é revelado no conjunto de dados referentes à evolução dos gastos militares estadunidenses entre os anos 1939-64, relacionando-os aos destinados à pesquisa e apontando para o fato do crescente investimento em tecnologia através de um, cada vez maior, incremento do capital constante no setor. No seu conjunto, os dados, com todas as ressalvas a eles feitas anteriormente, confirmam o princípio da tendência à queda da taxa de lucro e sua tentativa de subverter a situação apelando para o dinâmico setor armamentista desde aquele período. É o que se deduz da tabela abaixo.

Figura 35: Gastos militares nos EUA²⁹²

Anos	Bilhões (US\$)	% dos gastos destinados à pesquisa militar
1939/40	1,5	00,2
1944/45	81,2	01,7
1952/53	50,4	05,5
1957/58	44,2	10,2
1960/61	47,5	16,2
1962/63	53	16,0
1963/64	55,4	16,6

Os dados revelam, destacadamente, a evolução dos gastos militares no período, assim como a consolidação daqueles referentes à pesquisa científica voltada para fins militares, ratificando a execução de um projeto voltado para os interesses de um específico setor econômico. Ao dar conta do papel do militarismo estadunidense, da Independência à Guerra do Vietnã, o historiador Sidney Lens descreve um fato mais que curioso presente num discurso proferido em 23 de junho de 1969, pelo senador Everett Dirksen. Afirma ele que o senador desfiou um rosário de mais de 160 iniciativas militares levadas a cabo por seu país, desde 1798 até 1800. Lens lembra ainda, baseado no historiador militar Willian Addleman Ganoe, que o país esteve envolvido, durante seus primeiros 148 anos, em 110 conflitos militares e 8.600 batalhas, com uma lista de mortos que chegou a, aproximadamente, 1.280.000 homens. E completava dizendo que Quincy Wright tinha números maiores: nove mil batalhas, entre 1875-1900; apenas no período de 1865-1898, somente contra os índios, não menos que 943 batalhas (LENS, 2006:29). Atendo-se à trajetória histórica da expansão territorial e da acumulação estadunidense, marcadamente marcial, lembrava Lens que, dos “36 presidentes eleitos nos EUA até Richard Nixon, 10 eram heróis militares” (Idem, 36).

No mesmo sentido, porém, mais precisos quanto ao caráter econômico da prática marcial dos EUA, Robinson & Eatwell afirmam que eles fazem uso da política de guerra “como um meio profilático adotado contra as recessões (política de pleno emprego)” (1975). Esta afirmação, feita no terceiro quartel do século XX, traduz a mesma percepção rhodesiana de “imperialismo social” de fins do século XIX, embora parta de uma ótica especificamente economicista, quando aquela tinha também uma preocupação política da sociedade britânica.

Fato é que, desde a década de 1950, explicitava-se uma estreita relação entre o capital financeiro e os setores de produção bélica, quando parte substantiva das “ajudas” financeiras

292 Mandel (1982:215). Gastos militares estadunidenses sem os custos do programa espacial.

dos países altamente industrializados aos periféricos impunha a dinamização do complexo industrial-militar. Este era o matiz imperialista que vigorava e vigoraria daí para frente, dinamizando este setor, que cresceria ininterruptamente, independente de qualquer ameaça à ‘paz’ mundial. O entrosamento envolvia forças políticas, sociais e econômicas (internas e externas) que acabou por permitir a emergência da expressão-síntese *complexo industrial-militar*, terminologia evocada, pela primeira vez – mas não fora de contexto – em 1954, pelo ex-presidente estadunidense Dwight Eisenhower (1953-1961). Com ela afirmava-se, oficialmente, que as grandes estruturas militares estavam representadas, das mais diversas formas, no aparelho político e militar daquela potência. Esse ‘complexo’ surgiu financiado pela acumulação dos ‘trinta anos gloriosos’ do capitalismo (1945-75), que manteve e impulsionou a secular corrida armamentista, paradoxalmente, também em ‘tempos de paz’, permanência que ratificava o caráter mercadológico da guerra sob este sistema. Lens, citando artigo de Howard Rusk, no *Times* de 5 de abril de 1963, registrava que,

do total de 50 bilhões de dólares de ajuda externa na década anterior, 30 bilhões haviam ido para ajuda “militar”. Dos 20 bilhões restantes, cerca de 85 por cento também foram para fins militares....(...) [E concluía que a] ajuda da Aliança para o Progresso, como o Plano Marshall, foi habilmente manejada com o propósito deliberado de facilitar os negócios americanos (2006:600; 602).

Como o papel do Estado tem relação direta e inseparável com a economia, pelo seu peculiar caráter de classe, qualquer análise desta instituição nos EUA do pós-II Guerra deve levar em conta sua afinidade com o setor industrial-militar, em muitos aspectos, inclusive naquele que diz respeito à relação de clientela estabelecida entre ambos. Como escrevera Sweezy (1983), o nacionalismo e o militarismo são elementos essenciais – mais precisamente indispensáveis – ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Foram esses elementos que, desde meados do século XIX, impulsionaram os interesses dos grupos armamentistas que, por sua vez, estimularam novos avanços tecnológicos e estimularam o desenvolvimento de novas produções na área. Reafirmava, assim, o pressuposto da relação tripartite tecnologia/industrialismo/militarismo, se entrecruzando de forma a estabelecer-se, quer no campo da dominação econômico-militar, quer no do conhecimento, sendo impossível se pensar o capitalismo sem tal entrecruzamento²⁹³.

293 A este respeito, ver Morgan, Goreth. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.

De lá para cá, a tecnologia, parceiramente, fez companhia a esses dois elementos, fomentando o que viria a ser posteriormente denominado *economia de guerra permanente* ²⁹⁴. Era a “deixa” para que os grupos detentores do capital militar formassem um projeto que concebesse a produção bélica como um ramo formal da economia capitalista.

A Segunda Guerra Mundial havia impulsionado uma nova corrida armamentista, quando velhos e novos consórcios da indústria bélica foram os principais protagonistas político-militares, inclusive alçando aos postos mais altos da política de grandes nações homens que representariam seus interesses. Ao final do grande conflito, já se falava em “revolução militar” (STERNBERG, 1962), nomenclatura explosiva inspirada na inflamável tecnologia nuclear que exigia investimentos de novas tecnologias capazes de transportar e armazenar sua carga nos padrões militares de então. Para tanto, fizeram-se necessários novos e grandiosos investimentos que resultaram na industrialização de potentes bombardeiros, possantes submarinos e projéteis balísticos intercontinentais e a própria bomba de hidrogênio. Tão importante era o que representava o domínio tecnológico na corrida armamentista e esta na acumulação capitalista, quanto o que tudo isso, decisivamente, representava na política mundial. A tabela dá uma noção, em números, da evolução dos gastos militares desde 1948, no imediato pós-II Guerra até o ano de 1987, quando se findava a Guerra Fria.

Figura 36: Despesas militares anuais (mundo)²⁹⁵

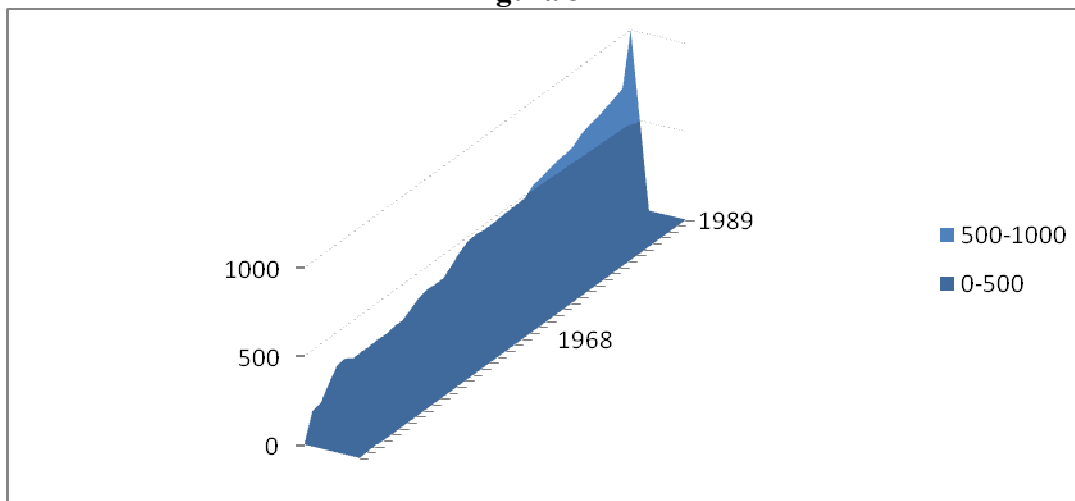
1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961
146,3	153,5	166,2	241,9	310,2	318,6	286,5	288,1	286,6	291,2	286,7	297,8	295,7	324,9
1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
356,3	371,0	366,7	366,7	403,8	445,2	473,0	481,4	472,5	472,7	476,7	480,0	482,0	483,4
1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1989	
522,5	531,9	547,1	561,8	567,1	579,6	615,1	631,6	642,6	663,1	681,0	701,4	1 tri	

294 Expressão usada, pela primeira vez, pelo presidente da General Motors, Charles Erwin Wilson, em 1944. Ao cunhar a expressão, defendia a ideia de que os EUA deveriam manter uma economia de guerra permanente, e não regressar a uma economia civil. À época, a GM era a maior corporação dos EUA. Posteriormente, Charles Wilson tornou-se Secretário da Defesa desse país, no governo Eisenhower (1953-1961). Era o fim da II Guerra Mundial e, nessas circunstâncias, subentende-se que dar continuidade ao modelo econômico comandado pelo setor privado, mas orientado para a indústria militar, sob os auspícios do Estado, foi um bom negócio para alguns setores da classe dominante estadunidense. Esta opção certamente explica a sanha imperialista deste país que, desde 1945, promoveu mais de 200 intervenções militares e tornou-se o maior exportador mundial de armamento que é hoje. A guerra foi incorporada à economia e transformada numa atividade econômica necessária à sobrevivência do Império.

295 GRENET (200:448-451). Em bilhões de dólares estadunidenses em câmbio de 1980.

Esses dados, uma vez postos num gráfico, dão a noção da ascendência das despesas militares no mundo, o que não quer dizer apenas que este ficou mais violento, mas que o Estado se militarizou, municinando a indústria bélica de capitais para se expandir.

Figura 37



Sem sombra de dúvidas, o papel da produção armamentista nos EUA diz respeito à simbiose supremacia política/econômica/militar conquistada por este país quando, nesse período, passou a ter uma especial importância no *hegemon* mundial. Ao buscar registros dessa época, encontra-se em Mandel a afirmação de que, em 1961, a produção de armamentos correspondia a, aproximadamente, metade dos investimentos brutos (formação de capital bruto ou investimentos líquidos mais amortização progressiva do capital fixo) em todo o mundo (1982:194). Uma produção grande assim só pode ser efetuada se uma demanda condizente o pedir. A tabela a seguir registra importantes dados que revelam a proporção de armamento e gastos militares sobre o PNB dos EUA (%), entre os anos 1939-1971.

Figura 38: Gastos militares estadunidenses e percentual do PNB²⁹⁶

Ano	%	Ano	%	Ano	%
1939	1,5	1950	5,7	1961	9,3
1940	2,7	1951	13,4	1962	9,4
1941	11,1	1952	13,5	1963	8,8
1942	31,5	1953	13,6	1964	8,1
1943	42,8	1954	11,5	1965	7,6
1944	42,5	1955	9,9	1966	7,9
1945	36,6	1956	9,8	1967	9,1
1946	11,4	1957	10,2	1968	9,7
1947	6,2	1958	10,4	1969	9,0
1948	4,3	1959	9,7	1970	8,3
1949	5,0	1960	9,1	1971	7,5

²⁹⁶ Tabela elaborada por Mandel (1982:194). Considera os gastos diretos, ou seja, estão excluídas as pensões dos veteranos e as despesas da NASA.

Os percentuais acima registrados, por mais que oscilem são representativos da posição ocupada pelo setor militar tanto na economia quanto na política, tratando-se de montantes gigantescos de uma potência do porte dos EUA, podendo representar valores de PNB total de países inteiros. A título de comparação, a tabela a seguir dá conta dos gastos de outros Estados imperialistas no período posterior à Segunda Guerra Mundial (entre 1950-1970). A sua leitura indica que o contraste dos números coincide com a supremacia dos EUA entre os aliados.

Figura 39: Gastos com defesa (em percentual do PIB a preços correntes)²⁹⁷

Nações	1950	1955	1960	1965	1970
Reino Unido	6,3	7,7	6,3	5,9	4,9
França	5,8	4,9	5,4	4,0	3,3
Alemanha Ocidental	4,5	3,3	3,2	3,9	3,2
Itália	3,2*	2,8	2,5	2,5	3,6

* Dado referente a 1951.

A tabela a seguir completa os dados acerca da proporção de investimentos militares das maiores potências imperialistas do pós-II Guerra até os anos 1970, e sua leitura sugere que a corrida armamentista ultrapassou o maior conflito bélico mundial, manteve a dianteira dos EUA enquanto potência mundial e continuou alimentando a indústria bélica com recursos públicos, em nome da Guerra Fria. Apenas a título de exemplo, Grenet registra que as exportações de armas por parte dos EUA foram multiplicadas por seis vezes de 1961 a 1975, sendo que, em 1978, atingiria o ápice de treze vezes as de 1961 (2000:456-457), dados que reforçam o papel da indústria bélica como um dos vértices da economia tradicional, coincidindo os anos de aprofundamento da crise dos anos 1970 como o período de maior exportação de armas.

Figura 40: Gastos militares a preços constantes (1950-1970) (%)²⁹⁸

Estados Unidos	+ 6,2
Japão	+ 3,9 (1951-70)
Reino Unido	+ 1,3
França	+ 4,2
Alemanha Ocidental	+ 5,8
Itália	+ 4,1

297 Idem.

298 Tabela elaborada por Mandel (1982:194). Percentual médio anual.

O conjunto de dados oferecidos pelas tabelas supra indica, entre tantas coisas, que o *modus operandi* do capital monopolista, através da parceria Estado/corporações transnacionais, tem substituído o mercado – apesar da onipresença atribuída a este – como suposto regulador da economia capitalista. Por outro lado, os números dizem que os EUA estiveram, sistematicamente, à frente dos demais países quando o assunto era produção armamentista, atendendo à lógica econômica capitalista. Como bem lembrou Baran, tal qual a produção desmesurada de automóveis que estrangulam as cidades e envenenam o ar, a produção de armas e abrigos contra elas têm o objetivo de promover o aumento da renda e do emprego (1984:15).

Subjacentes aos provocados conflitos (nacionais e internacionais) estão interesses comerciais, disputas por fontes de matérias-primas e ocupação estratégica de espaços geopolíticos e geoeconômicos que interessam ao grande capital, não só, mas predominantemente estadunidense²⁹⁹. Mais que isto, as engrenagens imperialistas contam com capital, engenheiros, contadores, diplomatas, soldados, advogados, juizes, técnicos, políticos, aviadores, missionários religiosos, médicos, paramédicos, enfermeiros, banqueiros, mercenários e traficantes: um invejável exército de interessados nos negócios da guerra. Um negócio que movimenta enormes recursos, envolvendo empréstimos públicos para subsídio dos custos das guerras: armamentos, munições, transporte, logística...; co-optação de lideranças; importação/exportação de mercadorias, subvertendo a lógica rotineira do mercado durante a guerra, assim como também no pós-guerra, a título de despojo desta; busca por matérias-primas, que aumenta, deslocando tanto recursos materiais quanto de mão-de-obra, redirecionando a produção nacional para o ramo militar.

Este setor econômico do imperialismo põe em movimento uma máquina que permite à economia uma dinâmica permanente de guerra, tendo no complexo industrial-militar um potente elemento de expropriação capitalista com fortes influências no aparato estatal, descortinando variadas possibilidades de acumulação. Grandes somas de capital são envidadas para o financiamento das ações bélicas, assim como para o transporte e manutenção dos contingentes militares; outras somas volumosas para manter os novos interesses no domínio dos recursos apropriados pelo vencedor; assim como para recompor os estragos provocados pelo confronto. Nessa dinâmica, destaque para a especulação bursátil que, através das oscilações provocadas pelas intervenções econômico-militares estrangeiras no campo da

²⁹⁹ Nesse sentido, a condição de país mais avançado no que diz respeito à tecnologia militar tem relação com seus gastos nesta área. Trata-se de um país que gasta, em matéria militar, o mesmo que todo o resto do mundo reunido. Acerca, ver Chomsky (2004:21) e Borón (2004:144).

economia, resultam em ganhos expressivos para os capitalistas que manipulam o mercado financeiro, favorecendo a acumulação de capitais aos seus pares. Como dizia Hobson, “não há guerra (...) que não produza lucros a essas pessoas” (1981:75). Atualizando a sentença: corporações.

Com interesses de tão grande monta, de mercados tamanhos e de reservas de recursos naturais tão importantes e necessários ao prosseguimento da acumulação ampliada mundial, não surpreende a presença assídua do capital monopolista – principalmente aquele ligado ao complexo industrial-militar estadunidense – em todos os conflitos armados do planeta, seja de forma direta ou indireta. Sob o discurso ‘filantrópico’ propagado pela ideologia burguesa, o setor econômico ligado ao complexo industrial-militar acaba legitimando sua ação política no âmbito do aparelho de Estado, ambiente em que, tradicionalmente, os capitalistas se beneficiam, através das encomendas estatais, garantindo reinvestimento seguro de sua mais-valia acumulada.

Assim, tais protagonistas das políticas externas agressivas deixam economias satélites à deriva dos incidentes produzidos pelos interesses do capital monopólico. O papel do complexo industrial-militar é instigar, constantemente, intrigas que alimentem o “espírito” belicista, tão benevolente em relação aos seus lucros. Assim, tal qual afirma Baran, no que concerne à produção capitalista no campo da guerra, nenhuma de suas atividades

pode ser considerada como promotora do progresso e felicidade da raça humana, embora todas constituam remédios contra a queda de produção e do desemprego. Não obstante, a dialética do processo histórico é tal que dentro da estrutura do capitalismo monopolista as mais abomináveis, as mais destrutivas características da ordem capitalista se tornam as bases mesmas de sua existência – tal como a escravidão foi a conditio sine qua non de seu aparecimento (1984:14).

Num raciocínio meramente economicista, os gastos militares têm uma função semelhante à dos de consumo individuais, no que se refere à retirada, definitiva, de valores do processo de reprodução, o que, conseqüentemente, leva ao aumento do consumo total da sociedade, adiando possíveis crises.

Assim é que todo o século XX conviveu com a incapacidade do modelo estadunidense de acumulação que não sobrevive sem depender dos fartos lucros que lhes propiciam as encomendas de guerra e os negócios militares, tanto no mercado exterior quanto no doméstico, o que faz de sua beligerância um dispositivo contrabalanceador das tendências de crise de realização capitalista. O processo produtivo de armamentos – tal qual o das demais

produções industriais – tornou-se um inexorável fator dinamizador de sua economia como um todo, na medida em que mobiliza força de trabalho e meios de produção, abrindo oportunidades de investimentos lucrativos de capital: trata-se de uma dinâmica expansionista própria do militarismo ajustada à sanha acumulativa da sociedade capitalista. Em outras palavras, da acumulação através de meios destrutivos³⁰⁰.

Claro está – como dito antes – que a relação entre o Estado e os produtores de artefatos marciais não foi inaugurada no pós-II Guerra, sendo uma prática oriunda do processo de acumulação primitiva de capitais, onde as despesas militares representavam importante fonte de acumulação para os produtores de armas, assim como para os detentores do capital usurário. A novidade é o grau de representação dessa indústria, de uma organização tão significativa – em comparação com a produção industrial global, a partir dos anos 1930 – embora sempre crescente e perene como dinamizador da economia capitalista. Assim é que, desde a II Guerra Mundial, a produção armamentista tem tido uma importância permanente não só na esfera militar – que fez com que adquirisse um significado ao mesmo tempo político – mas também econômica, estimulando a produção em determinados setores industriais (como o da indústria naval, do aço, etc.).

De lá para cá, uma profunda e estreita relação se consolidou entre os negócios e a guerra, numa cada vez mais evidente perspectiva industrial da dinâmica da economia mundial, o que apontou para a consolidação daquilo que seria denominado *complexo industrial-militar*: um mercado ativo e enérgico da guerra, mesmo nos tempos institucionalmente rotulados de ‘paz’, sob o signo das grandes corporações. Numa analogia, se no medievo a Igreja era o elo que cimentava, ideologicamente, a relação Estado/indivíduo, sendo por isto considerada um “Estado dentro do Estado”, no pós-II Guerra, quando sussurros já invocavam uma pretensa era “pós-industrial”, as corporações capitalistas, pelos mesmos critérios, podem ser consideradas do mesmo *status*. Em determinadas conjunturas (a exemplo da atual), elas conseguem submeter o aparato estatal à condição de elemento secundário da relação de domínio econômico, se confundido com ele.

No mesmo sentido, constitui-se uma incongruência afirmar como tempos de paz o período que se seguiu à II Guerra Mundial, quando em tal período grande parte da criação de bens e serviços bélico-industrial é a base da produção de riqueza real que dá sustentação à acumulação. Mesmo que alguns insistam na emergência da condição ‘pós-industrial’, o industrialismo ainda se mantém como a mola mestra do fazer econômico – e guerreiro por

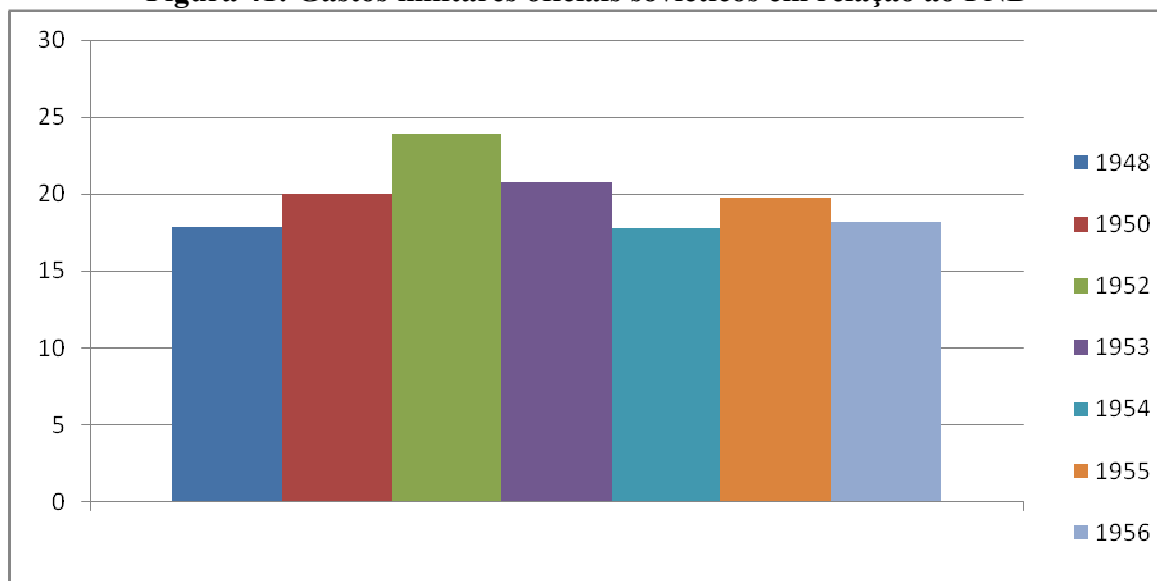
300 Acerca, ver Sweezy (1983:183; 236-238), Baran (1984:14-16), Magdoff (1978:20-22) e Mandel (1982:193-217).

extensão – capitalista. Os registros dos Toffler, quando reconhecem entre 150 e 160 guerras e conflitos civis desde o fim da II Guerra Mundial e início dos anos 1990, cujo resultado foi, em dados aproximados, 7,2 milhões de soldados mortos, o confirmam. Trata-se de números relativos às mortes ocorridas durante a I Guerra Mundial (em torno de 8,4 milhões). Se acrescentado o número de civis, a soma de vítimas mortais atinge entre 33 e 40 milhões de seres humanos, sem contar os feridos, estuprados, torturados, doentes crônicos e os que ficaram em estado de penúria por conta desses conflitos (TOFFLER, 1994: 28-29).

Confirmado este quadro, questões inquietam: existe um “pós-guerra” após a II Guerra Mundial ou ela continua presente, representando a garantia de sobrevivência do sistema capitalista? De que paz fala as classes dominantes? A que paz se referem os meios de comunicação? E, se em todos esses conflitos os interesses mercadológicos estão presentes, onde enterraram o imperialismo?

Para se ter uma ideia da responsabilidade que tem o complexo industrial-militar estadunidense sobre as respostas a estas questões, alguns percentuais dão o tamanho do problema e sugerem a importância que o reveste. Potências como a URSS e os EUA apontam para valores investidos na área em torno de 20 e 25% da renda nacional bruta da primeira e de 12% da segunda. Informações registradas por Sternberg ressaltam significativos dados oficiais soviéticos acerca dos gastos militares em relação ao produto nacional bruto: em 1948, 17,9%; em 1950, 20%; em 1952, 23,9%; em 1953, 20,8%; em 1954, 17,8%; em 1955, 19,8%; e em 1956, 18,2% (1962:24-25). Veja-se o gráfico a seguir.

Figura 41: Gastos militares oficiais soviéticos em relação ao PNB



É evidente que tais dados não podem ser comparados aos dos EUA por analogia, já que a capacidade industrial deste país era significativamente superior (aproximadamente o dobro) à da URSS, o que implica, proporcionalmente, muito mais que a metade indicada pelos meros 12 pontos percentuais. Ainda nesse sentido, o decréscimo do percentual do PNB da URSS em relação à produção militar, após 1952, pode muito bem representar duas coisas ao mesmo tempo: dificuldades econômicas ou maior capacidade de produção industrial. No entanto, eles permitem ver quão grande é a importância econômica da produção militar em qualquer grande potência, independentemente do regime de produção que professem.

Esse inter-relacionamento entre economia, política e militarismo, no qual a mesma tecnologia atende aos interesses de todas as esferas (econômica, política e social), sob o domínio do capital monopólico mostra a capacidade que tem o capitalismo de converter à sua imagem relações aparentemente desconexas ou visivelmente distantes do fazer mercadológico. Exemplo disso é a energia nuclear que, ao mesmo tempo em que serve de poderosíssima arma no domínio mundial, auferindo poder político àquele que se apropria dessa tecnologia, serve também como fonte de energia que dá uma nova dimensão à organização econômica e social. O relevante fato ocorrido no ano de 1961, quando do imbróglio dos mísseis soviéticos em Cuba é muito representativo dessa relação. Ante às pressões estadunidenses, numa “... jugada de la guerra de nervios, la URSS en ese otoño hizo estallar cerca de 50 armas nucleares, incluso una bomba casi 3 mil veces más poderosa que la que había arrasado Hiroshima” (MORISON, COMMAGER & LEUCHTENBURG, 1987:854). Realmente, a relação produção industrial tradicional e relação industrial bélica é muito próxima, mas somente a segunda serve, diretamente, a dois princípios concomitantes de domínio: econômico e político.

A tese da simbiose economia tradicional/guerra/tecnologia, como altamente entrelaçada entre o fazer econômico e o marcial, é reforçada quando o assunto é a automação, técnica cujo uso é trasladado desde a economia industrial para o campo militar. Não à toa inventos como a miniaturização de componentes eletrônicos, energia atômica, radar, etc., surgiram precisamente nos momentos cruciais de beligerância. A guerra, assim como a tecnologia que a envolve, tornou-se instrumento inseparável no processo de acumulação (e recomposição) capitalista³⁰¹, processo em que a ação imperial estadunidense, no âmbito das relações internacionais durante todo o século XX, é o exemplo mais eloquente.

301 É fato que nem sempre assim o foi. Entre a I e a II Revolução Industrial, os avanços tecnológicos visavam, primeiro, o processo produtivo, migrando sua tecnologia, posteriormente, para a esfera militar. Foi no âmbito da II Guerra Mundial que a situação inverteu-se radicalmente, quando grande parte das conquistas

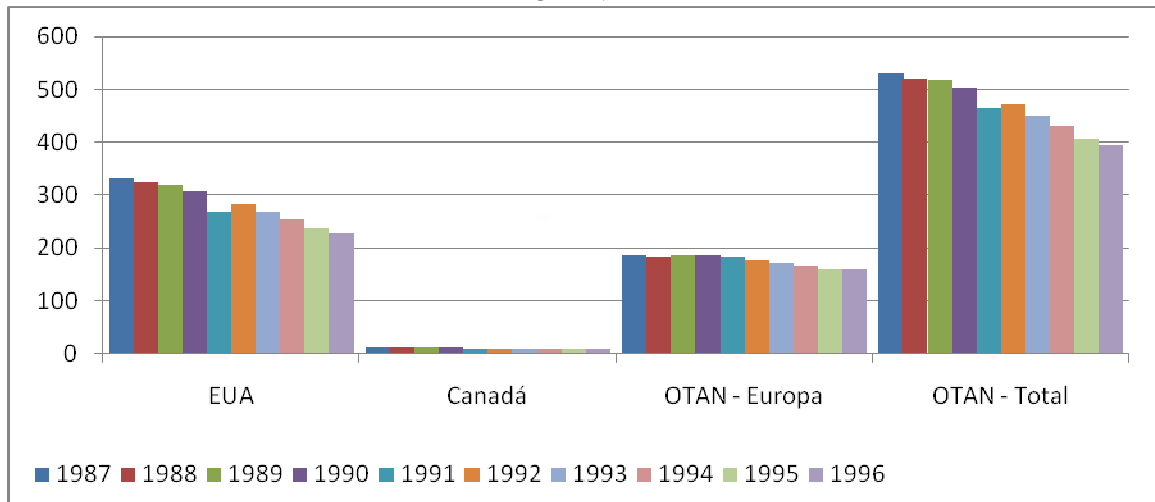
No imediato pós-guerra, os EUA assentaram a expansão de suas corporações numa belicosidade deliberada para estabelecer, manter e retomar sua hegemonia no processo de acumulação capitalista em escala planetária. Pautado no militarismo, através de movimentos que envolviam também as esferas política, econômica e cultural, buscaram enfraquecer e controlar as economias periféricas (principalmente América Latina, África e Oriente Médio). Após a II Guerra Mundial, talvez para evitar uma terceira; talvez para fugir às possibilidades de guerra nuclear, as nações imperialistas centrais – coincidentemente belicosas – escolheram, selecionadamente, seus inimigos entre aqueles militarmente mais débeis, embora esta opção tenha trazido alguns dissabores como Cuba, Vietnã, Somália, Afeganistão e, agora, Iraque (WALLERSTEIN, 2004).

O procedimento imperialista que vigorou foi o de onerar as dívidas públicas da periferia com grandes gastos em armamentos. Ao mesmo tempo em que dinamizavam a economia belicista das nações centrais, solidificando econômica e militarmente o complexo industrial-militar. Esse método foi também aplicado pelos EUA contra a URSS. Numa espetacular cartada envolvendo política, economia e tecnologia – programa *Initiative Defense Strategy*, popularmente conhecida por “Guerra nas Estrelas” – o primeiro conseguiu derrotar seu arqui-inimigo e se estabelecer enquanto única potência mundial. Decisivamente, a velha Europa deixara de ser o centro do mundo. Passados cinquenta anos do maior conflito mundial, a indústria estadunidense da guerra³⁰² é, mais que nunca, uma realidade, sendo continuamente alimentada por sangue, metais e lucros, pelos senhores do mundo imperialista. O quadro a seguir mostra que nos tempos de ‘pós-guerra’ o Estado e os conglomerados do complexo industrial militar alimentam esta profícua – e lucrativa, para os envolvidos – relação.

tecnológicas verteria para a esfera produtiva. Acerca, ver Sternberg (1962:125-138). Exemplo disso foi a tecnologia nuclear. Tal fato evidenciou três aspectos: inaugurava-se uma era por excelência militarista (Rosa Luxemburg, Lênin e Bukhárin não desvinculavam imperialismo de guerra); o militarismo passara, definitiva e explicitamente, à condição de fonte de acumulação e centralização de riquezas, na esfera das relações internacionais, por parte das nações centrais; a partir daí, tecnologia, economia e guerra tornaram-se parceiras incondicionais.

302 Contribui para o entendimento deste tema os documentários *Sob a névoa da guerra (The fog of war)*, de Errol Morris, EUA, 2003 e *The Corporation*, de Mark Achbar, Jennifer Abbott & Joel Bakan, Canadá, 2004.

Figura 42: Evolução das despesas militares da OTAN³⁰³



O gráfico acima mostra que, apesar dos gastos terem diminuídos, os montantes ainda eram excepcionais no final do século, ainda mais se levada em conta uma série de acordos – Tratados Start 1 (1991) e 2 (1993); TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, em 1995) e CTBT (Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares, em 1996) – celebrados em sua última década.

Para complemento do espectro imperialista mundial da atualidade em que se mesclam todas as esferas citadas, notam-se grandes capitais que se envolvem nas áreas de defesa, armamentos e logística, observando-se, no *ranking* das empresas que mais faturam no mundo, as que atuam nesse ramo. A leitura dos dados permite ver que as principais figuras capitalistas são grandes e poderosas corporações dos principais países centrais, principalmente dos EUA, agentes protagonistas do imperialismo pós-II Guerra que mesclam produção tradicionalmente industrial e de armamentos, como arrola Grenet:

Nos Estados Unidos, a MacDonnel-Douglas, empresa resultante de uma fusão, trabalha para a aviação, a eletrônica e os mísseis; a General Dynamics tem os mesmos ramos, mais os veículos militares e os mísseis; a General Motors fabrica evidentemente todas as espécies de engenhos terrestres, mas estende as suas atividades aos mísseis, à eletrônica e aos aviões. Nestes últimos anos, apesar do fim da Guerra Fria, esta concentração exacerbou-se. Entre 1990 e 1995, nos Estados Unidos, a Northrop e a Grumman fundiram a sua produção de aviões e de eletrônica. O fabricante de mísseis Martin Marietta foi absorvido pela Lockheed para formar um gigantesco grupo de produção de aviões e mísseis. Mas, Lockheed-Martin não se deteve e adquiriu em 1996 todas as atividades militares da Loral. Este mesmo ano de 1996 viu a Boeing comprar a MacDonnel-Douglas e as atividades aeroespaciais da Rockwell para

303 Quadro tomado de Grenet (2000:453). Em bilhões de dólares estadunidenses a preços estáveis de 1990.

assumir um papel dirigente nesse setor, ao mesmo tempo em que a Raytheon juntou as atividades de mísseis e radar da Texas Instruments e as da eletrônica militar da Chrysler. Depois disso, em 1997, resgatou a Hughes Electronics (2000:449).

A tabela seguinte torna mais palpáveis os dados explicitados, dando a devida ênfase aos principais protagonistas da produção bélico-armamentista do imperial-capitalismo.

Figura 43: Relação das 25 maiores sociedades ocidentais fabricantes de armamentos entre 1990-1995³⁰⁴

Ranking	Empresa	País	Venda armamentos (Em US\$ milhões)
1	Mc Donnell-Douglas	EUA	9.020
2	General Dynamics	EUA	8.300
3	British Aerospace	GB	7.520
4	Lockheed	EUA	7.500
5	General Motors	EUA	7.380
6	General Electric	EUA	6.450
7	Raytheon	EUA	5.500
8	Thomson	FRANÇA	5.250
9	Boeing	EUA	5.100
10	Northrop	EUA	4.700
11	Martin Marietta	EUA	4.600
12	GEC	GB	4.280
13	United Technologies	EUA	4.100
14	Rockwell International	EUA	4.100
15	Daimler-Benz Direction des Constructions	ALEMANHA	4.020
17	Mitsubishi	JAPÃO	3.040
18	Litton Industries	EUA	3.000
19	TRW	EUA	3.000
20	Grumman	EUA	2.900
21	Aérospatiale	FRANÇA	2.860
22	IRI	ITÁLIA	2.670
23	Westinghouse	EUA	2.330
24	Dassault Aviation	FRANÇA	2.260
25	Texas Instruments	EUA	2.120

Hoje, na esfera dessas relações, as premissas concentracionistas e centralizacionistas de capitais, levadas a cabo pelas políticas neoliberais, permeiam a relação tripartite supracitada, dando o tom da intervenção dos Estados nacionais. A privatização preconizada pelas políticas neoliberais atingiu a dinâmica da guerra. Assim, a terceirização – representada

304 Grenet (2000:452).

pela contratação (aluguel) de mercenários³⁰⁵ profissionais e dos serviços vinculados a ela, por grandes empresas especializadas e pelo papel do tráfico de armamentos no comércio internacional³⁰⁶ – ressalta a ação privativista da guerra e o papel do capital oligopólico nesse processo. Segundo a mesma fonte, os EUA utilizaram

pelo menos 90 companhias privadas militares (...), que têm operado em 110 países em todo o mundo. A maioria dessas empresas – definidas como prestadoras de serviços normalmente realizados por uma força militar nacional, incluindo a formação militar, inteligência, logística, de segurança e de combate nas zonas de conflito – estão sediadas nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na África do Sul, embora a maior parte dos seus serviços seja realizada em países cheios de conflitos, como na África, América do Sul e Ásia,

apesar da proibição do uso de mercenários para fins de guerra, deliberada pela Convenção de Genebra (Artigo 47).

A terceirização da guerra, seguindo os mesmos padrões da lógica neoliberal, é buscada como forma de diminuir a pressão política interna gerada pela morte de compatriotas – fator historicamente influente na opinião popular e, por sua vez, nos resultados dos conflitos envolvendo os EUA – e de dinamizar o conjunto da economia capitalista, reafirmando o caráter mercadológico da produção de destruição. Na tentativa de romper quaisquer tipos de fronteiras rumo à ampliação de suas esferas de influência, o Estado organiza, monta e leva a cabo grandes ações para as quais envia recursos materiais e humanos de tão onerosa expensa³⁰⁷, em favor dos interesses do setor bélico-industrial.

Na mesma lógica tradicional da acumulação capitalista, socializam-se os custos da guerra – representados por novos empréstimos públicos (vide tabelas de gastos militares), que recaem por sobre os contribuintes – e privatizam-se os lucros como retorno apropriado pelos grupos econômicos que investem na reconstrução do espectro da guerra, pela apropriação e usurpação de seu espólio, através das flutuações nas bolsas nacionais e internacionais, nas encomendas de artigos bélicos (armamentos, munições...) e de logística (vestimenta, alimentação, transporte de efetivos, medicamentos, etc.).

305 Artigo publicado em 28/10/2002 aponta para o fato de o Departamento de Defesa dos EUA ter celebrado que, desde 1994, 3.061 contratos, avaliados em mais de 300 bilhões de dólares. Desses, mais 2.700 foram firmados com apenas duas empresas: a Kellogg Brown & Root e Booz Allen Hamilton, para serviços de logística, treinamento e segurança. Acerca, ver Peterson, Laura. *Privatizing Combat, the New World Order*. Disponível em <http://projects.publicintegrity.org/bow/report.aspx?aid=148>. Acessado em 06/02/2009.

306 Vide transações extraoficiais envolvendo o próprio governo estadunidense (caso Irã-Contras) cuja repercussão derrubou o presidente Ronald Reagan.

307 A respeito, ver a excelente obra de Lens (2006).

O limite para o afã belicista desses setores esbarra em alguns empecilhos. No que se refere ao militar, a fronteira é o risco de uma guerra nuclear, pelos estragos, não somente físicos, que traria, pondo em risco a existência própria da sociedade capitalista. Tal condição limita a existência de bombas atômicas como instrumento de barganha nas disputas internacionais, como tem mostrado a história do pós-II Guerra, restringindo a produção desse tipo de armamento às grandes potências capitalistas ligadas ao Ocidente.

Do ponto de vista econômico, como a produção armamentista segue os mesmos padrões capitalistas, ou seja, visa a acumulação de capital, o contorno ‘natural’ para seu desenvolvimento seria a sua inviabilidade econômica. Nesse sentido, Mandel sugere uma demarcação daquilo que se entende por economia de guerra permanente, através da estipulação de uma taxa de impostos alta o bastante que inviabilize a taxa de lucro do restante das atividades. O resultado seria que a sociedade capitalista passaria por um processo de aprofundamento das tensões sociais e políticas típicas das economias de guerra, gerando um acirramento dessa situação, atingindo a relação capital/trabalho, pois que alimenta um nível relativamente alto de emprego. Esse procedimento daria impulso à luta de classes, assim como provocaria uma tensão também econômica no próprio seio da classe capitalista. No decurso desse processo, a produção armamentista teria também um efeito estimulante sobre a acumulação, reproduzindo os traços principais da produção clássica capitalista: excesso de acumulação, taxa decrescente de lucros, utilização cada vez menor da capacidade, etc.

Para Mandel, nessas condições, recorrer à produção permanente de armas não resolveria as dificuldades de acumulação inerentes ao sistema, senão fora das condições capitalistas normais (economia de guerra ou um regime fascista) que pressionassem, de forma relativa ou absoluta, os salários para baixo, mesmo a despeito do alto nível de emprego. Fora dessas condições, tal hipótese seria totalmente absurda, já que a produção armamentista (que Mandel atribui a um hipotético Departamento III) com uma composição orgânica de capital acima da média social (Departamentos I e II), por tratar-se de indústrias que utilizam tecnologia mais avançada – e por isso mais cara – impediria a redução dos gastos permanentes relativos ao capital constante.

Por outro lado, e no mesmo sentido, para Mandel é equivocado vincular produção de armamentos a crises ou guerra ou a exportação de capitais para países industrialmente desenvolvidos, já que esta é uma produção cuja composição orgânica é maior que a dos outros dois Departamentos. Segundo seu raciocínio, a produção de artigos militares não constitui, inequivocadamente, destruição de valores ou de capital, tendo o mesmo fito de qualquer

produção global de mercadorias: auferir lucros. Nesse sentido, a economia de guerra não supera as contradições do modo de produção capitalista, apenas as ameniza temporariamente, pois, como a produção das demais mercadorias, no capitalismo está sujeita também à sina da queda da taxa de lucro. Isso, no entanto, não afirma tratar-se apenas de simples interesses privados de busca do lucro, mas de tendências imperialistas expansionistas, como ficou bem claro no pós-II Guerra, quando da proteção dada pelo complexo industrial-militar ao capital oligopólico estadunidense em suas áreas de influência (1982:199-203; 212-217; 355-360).

Mas, mesmo contribuindo inestimavelmente para a discussão, Mandel não se deu conta de que existe uma diferença que, apesar de não ser determinante, ratifica o caráter imperialista presente na produção de armamentos e sua realização. Diferentemente das mercadorias comuns, bélica não desfruta de um mercado tal qual as tradicionais, já que ela se realiza pela absorção de seu único cliente potencial – o Estado – o que se faz, geralmente, através de sua relação com as forças armadas – mantenedoras de estreita relação com os fabricantes – de cada país. Assim, não por mera coincidência, os EUA, maior produtor e exportador de armas convencionais, têm também, incrustados no *staff* da Casa Branca – assim como no Pentágono – notáveis representantes dos setores de produção marcial. O quadro a seguir mostra, entre outras coisas, a pujança dos EUA na exportação de armas convencionais.

Figura 44: Exportações das principais armas convencionais – de 1991 a 1996³⁰⁸

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Estados Unidos	13.041	14.187	14.270	12.029	10.972	10.228
Rússia	3.838	2.918	3.773	763	3.505	4.512
França	1.090	1.302	1.308	971	785	2.101
Reino Unido	1.156	1.315	1.300	1.346	1.568	1.773
Alemanha	2.505	1.527	1.727	2.448	1.549	1.464
Países Baixos	453	333	395	581	430	450
Itália	360	434	447	330	377	158
Outros países capitalistas	1.828	1.855	1.567	2.586	3.006	1.700
Total dos países capitalistas	24.271	23.871	24.787	21.054	22.192	22.386
Resto do mundo	1.255	969	1.657	766	997	594
Total mundial	25.526	24.840	26.444	21.820	23.189	22.980

Como indicam os dados, os EUA ocuparam, na maior parte do período retratado, mais que 50% do total. Este cenário, no entanto, aponta para uma novidade, no que respeita à questão meramente militar, que se contrapõe ao discurso da imbatível tecnologia militar que permeou, inclusive, as hostes de esquerda, quando afirmavam que a guerrilha – a mais

³⁰⁸ Quadro extraído de Grenet (2000:458), construído a partir de dados do *Stockholm International Peace Research Institute – SIPRE*. In: Sipri Yearbook 1997. *The Trade in Major Conventional Weapons*. Em milhões de dólares estadunidenses em preços estáveis de 1990.

tradicional das formas de combate armado das classes despossuídas – entrara em desuso com o surgimento dos armamentos contemporâneos. Cuba o desmentiu, assim como o desmentiriam o Vietnã e a persistência de mais de meio século das FARC's. Por outro lado, as frustradas ações – do ponto de vista militar – estadunidenses na Somália, no Afeganistão, no Iraque, entre outras, dão razão a Mandel quando dizia que a “tecnologia militar”, não pode ser aplicada independentemente de pessoas vivas engajadas nas atividades sociais. Em última análise, Auschwitz e Hiroshima não foram produtos da tecnologia, mas sim das relações de forças sociais...” (1982:355).

Como a expansão capitalista representa uma ampliação não homogênea, tanto no que diz respeito a setores econômicos como ao grau de desenvolvimento capitalista, seus ritmos são diferentes, característica que incide um desequilíbrio de forças entre as classes capitalistas nacionais rivais. A existência – e manutenção – da produção bélica, assim como de novos implementos, de bases e missões de treinamento militares³⁰⁹ denuncia que a apropriação imperialista dos recursos e da própria produção dos rivais-semelhantes só pode ser levada a cabo através da via armada, ou seja, através do capital investido na indústria bélica, o que se executa através do poder político. É também através do domínio do Estado que se viabiliza a transferência de recursos do setor público para o privado, para custear os gastos da empresa armamentista que beneficiará apenas setores específicos da esfera capitalista (ligados diretamente ao complexo industrial-militar e/ou ramos específicos cujos interesses pautam-se, principalmente, na apropriação dos recursos naturais provenientes da ação guerreira). Para isto, tais setores apoderam-se das esferas políticas com expedientes que vão desde o patrocínio de candidaturas e campanhas eleitorais até a corrupção e a manutenção de representantes lobistas naquelas instâncias. Tais expedientes garantem ao capital a apropriação de todos os mecanismos possíveis para imprimir uma conotação mercantil às relações políticas na esfera do Estado.

Vários são os canais por onde transitam milhões de dólares a muitas empresas, inclusive a grandes corporações transnacionais ligadas diretamente ao capital monopólico e especializadas nos equipamentos usados pelas forças armadas, a maioria cuja existência depende das políticas belicosas dos grupos hegemônicos no Estado. Outras se dedicam a produzir ogivas nucleares, foguetes, mísseis, munições... O sangue humano que derramam não é computado no balanço dessas corporações. Para que se tenha uma vaga ideia desse processo, quando da publicidade do suposto perigo de ataque por armas químicas à sociedade

309 Segundo Borón (2004:144), em número exato de 121 países.

estadunidense, aumentou-se o comércio (e a produção) de fitas isolantes, máscaras, antídotos, etc. O medo foi transformado em propulsor da indústria e do comércio, assim como dos lucros da mídia liberal que vendia matérias sensacionalistas, à ocasião, consumidas em escalas paranoicas. Assim se faz o desenvolvimento da indústria armamentista, interconectada, mas em detrimento do resto da economia nacional. O unilateralismo que caracteriza a política internacional dos EUA é reflexo desse todo.

EUA: o unilateralismo como política internacional

*Esse planeta tornou-se muito pequeno. Devemos cuidar dele todo – com toda a sua terra, água, atmosfera e espaço circundante.*³¹⁰

Tanto na teoria quanto na prática, o que sempre caracterizou as relações internacionais dos Estados Unidos foi sua incapacidade de lidar com as diferenças culturais e de articular as divergências regionais. A sociedade estadunidense historicamente vê o resto do planeta como satélite de seu modo de valorar, de pensar o ser e de estabelecer padrões culturais a partir de seu prisma, desconhecendo a diversidade. É uma sociedade voltada para uma visão profético-escolástica da realidade, fator que permitiu concretizar a essência do Destino Manifesto, com sua concepção de *civilization*; a Doutrina Monroe, referência a partir de onde se apoderava, sozinha, do ser americano; o *fim da História*, teorema fukuyamesco dos anos 1980, como se “o fim” se resumisse a seus valores; e o *choque de civilizações* concebido por Huntington no alvorecer dos 90, onde o protagonismo da aventura planetária pautasse no maniqueísmo Ocidente (predomínio de seus valores e domínios) X Oriente; por fim, o fundamentalismo fundado na retórica da concepção de ‘eixo do mal’ bushiano (pai e filho), ao referir-se àqueles que não se submetem aos seus ditames.

Uma vez desgastada internacionalmente, a liderança imperial estadunidense mantém seu poderoso aparato militar a garantir-lhe espaço para a manutenção do unilateralismo nas relações internacionais. A lógica inaugurada na América Latina desde a promulgação da Doutrina Monroe, foi mantida nas relações com o resto do mundo. Para Barre, o que seria a potência estadunidense no pós-II Guerra era fruto de um processo que vinha desde a segunda metade do século XIX, passando da condição de 4ª nação industrializada, em 1860, à de 1ª, em 1900 (1968:85). A expansão dos EUA como potência econômica dominante, nasce daí, mas se consolida a partir de 1920, quando se livra da condição de nação devedora para a de

310 *Bulletin do Departamento de Estado dos EUA*, 10 de maio de 1965, pg. 695 (apud Magdoff, 1978:44).

credora, ocasião em que os indicadores registravam dados relevantes que prenunciavam sua ascensão. Ainda segundo Barre, de 1920 a 1949, a população estadunidense saltou de 105 milhões para 150 milhões, e sua força de trabalho, de 41 para 61 milhões; de 1938 a 1952, seu produto nacional bruto crescera de 84,6 para 346,3 milhões de dólares; de 1915 a 1946, a produtividade nacional dobrara e, de 1919 a 1938, a produção industrial média aumentara em 100%; de 1920 a 1950, sua marinha mercante elevava-se de 13.823 mil toneladas brutas para 28.327 (1968:86).

Ao se findar a II Grande Guerra, os EUA mostraram ao mundo que detinha o monopólio do principal artefato bélico atômico-nuclear e predisposição política de uso, como inegavelmente demonstrara contra Hiroshima e Nagasaki, quando o Japão já se encontrava destruído pelo conflito³¹¹. A partir daí, do ponto de vista militar, o domínio da tecnologia nuclear passou a ser empregado como principal argumento de pressão nas negociações internacionais, demarcando espaço na correlação de forças e na conformação do domínio estadunidense. Seus exércitos ocupavam a Europa Ocidental e o Japão, onde estabeleceram suas bases em cerca de sessenta e quatro países, ampliando enormemente seu domínio; sua força aérea controlava o espaço sideral a ponto de prover uma guerra sem mesmo adentrar o ambiente do adversário, mantendo-se a uma distância segura contra qualquer possibilidade de ataque; seus *marines*³¹², já há certo tempo adentravam países da América Latina sem pedir licença. Por outro lado, o financiamento de operações militares em todo o globo reforçava sua liderança intrainstituições multilaterais de nível internacional e os alçaram à condição de polícia do mundo.

Outros fatores confirmavam sua perspectiva econômica na arena mundial: sua renda representava 1/3 da mundial, aproximadamente; em 1950, produziam 41,7% do carvão mundial, 55,6 % do petróleo idem, 38,3 % da eletricidade, 59% do aço bruto, 52% do minério de ferro e 36,3 % do minério de cobre; suas reservas de ouro e divisas fortes constituíam cerca de 60% do total mundial; à época (1952), suas exportações representavam 5,4% enquanto suas importações, 3,7% da sua renda nacional; seus investimentos no exterior passaram de 12.490 milhões de dólares, em 1939, a 31.450 milhões em 1948 (BARRE, 1968:86).

Assim, todo o arsenal estadunidense (bélico, econômico-financeiro, industrial e cultural³¹³), conduzido por um Estado fortemente militarizado, levou o país a se consolidar

311 Acerca, ver o já citado documentário *A névoa da guerra*, de Errol Morris.

312 A marinha estadunidense é um sólido instrumento do complexo imperialista desse país, tendo centenas de bases em todo o mundo.

313 Os meios de comunicação dominantes nos países periféricos tinham (e têm) como modelo o *American way of life*. Hollywood e CNN dão as cartas no que se refere à exportação da expressão cultural desse modo de

enquanto potência imperialista dominante mundialmente, dividindo essa condição com a URSS, que, mesmo tendo pagado a maior fatura na derrota do nazismo, superara a Alemanha derrotada no conflito. No que dizia respeito a este conjunto de aspectos, o mundo tornara-se unipolar, diferentemente daquele da primeira metade do século XX.

Configurada, assim, sua posição no cenário internacional do pós-II Guerra, sua atuação encaminhou-se, cada vez mais, para uma ação unilateral, como é comum a qualquer potência hegemônica, abreviando a pretensa racionalidade de suas contraditórias retóricas. Tal como perdera força a tese da superioridade racial com a derrota nazista na II Guerra Mundial, o discurso hegemônico perdera também seu conteúdo civilizacional, quando as consequências advindas do contacto centro/periferia barbarizavam e elevavam a miserabilidade e pobreza no seio dos países periféricos; a cruzada da democracia – retórica anacrônica, gasta e senil, rejuvenescida como coadjuvante da prevenção contra o terrorismo internacional e as armas de destruição em massa para justificar a guerra contra o Iraque³¹⁴ – passou a não mais se sustentar por si só. E não mais se sustentava porque a realidade apontava para a grande parte dos países que sofreram ou sofrem intervenções estadunidenses – veja-se o caso recente do Haiti do Presidente Bertrand Aristides – contradizendo a justificativa interventora pelo não-enquadramento nos padrões da democracia burguesa. Fato é que, em grande parte das intervenções estadunidenses, as eleições dos países vítimas são mais transparentes que as dos próprios EUA³¹⁵. No entanto, quem detém a hegemonia, também designa o sentido do fazer jurídico-político.

vida. Quem atentar para o fato de que a paridade da população estadunidense frente à mundial representa 1/20 e que mais da metade dos usuários da internet estão nos EUA tendo o inglês como principal idioma, verá o sentido da afirmação de que a internet veio coroar o processo de dominação cultural.

314 Um ano depois da ocupação estadunidense do Iraque, constatou-se a inexistência de qualquer arma de destruição em massa e nenhuma prova significativa ligava Saddam Hussein à Al Qaeda ou ao atentado de 11 de setembro. Chomsky, oportunamente questionou: “Quando as bombas do IRA explodiram em Londres, ninguém falou em bombardear Belfast, ou Boston, as fontes de maior parte do apoio financeiro recebido pelo IRA. Deu-se preferência a se providenciar a captura dos criminosos, e muitos esforços foram empreendidos para enfrentar o que sustentava o terror” (2002:27). Claro ficou desse episódio, para os que não sucumbiram sob as bombas do complexo industrial-militar estadunidense, que os objetivos da guerra eram bem outros. Se os problemas fossem as armas de destruição em massa, por que os EUA não tiveram a mesma reação frente à Coreia do Norte quando de seu exibicionismo militar? Por que não se insurgiram contra os outros sete países detentores de armas nucleares? Fuser vai ao âmago do problema quando afirma que a “política norte-americana para o Iraque pode ser explicada, sem dúvida, a partir do objetivo estratégico de controlar as reservas petrolíferas do Golfo em relação a esse recurso energético essencial e na iminência de se tornar cada vez mais escasso diante de uma demanda em incessante expansão” (2007:35). Segundo Franco, quando o grupo “di consiglieri del Pentagono si reunì a colazione all’American Enterprise Institute, uno dei templi dell’ideologia neoconservatrice. E li abbozzò gli scenari futuri del’Iraq, del’Iran, della Síria: di tutto quel Grande Médio Oriente che va dalla Mauritania al Pakistan” (2004:97).

315 Veja-se o processo da reeleição de Bush.

O aparato jurídico-político estadunidense e a hegemonia mundial

Nenhum governo popular, por mais apoiado e mais heróico, nenhum governo socialista, por mais democraticamente eleito, e por mais dedicado que seja ao progresso de seu povo poderá estar sequer certo de uma não-intervenção da parte daqueles que nunca se cansam de profissões hipócritas de sua dedicação ao progresso social e ao progresso democrático.

Baran (1984:25)

Qualquer cientista social lúcido percebe que mudanças substanciais ocorreram no processo de acumulação capitalista do pós-II Guerra Mundial. No entanto, isso não quer dizer que o capitalismo deixou de sê-lo, assim como também a sua política, o imperialismo. Na época de Lênin, o capital industrial só era dominante nas formações sociais imperialistas; esse mundo imperialista era multipolar e permaneceu assim até o final da segunda grande guerra. Dentre as mudanças percebidas, salta aos olhos a perda da posição de liderança mundial por parte da Inglaterra, depois de quase um século e meio (anos 1770 – inícios do século XX) de dominação. O bastão da maratona imperialista foi passado para os EUA que, pela posição confortável em que saíram da II Grande Guerra, lhes coube elaborar um programa econômico em nível mundial nos traços desejados por Washington. Fundado numa concepção que legitimava sua intervenção na economia mundial como princípio para evitar recessões, assumiu a condição de timoneiro internacional, passando a capitanear as maiores potências ocidentais dali para frente, tendo contra si outra potência que se identificava como uma alternativa à economia de mercado.

Outra importante alteração se refere ao extraordinário aumento dos Estados Nacionais no centro e, principalmente, na periferia do sistema. Opostamente ao que ocorria na época de Lênin, constituiu-se, especialmente ao longo da segunda metade do século XX, um mundo de Estados-Nação juridicamente soberanos, mas dependentes dos atores imperialistas cuja configuração levou à hegemonia dos Estados Unidos: Índia, Paquistão, Bangladesh, Egito, Turquia, Pérsia. A propósito, as afirmações de enfraquecimento dos Estados Nacionais frente à transnacionalização capitalista ou mesmo da existência de um *império sem centro* como afirmam Hardt & Negri, o que se vê é exatamente o contrário: as vinculações das políticas nacionais e internacionais estão estreitamente sólidas com relação a epicentros geoeconômicos, geopolíticos e militares a partir da posição de determinados países no sistema financeiro internacional. Pode-se afirmar que o imperialismo tomou outro rumo no pós-Guerra Fria, marcado por uma aliança entre as potências imperialistas que fez com que a rivalidade característica da primeira metade do século XX fosse substituída por uma aliança que permitiu fatos inusitados na inter-relação internacional como o aumento constante do

consumo estadunidense mesmo quando suas taxas de crescimento continuavam desanimadoras. Na sequência, teve-se quase meio século de bipolaridade desigual, que se esborou com o colapso da URSS. A partir daí, ao assumir o papel de polícia do mundo, sua hegemonia militar permitiu-lhe legislar em igual escala.

No unilateralismo peculiar de seu aparelho jurídico-político, os EUA se dão ao desfrute do desrespeito a tratados e convenções internacionais e de subverter o princípio de autodeterminação dos povos – norteadores liberais das relações internacionais – desde que se trate de defender capitais de posse de sua burguesia. Outra condição que busca justificar sua unilateralidade diz respeito à cobrança de regras no processo da predatória acumulação capitalista por parte dos organismos internacionais de convivência, em defesa da propriedade de seu capital monopólico. Quando se trata desses aspectos, princípios elementares do liberalismo são dessacralizados sem nenhuma parcimônia. Exemplos não faltam. A *Convenção Internacional dos Direitos da Criança* só não foi subscrita por governos de dois países: Somália e EUA – paradoxalmente o país mais pobre do mundo e a maior potência planetária, evidenciando as relações perigosas, mas persuasivas, que entrelaçam os dois extremos das relações político-econômicas. Um balanço feito por Chomsky registra que os EUA não “ratificaram nenhuma convenção, porque, mesmo nos poucos casos em que o fez, o governo estadunidense deu um jeito de introduzir cláusulas de reserva que diz o seguinte: ‘não aplicável aos EUA sem o consentimento dos EUA’”³¹⁶.

Esse unilateralismo é sintomático. Frente ao acirramento da concorrência (desde os idos da crise monetário-energética dos anos 1970) um confronto direto tem sido evitado por conta de arranjos político-econômicos entre as nações centrais do sistema, os grandes conglomerados da tríade (EUA, Japão e Alemanha), garantindo o “imperialismo coletivo”³¹⁷ que vigorou desde o imediato pós-Guerra Fria, sob a liderança dos EUA.

Atualmente, o quadro com que se depara é o de um mundo unipolar, ao menos no que se refere ao impressionante poderio bélico dos EUA e à sua hegemonia na literal planetarização das relações de produção capitalista (CECEÑA, 2004). Inúmeras formações sociais dependentes transformaram-se em importantes pontos de ancoragem do capital industrial. Recorrendo ao conceito de capital como relação social, o processo de exportação de capitais para investimento tipicamente capitalista e fundado no princípio do processo

316 BORÓN, Atilio. “*Império*”: duas teses equivocadas. Disponível em http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/usp/primeiro_trimestre/textos/hemeroteca/pri/pri69/pri69_06.pdf. Página 32. Acessado em 05/02/2009.

317 Termo cunhado por Amin (2004:97-98;109), alusivo à ideia de uma tríade imperialista: EUA, Japão e União Europeia.

produtivo resultou, ao longo do século XX, no espraiamento das relações sociais capitalistas, a começar pelas relações de produção. Obviamente, não se criou uma soma de formações sociais autônomas. Estas relações perpassam as formações sociais, articulando-as de um modo novo, imprimindo ao capitalismo novas configurações.

Porém, por mais significativo que o cenário descortinado possa se apresentar, ele não permite inferências quanto a transformações no que tange à essência do processo acumulativo capitalista. Apesar das mudanças ocorridas no processo histórico, desde o último quartel do século XIX, o princípio ordenador da sociedade capitalista continua sendo a relação capital/trabalho e, mais, ele continua gerando a contradição fundamental do sistema que é a existência de uma produção social e de uma apropriação privada. As estruturas das relações de acumulação capitalista estão mantidas, demarcadas, como historicamente eram antes da II Guerra, pela presença do imperialismo, garantindo a perpetuação da dinâmica acumulação/concentração/centralização. A recomposição que procedeu do fim da guerra não inviabilizou aquilo que, segundo Hilferding, era uma necessidade vital do capitalismo: sua “preferência econômica pelo monopólio, [que, refletida] na posição preferencial que deve vir ao encontro da própria nação”, resultando que, no “lugar do ideal democrático de igualdade aparece o ideal oligárquico da dominação” (1985:315).

O imperialismo continua atuando sub-repticiamente em todas as esferas sociais – a força que tem o aparato jurídico-político e militar estadunidense o atesta – construindo sua teia de dominação, ao mesmo tempo em que se modernizou a produção capitalista, substituindo as velhas organizações de produção no setor industrial. A maior produtividade advinda desse processo também ampliou sua fome por matérias-primas e o domínio de mercados. Daí, inferir uma suposta obsolescência dos pressupostos marxistas diante de um conjetural advento da “globalização” ou de uma “sociedade pós-moderna” é apostar no enterro da verdade histórica. Para que tal inferência seja consistente, é necessário que a contradição central do capitalismo seja superada e, ao que tudo indica, esse algo novo – o que significaria algo essencialmente distinto da referida contradição – ainda não veio à tona.

A explícita tendência imperialista estadunidense no campo jurídico internacional, que resulta em críticas mesmo internas de liberais convictos – como Krugman (2006:372-374), a denunciar as tentativas de manobra de seu país furtando-se a políticas responsáveis de controle da poluição, inclusive sabotando medidas tímidas já existentes por conta dos patrocinadores das campanhas eleitorais – mostra que seu poderio transformou-se em supremacia. Suas manobras jurídicas, no que respeita ao campo econômico, conferem uma

inimputabilidade a instrumentos imperialistas por excelência – como Banco Mundial e FMI³¹⁸ – facilita a execução do projeto imperialista capitaneado pelo grande capital.

Essa impunidade jurídico-política autoimposta aos/pelos EUA também os exime da responsabilidade pelos danos socioambientais causados por suas políticas econômicas, sobrecarregando a conta da impunidade secular dos delitos executados pelo terrorismo de Estado (ALMEIDA, 2003), que deviam ser classificados como crimes hediondos contra as camadas populares não só da periferia do sistema capitalista, mas do mundo como um todo. Além disso, abre infinitas possibilidades de expansão do capital sem que se importe com os danos que provoquem no que concerne à política, ao meio-ambiente e às economias.

No aspecto jurídico, pelas suas peculiaridades, a história dos EUA é única. O papel funcional de seu imperialismo, através de seu poder de constrangimento – promoção de sanções econômico-financeiras e político-militares – no que diz respeito ao direito internacional, sempre se pautou numa legislação em causa própria, não só no que se refere à América, mas, por extensão, ao mundo. Sua postura no campo jurídico-político sempre atuou no sentido de forjar uma jurisprudência internacional fundamentada em supostos princípios de “direito global” e de “justiça internacional” a partir dos interesses de suas classes dominantes. O objetivo final sempre foi o de imprimir uma aparente legitimidade aos seus saques, avalizados por um questionável direito supranacional e seu papel de polícia do mundo. Para tanto, a guerra permanente levada a cabo pelo Estado desde o imediato pós-II Guerra deu o respaldo parajurídico de sua ação imperialista.

Traços presentes ainda hoje se evidenciam em processos como o das condenações de Milosevic e Saddam Hussein, o atentado jurisprudente denominado MIA³¹⁹ e a negativa estadunidense em assinar a constituição do Tribunal Penal Internacional³²⁰.

318 Acerca, ver Borón (2001:62).

319 Do original inglês *Multilateral of Investment Agreement*. Trata-se de um projeto de proteção internacional dos investimentos controlado pelas transnacionais, que se pretendia um novo marco jurídico supranacional cujos objetivos centrais eram criar, juntamente com os principais membros da OCDE – centro nevrálgico capitalista mundial – uma jurisprudência internacional hegemônica pelos EUA. Através dela pretendia-se transformar os Estados-Nação em simples agentes econômicos sem nenhum tipo de prerrogativa nas cortes internacionais, e implantar o princípio de não-reciprocidade entre as duas partes que o firmassem. Acerca, ver Borón (2002). Provavelmente este é, também, o sentido da “hegemonia benigna” estadunidense evocada por Nye (2002).

320 A concepção de um Tribunal Penal Internacional foi pensada desde 1937, quando a *Sociedade das Nações* elaborou uma convenção com o fito de criá-lo (BLISCHENKO & ZHDANOV, 1983:258). Sua execução, no entanto, adquiriu corpo no *Estatuto de Roma*, adotado em 17/07/1998, em Roma, Itália. Pelos preceitos do TPI, o julgamento de crimes de guerra cometidos por qualquer chefe de Estado poderia ser solicitado por qualquer cidadão do mundo. No entanto, como esta concepção implicava a perda de controle da esfera de influência estadunidense sobre as consequências de todas as suas ações imperialistas foi por esse país rejeitado em 06/05/2002. Em magistral ensaio Zaccagnini (2004), põe a nu as preocupações estadunidenses sobre as possibilidades jurisdicionais que acarretariam a constituição do TPI.

Em relação à constituição do TPI, os EUA consideram que vai ao encontro de seus interesses, de sua concepção de soberania e independência nacional, isto é, vai de encontro ao controle imperialista que exerce em todo o planeta. Tudo previsto em sua Estratégia de Segurança Nacional³²¹. Não é estranho que um aparato jurídico-político capaz de tamanha arrogância tem por suporte uma força econômica, ideológica e militar pujante, capaz de impor-se em escala planetária: seu Estado Nacional.

Claro está que o imperialismo não tem hoje a mesma configuração da compreensão clássica do início do século passado (aqui compreendida sob a ótica da *primeira geração* de analistas-pensadores do imperialismo), ou mesmo da *segunda geração*. No entanto, não se transformou em seu contrário como propõe a mística neoliberal, afirmando que, em substituição, teria surgido uma “economia global”, muitas vezes generosa (HARDT & NEGRI, 2001), onde todas as economias são interdependentes. Não obstante, diversos autores críticos recorrem ao vocábulo *globalização* procurando ressignificá-lo de modo a contribuir para a inteligibilidade da atual fase de reestruturação capitalista, como é o caso, por exemplo, de Ianni (1988;1992), Chossudovsky (1999;2004), Mézaros (2003), Dos Santos (2003-2004) e dos teóricos que se inspiram no “paradigma” da economia-mundo, entre eles Wallerstein (2004), atingindo historiadores de reputação ilibada como Hobsbawm (2007).

Este fato, por si só, pode evidenciar desavisos, mas, no geral, reafirma o pressuposto *pós-modernista* eurocêntrico e estadunidense que se fundamenta na premissa da III TRT. Fazendo uma analogia (com todas as limitações que isto implica), Marx partiu da teoria clássica do valor trabalho para chegar à produção do conceito de mais-valor. Nada de parecido, no entanto, ocorreu com as tentativas de apropriação crítica de *globalização*, quando a categoria, por si só, não traz a ideia de qualquer relação nem, muito menos, de uma assimetria, dissimulando a sua essência. Nesta ótica, propõe-se aqui uma abordagem da problemática, primeiramente pelas concepções distintas dos estudiosos contemporâneos do atual processo de reestruturação capitalista, ao mesmo tempo em que se checa diante dos clássicos, já que, todavia, problemas permanecem.

A concepção do fenômeno denominado *globalização*, que se pauta no espetáculo das conquistas tecnológicas – as quais aparecem ao público como obra e usufruto da humanidade em sua totalidade e no ciberespaço como território social indispensável ao “desenvolvimento” (vê-se como retorna, incansavelmente, este termo como representativo de avanços sociais) coletivo – visa obscurecer o “espírito” subjacente ao domínio dessas conquistas. O discurso

321Acerca, ver *The United States and the International Criminal Court*, disponível em <http://www.state.gov/t/us/rm/15158.htm>, acessado em 04/10/2008.

evoca coletivos indistintos e amorfos (tais como globalização, cidadania, multidão), mascarando enquanto relações harmônicas o que de fato não são. Nesse sentido, cabe questionar, mais uma vez, a apropriação que se faz dessas conquistas sociais, frutos da construção científica de anos – em alguns casos séculos e milênios – da história dos homens como um todo, na mesma lógica capitalista de produção social e apropriação privada.

No entanto, apesar do descomunal malabarismo dos ideólogos neoliberais no sentido de dar forma, conteúdo e sentido à globalização, o esforço tem sido em vão, pelo menos no que concerne à tentativa de transformação da mesma numa categoria científica. O vocábulo continua impreciso e passa, ainda, pela mesma crise identitária por que atravessou a categoria *imperialismo* no último quartel do século XIX e início do XX, quando se encontrava permeada de conotação positivista e extremamente vaga no cenário político europeu. Ela não possui o caráter relacional presente de modo explícito na categoria a qual pretensamente busca substituir. Enquanto *imperialismo* sinaliza uma relação assimétrica, mais precisamente de dominação e/ou exploração, o mesmo ocorrendo com a categoria *dependência*, a origem do marco *globalização* de fato sinaliza para um caráter fortemente ideológico (conservador), que nos leva à concordância com Chesnais quando, citando R. Barnet e J. Cavanagh, afirma, em relação à globalização e aos termos correlatos: “não são neutros (...) cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser” (1996:24).

A atual fase de transnacionalização capitalista (globalização), assim como sua essência ideológica (o neoliberalismo), é imperialista e, por sê-lo, extremamente assimétrica, cuja harmonia só pode ficar no campo das ideias de intelectuais globalistas. Mesmo enquanto unificação econômica, ela é unilateral e responde aos interesses de uma minúscula parte da sociedade proprietária do grande capital. Ainda percebe-se, mesmo empiricamente, a distância de uma longa senda a transpor para que a sociedade atual seja, de fato, global (no sentido simétrico, igualitário, harmônico) e isto diz respeito a anseios realmente revolucionários.

Nesse sentido, aspectos como a existência de fronteiras – assim como reforço e extensão das já existentes – entre povos, especialmente no que diz respeito ao livre trânsito da mão-de-obra, como é o caso EUA/México; a ferrenha e odiosa legislação anti-imigração, tanto nos EUA quanto na Europa, entre tantos outros fatos, negam, veementemente, o caráter global desta sociedade. Assim, no atual estágio de transnacionalização do capitalismo, onde os processos de produção/reprodução capitalistas se espriam por todos os recantos do mundo e imbricam-se em todas as esferas das relações sociais, as conquistas tecnológicas ratificam e

reforçam o processo de dominação no plano mundial, e como nos EUA se concentra o maior volume de capital, tem a cara dessa sociedade.

Não obstante, a concepção de que a atual configuração técnica consista um embuste ideológico do fundamento da “globalização” não é concebida só por estudiosos de estirpe crítica ao sistema, ultrapassa esta fronteira. Exemplo disto é o keynesiano estadunidense Galbraith, declaradamente liberal de sólidas convicções social-democratas, quando afirma que “a globalização não é um conceito sério. Nós, os norte-americanos, o inventamos para ocultar a nossa política de penetração econômica no exterior” (1997:2). Compartilha desse ponto de vista, entre outros, o neoconservador Nye quando afirma que a população de seu país, ao mesmo tempo em que corresponde a um vigésimo da população global, representa mais da metade dos que têm acesso à internet e que isto reflete o aspecto americanocêntrico da globalização (2002:140), encarando esta qualificação como uma fase transitória e não precisamente negativa.

Ao mesmo tempo em que a construção do globalismo enaltece aspectos periféricos da sua constituição, com o intuito de mascarar seu cerne, outros essenciais são negligenciados. Elementos como os ressaltados por Nye (número dos que têm acesso à rede de internet, uso do inglês enquanto idioma preponderante), entre outros, apenas denunciam as dissimetrias sem adentrar à sua essência. Somente são importantes se associados à predominância do *American way of life* enquanto primordial artifício cultural do predomínio imperialista do capitalismo estadunidense. Essa visão unilateral denuncia que a tentativa de materializar tal *globalização* a partir da ótica dos avanços tecnológicos não faz avançar conceitualmente, já que esse “capitalismo de informação globalizada”³²² não se sustenta. No extremo, deixa aberta uma lacuna do tamanho do globo onde cabe o domínio imperialista do grande capital.

De fato, o imperialismo sofreu mudanças, mas apesar de todas elas, ele conserva a sua identidade, sua função histórica de acumulação capitalista em nível mundial. Assim, os procedimentos capitalistas mudaram superficial e transitória e, particularmente, dentro do que exigiram as conjunturas de seu desenvolvimento, mas não o fizeram em sua essência porque a lógica de concentração/centralização, que lhe é intrínseca, não foi modificada em seu cerne, permanecendo capitalista e, conseqüentemente, imperialista (no sentido moderno). Mais, ele foi intensificado ao mesmo tempo em que se aprofundou a crise sistêmica desses últimos

322 Frase cunhada por Castro Silva, Gustavo Javier & Olivieri, Alejandro Gabriel qualificando a ‘globalização’. Ver Castro Silva & Olivieri. *Revisando a teoria das relações internacionais. Enfoque imperial: o surgimento de uma nova teoria?* In: Pg. 03. www.unieuro.edu.br/downloads_2005/hegemonia_01_teorias_imperial.pdf. Acessado em 07/07/2007.

cinquenta anos da recomposição capitalista do imediato pós-II Guerra. Assim, o que difere o atual processo denominado efemeramente de globalização do clássico fenômeno imperialista é a forma; no seu conteúdo, apenas seu corpo ganhou potência, sobrevivendo essencialmente.

Assim sendo, as conquistas tecnológicas advindas desse período constituem uma – dentre tantas – importante variável que levou os EUA à hegemonia mundial. O incremento tecnológico em ênfase foi marcado, do ponto de vista da produção, pela automação, que veio dinamizar o processo produtivo, expandindo a indústria produtora de bens de consumo duráveis, de petroquímicos, de insumos para a agricultura, de matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas, da mecanização da construção civil, etc.; e, do ponto de vista energético/militar, marcado pelo surgimento da energia nuclear, que apareceu quando os efeitos produzidos pelas invenções do motor elétrico e à explosão desenvolveram a maior parte de suas potencialidades após a II Guerra³²³.

É indubitável que houve um aumento da produtividade industrial no pós-guerra sem que ocorresse qualquer ruptura substancial no progresso técnico que venha a justificar a concepção de uma real revolução tecnológica. Fora a energia nuclear e a cibernética, a maior parte das descobertas que predominaram na expansão capitalista do pós-II Guerra, advém de invenções que antecederam à I Grande Guerra. Dois setores da economia concentraram, substancialmente, os impulsos dessa “revolução”: o do complexo armamentista e o da indústria química, sendo que as técnicas transitavam de um a outro (como exemplo das descobertas cibernéticas que deram suporte, desde a invenção de máquinas calculadoras que facilitavam a circulação de capital até as que serviam de orientação dos cálculos dos instrumentos bélicos mais avançados). O que se almejava era a dinamização econômica mais geral e, consonantemente, o barateamento do capital constante circulante, que corroborava com o primeiro intuito.

Na esfera militar, quando se domina a tecnologia bélico-nuclear representada pela energia atômica, que veio ocupar importante *status* estratégico-militar em escala internacional, realiza-se a apropriação da tecnologia como importante elemento da luta pelo domínio mundial. Washington – assim como Moscou – sabia do potencial representado por essa arma enquanto instrumento de pressão – e persuasão – nas negociações e como demarcadora da correlação de forças internacionais. Não foram em vão – para o grande

323 Após dispendiosos seis anos de pesquisa (1939-1945) desde a sua descoberta ao seu uso o intuito da tecnologia nuclear confirmou-se na sua função estratégico-militar. Passado meio século do seu descobrimento, até o presente ela ainda não se estabeleceu como alternativa energética superior aos combustíveis ou à hidrelétrica.

capital estadunidense – os estratégicos investimentos estatais nos setores marcados por uma tecnologia avançada. Estes (altos) investimentos, por serem realizados em parcerias que envolveram o Estado e o grande capital, deram às corporações, segundo Magdoff, definitivamente, seu caráter transnacional, o que pôs os EUA na dianteira da disputa imperialista, sendo este o único país, então, a apresentar as características exigidas pelo processo: possuía empresas capazes de levar a cabo tal empreitada; tinha apoio governamental forte para o intento; e detinha experiência em operações internacionais, entre outras características (1978:24-62). Os investimentos na área representaram, naquela conjuntura, um ritmo rápido de inovação e um substancial coeficiente de crescimento industrial-militar que seria essencial para a construção de seu domínio em escala planetária, seu grande sonho.

Também para Ceceña, o principal eixo da hegemonia planetária na sociedade moderna funda-se na tecnologia, o que, por extensão, pauta o poder que os EUA exercem no mundo no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Na análise que desenvolve acerca da atual condição hegemônica estadunidense, destaca três campos como os de maior relevância, em torno dos quais se enfatiza as atividades de pesquisa e as de localização e/ou criação de novos materiais: o das tecnologias de informação, o das atividades relacionadas com o conhecimento e com o uso do espaço, e o das tecnologias genéticas. Ressalta Ceceña, no entanto que, apesar de o eixo ordenador principal ser este, a “construção da hegemonia está mediada por uma materialidade que é a essência objetiva das relações de poder e de dominação” (2004:113). Tomando como exemplo as invasões do Afeganistão e do Iraque, afirma que

a força da economia e a superioridade tecnológico-militar não são suficientes para garantir resultados num empreendimento dessas dimensões, apesar de se colocarem como as principais ferramentas de dominação. A guerra não é ganha somente nestes campos e muito menos se garante aí a hegemonia (...). A superioridade tecnológica que expressa as potencialidades bélicas e também produtivas e organizativas, os modos de vida mercantilizados e individualistas e a visão de um mundo de concorrências, onde o êxito ou o fracasso são definidos como derivações naturais, devem ser assumidos como verdade universal no terreno dos imaginários e das cosmovisões, mas também nas práticas cotidianas correspondentes (2004:113).

Ainda para esta autora, a batalha pela hegemonia é travada, fundamentalmente, no terreno da pesquisa científica de ponta, centrada na densidade com a qual as tecnologias advindas daí são aplicadas no funcionamento geral e as potencialidades relativas que tal

aplicação indica. Concorde com Nye (2002) quando aponta a internet como “a brecha tecnológica”. Diz que, de fato,

pode-se observar o predomínio dos Estados Unidos nos três níveis centrais da Internet. Em primeiro lugar, as empresas norte-americanas fornecem os padrões tecnológicos dos segmentos estratégicos da Internet, a saber, os computadores pessoais (Hewlett-Packard-Compaq), os supercomputadores (IBM), as dorsais e os pontos de acesso à Internet (MCI), as infra-estruturas telefônicas e os serviços da Internet (AT&T, AOL). Em segundo lugar, as decisões estatais dos Estados Unidos orientam a evolução da rede (...). Finalmente, os criadores de conteúdo e os organismos “normativos” da Internet têm também uma base predominantemente norte-americana (Ornelas, na imprensa)” (CECEÑA, 2004:116).

A autora vai além de Nye ao, de forma crítica, entender a internet como um instrumento aplicado num campo fundamental que indica a “pertinência estratégica da concepção do desenvolvimento tecnológico como um assunto de segurança nacional”, cujo desenvolvimento está vinculado a uma política de Estado que faz frente à

posição de suas empresas no mercado mundial, à superioridade tecnológica de todos os espaços estratégicos relacionados com a segurança nacional, com a ação e com o controle militar e às atividades que permitem manter uma vantagem definitiva no controle, no conhecimento e no uso do espaço (CECEÑA, 2004:116-117).

O “contratempo” representado pelo episódio do 11 de Setembro de 2001, nos EUA – assim como o resultado das últimas guerras empreendidas por este país – porém, mostrou que tal controle não conseguiu prevenir o poder político do efeito colateral advindo da arrojada privatização do capital tecnológico, que disseminou poder fora dos sistemas de governo institucionais, capacitando forças políticas a lutar contra grandes potências beligerantes. No entanto, se o controle não foi total, porém não retirou a importância da tecnologia no processo de consolidação da hegemonia planetária. A história da América Latina da segunda metade do século XX é um exemplo vivo disso. Os avanços técnico-científicos dos anos 1960 favoreceram minimamente o crescimento de sua exportação industrial, resultado da inserção da região na divisão internacional do trabalho como especialista na exportação de artigos e matérias-primas. Em contrapartida, permitiram aos países centrais se especializarem na produção e exportação de tecnologia de ponta, ratificando uma posição de interdependência desfavorável à periferia. O que sobra é retórica de uma sociedade dominada pela aparência

espetacular das inovações midiáticas produzidas, ideologicamente, pelos intelectuais a serviço da reestruturação capitalista.

Da invenção do terrorismo à *guerra preventiva*³²⁴

É consenso entre especialistas e curiosos que circulam em torno do tema ‘terrorismo’ que no final dos anos 1960 surgiram os marcos reveladores de uma etapa singular de contundente manifestação política, assinalada por um crescimento de ações bombásticas e violenta eclosão de expressões envolvendo adversários políticos, culturais e religiosos, de forças discrepantes em escala planetária. A partir dos anos 1970, elas se intensificaram de forma a ganhar corpo e incomodar os grandes Estados imperialistas, agraciados pela hegemonia do capitalismo ocidental. Nesse sentido, Blischenko & Zhdanov citam registros de 486 ações de “terrorismo internacional” entre janeiro de 1960 e abril de 1974. Do total de atos ocorridos nos anos 1970, 50% teriam eclodido na Europa, 21% na América Latina, 14% na América do Norte e 11% no Oriente Médio e norte da África. E finalizam afirmando que, em 1970, na América Latina foi cometido o dobro de ações da Europa, fato que se inverteu no ano de 1978 (1983:5-7). De primeira mão, os registros assinalam que o foco daquilo que se denominava terrorismo não estava no Oriente Médio, mas no velho continente.

No entanto, apesar das estatísticas e inferências acerca delas, poucos se dão ao trabalho de buscar suas raízes históricas. Para quem trilha este caminho, a história do terrorismo está diretamente vinculada à existência própria da violência, principalmente da violência política, como manifestação do contrapoder ante inimigos cuja correlação de forças é grandemente descompassada. Este é o caso de Blischenko e Zhdanov quando afirmam que “a necessidade da violência na história está condicionada pela existência de contradições impossíveis de se resolver sobre a base de um compromisso entre os portadores dessas contradições: estado, classes, indivíduos (...) dependendo da agudeza dessas” (1983:40-41).

Não obstante ideólogos quererem separar a violência física da prática política burguesa, qualquer historiador minimamente astuto percebe o teor ideológico de tal tentativa quando vê que o próprio vocábulo do qual se originou a categoria está intimamente ligado à

324 A “invenção” do terrorismo aqui referida representa aquilo que a construção hegemônica qualifica/desqualifica enquanto terrorismo. O que assim se (des) qualifica, trata-se de uma satanização da ação política dos adversários da grande potência hegemônica. A própria definição é parte ideológica do combate que se trava envolvendo a luta pelo domínio político-econômico e cultural e os setores que se contrapõem. Tal qual rotulado, busca a justificação e legitimação de seu combate, mesmo que nos moldes do terrorismo de Estado que é peculiar daquele que o interpreta/qualifica. É nesta lógica que funciona a guerra preventiva, ação imperialista a serviço do capital monopólico, sancionada a partir da relação institucional/parainstitucional, considerando toda e qualquer ação violenta anti-imperialista como terrorista.

Revolução Burguesa de 1789, com destaque para a política do Estado jacobino, cujos registros históricos apontam para 17.000 mil os guilhotinados e mais 25.000 executados sem julgamento naquele período. Isto numa França de aproximadamente 25 milhões de habitantes. Como se vê, a burguesia tem, historicamente, tratado de definir a violência – e, nesse contexto, o terror – classificando-a segundo os seus interesses. Porém, isso não diz tudo acerca do fenômeno, sendo necessário distinguir particularidades tais como forma, métodos, objetivos, etc., levando em conta sua legitimidade – ou não – a partir do contexto histórico-político e da correlação de forças estabelecida no confronto.

Não se trata de analisar a eficácia – ou não – dos atos de violência política, muito menos de justificá-los, mas de ressaltar os aspectos ideológicos que o rodeiam. É nesse sentido que o terrorismo aqui é concebido como uma invenção matizada de manifestação violenta individual – ou de grupos – sem qualquer fim que a legitime. Assim, da forma que está posta, a definição de terrorismo, para além de qualquer historicidade ou cientificidade, diz respeito unicamente aos interesses daqueles que o nomeiam, ou seja, aqueles que detêm o *hegemon* planetário.

Diferentemente do significado posto, a ação terrorista diz respeito a um fenômeno histórico-político e tal qual deve ser analisado. Sua ação deveria ser vista – se o intuito fosse o de realmente desvendá-la – no contexto em que eclode e não através da percepção de uma classe que se vê acossada por forças que se lhe antagonizam, que pensavam já dominadas. Constitui-se, o terrorismo, de uma manifestação política de setores sociopolíticos e culturais que circulam na esfera da contraposição aos valores e ações opressoras, evidenciando atos de resistência à supremacia que lhes oprime planetariamente, representada pelos EUA. Esta inferência é respaldada pela sistematicidade dos alvos: governos, instituições e empresas estadunidenses.

Durante a vigência da Guerra Fria, o discurso dominante via a ação política violenta pelos olhos da velha paranoia anticomunista atribuindo-a a um suposto antiocidentalismo. É certo que, nos anos 1990, a prática fora redefinida e seus agentes requalificados, transferindo a responsabilidade dos atos políticos violentos para os “fundamentalistas” islâmicos. Dava-se, assim, um processo de ‘des-sovietização’ da categoria, até então caracterizada enquanto ação marxista-leninista³²⁵, mesmo quando a direita mais crespas, como a dos ex-oficiais das SS

325 O ex-presidente do Uruguai, em discurso no Seminário *Latinoamérica frente al terrorismo*, em Santiago do Chile, em agosto de 1987, afirmava ser o terrorismo “un hecho material, es un hecho como la guerra. El terrorismo es un medio, es una forma de acción, es una forma de agresión. Y en mi concepto es una forma de agresión marxista y como tal es que debemos analizarlo. Creo que en el mundo son pocos los casos en que la acción terrorista no responde a una agresión marxista” (*Terrorismo y democracia*. In: *Latinoamérica*

neonazistas *Internacional Terrorista Negra*³²⁶ assombrava o mundo na maior parte dos anos 1970 e ressurgia nos 80³²⁷. Isso mesmo quando a literatura marxista-leninista se posicionava contrária à prática³²⁸.

O papel desempenhado pela ideologia burguesa – principalmente estadunidense – quando atribuía o terrorismo dos anos 1970-80 aos marxistas-leninistas era, a um só tempo, irresponsável e carente de consubstanciação. Desde os anos 1920-30, o que denominavam de terrorismo não era praticado nem mesmo pela esquerda institucional, muito menos por marxistas-leninistas. Nos anos 1970, quando se deu uma massificação de ações políticas com tais características, em sua maioria esmagadora, foram desferidas pela própria direita. Ao se analisar a maioria dos atentados domésticos nos próprios EUA, vê-se que é oriunda de questões religiosas. E mesmo as de caráter internacional são, predominantemente, de grupos reacionários ou de religiosos extremistas, de modo a levar especialistas no assunto a afirmar que as ações do terrorismo internacional são convenientes ao imperialismo e às forças reacionárias da sociedade (BLISCHENKO & ZHDANOV, 1983:47), nunca sendo reivindicadas por parte da esquerda marxista-leninista. Exemplo disso pode ser visto nas investigações acerca do atentado em Oklahoma City, em 19 de abril de 1995 – considerado, até o 11 de Setembro de 2001, o pior atentado ocorrido em solo estadunidense, atingindo quase 700 vítimas, sendo 168 fatais. À época, as autoridades desse país insistiram na tese de que teria sido desfechado por muçulmanos, quando, posteriormente, as investigações mostraram que havia sido executado pela extrema direita doméstica, historicamente marcada por sentimentos fundamentalistas de teor imperialista, racista, fascista e anticomunista. Algo parecido acontecera quando do assassinato de J. F. Kennedy, em 1963, ato atribuído, num primeiro momento, ao Partido Comunista dos EUA.

Ledos equívocos ou mentiras oficiais de caráter ideológico, já se tratavam de parte da tática repressiva envidada pelo Estado burguês e seus elementos repressivos bélico, jurídico, político-ideológico e até setores econômicos. Ao se buscar entender da forma mais imparcial possível esta categoria, convém, em primeira mão, distinguir terror e terrorismo. O primeiro

frente al terrorismo. Ministério del Interior, Edimpres Ltda, Chile, 1987, Pg. 22). Seu discurso não era solitário.

326 Acerca, ver Sterling (1981).

327 Levantamento dos atentados protagonizados pela direita no Brasil, entre os anos 1966-1980, elaborado por Deckes (1985:127-134) dá conta de que ações armadas como manifestação política não era monopólio das correntes marxistas-leninistas.

328 Marx, em *A burguesia e a contra-revolução*, se posicionara a respeito; Engels deixara registrada sua posição acerca na sóbria e lúcida introdução que escrevera para “As lutas de classes na França de 1848 a 1850” (ver Marx, sd). Lênin, em boa parte da sua “Obras completas” criticava o *Narodnaya Volia* por tais ações, caracterizando-as de pseudorrevolucionárias. Portanto, a acusação de “terrorismo à moda marxista-leninista” não tinha fundamento plausível.

diz respeito ao método da ação política violenta sistematicamente aplicada objetivando a consecução de escopos preestabelecidos. No caso do terrorismo, trata-se da mediação deste método através da realização de diversos atos assim configurados. Aplicado nesta acepção, o medo é o elemento do contrapoder.

Uma vez esclarecida esta diferença, trata-se de dirimir outro aspecto do fenômeno, referente ao fato gerador da ação terrorista de forma sistematizada. Nesse sentido, existem atos de violência política que advêm de setores de esquerda e de direita (fascista ou não), reacionário ou revolucionário, sendo essencial tal mapeamento para que se consiga identificar de que matriz emerge.

Um terceiro ponto é a fonte que o produz. A maioria dos discursos alusivos ao tema omite a prática sistemática do terrorismo por parte do Estado, o que evidencia a unilateralidade predominante na sua qualificação/desqualificação, quando ideólogos interpretam os fatos segundo a ótica dos interesses do grupo ou classe a que pertencem, ou matriz de onde parte seu discurso. Quando cometido pelo Estado, a ação visa dissuadir, intimidar ou mesmo eliminar indivíduos ou grupos opositores. Apesar de Blischenko & Zhdanov afirmarem que o terrorismo está, no direito internacional, enquadrado como crime de lesa humanidade e crime de guerra (1983), nenhuma corte tem penalizado o maior dos terroristas institucionais da história mundial: os EUA. Irônica – ou estrategicamente – a expressão ‘terrorismo internacional’ foi usada com maior ênfase pelo governo Reagan, em 1981, numa amplitude tamanha a permitir a grande margem de manobra que possibilitou ser transformada, no início do século XXI, no mote central das investidas imperialistas estadunidenses no mundo. Não a esmo é sua negativa à criação do Tribunal Penal Internacional. A existência de um TPI, na atual conjuntura, provavelmente enforcaria Sadam Hussein, mas também, pelos mesmos critérios, os Bush, Donald Humsfeld, Colin Powell, Tony Blair e tantos outros terroristas institucionais que hoje posam de antiterroristas. Assim, observa-se que o ato terrorista – tal qual qualificado – pode ser perpetrado por indivíduos, grupos (ou classe social) ou instituição.

Ademais desses aspectos, o terrorismo pode também ser classificado quanto à forma, levando em conta tipos e graus de tecnologia de que se apropria, assim como a quantidade de elementos que apresenta.

Por último, segundo sua expressão: de grande ou pequeno porte. Assim entendendo, o terrorismo constitui um fenômeno político e social antigo, sendo sua conceituação ainda muito nova, tendo nascido de forma marcada, ideologicamente, por preconceitos e

contradições, o que tem feito com que seja mais interpretado que categorizado, sendo operado a partir dos interesses hegemônicos, no sentido de justificar a intervenção imperialista estadunidense. Para Burtchael, “ele [o terrorismo] é a mais sóbria cria da guerra” (1986:232). Autor que não se deixa levar por convencionalismos oriundos no *status quo* estadunidense, atenta para o fato de que o terrorismo pode ser definido pelo que realmente é: um método de luta em que os “terroristas”

escolhem alvos simbólicos, ao invés daqueles de importância estritamente militar. Eles propositalmente ignoram a distinção convencional entre combatentes e não combatentes. (...) sua finalidade é política: aterrorizar, intimidar, desestimular um governo ou o povo (...). Não há nenhuma declaração de guerra, nenhum adversário militar profissional, nenhuma disponibilidade por parte dos perpetradores de se guiarem pelas restrições militares convencionais (BURTCHAEI, 1986:236-237).

Por fim, o terrorismo, definido sem paixões ou preconceitos, constitui-se num método tático-estratégico de guerra não-convencional, de baixo custo econômico e que requer pequeno – mas especializado – contingente. O que se diferencia disto diz respeito ao terrorismo de Estado.

Terrorismo de Estado: os *pre-emptive attacks*

A utilização da bomba atômica seria decidida pela questão: ela me será vantajosa ou não (...)? Se acreditasse que a vantagem estaria do meu lado, usá-la-ia imediatamente³²⁹.

Eisenhower

As históricas intervenções estadunidenses no mundo são de uma criatividade díspar no que diz respeito à retórica do discurso oficial: vai desde o Destino Manifesto ao anticomunismo; da defesa dos direitos humanos³³⁰ ao tráfico de drogas; do amparo à democracia até o combate ao terrorismo; da punição à “inabilidade dos governantes” dos “Estados fracassados” aos “ataques preventivos” (*pre-emptive attacks*)³³¹...

329 Frase do Presidente estadunidense. Apud Baran (1984:223).

330 Acerca dos “direitos humanos” nas ações internacionais estadunidenses, ver as contraprovas levantadas por Chomsky & Herman (1976), Barber (2005), Almeida (2003), Chossudovsky (1999;2004), Gerassi (1965), Gilly (1981), Julien (1968), Lens (2006), entre outros. Do ponto de vista empírico, atentar-se para as atrocidades acontecidas em Faluja, na prisão de Abu Ghraib e em Guantánamo, apesar das declarações de Donald Rumsfeld no Congresso estadunidense, de que eram aberrações, e do senador democrata Joe Lieberman de que “os americanos são diferentes”, que os abusos não faziam parte da “verdadeira América... Não somos assim” (BARBER, 2005:15).

331 Acerca, ver Nye (2002) e Fukuyama (2005).

No que cabe a esse último aspecto, entretanto, a dicotomia e a distância entre os pretextos e a essência imperialista dos atos agressivos que marcam a história do país tem sido uma constante desde George Washington, que pregava a paz assassinando índios em seu próprio território. Como afirmou Lens, “cada ato de engrandecimento na história americana tem sido bravamente camuflado com a retórica da defesa” (2006:39). Não importando que tenha à frente do Estado Nixon, Kennedy, Johnson, Clinton ou os Bush (pai e filho), após a II Guerra, quem dá as cartas na política externa estadunidense é o capital financeiro, alto investidor do complexo bélico, para quem o recurso do terrorismo estatal (simbólico e real) não pode ser descartado. Foi esta configuração que permitiu ao setor prosperar, mesmo em tempos de relativa “paz”, bastando que a economia apresente dificuldades.

Assim se pavimentou o caminho para guerras e intervenções de diversos tipos nos países do Oriente Médio, semeando terror e embuste e apropriando-se das riquezas produzidas pelas nações tomadas de assalto. Nem mesmo as conjecturas atuais de defesa contra a produção de armas de destruição em massa que buscaram justificar os *pre-emptive attacks* são originais, tratando-se de mentiras oficiais, como noticiado, posteriormente, pela própria imprensa burguesa. Já no início do século XX, Hobson fazia referência a elas como justificativas do militarismo típico do império e aos industriais e especuladores financeiros:

Os propósitos agressivos e os fins codiciosos se disfarçam de atitudes meramente defensivas. Podemos afirmar, sem temor a equívocos, que não se tem memória de nenhuma guerra que, por evidentemente agressiva que possa parecer ao historiador desapaixonado, não se apresente ante os convocados à luta como uma política defensiva necessária, em que estava em jogo a honra e até mesmo a existência do Estado (1981:66).

Nesse sentido, deu-se o lançamento, em 1987, pela editora Nórdica, do livro *Contra-ataque: para vencer a guerra contra o terrorismo*. A obra contém uma seleção de “teorias” antiterroristas, organizada pelo então funcionário do Departamento de Estado estadunidense Neil Livingstone e pelo empresário internacional Terrell E. Arnold. O livro inicia por definir o terrorismo como a prática de violência por “grupos que julgam ser esta a única forma de serem ouvidos e dos países que não dispõem de poderio, sabedoria ou persistência para lutar por suas causas através da concessão mútua pacífica” (McFARLANE, 1986:7).

Renitentemente repetido por décadas, tal discurso acabou por ganhar vida própria tornando-se a principal justificativa das ações imperialistas da força hegemônica do Ocidente do pós-II Guerra. No entanto, ao reler as folhas da história não tão recente, editadas e

reeditadas pelos meios de comunicação, oficiais e oficiosos, não se encontram registros, enquanto atos terroristas, para os massacres de civis e os crimes de guerra *made in USA* perpetrados no mundo inteiro, apesar dessa ter sido a trajetória do imperialismo estadunidense. Suas corporações transnacionais estiveram – e ainda estão – diretamente envolvidas nos processos de terrorismo de Estado, em ações que remontam ao fim do século XIX.

Tomando como marco o fim da II Guerra Mundial, vê-se que, direta ou indiretamente, o Pentágono não só instigou e deu suporte a centenas de conflitos, como também foi cúmplice dos mais ditatoriais e sanguinários regimes de governo em toda parte do mundo. Exemplo disso foi o ditador filipino Ferdinand Marcos (1965-86), aliado dos EUA, que se manteve no poder através do massacre que imprimiu a seu próprio povo e da corrupção que promoveu. Sua permanência no poder justificava-se pelos superlucros que propiciava a grandes corporações estadunidenses como a *Jersey Standard*, a *Squibb*, a *Johnson & Johnson*, a *Colgate-Palmolive*. Segundo Chomsky & Herman, os EUA patrocinaram, nos anos 1970, através da CIA, o golpe sanguinário no Camboja, que consumiu mais de 5.000 vidas (1976:17-18). Na tragédia cipriota de 1974, o governo estadunidense se aliou à ditadura grega e forjou a “República Turca do Chipre”, como pagamento pela permissão de assentamento das bases militares americanas no território turco: a cota paga pela população foi a do sangue, da miséria e da fome do povo cipriota.

Os arqui-criminosos tentáculos imperiais disseminadores do terrorismo estatal dos EUA foram estendidos também por toda a América Central (Nicarágua, Guatemala, Honduras³³², El Salvador, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Jamaica, Panamá e Santo Domingo) manipulando econômica, política e socialmente as elites através de subornos, tráfico de influência, corrupção institucional e intervenções armadas, atendendo aos interesses da *United Fruit Company* (UFCo), desde o fim do século XIX até os anos 60 do século XX. Na América Central registram-se sucessivas repressões aos movimentos sociais na Guatemala – desde o início do século XX, que assassinaram mais de 200.000 mil guatemaltecos, a maioria indígena; a ocupação de Granada, minúscula ilha do Caribe, que sequer possui forças

332 A título de exemplo. Em 1911, Honduras foi invadida por agentes ligados à *United Fruit*, que derrubaram o governo hondurenho e puseram Manuel Bonilla, um aliado indicado pelos EUA. Segundo Chapman, o massacre de 1928, na Colômbia, relatado em “*Cem Anos de Solidão*”, de Gabriel Garcia Márquez, em que cerca de mil pessoas foram assassinadas pelo exército colombiano, atendeu aos interesses da *United Fruit Co.* Hoje, a empresa continua estadunidense, mas voltou a mudar de nome, denominando-se *Chiquita Brands*, sucedendo a última nomenclatura (*United Brands*) que a *United Fruit Co.* assumiu quando se fragilizou na crise financeira dos anos 1970. Acerca, ver Chapman (2007) ou acessar <http://www.americalatina.org.br/internas.php?noticias=&interna=38738>.

armadas, em 1983, pelo governo de Ronald Reagan, destituindo o governo de esquerda que estava no poder, sob a alegação de proteger estudantes de medicina estadunidenses, ato que vitimou centenas de granadinos³³³; a invasão do Panamá³³⁴, outro pequeno país sem forças armadas, por George W. Bush, sob a retórica era do combate ao narcotráfico, com o interesse em restabelecer a influência estadunidense naquele país. Essa conta não pode esquecer a Nicarágua da ditadura dos Somoza³³⁵.

O terrorismo de Estado³³⁶ protagonizado pelos EUA deixou rastros de sangue e de instabilidade política e econômica também ao passar pela América do Sul. O Chile da *Unidad Popular*, de Salvador Allende, sofreu ingerência em seus assuntos internos pelo governo Nixon, que apoiou – através da CIA³³⁷ – o golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet, atendendo aos apelos da burguesia nativa chilena assim como da *International Telephone and Telegraph Corporation* (ITT), corporação estadunidense dona de vultosos investimentos no país sul-americano, num irônico dia 11 de Setembro de 1973. No Uruguai e no Brasil, toda a infraestrutura e logística (Academia de *West Point*, cursos, dinheiro, *know-how*, etc.) das ditaduras sofridas pelos povos destes países foram disponibilizadas pelos EUA.

Em 1981, ao mesmo tempo em que Ronald Reagan levantava a bandeira da luta contra o que titularia de *terrorismo internacional* – buscando acobertar uma série de crimes cometidos pela CIA e demais serviços secretos estadunidenses em territórios estrangeiros – os ex-chefes desta Agência, R. Helms, George Bush e W. Colby reconheceram, publicamente, sua presença nas Filipinas nos anos 1930, já àqueles tempos organizando amplas operações com vistas a destruir as forças de esquerda daquele país (BLISCHENKO & ZHDANOV, 1983:10; 45).

333 Acerca, ver Gvozdev & Alexandrov (1984).

334 À época governado pelo ex-agente da CIA, Manuel Noriega, colocado no poder pelos EUA. O castigo por não mais obedecer às ordens deste país foi ser descartado sob a alegação de pertencimento ao narcotráfico. Em seu lugar foi imposto mais um títere pró-EUA. Quanto ao narcotráfico, o New York Times noticiava, em 1992, que “a invasão e remoção de Noriega não haviam conseguido estancar o fluxo de narcóticos ilícitos através do Panamá” (apud LENS, 2006:13). Ao se analisar os resultados das políticas antinarcóticos dos EUA, nota-se que, quase invariavelmente, a produção tem aumentado com a interferência da DEA (agência antidrogas dos EUA), fato corroborado pela experiência afegã. Acerca, ver Chossudovsky (2004).

335 Anastácio Somoza Garcia foi o fundador de uma dinastia que governou a Nicarágua por quarenta e dois anos (1937-1979) com o irrestrito apoio dos governos estadunidenses do período. Ao final do processo, o clã dos Somoza saqueou o país e fugiu para os braços da burguesia estadunidense.

336 Um memorável relatório da *Anistia Internacional* foi publicado em 1983, dando conta de uma série de ações terroristas por parte do Estado, desde meados dos anos 1960 até início dos 80. Ver *Amnistia Internacional. Homicídios políticos perpetrados por gobiernos*. Madri, Editorial Fundamentos, 1983.

337 Segundo revelação de seu diretor, Willian Colby, em depoimento perante a Câmara de Deputados em outubro de 1974, a Administração Nixon autorizara gastos superiores a oito milhões de dólares para atividades clandestinas de sabotagem do governo Allende no Chile, entre os anos 1970-73 (CHOMSKY & HERMAN, 1976:141-146).

Em todos estes casos – e em muitos outros não aludidos aqui – o aparelho de Estado dos EUA esteve envolvido como idealizador e articulador, financiador e executor da tirania de sangrentas ditaduras semeadas por toda a América Latina, quando ainda se autointitulava porta-voz dos direitos humanos e da democracia³³⁸ e combatente do terrorismo internacional. Blischenko & Zhdanov afirmam, tendo como fonte o *U.S. News and World Report* que, entre 1961 e 1976, a CIA realizara algo em torno de 900 operações secretas de grande magnitude contra personalidades ‘indesejáveis’ e até mesmo contra governos inteiros, desde o assassinato de Mossadegh (primeiro ministro do Iran) em 1953, até as tentativas de assassinato de Fidel Castro, passando pelo primeiro ministro do Congo, Patrice Lumumba, Amílcar Cabral e Salvador Allende, entre tantos outros (1983:10-11).

Os tentáculos imperial-terroristas estadunidenses estenderam-se ao Oriente Médio, chegando à antiga Babilônia (Iraque), cujo apoio foi decisivo, tendo sua marinha um papel crucial em favor de Saddam Hussein à época. Diz Ali que, “em um ato de terrorismo totalmente injustificado, os Estados Unidos derrubaram um avião da *Iranian Airlines* cheio de passageiros” (2005:197). Na guerra fratricida de Saddam contra os Curdos em 1998 – inclusive contando com o uso de gás e armas químicas contra os insurgentes – o olhar da grande potência foi complacente com o já ditador (pró-EUA e ex-funcionário da Cia).

Em 1991, no entanto, o império retornaria ao Iraque para demarcar sua preponderância no mercado de petróleo e demais riquezas daquele povo. O pano de fundo do intervencionismo estadunidense era o controle estratégico dos recursos naturais – principalmente os energéticos, como o petróleo – da região. Os argumentos de defesa incondicional do Kuwait³³⁹ – usados para explicar a Guerra do Golfo – não convenciam a todos, já que, pela mesma lógica, deveriam os EUA atacar Israel³⁴⁰, seu aliado no Oriente, por

338 Por esse entendimento os EUA são detentores de uma razão democrática que passa, primeiro, por uma pretensa predestinação divina (Destino Manifesto); segundo, e como consequência da ação primeira, por uma suposta inexorabilidade de sua hegemonia militar, econômica e cultural. Substantial abordagem das atrocidades cometidas pelo aparato estatal dos EUA (Casa Branca, Pentágono, CIA, FBI, FFAA) no mundo encontra-se em Chomsky & Herman (1976).

339 Zona onde se encontram as mais importantes reservas mundiais de petróleo. Borón contabiliza um número de “vítimas colaterais” civis dos bombardeios estadunidenses que, somente entre crianças, teria sido superior a 150 mil (2002:73-74). Chomsky recusa-se a reconhecer o conflito do Golfo como uma guerra porque, segundo ele, aquele foi um confronto no qual uma parte massacrou a outra a uma distância inalcançável, enquanto a sociedade civil era destruída (1994:8).

340 Israel tem contra si, o agravante de insistir no expansionismo geográfico, sendo o único do planeta que se recusa a reconhecer as fronteiras definitivas dos demais, declarando, publicamente, desconhecer as resoluções da ONU. Ver “*A ambição desmedida e criminosa dos EUA*”, disponível em http://resistir.info/samir/ambicao_criminosa.html. Publicado em Abril/2003 e acessado em 04/02/2009. Também disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/Amin.rtf>. Acessado em 25/08/2007.

ações genocidas de seus sucessivos governos contra o povo palestino. Ainda segundo Amin, os interesses do capital dominante harmonizam com os do sionismo porque

um mundo árabe modernizado, rico e poderoso questionaria o acesso dos países ocidentais ao saqueio de seus recursos petrolíferos, fato necessário para continuar com o esbanjamento associado à acumulação capitalista. Os poderes políticos dos países da tríade, os quais são fiéis servidores do capital transnacional dominante, não desejam a existência de um mundo árabe moderno e potente. (...) [Pelo contrário, desejam mantê-lo] na prostração, e que para tanto lhes resulta útil o apoio a Israel (2004:90-91).³⁴¹

Desrespeitando a anteriormente tão requisitada Convenção de Genebra de 1949³⁴², os EUA elegeram o Afeganistão como “bola da vez” no pós 11 de Setembro de 2001. Para destruir o já combalido país, a ave de rapina nem precisou de provas de que o ataque ao World Trade Center (WTC) tivesse sido planejado e desferido por seu antigo aliado na saga contra o comunismo soviético, Osama Bin Laden³⁴³.

Apesar do longo rosário de ações do terrorismo estatal a incriminar os EUA, no discurso oficial o terrorismo se refere apenas às ações que dizem respeito àqueles que não coadunam com o imperialismo das grandes nações industriais. Assim, ainda encontram-se classificados na lista negra do terrorismo³⁴⁴ desde a URSS e seus aliados do leste europeu, Cuba, Iraque, Líbia, Iêmen do Sul, Irã, Síria (LIVINGSTONE & ARNOLD, 1986:32), sem nenhum questionamento acerca do que tratam as ações do Estado estadunidense no mundo

341 Também disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/hegemo/pt/Amin.rtf>. Acessado em 13/12/2008.

342 O protocolo suplementar de 1949, das Convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas de guerra, relativo ao conflito armado internacional, aprovado em 10/06/1977, considera como violenta transgressão, podendo ser enquadrados como terrorismo estatal, os seguintes atos: agressão à população civil, agressão sem caráter seletivo, ataque a instalações que apresentem perigo de perdas de vidas civis que não participem de forma direta do conflito (apud BLISCHENKO e ZHDANOV, 1983:72-73). Nesses quesitos, e por ter perpetrado a guerra contra o Iraque e contra o Afeganistão sem o aval da ONU, os EUA transgrediram tal Convenção, caracterizando sua ação como típica de terrorismo estatal.

343 Lugar-tenente dos EUA na ‘guerra santa’ contra o império soviético, um *guerreiro da liberdade* financiado pelo governo Reagan. Acerca, ver a película *Rambo III* (EUA, 1988, Direção: Peter MacDonald, 102 min., colorido, Estudio Carolco Pictures, Produção: Buzz Feitshans, Mario Kassab e Andrew G. Vajna). O filme narra a história de um veterano da Guerra do Vietnã que decide libertar seu mentor, caído nas mãos dos soviéticos durante a ocupação do Afeganistão.

344 Mézaros aponta os EUA como ponto central do imperialismo do terror (2003). No âmbito institucional, os países centrais do capitalismo alimentam uma lista de supostas organizações “terroristas” – em 2002, continha 33 organizações políticas – de diversas partes do mundo. A lista foi atualizada. Acerca, acessar o site do Departamento de Estado dos Estados Unidos (<http://usinfo.state.gov/>) e, para obtenção da lista completa e atualizada, ver: <http://terrorismo.embaixada-americana.org.br/?action=artigo&idartigo=524>. Acessado em 23/09/2008.

inteiro, do que, historicamente, fizeram a OTAN, o Pentágono, a Casa Branca e a CIA (BLISCHENKO & ZHDANOV, 1983:258).

Muitos outros casos aqui não mencionados serviriam apenas para estender o rosário das contas do imperial-terrorismo estadunidense, assim, julga-se esses representativos do quadro geral das ações do grande capital e seu potente aliado, o Estado imperialista. No que se refere ao combate ao *terrorismo* – tanto dos grupos autônomos quanto estatais – mesmo depois do banho de sangue imposto pela “guerra cirúrgica”, permaneceu tão intenso quanto antes, porém, muito mais danoso para as populações dos países atingidos pela fúria imperial dos EUA, em alguns dos casos apoiados por outras potências mundiais. Isso sem se ater às guerras civis que a passagem da águia imperialista arrastou atrás de si nos países do Oriente Médio por onde passou.

Assim, o mundo ficou mais militarizado, tendo as tropas estadunidenses se estabelecido não só no Afeganistão, mas também nas ex-repúblicas soviéticas cujas fronteiras se avizinhavam a este país, liberando a passagem dos oleodutos que trariam o petróleo da Bacia do Mar Cáspio atendendo os interesses dos consórcios petrolíferos anglo-americanos que lutam para controlar os recursos energéticos³⁴⁵. Diante da crise capitalista de longa duração, que enfraquece paulatinamente a hegemonia do império, a superpotência tenta controlar, militarmente, os recursos energéticos da região, objetivando a manutenção do projeto de domínio planetário. Uma vez tendo sua retórica se ‘desrussizado’, o argumento passou a ser a cruzada antiterrorista, batizada de preempção³⁴⁶.

Assim foi que, a partir de 11 de Setembro de 2001, o renitente argumento do antiterrorismo tornou-se o assunto eleito do imperialismo estadunidense, na tentativa de justificar o que viria a ser conhecido por *guerra preventiva*, apesar das manifestações populares contrárias em boa parte do planeta e da negativa por parte dos organismos multilaterais internacionais. A propósito, o argumento da “guerra preventiva” não nasce na era Bush. Ele fora utilizado pelos estrategistas estadunidenses contra a União Soviética, em 1947, caso o Kremlin não “reorganizasse” a Bulgária, a Romênia e a Polônia na base política ocidental dos três poderes³⁴⁷.

Assim, os ataques de 11 de setembro de 2001 não foram os responsáveis pelo caráter unilateral da política dos EUA. O histórico de seu unilateralismo é registrado desde o fim da

345 Acerca, ver Lens (2006:17) e Chossudovsky (2004).

346 Na compreensão oficial, a “preempção pode ser definida como uma investida prévia a uma ação hostil, para impedir sua ocorrência e evitar que haja danos” (LIVINGSTONE, 1986a:194). A mesma lógica do ataque como forma de defesa.

347 Acerca, ver Lens (2006:508).

Guerra Fria e diz respeito ao desejo inalienável de supremacia planetária que o setor econômico estadunidense ligado ao complexo industrial-militar nutre depois do esfacelamento da URSS. O que aquele ataque fez foi cristalizar o unilateralismo como política externa. A partir do álibi terrorcentrista reforçado pela implosão das torres do WTC, a concepção de terror ganhou nova e ampliadíssima extensão não só nos EUA, mas no mundo inteiro. Assim, foi reforçada a concepção de terrorismo como toda e qualquer ação espetacular de violência, política ou militar, dirigida contra os Estados Unidos – ou contra seus aliados, por parte de grupos extremistas. No âmbito exógeno, passou-se a legitimar a repressão aos países “párias”³⁴⁸, concebidos não como opositores políticos, mas como fundamentalistas, num cenário em que predomina o maniqueísmo moral do conflito entre o bem e o mal³⁴⁹.

No âmbito endógeno, a sua expressão máxima foi o *US Patriot Act*, que idealizou, pela primeira vez na história do país, o “terrorismo doméstico”. A partir daí, princípios caros ao liberalismo, tais como direitos e liberdades civis, foram submetidos à sanha dos falcões do Pentágono, que investiram na “interceptação e obstrução do terrorismo contra os EUA”³⁵⁰.

Se, nos anos 1970, a definição e enquadramento de ato terrorista foi estendida às lutas por libertação nacional, criminalizando movimentos antissistêmicos ao caracterizar como sendo próprio da luta revolucionária o terror, nos anos 90, o termo foi apropriado de forma ampla e sem critério específico, significando quase tudo o que vinha de encontro ao *status quo*, quer seja nas relações políticas domésticas, quer nas internacionais. Nesse sentido, dois exemplos de apropriação dessa construção ideológica são razoáveis. No âmbito interno, tomando o exemplo do Brasil, o *Relatório Alternativo da CPI da Terra*, de autoria do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), criminaliza a ocupação de terras como um “ato terrorista”³⁵¹. Num outro extremo, a classificação, por parte dos EUA, em agosto de 2007, da Guarda Revolucionária Iraniana como um grupo terrorista, inaugurando, pela primeira vez na história, a imputação de uma instituição oficial de um governo legal com tal classificação.

Estas duas citações para dizer que uma série de sinais de mudanças se processou na política mundial para as quais deve estar atento todo e qualquer observador. Uma delas se

348 Para melhor entendimento dessa definição, ver Fukuyama (2005).

349 Referência a texto de Galeano (2002) intitulado “*El teatro del bien y el mal*”, no qual aborda a encenação do discurso estadunidense que resgata o velho maniqueísmo do bem contra o mal para fundamentar sua retórica imperialista. Também publicado no periódico mexicano *La Jornada* de 21/09/2001.

350 Assinado por George W. Bush em 26/10/2001. Informações gerais sobre a promulgação do *US Patriot Act*, como seu conteúdo jurídico-político, encontram-se disponíveis em http://www.google.com/Top/Regional/North_America/United_States/Society_and_Culture/Politics/Issues/Homeland_Security/USA_PATRIOT_Act/. Acessado em 11/09/2008.

351 UOL Notícias, “*CPI aprova relatório que classifica ocupação de terras como "ato terrorista"*”. www.uol.com.br. Acessado em 29/11/2005.

refere ao papel da crescente privatização da tecnologia que, para além de ser um instrumento concentrador de riquezas, também dissemina poder fora dos sistemas de governo. É o que demonstra a existência de forças políticas – mesmo aquelas tidas como fracas (que não possuem tecnologia nuclear para defesa militar) – que foram capacitadas a entrar em pugna com grandes países beligerantes.

A disseminação da tecnologia tem capacitado indivíduos e grupos a um papel na política mundial, subtraindo das instituições parte do monopólio da violência (CHOMSKY, 2004:21). Senão, pelo menos subtraindo – ou se auto-habilitando – para a disputa política nessa esfera. O uso de aparatos tecnológicos – da informação e da comunicação atuais³⁵², assim como a tática de luta fora do padrão da guerra convencional (guerrilheira e ‘terrorista’) – tem propiciado a inexpressivos grupos possibilidades de por em cheque grandes potências militares e grandes corporações do complexo industrial-militar internacional, detentoras de alta tecnologia e de montantes bilionários de dólares, soldados, mercenários e de grande potencial bélico. Isto demonstrou o ataque ao WTC de 11 de setembro de 2001. Agentes como a Al Qaeda (e Osama bin Laden), Hezbollah, Hamas, FARC’s, EZLN, etc., todos referidos pela *intelligentsia* ocidental como terroristas – à exceção do último – adquiriram um poder político-militar e/ou de destruição jamais visto na história da humanidade.

A propósito, esse processo de aplicação transversal da lógica econômico-industrial capitalista no fazer guerreiro mostra que grupos periféricos não ficaram imunes às mudanças operadas no fazer da guerra convencional, como o reconhecia, já em inícios da década de 1980, o Primeiro-Ministro da Itália (1981-82), Giovanni Spadolini. Dizia ele que as mudanças nas ações dos ‘terroristas’ invocavam a inauguração de uma “multinacional do terrorismo” (apud LIVINGSTONE & ARNOLD, 1986:11). Esta assertiva pode muito bem ser complementada por Walter Laqueur³⁵³, quando percebe nos movimentos ‘terroristas’ uma dinâmica semelhante à das multinacionais, de forma que uma operação pode ser “planejada na Alemanha Ocidental por árabes da Palestina, executada em Israel por terroristas recrutados no Japão, com armas adquiridas na Itália, mas fabricadas na Rússia, fornecidas por um diplomata argelino e financiada com dinheiro Líbio” (apud LIVINGSTONE & ARNOLD, 1986: 31-32).

Duas constatações: primeira, do ponto de vista tático-estratégico, o processo notado por Spadolini segue a mesma lógica do sofrido pelo complexo policial internacional que,

352 Sobre do papel dos meios de comunicação na atual conjuntura, ver o excelente artigo de Bolaño, César Ricardo Siqueira. *Globalización y comunicación*. Revista Nueva Sociedad, 140, Nov-Dec 1995, pgs. 140-153.

353 Alemão naturalizado estadunidense, historiador e especialista no estudo do terrorismo.

durante a Guerra Fria, se interconectara a partir das áreas de influência das grandes potências. Exemplo disso, na América do Sul, foi a *Operação Condor* (ver MARIANO, 2003).

A segunda constatação diz respeito ao domínio da economia política. Extraindo-se o que de preconceito e ideologia contém a frase de Laqueur, percebe-se a gestação de um processo de privatização da guerra, consequência da transnacionalização do capitalismo, que imprime a todas as esferas sociais relações típicas do capital. Por outro lado, o efeito colateral diz respeito à viabilização de uma correlação de forças mais disforme, que mina – e ao mesmo tempo legitima – por dentro, a política externa unilateral da grande potência imperialista. Esse fato, favorecido pelo processo de privatização – e terceirização – da guerra, observado desde os últimos conflitos contra a URSS, o Afeganistão e o Iraque, por certo, abriu espaço ao que adjetivam *terrorismo*.

O processo de transnacionalização capitalista acabou por aproximar pessoas e nações, aumentando, ao mesmo tempo, a interconexão entre centro e periferia, o que extrapolou a esfera meramente econômica, perpassando todos os âmbitos das relações sociais. Isto propiciou, paralelamente, um maior fluxo de capitais e mercadorias dando dinamismo ao capitalismo, ao tempo em que criou demanda por uma nova distribuição do poder. Fatos como o de indivíduos portando canivetes – como foi o caso dos sequestros dos aviões estadunidenses no 11 de Setembro de 2001 – que tinham por trás uma mediana, mas impenetrável organização, pusesse em cheque aparatos bélicos e a *intelligentsia* da maior potência em nível mundial, o atestam. Este seria um dos efeitos colaterais do imperialismo ‘globalitário’, a contramedida e o veneno sorvido por parte de quem historicamente o destilara.

Os traços distintivos da tática terrorista não são de agora. Ela é contemporânea do domínio imperialista desde o fim da II Guerra Mundial, quando uma série de rebeliões nacionalistas tomou o cenário político. De lá para cá, a manutenção do domínio a partir da militarização vem exigindo um aparato cada vez mais custoso, assim como tem posto em cheque a supremacia das tradicionais potências. Fato comprobatório disso é a progressão aritmética do contingente militar – assim como os altíssimos gastos por parte de qualquer país que queira exercer a *leadership* sobre os demais – exigida daqueles que insistiram no *hegemon* mundial desde o último grande conflito. Dois exemplos tomados de empréstimo de Lens explicam as mudanças do pós-guerra: o da França e da Inglaterra. Enquanto os

franceses subjugaram grandes partes da Indochina com apenas dois mil homens, antes da II Guerra, após esta, com a força de dominação de um

exército de 116 mil homens foi vergonhosamente derrotada pelo grupo de resistência Vietmin na Indochina em 1954. (...) na Malásia, a Inglaterra teve de usar 40 mil de seus próprios homens, 100 mil da polícia e 200 mil da milícia voluntária, para conter uma força guerrilheira nacionalista comunista que variou de 1.800 a 12 mil homens – e foram necessários 12 longos anos para completar a tarefa. (...) A França comandou 500 mil homens contra meros 45 mil guerrilheiros argelinos, gastou 3 milhões de dólares por dia (1 bilhão por ano), mas, em sete anos, não conseguiu subjugar os revolucionários nativos, e foi obrigada a conceder-lhes a independência em 1962 (2006:526).

Na atual guerra, não só tecnologia bélica e recursos humanos e materiais contam. Quando o objetivo é a manutenção do domínio planetário, o manuseio da arma ideológica adquire um caráter crucial da hegemonia político-militar. Nesse sentido, é “natural” que quem decida o significado do que seja, ou não, terrorismo – e conseqüentemente, o que seja, como, onde e quando deve ser exercida a ditadura ou a *democracia*, seja lá que sentido tenham tais vocábulos para as diferentes óticas – seja o eventual dominador. No sentido dado pelo poeta chileno Pablo Neruda, “o império que põe a mesa e que dá as cartas”. Assim, é terrorista o ato político atribuído a Bin Laden, que matou mais de 2.000 trabalhadores nos EUA e não são terroristas as atrocidades praticadas por Ariel Sharon, na Palestina, onde milhares de civis são mortos por anos a fio; é terrorista o ataque de Saddam Hussein ao Kuwait e não o ataque estadunidense ao Iraque, que acabou por assassinar 100.000 iraquianos – na maioria, civis; que não é terrorismo o bloqueio econômico unilateral a Cuba, isolando do mundo o pequeno país, impedindo-o de seu desenvolvimento autônomo; que não foi terrorista o financiamento dos “Contra” na Nicarágua ou as 200.000 mortes na Guatemala por parte de uma ditadura patrocinada pela CIA; que não foi terrorista a queda do avião da *Iranian Air Lines*, entre tantas outras atrocidades nas quais o aparelho de Estado estadunidense esteve direta ou indiretamente envolvido.

Desse modo, juntamente com as mudanças levadas a cabo pelo aprofundamento da transnacionalização capitalista, também o método ‘terrorista’ de manifestação político-militar sofreu mutação. Antes da década de 1970, a maioria desses grupos era autossuficiente, constituindo-se organizações autônomas locais com quase nenhum apoio externo. A partir desses anos, percebe-se uma condução distinta de sua dinâmica tradicional, quando uma crescente cooperação entre organizações revolucionárias e nacionalistas passou a intercambiar armas, reconhecer-se na ideologia, compartilhar táticas, trocar informações e apoios logísticos. É nessa década que se registra uma internacionalização também das organizações políticas armadas, caracterizada pela quebra das barreiras fronteiriças e políticas, contra um

inimigo comum: o imperialismo ocidental com cara *Yankee*. Sterling, baseando-se no relatório da CIA de 1976, afirma que, naquele ano havia

mais de 140 grupos terroristas em quase cinquenta países ou territórios contestados estavam ligados entre si. (...) As linhas emaranhadas passam de campos de treinamento de guerrilheiros a roubos e carregamentos de armas, documentos roubados ou falsificados, esconderijos, passagem segura em trânsito e abrigo no exterior, conferências de cúpula regionais, serviços de distribuição de dinheiro roubado, transferências legais de numerário, intercâmbio de oficiais e subalternos, assassinos de aluguel... É impossível acompanhá-las todas através de um profundo labirinto subterrâneo. Todavia, já não é tão difícil perceber onde começam e acabam as linhas principais (1981:20-21).

Independentemente do caráter jornalístico e reacionário do conteúdo da obra citada, o que serve dela é a visão mais geral de que a tática em questão já não era incorporada somente por pequenos grupos nas suas disputas políticas internacionais. Tratava-se da gênese daquilo que Spadolini notaria nos anos 1980, ao se referir à “multinacional do terrorismo”. O que se denominou de terrorismo mostrara-se um método dissuasório contra a agressão – em todos os sentidos, simbólica e real – estadunidense, com o atrativo de ser de baixo custo, seguro e, até o momento, bem sucedido e eficaz e não menos portentoso, de conduzir uma guerra contra inimigos poderosos, detentores de arsenais convencionais (com destaque para a detenção da tecnologia nuclear). Um método capaz de transformar um pequeno contingente a baixos custos econômicos, num fator multiplicador de forças, capaz de executar ações espetaculares que imobilizavam ou jogavam por terra o moral do inimigo.

Por outro lado, nota-se que a *intelligentsia* – principalmente a estadunidense – não fora capaz de acompanhar as mudanças observadas. Seu aparato de defesa continua montado nos padrões de guerra convencional e voltado, ainda, para a paranoia do fundamentalismo religioso: contra este, revida-se com o fundamentalismo capitalista Ocidental³⁵⁴. Outro aspecto é que a agenda política internacional do país dava pouca importância ao tema, pelo menos até 11 de setembro, tomado que estava pela neurótica corrida armamentista das corporações de seu complexo industrial-militar.

Os ataques ao WTC foram “a deixa” que a avidez do setor bélico-industrial estadunidense esperava. Utilizando desse alibi, buscou, através do aparelho de Estado, o domínio de uma região estratégica do globo, visando a reconstituição de sua *leadership*, já questionada mundialmente. A guerra no Oriente Médio, mais que qualquer outra coisa,

354 Importante análise acerca do “confronto de fundamentalismos” encontra em Ali (2005).

representou a tentativa de espraiamento e manutenção da capacidade de direção planetária do império, o que já não conseguia por outros meios. Assim, foi a senha para a substituição da hegemonia pela supremacia, favorecendo os *neocons* à custa dos cofres públicos, através da relação da privatização dos lucros e socialização dos custos. No entanto, tal ação trouxe consigo contratempos como a reação de alguns de seus dissabores (Coreia do Norte, alguns países do Oriente Médio, a Rússia e a China e, no seu terreiro, Cuba e Venezuela, entre outros), multiplicando aquilo que Nye denomina *antiamericanismo* (2002). Levando em conta toda a gama de elementos ideológicos que esse autor utiliza para qualificar o termo, vê-se que a imagem dos EUA encontra-se profundamente desgastada. Dessa forma, é muito significativo o que escreveu o escritor contemporâneo inglês Martins Amis no mesmo mês e ano do ataque ao WTC:

Será terrivelmente doloroso para os americanos compreenderem o fato de que são odiados e odiados de uma maneira inteligível. Quantos deles sabem, por exemplo, que seu governo já destruiu pelo menos 5% da população iraquiana? Quantos deles são capazes de transferir essa proporção para a América e ver que o número equivalente seria 14 milhões de pessoas? Várias características nacionais – a autonomia, um patriotismo mais acirrado do que existe em qualquer parte da Europa Ocidental, uma ausência onipresente de curiosidade geográfica – geraram um déficit de empatia com o sofrimento de pessoas que se encontram distante³⁵⁵.

Num enfoque insólito que vai nesse sentido, a *Revista Italiana di Geopolitica* “Limes” trouxe no Editorial de seu número 2/2004 uma pesquisa que compara as popularidades de George W. Bush e Osama bin Laden. O resultado, sem sombra de dúvidas, é surpreendentemente:

Figura 45: Popularidade de Osama bin Laden e George W. Bush (%)³⁵⁶

Osama Bin Laden				George W. Bush			
Países	Favoráveis	Contrários	Indecisos	Países	Favoráveis	Contrários	Indecisos
Grã-Bretanha	3	92	5	EUA	61	36	3
França	4	93	3	Grã-	39	57	4
Alemanha	2	96	2	França	15	84	1
Rússia	3	87	10	Alemanha	14	85	1
Turquia	11	75	14	Turquia	21	67	12
Paquistão	65	9	26	Paquistão	7	67	12
Jordânia	55	39	6	Jordânia	3	96	1
Marrocos	45	42	13	Marrocos	8	90	2

355 Martins Amis. “Medo e repulsa”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23/09/2001, Caderno Especial, pg. 12. Também disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp260920015.htm>. Acessado em 03/10/2008.

356 “LIMES” – *Revista Italiana di Geopolitica*. “Il sogno di Bush”: Editoriale. In: *L'impero senza impero*. Roma, Gruppo Editoriale L'Espresso, 2-2004, pg. 14.

O quadro mostra a inversão de valores nos números que dispõe. Nos países centrais do industrialismo capitalista ocidental, a popularidade de Bush – que se confunde com a própria imagem do país que governa – é maior, inversamente à de Osama bin Laden. Por outro lado, nos países de maioria islâmica, a popularidade de Osama é maior, também inversamente à de Bush. Os dados são mais precisos enquanto definição do termo *antiamericanização* do que as ilações de Nye. Outra tabela da mesma fonte avalia os EUA no mundo islâmico, assim como na Europa, e o resultado é bem próximo ao da tabela anterior.

Figura 46: Avaliação dos Estados Unidos da América (%)³⁵⁷

No mundo islâmico				Europa			
País	Favorável	Bastante desfavorável	Muito desfavorável	País	Favorável	Bastante desfavorável	Muito desfavoráveis
Turquia				Grã-Bretanha			
Março/2004	30	18	45	Março/2004	58	24	10
Maio/2003	15	15	68	Maio/2003	70	14	12
Março/2003	12	17	67	Março/2003	48	24	16
Verão/2002	30	13	42	Verão/2002	75	12	4
Paquistão				França			
Março/2004	21	11	50	Março/2004	37	42	20
Maio/2003	13	10	71	Maio/2003	43	38	19
Verão/2002	10	11	58	Março/2003	31	45	22
				Verão/2002	63	26	8
Jordânia				Alemanha			
Março/2004	5	26	67	Março/2004	38	49	10
Maio/2003	1	16	83	Maio/2003	45	42	12
Março/2003	25	18	57	Março/2003	25	41	30
				Verão/2002	61	31	4
Marrocos				Rússia			
Março/2004	27	22	46	Março/2004	47	29	15
Maio/2003	27	13	53	Maio/2003	36	32	23
				Março/2003	28	43	25
				Verão/2002	61	27	6

Para finalizar, algumas observações são necessárias. A burguesia internacional tem usado de adjetivações distorcidas para qualificar ações políticas de adversários do imperialismo, que não as enfrenta nos padrões convencionais da guerra interestatal. As ações qualificadas pelo *hegemon* planetário de “terrorismo” aventam uma variante linear da guerra convencional, como tem mostrado a história. É uma variante como o é a guerra de guerrilha, forma de manifestação política por outros meios, levada a cabo por grupos ou Estados que não se igualam em poder de fogo a seu adversário, tendo os mesmos propósitos da guerra convencional. O Estado estadunidense tem, nas suas ações, desenvolvido padrões de ataques a civis que poderiam ser enquadradas como terroristas caso se aceite como realistas suas próprias adjetivações utilizadas para qualificar as práticas de seus opositores; os ataques dos movimentos ‘terroristas’ têm alvos simbólicos específicos, não intentando matar um número

357 Idem, pg. 15.

máximo de pessoas, diferentemente do que tem acontecido em relação ao terrorismo estatal; muitos dos agentes do ‘terrorismo’ (os que podem ser enquadrados neste epíteto) foram antigos lugar-tenentes estadunidenses, sendo hoje, anacrônica e pejorativamente, chamados de bárbaros, numa clara alusão ao papel dos povos que contribuíram para a bancarrota do Império Romano.

Não se trata de justificar nenhum dos dois fazeres guerreiros, mas de não opor iguais a partir de interesses da ideologia pertinente àqueles que dominam. O sentido, aqui, de “invenção” do terrorismo, diz respeito ao conteúdo da adjetivação que tal fenômeno vem sofrendo por parte da mídia e de seus proprietários burgueses pró-imperialistas, tratando-se de um invento ideológico do poder hegemônico em escala mundial. Seu conteúdo denuncia o abuso de linguagem que envolve, evocando fanatismo religioso, ódio étnico e uma pré-disposição a assassinatos cruéis de inocentes. Os termos do teólogo Burtchael (1986:239), apesar de dar continuidade à linha central da obra (Livingstone & Arnold, 1986), que é caracterizar o terrorismo enquanto ação unilateral, sectária e própria de uma minoria, destoa do conjunto quando inclui ações dos EUA como também sendo de caráter terrorista, como as desferidas na Nicarágua sandinista, na África do Sul e em Moçambique.

Tal qual postos, tanto a GBI (Guerra de Baixa Intensidade³⁵⁸) levada a cabo pelo império para desestruturar seus adversários, quanto a “guerra preventiva” bushiana, buscam resgatar a hegemonia planetária estadunidense. O ‘terrorismo’, tingido sob o manto ideológico do império, tem o mesmo fito de luta contra a supremacia estadunidense que leva à dominação internacional do capital. Nesse sentido, todas essas formas têm aspectos parcelares da guerra convencional. O pano de fundo desse processo é o que dá o tom de sua essência: estará o império em decadência?

Um império sem império?

Ao se analisar a crise por que passa o capitalismo como um todo, cuja acumulação se dá em escala planetária – idem a crise econômica – vê-se que, paralelamente, a hegemonia estadunidense também começa a se enfraquecer. No entanto, não é isso que entende Brzezinski. No campo conservador, Brzezinski (1997) pontua suas teses apontando para um futuro onde não mais haverá Estados Nacionais, fato gerador da constituição do único (e último) poder verdadeiramente global, e, pelo peso da influência cultural dos EUA sobre o

358 Acerca, ver Aguirre & Matthews (1989).

planeta, a hegemonia desse país se estabelecerá finalmente, podendo ser percebida em todos os âmbitos: 1) Na sua capacidade militar (os genocídios do Golfo – primeira e segunda guerras; os bombardeios da Sérvia, da Bósnia e do Kosovo, nos anos 1990, assim como as intervenções militares na Somália, entre outras); 2) Em seu poder econômico (os EUA ainda representam o maior mercado do mundo); 3) Em seu poder político, evidenciado em sua capacidade de arregimentação das diversas forças internacionais que, na maioria das vezes através de pressões econômicas, consegue pô-las a serviço de seus interesses; 4) Em seu poder cultural, demonstrado por agências como CNN, Hollywood³⁵⁹, assim como também pela internet, através das quais são exportados em alcance global os principais valores morais e políticos do liberalismo: liberdade, individualismo e consumismo³⁶⁰.

É nesse sentido que as maiores críticas à posição de Brzezinski são formuladas, principalmente, por uma série de autores estadunidenses, especialmente os que adotam a teoria da economia-mundo. Arrighi (1996) acata a concepção braudeliana de uma economia estruturada em 03 andares: a) o da produção material (propriedade dos meios de produção e relação capital-trabalho); b) o da circulação ou do mercado (relação centro-periferia) e; c) o das altas finanças (onde o dono do dinheiro encontra-se com o dono do poder político). Arrighi, ao absorver o esquema dos ciclos de Kondratieff – o que o leva à analogia com distintas épocas históricas – localiza nos dois primeiros ciclos (1787-1896) a consolidação da hegemonia britânica tanto do ponto de vista econômico quanto militar (marcado pela competitividade interempresas); o terceiro Kondratieff (1896-1948) teria sido o resultado dos gastos militares associados à escala desse conflito e a fase depressiva (1914-1945), caracterizada por uma competição militar entre Estados em vez de entre empresas. Neste ciclo, os EUA teriam recuperado a unidade entre hegemonia nos sistemas interempresas e interestados. O quarto Kondratieff (1945-1973) fora caracterizado pela tentativa das empresas dos demais países, particularmente Japão, de alcançar as vantagens organizacionais das americanas, o que levou a economia mundial a uma nova fase depressiva.

Ao decompor os ciclos sistêmicos de acumulação (Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e EUA) de longa duração, Arrighi não considera a fase financeira do capital como um estágio

359 O oportuno artigo de Victor Battagion mostra que a mais de 90 anos o Departamento de Defesa dos EUA orienta a produção dos filmes de guerra de seu país, retratando os conflitos de acordo com os interesses estratégicos da Casa Branca e, conseqüentemente, do Pentágono. Ver *Hollywood a serviço do Pentágono*. In: *História Viva*. Edição nº 60, outubro/2008. Disponível também em http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/hollywood_a_servico_do_pentagono.html. Acessado em 03/10/2008.

360 Os meios de comunicação dominantes nos países periféricos tinham (e têm) como modelo o *American way of life*. Não por acaso Nye (2002:140) entende a globalização como um fenômeno “americanocêntrico” (no sentido de que tem como base os valores estadunidenses), embora encare esta como uma fase transitória.

especial do capitalismo mundial, mas como um fenômeno recorrente do sistema desde sua gênese. Assim, ele divide o “longo século XX” em três fases (expansão financeira – do fim do século XIX e início do XX, quando da destruição do regime britânico e estruturação do estadunidense; predomínio estadunidense com expansão mundial do comércio e produção – décadas de 1950-60; e a atual expansão financeira que ele supõe ser o terceiro³⁶¹ e último momento de um único processo histórico (ascensão, expansão e crise do regime estadunidense) de acumulação capitalista em escala mundial. Este estágio culminaria na fundação de um novo regime de acumulação que substituiria o atual, resultado do esgotamento da reestruturação organizacional deste país, que levaria ao corte de custos (marcada pela substituição de fontes de mão-de-obra: feminização do trabalho e utilização de imigrantes; permuta de força de trabalho mais cara por mais barata, por meio das fronteiras de Estado (de núcleo orgânico por periferia), assim como realocação de fábricas); e substituição de mão-de-obra proletária por força de trabalho intelectual e científica na produção (automação e tecnologia com base científica).

Assim, o atual ciclo – desde a crise dos anos 1970 – se caracterizaria pela existência de uma posição central das estratégias e estruturas dos agentes governamentais e empresariais (altos comandos da economia mundial capitalista). Ratificando sua arguição de que o ciclo estadunidense está num processo de descenso, Arrighi (1996) afirma que toda transição de hegemonia vem antecedida por um processo de crise monetária, permitindo a substituição de uma fração de classe no poder por outra. Como uma série de ciclos hegemônicos ocidentais chegou ao fim (comercial – genovês e holandês – e capitalismo de predomínio inglês), o mesmo estaria se dando com o estadunidense.

Para os teóricos da economia-mundo, está se ingressando em uma era de caos sistêmico com forte tendência ao deslocamento do pólo hegemônico para a Ásia Oriental (ARRIGHI & SILVER, 2001:13). Nessa obra, por exemplo, os autores levantam “quatro controvérsias sobre o futuro da economia política mundial”. Problematizam: é provável que o atual quadro leve ao surgimento de uma nova nação hegemônica? Os Estados foram – ou não – minados pelo que denominam ‘globalização’? E, em relação aos grupos subalternos: se manteriam em queda contínua ou existe probabilidade de retomarem a ofensiva? A primazia, ao longo de cinco séculos, da chamada civilização ocidental sobre o sistema mundial moderno estaria chegando ao fim?

361 O primeiro teria sido a Grande Depressão (1873-96) e o 2º a Crise de 30 anos (1914-45).

Wallerstein³⁶² (2004), por sua vez, observa que a ala mais conservadora e bélica da política estadunidense, que assumiu o comando do país, procura, por meio de ofensivas militares atrapalhadas, reverter a situação de perda de hegemonia, ratificando sua filiação ao rol daqueles que partem do entendimento de que o esse império estaria se dissolvendo. Apesar da forte tendência a trabalhar com analogias entre épocas distintas (o que, no limite, os leva a ignorar as diferentes temporalidades históricas), as análises apresentadas por Wallerstein e Arrighi são fecundas especialmente quando apontam notáveis discontinuidades. Destaque-se, por exemplo, o declínio econômico dos EUA e sua impressionante superioridade bélica. Atento à questão da hegemonia (ou de sua perda), Wallerstein observa que, no geral, desde a Guerra da Coreia, as intervenções militares dos EUA acabam sofrendo rotundos fracassos. Escreve ele:

Desde o início do sistema-mundo moderno, nós tivemos três tentativas de transformar o sistema num império-mundo – a de Charles V, a de Napoleão e a de Hitler. Todas as três fracassaram e o sistema capitalista sobreviveu. Todas as três tiveram como consequência o estabelecimento de uma potência hegemônica no sistema-mundo: as Províncias Unidas, o Reino Unido e os Estados Unidos (2002:14).

Partindo deste princípio, supondo-se que os EUA estejam perdendo hegemonia, embora (como observam Arrighi e Wallerstein) mantenham a superioridade militar e não aceitarão pacificamente esta mudança de posição no cenário internacional, uma análise mais detida leva a julgar tal possibilidade como provável, pelo conjunto de elementos esboçados na atual conjuntura internacional. Assim, percebe-se a presença de ocorrências contraimperialistas identificadas com as ações estadunidenses.

Nesse sentido, as guerras contra o Afeganistão e contra o Iraque, caracterizadas por imensas perdas humanas, materiais e financeiras, têm acarretado aos imperialistas enorme desgaste. Além disso, os governos títeres que os EUA têm imposto a essas nações são envolvidos com narcotráfico e corrupção³⁶³, o que tem gerado também uma forte desconfiança e prolongado a guerra civil que a ocupação trouxe consigo, além de não apontar horizontes melhores; no Oriente Médio, o militarismo do governo sionista israelense confunde-se com o imperialismo estadunidense – seu protetor – e acabou sendo derrotado em

362 Immanuel Wallerstein é, talvez, o mais importante defensor da tese de que os Estados Unidos vivem uma decadência inelutável. Esta posição foi claramente exposta na introdução à edição brasileira de seu livro *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

363 Vasta bibliografia dá conta destas questões. Entre os autores que se debruçam sobre o tema, destaque para Chossudovsky (1999), (2004) e Goodman & Goodman (2005).

sua última tentativa de exterminar o Hezbollah, no Líbano; no continente europeu, a relação EUA/Rússia encontra-se marcada pelo conflito que tem causado a penetração do primeiro nas regiões petrolíferas estratégicas e na corrida armamentista reinaurada pelos neoconservadores no poder nos EUA; e, na América Latina, uma série de governos vinculados aos meios populares (Haiti, Equador, Bolívia, Venezuela) tem ressurgido, impondo pequenos retrocessos nas ações imperialistas do grande capital. No âmbito doméstico, o fato mais marcante foi a perda da maioria, por parte dos Republicanos, do Congresso Nacional, para os Democratas e a substituição do presidente republicano pelo democrata, e o crescimento da insatisfação popular quanto à guerra contra o Iraque – que começa a mostrar-se um fiasco – passando a sofrer maior resistência, antecipando o fim da era Bush.

Distante, portanto, da visão de uma nova ordem mundial pacífica e próspera para o conjunto da humanidade, sob a égide da liberal-democracia, o que Wallerstein e seus discípulos anteveem é uma circunstância caótica cujo desfecho passa pelo fim do capitalismo, mas não necessariamente pela construção de um mundo melhor, o que implica outra questão correlata: o possível fim do império americano e a sua substituição por outro domínio.

Outro aspecto advindo desta questão é a relação entre imperialismo e guerra. A este respeito, são categóricas e têm se mostrado coerentes as teses clássicas sobre o imperialismo, a começar pelas de Hobson (1981), Lênin (1986) e Rosa de Luxemburg (1984), que chegaram, por diferentes percursos teóricos, à mesma conclusão taxativa: o imperialismo leva à guerra. A trajetória histórica do imperial-capitalismo estadunidense o tem reafirmado. Atualmente, no contexto de queda do peso econômico dos EUA, a recorrência à guerra pode representar uma resistência à perda de sua hegemonia.

Assim, as crises e contradições que hoje permeiam as relações entre finanças, produção industrial e império estadunidense merecem especial atenção e cuidado. Ao se atentar para o advento da “Era Reagan”³⁶⁴, por exemplo, vê-se que a financeirização do capital – um dos vários aspectos representativos da crise econômica mundial da década de 1970, a partir da qual se tornou o traço predominante das crises que envolveram a economia

364 Segundo Evan Cornog professor de jornalismo na Universidade de Columbia, “A chave da hegemonia norteamericana é, em grande parte, o storytelling”, uma tendência surgida nos anos 1980, sob a presidência de Reagan, quando as *stories* vieram substituir os argumentos lógicos e as estatísticas nos discursos oficiais. Citado por Christian, SALMON. *Nova Narrativa? A máquina de fabricar histórias. Le Monde Diplomatique*, novembro de 2006. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2006-11,a1443>. Acessado em 11/11/2006.

mundial – é lembrada por Arrighi (1996:09) como algo semelhante ao que acontecera no curso da derrocada do sistema britânico, quase um século atrás.

Porém, para Panitch & Gindin, a expansão financeira se trata de um processo integrado ao aprofundamento da acumulação, como é visto na internacionalização continuada das redes de produção e na força contínua da economia estadunidense; as finanças liberalizadas tratam de um mecanismo de desenvolvimento através do qual o Estado atinge seus objetivos (contenção das crises). Assim, é equívoco entender a *financeirização* do império como um sintoma de seu declínio, pois

a globalização das finanças incluiu a americanização das finanças, e o aprofundamento e extensão dos mercados financeiros se tornou mais que nunca fundamental para a reprodução e universalização do poder estadunidense. O que temos que enfrentar é mais um império estadunidense fortalecido que enfraquecido por sua financialização (2006: 66-67).

Resumidamente, o quadro que se apresenta no debate acerca do fim da hegemonia estadunidense pauta-se, de um lado, pela tendência de enfraquecimento desta hegemonia no atual cenário internacional, marcado por um baixo crescimento de sua economia; uma balança comercial cronicamente desfavorável; um endividamento em larga escala, associado a uma clara tendência à desvalorização de títulos do seu tesouro; um déficit orçamentário crônico³⁶⁵, que já se mostra estrutural, inclusive aprofundado pelos cortes de imposto sobre a grande renda³⁶⁶; uma queda da taxa de lucros e, conseqüentemente, nos parâmetros da acumulação fundada na produção industrial; nas altas e permanentes taxas de desemprego e na conseqüente precarização do trabalho; no aumento da violência urbana, como na xenofobia e conseqüente violência racial; na maior frequência – e duração – das crises e recessões econômicas como na desestruturação e substituição do regime de acumulação industrial fordista, por um regime mais ‘flexível’ marcado pela rapidez, baixos estoques, pequenas unidades de produção e pela produção diferenciada de bens; a crise está também na debilitação das formas tradicionais de manifestação política dos instrumentos que legitimavam, no campo institucional, a relação capital trabalho (sindicatos) e no forçoso surgimento de novos movimentos sociopolíticos (EZLN, FSM...) e na reestruturação e

365 Publicado na *Folha de S. Paulo*, de 10/03/2007 (Caderno Dinheiro, B6), intitulado *Déficit comercial dos EUA cai 3,8% em janeiro*, o artigo afirma que o déficit estadunidense em 2006 fora de US\$ 765,26 bilhões. Paralelamente, o superávit comercial da China – nas transações com os EUA – crescera 12% em relação ao mesmo mês do ano anterior, representando quase ¼ do déficit comercial estadunidense do primeiro mês de 2007. Em 2006, os chineses exportaram US\$ 232,5 bilhões a mais que importaram dos EUA.

366 Acerca, ver Kugman (2006).

aumento da importância de movimentos político-militares (terrorismo); por fim, na perda de credibilidade na política institucional e na falta de interesse pela coisa pública.

No que diz respeito a aspectos que indicam a condição de fragilidade contemporânea da economia estadunidense, somam-se paradoxos entre o real concreto e os números contábeis favoráveis das leis gerais da macroeconomia. A tabela seguinte mostra, ademais de outras informações, duas que interessam mais de perto: 1) o aumento invariável da dívida externa dos EUA entre os anos 1946-1974; 2) a inversão entre um crescimento paulatino do percentual da dívida privada em relação ao PNB e semelhante decréscimo do percentual da dívida pública na mesma relação, desvendando o processo de privatização que se produzia naquele período. As informações revelam o engendramento de um processo gigantesco de financeirização, assim como uma deliberada política econômica estatal em favor do capital monopólico³⁶⁷.

Figura 47: Dívida privada e pública estadunidense e sua relação com o PNB³⁶⁸

	A	B	C	B	C
Ano	Produto Nacional Bruto (US\$ bi)	Dívida pública	Dívida privada	Como % de A	Como % de A
1946	208,5	269,4	153,4	129,4	73,6
1950	284,8	239,4	276,8	84,0	97,2
1955	398,0	269,8	392,8	67,8	98,5
1960	503,7	301,0	566,1	59,7	112,4
1965	684,9	367,6	870,4	83,7	127,1
1969	932,1	380,0	1.247,3	40,8	133,8
1973	1.294,9	600,0	1.700,0	46,3	131,2
1974	1.395,0	700,0	2.000,0	50,0	140,0

Segundo a maioria das análises, esta economia só se sustenta dentro dos interesses da transnacionalização capitalista, fundada a partir dos organismos multilaterais (BM, OMC e FMI³⁶⁹), cuja atuação conjunta criara uma ordem internacional integrada pela via comercial que fora capaz de deslocar o excedente de capital de um pólo a outro do sistema (PIRES, 2006:22). Outra suposição, também corroborada nos acordos da *tríade*, diz respeito à

367 Atualmente, o valor da dívida externa estadunidense é de US\$ 9,3 trilhões. In: “*Pacote eleva dívida dos EUA para US\$ 11,3 tri*”. Disponível em www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u447198.shtml. Acessado em 30/09/2008.

368 Mandel (1982:293). PNB e dívida privada conforme dados fornecidos pelo *Economic Report of the President*, fevereiro de 1970, pg.5. Dívida Nacional, 1969: dados estatísticos publicados pela CEE.

369 Atualmente, tem *status* de agência “supranacional” cuja estrutura e administração atuam no sentido de reforço das regras do jogo imperialista em sua relação de poder entre os países. Sua principal função no âmbito do rearranjo do novo bloco histórico capitaneado pelos EUA foi executar os ajustes macroeconômicos e estruturais nas economias periféricas, atuando como instrumento coativo na cobrança dos serviços da dívida desses países.

eficiência do sistema produtivo estadunidense, cuja debilidade exige esforços extraeconômicos por parte de seu aparelho de Estado (estabelecendo mecanismos de proteção, garantia de mercados, etc.) que intervêm contínua, direta e incisivamente na economia, sem cuja presença e atuação segmentos inteiros de sua indústria não venceriam a concorrência aberta no mercado internacional (BRENNER, 2003), contrariando os princípios sagrados do discurso liberal.

Em relação ao crônico e paradoxal – para os pressupostos liberais – déficit comercial dos EUA³⁷⁰, ele funciona como uma permanente válvula de escape a oferecer mercados financeiros e consumidor para o resto do mundo, absorvendo grande parte de sua poupança e contribuindo, assim, para uma elevação em suas taxas de lucros. Desnecessário dizer que tal elevação enfraquece os mercados financeiros dos PED's, agravando, pesadamente, os serviços de sua dívida externa e inviabilizando seus programas sociais. No entanto, tais desequilíbrios gerados na relação centro/periferia é o preço do equilíbrio da relação centro/centro, a partir da absorção das poupanças excedentes – geradas nesse processo – dos países desenvolvidos, especialmente os da tríade. Segundo as Nações Unidas, os recursos que tais correntes financeiras importaram nesse processo, entre os anos 1983-1988, representaram cerca de 600 bilhões de dólares³⁷¹.

Como o comércio foi fantasticamente ampliado no pós-II Guerra a uma taxa média de 5% ao ano, mais e mais crédito se fez necessário para financiá-lo. A partir dos anos 1990, essa lógica passou a ser sustentada pela relação que se estabeleceu no interior da *tríade* (EUA/Japão/Europa³⁷²), perpetrando praticamente todas as relações comerciais dos países do sistema capitalista. Tais déficits, por outro lado, estão conectados aos superávits comerciais que as outras duas potências da tríade têm gerado (BRENNER, 2003), como uma espécie de ‘contrapeso’ à crise sistêmica. E esta lógica se faz independentemente dos desequilíbrios que causam à economia planetária, afetando os mercados de moeda e financeiro internacionais,

370 Não há consenso quanto à origem do déficit da balança comercial dos EUA. Segundo Magdoff é originário da década de 1950, sendo exceção apenas para o período da crise do Canal de Suez (1978:112). Para Panitch e Gindin, eles evidenciam-se desde o ano de 1960 (2006:75). O Editorial da Revista “Limes” faz um levantamento da relação importação/exportação da balança comercial estadunidense entre 1890-2000 e constata que, enquanto tendência, seu estado deficitário dá-se a partir de 1970. Acerca, ver “LIMES” - *Revista Italiana di Geopolitica. Il sogno di Bush: Editoriale*. In: *L'impero senza impero*. Roma, Gruppo Editoriale L'espresso, 2-2004, pg. 16. Para as Nações Unidas, desde 1982 (*La economía mundial: un desafío global. Informe del Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990, pg. 55. Em valores, o déficit acumulado no ano de 2006 foi de US\$ 758,5 bilhões. Acerca, ver *Ligeira alta do déficit comercial em maio nos Estados Unidos*. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2007/07/12/ult35u54139.jhtm>. Acessado em 30/09/2008.

371 *La economía mundial: un desafío global. Informe del Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990, pg. 55.

372 Com especial destaque para a economia alemã.

com consequentes prejuízos para todos os países que realizam suas transações nas moedas das três potências econômicas atuais, além do protecionismo que desencadeiam em determinados períodos e setores.

Tal tentativa de recomposição através de déficits só pode ser sustentada com os EUA como organizadores e líderes do imperialismo planetário. Trata-se de uma relação dinâmica da economia capitalista que funciona a partir de déficits instrumentalizados no sentido de custear e manter a condição militar, econômica, comercial, financeira e tecnológica de que goza o país no globo e que, em última instância, retroalimenta a condição na qual se localizam os demais países da tríade. A estadunidense é uma economia que se mantém deficitária para produzir superávits nas demais participantes do esquema, numa relação complexa, mas lógica tecnicamente: um superávit na balança comercial de uma nação gera, automaticamente, um déficit na de outra, já que as nações todas não podem apresentar superávits a um só tempo.

Esta dinâmica só foi possível por este longo período pela condição de banqueiro do mundo detida pela economia estadunidense, o que a torna imune a consequências que, normalmente, fariam fracassar qualquer economia. No entanto, afeta todos os segmentos do seu setor produtivo, até mesmo aquele que registravam excedentes, como o de bens de alta tecnologia. Segundo Amin, este setor que, em 1990 apresentava superávit de 35 bilhões de dólares, acabou se transformando em deficitário. E conclui dizendo que os EUA não triunfariam não fossem os recursos extraeconômicos³⁷³. Assim, o crescimento econômico que se estabelece em uma economia da tríade está umbilicalmente relacionado com o crescimento da outra, numa relação simbiótica.

Nesse sentido, especial cuidado deve-se ter ao se analisar as crises e tensões sofridas pelo capitalismo como um todo e as crises e tensões sofridas pelo imperial-capitalismo estadunidense, apesar da proximidade entre ambos. Sem se atentar para isto, não se entenderá a instabilidade econômico-financeira do capitalismo *pós-anos dourados*, que acabou fortalecendo a evolução de um “imperialismo coletivo” da *tríade*, fenômeno percebido já nos anos 1960 por Magdoff, quando notava movimentos de forças que funcionavam numa lógica parecida com a atual. Ressaltava ele o novo quadro a envolver

1) forças centrípetas, ligando os principais centros aos EUA, para a preservação da rede imperialista; 2) forças centrífugas, estimuladas pela competição e lucros, buscando vantagens especiais, quando surgem pontos fracos nas operações dos Estados Unidos; 3) “coesão vertical”, com cada

373 AMIN, Samir. *Ambição desmedida e criminosos dos EUA*. Disponível em http://resistir.info/samir/ambicao_criminosa.html. Acessado em 04/02/2009.

centro imperialista tentando consolidar os liames financeiros e econômico com suas áreas coloniais e ligadas à sua esfera de influência (1978:122).

Ao se avaliar o montante de valores fictícios sustentado pelas bolhas da especulação financeira, desligados da base produtiva que lhe dá sustentação, antevê-se que as perspectivas de duradoura permanência do sistema capitalista é uma posição no mínimo complexa. Com a migração dos investimentos de capital para a esfera financeira ao mesmo tempo em que os da área produtiva – única esfera de produção de valores capazes de respaldar o montante de capital fictício atualmente em circulação – se escasseiam, um vácuo de valores reais que deveriam, necessariamente, dar sustentação àqueles valores nominais da especulação, dão conta de sua irracionalidade. Títulos do mercado especulativo – mercadorias típicas da esfera de acumulação financeira – se valorizam sem lastros reais que os sustentem, tratando-se de ativos duvidosos, num processo que aponta, no mínimo, para perspectivas outras que não a da permanência da atual ordem de coisas que regem o sistema.

Do outro lado, alguns apostam na tendência de crescimento de futuros potenciais adversários estadunidenses nos mercados asiático e europeu. Dentre estes, destaque para a China – possibilidade aventada desde os anos 1960, segundo Sternberg (1962:113-122) – a Rússia e a Europa³⁷⁴. Nye, tecendo prolixa análise dos possíveis desafiantes dos Estados Unidos neste novo século, aponta para duas direções: Europa e China. Segundo ele, a primeira, apesar das altas taxas de desemprego, do alto custo da força de trabalho e de produção, da baixa competitividade pela valorização do eurodólar, tem a seu favor uma legislação antitruste que se equipara ao domínio econômico americano³⁷⁵; a segunda, por ter grandes reservas, um câmbio fixo, competitividade em força de trabalho, balança comercial favorável e um contingente populacional bastante representativo, além de possuir armas nucleares. Deste modo, para Nye, “o mercado asiático será maior que o norte-americano” (2002:17).

Do que consta, todas as inferências citadas não passam de especulações, apesar dos diferentes graus de cientificidade e de ideologia. No entanto, o trânsito da condição estadunidense de hegemonia para a de supremacia é bastante sugestivo.

374 Idem.

375 A União Europeia, uma vez posta em curso todas as inserções de seus 10 novos membros, aumentará a precarização da força de trabalho, conseqüentemente a xenofobia e o racismo. Ainda hoje novos Estados se concretizam, como, por exemplo, Sérvia e Montenegro.

Da hegemonia à supremacia

Para além do domínio de mercado, ao se analisar a histórica e incontornável capacidade do governo dos EUA em interferir em assuntos de ordem econômica e política em escala mundial, inclusive à revelia de organismos multilaterais internacionais que lhe serviram historicamente, como a ONU, questões sobrevivem, evocando hipóteses. A primeira delas diz respeito ao atual constante emprego da força militar que, no passado, era apenas um de seus mecanismos de dominação, dando a entender três possibilidades: a) que o complexo industrial-militar estadunidense hegemoniza o jogo de interesses presente no seu hodierno aparato estatal (ver subitem *O complexo industrial-militar estadunidense*; b) que as relações internacionais reproduzidas no pós-II Guerra coroaram de êxito este país em sua trajetória imperialista rumo à supremacia planetária (ver subitem *Os EUA e a hegemonia mundial e EUA: o unilateralismo como política internacional*; c) ou que a violência marcial que utiliza nas relações internacionais mostra a incapacidade do aparelho estatal estadunidense em manter sua hegemonia por outros meios, denunciando que seu domínio está perdendo força e os demais mecanismos de dominação (ideologia, diplomacia, dólar, etc.) são hoje insuficientes para mantê-lo. Esta última hipótese contraria frontalmente as induções de Nye (2002) quando afirma que os EUA têm opção quanto ao uso de instrumentos de preponderância (*hard* ou *soft power*) nas suas relações externas, sendo a aplicação da força mero equívoco unilateralista da política republicana, não a premente necessidade de manutenção de uma já difícil hegemonia sustentada só pelo *soft power*.

Nesse contexto, interpelações incômodas exigem, no mínimo, reflexão. Aspecto inicial diz respeito às discrepâncias socioeconômicas reproduzidas e agravadas desde sempre na história do desenvolvimento do imperial-capitalismo, o que, no século XX, se confunde com a expansão imperialista do capitalismo de matiz estadunidense. Dados estatísticos dão conta das mazelas imperialistas de um sistema que, se não fracassou do ponto de vista econômico³⁷⁶ – o que, nos padrões atuais, é questionável – fracassou no que diz respeito aos aspectos humanos. Neste sentido, constata-se que o domínio do capital financeiro aprofundou as discrepantes

376 Segundo FERRARI, Levi Bucalem (2006), “apesar do crescimento acelerado de muitos países, a taxa de emprego está cada vez menor, aumentando a perspectiva de tensões social e política. Este fenômeno, batizado de ‘crescimento sem emprego’, tem provocado pânico nos países industrializados. A Europa possui hoje 22 milhões de desempregados, sendo que mais da metade deles não encontra emprego há mais de um ano. Entre 1960 e 1987, França, Alemanha e Inglaterra duplicaram suas economias, mas reduziram as taxas de emprego. Ainda segundo a ONU, nos países mais pobres, este tipo de desemprego assume aspectos devastadores. No mundo, há cerca de 700 milhões de adultos desempregados ou subempregados. E esse número está aumentando rapidamente, mesmo nos países que retomam o crescimento”. Disponível em http://www.mhd.org/artigos/levi_estado.html. Acessado em 23/10/2006.

condições de vida social, intensificando os índices de miséria, analfabetismo, precarização do trabalho, desemprego; falta de acesso às instâncias de poder – cada vez mais seletivas – assim como às riquezas produzidas; corporativismo que faculta à elite um alto grau de corrupção, patrimonialismo, nepotismo e clientelismo num patamar que assusta à própria burguesia; no âmbito da economia, uma profunda concentração de renda, desemprego estrutural, entre outros elementos.

Apesar dos avanços tecnológicos alcançados, pleitos históricos ainda não tiveram soluções. São questões como: por que Guiné-Bissau tem uma expectativa de vida em torno dos 44,7 anos (conforme IDH, 2005) e países como EUA, Alemanha e Japão, muito próximo dos 80 anos? Por que, dos 40 países onde a expectativa de vida é mais baixa, 38 deles estão na África? Qual a relação do imperialismo com os números estatísticos de analfabetismo, que registram taxas de 86% na Nigéria e 80% na Zâmbia, coincidindo com outras registradas, como os índices da população abaixo do liame da pobreza (menos de um dólar por dia)? Pendências que dizem respeito aos próprios fracassos do capitalismo enquanto sistema societário de produção e em todas se encontram presentes os interesses imperialistas, apesar de o verbete ter estado tanto tempo varrido dos espaços políticos e acadêmicos e dos discursos da própria esquerda.

O fato de não ter havido conflito militar direto entre as grandes potências imperialistas no meio século que se seguiu à Segunda Grande Guerra, levou diversos autores, entre os quais Jacob Gorender, a defender a tese de que, finalmente, a História teria dado razão a Kautsky. Em *Marxismo sem utopia*, Gorender faz uma ardente defesa da tese do superimperialismo. Sob a alegação da ausência de conflito bélico entre as potências imperialistas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, argumenta que: 1) as burguesias aprenderam com os prejuízos causados pelas guerras e permitiram-se riscos ao abrirem novas brechas ao avanço da URSS durante a Guerra Fria; 2) a invenção das armas nucleares colocou claramente a possibilidade de autodestruição da humanidade; 3) a correlação de forças entre os países imperialistas é tão desigual (ênfase para a avassaladora superioridade dos EUA), que torna impossível uma guerra entre eles próprios (1999:104-112).

Por fim, algumas questões ainda incomodam na atualidade. Se, desde os anos 1970 vive-se numa crise sistêmica; se nos anos 1980 falava-se em reestruturação (produtiva e organizacional), que levou a América Latina a toda uma “década perdida”; e se os anos 1990 foram dedicados ao neoliberalismo, ao atentar-se para a concepção dos teóricos da economia-mundo, faculta-se conceber que se está vivendo, realmente, uma etapa final do capitalismo?

Ou seria apenas da *débâcle* do imperialismo estadunidense? Estamos vivendo uma era marcada pela presença do superimperialismo, tal qual concebera Kautsky? Quanto tempo ainda durará a atual conformação internacional?

Fato é que, diante dos ciclos de prosperidade cada vez mais curtos, e de crises cada vez mais longas, no capitalismo *pós-anos dourados* as garantias, principalmente militares, de controle mundial por parte dos EUA fortaleceram a evolução do imperialismo da *triade*, sob a hegemonia desse país. Tal conformação, explicitada por ocasião da Guerra do Golfo (1991), quando a OTAN suplantou a ONU, recebeu a anuência das demais potências quando estas se mostraram incapazes de substituir as tarefas de condução do capitalismo. Entre tantos outros fatores, estes podem ser indícios do início do fim do sistema em questão.

Hegemonia estadunidense: ascensão ou declínio?³⁷⁷

O hegeliano poderia falar em negação da negação: o capital bancário foi a negação do capital de usura e ele, por sua vez, é negado pelo capital financeiro.
Hilferding (1985:220)

Preocupado com os riscos inerentes a toda análise de conjuntura, principalmente aquele que diz respeito à generalização de lapsos de tempo como se fossem aspectos estruturais, busca-se analisar o presente à luz da história. Assim procedendo, constata-se que a condição geral em que saíram dos dois conflitos mundiais permitiu aos EUA não só a sua consolidação enquanto potência hegemônica, em substituição ao domínio britânico – processo iniciado ainda no final do século XIX – mas também arrestar o controle do espaço geoeconômico e político para onde afluiria a grande pujança e quantidade de capitais produzida no mundo.

A partir de meados dos anos 1940, no que se refere ao bloco ocidental, concretizou-se, definitivamente, a inspiração imperialista estadunidense, calcada no domínio tecnológico³⁷⁸, econômico, militar e político-ideológico (este traduzido nos princípios do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe). Antes que se enterrassem os corpos dos últimos combatentes da II Guerra Mundial, uma conferência era convocada com o fito de repartir os despojos do grande conflito em Yalta, província situada na Península de Crimeia, ao sul da Ucrânia. Esse cenário testemunharia a partilha do mundo entre as maiores potências mundiais e confirmaria a submissão da América Latina como área de influência e alvo exclusivo da ação imperialista

377 Parte deste capítulo foi ensaiada, embora noutra perspectiva, em Almeida & Almeida (2006).

378 Acerca, ver Ceceña (2004)

estadunidense. Uma breve noção de como, do ponto de vista econômico, os EUA se encontravam neste contexto é-nos dada por Lens:

Entre 1940 e 1945 a renda nacional dos Estados Unidos mais que dobrou, de 81,6 bilhões de dólares para 181,2 bilhões (chegou a 241,9 bilhões em 1950). (...) Em média, as exportações americanas durante a guerra foram de cerca de 10 bilhões por ano (mais de três vezes as cifras do pré-guerra) e as importações foram de 3,5 bilhões, deixando o resto do mundo com um desalentador déficit de dólares que montava a muitos bilhões. Ao final da guerra, a balança comercial era tão favorável a Tio Sam que a América havia acumulado um lastro em ouro de 29 bilhões de dólares – 77 por cento das reservas mundiais (2006:495).

Para se ter um superávit comercial deste porte, sua produção industrial tinha que ter muita pujança, e tinha: ela correspondia a mais de 60% da produção mundial, além de deter a exclusividade do controle de novas tecnologias que conformariam o desenvolvimento industrial do sistema capitalista dali para frente. Aliou a esta estrutura, que passou incólume pelo processo da II Guerra sem sofrer nenhum estrago – ao passo que seus possíveis e potenciais concorrentes encontravam-se com seus parques industriais desorganizados e/ou destruídos pela guerra, endividados e saqueados – iniciativas de controle e administração econômica em escala planetária. Padrões de desenvolvimento tecnológico e constituição de novos aparatos jurídico-institucionais (normas e organismos) de caráter transnacional foram deliberadamente forjados, tendo os EUA à frente. O objetivo central dessas medidas era adequar as economias nacionais à nova configuração mundial e espriar as relações capitalistas por todo o planeta através de um véu nebuloso, traduzido numa retórica de caráter moral da promoção da democracia, do apelo à paz, da preservação da propriedade de cidadãos estadunidenses, da liberdade, do combate ao comunismo – posteriormente, estender-se-ia ao combate ao narcotráfico, ao terrorismo e à produção de armas de destruição em massa – transformados em inimigos universais. Tais parâmetros ideológicos conduziram a recomposição capitalista do pós-II Guerra por mais de meio século.

Quando o conflito dava seu último suspiro por entre a poeira das bombas atômicas atiradas sobre o Japão, as estatísticas econômicas anunciadas coroavam de êxito a condição estadunidense no espectro internacional. Sua economia era detentora da maior parcela das reservas mundiais de ouro, e, definitivamente, superava a hegemonia econômica inglesa, que afundava em queda livre, tendo sua riqueza esvaída em trinta por cento somente naqueles cinco fatídicos anos, permitindo aos EUA transmutar-se da condição de devedor à de credor absoluto dos *Aliados*.

Com todas as vantagens (tecnológicas, econômicas, militares e culturais), detidas pelos EUA no pós-II Guerra, estes fomentaram, sob sua direção, a constituição de novos aparatos jurídico-institucionais de caráter transnacional, na *Conferência de Bretton Woods* (1944), que estabeleceria as novas regras de convivência econômica e se encarregara da parte comercial e financeira do negócio. Nesse evento, formatou-se um sistema monetário realmente internacional e instaurou-se uma ordem pautada na concessão de crédito para financiamento da dívida externa³⁷⁹, mecanismo através do qual o grande capital adequaria as economias nacionais à nova configuração político-econômica e financeira, com o fito de perpetuar aquilo que atendia pela denominação de *Pax Americana*.

Para isso, foram criadas normas e organismos de controle imperial não-militar do mundo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Segundo Pires, atuando em sintonia, as instituições de Bretton Woods, deveriam intervir nos países devedores em duas fases:

Na primeira tratava-se de organizar políticas de “estabilização econômica”, sob o acompanhamento do FMI; na segunda, a “reforma estrutural”, sob a coordenação do Banco Mundial. As políticas de estabilização (primeira fase) visavam a atacar os problemas do déficit público e do desequilíbrio do balanço de pagamentos. Para tanto, exigia modificações: a) na política cambial, geralmente impondo desvalorizações cambiais; b) liberação de preços, com conseqüente “dolarização” dos preços internos; c) desindexação dos salários, forçando sua baixa, ao não repassar as variações das taxas de inflação; d) enquadrar o Banco Central, de forma a evitar o descontrole da oferta de moeda; e) controlar o orçamento público, cortando gastos para garantir a redução do déficit público e gerar recursos para o pagamento de juros; f) redução do investimento público (2006:24)³⁸⁰.

Como parte desse megaprojeto, o dólar desbancou o ouro como unidade padrão de cálculo de valor, assumindo a condição de moeda de reserva internacional e padrão de intercâmbio mundial, inaugurando, pela primeira vez na história, um sistema monetário e financeiro realmente internacional. Com a ascensão do dólar, em substituição à libra esterlina enquanto moeda internacional e todo o aparato constituído nesse período, os EUA garantiram, por um lado, a condução da economia internacional, e, por outro, a manutenção de um

379 Nos anos 1980, esse direcionamento levaria a América Latina “à crise da dívida”, confirmando a premissa marxiana que afirma que, “num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento” (MARX, 1983:28).

380 Também disponível em www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/file_45/2029.pdf. Acessado em 27/06/2008.

desordenado crescimento de sua indústria pelo mundo afora, beneficiada pela demanda de países cujas economias foram debilitadas pela guerra. Numa exímia e lúcida análise do quadro da rede imperialista das relações internacionais de sua época, Magdoff afirmava que

Os Estados Unidos, como líder, têm poder econômico para invadir a indústria e os mercados de seus principais parceiros de negócios e aliados político-militares. Têm os recursos para manter no mundo uma posição militar dominante. (...) E os Estados Unidos podem ser banqueiro mundial e fornecer a moeda de reserva em razão de sua força econômica e militar, que obriga a cooperação de outras nações industrializadas (1978:117).

Na outra ponta, o alcance de Bretton Woods extrapolaria a esfera financeira, para se incumbir de normatizar, entre outros elementos, o comércio internacional, a competição de mercado, a fusão de empresas – independentemente de sua nacionalidade ou fronteira geográfica – e a formação de grandes conglomerados com a criação, em 1948, do GATT³⁸¹. Uma vez criadas tais agências multilaterais (BM, FMI e GATT) caberia a elas a incumbência de desfazer as fronteiras nacionais para mercadorias e capitais forçando, gradativamente, o fluxo de capitais e produtos e implantando estruturas burocráticas onde o Estado atuaria apenas no sentido de facilitar a adequação das economias nacionais às necessidades do comércio internacional.

Os complexos industriais já estabelecidos rudimentarmente nos anos 1930/40 nos principais países satélites, serviriam de base para a nova industrialização do pós-II Guerra, articulando-se com o movimento de expansão do capital internacional. Inaugurava-se uma nova fase capitalista: finalizava-se o ciclo depressivo caracterizado pelas duas guerras mundiais e intermediado pela crise de 1929 e emplacava-se, definitivamente, o imperialismo estadunidense, inaugurando sua hegemonia sobre o mundo capitalista ocidental.

Integrava-se, finalmente, a economia mundial, num período em que os incrementos tecnológicos alcançavam, como afirmava Baran (1984:81), uma temperatura febril e já se falava no desaparecimento das fronteiras. Também nesse âmbito, os EUA detinham o mais alto padrão de desenvolvimento tecnológico, fator que dava ao país uma boa vantagem na concorrência internacional.

Numa obra jornalística de grande popularidade à época de sua publicação (1967)³⁸² – e que tornou-se *best seller* – o liberal Jean-Jacques Servan-Schreiber narrava o avanço das multinacionais dos EUA naquele período e alertava para a possibilidade de a Europa

381 *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), criado em janeiro de 1948.

382 Publicação original em francês. A primeira edição em português foi publicada em 1968.

Ocidental vir a tornar-se um satélite da economia estadunidense. Constatava Servan-Schreiber que o motor do poderio estadunidense vinha da pujança das grandes empresas³⁸³, que lá faziam altos investimentos de capital. Era o grande capital o responsável pela penetração industrial dos EUA na Europa do mercado comum. Registrava estatísticas que afirmavam que, em 1966, mais da metade das filiais que ali se instalaram compunham o rol das 340 firmas estadunidenses que figuravam na lista das 500 maiores do mundo; e que 40% dos investimentos diretos na França, Alemanha e Grã-Bretanha eram efetuados por três gigantes estadunidenses (1968:16-17).

Na segunda metade da década de 1960, ao somar os lucros das dez maiores empresas alemãs, francesas e inglesas, Servan-Schreiber chegava à cifra de US\$ 2 bilhões. Contrastando esse número com os lucros da General Motors, concluía que seria preciso somar as trinta maiores empresas europeias, mais o total dos lucros das dez primeiras empresas japonesas (225 milhões de dólares), para se atingir os da GM (US\$ 2,250 bilhões). E, para chegar a esse resultado, as quarenta empresas europeias e japonesas reunidas necessitavam empregar três milhões de pessoas, enquanto a General Motors apenas 730.000, ou seja, cerca de cinco vezes menos (Idem, 24-51).

Tais números mostravam que a reprodução do capitalismo europeu do pós-II Guerra dependia da sua integração internacional. Mais que isso, que o capitalismo do pós-guerra transnacionalizara o Estado Nacional, fazendo com que ele funcionasse nacionalmente nos padrões exigidos pela integração capitalista planetária. No que respeita ao seu crescimento na Europa, afirmava Servan-Schreiber que, desde 1958, as empresas estadunidenses investiram “10 bilhões de dólares suplementares na Europa Ocidental, isto é, **mais de um terço** do conjunto de investimentos americanos no mundo inteiro. E em 6.000 negócios novos criado no estrangeiro pelos americanos durante esse período, a **metade**³⁸⁴ foi na Europa” (1968:7).

Calculava ele que, “para além do investimento, é a gestão ‘à americana’ que está em curso de unificar a Europa à sua maneira”, ciente o autor de que “o que os americanos fazem nascer à sua volta é a “consciência do mercado”” (1968:7;9). Ao enfatizar a efeméride “consciência do mercado” concedia, euforicamente, o *status* de ciência ao *marketing*. E regozijava-se ao afirmar que a *Esso Imperial Oil*³⁸⁵ crescia três vezes mais depressa que o

383 Grandes empresas são as consideradas com mais de 5.000 empregados.

384 Negrito no original.

385 Segundo Magdoff, em meados da década de 1960 “nos três maiores mercados europeus (Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha e França), três firmas respondem por 40% dos investimentos diretos norte-americanos: Esso, General Motors e Ford. Em toda a Europa Ocidental, vinte firmas dos Estados Unidos respondem por dois terços dos investimentos dos Estados Unidos. (...) Em 1961, 460 das maiores

mercado americano e que a *Monsanto Company*, “instalava suas fábricas na França, Itália, Luxemburgo, Grã-Bretanha, Espanha e está organizando novas instalações na Escócia e na Irlanda” (Idem, 9).

É inegável que, em parte, ele tinha razão. Nesta época, o programa *United States Lend Lease*, juntamente com as demais reparações de guerra, entre outras fontes, fez do dólar a moeda de reserva de valor para transações financeiras e, ao mesmo tempo de troca, no comércio internacional. Magdoff transcreve uma reportagem do *Economist* de 07 de outubro de 1967 que afirmava que a “proporção de reservas (da Austrália) em libras esterlinas caiu a 60%, quando era de 80%, ainda em 1960, e de 94%, em princípios de 1950” e acentuava adiante que “o conteúdo em dólares das reservas australianas tenha subido doze vezes mais nos últimos dezessete anos e tenha triplicado, desde 1960” (1978:99).

As políticas econômicas em escala internacional haviam atingido uma complexidade tal que, para intervir nela de forma contundente necessitava-se de uma moeda internacional capaz de uniformizar crédito, orçamento e impostos. Assim, o dólar fora elevado de sua condição de arma econômica para também arma política por excelência, moldando de vez a economia e a política europeia à imagem e semelhança do *modus operandi* estadunidense. Aonde chegassem os imprescindíveis dólares, também chegavam as pré-condições exigidas pelo financiador³⁸⁶, capitaneado pelo seu forte aparato estatal. Em tais condições, qualquer planejamento, seja creditício ou orçamentário torna-se problemático.

No campo ocidental tinha a seu favor a estabilidade política, fruto do Pacto de Yalta e da criação da ONU. A constituição de novos aparatos jurídico-institucionais de caráter transnacional, deliberadamente forjada sob sua liderança, adequavam as economias nacionais a essa nova configuração, buscando espriar as relações capitalistas em escala planetária. Não é ridículo afirmar que Bretton Woods e Yalta foram marcos definidores da intervenção econômico-financeira e política no planeta, especialmente sobre a periferia, sendo dois importantes momentos do processo de alçamento dos EUA à condição de potência mundial portadora da hegemonia ocidental. Concomitantemente, seus aliados – tanto quanto seus

companhias norte-americanas possuíam filiais ou subsidiárias na Europa. Em 1965, o número subira a setecentos, das mil firmas” (1978:68).

386 Os fundos investidos na Europa através do Plano Marshall impunham um acordo bilateral cuja finalidade incluía o equilíbrio dos gastos governamentais, a restauração da estabilidade financeira, equilíbrio da taxa de câmbio e aumento da cooperação mútua. Dentro das condições do pós-guerra em que se encontravam as economias europeias, qualquer juízo de cooperação “mútua” soava como unilateral, se comparada à capacidade industrial e financeira dos EUA naquele momento. Panitch & Gindin concebem, acertadamente, que “A ajuda do Plano Marshall em si tinha propósitos obviamente estratégicos, comerciais e ideológicos, separados dos de estabilização financeira e de crescimento econômico, vinculados ao fortalecimento das classes capitalistas européias” (2006:71).

principais adversários (URSS, Japão, China e Europa) – declinavam economicamente, deixando o país sem concorrentes à altura no mercado internacional. O vácuo deixado pela disputa interimperialista era uma oportunidade que os EUA não poderiam deixar passar.

Nesse contexto, qualquer projeto de hegemonia mundial pressupunha a derrocada de possibilidades alternativas à economia de mercado. A derrota da economia planificada dos países ditos socialistas era o trunfo de que necessitava os EUA – e o capitalismo como um todo – para tornar-se dominante em escala planetária. E, nessa perspectiva, todo o arsenal estadunidense (bélico, econômico-financeiro, industrial e cultural), conduzido por um Estado fortemente militarizado levaria o país a se consolidar enquanto potência imperialista dominante mundialmente, dividindo essa condição com a URSS, sigla que identificava o único empecilho ao exclusivo seu domínio na ordem internacional.

Mas, se em 1968, como aponta Magdoff, os EUA já tinham em mãos dos investidores estrangeiros três vezes mais ativos líquidos em dólares que suas reservas de ouro (1978:118-119), dentro dos padrões liberais clássicos os limites financeiros das atividades externas estadunidenses já estavam dadas, apesar de alguns fatores já apresentar mudanças. Dizem Panitch & Gindim que, uma vez terminado o período de reconstrução da Europa pós-guerra, no final da década de 1950, na medida

em que a competitividade da economia européia tinha sido restabelecida e as moedas tornaram-se conversíveis, a falta de dólares do pós-guerra transformou-se em excesso, graças às exportações européias e japonesas aos EUA bem como aos gastos militares e investimentos estrangeiros estadunidenses (2006:75).

Este cenário promissor ao país, no entanto, menos de duas décadas depois da II Guerra Mundial (1969) daria sinais de mudança, com a recuperação do Japão e da Europa. Para Wallerstein, este foi o maior e mais difícil golpe para os EUA, já que fez desaparecer suas vantagens econômicas sobre esta região e aquele país (2004:57). Assim, o poder estadunidense já não era mais o mesmo, apresentando algumas fissuras, enquanto a URSS mantinha suas influências fundadas mais no campo militar. O quadro internacional de disputa pela hegemonia, por seu lado, alimentou um debate que girava em torno do *declínio do poder americano*, o que suscitou especulações acerca de possíveis futuras hegemonias.

Alguns autores (Lens, Wallerstein, Arrighi, Silver...) viam o início do declínio da grande potência desde finais dos anos 1960, coincidentemente – ou não – quando começou a se esboçar a crise capitalista que perdura até os dias atuais. Para estes, o colosso

estadunidense já dava sinais de decadência, como fora o caso, um dia, de Mesopotâmia, Pérsia, Macedônia, Grécia, Roma, Arábia, Espanha, França e Inglaterra, entre outros.

Ao abordar o império estadunidense, Lens explicita três modos que evidenciam o fenômeno da sua decadência: a) a desintegração da supremacia econômica mundial da América, bem como da predominância política que a acompanhava; b) os recuos das políticas de contenção da China e da ex-União Soviética; c) a crise econômica, política e moral dos Estados Unidos. Um arsenal de dados estatísticos dava fundamento às afirmações de Lens quando dizia que, depois

de um quarto de século de despesas militares totalizando 1,25 trilhão de dólares e de duas décadas de déficits continuados do balanço de pagamentos (exceto 1957 e 1968), essa máquina produtiva estava agora pesadamente hipotecada. A dívida do governo federal, de 291 bilhões em 1960, em 1972 estava em 456 bilhões e continuava a aumentar. A reserva de ouro que fazia do dólar uma moeda estável estava caindo de 24,6 bilhões, em 1949, para 10,1 bilhões em 1971. Para agravar a situação, Tio Sam inundava o mundo com dólares ao pagar por suas aventuras militares e investimentos externos; o mundo estava sobrecarregado de contas em dólar que cresceram de 16 bilhões, em 1957, para 38 bilhões, em 1968, 63 bilhões, em 1969 e 82 bilhões em 1972 (2006:628).

Não obstante o tempo que se passou desde a análise de Lens, e apesar do quadro sombrio que previu, fundamentado em dados estatísticos da década de 1970, os EUA conseguiram estender seu *hegemon* por mais 40 anos, sempre alternando entre a crise e os ajustes que imprimiram na tentativa de superação destes. O quadro da dominação estadunidense, sem sombra de dúvidas se agravou desde aquela época, mas fatores como a unipolaridade da configuração militar do cenário mundial favoreceram seu comando.

As transformações do capitalismo durante o “breve século XX”, inclusive as manifestações de suas crises, apontam para uma fórmula em que os ajustes no sistema são vistos como fatores intrínsecos ao processo de desenvolvimento capitalista, em sua forma de organização, reprodução e resultante concentração de riquezas. Como na dinâmica de todo e qualquer sistema, o capitalismo mostrou sua capacidade de reprodução, seja implementando reformas, seja redefinindo trajetórias frente às tensões que se lhe apresentaram (PLA, 1996). A análise que aqui se busca fazer não perde de vista essa versatilidade peculiar do capitalismo que, ao tempo em que se trata de um sistema reprodutor de desigualdades, promovendo a concentração da riqueza numa ponta do processo de acumulação, paralelamente reproduz o empobrecimento na outra.

Na perspectiva de uma apreciação que se aproxima da totalidade, a esfera econômica não é aqui entendida como um setor à parte do todo. Ela é, ao mesmo tempo, política, porque fundada no poder e no domínio, caráter das relações que se estabelecem entre os homens quando estão produzindo numa sociedade classista. Assim, não separamos economia de sociedade, por entender que o ponto de partida daquela é a primeira.

Nesse sentido, toma-se como ponto de partida para o entendimento da sociedade capitalista contemporânea a concepção de crise. Coerente com a lógica das Ciências Sociais cumpre ressaltar que o tema que ora abordamos não se refere a uma crise qualquer, mas do sistema capitalista; não só da acumulação de capital, mas de uma crise geral, provocada a partir das contradições sistêmicas (das quais a central é a que se refere à relação capital/trabalho) e de todos os seus consequentes estragos na área social, política e ambiental. A própria emergência daquilo que se convencionou denominar “pós-modernidade” indica, pelo menos, uma crise paradigmática do que se entendeu, até hoje, por modernidade.

E se a modernidade passa por uma crise, sendo ela o ambiente em que se estabeleceram as bases da “era do capital” – para usar uma frase de Hobsbawm (1982) – onde surgiu a então revolucionária burguesia e se expandiram as forças produtivas e um mercado mundial, a crise atinge o cerne do modelo da sociedade ocidental capitalista. Sendo impossível a separação entre gêmeo-siameses (modernidade/capitalismo) tão contemporâneos, arrisca-se aqui a afirmação de que, o que denominam “crise da modernidade” trata-se da crise própria do capitalismo, cujas características de surgimento permitiram, em seu conjunto, assim adjetivar a sociedade em que se engendrara. E, como o sistema capitalista encontra-se numa profunda crise – alguns arriscam dizer terminal – os parâmetros da sociedade em que foi fundado também sofre tais pressões. No entanto, daí até dizer que a modernidade não mais existe – tal qual seu bendito fruto, o imperialismo – tem uma grande distância a ser percorrida, pela ausência de uma base real concreta. Essa é a mesma lógica que aposta no fim do imperialismo com o advento da ‘globalização’.

Como os mecanismos econômico-capitalistas são, ao mesmo tempo, influenciados pelos – e influenciadores – dados sociais (como o de mobilidade, por exemplo), da cultura (produção cultural padronizada e uniforme, fundada nos padrões industriais), política (atende aos interesses dos grupos dominantes encastelados nos aparelhos de Estado), esta tende a ser, inexoravelmente, uma abordagem multidisciplinar. Ainda neste sentido, contrapõe-se às correntes econômicas neoclássicas que se identificam com o neoliberalismo, fundamentando-se nos números macroeconômicos oficiais, separando economia de sociedade, negando o

estado de crise do capitalismo atual, desconsiderando os indicadores das discrepâncias socioambientais advindas da contradição entre a produção social e sua apropriação privada.

Tendo por princípio que o capitalismo do pós-II Guerra foi reestruturado, política e produtivamente, sob a égide e semelhança do *American way of life*, a questão acerca do declínio – ou não – da hegemonia estadunidense diz respeito, diretamente, ao capitalismo como um todo. E, se é verdade que o sistema está enfrentando uma crise estrutural desde os anos 1970 – e crê-se que sim – o *hegemon* estadunidense sofre, colateralmente, seus efeitos e pressões. Os riscos que corre o capitalismo, passa também a hegemonia estadunidense, já que o sistema atingiu um grau de transnacionalização planetária de suas relações, fazendo com que, para onde migre seu desenvolvimento, migrem também suas contradições e suas crises.

A questão do velho debate entabulado na academia e na política acerca do declínio – ou não – do império estadunidense ainda é uma questão que hoje se repõe de modo bastante candente. Apesar de ter se dado nos anos 1990, quando uma série de autores pró-Estados Unidos e críticos renomados o levantaram numa conjuntura onde a economia daquele país – como a de todos os países capitalistas – vinha já de ciclos de crescimento cada vez mais curtos e crises cada vez mais longas³⁸⁷.

Para Brzezinski (1997), Nye (2002) e Fukuyama (2005), os EUA estariam *fadados*³⁸⁸ a ocupar a hegemonia do processo de evolução das grandes tendências de perpetuação capitalista através da organização econômica de mercado e da democracia burguesa como formas definitivas de organização político-econômica. Para eles, um processo tão definitivo quanto irreversível, como o *império*, de Hardt & Negri (2001). Discursos cujas entrelinhas denotam uma preocupação veemente com a estabilidade do domínio estadunidense num processo que, paulatinamente, os EUA vêm perdendo o controle. No entanto, uma questão paira sobre as análises de Brzezinski: mais de uma década após a publicação de suas ideias, cabe lugar a avaliação de que os EUA são o primeiro e último poder efetivamente planetário?

Hardt & Negri (2001) recorrem aos mesmos argumentos de Brzezinski, só que os transformando em teses sobre o presente. Enquanto muitos discutem as formas do atual imperialismo, outros – entre estes alguns que se reivindicam marxistas – clamam pela necessidade de não se combater moinhos de vento: não mais existiria imperialismo e insistir na luta contra ele redundaria em simples antiamericanismo, quando nenhum Estado-Nação (a

387 Dentre os debatedores destaque para Kennedy (1989), Nau (1992), Messadié (1989), Wallerstein (2004), Roccucci (2004), entre outros.

388 Em seu livro de 1990, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, Nye previu a ascensão contínua do poder estadunidense, em contraposição ao historiador Kennedy (1989), que vislumbrava a decadência do império em questão.

começar pelos EUA) detém grande importância e, portanto, a soberania se desmancha no ar (acerca, ver HARDT & NEGRI, 2001). Por outro lado, na ala crítica dos teóricos do imperialismo, diversos autores adotam a tese de uma forte proeminência dos EUA no mundo, recorrendo, inclusive, ao conceito de hegemonia, como é o caso, no Brasil, de autores como Tavares & Fiori (1997) e diversos europeus, mais cautelosos em relação às teses sobre o declínio do “império americano”³⁸⁹.

389 O número 27 (1º semestre de 2000) da revista *Actuel Marx* tem como dossiê *L'hégémonie américaine*, onde importantes autores abordam o tema, com não menos importantes reflexões sobre o aporte gramsciano ao estudo das relações internacionais. Ver também Nau (1990) e Julien (1968).

Parte IV: O imperialismo e as relações centro/periferia

A polarização centro/periferia

Na história do capitalismo, vários elementos imperialistas têm presença contínua. A capacidade própria do sistema em polarizar periferia e centro é uma característica marcante do seu desenvolvimento, acentuada nos marcos das relações internacionais. Assim foi que, ao mesmo tempo em que a aceleração da exportação de capitais se consolidou, marcada pela segurança daquilo que Bukhárin denominou “capitalismo de Estado”, o capital monopólico manteve seu domínio sobre as regiões que eram de seu interesse, aplicando a política imperialista, trator que dilacera as velhas relações sociais e faz erigir, em seu lugar, relações capitalistas.

No século que se passou, entre 1880 e 1980, a característica mais marcante da trajetória da acumulação capitalista foram os conflitos interimperialista (I e II Guerras Mundiais), que arrastaram consigo a sobreposição da hegemonia planetária, trazendo seu eixo da Europa para a América. Mais que isso, transpondo o caráter heterogêneo das disputas imperialistas para um contexto de unipolaridade (pelo menos do ponto de vista militar) dando contornos distintos, na arena mundial, à relação centro/periferia. A tabela a seguir busca mostrar, em porcentagem do total, a posição respectiva dos principais países exportadores de capitais e sua evolução, entre os anos 1914-1960, em dados representativos dessas afirmações.

Figura 48: Investimento no exterior dos principais países exportadores de capital³⁹⁰

Países	1914	1930	1960
Reino Unido	50,3	43,8	24,5
França	22,2	8,4	4,7
Alemanha	17,3	2,6	1,1
Países Baixos	3,1	5,5	4,2*
Suécia	0,3	1,3	0,9*
Estados Unidos	6,3	35,3	59,1
Canadá	0,5	3,1	5,5
Total	100,0	100,0	100,0

* Dados de 1960 apresentados como estimativas, consideradas grosseiras pelo autor da tabela, pelo intuito de mostrar a mudança relativa na situação dos EUA.

Mas, não bastava ao capitalismo a sua inserção nas mais distantes e díspares paragens do globo e a desumanização e transformação paulatina de todas as relações sociais em relações capitalistas. Era de bom alvitre destruir possibilidades de desenvolvimento autônomo

390 Tabela compilada de Magdoff (1978:60).

assim como qualquer alternativa à economia de mercado. Assim, estava na ordem do dia a derrota da economia planificada dos países ditos socialistas como o trunfo de que necessitavam os EUA para tornar-se dominante em escala planetária. É nesse sentido que a exportação de capitais, ao financiar o desenvolvimento industrial dos países periféricos cumpria uma dupla função: ao mesmo tempo em que ampliava a indústria dos países centrais (realizando seu processo de acumulação/centralização), também demarcava sua predominância na região.

Por outro lado, na incapacidade de desenvolver-se autonomamente, as burguesias periféricas do sistema – fora poucas exceções na história –, formadas na escola mercantilista internacional, ao mesmo tempo em que mantinham laços profundos com os interesses imperialistas, sofriam retaliações por parte destes no que dizia respeito à possibilidade de desenvolver-se autonomamente. Assim, inseriram-se no processo de desenvolvimento capitalista sob uma estrutura subsidiária, já que a capacidade ampliada de gerar capitais nos países industrializados era substancialmente incomparável às das economias da periferia e também porque as estruturas nas quais estava centrada a acumulação capitalista já se encontravam controladas pelas agências locais das potências imperialistas.

As lutas político-ideológicas de frações da burguesia latino-americana – em especial a industrial – que estiveram no interior do bloco no poder e que, historicamente diziam assumir o papel de defesa da “economia nacional”, forjaram um discurso nacional-desenvolvimentista sob o qual escudaram seu atrelamento ao capital estrangeiro. Ao mesmo tempo em que tramou esse discurso, tratou também de impor-lhe limites definidos para que seu caráter anti-imperialista não se transformasse em anticapitalista pela resistência popular (ALMEIDA, 2006).

O ambiente colonialista presente nas relações intrapaíses (principalmente no que concerne ao direito inalienável à propriedade privada – como antítese à de caráter social – e o lugar da inserção das ex-colônias na modernidade capitalista), aponta neste sentido³⁹¹. Uma espécie de acordo, firmado entre as classes dominantes, imperialistas e nativas dos países periféricos, previa a cessão de parte da mais-valia extraída por estas últimas em favor daquelas, configurando aquilo que Mandel (1982) compreendia como a justaposição dinâmica

391 Crê-se aqui que o capitalismo tem, por essência, um caráter imperialista que funciona de forma a reproduzir assimetrias a partir da formação simultânea de centros e periferias, operando em escala internacional. Neste aspecto, e somente neste aspecto, discorda-se da concepção de imperialismo enquanto fase superior do capitalismo. Apesar deste ponto, no que se refere à concepção leniniana – e, neste aspecto também hilferdinguiana – apropria-se aqui do seu conceito de imperialismo, por entendê-lo enquanto ferramenta indispensável à compreensão de tal fenômeno.

entre desiguais, mas que combina-se, tanto nas relações intra quanto nas interpaíses. E isso mesmo no âmbito das economias industrialmente desenvolvidas.

Na desproporcional competitividade entre capitais pequenos e organizados, tecnologicamente municiados, as empresas (pequenas, médias e mesmo as grandes) nativas, acomodaram-se com a fatia que lhes cabia no processo de acumulação ampliada de capital. Ao contrário da reação esperada, acabaram fazendo parte dos agentes responsáveis pela ampliação e expansão das grandes empresas multinacionais, atraindo para si a responsabilidade de co-participantes, auxiliares do grande capital internacional. Assim se acomodou a situação, num quadro que impossibilitava qualquer aspiração a um projeto industrial “nacional” sob os limites estruturais determinados pelas multinacionais. Nesse sentido, afirmava Caldwell:

Toda atividade econômica no país colonial ou semicolonial passa a subordinar-se aos interesses predominantes das potências metropolitanas. Só as atividades compatíveis ou complementares a esses interesses podem sobreviver ou desenvolver-se. Estas incluem a distribuição de produtos importados do Ocidente no interior, através do comércio a varejo; a compra e entrega nos armazéns ocidentais ou nos portos de saída, das colheitas comerciais dos pequenos agricultores; trabalho burocrático nos escritórios ocidentais, bancos, empresas de seguros, etc. (1979:77).

Desse modo, a exportação acelerada de capitais por parte das economias imperialistas pautava-se numa justaposição desigual e combinada, tal qual concebera Mandel, entre centro e periferia, dinâmica marcada por uma divisão internacional do trabalho profundamente desigual que fazia com que se escoassem para o exterior os recursos naturais sem dinamizar um processo industrial regional. Acompanhado pela aplicação de uma tecnologia retardatária³⁹² – em relação aos centros capitalistas – esse processo sufocaria e abortaria qualquer tentativa de desenvolvimento autônomo por parte dos países periféricos incorporados à lógica imperialista segundo as possibilidades e capacidades de aplicação de capitais.

Por um lado, os artigos industrializados produzidos com tecnologia defasada se viam impossibilitados de concorrer com os dos centros capitalistas, o que implicou uma concentração da exportação no setor de matérias-primas mais que nos demais (Mandel, 1982:

³⁹² Mandel afirma que, mesmo que novas tecnologias fossem desenvolvidas, o tamanho do mercado interno e o baixo nível salarial da mão-de-obra na periferia levavam as empresas a utilizarem tecnologia “semi-obsoleta” para os padrões da época. Mesmo onde se aplicava uma tecnologia avançada, a utilização de sua capacidade era muito pequena, a exemplo da Argentina. Neste país, a capacidade média utilizada entre os anos 1961/64 era de apenas 50,1%, na indústria metalúrgica (excluindo a mecânica) e, na indústria de aparelhos eletromecânicos, de 47,7% (1982:260).

243-261). Além do mais, qualquer tentativa de industrialização implicava investimentos de alta monta, já que toda a maquinaria exigida no implemento de qualquer planta industrial deveria ser importada dos centros industrialmente desenvolvidos. Essa configuração gerou uma relação de interdependência desfavorável à periferia com relação ao capital externo, conformação que vigorou desde seus tempos de colônia: primeiro em relação à Península Ibérica, em seguida à Grã-Bretanha e depois aos Estados Unidos³⁹³.

Este quadro de poucas possibilidades de desenvolvimento econômico e social incorreria na especialização apontada por Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, em que umas nações se especializaram em ganhar e outras em perder. Enquanto as nações centrais do capitalismo se especializaram, no pós-II Guerra, em produzir bens de capitais de grande valor agregado e alta lucratividade, as nações periféricas concentraram sua participação no mercado internacional na condição de importadoras desses produtos, seguindo os princípios da *lei das vantagens comparativas*, que tanto suporte deu ao imperialismo colonial/mercantilista.

O cenário econômico de troca desigual dizia respeito à acumulação de riquezas por parte das nações que detinham produtos de grande valor agregado e de interesse do mercado cuja produção pudesse ser efetuada no modo capitalista. Segundo Caldwell, a partir da crise dos anos 1930, quando ganharia impulso o processo de Industrialização por Substituição de Importações³⁹⁴ – que seria transformado no modelo histórico de desenvolvimento da periferia – o capital estrangeiro foi instigado a se constituir na periferia, enfocando ali um mercado para as máquinas (bens de produção) produzidas com tecnologia dos países centrais. Desde então, esse processo garantiu procedimentos e métodos de produção qualitativamente inferiores, em padrões de produção específicos e dependentes (1979:80-81). Mesmo entendimento tinha Mandel, para quem, embora se tenha mudado as proporções desde o imperialismo clássico (1890-1940), a troca desigual é, no capitalismo tardio, uma das principais formas de exploração colonial, passando a produção de superlucros nas colônias a um papel secundário (1982:245). A tabela abaixo mostra como estava distribuído o mercado mundial de manufaturas.

393 Esta condição levou Chaunu (1971) a defini-lo como o ‘terceiro ladrão’. Hoje, os EUA são, de longe, o maior consumidor dos produtos primários do *agro business* da periferia capitalista.

394 Acerca, ver Tavares (1981).

Figura 49: Divisão das exportações de manufaturados (%)³⁹⁵

Países	1899	1913	1929	1937	1950	1967
Estados Unidos	11,7	13,0	20,4	19,2	26,6	20,6
Reino Unido	33,2	30,2	22,4	20,9	24,6	11,9
Alemanha	22,4	26,6	20,5	21,8	7,0*	19,7*
França	14,4	12,1	10,9	5,8	9,6	8,5
Itália	3,6	3,3	3,7	3,5	3,6	7,0
Japão	1,5	2,3	3,9	6,9	3,4	9,9
Outros	13,2	12,5	18,2	21,9	25,2	22,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* Dados só da Alemanha Ocidental.

Essa condição de relação semicolonial necessitou, inevitavelmente, da violência estatal para ser encetada, pois a fundação de mercados nos padrões propostos só poderia ser conseguida através da expropriação sumária dos nativos. Assim se deu e os principais bens de produção dos nativos – assim como sua força de trabalho – foram expropriados, rendidos por não mais possuírem meios de subsistência senão sob as relações de capital/trabalho.

Nesse sentido se desenvolveu uma relação de interdependência desfavorável à periferia, em que o valor dos produtos em que se especializaram os produtores da periferia nessa perversa divisão internacional do trabalho, é muito inferior se comparado com os desenvolvidos com tecnologia de ponta (no caso máquinas e equipamentos). Os produtores de matérias e artigos primários ficam à deriva dos preços de seus artigos, submetidos ao mercado internacional, ratificando o intercâmbio desigual nas relações centro/periferia (vejam-se tabelas 04 e 05), distintamente da condição dos países centrais do capitalismo, onde a produção da maioria dos produtos que industrializa é monopolizada.

Lens, fazendo alusão às desigualdades de intercâmbio entre as nações centrais e as periféricas, assegurava que esta condição agravava a crise que se abatia por sobre a América Latina dos anos 1960, levando a sua taxa de crescimento a cair para apenas 1%, enquanto entre os anos 1940 e 50 estivera num patamar de 3,5 %, em contraste com seu crescimento populacional que havia se dado a uma taxa de 2,8%. Afirmava que, o preço

das matérias-primas, de que dependia a renda da América Latina, estava em queda desde 1952 – o café, por exemplo, havia se desvalorizado pela metade em 1963. Dessa forma, os preços que a América Latina vendia para os Estados Unidos caíram, enquanto os preços dos bens de consumo que

395 Tabela organizada por Magdoff (1978:60), a partir de dados (até 1963) de Maizels, Alfred. *Industrial Growth and World Trade*. Cambridge, England, 1963. Esta fonte encontra-se atualmente na rede www, no seguinte endereço: <http://www.antiqubook.co.uk/boox/plu/PAQ91997.shtml>. Acessado em 15/05/2008. Dados de 1967, coletados em *National Institute Economic Review*, de fevereiro de 1968. Esta fonte encontra-se atualmente no seguinte endereço: <http://ner.sagepub.com/cgi/reprint/39/1/4>. Acessado em 15/05/2008.

importava da América subiram. Em 1954, um Major, trator fabricado pela Ford, podia ser comprado pelo equivalente a 22 touros uruguaios jovens, mas em 1963 custava o equivalente a 42 animais (2006:599).

Por outro lado, parte da ‘dependência’ estadunidense de produtos primários e matérias-primas diz respeito a materiais estratégicos constantes de um programa de acumulação de reservas, tanto industrial quanto militar, do governo daquele país. Tomando por exemplo o caso do minério de ferro, Magdoff afirma que, “em 1966 as exportações chegam a 43% dos 90 milhões de toneladas extraídas no país [porque] a exaustão dos depósitos domésticos de ferro de alta qualidade ocasionou uma ascensão espetacular do investimento no exterior”, causando à economia dos EUA uma dependência de fontes eficientes e mais ricas “no Canadá, Venezuela, Brasil e África” (1978:52-60). O objetivo desse processo não era apenas a exploração de fontes de matérias-primas mais lucrativas, mas, prioritariamente, seu mapeamento, com o intuito de controlar os produtos primários essenciais à indústria em geral – especialmente à bélica – como medida preventiva de contratempos futuros. É o que denominam reserva de capital.

De uma lista oficial de 62 materiais tidos como estratégicos, segundo Magdoff, pelo menos 52 dependem de 40% do fornecimento externo, sendo ainda que $\frac{3}{4}$ de todo o material importado pelos EUA advêm da periferia. Assim, as fontes de matérias-primas aparecem como fator de política externa, com o aparelho estatal totalmente comprometido com os interesses do capital monopólico de seu país. Não por acaso o surto de exportação de capitais do pós-II Guerra imprimiu nova dimensão à internacionalização do capital (Idem). A tabela abaixo comprova que, apesar dos produtos sintéticos que passaram a industrializar, os EUA tiveram ainda que aumentar sua demanda por materiais primários.

Figura 50: Evolução da dependência dos EUA em matérias-primas (%)³⁹⁶

	1950	1970
Bauxita	64	85
Estanho	77	98
Zinco	38	59
Potássio	13	42
Minério de ferro	8	30
Enxofre	2	15
Cromo		100

Como dito, esta conformação foi acatada pelas burguesias periféricas, com honrosas exceções. No seio do imperialismo, uma série de mecanismos funcionava de forma a co-optar

396 Mandel (1982:261).

os setores-chave da sociedade, operando sistematicamente com vistas a cimentar um modelo econômico definido pelos interesses do grande capital nas regiões periféricas do sistema, caracterizado por um padrão de interdependência sob o predomínio do setor primário da economia. Uma vez transformados esses países em exportadores de matérias-primas e mão-de-obra baratas, perpetuou-se a lógica do incentivo ao investidor estrangeiro no exterior e da inibição do investimento interno³⁹⁷. Nas franjas dessa troca desigual vicejavam instrumentos de maximização dos lucros capitalistas dos países centrais. Operações de transferência entre empresas subsidiárias ocultavam os lucros das multinacionais: preços superfaturados para as importações e subfaturados para as exportações. Mandel registra que, em países como México, Brasil, Argentina e Venezuela, cerca de 75% das subsidiárias aí implantadas exportaram seus produtos por cerca de 50% a menos que os preços recebidos pelas firmas locais por produtos similares (1982:247).

A maximização dos lucros na troca desigual diz respeito à exploração da força de trabalho que, reprimida por legislações trabalhistas – impostas a partir de generosos incentivos governamentais conseguidos através da corrupção – favoráveis à acumulação de capital tinham seu valor de mercado dentro do padrão de relações de produção semi ou pré-capitalistas. Este se constituiu outro mecanismo de acumulação capitalista onde se explicita, mais uma vez em primeiro plano no processo imperialista, a luta entre capital e trabalho, contradição que, em última instância, exige a intervenção estatal para sua acomodação.

Assim, o Estado burguês cumpre sua função no processo de reprodução das estruturas sociais e políticas de modo a facilitar a espoliação econômica (através agora da exportação de capitais). A ação estatal – levada a cabo por governos títeres capazes de manter a ordem na periferia – é solicitada, quer para viabilizar extorsiva tributação, cuja realização só pode ser feita através da espoliação absoluta dos trabalhadores, quer para subjugar estes sem que, para isto, necessite da presença ostensiva do dominador externo. Não é necessário salientar que a conta da manutenção de tal ordem é paga pelos contribuintes metropolitanos e pela espoliação dos proletários, máquinas de produzir desde a mais-valia relativa até a absoluta, tanto nas semicolônias quanto nos centros capitalistas, embora mais naquelas que nestes.

397 Segundo Emmanuel (1981:24-25) os agregados de matérias-primas e produtos manufaturados não correspondem exatamente aos termos da troca entre países centrais e periféricos. Desta forma, “as qualidades superiores de algodão do Egito e do Peru baixaram em quase 30% de 1957 a 1961, enquanto que, neste mesmo período, as qualidades inferiores do algodão dos EUA baixaram somente por volta de 11%.” Ao se analisar o fato de que, nos centros, a produtividade do trabalho aumentou a cada dia – o que deveria baixar os preços dos manufaturados – contrariamente à lógica do menor custo, os preços aumentaram, implicando uma mais rentável taxa de lucro.

Outro mecanismo utilizado para o escoamento de capitais da periferia para os centros são as transferências efetuadas pelas subsidiárias para as matrizes a título de pagamento de especialistas, técnicos e patentes. Enquanto os investimentos em infraestrutura facilitaram a expansão das relações capitalistas em regiões que as desconheciam até então, abrindo espaço para a penetração do capital, o desenvolvimento industrial operado pela Industrialização por Substituição de Importações seguiu, *pari passu*, os padrões estritamente capitalistas tradicionalmente operados pela divisão internacional do trabalho, que apostava contra o desenvolvimento de uma economia autônoma.

Mesmo tendo favorecido o crescimento da exportação industrial secundária nos países periféricos que adotaram o modelo ISI, os avanços técnico-científicos do período permitiram, em contrapartida, aos países centrais se especializarem na produção e exportação de bens de capital. Tal configuração ratificou a condição desvantajosa em que se encontrou, historicamente, a periferia nas relações internacionais, reproduzindo o mecanismo da troca desigual. O que foi “mudado” o foi para manter tudo no que estava. Desse ponto de vista, infere-se que as novas tecnologias ofereceram referências e abriram perspectivas e oportunidades para a concentração de poder econômico às indústrias capitalistas nacionais, mas não foram as responsáveis diretas pelas tendências monopolistas que acompanharam os grandes conglomerados.

A condição agroexportadora sustentada historicamente pela periferia, em contraste com a condição de produtores de tecnologia de ponta por parte dos países centrais do capitalismo, ratifica e reproduz a troca desigual enquanto instrumento de extração de excedentes econômicos segundo os interesses do capital monopólico. Esta herança funesta nada tem a ver com o destino ou com a sua cultura, como quer o *establishment*. Ao se revisitar a história recente dos anos 1960 para cá, percebe-se uma linha de conexão entre os atuais interesses imperial-capitalistas e os das classes dominantes nativas. Ao longo dos anos 1960-70, a América Latina testemunhou décadas de progressivo ataque desses atores contra governos populares, levando à sua substituição por ditaduras militares que instalaram aparelhos estatais extremamente repressivos, barrando avanços e conquistas dos movimentos sociopolíticos que impunham limite à acumulação capitalista de então.

Através da política do dólar (Aliança para o Progresso), auxílio técnico e programas de treinamento militar (Academia de *West Point*), apoio ideológico (Doutrina da Segurança Nacional), etc., o capital monopólico – vale dizer estadunidense – ampliara seu raio de ação, ainda no âmbito da Guerra Fria, fazendo com que a repressão ao ‘inimigo interno’ fosse

levada a cabo pelas classes dominantes nativas. Claro que esse processo sofreu contestação ferrenha por parte da resistência das classes trabalhadoras, mas nada que pudesse impedir os rumos do capital-imperialismo. Nesse sentido, experiências revolucionárias podem ser citadas, como a Revolução Cubana, a Guerra do Vietnã, a experiência socialista da Unidade Popular chilena, a Revolução Sandinista nicaraguense, etc., que buscaram viabilizar reformas sociais profundas, mas que não abalaram as estruturas centrais do capitalismo. Inegavelmente, a relação centro-periferia se cristalizara em conflitos paradoxais nesse período.

Nessa dinâmica, os anos 1980 podem ser entendidos enquanto de contra-ataque do império, registrando-se operações de diversos calibres³⁹⁸ com o fito de, internacionalmente, manter o sistema político e econômico internacional sob a hegemonia da burguesia estadunidense e, internamente, o *status quo* de dependência que afiança o capital monopólico internacional no usufruto dos mais dinâmicos setores da economia periférica. A supremacia militar foi o que restou às classes dominantes locais e ao imperial-capitalismo.

Assim, tanto o militarismo quanto a “vocação” para o agronegócio diz respeito à conformação do capitalismo na região, pelas necessidades sistêmicas de produtos primários para o capital industrial internacional no processo de acumulação capitalista; o militarismo garante a organização de Estados Nacionais capazes de corresponder aos interesses capitalistas nativos e imperiais, marcando a condição em que a periferia foi inserida no processo de transnacionalização capitalista. No todo, o mecanismo da dívida também foi um histórico instrumento de dominação nas relações internacionais.

A dominação pela dívida

A dívida externa, histórico instrumento de controle das economias nacionais periféricas, representa o protagonismo do capital estrangeiro no processo de acumulação/dominação da América Latina. Origina-se da dependência da produção de tecnologia – fruto da condição imposta pela lógica das ‘vantagens comparativas’ – das fontes de crédito e de investimentos, assim como da ‘troca desigual’ da qual, insistentemente, falava Emmanuel. No entanto, o essencial da dívida e do seu crescimento encontra-se no teor ininterrupto do pagamento de altas taxas de juros e serviços, que mantém a região constantemente descapitalizada e eternamente dependente.

³⁹⁸ Formação de grupos contrarrevolucionários, compostos de mercenários de aluguel (caso Irã-Contras, no governo Reagan), operações envolvendo instrumentos de informação estadunidense, intervenções armadas (Granada e Panamá), etc.

Para Magdoff, a dependência dos países exportadores de alimentos e matérias-primas aos centrais também resultam em dependência financeira. As flutuações na demanda desses produtos criam déficits frequentes, que são financiados junto ao país credor. O serviço da dívida – juros, amortizações e demais encargos financeiros – indexa parte da produção futura para esse fim, deixando uma lacuna na importação de produtos realmente necessários à economia local. Quando não, o país tem que recorrer a empréstimos adicionais, eternizando um ciclo de dependência econômico-financeira (1978:168). Para muitos dos países da região, ela aparece como o instrumento por excelência de absorção de suas riquezas, tragando aqueles destinados a setores vitais da população, como educação, saúde, segurança pública e moradia. Isto sem contar que inviabiliza todo e qualquer plano de desenvolvimento econômico. Tanto que, no Relatório das Nações Unidas se estabelece, por norma geral, limites para a relação dívida/exportações, onde a primeira não deve absorver mais que 25% da segunda:

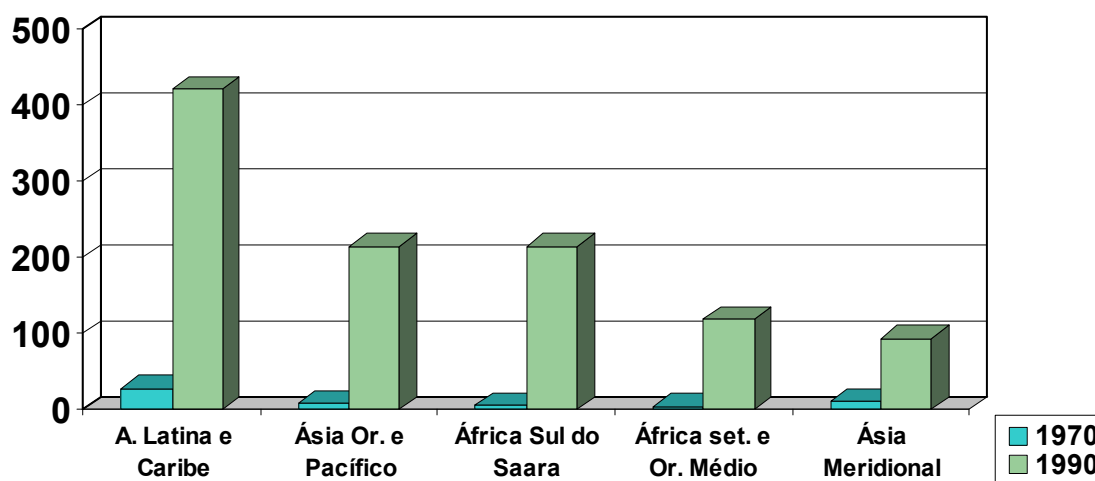
Por término medio, la relación de deuda total a exportaciones es de aproximadamente el 170% respecto de todos los países en desarrollo. En lo que hace la América Latina y el Caribe, es del 275%, y en cuanto a los países de bajos ingresos de África, representa el 415%. Algunos países (Guinea Bissau, Mozambique, Myanmar, Nicaragua, Somalia, Sudán) tienen unas deudas que se aproximan al 1.500% de sus ingresos anuales de exportación, o lo superan³⁹⁹.

Na América Latina, a dívida externa é um mecanismo que se retroalimenta por novos aportes de capitais destinados ao pagamento dos próprios juros que gera, transformando tal endividamento em obrigação insustentável e em instrumento de servilismo da região aos interesses dos países capitalistas centrais. Para se ter uma ideia, no ano de 1990, das 21 nações da região apenas quatro estavam adimplentes com relação aos pagamentos da dívida dos credores privados; em fins de 1989, em relação à dívida com as instituições multilaterais (BM e FMI), oito países estavam atrasados com o BM e 11 com o FMI⁴⁰⁰.

399 NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global. Informe del Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990, pg. 23.

400 Idem.

Figura 51: Movimento da dívida externa por região (1970-1990) em US\$ bilhões⁴⁰¹



A tabela acima oferece uma visão do crescente volume da dívida em nível mundial, onde América Latina e Caribe lideram o *ranking*, tendo o crescimento de sua dívida saltado, em apenas 20 anos, de US\$ 27,9 bilhões para 420,2 bilhões, mesmo pagando parte de seu total. Os dados das demais regiões constam de: Ásia Oriental e Pacífico, de US\$ 8,4 bilhões para 214,3; África ao sul do Saara, de US\$ 5,8 bilhões para 143,7; África Setentrional e Oriente Médio de US\$ 4,4 bilhões para 118,8; e Ásia Meridional, US\$ 11,6 bilhões para 93,3.

A concentração/centralização de capitais que se estabelece nesse processo – quer intra ou interpaises – não é linear, sendo o modo de funcionamento nacional uma extensão do internacional, resguardadas as devidas dimensões. O mecanismo da dívida externa, através da sangria por ela proporcionada a título de juros e serviços, garante posições privilegiadas aos países centrais do sistema, em contrapartida às péssimas condições de vida para os países devedores. A partir do controle da dívida, as nações ricas impõem políticas econômicas perpetuadoras do *status quo*, garantindo a manutenção dos benefícios auferidos por elas nas relações interpaises, de forma a coincidir os índices socioeconômicos desalentadores com os países endividados. Levando-se em conta a posição em que se situa a economia nacional na divisão internacional do trabalho, os países periféricos, pelo ônus da dívida e por centrar-se mais nos âmbitos do capital industrial e comercial (produção e exportação de matérias-primas e artigos primários), quando se relacionam no campo interpaises, o fazem de forma desigual.

Através de relações que se estabeleceram por meio de políticas econômicas estatais favorecedoras do capital monopólico internacional, as classes dominantes dos países centrais do sistema – principalmente a fração burguês-financeira – acabaram por dominar o espectro

401 Ibidem: 21.

da economia mundial. Nessa lógica, consolidou-se o *hegemon* estadunidense, subsidiado pelas principais instituições ‘multilaterais’ que controlam, atualmente, a acumulação capitalista em escala mundial, as chamadas IFI’s, localizadas em seu espaço político e econômico.

Nesse sentido, toda a recomposição capitalista do pós-guerra constitui não apenas uma questão econômica, mas também política, social, cultural e ambiental, nunca detectada em sua totalidade pelos dados estatísticos da macroeconomia. Política pela relação de poder, domínio, evidenciada nas diretrizes político-econômicas às quais as economias periféricas têm que se submeter, como é a atual sujeição de produção de superávits primários; social pelas consequências que produzem na sociedade; ambiental pelos limites do ecossistema à acumulação nos atuais padrões; e cultural pela imposição de uma forma mercadológica de refletir a sociabilidade humana em todas as esferas.

Assim é que qualquer tentativa de compreensão da crise por que passa a economia mundial e, em especial a latino-americana no último quartel do século XX, necessariamente deve começar pelo problema da dívida externa, mesmo que tenha sido reconhecida como de proporções de crise apenas em 1982 – quando a quantia devida pelo conjunto dos países então denominados do Terceiro Mundo aos ricos atingiu a magistral cifra de meio trilhão de dólares americanos e a da América Latina e Caribe, em 1988, atingia quase meio trilhão⁴⁰².

O problema da dívida externa latino-americana é histórico. Ele se precipita com maior arrojo na década de 1970, com a emergência da crise econômico-monetária anteriormente referida, mas vem desde os anos 50. Hinkelammert afirma que, em

1950, a dívida externa da América Latina era, aproximadamente, um terço das exportações de bens; em 1960, representava 1,34 dessas exportações e, em 1970, chegou a 1,7 delas. Em 1984 superou em 3,5 vezes esse nível. Entre 1950 e 1970 a dívida externa subiu mais de onze vezes, ao passo que entre 1970 e 1984 aumentou quatorze vezes. Entre 1960 e 1970 a dívida externa subiu de 12,6 bilhões de dólares para 28,9 bilhões, o que representa um aumento de 230%. (...) De 1974 até 1984 subiu de 58 bilhões para 360 bilhões, o que representa um aumento de 620%. Em termos reais, equivale a um aumento de 280%. (...) Já em 1973, antes da crise do petróleo, era duvidosa a capacidade de pagamento da América Latina de sua dívida – já extremamente alta neste tempo – dada a relação entre dívida e exportações de bens de 190% para a média da América Latina (1989:13-14).

O início do balanço da dívida externa latino-americana, tal qual retratado didaticamente por Hinkelammert, detecta, ironicamente que, ao mesmo tempo em que os

402 Ibidem, 22.

países centrais do capitalismo viviam seus ‘anos dourados’, a América Latina – e com ela toda a periferia – pagava a conta. De lá para cá, a história da espoliação imperialista se configuraria, no âmbito das relações interpaisés, na eleição do mecanismo da dívida externa como principal instrumento de espoliação/acumulação, como mostram os números do quadro a seguir.

Figura 52: Crescimento da dívida externa da América Latina entre 1950 e 1985⁴⁰³

Ano	Dívida Externa (mi de US)	Ano	Dívida Externa (mi de US)
1950	2.311	1968	22.282
1951	3.186	1969	25.398
1952	4.547	1970	28.861
1953	4.547	1971	32.844
1954	5.007	1972	38.772
1955	5.487	1973	44.920
1956	7.458	1974	54.770
1957	9.162	1975	68.465
1958	9.885	1976	88.770
1959	11.302	1977	99.331
1960	12.634	1978	121.623
1961	13.560	1979	146.256
1962	15.021	1980	182.940
1962	16.083	1981	244.160
1964	17.297	1982	288.238
1965	17.389	1983	323.235
1966	18.234	1984	350.271
1967	20.208	1985	359.225

Segundo Hinkelammert, desde 1950 até 1982, a América Latina, vista como região, financiava os serviços da dívida através de novos empréstimos (1989:15). Essa prática denunciava, desde aqueles tempos, que a dívida externa da região tinha, como principal característica, ser impagável dentro das condições em que se engendrava. Tomando como base as duas maiores dívidas externas da região (Brasil e México), observa-se que o percentual transferido pelo Estado burguês para as camadas mais pobres dessas sociedades diminuía, ao passo que aumentara na outra ponta. Dizia McNamara, em discurso pronunciado na UNCTAD, Santiago do Chile, em 1972 que, no Brasil, durante a década de 1960, “a parcela da renda nacional recebida pelos 40% mais pobres da população declinou de 10 por cento, em 1960, para oito por cento em 1970, ao passo que a parcela dos cinco por cento dos mais ricos cresceu de 29 para 38 por cento” (apud SAMPSON, 1981:309). No entanto, independentemente de todo e qualquer aspecto, quer econômico, social ou político

403 Elaborado por Hinkelammert (1989:109-110).

(este extremamente desastroso, tendo sido sustentado pelas ditaduras militares), o crescimento da dívida externa se dava automaticamente, na lógica do sistema financeiro internacional formatado no pós-II Guerra. Levando em conta os problemas inerentes ao uso de analogias, a seguinte pode ajudar no sentido de percepção do tamanho do problema. Diz Hinkelammert que

todo o Plano Marshal para a Europa, entre 1948 até 1951, foi de 14 bilhões de dólares de seu tempo, o que em preços atuais seriam cerca de 70 bilhões. Entre 1982 e 1986 a América Latina transferiu excedentes para os países do centro numa quantia equivalente a um Plano Marshal e meio, quer dizer, cada três anos um Plano Marshal inteiro. Contudo, mesmo fazendo isso, não pôde deter sequer o aumento da dívida, a qual subiu quase o mesmo tanto. Pagando tudo isso, a América Latina cobriu apenas a metade do que deveria ter pago (sic) (1989:16).

Esse descalabro é fruto de parte do processo de financeirização da economia (monetarismo), deslançado pelo sistema capitalista do pós-II Guerra, e que, com a crise capitalista gerada nos anos 1970, recuperaria força nas políticas neoliberais dos 1980. Quando da crise capitalista emergida a partir de finais dos anos 1960 e início dos 1970, a economia latino-americana pautava-se, na concepção dos países centrais do sistema – os proprietários da dívida da região –, mais numa perspectiva do eixo ‘mercado’, buscando explicar a questão da dívida como fruto da transferência de capitais com o fito de investimento nas colônias. Hinkelammert afirma que isto não acontecia. Para explicar, toma por referência a balança comercial inglesa do período 1870-1928. Exibindo dados, mostra que esta teve um desempenho negativo, numa ininterrupta operacionalidade de contínua importação de excedentes manifestada a partir de seus domínios e de financiamento dos investimentos a partir da poupança interna onde se dava a colonização, não havendo aporte inicial de capitais (1989:22). Por este raciocínio – e aqui ele é tomado como ponto de partida – o que passou à história como investimento de capitais na periferia sistêmica é, nada mais do que a apropriação da poupança interna das ex-colônias e ali reinvestida.

A dívida, nesse sentido, não se constitui apenas na dominação econômica, mas também política, onde a obrigação gerada pelo débito cristaliza a relação de poder centro/periferia, sendo o instrumento, por excelência, da atual concentração/centralização de capital. Os serviços da dívida e os gastos militares (estes principalmente entre os anos 1970-80) foram (são) os principais ralos por onde escoam as riquezas produzidas socialmente pela América Latina. O agravante político-econômico da dívida é que ela “não tem nada a ver com

a poupança dos países do centro investidas na América Latina”, tendo a região transferido para os países do centro, até 1985, mais excedentes do que havia recebido nesse período (HINKELAMMERT, 1989:44).

Dessa forma, a dívida latino-americana está umbilicalmente vinculada ao domínio do capital financeiro, a taxas de juros irracionais (porque impagáveis) e à deterioração dos termos de intercâmbio internacional. Nesse sentido, a presença do capital estrangeiro na região representa, exatamente, o contrário do que tenta passar a ideologia dominante: de impulsionador do desenvolvimento. Sua ação na região representa, historicamente, uma situação exatamente inversa, sendo o maior obstáculo a qualquer desenvolvimento autônomo.

Segundo Hinkelammert, a dívida não se explica pelos movimentos da balança comercial. Se pudesse ser explicado pela relação importação/exportação, como equacionar o fato de a dívida externa ter aumentado substancialmente entre os anos 1950-86, quando as exportações da região tiveram um saldo positivo de US\$ 60 bilhões, após pagarem todas as importações. A dívida se explica pelos movimentos do Balanço de Capitais (transferência de utilidades dos IED's – Investimentos Externos Diretos), financiados por créditos, oriundos das próprias poupanças internas transformadas em capital estrangeiro (1989:45-48). Estes argumentos ratificam a tese da automação da dívida externa latino-americana, assim como desmitificam seu papel desenvolvimentista. Corroboram com eles os dados das próprias Nações Unidas, quando afirmam que

los propios países en desarrollo aportan la mayor parte del capital para financiar su crecimiento económico e social. Los fondos proceden sobre todo de sus ingresos del comercio internacional y de sus propios ahorros. En el período de 1971 a 1977 los países en desarrollo exportadores de petróleo financiarán más de 80% de su desarrollo con cargo a esas fuentes internas⁴⁰⁴.

A fórmula clássica da extorsão é o desvio de recursos destinados a projetos sociais (saúde, educação, segurança e combate à pobreza), o que leva, conseqüentemente, à obstaculização de qualquer plano de desenvolvimento econômico autônomo. Hinkelammert é didático quando diz que os juros da dívida, durante os anos 1960,

aumentam muito mais em relação aos bens, para sobrepujá-los, a partir de 1972, que é o primeiro ano em que se transfere mais por conta dos juros que

404 NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global*. Informe do Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990, pg. 35.

por conta dos bens. Desde 1972, os juros pagos ultrapassam muito os bens transferidos e, em 1984, os juros pagos já representam quase 14 vezes mais que as utilidades transferidas. (...) [de forma que] a dívida externa dos anos 70 é autogerada a partir dos serviços da dívida derivados dela (1989:23).

A hegemonia do capital financeiro sobre o industrial mudara o padrão sistêmico de riquezas reproduzido por corporações e organizações financeiras, num entrelaçamento estrutural que deu ênfase à monetarização da economia – sobretudo com a reestruturação da dívida externa da América Latina de fins dessa década – em detrimento do capital industrial. Esse processo autogerador a que Hinkelammert se refere capitaliza a parte dos juros que as economias latino-americanas não conseguem pagar, somas que se juntam aos empréstimos aos quais tinha que se submeter para não deixar inadimplentes os serviços da mesma.

A forte concentração de rendas que tal dinâmica desencadeou desestabilizou as economias periféricas e dotou de poderes extremos as IFI's, que aproveitaram a situação para levar a cabo intervenções econômicas, políticas, diplomáticas e militares, dando o caldo da cultura imperialista que entrelaçou todos esses setores⁴⁰⁵. Essa foi a forma em que o sistema financeiro internacional operou para extrair excedentes (superlucros) da periferia através do mecanismo da dívida, ignorando o antidesenvolvimentismo que tal dinâmica imprimia na região.

Nos anos 1970, com a crise do petróleo, as economias periféricas passaram a necessitar de aportes financeiros capazes de fazer frente aos aumentos sofridos pelo produto e suas consequências (aumento estrondoso da inflação e dos custos produtivos) e assim manterem estáveis suas exportações/importações. Na outra ponta da crise estavam os produtores desta *commodity*, organizados no cartel da OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), cheios de petrodólares, a abarrotarem os cofres dos bancos europeus e estadunidenses. Estes, por sua vez, encontravam-se ávidos por reciclar tais dólares, sob pena de não poderem pagar a seus clientes. Nesse contexto, ironicamente, a crise do petróleo adiará a crise econômica da dívida, cuja dinâmica já dava sinais de cansaço ainda durante os regimes ditatoriais defensores dos interesses do grande capital na América Latina. Segundo Hinkelammert, a América Latina e o Caribe receberam, entre os anos 1979-81, uma segunda onda de empréstimos vindos do Oriente Médio através dos bancos ocidentais, provocando uma elevação na dívida latino-americana em cerca de 100 bilhões de dólares (1989:23). Em

405 O Haiti, ocupado por tropas da ONU e governado atualmente por IFI's, e que teve solapado seu governo eleito dentro dos padrões legais da democracia burguesa, é um eloquente exemplo.

1980, só o Brasil devia US\$ 60 bilhões, a maior parte a bancos comerciais, como o Citibank (SAMPSON, 1981:292). Para Sampson, o Brasil era

o colosso entre os países em desenvolvimento, com uma área de terra maior que a dos Estados Unidos e metade da área total da América do Sul. Sua população, [à época, em] 120 milhões, vem duplicando a cada 25 anos; seu produto nacional bruto é o décimo maior do mundo; produz a maior safra de café do planeta, uma safra de soja que perde apenas para a americana e um terço de todo o ferro deste nosso globo. (...) Mas as dívidas externas do Brasil só podem ser pagas com exportações que produzam divisas. Em 1979, mais de três quartos dessas exportações foram empregados no serviço da dívida (Idem, 292-293).

Cabe ressaltar que tão alto índice dívida-serviço, para os bancos em geral, pelo grau de risco que implica, já era tido como inconcebível. Numa relação tão estreita de compromisso de pagamento, qualquer oscilação mais forte punha em risco a estabilidade da dívida, assim como sua própria exequibilidade. Nesta condição não estava apenas o Brasil, apesar de ser a maior dívida da história dos bancos (SAMPSON, 1981:22), mas praticamente toda a periferia do sistema. E assim foi que, com a segunda onda da crise do petróleo, a América Latina tornou-se uma região-problema em termos sociofinanceiros. De 1982 até 1986, a crise sistêmica não dispunha mais dos atenuantes petrodólares que, durante a primeira tensão energética, varreram o problema da dívida para debaixo do tapete.

Assim, desde inícios dos anos 1980 as Instituições Multilaterais vinham reduzindo seus empréstimos aos PED's, de forma que os países devedores reembolsavam mais recursos aos credores do que recebiam. Nesse sentido, o ano de 1982 seria emblemático para a questão da dívida na América Latina, quando a crise começou a extravasar o seio mesmo do capitalismo central, emergida como recessão econômica, representada por uma redução das atividades industriais cujo efeito colateral atingiu, em cheio, o comércio mundial, fazendo cair os preços da maioria das *commodities*. Como qualquer ameaça ao comércio diz respeito às economias periféricas – especialistas em produtos primários e matérias-primas que se realizam no mercado internacional – elas foram atingidas diretamente. Sintomático foi o primeiro evento que desfraldou, publicamente, o que seria denominado 'crise da dívida'⁴⁰⁶: a

406 Para Hinkelammert, o que se denomina 'crise da dívida' trata-se mais de uma crise do sistema financeiro internacional. Aliás, para ele, existe uma crise que é tríplice, envolvendo o sistema financeiro internacional, o capital estrangeiro e o sistema de mercados mundial, podendo ser sintetizada na primeira, que é a base das demais. Assim, a crise da dívida só desaparecerá com o fim do atual sistema financeiro internacional, pois este atua, através do capital estrangeiro, nas estruturas do mercado mundial (1989:44).

declaração do então governo mexicano de que era impossível continuar arcando com o ônus do serviço de sua dívida externa.

Com a recessão, os países industrializados reduziram suas aquisições, o que implicou, para a periferia, dois problemas: queda em suas exportações e, conseqüentemente, uma crescente dificuldade de pagamento dos serviços da dívida, cuja vinculação com suas exportações se encontravam já num patamar comprometedor. Para piorar a situação dos países devedores, muitas de suas dívidas eram calculadas em taxas de juros flutuantes, atendendo às oscilações do mercado interno estadunidense que, naquele ano fatídico, tiveram um incremento em 20%, imprimindo, assim, a todas as dívidas contraídas nos bancos comerciais um aumento concernente ao mesmo índice. O Relatório das Nações Unidas calcula que, “por cada incremento de un 1% de los tipos de interés se añaden 5.000 millones de dólares a los costos del servicio de la deuda”⁴⁰⁷.

Fato é que os países periféricos se viram, cada dia mais, impossibilitados de pagar os serviços da dívida. Entre renegociações e reescalonamentos, tanto a dívida quanto seus serviços tornavam-se cada vez mais distantes de serem quitados. Parece que a história, mais uma vez, dava razão a Marx quando dizia que, num “sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, com corrida violenta aos meios de pagamento” (1983b: 28).

Entre os anos 1983-86, a região transferiria para os países centrais, a título de serviços da dívida, a quantia de US\$ 110 bilhões, valores que, apesar de estratosféricos, não cobriam nem mesmo a totalidade de seus juros. Em consequência, entre 1982-86, a dívida cresceu cerca de US\$ 100 bilhões. Um exemplo bem atual – quarenta anos após – mostra a perpetuação desse mecanismo: no Brasil, país que, entre janeiro e julho de 2008, poupou – a título de *superávit primário* – quase R\$ 100 bilhões, não conseguiu pagar sequer os juros da dívida⁴⁰⁸. Dispensável dizer, do mecanismo da dívida, que é impeditivo de qualquer possibilidade de desenvolvimento, pelo fato de custar boa parte das divisas regionais, proveniente de suas exportações, assim como a destruição das frágeis redes de segurança

407 NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global*. Informe do Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990, pg. 29.

408 Acerca, ver “País poupa quase R\$ 100 bi para pagar juros, mas quantia é insuficiente”. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/08/27/ult4294u1630.jhtm>. Acessado em 02/09/2008.

social⁴⁰⁹, além do não-provimento da deteriorada infraestrutura produtiva. Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), somente na década de 1980, nos

*37 países más pobres del mundo, los gastos per capita en salud se redujeron en casi un 25%, y en educación en casi un 50%. El caso de Tanzania revela cómo la deuda puede ser directamente responsable. En 1975-76 los pagos de la deuda representaron sólo el 7% de los gastos oficiales, mientras que la educación e la salud representaban el 14% y el 7% respectivamente. Para 1977-88, los pagos de la deuda se habían triplicado en términos reales, hasta llegar al 34% de los gastos, mientras que los de educación y la salud habían descendido en términos reales a poco más de la mitad de sus montos anteriores.*⁴¹⁰

A questão da dívida, na década de 1980, foi tão crítica que os resultados operados, mesmo nos países ricos, foram traumáticos. Nessa lógica, à medida que a dívida crescia, inviabiliza-se o desenvolvimento social e o crescimento econômico do devedor e, ao mesmo tempo, o incapacitava do pagamento das obrigações contraídas. Gorender chamou a atenção para o fato de que, nos 24 países associados da OCDE – os mais avançados industrialmente no mundo – registrou-se, no segundo semestre de 1982,

uma taxa de desemprego de 9,0% da força de trabalho total, o equivalente, em números absolutos, a 31,75 milhões de trabalhadores. Somente nos Estados Unidos, neste mesmo período, o desemprego atingia 10,0% da força de trabalho do país, com cerca de doze milhões de operários fora do trabalho. (...) O aumento extraordinário da capacidade ociosa do aparelho produtivo e o desemprego maciço também se alastraram nos países capitalistas recém-desenvolvidos, como o Brasil, e nos subdesenvolvidos em geral (1983:63).

Nesse grupo, durante as décadas de 1980-90, as dívidas públicas também subiram, ao ponto de ultrapassarem, em 1995, a soma de US\$ 13 trilhões. Contudo, recorrer ao endividamento público não foi uma prática financeira apenas da periferia do sistema. No mesmo passo seguiu a economia da maior potência mundial então, os EUA, onde

a dívida pública cresceu cinco vezes durante o período Reagan-Bush (US\$ 5 trilhões, em 1996). O acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do

409 Atualizando os dados e tomando como referência o Brasil, ao mesmo tempo em que o governo de Lula da Silva apresentava estatísticas de superávits primários, o orçamento nessa rede era cortado. Em fevereiro de 2007, o governo anunciava cortes de mais de R\$ 5 bilhões no orçamento da Saúde; o Ministério dos Transportes cortaria 22,9%; o do Turismo 77,3%; o do Ministério das Cidades, 59%; e o das Minas e Energia, 38,4%. Acerca, ver “Orçamento da saúde 2007 (1/2): Cortes além do esperado”. Disponível em <http://www.ensp.fiocruz.br/radis/56/02.html>. Acessado em 06/09/2008.

410 NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global*. Informe do Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990, pg. 27.

Ocidente, por sua vez, conferiu aos interesses financeiros e bancários não só uma “alavancagem política”, mas também o poder de ditar a política social e econômica do governo (CHOSSUDOVSKY, 1999:14)

No que se refere especificamente à América Latina, a década de 1980 foi especialmente marcante, pela sua histórica inserção na divisão internacional do trabalho e pela inclemente exigência de pagamento da dívida quando a sociedade já não tinha mais de onde tirar excedentes. Tanto é que, em 1985, uma campanha pública de discussão do assunto foi deflagrada na região, tendo destaque a figura do Comandante-em-chefe cubano Fidel Castro. Para ele, a dívida levava à extrema dependência da América Latina em relação aos bancos internacionais e aos proprietários da mesma, a burguesia dos países ricos. Ela era impagável, afixava através de quatro hipóteses⁴¹¹.

Ao mesmo tempo em que o capitalismo central vivia seu *boom* de especulação financeira (acerca, ver BRENNER, 2003), a região viu desenrolar-se uma crise regional consubstanciada no ‘colapso da dívida externa’, que acabaria por colocar em xeque o modelo de crescimento econômico dependente de empréstimos externos que vigorava desde o fim da II Guerra Mundial. A dívida externa da região, calculada em US\$ 231 bilhões, continuou a ser o grande ralo por onde escoava grande fluxo de capitais, a título de juros aos países ricos. O endividamento, em relação ao PIB, saltou de 17%, em 1973, para 31%, em 1981⁴¹². Em 1987, atingia o patamar inimaginável de 57% do PIB da região, como citado anteriormente. Exemplo significativo disso foi o México. A dívida externa mexicana que, em 1980 alcançava a cifra de 57.378 bilhões de dólares, em 1995 quase que triplicou, atingindo a astronômica cifra de US\$ 167.743 bilhões, o que representava, nesse mesmo ano, 69,9% do Produto Nacional Bruto⁴¹³, levando seus serviços a uma franca ascensão (quase duplicado) entre os anos 1981-1994. Veja-se o Quadro 01.

Figura 53: México – INDICADORES MACROECONÔMICOS
Taxas de crescimento anual (média). (%).

Indicadores Econômicos	1963-1970	1971-1981	1982-1994*
Pib Real	6.9	7.0	1.7
PEA	1.7	4.1	3.6
Serviço da Dívida	2.3	3.3	5.5

* Cifras preliminares.

411 Acerca, ver *O cancelamento da dívida externa e a nova ordem econômica internacional como única alternativa verdadeira*. Entrevista com Fidel Castro. Brochura publicada pela Unidade Operária, agosto de 1985.

412 Dados do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 1997*. Washington: Banco Mundial, 1997, p. 257.

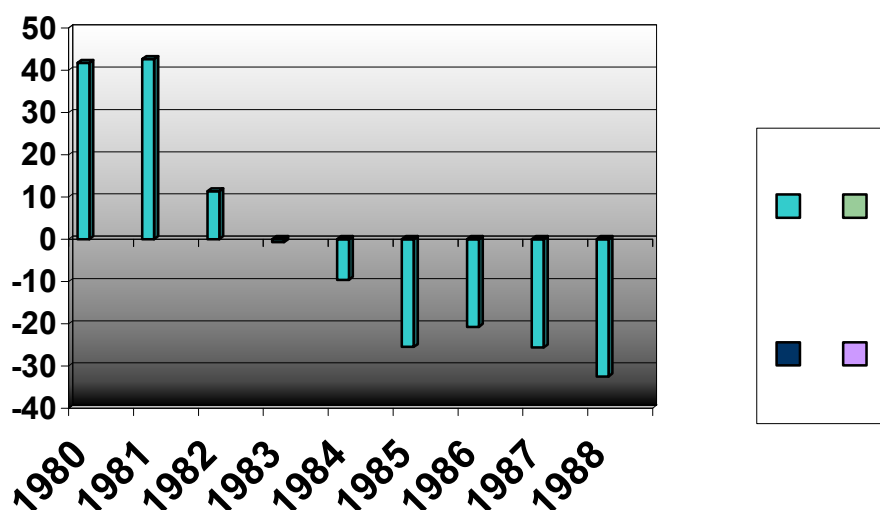
413 Idem.

Assim foi que, a título de ‘equilíbrio fiscal’, as economias periféricas – a América Latina em especial – passaram a década de 1980 produzindo exclusivamente para as economias centrais, atadas às extorsões dos serviços da dívida, transferindo grandes montantes do setor produtivo para o especulativo e, em termos internacionais, dos Estados Nacionais periféricos para os centrais. Esse processo acabou intensificando na periferia – como a história testemunhou – uma sangria de capitais que teve como consequência uma década inteira de produção perdida e o consequente agravamento de seus problemas sociais. A partir de 1982, os credores passaram a cobrar a dívida, contando com os fortes aparelhos repressivos dos Estados subservientes ao *hegemon* mundial. Nessa década, não só foram reduzidos os empréstimos advindos das instituições multilaterais, como também aumentaram os pagamentos por parte dos países endividados. Em

*1988 disminuyeron los préstamos del Banco Mundial, al mismo tiempo que se escalaban las amortizaciones de los deudores y sus pagos de intereses y otros cargos. (...) Tanto en 1986 como en 1987, el África al sur del Sahara pagó al FMI 500 millones de dólares más de lo que recibió el continente en nuevos créditos, en 1988 pagó 250 millones de dólares, y en 1989 pagó 460 millones de dólares.*⁴¹⁴

A tabela abaixo mostra os aportes e a transferência líquida de capitais nos/dos países periféricos entre os anos 1980-88.

Figura 54: PED's – Transferência líquida de capitais (1980-88)⁴¹⁵



414 NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global*. Informe do Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990, pg. 37-38.

415 Fonte: Nações Unidas: *Estudo Econômico Mundial*, 1988. Publicado pelo Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas. Inclui inversões diretas públicas, empréstimos privados e oficiais.

Coincidem com esse período as primeiras menções a ‘ajustes estruturais’, por parte do FMI e do BM. Faziam parte deste cenário as reformas exigidas pelos setores liberais, aludindo a mudanças estruturais das relações centro/periferia, principalmente no que dizia respeito à América Latina. A burguesia internacional, frente ao quadro de crise, tratou de forjar uma nova imagem da relação capital-trabalho, apropriando-se de categorias caras à esquerda, sob roupagens liberais para ensaios de reformas contrarrevolucionárias.

Uma vez tendo blindado ideologicamente o sistema mundial, o *establishment* imperial elegeu os EUA como polícia planetária responsável por resguardar o *status quo* capitalista, já que se tratava da única potência detentora de armas capazes de fazê-lo: uma moeda de livre trânsito e credibilidade no mundo todo (o dólar) e um Estado sofisticadamente militarizado cujos inimigos encontravam-se debilitados e desarticulados. Nesse sentido, já em 1985, o Secretário do Tesouro dos EUA propôs um conjunto de medidas econômicas, conhecido como Plano Baker⁴¹⁶ que, supunha-se, debelaria a crise.

Uma vez o Plano não tendo surtido o efeito propagado, a dívida continuou a crescer desenfreadamente, mesmo sob as pressões do FMI e do BM. Em 1989, novas medidas foram tomadas, agora sob a nomenclatura de Plano Brady⁴¹⁷. Essencialmente, o Plano incentivava os bancos credores a reduzirem parte das dívidas através de mecanismos de mercado, como a emissão de obrigações comerciais. Nesse sentido, incumbiu-se o FMI, o BM e os bancos regionais de desenvolvimento do financiamento de políticas de ajustes macroeconômicos na periferia, numa demonstração explícita da hegemonia estadunidense.

Tais ajustes incluíam, na perspectiva do Consenso de Washington, a liberalização dos fluxos de capitais e mercadorias, a flutuação do câmbio, o combate à inflação, o equilíbrio do balanço de pagamentos, políticas de juros altos para encorajar o investimento externo, e, principalmente, a reforma do Estado. Os empréstimos estariam condicionados a reformas que garantissem a submissão das economias periféricas às draconianas condições impostas pelas instituições ditas supranacionais como FMI e BM. Em suma, a reestruturação das dívidas com os organismos financeiros internacionais buscavam entregar às IFI's o controle do implemento das medidas que seriam conhecidas como neoliberais.

416 Em alusão ao Secretário do Tesouro dos EUA, James Baker III. Representou, para a América Latina, o controle e a imposição, por parte dos credores, de um ajuste estrutural recessivo que transferia o aval do pagamento das dívidas privadas para o Estado, como imposição de reescalonamento da mesma. Mais uma vez o Estado cumpriria seu papel na transferência das riquezas produzidas socialmente para o setor privado.

417 Em referência ao Secretário do Tesouro dos EUA nas gestões de Ronald Reagan e George Bush, Nicholas F. Brady. O Plano foi arquitetado buscando contornar a crise de liquidez que grassavam as economias periféricas. Participaram de sua rodada inicial Argentina, Brasil, Bulgária, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Marrocos, Nigéria, Filipinas, Polônia e Uruguai.

Este cenário jogou nas mãos do sistema financeiro internacional o futuro da região, reproduzindo assimetrias tipicamente imperialistas de tempos ainda não *globalistas*. Tal condição de subserviência das economias nacionais causou dificuldades enormes às gestões monetárias por parte dos Bancos Centrais periféricos, que passaram a representar meras extensões dos interesses do grande capital especulador internacional.

A expropriação – via mecanismo da dívida – aprofundara e ganhara novos contornos, porém mantinha seu conteúdo de classe. A luta essencial continuou a ser entre os interesses espoliativos do capital e os da classe que vive do trabalho, enquanto as frações de classe burguesa brigavam pela hegemonia, mostrando que, nesses tempos *globalistas*, a velha relação centro/periferia continua sendo assimétrica e gerando um déficit estrutural nas economias periféricas.

A América Latina e o imperialismo globalizacionista

Chegou o dólar de dentes agressivos mordendo territórios na garganta pastoril da América. Agarrou o Panamá com fauces duras, enfiou na terra fresca os seus caninos, chapinhou na lama, whisky, sangue, e jurou um Presidente de sobrecasaca: “seja conosco o suborno de cada dia”. Logo chegou o aço, e o canal dividiu as residências, aqui os amos, ali a servidão.
Pablo Neruda⁴¹⁸

Compreender a América Latina enquanto um conjunto de países em que se abateu, historicamente, a ação imperialista pode ser bastante elucidativo no sentido de se entender, no cenário internacional contemporâneo, a evolução das tendências hegemônicas que buscam, incessantemente, a perpetuação do *status quo* como forma definitiva de organização socioeconômica, cultural e política. No âmago da luta interimperialista, o poder político-econômico (representado atualmente pelas corporações transnacionais com o enfático apoio do Estado burguês) é peça fundamental na competitividade capitalista, pois é sua ação que permite ao grande capital manter uma estrutura social capaz de levar a cabo a sua reprodução nos padrões desejados por seus detentores. Assim é que, desde os tempos coloniais, as políticas de expansão econômica foram marcadas por uma peculiar violência por parte do aparelho estatal dos países centrais do capitalismo, no intuito da anexação de novos proletariados. Disputas interimperialistas acabaram por impulsionar os conflitos mundiais da primeira metade do século XX. Tal qual previra Marx, a centralização completaria a obra acumulativa no sentido de expandir sua escala operacional, seja pelo meio violento da anexação “onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que

418 NERUDA, Pablo. Canto Geral. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, páginas 191-192.

lhes rompem a coesão individual e, então, atraem para si os fragmentos isolados” (1984:197), seja pela fusão de capitais.

A consequência direta desse método de exportação acelerada de capitais por parte das economias imperialistas traduziu-se no sufocamento e aborto de qualquer tentativa de desenvolvimento por parte dos países periféricos. Os métodos assimétricos encetados na acumulação primitiva de capitais passaram, segundo Mandel, “a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local, o que obviamente acarretou uma redução significativa nos recursos disponíveis para a acumulação nacional de capitais” (1982:36): comércio exterior, serviços de interesse das firmas imperialistas, especulação imobiliária, usura, empresas de serviços da pequena burguesia (corrupção, gangsterismo, loterias, seguros, e até mesmo turismo). Por extensão, restringiu a acumulação primitiva de capitais na periferia, ao consolidar as oligarquias nas áreas rurais e ao conservar parte significativa da população desses países fora da esfera da produção de mercadorias e das finanças (Idem, 36-37).

A lógica insensata dessa conformação foi acatada servilmente pelas burguesias locais, com raras resistências, numa espécie de aliança político-social com o capital imperialista. No processo de acumulação primitiva justamente naqueles países onde mais abundavam capitais (nas formas de minérios, matérias-primas, mão-de-obra...), o capitalismo não se engendrara. Mas isto Mandel explica não pelas versões mais comumente aceitas: ideologia da submissão étnica das classes dominantes nativas, incapacidade social... Para ele, o processo se desencadeou desta maneira por motivo de um

complexo de condições sociais e econômicas que, enquanto promovia a acumulação primitiva de capital monetário, tornou a acumulação de capital industrial menos lucrativa – e, de qualquer maneira, menos segura – do que os campos de investimento listados acima, para não mencionar a colaboração com o imperialismo na reprodução ampliada do capital metropolitano (1982:37).

Como resultado dessa combinação de fatores, o desenvolvimento econômico periférico – especialmente o latino-americano – no sentido capitalista então em evidência, foi atrelado ao imperialismo⁴¹⁹. Em outras palavras, o domínio imperialista dos países centrais do

419 O entrelaçamento entre os interesses imediatos das burguesias, nacionais e internacionais, impediu ou adiou a possibilidade de eclosão de uma revolução burguesa na periferia, vingando, conseqüentemente, os interesses da burguesia internacional. Assim, apesar de possuir os capitais necessários para o engendramento das relações capitalistas, a burguesia periférica garantiu o desenvolvimento do capitalismo nos padrões dos países centrais, sob as bases de relações semi ou pré-capitalistas ali instauradas. Nestas

capitalismo bloqueou o desenvolvimento do próprio sistema nos países periféricos, onde as classes dominantes preservaram as relações semicapitalistas ou pré-capitalistas no campo. Além disso, o diferencial de salários representado pela periferia nesse processo permitiu aos centros capitalistas alavancar superlucros que, uma vez em parte redistribuídos para a burguesia nativa, permitiram o desenvolvimento, nesse *locus*, da acumulação através de investimentos tecnológicos (automação, racionalização...) nos padrões que as necessidades e a concorrência internacional entre os monopólios permitiam. Esse processo acabou por cimentar a associação político-econômica da burguesia periférica com a central.

O impulso dado ao capital financeiro nesse procedimento partiu de um esforço estatal de compensação, por parte do Estado estadunidense, pelo controle de movimentos de capitais advindos do *New Deal*. Assim, os banqueiros passaram a receber melhores taxas nos projetos de financiamento de infraestrutura de capital intensivo e na negociação de títulos corporativos, estatal e do Banco Mundial a partir de investimentos nos mercados externos, principalmente no europeu. Nessas condições, os lucros

das empresas financeiras cresceram mais rapidamente que o das não financeiras durante as décadas de 50 e 60: entre 1945 e 1952 o crescimento médio anual nos lucros do setor financeiro foi de 18% comparado aos 11% do setor não-financeiro; de 1953 a 1969 a comparação foi de 7,5% contra 4,5% (PANITCH & GINDIN, 2006:73).

Ainda no final da década de 1950, a convertibilidade monetária atraía os bancos comerciais britânicos no sentido de substituírem suas operações internacionais pautadas na libra pelo dólar. No conjunto, os lucros obtidos nos financiamentos dos projetos estatais e dos investimentos externos desse período levaram os bancos ao *status* de agentes financeiros dinâmicos nos maiores centros capitalistas de então, onde teve importante papel a introdução

de controles estadunidenses sobre a exportação de capitais... (...) acompanhados por encorajamentos feitos pelos EUA para que outros estados removessem seus controles de capital, mostrou quão limitados estes realmente eram; na verdade teve o efeito posterior de incentivar os bancos estadunidenses a se tornarem participantes diretos no mercado de eurodólares. Este foi um efeito que o estado dos EUA estava bem ciente e até mesmo encorajou, na medida em que servia para sustentar o valor do dólar e fornecia acesso aos fundos europeus, além de reforçar o predomínio internacional dos bancos estadunidenses (PANITCH & GINDIN, 2006:75).

condições, o capitalismo periférico continuou sem capacidade de competir na arena do mercado internacional, perpetuando-se como economias complementares no processo de acumulação mundial.

Aspecto importante a ser ressaltado nesse processo foi a forte influência dos banqueiros sobre o aparato estatal, fato comprovado pelo fracasso, nos tribunais, do processo antitruste impetrado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em 1947, contra os credores de investimentos que concentravam 70% dos contratos de *Wall Street* (PANITCH & GINDIN, 2006:72).

Baran atribui esta situação aos aspectos fundamentais da ação imperialista na periferia do sistema: quando a concentração de capitais nos centros é travada e a expansão da produção atravancada, o sistema promove o escoamento de capital para áreas aonde o capitalismo ainda não chegou, ou encontra-se em baixo grau de inserção para apropriar-se tanto de insumos quanto da mão-de-obra barata e em abundância, a preços ínfimos, ampliando o exército de reserva em escala global. Para este autor, nisso reside o cerne do ‘subdesenvolvimento’ da periferia capitalista (1984:131-139). Buscando referências empíricas que confirmem tais pressupostos, apropria-se aqui de dados referentes à década de 1960 – mais especificamente, 1967 – registrados por Magdoff (1978:108-109). Ele dá, ao mesmo tempo, conta de dois aspectos importantes do processo: a) a atividade central dos países periféricos na divisão internacional do trabalho; b) o padrão geral de interdependência que caracteriza tais economias, marcado pela baixa flexibilidade econômica gerada pelo limitado número de produtos de exportação a que se especializaram os países periféricos.

Figura 55⁴²⁰: Principais artigos de exportação dos países periféricos

País	Número dos principais Artigos de exportação	Exportações dos principais artigos como porcentagem do total das exportações	Principais artigos de exportação
Argentina	04	61	Carne, trigo, milho e lã
Bolívia	01	63	Estanho
Brasil	04	58	Café, minério de ferro, algodão, cacau
Chile	03	85	Cobre, minério de ferro e nitratos
Colômbia	02	69	Café e petróleo
Equador	03	84	Banana, café e cacau
Guatemala	04	69	Café, algodão, bananas e açúcar
Haiti	03	68	Açúcar, café e sisal
Honduras	03	67	Bananas, café e madeiras
Nicarágua	05	69	Algodão, café, carne, sementes de algodão, açúcar
Nigéria	03	69	Petróleo, amendoim e café
Paraguai	06	77	Carne, madeiras, algodão, quebracho, tabaco, sementes oleaginosas
Uruguai	03	84	Lã, carnes e couros
Venezuela	02	98	Petróleo e minério de ferro

420 Tabela construída por Magdoff (1978:108-109) a partir de dados comerciais de 1967, contidos no relatório *International Financial Statistics* do Fundo Monetário Internacional, publicado em julho de 1968. Os dados aqui apresentados constituem apenas parte da tabela original.

Historicamente, os modelos produtivos nativos foram apropriados – e/ou substituídos – em benefício da acumulação capitalista central. Quando o sistema aprofundou seu processo de mundialização tratou logo de substituir as velhas organizações de produção, modernizando e ampliando as plataformas fabris no mesmo ritmo em que crescia sua fome de matérias-primas. As obrigações financeiras da periferia para com as potências econômicas punham uma camisa de força naquela, de forma que o setor produtivo que lhes coube na divisão internacional do trabalho não lhe permitia poupar mais que o necessário para fazer frente aos serviços da dívida. Quando muito, dava para pagar parte do empréstimo, condição que tornavam tais economias eternamente devedoras, impedindo uma reinversão interna que pluralizasse sua cultura econômica.

Hilferding afirma que, nos momentos de depressão econômica, o escoamento e a limitação da produção são mais difíceis – e por isto propenso a prejuízos – nos ramos de fornecimento de matérias-primas do que no setor manufatureiro, deixando o primeiro sujeito a uma taxa de lucro aquém da média. Nesse sentido, o setor que arca com o ônus das crises econômicas é o primeiro, por – não casualmente – tratar-se da atividade principal dos países periféricos do sistema. Para ele, as diferenças nas taxas de lucro são equilibradas por meio da associação monopolista (cartéis, trustes ou fusões) entre os grandes capitais, servindo também para eliminar a concorrência e evitar perdas de capital no exercício da competitividade. Nesse sentido, essa relação assimétrica não se dá apenas nos momentos recessivos da economia, ela tem a mesma idade histórica do que aqui se denomina imperialismo (1985:190-194).

O que sobrou do discurso tecnicista de libertação da força de trabalho foi a supremacia do capital sobre aquele. Tomando por exemplo o desenvolvimento do capitalismo nos EUA, o velho *plantation* deu lugar à agricultura sob o regime capitalista da pequena e média propriedade com mão-de-obra assalariada. E esse processo dera-se em várias partes do planeta como política da colonização inglesa. A tabela que se segue, tomada por empréstimo de Emmanuel (1981:25) dá conta desse quadro, com dados de apenas um ano (1960-1961):

Figura 56

Produto	1960	1961 ⁴²¹
Chá	487	458
Cafê	228	217
Pimenta-do-reino	587	407
Pimentões	151	139
Goma arábica	144	130
Amêndoa	80	60
Palmitos	63	49
Borracha	270	220
Sisal	99	88

421 Preços em £ esterlinas por tonelada.

O entendimento das engrenagens do imperialismo moderno engendrado na América Latina explica o papel dos EUA no desenvolvimento e manutenção do capitalismo no continente, quer seja conquistando terras e seus recursos minerais, quer seja explorando sua força de trabalho, desde os remotos tempos da Doutrina Monroe até a *era da globalização*. Em toda a América Latina, desde as terras mexicanas até plantações de bananas da América Central, as transnacionais estadunidenses estenderam seus tentáculos, chegando até o petróleo do Oriente Médio. Essas engrenagens foram montadas, mantidas e executadas por seu aparelho de Estado que, para isso, aportaram recursos materiais e humanos (capital, engenheiros, contadores, diplomatas, soldados, missionários religiosos... e banqueiros) nesse sentido. Suas esferas de influência parecem invisíveis, sem fronteiras, sem limites.

Tendo como ponto de partida a história dos últimos 50 anos na região, vê-se que, a partir do processo da Revolução Cubana, evidenciaram-se mudanças na estratégia de dominação no conjunto do continente por parte dos EUA. A tática do pós-guerra, neste sentido, baseou-se no princípio jurídico-político de áreas de influência acordado em Yalta. Assim sendo, quando Henry Truman subiu à presidência dos Estados Unidos, a política de Estado assumida por Washington já era a da diplomacia do dólar, mas sempre envolta por um “eloquente e persuasivo” militarismo⁴²². Lens recorda-nos que, logo depois da invasão da União Soviética pelos exércitos nazistas, Truman sugeriu a seguinte estratégia: “Se virmos a Alemanha vencendo a guerra, teremos de ajudar a Rússia, e, se a Rússia estiver vencendo, teremos de ajudar a Alemanha, deixando, assim, que se matem tantos quantos possam” (2006: 492).

Buscando garantir os interesses estadunidenses na América Latina, a *Doutrina Truman*, filha legítima da Doutrina Monroe⁴²³, demarcaria sua área de influência abaixo do Rio Grande. O tempero continha uma forte pitada de luta interimperialista e um contundente odor de anticomunismo: o sabor da Guerra Fria. O anticomunismo daria o tom ideológico do novo conflito entre imperialistas agora num mundo bipolar, onde disputavam a hegemonia os EUA e a URSS. O discurso do Secretário-assistente de Estado, Dean Acheson, em novembro de 1944, já antecipava a tônica que predominaria as relações internacionais,

422 Segundo Amin (2003), à época do Pacto de Yalta, os EUA ainda não possuíam a tecnologia da bomba atômica, o que, no seu entender, postergou a deflagração da Guerra Fria, eclodida após este obter o monopólio da tecnologia nuclear.

423 A Doutrina Monroe constitui-se o conjunto das políticas aplicadas pelo presidente dos EUA, James Monroe (1817-1825), em oposição à recolonização americana pela suas ex-metrópoles. Seu lema era “a América para os americanos”. Na prática, essa doutrina atribui aos EUA o direito de gestão da América em função dos seus próprios interesses. No atual momento, a Doutrina Monroe segue servindo de aparato retórico para justificar a apropriação de recursos naturais e para a satisfação das exigências de consumo da sociedade estadunidense (vejam-se as guerras no Oriente Médio do final do século XX e início do XXI).

independentemente da opinião daqueles que acreditavam que a II Grande Guerra seria o último confronto interimperialista, que ajustaria as contradições do sistema. Disse ele: “Meu argumento é que não podemos ter pleno emprego e prosperidade nos Estados Unidos sem os mercados externos” (apud LENS, 2006:502). O discurso *rhodesiano* se repetia cinquenta anos depois, desconcertando também aqueles que acreditavam no fim do imperialismo sob o modo de produção capitalista.

Mas, se o discurso era o mesmo, as formas da dominação passaram por sofisticados procedimentos em relação ao distinto contexto histórico. Washington, em todo o percurso de suas relações com a América Latina, fez uso de todos os instrumentos possíveis, para manter-se hegemônico na região. Já tinha feito uso de manobras militares⁴²⁴ diretas e indiretas⁴²⁵ (utilizando setores e grupos contrarrevolucionários locais)⁴²⁶; diplomacia política; intervenções, sanções, retaliações e pressões econômicas (como o bloqueio a Cuba), *diplomacia do dólar* (Aliança para o Progresso e dívida externa), etc. Um aparato de mecanismos capazes de intervir de diversas maneiras na região, contra quaisquer avanços na organização das forças populares. A forma e os mecanismos de dominação imperialista metamorfoseavam-se, sua essência não, mantendo o lugar histórico dos países periféricos na divisão internacional do trabalho.

De tal modo, os Estados Unidos estiveram presentes, direta ou indiretamente, em todas as intervenções e ingerências ocorridas durante todo o século XX na América Latina, minando-a politicamente com o fito de extirpar qualquer possibilidade de unificação, facilitando, assim, a dominação do capital estrangeiro. Sua vocação imperialista (e conseqüentemente conquistadora) produziu e ratificou assimetrias entre seus centros de irradiação e a periferia do sistema, através de uma série de mecanismos que desestabilizavam a região, impondo políticas econômicas recessivas como antídotos contra os desequilíbrios causados pelas contradições capitalistas nos países centrais, que viessem a por em choque o sistema como um todo.

424 Muitas das intervenções estadunidenses buscaram justificar-se através do seu papel de polícia do mundo. Nos documentos de Santa Fé I (1980) e II (1988, Califórnia, EUA), evidenciam-se, essencialmente, suas metas imperialistas para a América Latina. No primeiro, o principal sustentáculo ideológico era a luta contra o comunismo; e, no segundo, ratificou-se o primeiro princípio e agregou-se, também, o combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

425 Tendo a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como guia, golpes militares foram articulados e/ou mantidos numa espécie de ‘efeito dominó’ por toda a América Latina: Guatemala (1954), Paraguai (1954-89), Honduras (1956), Haiti (1957-1985), Cuba (1961), Peru (1962 e 1975), Brasil (1964-88), República Dominicana (1965), Panamá (1968), Bolívia (1971-75), Equador (1971-78), Chile (1973-90), Argentina (1976-83) e Uruguai (1973-76), El Salvador (1979), Nicarágua (1980) e Granada (1983). Acerca do Estado militar na América Latina, ver os significativos trabalhos de Rouquié (1984) e Rossi (1987).

426 Como nos casos de El Salvador, Nicarágua, Chile e Brasil.

Nesse sentido, a concatenação e sistematização de políticas interestatais impostas pelos Estados Unidos (vide Consenso de Washington) à periferia, através da ação intervencionista de seu aparelho estatal, permitiram a extensão da dinâmica concentradora de capitais nos padrões clássicos como também as condições viáveis à sua exportação. Uma série de instrumentos de transferência de recursos, como produção de superávits primários e dívida externa⁴²⁷ reproduzem, entre outros mecanismos, a superexploração da periferia, coroando de êxito as políticas imperialistas estadunidenses, quando o capitalismo passa por sua mais duradoura crise.

Tal qual se vê, a lógica, a estrutura, o funcionamento e as consequências do atual imperialismo, continuam essencialmente os mesmos e o custo da inserção nesse sistema – pouco ou nada evidenciado na maioria dos tratados da literatura acadêmica (de maior parte neoliberal) – foi, e continua sendo, muito alto no que concerne ao aprofundamento das dissimetrias na região, tanto no âmbito interno quanto externo. Nesse sentido, a extensão tecnológica da hegemonia aprofunda-se na periferia.

O espetáculo *high tech* na periferia

A partir dos anos 1970, a periferia encontrava-se, mais uma vez, sob o manto concentrador/centralizador das políticas imperialistas do grande capital, matizado por um desenvolvimento (no sentido de crescimento econômico) interdependente e sem expansão do emprego (a automação dera o golpe de misericórdia na classe trabalhadora). O discurso desenvolvimentista que se espalhava sob o manto das ditaduras apontava para a perspectiva de debandada, para a produção e comercialização de *commodities*, abandonando qualquer mísero esforço regional no sentido de especialização na produção científico-tecnológica ou de bens de capital, sepultando a essência liberadora do processo de revolução técnico-científica ‘herdada’ pelas nações centrais do sistema. A acomodação das burguesias nativas a esta situação dava razão às afirmações de que as empresas ‘nacionais’ têm interesses particulares, concretos no fomento do imperialismo.

Uma vez investida no aparelho estatal, a fração burguesa latino-americana ligada ao capital financeiro mundial tratou de introduzir novos processos tecnológicos capazes de ampliar a capacidade produtiva e recompor os ganhos de capital frente à tendência de queda da

427 Os países pobres são obrigados, por diversos meios e a qualquer custo, a manter o pagamento dos serviços da dívida, sem mesmo discutirem a sua legitimidade. Por outro lado, o maior devedor do mundo, os EUA, dispõem de mecanismos que lhes permitem desvalorizar sua própria dívida (através de política cambial, por exemplo), a bem de seus interesses.

taxa de lucros (BRENNER, 2003). Esse processo, ao contrário do que possa parecer, não impôs prejuízos ao capital monopolista internacional, já que o investimento em capital morto (constante) era recompensado pelo maior peso de barganha proporcionado pela força de trabalho que desocupa. Por outro lado, o grande capital, quando se evidencia a queda da taxa de lucro no setor produtivo, resguarda-se e prossegue seu processo acumulativo em outro setor, quando não, coadjuvado (veja-se o exemplo do dono de uma das maiores riquezas do Brasil, Antônio Ermírio de Moraes que, apesar de seu discurso em defesa do capital produtivo, aplica parte de suas posses também no setor especulativo).

A fração burguesa do bloco no poder, para facilitar a transição entre processos acumulativos de riqueza, enceta políticas de distribuição do capital especulativo, isentando os ricos e taxando os trabalhadores, o que favorece uma situação cada vez mais contundente de concentração de rendas⁴²⁸.

A partir de sistemática aplicação de políticas favorecedoras do grande capital, principalmente de sua fração financeira, grandes fortunas se fundaram na periferia, concentradas, principalmente, na área da especulação. Ao acessar os dados da lista Forbes⁴²⁹ de bilionários, vê-se o quanto o setor financeiro passou a predominar sobre o produtivo, aumentando seus ganhos através de políticas econômicas estatais responsáveis pela distribuição das grandes fortunas e da especulação, sob a retórica de atrair investimentos.

No mesmo sentido da concentração, uma série de acomodações acompanhou as medidas ajustadas para recuperar as taxas de lucro: o avanço tecnológico no sistema de produção (informática, automação e robotização), promovido pelo processo de reestruturação capitalista, ampliou a base do capital constante e reduziu os investimentos do capital variável, imprimindo maior velocidade à produção e à informação, através da comunicação, o que, por consequência, aumentou também a rotação do capital, garantindo, assim, uma taxa de lucros relativa; desenvolveu, na indústria química, novos compostos em substituição a antigos componentes (aço, vidros, couros, borracha), no intuito de baixar os custos da produção e dar maior liberdade de escolha quanto ao uso da matéria-prima.

428 Esse processo é efetuado através da tributação preferencialmente no consumo e diretamente na folha salarial, e, por outro lado, tributando igualmente desiguais (pobres e ricos), desconsiderando a capacidade contributiva dos contribuintes. A tributação funciona também como um meio de transferência de renda. Acerca da essência técnica e política da tributação, ver o excelente trabalho de Pellizzari (1990); da distribuição nos EUA, uma visão liberal é dada por Krugman (2006).

429 Sendo representante da imprensa burguesa, está qualificada no que respeita aos dados de que aqui se serve. Ao adotar tal fonte, leva-se em conta a inexistência de registros contestatórios de seus dados, de forma mais contundente – com exceção aos dados acerca de Cuba – fato credibilizador dos números que publica. Acerca, ver <http://www.forbes.com/lists/html>.

Apesar do arsenal de retóricas do discurso burguês afirmar que as deslumbradas maravilhas tecnológicas desenvolvidas pelo capital libertariam os homens da escravidão do trabalho manual, liberando seu tempo para outras atribuições menos árduas e mais prazerosas, o que acabou por se deus, na prática, foi a transformação desses mesmos homens em escravos dessa tecnologia no processo de acumulação capitalista. As novas tecnologias reforçaram a estrutura de classe da sociedade do capital-imperialismo, permitindo aos grandes conglomerados maior controle das formas de exploração, abrindo ao capital quase que infinitas possibilidades de expansão, garantindo formas de reprodução de suas relações mesmo em momentos de crises profundas e duradouras, como a dos últimos quarenta anos.

Contrariamente ao discurso hegemônico, a expansão industrial da América Latina nas condições adversas em que foi inserida na III RT, não lhe garantiu a entrada na esfera dos países desenvolvidos⁴³⁰, dando força aos pressupostos marxianos do aumento da composição orgânica do capital. A centralização de capitais reforçou e acelerou os efeitos da acumulação capitalista, tanto no centro quanto na periferia, precipitado pelas mudanças na composição técnica do capital, que induziu ao aumento da parte constante em detrimento da variável, resultando na diminuição da demanda relativa de força de trabalho (MARX, 1984:198), um dos principais elementos em que se especializara a periferia na capitalista divisão internacional do trabalho. Na verdade, o resultado dos incrementos tecnológicos no processo produtivo industrial-burguês desmascarou, essencialmente, o discurso do interesses coletivo, explicitando seus limites e distorções.

A transnacionalização do capitalismo na América Latina

*Por acaso, será honesto, a cada crise, deixar morrer à míngua os trabalhadores, para salvar os dividendos dos acionistas?*⁴³¹
Émile Zola

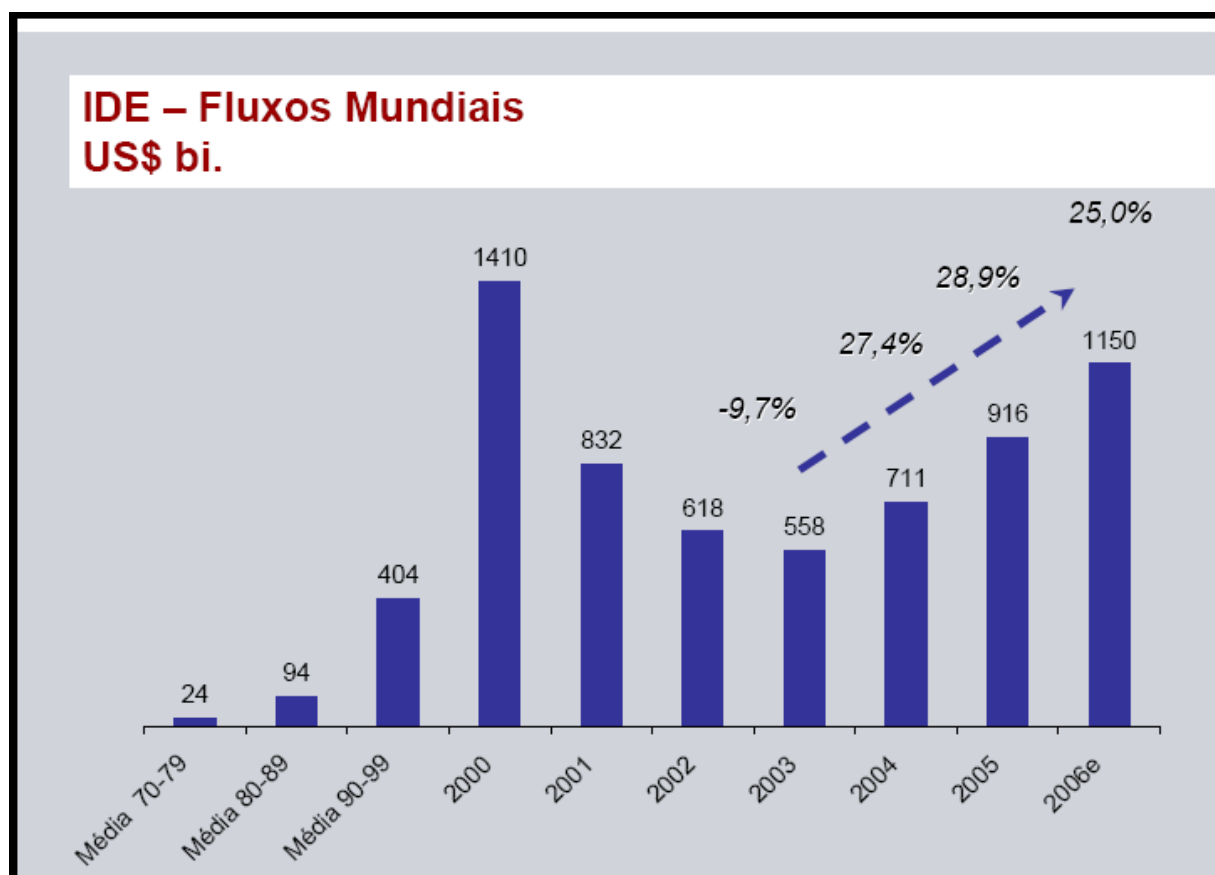
Para se entender o atual estágio de transnacionalização capitalista, uma análise do movimento de capitais se faz necessária por revelar o grau de transferência de capitais em nível planetário. Os fluxos de ‘investimento direto estrangeiro’ (IDE) – terminologia pomposa

430 Referência às economias de mercado mais competitivas, com alto nível de industrialização, altos índices de PNB per capita, ente outros indicadores. Estão neste rol 24 países que se incluem como os mais ricos e tecnologicamente mais avançados, nos quais se encontram incrustados as sedes das maiores corporações transnacionais, controladas pelo capital monopolista que atua na esfera industrial, financeira e de serviços. Não por acaso, são elas que estabelecem as diretrizes econômicas para toda a rede capitalista mundial, em outras palavras, são elas que fundam os pressupostos da ‘globalização’. Caracterizam tais economias os seguintes dados estatísticos: representam 18% da população mundial; 65% da produção econômica; têm renda *per capita* em torno de US\$ 15.000; e sua maioria faz parte da OCDE. Informações acerca, *La economia mundial: un desafio global*. Informe do *Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas*. Março de 1990.

431 ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Circulo do Livro, 1996, pg. 197.

para denominar o movimento de capitais no mundo capitalista – além de trazerem, em si, profundas controvérsias (ver HINKELAMMERT, 1989), implicam em questões de caráter teórico-político. Para início da exposição, os dados que se tem acerca do período aqui abordado dão uma ideia do enorme salto que, aparentemente teve o IDE, desde os anos 1970 até 2006.

Figura 57⁴³²



Tal qual ressaltado anteriormente, pela conformação em que foi inserida a América Latina na divisão internacional do trabalho, o desenvolvimento industrial da região se deu de maneira enviesada, ou seja, de fora para dentro. Historicamente, o capital estrangeiro comandou e controlou a economia latino-americana de forma que grandes acontecimentos em escala internacional – como a crise dos anos 1930 – forçosamente tiveram um papel decisivo, quando levaram os Estados Nacionais a industrializarem a região sob o regime de ISI. Daquele processo até os anos 1980, esse modelo determinaria a forma de inserção da América Latina no capitalismo internacional, quando, no âmbito das políticas neoliberais, a industrialização por substituição de importações seria superada.

432 Fonte: WIR 2006 – *World Investment Report* – UNCTAD. Estimativa e elaboração de Antônio Correia de Lacerda. In: *Internacionalização das empresas brasileiras*. Disponível em http://www.fiesp.com.br/agencianoticias/2008/09/25/apresentacao_lacerda.pdf. Acessado em 28/11/2006.

Em relação ao que se denomina ‘investimento direto estrangeiro’, controvérsias existem e que não devem deixar de ser explicitadas. Questões tais: De que capitais se fala: oriundos de outros centros econômicos ou capitais de reinvestimento (oriundos dos lucros efetuados no mercado interno latino-americano e apropriados pelo capital transnacionalizado reinvestido na região com o fito da reprodução capitalistas? Em se tratando dos ‘investimentos’ da fase neoliberal – para focar apenas o último quartel do século XX – como entendê-los por esta conotação se uma de suas principais características foi a volatilidade dos capitais que eram reinvestidos na região?

Nas décadas de 1980 (principalmente) e 1990, observam-se contabilizações de aumentos espetaculares de IDE, provenientes das políticas do Consenso de Washington, indicando um maior raio de ação das empresas múltis e transnacionais. O que tais gráficos contábeis não mostram é que esses fluxos de capitais tiveram uma importância singular nos processos de desnacionalização impostos à América Latina, transformando as poupanças internas do capital monopolista em moeda nacional, os chamados *swaps*. Em outras palavras, títulos da impagável dívida externa – por isto sem valor real – comutados em ações das empresas mais rentáveis da região.

O próprio automatismo da dívida externa latino-americana, segundo Hinkelammert, confirma sua impagabilidade, já que o mero pagamento de apenas metade dos juros que ela gera, implica o sacrifício das sociedades da região (1989:39-40). Nesse raciocínio, metade é fictícia, por seu pagamento não ser factível. Nessa condição, as riquezas produzidas na região são entregues ao capital monopolista em contrapartida de títulos inexecutáveis, com o agravante de que, mesmo que este tipo de operação seja levado a cabo em larga escala, mesmo se reunidas todas as empresas latino-americanas de interesse do capital monopolista estrangeiro, apenas 10% da dívida seria quitada.

Nesse sentido, ampliar os IDE’s na periferia capitalista representa, historicamente, expandir as razões do surgimento – e perpetuação, na opinião deste pesquisador – da própria dívida externa da região enquanto mecanismo de dominação imperialista. Tal reflexão exige uma revisita aos questionamentos dos anos 1980 acerca da legitimidade da dívida externa latino-americana. A tabela abaixo demonstra a proporção dos fluxos de IDE na formação bruta de capital fixo.

Figura 58: Fluxos de IDE como proporção da formação bruta de capital fixo (%)⁴³³

Países		1984-1989*	1990	1991	1992	1993	1994
Grupo dos 7							
Alemanha	do exterior	1,0	0,9	1,2	0,6	0,1	-0,9
	no exterior	5,2	7,7	7,0	5,2	3,9	4,2
Canadá	do exterior	5,4	6,5	2,4	4,2	5,0	5,9
	no exterior	5,3	3,9	4,9	3,4	5,8	4,7
EUA	do exterior	5,8	6,0	3,0	2,2	4,7	4,8
	no exterior	2,2	3,4	4,5	4,9	7,8	4,4
França	do exterior	3,5	5,2	5,9	8,2	8,9	7,1
	no exterior	5,8	13,6	9,4	11,8	8,8	9,4
Itália	do exterior	2,0	2,8	1,0	1,3	1,6	0,9
	no exterior	2,1	3,3	3,1	2,5	3,2	2,2
Japão	do exterior	(-)	0,2	0,2	0,3	(-)	0,1
	no exterior	3,4	5,1	4,0	2,0	1,2	1,4
Reino Unido	do exterior	11,5	17,0	9,4	9,1	10,2	6,6
	no exterior	19,8	10,1	9,5	11,6	18,1	16,5
Países em Desenvolvidos (PED's) selecionados							
Argentina	do exterior	3,8	24,2	15,1	41,7	56,1	9,6
	no exterior	0,2	0,7	-0,3	0,5	-0,2	0,3
Brasil	do exterior	2,3	1,0	1,4	3,0	1,3	3,0
	no exterior	0,3	0,7	1,3	0,2	0,5	1,0
Chile	do exterior	15,6	8,3	7,3	7,2	7,2	19,9
	no exterior	0,2	0,1	1,7	3,9	3,7	7,0
China	do exterior	1,8	2,6	3,3	7,8	20,0	24,5
	no exterior	0,5	0,6	0,7	2,8	3,2	1,5
Cingapura	do exterior	28,3	47,1	33,5	13,3	24,6	23,5
	no exterior	3,6	17,2	7,0	7,4	8,8	9,2
Indonésia	do exterior	1,6	2,8	3,6	3,9	3,8	3,6
	no exterior do	0,1	(-)	(-)	0,1	(-)	(-)
Malásia	do exterior	8,8	23,8	23,8	26,0	22,5	16,1
	no exterior do	2,6	3,8	2,3	2,6	5,9	6,7
México	do exterior	7,8	5,6	8,5	6,4	6,0	10,4
	no exterior	0,4	0,5	0,3	1,1	(-)	1,4

*Média anual

** Que receberam, em 1995, mais de 3 bilhões de dólares de investimentos diretos do exterior.

(-) Dados próximos ou iguais a zero.

Não a esmo as 'reformas' impostas como profilaxia da crise dos anos setenta às economias periféricas tenham implicado, em última instância, medidas de liberalização, desregulamentação e privatização que levaram a um processo de debilitação do papel e peso do capital industrial na economia – e fatalmente na política. O Consenso de Washington – forjado por autoridades e economistas ortodoxos que se evidenciaram em 1986, adeptos das concepções de estabilização macroeconômica – foi a diretriz aplicada pelo capital monopólico internacional (investido nas transnacionais) às economias latino-americanas e acatada

433 Tomada de BATISTA JR. Paulo Nogueira. *Mitos da Globalização*. Estudos Avançados, vol. 12 nº. 32. São Paulo, janeiro/abril, 1998. Também disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000100012&script=sci_arttext&tlng=en. Acessado em 14/08/2008.

servilmente pela burguesia nativa. Assim, o Estado burguês passou a administrar os interesses da burguesia financeira com arranjos institucionais que facilitaram a ascensão desse bloco ao poder em detrimento do industrialista, impondo uma redefinição das relações entre os grupos hegemônicos e o restante da sociedade.

Nessa perspectiva, a partir dos anos 1990, o perfil dos fluxos de capitais que adentraram a América Latina não foi mais o mesmo. O foco não foi mais a criação de novos setores industriais, mas a obtenção de plantas industriais já instaladas, assim como na área de serviços, como mostra a tabela a seguir.

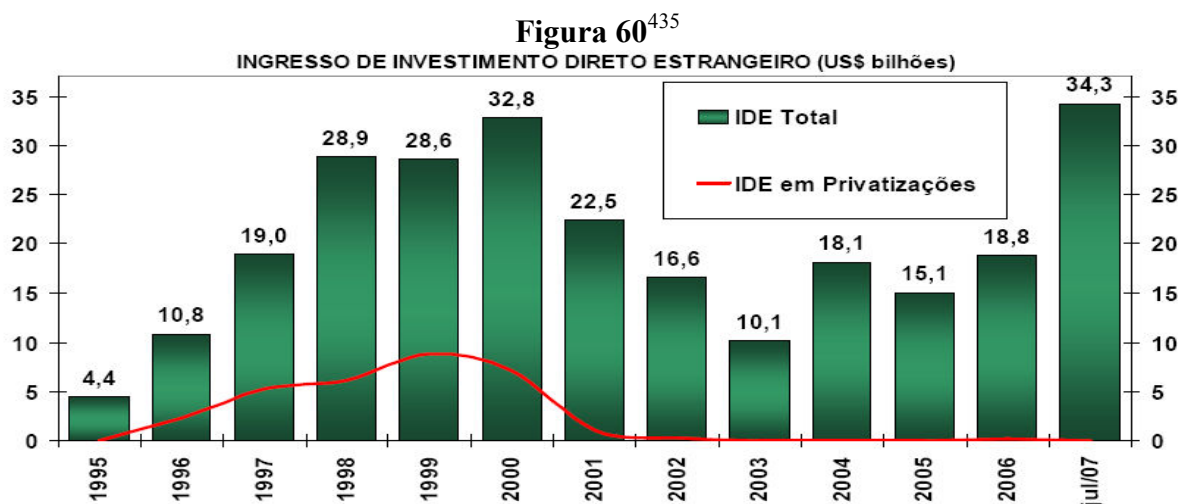
Figura 59: Perfil setorial do investimento direto estrangeiro no Brasil 1995-2000 (%)⁴³⁴

Discriminação	Estoque					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral	1,6	1,4	3,0	0,6	1,6	3,0
Indústria	55,0	22,7	13,3	11,9	41,4	23,8
Alimentos	7,1	2,4	2,1	0,6	5,5	3,9
Automotivo	6,7	3,7	1,5	4,6	12,2	7,2
Minerais metálicos	7,4	1,2	0,0	0,7	0,9	1,4
Química	11,2	2,9	2,4	1,5	9,5	5,2
Demais indústrias	22,6	12,5	7,3	4,5	13,3	6,1
Serviços	43,4	75,9	83,7	87,5	57,1	73,2
Comércio	6,7	8,2	6,2	9,4	10,4	7,3
Intermediação Financeira	3,6	5,4	10,8	27,5	7,6	12,6
Telecomunicações	0,5	8,0	5,4	11,0	15,1	33,8
Serviços prestados a empresas	26,9	26,3	35,0	26,7	11,7	3,5
Utilidade pública-energia elétrica	0,0	21,2	23,2	9,5	7,3	8,4
Demais Serviços	5,7	6,8	3,1	3,4	5,0	7,6

Fazia parte da estratégia do grande capital monopólico a ação incisiva de capitais na economia periférica, cujas diretrizes estavam presentes no Consenso de Washington, traçando metas para a relação centro/periferia nos padrões do discurso neoliberal, pautado numa abertura econômica que viabilizasse o processo de privatização e desnacionalização – via aquisição, privatização e fusão – dos setores mais rentáveis da economia, fossem eles vinculados a empresas estatais ou privadas. Aprofundava-se, assim, uma internacionalização da estrutura produtiva da periferia, cujas características marcantes se expressam no volume, na geografia, nas modalidades de entrada e nos setores aos quais se direcionavam tais fluxos.

434 Elaborada por SOBEET, a partir das seguintes fontes: FIRCE - BACEN; DEPEC DIBAP-BACEN.

Tomando como referência o Brasil, o gráfico a seguir dá uma noção do volume de capitais que ocorreu para a região.



Muito propiciamente afirma Borges que as fusões financeiras dos anos 1990 foram responsáveis por profundas disparidades na distribuição da renda, permitindo um grau de concentração de riquezas jamais registrado na história do capitalismo (1996:91). No mesmo sentido vai Scherer, mas chamando à atenção para o fato da centralização de capitais, traduzida no descolamento entre um real crescimento do produto mundial e os denominados investimentos diretos ocorridos nessa década. Diz ele que o caráter do IDE nesse período foi marcado por um

*descolamento cada vez maior entre as taxas de aumento do investimento direto e o crescimento do produto mundial, o que mostra uma cada vez menor participação do investimento direto na formação efetiva de capital. Esse descolamento decorre principalmente da maior participação das fusões e aquisições (F&A) internacionais no montante total de investimento direto estrangeiro, em detrimento do investimento em novas plantas e unidades produtivas (o chamado investimento greenfield). O crescimento do investimento que se dá a partir da modalidade fusões e aquisições internacionais supera as taxas de crescimento do total do investimento direto estrangeiro (...) sendo esse o elemento dinâmico do IDE mundial nessa década*⁴³⁶.

435 Elaborado pela SOBEET (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica), sob fonte do Banco Central do Brasil. In: Boletim da SOBEET, 23/08/2007, Ano VI, nº. 49. Disponível em <http://www.sobeet.org.br/> em 14/08/2008.

436 SCHERER, André Luís Forti. *Investimento direto estrangeiro, fusões e aquisições e desnacionalização da economia brasileira: um balanço da década do Plano Real*. In: Indicadores Econômicos FEE, Volume 32, nº2, Porto Alegre, Agosto de 2004, pgs 107-128. Disponível também em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/rie3202.pdf#page=107>. Acessado em 14/08/2008.

Alguns aspectos merecem especial atenção nesse processo como origem, destino, montante e distribuição dos IDE's. A identificação da origem desses capitais líquidos é importante, porque, ao mesmo tempo em que ela indica a fonte, o lócus geoeconômico de sua acumulação/concentração/centralização, indica também seus atores (economias centrais, corporações...). O destino aponta para os ambientes propiciadores dos superlucros, têm a ver com a rentabilidade obtida pelo capital, o que dá razão a Lênin (1986) quando escrevia que o capital ia atrás dos maiores lucros. Nesse sentido, ao se analisar o montante dos investimentos e a rentabilidade obtida pelas subsidiárias estadunidenses, vê-se que os países periféricos são aqueles que melhor remuneram o capital externo, pois nestes encontram-se, além do componente capital variável sob valores depreciados, também as matérias imprescindíveis que alimentam o processo fabril internacional. Veja-se a rentabilidade média das grandes corporações não-financeiras que aplicam na periferia na seguinte tabela.

Figura 61: Rentabilidade média das subsidiárias das empresas multinacionais (não-financeiras) dos EUA no mundo (%)⁴³⁷

Ranking	País/Região	Ativos totais	Lucro líquido
1º Lugar	Brasil	47.575,5	
2º Lugar	Chile	12.096,0	862,0
3º Lugar	Ásia (sem Japão, China e Austrália)	186.468,0	12.589,0
4º Lugar	China	8.671,5	546,5
5º Lugar	AM. Latina, Brasil, Chile, México e Argentina	165.969,5	10.131,0
6º Lugar	México	30.689,0	1.862,5
7º Lugar	Argentina	16.029,0	806,0
8º Lugar	Europa	1.528.050,0	60.900,5
9º Lugar	Austrália	68.244,5	2.720,0
10º Lugar	Canadá	232.155,0	8.956,0
11º Lugar	Japão	179.343,5	4.305,0
Mundo		2.529.087,0	111.717,5

A figura acima explica, independentemente de qualquer análise teórica, por que a América Latina é uma das regiões onde esses capitais são reinvestidos em maior volume. Destaque para a maior rentabilidade média proporcionada (8,42%): o Brasil. Por complemento, a distribuição desses recursos indica, além dos setores mais lucrativos das economias periféricas, a perpetuação da condição de semicolonialismo, já que ratifica a

437 Controle majoritário – média do biênio 1995-1996 (em US\$ bilhões). Fonte: *Survey of Current Business* – Departamento de Comércio EUA, setembro de 1998, pgs. 69-69. Elaboração Sobeet. In: SILVA, Cristiano Monteiro da. *Imperialismo e desnacionalização: o caso da economia brasileira*. Disponível em http://www.socialismo-o-barbarie.org/brasil/brasil_021100_imperialismo_y_desnacionalizacion.htm. Acessado em 04/09/2008.

tradicional *lei das vantagens comparativas* que deu suporte ao imperialismo colonial/mercantilista, como foi o caso do Chile neoliberal, que teve seu parque industrial destruído com o intuito de ratificar sua especialização no mercado externo como exportador de cobre e de frutas. Ainda nesse sentido, a tabela abaixo dá uma noção dos setores que predominam nas exportações latino-americanas.

Figura 62: Pauta de Exportações Latino-Americanas (1995-2002)⁴³⁸

Produtos	US\$ Bilhões	% nas exportações latino-americanas		% nas exportações mundiais	
		1995	2002	1995	2002
	2002				
Produtos Agrícolas	67,5	25,6	19,3	10,0	11,6
Alimentos	59,7	21,9	17,0	11,2	12,7
Matérias-primas	7,7	3,7	2,2	6,3	6,8
Produtos minerais	71,2	23,0	20,3	9,9	9,0
Minerais	9,6	3,8	2,8	14,2	15,4
Combustíveis	51,7	14,4	14,8	9,0	8,4
Metais não-ferrosos	9,8	4,9	2,8	10,4	8,9
Bens Manufaturados	208,5	49,2	59,5	3,0	4,4
Ferro e aço	8,8	3,8	2,5	5,8	6,2
Químicos	17,0	5,7	4,8	2,7	2,6
Outros semimanufaturados	18,8	5,7	5,4	3,3	4,1
Máquinas e Equipam. de Transportes	116,9	24,0	33,4	2,8	4,6
Automobilística	37,6	8,5	10,7	4,3	6,1
Equipam. de Telecomunicações	36,2	5,5	10,3	2,1	4,3
Outras máquinas e Equipamento de Transportes	43,1	10,0	12,3	2,6	4,0
Roupas	20,9	3,6	6,0	5,3	10,4
Outros bens de consumo	26,1	6,2	7,5	2,5	4,0
Total	350,3	100,0	100,0	4,6	5,6

As grandes corporações industriais passaram a aprofundar a descentralização das plataformas produtivas, de países onde as conquistas trabalhistas foram mais significativas (salários mais valorizados, instituições sociopolíticas fortes, etc.), para outros da semi ou extrema periferia, onde tais elementos pouco ou nada existiam (movimento trabalhista debilitado, grande oferta de mão-de-obra, o que implicava seu barateamento, etc.). No imaginário latino-americano de ex-colonizado, ressurgem a *lei da vantagem comparativa*.

Assim, a participação do capital estrangeiro na consolidação da economia latino-americana foi muito destacada, tendo vários setores se formado através do reinvestimento de

438 Tabela elaborada pela Sobeet sob base de dados da OMC. In: *Boletim da Sobeet*, novembro de 2003. Ano II, nº. 20. Disponível em <http://www.sobeet.org.br/>. Acessado em 14/08/2008.

capitais estrangeiros, particularmente naqueles de produção de tecnologia de ponta, que necessitavam investimentos mais arrojados de capital. Ainda hoje, o papel da tecnologia como instrumento de dominação mantém sua importância: desde os mais tenros tempos coloniais – na dizimação dos nativos na América – até o presente, com a diferença de que, atualmente, o domínio não se circunscreve somente ao capital industrial. Nos anos 1980/90, a distribuição desses capitais concentrou-se nos domínios de serviços (75%), com predominância dos setores de telecomunicações e financeiro (47% do total), como tem mostrado a literatura econômica. Como exemplo disto, um *ranking* da principal consultoria de avaliação de marcas (capital imaterial) internacionais listou três bancos brasileiros como líderes da lista das marcas mais valiosas da América Latina⁴³⁹. Centenas, talvez milhares de exemplos pudessem ser citados, nesse mesmo sentido, evidenciando a solidificação de uma tendência liberal-conservadora na organização capitalista internacional.

A ofensiva contrarrevolucionária liberal-conservadora e a América Latina

Apesar de não haver nenhuma revolução em curso, a atual ofensiva capitalista de predominância financeira, vestida na roupagem midiática da invenção global-tecnológica do segundo pós-guerra, refere-se ao tradicional imperialismo, em sua fase de centralização de capital. Esta nova versão do fenômeno, efemeramente denominada *globalização*, encetou uma direção belicosa às relações internacionais buscando a retomada da hegemonia estadunidense através de movimentos que envolveram tecnologia, política, economia (financeirização), cultura e militarismo, num contexto tal que a presença do Estado torna-se inexorável. O resultado traduziu-se nas guerras no Oriente Médio e África, no enfraquecimento das economias desses países assim como em toda a periferia, no sentido de facilitar a apropriação de seus recursos energéticos, através de mecanismos que reforçaram as assimetrias e as reproduziram, como forma de dominação característica do fenômeno imperialista moderno, tal qual identificado pelo marxismo.

Quando o capital monopólico requereu para si a recorrência à guerra e à financeirização da economia – como o fizeram sempre os impérios modernos quando se defrontaram com suas crises mais profundas – o resultado foi uma concentração de riquezas jamais vista na história precedente da humanidade. E todos os processos trouxeram consigo

439 Disponível em <http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/clipping/dezembro-2007/06-12-2007#11>. Acessado em 27/09/2008.

problemas socioeconômicos e ecológicos em escala também planetária⁴⁴⁰, causados, principalmente, pelas disparidades na distribuição da renda mundial.

Tomando como ponto de partida de análise os anos 1970, vê-se que a hegemonia sistêmica macroestrutural do grande capital internacional levou a cabo políticas econômicas pautadas na desregulamentação financeira e na liberalização cambial, garantindo para si uma mobilidade internacional sem precedentes, o que acabou gerando, como consequência, uma interdependência do mercado de moedas e de finanças. Para Garagorry, com tais políticas, a condição de subserviência das economias nacionais ao capital monopólico trouxe dificuldades às gestões monetárias dos Bancos Centrais periféricos ao transferir para o sistema financeiro internacional as decisões antes tomadas no âmbito das economias nacionais (2004). Isso, juntamente com as fusões, fez com que se reproduzisse, em larga escala, a histórica assimetria das relações entre as nações hegemônicas e as “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidas”. Para estas, eternizava-se a condição desigual de inserção internacional na divisão do trabalho.

Partindo do princípio de que a concentração de capitais historicamente estabelecida nas relações internacionais – quer intra ou interpaíses – não é linear, logicamente se chega à conclusão que ratifica a hipótese antes levantada de que o modo de funcionamento nacional é uma extensão do internacional, resguardadas as suas peculiaridades. Tais peculiaridades dizem respeito, nesse caso, à posição em que se situa a economia nacional na divisão internacional do trabalho. Como a economia dos países periféricos centra-se mais no capital industrial – e mesmo neste âmbito a relação interpaíses é assimétrica –, atualmente levado ao sucateamento pelas políticas econômicas estatais favorecedoras do capital financeiro internacional, a concentração de capitais nessa esfera tende a crescer muito lentamente se comparada aos números dos países mais desenvolvidos no sentido convencional. Assim, instrumentos como dívida externa, garantem posições privilegiadas no processo de acumulação de capital, através da sangria de recursos dos países da periferia, destruindo toda a sua capacidade de desenvolvimento.

Diante do exposto, constata-se que a condição sócio-histórica em que vive a periferia capitalista não é fruto de questões culturais e da fragilidade institucional, tal qual induzem os ideólogos burgueses. Sendo a assimetria característica essencial do sistema capitalista, esse

440 Em comunicado de maio de 2005, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), informava que a guerra – e não o clima – era a maior causa da fome. Dizia o informe que a guerra havia superado o clima e os desastres naturais como a maior causa da fome no mundo. Para a ONU, a maioria dos países onde mais de 35% da população sofriam de subnutrição enfrentou conflitos armados durante os anos 1990. STEWART, Phil. *Guerra, e não o clima é a maior causa da fome*. Disponível em www.uol.com.br. Acessado em 23/05/2005.

fenômeno é parte essencial do processo de dominação que acabou capacitando tanto indivíduos (famílias ou grupos) quanto organizações e Estados ao papel de dominador e de dominado. Mas esta dominação vai além dessa esfera, proporcionando a determinadas sociedades acumular maiores riquezas (e conseqüentemente oportunidades) em detrimento de outras.

Nessa conjunção, a clássica polêmica centralizada nas figuras de Rosa Luxemburg e Bernstein sobre a questão “socialismo ou barbárie” mantém-se atual, principalmente se se envereda pelos descaminhos da ‘opção’ pelo mercado no atual contexto neoliberal e de suas *reformas estruturais* que acabaram engendrando um quadro social que muito se assemelha àquilo que pode ser entendido por barbárie. No entanto, alguns mecanismos do processo de acumulação capitalista são essenciais à discussão se a análise foca-se na questão América Latina. Nesta conjuntura, a dívida externa foi – e continua sendo – um dos instrumentos de dominação mais perversos de seu processo histórico, constituindo-se numa das âncoras das políticas de acumulação capitalistas calcada na relação centro/periferia. Na atual conjuntura, tal mecanismo dá vantagem às classes dominantes centrais, principalmente à burguesia financeira. A predominância da hegemonia estadunidense advém dessa lógica, subsidiada pela sua influência nas principais instituições que controlam esse processo, localizadas em seu espaço geopolítico e econômico, as chamadas IFI’s.

Assim, a atual crise – que alguns crêem ser do neoliberalismo ou de hegemonia dos EUA – com todas as conseqüências postas aponta mesmo para uma profunda crise do conjunto do sistema: econômica, social, política, ética e moral. Evidencia-se um quadro de acirradas contradições diante do qual a burguesia – nacional e internacional – não aponta respostas que resolvam as desastrosas conseqüências produzidas por sua sociedade e seu domínio econômico⁴⁴¹. E não aponta simplesmente porque a atual crise é fruto das próprias contradições sistêmicas, não podendo ser resolvida dentro dos marcos do mesmo, restando reformas conjunturais, compensatórias, amenizantes que buscam acomodação ao caos estabelecido.

Nesse contexto, a América Latina é jogada na torrente das tensões, agravando ainda mais sua condição histórica. E quando as conseqüências da crise emergiram na região, tal qual acontecera no México dos anos 1990, a retórica neoliberal passou a relacionar o insucesso de suas políticas como concernentes à fragilidade da estrutura institucional dos países que as adotaram. Esse posicionamento buscava entregar os anéis para não perder os dedos: a

441 A respeito, ver Altvater (1995).

transferência do foco mascarava os descalabros das consequências da passagem da concentração de capitais do setor industrial para o de hegemonia da burguesia financeira, processo levado a cabo em detrimento do altíssimo custo social que representa para os povos circunscritos na região.

A perplexidade e as incertezas trazidas por tais ocorrências foram ainda mais profundas para setores sociais inseridos no contexto de um presente carregado de problemas sócio-históricos – como é o caso dos despossuídos da América Latina e, mais especificamente, dos indígenas e negros – (ver ALMEIDA, 1999). Na prática, as reformas neoliberais foram implantadas na periferia no bojo dos “ajustes estruturais” das políticas conservadoras, oferecendo esmolas incomparavelmente modestas – políticas de compensação⁴⁴² – em substituição aos serviços de assistência social com os quais o Estado burguês já não estava mais disposto a arcar.

O mundo – e a América Latina com maior contundência – é hoje, ao mesmo tempo, onde se vive o avanço da biogenética (projeto genoma), instrumento do chamado biopoder (poder sobre a vida, com forte ascendência das transnacionais biotecnológicas), da robótica, da produção de alimentos em profusão, etc., e se convive com problemas sociais primitivos gerados por uma desenfreada acumulação. Apesar de tão propalados avanços tecnológicos agigantam-se problemas antigos que se pensava resolvidos pela sociedade do século XIX e XX. Convivem no cotidiano da humanidade fome⁴⁴³, miséria⁴⁴⁴, epidemias simples, superpopulação e violência urbanas, trabalho precarizado e o terror econômico do desemprego estrutural⁴⁴⁵, narcotráfico, corrupção, entre outros tantos problemas, *pari passu* com a mais escandalosa concentração de riquezas.

442 Acerca, ver estudo divulgado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo). Disponível em <http://educaterra.terra.com.br/almanaque/miscelanea/brasil.htm>. Acessado em 26/08/2006.

443 Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2004 registrou um contingente de quase 14 milhões de brasileiros passando fome. “Quase 14 milhões de pessoas passam fome no Brasil, diz IBGE”. Disponível em www.folha.com.br. Acessado em 17/05/2006. Manchete da BBC de Londres estampava, em 08/09/2005: “Fome ameaça dez milhões no sul da África, alerta ONG”. Disponível em uol.com.br. Acessado em 08/09/2005. Decididamente, o problema da humanidade não é em relação à produção de bens, mas à sua distribuição. Pla (1996:6) apontava dados sobre a fome que indicavam um futuro estorrecedor. Segundo ele, no mundo existe um bilhão de seres humanos vivendo abaixo da linha de pobreza, e calculava, baseado em dados da FAO que, caso o ritmo da concentração continue, este número constará de dois bilhões em 2020 e, em 2030, de três bilhões de pessoas.

444 Estudo da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), intitulado “*La brecha de la equidad*”, divulgado em 06 de abril de 1997, afirma que, apesar da taxa de pobreza ter diminuído de 41 para 39 por cento do total de domicílios latino-americanos e caribenhos, entre 1991 e 1996, o número de pobres reais na região é de 210 milhões de pessoas, um recorde histórico. Segundo o documento, “... en buena parte de los casos, la estabilidad macroeconómica ha dependido excesivamente de elevados déficit en cuenta corriente, financiados a veces con capitales volátiles” (*La Jornada*, 7 de abril de 1997).

445 Acerca, ver Forrester (1997).

Ao se comparar alguns dados dessa concentração e seu contraste com os índices sociais tem-se uma noção do problema. Tomando o México como exemplo – não como um caso isolado, mas como um país entre tantos, onde os dados confirmam a tese – vê-se que, a cada ano, entre as décadas de 1980/90⁴⁴⁶, o país contribuiu com mais nomes para o seleto clube dos bilionários mundiais. Esse processo se deu no mesmo passo em que os indicadores sociais se tornavam cada dia mais alarmantes, denunciando um processo de concentração de riquezas poucas vezes visto na história do país. A financeirização da economia reforçava, ao extremo, as disparidades sociais: a dívida (externa e interna) e o dinâmico fluxo de capitais propiciado pelos avanços tecnológicos no âmbito da informática e das telecomunicações eram os indicadores mais evidentes. Tomando por base o ano de 1987, os dados empíricos registrados no primeiro ano de publicação da *Lista Forbes* dos maiores ricos do mundo, vê-se que, desse rol, apenas uma família mexicana constava. Durante o governo de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), no entanto,

a participação mexicana no ranking da Forbes cresceu num ritmo espetacular. Em 1991 estreou na lista Emilio Azcárraga, dono da Televisa (...) com um patrimônio de dois bilhões de dólares. O número de bilionários mexicanos subiu para sete em 1992. No ano seguinte chegou a treze. Em 1994, o último ano do salinato, o México brilhou na lista da Forbes com nada menos do que 24 bilionários, num total de 358 fortunas contabilizadas no mundo inteiro. Carlos Slim Helu, que encabeça o time dos mexicanos, aparece como quarto homem mais rico do planeta, com um patrimônio de 6.6 bilhões de dólares (FUSER, 1995: 66).

Doze anos depois (1999) de publicada a primeira Lista, a mesma fonte dava a conhecer os sete homens mais ricos do México de então, atribuindo aos mesmos uma riqueza que somava 20 bilhões e 400 milhões de dólares, fortuna equivalente, à época, à mesma soma recebida por todos os seus compatriotas mexicanos. Ao se verificar a fortuna do homem mais rico do país, o megaempresário Carlos Slim Helu (dono, então, de, entre outros investimentos, 24% das ações da principal cadeia de televisão em língua espanhola, a Televisa) viu-se que sua fortuna fora acrescida de 800 milhões de dólares em relação à soma publicada em 1998 (oito bilhões de dólares). Somente a cifra em que se viu aumentada sua fortuna representava quase o total do orçamento anual da maior universidade da América Latina, a Universidad Autónoma de México, ou uma quinta parte do orçamento governamental para financiar os programas de combate à pobreza extrema no país (AMADOR, 1999).

446 Ressalva para o epíteto de “década perdida” – os anos 1980 – para o conjunto da América Latina; os anos 1990 não foram dessemelhantes.

Em 2003, o nome de Carlos Slim Helu figurava na 35ª posição geral; em 2004, na 17ª; em 2005, na 4ª; em 2006, na 3ª, com uma fortuna de mais de 30 bilhões de dólares; e, por fim, na edição de 2007, na 2ª maior fortuna do mundo⁴⁴⁷. Numa região em que a maioria da população vive na mais contundente miséria (ver ALMEIDA, 1999), a opulência exibida pela centralização de capitais em tal patamar evidencia um constrangedor e paradoxal cenário.

Ainda analisando os dados de 1997 da citada fonte no que tange à América Latina, vê-se que, desta lista, constam 07 mexicanos, 05 brasileiros, 04 argentinos, 03 chilenos, 03 colombianos, 01 cubano, 01 equatoriano e 01 peruano. Oito anos depois, na lista de 2005, a Argentina havia perdido 3 nomes; o Brasil, com 09 nomes, quase dobrou o número de seus bilionários; o Chile, continuava com 03; a Colômbia, com 02, havia perdido um magnata; o México, com 10 nomes na lista, havia aumentado em 40% o número de seus endinheirados; e, uma novidade: a entrada da Venezuela para a tabela, com 02 nomes. Desapareceram deste arrolamento Cuba, Equador e Peru. Fazendo uma análise comparativa dos últimos três anos (2003-2005), registra-se um quadro em que Argentina, Chile, Colômbia, México e Venezuela mantiveram-se no mesmo patamar, tendo, somente a Colômbia, dobrado de um para dois nomes.

Ponderando tais informações, percebe-se um quadro escandaloso de transferência de riquezas, ocorrido concomitantemente à aplicação das políticas neoliberais que concentrou, cada vez mais e numa velocidade estonteante, opulência nas mãos de um grupo cada vez mais seleto e distribuiu a pobreza e a miséria. Não por mera coincidência, esse diminuto clube esteve sempre ligado – com relações perenes, fortuitas ou coadjuvantes – com o setor financeiro. O panorama delata que, com o avanço da tecnologia⁴⁴⁸ aprofundou o processo de concentração de capitais, deixando para trás a retórica tão decantada da “divisão do bolo” que tanto a burguesia cantarolou nos anos de chumbo na América Latina. Os números mostram que os setores de serviços, do complexo industrial-militar e especulador financeiro foram os eleitos pelos grupos que ocuparam o bloco no poder em todo o planeta, a partir de sua ‘pátria mãe’, os EUA. Percebe-se que a corrupção (no âmbito estatal e privado) ganhou força,

447 A Folha Online, de 03/07/2007, reproduzindo informações da publicação financeira mexicana “*Sentido Comum*”, publicava que Carlos Slim Helú superara Bill Gates como o homem mais rico do mundo, quando, no segundo trimestre daquele ano suas ações atingiram um patamar tal que a riqueza do magnata alcançara a cifra de 67,8 bilhões de dólares, superando Gattes que, no mesmo período, chegara “apenas” à cifra de 59,2 bilhões. Tais dados, à época, foram refutados pela Forbes, que afirmava ocupar Slim o segundo lugar da lista, tendo seu patrimônio avaliado em 53,1 bilhões de dólares, contra 56 de Bill Gates. A correção não mudava a essência dos fatos. Acerca, ver <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u61855.shtml>. e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u309024.shtml>. Acessados em 13/08/2008.

448 Marx (1984b), acertadamente, diz que toda a finalidade do desenvolvimento das forças produtivas consiste em encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para reproduzir sua força de trabalho e aumentar a jornada que entrega gratuitamente ao capitalista.

sistematizou-se e foi competente o bastante para protagonizar todos os aparelhos de Estado – em alguns casos mais que outros – como forma de enriquecimento para os grupos que se alçaram à condição de ‘emergentes’ na atual conjuntura⁴⁴⁹.

Se a análise desse processo é feita levando em conta os blocos econômicos, mantendo a mesma linha de raciocínio, apreende-se que, na Lista *Forbes* das 400 maiores empresas do mundo em 2002, os países do Mercosul não se encontravam representados; na de 2003, deste bloco consta apenas o Brasil (com uma só empresa, do setor especulativo, o Banco do Brasil); em 2004, eram sete as empresas brasileiras, e destas, três eram do setor bancário. Na lista de 2005, as maiores riquezas concentraram-se no setor de telecomunicações – três das quatro (75%) empresas listadas são do setor. Os demais países da América Latina (exceto Argentina e Venezuela) não constam desta lista.

Se comparados esses números aos dos Estados Unidos, na perspectiva da centralização das riquezas na relação países centrais/periféricos do capitalismo, os dados da lista dos bilionários de 2005 são elucidativos: do total de 690 nomes (cuja riqueza total contabilizava uma cifra de U\$ 1.731 trilhão), 345 são estadunidenses⁴⁵⁰. Se listados somente os bilionários dessa nacionalidade (de uma lista de 49 países), ver-se-á que, somente eles, detêm 521.9 bilhões de dólares, o que representa quase um terço de toda a riqueza amealhada por toda a lista de magnatas em escala planetária. Ao se escriturar os números das riquezas individuais dessa lista, chega-se à seguinte conclusão: do total dos 386 bilionários da América, 345 são estadunidenses, contra 41 de todo o resto do continente. Ainda, se forem eleitos os vinte mais ricos dentre os ricos do mundo, só os EUA deterão onze nomes, ou seja, mais de 50% deles.

Se confrontados os dados do Mercosul com os do NAFTA, cotejando-os paralelamente com os mundiais, a conformação se dá assim: somente este último bloco econômico detém 179 empresas, o que representa quase a metade das 400 maiores empresas em nível mundial. Se a análise detiver-se ao bloco, as empresas estadunidenses representam quase 88% da lista: Estados Unidos (157 empresas), Canadá (18) e México (4)⁴⁵¹. Ao se analisar o faturamento dessas 400 empresas (quase U\$ 5.5 trilhões) vê-se que, do valor total,

449 Mais que nunca na história a corrupção ganhou corpo e espaço: dos EUA à América Latina, como alhures. Citando como exemplos o Brasil e o México, para se ater à esfera doméstica, constata-se que enormes fortunas se constituíram durante os governos de Salinas de Gortari (1988-1994) e Ernesto Zedillo (1994-2000), no México (acerca, ver ALMEIDA (1999)); Assim também acontecendo nos governos de Itamar Franco (1992-94) Fernando Collor de Melo (1990-1992), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-) no Brasil, apesar da crise que se estabeleceu nesse período que fez com que se contabilizassem os anos 1980 como a década perdida da América Latina. Coincidentemente – ou não – todos esses governos sofreram denúncias sérias de corrupção em grande escala.

450 Em 2003, este país detinha 222 nomes nesta lista. Em apenas dois anos, o número de bilionários estadunidenses subiu em torno de 50%.

451 Estes dados ainda não excluem as maquiladoras mexicanas, de capital estadunidense.

um terço diz respeito às vendas das empresas estadunidenses (US\$ 1.739 trilhões). Os dados estatísticos apontam para os EUA como o centro geoeconômico e geopolítico concentrador e centralizador mundial de capitais.

No caso do Brasil, ao se analisar as maiores riquezas aqui concentradas por área de investimento adotando a mesma fonte, nota-se que sua lista de bilionários (em dólares) de 1996 nota-se que esta elenca 10 ricos, distribuídos nas seguintes áreas de investimentos: Construção (03), Telecomunicações (02), Banco e seguros (02), fontes diversas (02), Comércio (01). Ao se comparar a lista de 1996 com a de 2005, apreende-se que o número destes teve a baixa de um nome, no entanto, a grande novidade é que todos os nove nomes tinham vínculo – direto ou indireto – com o capital financeiro, denunciando a transferência de riquezas do setor industrial e de serviços para o especulativo⁴⁵². Contabiliza-se, ao se somar as contas bancárias desses nove felizardos, uma riqueza total de 50,5 bilhões de Reais⁴⁵³.

Os dados dos anos 1980/90 espelham algo semelhante no processo de concentração que se delineou desde meados do século XX, guardadas as suas peculiaridades, destacadamente a intensidade, a velocidade e o volume. Houve uma pronunciada tendência à concentração e ao controle monopólico por parte de um número cada vez menor de empresas⁴⁵⁴. À época, em nível mundial, as grandes nações estavam – quase todas – debilitadas pelo conflito, à exceção dos EUA; a riqueza estava mais disseminada dentro deste, ao passo que hoje se centraliza monopolicamente, tendo um indivíduo – ou um pequeno número destes – ou uma única empresa, concentrado riquezas semelhantes ao PIB anual de um ou mais países periféricos. Esses dados conferem razão à ideia de inexorabilidade do papel do Estado na acumulação/concentração capitalistas que – através de políticas que facilitam os fluxos de capitais na relação interpaíses – propicia uma extraordinária centralização em espaços geoeconômicos e geopolíticos cujos interesses são resguardados pelo Estado Nacional.

Políticas neoliberais para a América Latina

Os anos 1970 foram de extrema importância para o desfecho do conjunto de políticas – denominadas neoliberais – aplicadas à América Latina dos anos 1980-90. Foi naquela década que ganhou corpo a crise monetária e os chamados ‘choques do petróleo’, que

452 Ver Bucco, Rafael Bravo. *Yes, nós temos bilionários*. Revista Universo Masculino. Edição 7, maio de 2005.

Também disponível em <http://www.ilheusamado.com.br/?q=node/4134>. Acessado em 22/12/2008.

453 Idem.

454 Acerca, ver Baran (1984).

transformaria a região no laboratório do que seria pejorativamente apelidado de neoliberalismo⁴⁵⁵. Projeto executado a punhos de ferro pelas grandes corporações dos países centrais – com extensões na periferia – veio deteriorar as condições sociais em prol da taxa de lucro capitalista, mesmo daqueles países que gozavam de certo crescimento econômico. Com certa diferenciação de um para o outro, todos foram forçados a se adaptar a um ambiente de maior concorrência e restrições motivadas pela contração do mercado.

No subcontinente, o Chile foi escolhido como primeiro laboratório do neoconservadorismo liberal, onde inicialmente se experimentou as teorias do proeminente ideólogo neoliberal Milton Friedman⁴⁵⁶, sob as botas militares da ditadura de Augusto Pinochet, em 1973. Nos EUA e Inglaterra, a reestruturação capitalista se fez sob os auspícios do ex-ator hollywoodiano e então presidente Ronald Reagan (1981-89) e sob a ‘dama de ferro’ vitoriana Margaret Thatcher, respectivamente. Inegável contribuição política da ofensiva neoconservadora, nesse sentido, teve o relatório da Comissão Trilateral⁴⁵⁷, que se apropriou da expressão “crise de governabilidade”, formulada pelos “falcões” da intelectualidade de direita estadunidense. Esse documento levantou, sob uma ótica distinta do prisma da esquerda⁴⁵⁸, o problema da democracia nas sociedades industriais avançadas.

Num primeiro plano, as políticas neoliberais encetaram uma reestruturação produtiva cujo alcance abrangeria as estruturas econômicas, culturais, políticas e sociais em escala planetária, interpenetrando todas as relações sociais. Nesse processo, os países periféricos passaram a figurar como atrativos ambientes (farta oferta de matérias-primas e mão-de-obra baratas, além de isenções tributárias justificadas como bônus de atração de investimentos) para a instalação de plantas industriais. Mais uma vez a trajetória do desenvolvimento capitalista ratificara a condição histórica de inserção da América Latina na acumulação internacional. A título de sucinta noção das discrepâncias da relação capital-trabalho entre centro e periferia, Pires registra o custo da mão-de-obra, se comparado ao similar estadunidense: “um operário médio na China, no Brasil ou no México, recebe menos da décima parte do salário daquele, forçando para baixo os custos trabalhistas” (2006: 21).

455 O neoliberalismo é aqui entendido não apenas como a extensão econômica que lhe caracteriza, mas como modelo social a que se estendeu, não só na América Latina, mas em todo o planeta.

456 Prêmio Nobel de economia de 1976, porta-voz da corrente monetarista (*Chicago boys*), responsável pela implantação dos pressupostos neoliberais no Chile do general Pinochet. Para Sampson, “o fanático da livre empresa” (1981:107). Sob sua orientação, o país captou o maior empréstimo de sua história (Idem, 344).

457 Acerca, ver, em perspectivas diferenciadas, Crozier, Huntington e Watanuki (1975), Moraes (1996), Almeida (2005b) e Chossudovsky (1999).

458 Acerca, ver Habermas (1980), O’Connor (1977), Offe (1984) e Held (1987). Análise conjuntural extremamente crítica da política conservadora dos “falcões” é encontrada em Franco (2004:97-101).

Por outro lado, mas no mesmo plano da reestruturação produtiva, as inovações no setor das comunicações e informática, permitiram a expansão das telecomunicações, acelerando, assim, a rotação do capital e dinamizando o processo produtivo. Isso facilitou o espraiamento das relações capitalistas, que veio a penetrar em todas as relações sociais. Pires registra que “softwares cada vez mais complexos tornaram as tarefas administrativas padronizadas e o cálculo financeiro adequado para apurar, no tempo real, os ganhos e perdas de modificações abruptas nas taxas de câmbio dos diferentes países que operam aquelas corporações” (2006:21).

O aprofundamento da internacionalização capitalista facilitara a transnacionalização produtiva e vice-versa, promovendo um estupendo aumento das operações industriais e financeiras a partir dos anos 1980, assim como novos instrumentos de proteção do capital especulativo – já que a economia mundial, com o *boom* de crédito, tornou-se menos estável. O capital sobrando do processo produtivo – capital industrial valorizado através do trabalho material – passou a buscar lucros na esfera financeira, utilizando-se, especulativamente, das oscilações do mercado de *commodities*, das taxas de juros e câmbio, entre outros instrumentos, para acumular nessa esfera. Isto só se tornou possível graças aos avanços das telecomunicações, que permitiram acompanhar, em tempo real, essas operações.

Assim, não casualmente a “década perdida” para as economias latino-americanas, foi também a dos “ajustes estruturais”. Pelos resultados favoráveis ao grande capital, não é difícil chegar-se à conclusão de que a apropriação – por parte das classes dominantes – de uma das bandeiras mais caras aos movimentos sociais, como a das *reformas*, foi exitosa. Sua decodificação e reinterpretação depravaram o lugar que esta categoria ocupava no âmbito da luta anticapitalista, substituindo sua conotação positiva de luta da classe operária no processo de educação política para a destruição da sociedade capitalista, pela conotação negativa das possíveis virtudes de um capitalismo regulado. Estava subjacente a esse processo a desresponsabilização do Estado de suas funções relativas à seguridade social, saúde, moradia, educação, deixando tudo a mercê do deus mercado. Esta é a agenda liberal.

Assim é que, de forma geral, as políticas públicas de todos os países inseridos nesse contexto de relações interestatais foram “desregulamentadas” (sistema financeiro, relações trabalhistas e mercados) e “liberalizadas” (fluxos de mercadorias e capitais⁴⁵⁹), uns mais,

459 Os dados atuais dão a noção do tamanho do problema. Se, em 1975, cerca de 80% das transações de divisas – troca de moeda nacional por outra – estavam dirigidas à realização de negócios na economia real (importação/exportação), os 20% restantes foram de caráter especulativo (compra e venda de moedas). Com a marcha da especulação monetária, as transações internacionais de dinheiro passaram dos 20% para

outros menos, a partir de suas características e de sua correlação de forças interna. Tais “reformas estruturais”, segundo Petras (1997), podem ser resumidas no conjunto de medidas de estabilização (preços e contas nacionais), privatização (meios de produção e empresas estatais) liberalização (comércio e fluxos de capital), desregulamentação (atividade privada, o que implica também os direitos sociais dos trabalhadores) e austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos).

O capital, na busca de recuperar sua taxa de lucro, alentou relações em espaços geoeconômicos cada vez mais livres das amarras estatais. A ideologia neoliberal, tendo por principal eixo de análise política a perda de importância dos Estados Nacionais⁴⁶⁰ passou a enfatizar o papel das ONG’s⁴⁶¹. Tendo seu surgimento incentivado por uma leva de dólares⁴⁶², no período que coincide com a recomposição capitalista representado pela implementação de políticas neoliberais, o efeito de suas ações individualizadas e focalizadas no processo de desmantelamento das políticas sociais, supostamente universais, defendidas como um espaço de “participação da sociedade”, essas instituições contribuíram decisivamente para desorganizar os movimentos sociais, ocupando os espaços vazios deixados pela ausência do Estado na área social. Atuando em setores antes institucionais e mobilizando politicamente a sociedade no sentido de arcar com mais esse ônus, numa atuação equidistante da sua pretensa identidade “não governamental”. Outra contradição representada pelas ONG’s é que elas são pensadas exatamente no âmbito dos próprios Estados Nacionais – contexto no qual se originam e atuam – mesmo operando de forma a enfraquecê-los. No entanto, o enfraquecimento estatal buscado por tais entidades é no sentido estrito de liberalização das barreiras⁴⁶³ à livre penetração do capital monopólico nessas economias, dando curso à concentração financeira e forjando as condições para a sua exportação.

97,5%, restando 2,5% para as transações de divisas. É o reinado incontestado das transações especulativas (monetário-financeiras). Ver *Enciclopédia do mundo contemporâneo*. Pg. 69, São Paulo, Publifolha, 1999.

460 Ver Fukuyama (1992), Nye (2002), Brzezinski (1997), Hardt & Negri (2001).

461 Em relação às ONG’s no Brasil, merece destaque especial a tese de doutorado em Ciências Sociais pela PUCSP, de autoria de Coutinho, Joana Aparecida, intitulada “*ONG’s e políticas neoliberais no Brasil*”,. Como contraponto a Coutinho, ver matéria intitulada “*O mundo é das ONG’s*” (Veja, 17/08/2005), onde já se menciona uma suposta “pós-globalização” e o papel das “Organizações Não-Governamentais” nesse contexto.

462 Jim Cason e David Brooks, correspondentes do periódico “*La Jornada*”, publicaram artigo citando fontes autorizadas da política externa estadunidense, no qual se lê: “El gobierno de Estados Unidos tiene un interés sustancial “en apoyar elecciones libres y justas en México” este año, y otorgará de manera directa y indirecta unos 800 mil dólares para ofrecer capacitación y apoyo financiero a organizaciones no gubernamentales (ONG) mexicanas que promueven la participación ciudadana en las elecciones...”. Ver “*Fondos de EU a ONG mexicanas para promoción electoral*” (*La Jornada*, 19 de abril de 1997).

463 No sentido contrário, é eloquente a afirmação do *Resumo do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005*, pg. 31, quando diz que as barreiras comerciais mais elevadas do mundo estão erigidas contra alguns

Na mesma lógica operava a retórica do fim do Estado-Nação, que ganhou corpo nos países emergentes e pobres, evidenciando a tentativa de fragilizar o poder estatal no que se referia às políticas protecionistas dessas economias. Como nos anos 1940-60, quando as multinacionais necessitavam de espaços livres de restrições para estender seus tentáculos por sobre as débeis economias nacionais – sob desvantagens tecnológicas frente às imperialistas – o Estado Nacional forte favoreceu com sua intervenção. Completando o serviço, as ONG's vieram facilitar a substituição do poder estatal pelas IFI's, tendo um papel fundamental também no sentido da disseminação da ideologia do fim do Estado-Nação.

Esse conjunto de ingredientes (introdução de reformas macroeconômicas, de fomento de déficits comerciais financiados por capitais externos – atraídos pela especulação financeira, pelas privatizações e, em menor escala, pelos investimentos – fazia parte da receita neoliberal imposta pelo Consenso de Washington, cuja decorrência imediata foi a inundação das economias periféricas pelo capital monopólico – principalmente estadunidense – a título de financiamento dos serviços da dívida e da modernização dos seus parques industriais. A engenharia central das 'reformas' empreendidas se apoiava na ideia de que o financiamento externo, predominantemente avalizado por compromissos de produção de superávits comerciais (este último oriundo em grande medida do setor agrário), equilibraria as economias periféricas e as levaria à inserção no tão decantado mercado internacional.

Contrariamente, as consequências foram, por um lado, redução da oferta de bens-salário no mercado interno – agravando ainda mais a distribuição de renda – como decorrência da sangria deslavada de recursos que escoavam a título de serviços da dívida, concentrando mais riquezas nas mãos da burguesia financeira, nacional e internacional (vide balanços dos bancos e o surgimento de novos bilionários); e a penetração do capital transnacionalizado, principalmente estadunidense, europeu e japonês, cujas presenças se justificavam a título da modernização dos parques industriais das nações emergentes, criação de emprego para a população e investimentos advindos dos grandes centros. No fim das contas, acabaram enchendo as contas bancárias de setores cada vez mais diminutos, através da especulação financeira – ou da associação capital industrial/financeiro – e sucateando as economias nacionais. A retórica escondia o caráter especulativo do capital que aportava na periferia sob a rubrica de investimento, sem realmente sê-lo. E a América Latina viu, nas primeiras dificuldades de pagamento, tal qual um vespeiro, uma revoada de capitais voláteis.

dos países mais pobres. Disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf. Acessado em 20/07/2008.

Fato é que a aplicação das “reformas” neoliberais veio destruir, de forma trágica e violenta, a organização da vida tradicional. Se, do ponto de vista macroeconômico, as medidas implantadas obtiveram um relativo êxito, não se pode dizer o mesmo no que se refere às suas consequências sociais, que se mostraram catastróficas em curto prazo. O resultado da aplicação desses “ajustes” em praticamente todos os países que seguiram tal receita se assemelha ao herdado pelo Chile, cujas consequências hoje se explicitam na afirmação do candidato da coalizão de esquerda *Juntos Podemos*, à presidência, no final de 2005:

*O Chile está cada vez melhor para os 10% mais ricos da população. Do ponto de vista macroeconômico, vai muito bem. Há estabilidade financeira e monetária, superávit fiscal, as exportações crescem e tudo aparentemente está perfeito. O problema é que as famílias não comem macroeconomia*⁴⁶⁴.

A análise pode servir à avaliação de todos os países da América Latina atual, guardadas as devidas particularidades, mesmo dos que não tenham sofrido um processo de ditadura militar como o Chile.

Assim sendo, a partir dos anos 1980, o capitalismo mundial passou a operar de forma ainda mais centralizada e burocrática, exibindo uma nova correlação de forças na esfera internacional. Nesse processo, o Estado foi elevado a um grau de complexidade tal que atendesse aos ditames da acumulação capitalista na mesma escala, cuja manutenção tornou-se por demais onerosa, acabando por gerar uma permanente inflação, além de atrair as finanças públicas para o mesmo patamar de crise generalizante. Este foi o caso, por exemplo, do aparelho estatal estadunidense. Tal configuração fez emergir uma contradição estrutural representada pelo aperto de duas mãos nada invisíveis: a do Estado e a do mercado. Uma colisão entre a inevitabilidade do intervencionismo estatal e os princípios liberais burgueses.

Quando os discursos pregavam, evangelicamente, o afastamento do Estado de toda e qualquer atividade econômica e social, para que a economia funcionasse de forma marcada pela liberdade de mercado, o controle exponencial do aparelho estatal se fazia necessário, o que o fez emergir em diferentes formas e intensidade, atingindo em cheio as esferas socioeconômicas. Adam Smith acabara de ser, definitivamente, sepultado, já que o Estado foi convocado a intervir social e economicamente.

464 Entrevista a Thomas Hirsch, candidato a presidente pela esquerda chilena, avaliando a situação do país. In: “*No Chile, a macroeconomia vai muito bem. Mas as pessoas não comem macroeconomia*”. Disponível em http://www.patriagrande.org/index.php?option=com_content&task=view&id=184&Itemid=2. Acessado em 18/07/2008.

Nesse contexto, a quimera liberal da “liberdade”, palavra mágica soada pelos aparelhos ideológicos liberais da revolução burguesa de 1789, foi ressuscitada. E, como naquele processo, sua conotação central era a mercadológica, inovada por vocábulos pomposos como *flexibilização, liberalização, desregulamentação, abertura...* que nada mais significava que novas leituras de uma mesma linha matricial. Assim, na Argentina de 1976, o ministro Martínez de Hoz (da ditadura de Videla), ao dar início ao projeto de “flexibilização da economia”, declarava os pressupostos da “nova” cartilha em vigor:

*(...) Libertad de precios, libertad del mercado cambiario, libertad del comercio, liberación de las importaciones, liberación de las tasas de interés, liberación de los alquileres urbanos e rurales, liberación de las tarifas de los servicios públicos, eliminación de la sobre-protección, libertad para la concertación salarial, libertad para la transferencia de tecnología, libertad para las inversiones extranjeras.*⁴⁶⁵

O discurso foi uníssono em toda a América Latina.

Na retórica neoliberal que se produzia então, ‘liberdade’ não tinha outro significado que a mera adjetivação de megamercados (‘globalização’); *liberalização* e *flexibilização* significaram a libertação do capital das amarras representadas pelas conquistas históricas, já institucionalizadas, da classe trabalhadora; *desregulamentação* caracterizava a intensificação do processo de trabalho e a extensão de sua jornada, numa racionalidade burguesa extrema tal qual concebida pela categoria marxiana da *mais-valia absoluta*. Liberdade assim traduzida não passou de termo pomposo que antimarxistas deram às clássicas categorias marxianas de mais-valia, absoluta e relativa. Assim, a liberdade repetida *ad nauseum* por Martínez de Hoz não tinha significado próprio, repetindo 1789: “liberdade de mercado”.

No entanto, liberdade teve seu significado adaptado às novas esferas da acumulação de fim de século. Enquanto palavra-chave desse processo, na leitura descrita, exprimiu, na circulação, liberalização dos fluxos de mercadorias, capitais e tecnologia; na área financeira expressou o livre trânsito para o exercício da especulação num alto grau de onipresença; no conhecimento científico, a mercantilização extrema de sua produção pela imposição das leis de patentes⁴⁶⁶; na administração pública, a privatização dos serviços e das empresas estatais; no setor da produção industrial, correspondeu à reestruturação produtiva.

465 *Mercado*, 20 de dezembro de 1979, Buenos Aires.

466 Expressão do poder do grande capital, cujo monopólio legal funciona como apoio do monopólio econômico, dando vida ao que Hilferding dizia um século atrás sobre o capital: “(...) devido a seu grande poder de capital, as associações também estão em melhores condições do que os concorrentes individuais de adquirir novas patentes e fortalecer dessa forma sua posição monopolista” (1985:198).

Na esfera política, no entanto, a preleção da liberdade representou exatamente o contrário. Quando se tratou da implementação das políticas neoliberais, a liberalização econômica não viu conflitos com o uso de instrumentos ditatoriais, ressuscitados a partir das particularidades de cada país. Ao mesmo tempo em que apregoavam abertura comercial e desregulação financeira – políticas liberalizantes por natureza – a implementação de seu projeto de sociedade era acompanhada por ferrenha repressão às organizações político-operárias e populares – tanto nos centros quanto na periferia. A resistência oferecida pela classe trabalhadora a tal projeto foi esfacelada, mesmo no que dizia respeito aos movimentos nacionalistas, especialmente aqueles que continham aspectos anti-imperialistas. E, provando que o exercício da democracia enquanto regime político não é a pré-condição para o desenvolvimento capitalista, o princípio da liberdade econômica, paradoxalmente – para a burguesia que o forjou – não implicava o da liberdade política e social. Não dessa vez. A nova rodada de transnacionalização do capitalismo começou por negar os princípios políticos forjados por sua própria classe quando revolucionária.

A propósito, ainda faz falta um estudo acerca do nexos entre a implantação do projeto neoliberal na América Latina e a violência institucional que a acompanhou – o que não se pretende aqui – inclusive pela gritante contradição do discurso oficial quanto ao papel do Estado na ordem neoliberal. Na realidade, o traço principal do Estado Nacional na atual conjuntura capitalista continua o mesmo do século XIX: burguês, autoritário, corrupto e representante dos interesses da fração de classe dominantes. O discurso que tenta afirmar o contrário não passa de retórica neoliberal.

Uma análise mais apurada dos processos de implementação do projeto neoliberal na América Latina mostra que este se deu pela violência institucional, tendo o Estado interferido ferozmente não só no âmbito econômico, mas também no político. Assim foi no Chile, país pioneiro na região, onde as *reformas* neoliberais se deram sob a sangrenta ditadura do general Augusto Pinochet, auspiciada pelas agências estatais estadunidenses; no Peru de Alberto Fujimori, no início da década de 1990, quando implantou os “ajustes estruturais” sob as botas militares, não sentindo remorsos por debelar o Congresso Nacional e o Judiciário, maculando pilares imprescindíveis ao liberalismo burguês; na Bolívia, o preço da implantação das medidas vaticinadas pelo Consenso de Washington custou a institucionalidade, quando o governo lançou mão a uma das importantes armas da ditadura, o “estado de sítio”, ressuscitada sem nenhum constrangimento, contra as manifestações da COB, a maior central de trabalhadores do país, posta na ilegalidade, tal como no processo ditatorial; no Brasil, o

então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não hesitou em apelar para o Exército na repressão à maior greve de petroleiros da história do país, em maio de 1995; no México, que não sofreu nenhum golpe militar nos moldes de seus vizinhos de continente, a *ditadura perfeita*⁴⁶⁷ do Partido-Estado cumpriu seu papel por meio do tradicional autoritarismo que marcou e marca a história mexicana por mais de 70 anos⁴⁶⁸.

Quando da implantação das medidas ‘ultraliberalizantes’, o que se dizia “Estado de exceção” tornara-se a regra do Estado na América Latina: a ditadura, o autoritarismo e a falta de liberdade política, mesmo sob tais ações, seriam propagados como práticas democráticas. A mão forte (visibilíssima) do Estado no trato das reformas foi evocada todas as vezes que se julgou necessário; a “mão invisível” que se ativesse ao mercado. O escopo do “Estado de exceção” implantado por esses golpes tornou-se a regra naquele período, com o intuito de restabelecer, por certo tempo, as condições de reprodução capitalista e criar as bases do neoconservadorismo liberal da atualidade.

Chegada a década de 1990 – pós-crise de endividamento – a América Latina se viu outra vez envolvida por uma grande oferta de capitais. As taxas de juros internacionais haviam caído e o capital financeiro abarrotava os bancos, ávido por melhores ganhos. Novamente as burguesias dos países periféricos eram induzidas a valorizarem suas moedas, o que veio gerar contundentes déficits comerciais, abrindo campo para a inserção de capitais especulativos de curto prazo, remunerados por altas taxas internas de juros. A adesão ao *boom* especulativo oferecido promocionalmente no mercado euro-estadunidense, foi a dádiva que permitiu à burguesia camuflar a verdadeira situação socioeconômica da região⁴⁶⁹.

Tais fluxos de capitais – voláteis, como tão logo se mostraram – davam aos indicadores macroeconômicos uma aparência positiva quando, na verdade, as taxas de crescimento anual do continente vinham caindo vertiginosamente. Foram anos marcados pela intensificação do processo de neoliberalização da periferia, quando o México foi transformado na cobaia da mais recente recomposição capitalista, experiência que o faria passar pela pior crise econômica dos últimos 50 anos de sua história⁴⁷⁰. Ao mesmo tempo, os

467 Frase cunhada por Mario Vargas Llosa, escritor peruano (apud FUSER, 1995:13).

468 Período em que o PRI (Partido Revolucionário Institucional) se manteve no poder. A ditadura perfeita alude ao caráter da “democracia” mexicana, que se mostra em duas facetas: uma eleitoral, mantida mediante fraudes e corrupção, geralmente financiada pelos narcotraficantes e pelos EUA; e outra, marcada por um autoritarismo personalista, corporativo e clientelista, financiado por setores conservadores do PRI, que agem numa espécie de neocaudilhismo – marca tão frequente na cultura política mexicana.

469 Ver Schwartz (1995) e French-Davis & Griffith-Jones (1997).

470 O próprio presidente do Banco de México assim concebeu a economia de seu país à época. Acerca, ver CUÉLLAR, Mireya & SILVA, Ciro Pérez (1998). “Ortiz: México vive la peor crisis económica de su historia”. *La Jornada*, 09.12.1998.

ideólogos neoliberais vendiam ao mundo a imagem de um México modelo de economia para o conjunto da região. No entanto, ao estourar a crise, esses mesmos ideólogos atribuíram-na à incompetência técnica de seus gestores e à fragilidade institucional ao aplicar o receituário. A economia que o seguiu – como a Argentina – caiu em bancarrota. Seguida tal indução, uma crise generalizada na América possivelmente levaria à falência o capitalismo mundial.

O Estado e as políticas neoliberais para a América Latina

Hei, anos 80, charrete que perdeu o condutor. Hei anos 80, melancolia e promessas de amor. (...) É o país carregador dessa miséria dividida entre Ipanema e empregada do patrão, varrendo lixo pra debaixo do tapete que é supostamente persa pra alegria do ladrão.
Raul Seixas⁴⁷¹

Se, no mercantilismo, a burguesia comercial (então hegemônica), defensora dos interesses do capital comercial, travava sua heróica luta pela regulamentação estatal da vida econômica – contra os interesses da burguesia industrial, que defendia o arrefecimento da intervenção estatal nas relações econômicas – a vertente que defendia a existência de um aparelho estatal forte foi a que prevaleceu. Essa circunstância acabou favorecendo o capital bancário que, unindo-se ao industrial, se valeu do poder político para se impor na competição do mercado mundial.

O Estado, histórico aparelho de classe, dentro dessa concepção, ganhou contornos um tanto contraditórios. A formação dos Estados Nacionais – e do exército moderno que, ao legitimar-se como detentor do uso monopolístico da violência possibilitou ao Estado opor-se à própria sociedade na defesa dos interesses dominantes – facilitou a reprodução das relações de produção capitalistas na periferia a partir dos interesses predominantes nos centros, resguardando as peculiaridades típicas das relações engendradas nacionalmente, respeitando a lógica imperialista que vincula a abertura de novos mercados ao alívio contra os efeitos das crises econômicas nos países centrais do sistema.

Nesse contexto, o capital financeiro necessitava de uma instituição poderosa capaz de se impor tanto no plano interno das economias, quanto no externo; precisava de uma dinâmica que liberasse o capital da anarquia do mercado que submetia o capital industrial. No dizer de Hilferding, um Estado que pudesse

intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro. E, nesse raciocínio, a luta de

471 “Anos 80”, Raul Seixas, Dedê Caiano (compositores). In: “**Abre-te Sésamo**”. São Paulo: CBS, p1980. Disco (LP) sonoro, 33 1/3 rpm, estéreo, 12 pol., lado A, faixa 3.

classes, “estéril e perigosa para os proprietários”, dá lugar à ação coletiva da nação unida pelo mesmo fim de grandeza nacional (1985:314-315).

Embora um Estado interventor trouxesse um novo problema para a esfera política do liberalismo (a desconexão do poder estatal passou a ser prerrogativa daqueles que detinham o controle do aparato militar), tal dificuldade seria resolvida com a concepção de uma estrutura hierárquica rígida capaz de submeter as forças armadas à institucionalidade. Tal conformação exige, a quem se atreve a olhar criticamente seu processo, uma revisita à questão do nacionalismo e dos Estados Nacionais.

Sendo o capitalismo um sistema cuja vocação é a conquista de mercados – para o que sempre contou com o enfático apoio do Estado burguês, embalado pela ideologia do nacionalismo – o fenômeno imperialista representa a necessidade de expansão do capital enquanto sistema mundial. Assim, atual divisão internacional do trabalho ratifica o argumento de que a inserção nacional no conjunto internacional capitalista é fator importante no processo de transferência e acumulação de riquezas, como também denuncia a concentração destas no âmbito das esferas centrais do sistema. Assim, apesar das mudanças ocorridas no processo histórico da existência do sistema capitalista, estas relações mantêm sua estrutura, sua função histórica da lógica de acumulação onde o imperialismo tem marcada presença, dinâmica que garante sua perpetuação. Quanto à sua nova feição, esta se deve ao processo de expansão das relações capitalistas em escala mundial e ao aprofundamento da crise por que vem passando o sistema nesses últimos quarenta anos. A roupagem “globalizacionista” que atualmente veste o capitalismo representa uma necessidade vital de sobrevivência. Para Hobsbawm, a partir da década de 1960 a economia mundial passou de uma conotação internacional a transnacional. Ou seja, operou-se

um sistema de atividades econômicas para as quais os territórios e fronteiras de Estados não constituem um esquema operatório básico, mas apenas fatores complicadores (...) Três aspectos dessa transnacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como “multinacionais”), a nova divisão internacional do trabalho e o aumento de financiamento offshore (externo). Este último não só foi uma das primeiras formas de transnacionalismo a desenvolver-se, mas também uma das que demonstraram mais vividamente a maneira como a economia capitalista escapava do controle nacional, ou de qualquer outro (1995:272).

Para Almeida, no entanto, o processo teria ocorrido de forma diferenciada. Esse ‘escape’ não teria se dado pelo simples fato de a ideologia nacional inserir-se na estrutura do

capitalismo. Ele supõe “a existência de um nexu estrutural entre nação e capitalismo, na medida em que esse modo de produção constitui classes sociais distintas e antagônicas como uma comunidade cujo interesse é representado pelo Estado burguês” (1995:17). Assim, seu raciocínio sinaliza para a existência de contradições entre o modo de funcionamento do sistema capitalista em nível internacional e nacional, sendo a ideologia nacional mais um mecanismo de reprodução da sociedade capitalista, cujas condições de reprodução são cimentadas nesse mesmo espaço. Para ele – e aqui se toma sua tese como ponto de partida – o “Estado capitalista funciona de um modo nacional” (1995:48).

Assim, o característico desenvolvimento econômico desigual do capitalismo dispersa os efeitos das crises por sobre específicos grupos sociais que não têm uma articulação forte o bastante, cuja contestação não atinge o cerne do sistema (no âmbito das relações internacionais, os países periféricos; no âmbito das relações sociais, os não-brancos, consumidores, idosos, crianças, etc.). Para que isto se faça possível, o atual Estado burguês patrocina arranjos corporativos, acordados com o capital monopolista, de forma que o principal pilar do *status quo* capitalista (o trabalho subsumido pelo capital) seja preservado. Somente um Estado forte tem capacidade para cimentar um acordo que envolva os interesses corporativos do grande capital e os grupos estratégicos de articulação social típicos da sociedade capitalista (sindicatos, confederações, ONG’s, etc.). Só um Estado forte é capaz de costurar negociações extraparlamentares que envolvam favorecimento político-pessoais, cooptação sindical, mercantilização das relações políticas (corrupção) e, com isso, fragmentar as lutas sociais antissistêmicas ao reverter conquistas já institucionalizadas. Enfim, só um Estado eficaz pode retroceder as perdas políticas que o enfrentamento à crise sistêmica lhe custou. O Brasil, de Collor a Lula, é um exemplo bastante eloquente desse cenário desde inícios dos anos 1980.

Como se percebe, tais arranjos evocam a presença contundente da instituição Estado, apesar do discurso minimalista que permeou as alocuções dos ideólogos burgueses do período, vibrando solene, sonora e eloquentemente à cata de alento em espaços geoeconômicos livres das ligas estatais nos países da periferia capitalista. Tal preleção acabou por seduzir, magicamente, os agentes das políticas públicas dos países latino-americanos, sendo incorporada aos projetos eleitoreiros, inclusive de boa parte da esquerda, especialmente aquela desiludida com a queda do muro de Berlim. Esta ala política assumiu a homilia neoliberal no contexto das relações interestatais, passando a repetir, euforicamente, os mesmos chavões como se representassem os anseios das classes que diziam defender, sem

atentar-se para o fato de que, mesmo para liberalizar a economia capitalista se fazia inexorável a intervenção do aparelho estatal.

No processo de transnacionalização, a ação do capital impelia o Estado a transpor a sua condição nacional para a transnacional. Em simples palavras, apesar do discurso acerca do Estado mínimo, este continuou a exercer suas funções de administrador das economias nacionais e de viabilizador do consenso entre os interesses das classes dominantes locais e os das grandes corporações transnacionais, contudo desresponsabilizado de suas atribuições sociais, tal qual concebido por Borón: “diminuído em sua base social, mas burocraticamente eficaz para servir ao capital” (1994:81).

Tomando como referência a recomposição capitalista do pós-II Guerra, vê-se que desde este período uma base ideológica oriunda de uma obscura “Sociedade de Mont Pélerin”⁴⁷² se constituiu. Suas ideias liberais encontraram solo fértil na emergência da crise que explodira na década de 1970, quando do aprofundamento da crise mais geral do capitalismo, caracterizada pela emergência da tensão energético-monetária. Um dos mais ilustres expoentes dessa sociedade, Hayek⁴⁷³, passou a indicar um receituário que, dizia, restabeleceria o sistema capitalista em crise.

Tratava-se de um remédio amargo que indicava a concorrência como princípio propulsor da economia, elegendo o mercado como regulador. Esse princípio excluía certos tipos de intervenção na vida econômica por parte do Estado, mas também admitia “outros que às vezes podem auxiliar muito consideravelmente no seu funcionamento, e até exige determinadas formas de ação governamental” (Hayek, 1946:67). Seus juízos aconselhavam restrição à ação governamental com respeito à criação das condições em que a concorrência fosse tão efetiva quanto possível, completando-lhe a ação onde ela não se fizesse eficaz.

Para Anderson, o receituário de Hayek veio no sentido da manutenção de um Estado forte o bastante cuja capacidade permitisse-lhe romper com o poder dos sindicatos e quaisquer organizações operárias – apontadas como responsáveis pela queda nas taxas de lucro por meio de suas reivindicações salariais e condições de trabalho – e no controle da moeda. As medidas deveriam ser severas e marcadas por uma profunda disciplina orçamentária que levasse em conta uma austera contenção dos gastos com bem-estar social e que restaurasse a taxa “natural” de desocupação, ampliando o exército de reserva de mão-de-obra como tática que

472 Sociedade fundada na Suíça, em 1947, pelos precursores do neoliberalismo. Dela participaram, entre outros, Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper. Acerca, ver Anderson (1995).

473 Referência a Friedrich August von Hayek, economista britânico de origem austríaca que escreveu *O Caminho da Servidão* (1943), cuja tradução só chegou ao Brasil em 1946. Prêmio Nobel de Economia, em 1974.

levaria à quebra os sindicatos (1995:11). O corolário dessas medidas deveria ser a implementação de reformas fiscais (implantadas na América Latina desde os anos 1970), “imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas” (Idem). O efeito colateral desses ‘remédios’ resultaria num antídoto contra a “intervenção anticíclica e a redistribuição social”, anomalias que teriam desastrosamente deformado “o curso normal da acumulação e do livre mercado” (Ibidem). O crescimento seria uma consequência ‘natural’ da estabilidade monetária e dos incentivos restituídos por essas reformas.

Por trás do discurso de Hayek estava, entre outros objetivos, o de dar um fim ao Estado de Bem-Estar Social, assim como contribuir na crítica à economia planificada da URSS, vista como “o caminho da servidão”. Ideologicamente montado, o discurso acerca do Estado apelava para a concepção de um aparelho mínimo (no sentido da intervenção econômico-social), mas, ao mesmo tempo, como forte tutor de um megaprojeto que envolvia uma intervenção estatal forte e decisiva.

No que se refere à política, o papel do Estado foi e continuou a ser a tônica das polêmicas. O receituário preconizado por Hayek (1946), herança para seus futuros discípulos, defensores da tecnoestrutura, lotados nas universidades de administração Harvard, Colúmbia e Stanford, nos EUA, e que se incumbiram de levar às últimas instâncias seus desígnios a partir da primeira metade do século XX, manifesta mui claramente isso. Pelas – não tão novas – premissas, o Estado total, representado pelo *Welfare State*, já tinha cumprido o seu papel, que era transferir a mais-valia social para a modernização industrial, garantindo a segurança e a manutenção tanto da ordem quanto da igualdade burguesas, devendo dar lugar a um Estado de novo tipo. Este *novo* Estado deveria ser minimalista⁴⁷⁴ devendo restringir seu papel às políticas econômicas imprescindíveis ao capitalismo contemporâneo: ou seja, ater-se a políticas de transferência de uma maior autonomia e poder de decisão no processo de acumulação para o setor privado.

A retórica de que o Estado era “inchado” e que deveria ser mínimo, buscava restringir sua atuação ao âmbito econômico – quando necessário se fizesse – mas acabou chegando a outro objetivo, no que concerne à área social. A retirada estratégica do Estado de suas responsabilidades sociais levaria, necessariamente, a sociedade civil a preencher a lacuna

474 Ver-se-á que isso não passou de ideologia para retirar do Estado sua responsabilidade social. As estatísticas mostram que, na maioria deles, o tamanho aumentou (BORÓN, 2002). A própria *mea culpa* de Fukuyama (2005), que lhe custou a pecha, pelos corredores das universidades, de “o liberal que caiu na real” não deixa dúvidas.

deixada. Sem sombra de dúvidas, essa transferência de responsabilidades buscava salvar a taxa de lucro capitalista, fazendo com que a sociedade – e não o capital – arcasse com os custos sociais dos efeitos colaterais oriundos do processo de acumulação.

Ao se analisar o papel do Estado no seio das políticas neoliberais de ajustes estruturais, tem-se que o papel jogado por ele contrasta em muito com o discurso minimalista de então. Concomitantemente à venda da retórica do Estado mínimo, o imperialismo necessitou do fortalecimento do poder estatal, a exemplo do investimento nas áreas das forças armadas e da burocracia, arrebanhando todo tipo de dependência recíproca entre as esferas do poder, vinculando-as aos interesses do capital financeiro. Por sua vez, através da desestatização, das privatizações e da desregulamentação⁴⁷⁵, buscou-se transferir funções dos Estados Nacionais para a esfera privada, mais especificamente para a instituição abstrata eufemisticamente denominada ‘mercado’. Isso trouxe problemas sérios de ordem não só econômica, mas também política, já que acabou transferindo a centralidade das decisões do legislativo para o executivo, abrindo campo para neoautoritarismos. O que aconteceu foi que a fração de classe burguesa que passou a dominar o espectro econômico-financeiro dominou também as esferas burocráticas e militares, além de também controlar cargos-chave da estrutura estatal.

Nesse sentido, a retórica neoliberal de Nye (2002) e Fukuyama (2005), em sua tentativa de desvincular os ajustes estruturais na periferia e seu conteúdo imperialista, contém em si uma contradição intrínseca: no que diz respeito à economia, as próprias políticas neoliberais (referidas como liberalizantes) reclamam contundentes ações estatais, as quais, sem a presença marcante de um Estado forte e militarizado não se concretizariam. Contraditoriamente, quando se trata da aplicação das medidas econômicas liberalizantes (inclua-se todas as reformas e o sucateamento das organizações sindicais e antissistêmicas), o Estado atual de forma totalitária (no sentido da intervenção), numa clara tendência de controle sistemático sobre o elemento capital variável do processo de produção; mas quando diz respeito à área social – a “servidão voluntária”, na concepção *hayekiana* – deve ser omissa. As consequências dessa omissão foi que, no vácuo deixado pelo Estado, novos personagens entraram em cena: as ONG’s, as IFI’s e o que se denominou de “grupos terroristas”. No diagnóstico dos dois citados expoentes ideológicos do neoliberalismo, o surgimento

475 Caso extremo de desregulamentação na América Latina foi o do México, cujo Presidente Salinas de Gortari nomeou, em 1988, um ‘czar da desregulamentação’, uma espécie de ouvidoria federal para assuntos de desregulamentação, com *status* executivo. Esse ‘czar’ tinha liberdade para revisar e anular qualquer regra e regulamentos que julgasse ‘gravosos’. Acerca, ver *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial – 1997*. Washington, Banco Mundial, 1997, pg. 66.

indiscriminado de instâncias privadas de poder onde as instituições “democráticas” estatais estiveram ausentes.

Nesse sentido, a retórica burguesa do discurso do Estado Mínimo é enviesada e deve ser entendida na forma inversa de sua progressão. Se, na gênese e desenvolvimento do sistema capitalista até a Guerra Fria o Estado Nacional determinava a configuração mundial, na atual se dá o inverso, onde os arranjos do capital hegemônico definem a inserção nacional internacionalmente. Isso, ao contrário de ratificar o discurso da minimização do Estado e de sua pretensa não-intervenção, nega-o. Contrariamente ao discurso hegemônico, o papel que os Estados Nacionais desempenham na atual conjuntura foi revalorizado quando se tratou da solidificação desse ‘consenso’ em torno dos interesses do capital monopolista – expresso na adesão ao neoliberalismo mundial – e contra os interesses dos trabalhadores.

Ao se atentar para o fato do esfacelamento daquilo que Che Guevara denominava “socialismo de mercado”⁴⁷⁶ e do reforçamento no centro imperialista, que acabou consolidando os EUA como superpotência hegemônica mundial sem que houvesse qualquer contraposição a esse poder, vê-se subjacente um – senão mais – aparato de Estado cujo poder político, econômico e militar se transnacionalizou. Essa configuração aponta para a confluência dos interesses do grande capital, implicando a subordinação das demais potências ao poderio estadunidense, conformado hoje na *tríade* (EUA, Europa Ocidental e Japão).

Para além das paradoxais contradições do discurso neoliberal, em nenhum momento da história do capitalismo o papel do Estado foi tão essencial à reprodução da acumulação como no processo de concentração/centralização capitalista atuais. Foi sob os auspícios dos Estados Nacionais que se deu o solapamento do clássico contrato Estado/cidadão que levou à supressão de conquistas históricas dos trabalhadores ao efetuar, através das políticas denominadas neoliberais, a chamada flexibilização das leis trabalhistas. Assim também a realização da transferência de riquezas da esfera estatal para a do capital privado e da liberalização dos fluxos financeiros.

Nesse âmbito, os governos funcionam dentro da normalidade, sendo um contrassenso a afirmativa de seu enfraquecimento. Exemplo disso é o aparelho de Estado dos EUA, mais que qualquer outro neste século: na guerra contra o Iraque (2003) as forças armadas enviadas por este país (no início em torno de 120.000 mil homens), sob a supervisão de Donald Rumsfeld, em certa medida foram privatizadas (a logística das tropas, assim como boa parte delas, sempre esteve a cargo de empresas terceirizadas) sendo administradas dentro de

476 Veja-se LÖWY, Michael. “Os cadernos inéditos de Che Guevara”. *Le Monde Diplomatique*, outubro de 2007. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2007-10,a1934#nh8>. Acessado em 19/11/2007.

parâmetros tipicamente flexíveis. Na mesma lógica, foram as imediatamente anteriores campanhas militares estadunidenses: as Guerras do Golfo e a invasão do Afeganistão. Outro exemplo, mas com os mesmos atores, pode ser tirado do discurso da Secretária de Estado estadunidense, Madeleine Albright (1997-2001) – já citado – para não se referir a tantos outros.

Esses exemplos dão o teor da relação de dominação estabelecida entre os EUA e a América Latina, hoje explicitada, em maior escala, na relação EUA/Mundo. Quando um discurso daquele teor é originado, não a partir de uma corporação, mas de uma matriz institucional, não ficam dúvidas de que o Estado Nacional continua interventor sim, e atua não como um empecilho à economia global – como o afirmara Hobsbawm – mas, pelo contrário, como assegurador das condições, senão propícias, necessárias à reprodução das estruturas capitalistas de produção. Ao ouvir Albright (poderia ser Condoleezza Rice), vê-se que a presença do Estado no ordenamento político, econômico e social continua forte e contundente, apesar da cartilha neoliberal impor aos países periféricos um modelo no qual o próprio Estado imperial não se enquadra. A incoerência entre a retórica e a prática se acentua quando se analisa a emenda para o soneto cantarolado por Fukuyama desde *El último hombre y el fin de la historia* (1992), quando preconizava o Estado mínimo – coisa antiga, apesar da novidade que lhe revestiu a performance midiática.

No entanto, se na década de 1990 o discurso neoliberal era este, no novo século – tal se constata em Fukuyama (2005) – ele toma outro rumo. A concepção *fukuyamesca* acerca do caráter do Estado no novo milênio é a de que ele deve ser forte, mas com uma condição: não tão forte que lhe permita tornar-se totalitário, nem tão fraco que não sustente suas instituições.

Para além de qualquer conjectura, a concentração de capitais nos principais centros geoeconômicos e políticos, configuram características típicas do fenômeno imperialista moderno sob os auspícios do Estado Nacional, mostrando que estes continuam firmes e fortes na sua vocação classista: ausente das suas funções sociais e presente (muito presente) na execução de políticas em prol do capital monopolista. O Estado mudou seu grau de atuação, não seu escopo, sua intensidade e importância no processo de acumulação capitalista. Assim, uma coisa é afirmar que o Estado não é mais o mesmo do *Welfare State*; outra, porém, é dizer que ele se enfraqueceu.

A propósito, as afirmações de enfraquecimento dos Estados Nacionais frente à transnacionalização do capitalismo ou mesmo da existência de um “império sem centro” como afirmam os autores de *Império* (2001), o que se viu – e se vê – é exatamente o

contrário: as vinculações das políticas nacionais e internacionais estão estreitamente sólidas com relação a epicentros geoeconômicos a partir da posição de determinados países hegemônicos no sistema financeiro internacional. Tal conformação reafirma dois pressupostos clássicos acerca da relação capital monopólico/poder estatal: o de Hilferding, quando escreve que, no estágio monopólico do capitalismo, “simultaneamente, o capital adquire força para dominar o aparelho estatal, diretamente mediante a força econômica própria, indiretamente ao subordinar os interesses das demais classes ao seu próprio” (1985:317); e o de Bukhárin, quando afirmava que o Estado, sob o imperialismo, deixara de ser apenas um elemento da superestrutura, tornando-se, também, em ritmo acelerado, força econômica que se encadeia aos monopólios privados. Ao se retomar a trajetória do Estado desde a implementação das medidas neoliberais na América Latina, vê-se que tais afirmativas são, ainda hoje, atuais⁴⁷⁷.

No atual reordenamento político-econômico em nível mundial, o melhor parâmetro para se medir o tamanho do Estado, crê-se, são as políticas levadas a cabo pelo aparelho estatal estadunidense, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Apesar da retórica discursiva da ala conservadora, a ofensiva da burguesia internacional sob o predomínio de políticas neoliberais veio reforçar a tutela mundial por parte dos EUA em todos os planos: econômico, político-militar e ideológico. Uma subordinação que buscou afirmar possibilidades de inserção das nações periféricas no rol das desenvolvidas, condicionadas às políticas gerais de reprodução capitalista segundo os interesses dos países centrais. Qualquer inserção a partir da periferia atende a esses pré-requisitos.

Diferentemente do enfraquecimento do Estado, o que se vê abrandado é o Estado-Nação, pela desenfreada expansão de organismos supranacionais. Ao articular as políticas nacionais e internacionais de forma a relacionar os interesses das burguesias nacionais com os de sua congêneres nos epicentros geoeconômicos e geopolíticos, o capitalismo unificou os interesses burgueses internacionalmente. Assim, mesmo no atual estágio de transnacionalização, o Estado-Nação é a única unidade política concreta. A relação EUA/periferia é eloquente contraponto nesse sentido. Ademais, as relações internacionais se estabelecem a partir da posição de determinados países hegemônicos planetariamente. As já citadas Guerras do Golfo, a invasão do Afeganistão e, mais recentemente, a guerra contra o Iraque – esta última a despeito do entendimento em contrário por parte de organismos

477 O SIPRI estimou os gastos militares em nível mundial em 1,2 trilhões de dólares, valores que representam um aumento de 37% no que se refere aos 10 anos anteriores a 2007. Somente os Estados Unidos são responsáveis por 46% de tais gastos, sendo seguidos, distantemente, pelo Reino Unido, França, Japão e China com 4-5 por cento cada. In: “*Projects on Military Expenditure and Arms Production*”. Disponível em <http://www.sipri.org/contents/milap/>. Acessado em 19/11/2007.

políticos multilaterais como a ONU⁴⁷⁸ e do protesto manifestado por cerca de 12 milhões de pessoas no mundo inteiro, em 15 de fevereiro de 2003 – reafirmam esta relação. O Estado estadunidense suplantou a principal referência de organismo moderador de direito internacional, expondo-a a sua maior crise de legitimidade, o que reforça a tese de que a atividade subvencionista estatal, contrariamente ao discurso em voga, é uma constante em todos os sentidos.

Por outro lado, também sob o domínio estadunidense, os organismos financeiros mundiais (como FMI e BM) foram blindados (e brindados) com a inimizabilidade, só respondendo pelos seus atos perante os executivos dos governos que os compõem⁴⁷⁹, ficando impunes os danos econômicos, sociais e ecológicos causados por suas políticas econômicas, permitindo o vale-tudo na corrida pela acumulação capitalista. Assim, a execução dos ajustes estruturais na periferia do capitalismo, no plano nacional, foi feita levando em conta os desequilíbrios internacionais. Mesma lógica seguiu a implementação das políticas neoliberais na periferia, permitindo a legalização do controle oligopólico da economia, gerando uma concentração e centralização de capitais em proporções nunca dantes vista na história do capitalismo mundial (CHESNAIS, 1998).

Para além de todas as contradições e inferências do discurso ainda hegemônico, o Estado continua tendo um papel central na história não só dos países periféricos, mas ainda mais preponderante nas nações centrais do capitalismo. Ali ele é uma instituição não só vigente como também sólida, ora assumindo um papel autoritário e totalitário – como traduzem a fala da Secretária de Estado e as intervenções militares estadunidenses no mundo – ora um papel mais discreto, quando diz respeito às medidas protecionistas internas. Diferentemente do que concebe Hobsbawm (1995), as fronteiras de Estados não constituem fatores complicadores para as atividades econômicas, pelo simples fato de não existirem fronteiras quando se trata de fluxo de capitais, como tem sido demonstrado atualmente. A razão de ser do Consenso de Washington o afirma.

478 Apesar de ter se mantido como a única autoridade global em muitos momentos, atualmente seu poder emana do aparato estatal estadunidense, considerado única potência mundial, o que torna sua autoridade simbólica quando se trata de contrapor às ações estadunidenses. As decisões unilaterais tomadas pelo governo dos EUA mostram hoje a fragilidade da ONU, expondo o fato constrangedor de que só era considerada legítima quando esse país – cuja política internacional atualmente pauta-se na unilateralidade – a hegemonizava.

479 Acerca, ver Borón (2002:62).

O Consenso de Washington

A denominação *Consenso de Washington* (doravante CW), surgiu nos anos 1980 para designar o conjunto de medidas político-econômicas surgidas no contexto da “nova estratégia” do governo Ronald Reagan. Tais medidas tinham o objetivo de debelar a queda na taxa de lucros que, há mais de uma década, grassava a economia capitalista mundial. Constitui o CW uma tentativa de convergência entre instituições multilaterais – FMI, BM, *Federal Reserve*, BID –, membros do Congresso estadunidense, aliados a economistas e políticos latino-americanos – no que concerne à aplicação, naquela década, de políticas públicas com vistas à estabilidade macroeconômica, a um suposto crescimento sustentado e ao controle da inflação. Esta última meta dizia respeito diretamente aos interesses do capital financeiro, cujos lucros se inviabilizavam toda vez que subiam os índices inflacionários.

Recebido e nomeado na América Latina como receituário neoliberal⁴⁸⁰, o CW protagonizou a cena da política econômica latino-americana somente nos anos 1990, sendo suas medidas aplicadas, indistintamente, pelas burguesias à quase totalidade dos países da região – exceção de Cuba – fato ratificador da submissão regional ao grande capital internacional.

Lançado sob a crise mais aguda da última metade do século XX, a reboque dos Planos Baker e Brady, o CW indicava remédios amargos para as economias periféricas, atingindo, dez áreas distintas: disciplina fiscal, severidade nos gastos públicos (com prioridade para educação e saúde), reforma tributária, liberalização financeira (implementação de taxas positivas de juros, reforma cambial capaz de tornar o câmbio competitivo), abertura comercial (eliminação de barreiras tarifárias), supressão de restrições – “liberalização” – ao investimento estrangeiro direto, privatização (de estatais), desregulamentação da economia e proteção à propriedade privada (com ênfase à propriedade intelectual). Temas que acabaram transformados pelas burguesias em princípios dogmáticos incontestáveis, influenciando a grande mídia em geral, o Estado, a academia e boa parte da esquerda.

O medicamento vaticinado pelo CW para a queda nas taxas de lucro constituía-se de doses cavaleares de ‘flexibilização’ e ‘desregulamentação’ que buscavam, em meio à crise, garantir a continuação da acumulação burguesa através da implementação de políticas econômicas que visavam em seu conjunto:

480 Acerca, ver Anderson (1995), Batista (1994), Borón (1994; 2001), Pires (2006) e Petras (1995; 1997; 1999; 1999a; 2000). A síntese (em cinco pontos) que se segue foi construída a partir, principalmente, dessas leituras.

- a) Abertura econômica da periferia, processo executado a partir da redução das barreiras comerciais às inversões estrangeiras. Uma das paradoxais características das políticas de abertura comercial seria a unilateralidade que conviveria, concomitantemente, com o paradoxal dilema da liberalização econômica e do protecionismo dos mercados das nações industrialmente desenvolvidas (nitidamente EUA e Europa)⁴⁸¹, através de políticas sistemáticas que atenderiam aos interesses do grande capital. Tal proteção atingiria, especialmente, os setores da agricultura, têxtil e de couros, justamente os responsáveis pela criação de trabalho para as camadas mais pobres e de menor educação dos PED's;
- b) Supressão de todo e qualquer controle de mercado e do sistema financeiro⁴⁸², facilitando o fluxo de capitais através do desmantelamento do setor público (educação, saúde, segurança, previdência) privatizando os ativos estatais (sistema de bancos e empresas⁴⁸³), ao mesmo tempo enfraquecendo as resistências de ordem econômica. Nesse sentido, foi levada a cabo uma reforma cambial pautada na mais irrestrita liberdade de mercado, na supressão das barreiras tarifárias e na redução das alíquotas de exportação, atendendo aos interesses do capital financeiro internacional;
- c) Desregulamentação da vida econômica. A reforma trabalhista, que se ensejou gradativamente despojar direitos trabalhistas historicamente conquistados, instituiu uma maior jornada de trabalho sob menor remuneração salarial, precarizando as condições de trabalho e minimizando os custos para o desligamento dos trabalhadores;
- d) Redução dos gastos sociais (saúde, moradia, educação, assistência social, previdência, segurança...) por meio de disciplina fiscal capaz de corrigir o déficit público. Isso se daria a partir de reformas que ampliassem a base tributária, de maneira a aumentar a arrecadação e fomentar superávits primários com intuito ao pagamento dos serviços da dívida externa⁴⁸⁴ e de estabilização macroeconômica (monetária e financeira);

481 Essa orientação inundou os mercados 'emergentes' de produtos importados, agravando ali, ainda mais, o desemprego, principalmente pela crescente automação do processo produtivo industrial.

482 Inclua-se a eliminação de legislação de controle ou restrição aos investimentos estrangeiros diretos, dos monopólios estatais e das reservas de mercado.

483 As empresas estatais, acusadas de ineficiência administrativa, deveriam ser transferidas para a iniciativa privada que, portadora de *know-how*, resolveria os problemas técnicos e gerenciais presentes naquelas. Por sua vez, os recursos levantados pela venda de tais empresas seriam empregados no pagamento da dívida pública. Nenhum dos argumentos vingou: Sob o controle privado, as empresas estatais são, hoje, campeãs de reclamação dos consumidores e o dinheiro advindo de sua privatização constituiu-se de papel podre, não empregado no fim propagado.

484 Um dos efeitos colaterais da retirada desses serviços da esfera de responsabilidade público-estatal pouco ou nada aventado é que, tendo eles saído da condição de responsabilidade social e passados à condição de serviço, são transformados em produtos de natureza comercial cuja finalidade é produzir lucros para a esfera privada, ampliando as possibilidades mercadológicas da acumulação de capital.

e) Estabelecimento de maior proteção à propriedade privada (principalmente a intelectual), através de legislação que seguisse o comércio internacional, amparando, assim, a tecnologia das grandes inovações – de alto capital agregado – de posse dos oligopólios.

Segundo Petras, essas “reformas estruturais” podem ser resumidas no conjunto de medidas marcadas por um processo de estabilização (preços e contas nacionais), privatização (meios de produção e empresas estatais), liberalização (comércio e fluxos de capital), desregulamentação (atividade privada, o que implica também os direitos sociais dos trabalhadores) e austeridade fiscal (restrição aos gastos públicos) (1997). Do ponto de vista macroeconômico, as medidas neoliberais implantadas obtiveram um relativo êxito.

Por volta de três anos depois de sua implementação, o Consenso havia falhado em seu maior intento, o da reestruturação da dívida, quando os participantes de sua rodada inicial – a América Latina foi a região que mais se envolveu na experiência – encontravam-se endividados, inseridos numa estagnação econômica e insolventes. Além disso, a região tornara-se, mais que nunca, vulnerável ao capital financeiro internacional, o que a fazia acumular déficits – comercial e de conta corrente – em seus balanços. O resultado direto da aplicação desses ‘ajustes’ em praticamente todos os países que o acataram foi o do crescimento de suas dívidas.

Fato é que a desregulamentação comercial e financeira abriu as economias periféricas ao saque do capital especulador, tornando-as ainda mais vulneráveis. O setor industrial foi o que mais sofreu com isso: concorrência desigual, déficits comerciais, restrição do crédito – punição para a insolvência dos países da região que não conseguiram manter-se adimplentes – transferência de recursos através dos serviços da dívida, das remessas de lucros, do pagamento de *royalties* e patentes. Nesse sentido, a herança herdada pelo Chile⁴⁸⁵ (desindustrialização e concentração de renda), é significativamente expressa, trinta e cinco

485 Em artigo intitulado “Chile: capitalistas disfrutaron de su democracia a costo de extrema explotación de trabajadores”, de 20/06/2001, o periódico comunista revolucionário *Desafío* faz um breve e sucinto balanço das consequências desse processo: “En 1976, tres años luego del golpe, los salarios reales bajaron hasta un 35% por debajo de su nivel de 1970. Fue solamente en 1981 que aumentaron hasta el 97.3% del nivel de 1970, para recaer hasta 86.7% en 1983. En el 1970, cuando el izquierdista Salvador Allende llegó a la presidencia, el número de pobres en Chile era de un millón. Para el 1992, 7 millones vivían bajo el nivel de la pobreza (la población actual de Chile es de casi 15 millones). Para el 1987, Pinochet terminó de ser útil no por la miseria y opresión de las masas trabajadoras, sino porque su política comenzaba a hacer daño a toda la clase capitalista, beneficiando sólo a unos pocos de sus acólitos y su familia cercana”. Disponível em <http://www.plp.org/de01/de0620.html>. Acessado em 10/09/2007. Em relação ao resto do mundo não foi diferente. A informação do Resumo do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005, pg. 17, do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) é confirma: “Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões mais pobres”. Ver http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh/rdh2005/rdh2005_resumo.pdf. Acessado em 11/10/2005.

anos depois das primeiras medidas neoliberais, na afirmação do candidato à presidência, da coalizão de esquerda *Juntos Podemos*, no final de 2005, citada anteriormente.

No que se refere às consequências sociais, estas se mostraram catastróficas em curto prazo. A aplicação das medidas do CW, ortodoxa do ponto de vista econômico, veio destruir, de forma trágica e violenta, a organização da vida tradicional, ocupando todos os espaços sociais em que as relações humanas ainda estavam livres da esfera de influência capitalista, atingindo diretamente às camadas populares, principalmente pela privatização das antigas responsabilidades sociais do Estado. A classe trabalhadora – e também a média – dos países periféricos viu-se frente a um processo estarrecedor de empobrecimento⁴⁸⁶, a um turbilhão de desocupações, precarização, rebaixamento de salários e de destruição dos parques postos de trabalho existentes.

Por trás do receituário do CW estavam os interesses das grandes corporações transnacionais dos países desenvolvidos (principalmente os EUA), sob a batuta do BM, do FMI, da OMC e do G7 (formado pelos ministros da Fazenda das maiores potências industriais: Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Inglaterra, Itália e França), em cujos móveis a hegemonia estadunidense é exercida. Nos anos 1980, eram personalizados pela dupla Reagan/Thatcher, representantes do Estado estadunidense e inglês, respectivamente. A perspectiva interventora da ação do Estado é compreensível, mas soa estranha quando, no discurso predominante, prevalecia a ideia de que este deveria ser mínimo e não-interventor. Também soa estranho o discurso de que o Estado deveria abandonar os gastos públicos (referindo-se às suas responsabilidades sociais), quando, na prática, o então presidente dos EUA aumentara em mais de cinco vezes o déficit público de seu país. Estranho, mas explicável: esta mesma dívida estadunidense alavancaria o movimento financeiro dos anos 1980, afiançando a estabilidade internacional de um sistema cujo equilíbrio se encontrava comprometido.

A consequência dessas políticas foi que, partir da década de 1980 e por toda a de 1990, uma crise financeira se abateu sobre vários países da América Latina, limitando a capacidade de financiamento via entrada de capitais, fazendo-se impositiva a necessidade de superávits comerciais a título de transferência de capitais e recursos. O custo disso está estampado em todos os indicadores sociais contemporâneos. As crises do Chile (1982-83), do México (1995),

486 O surgimento do *El Barzón*, no México, e as manifestações da classe média argentina quando da implosão da crise nos dois países constituem-se significativos exemplos – talvez os mais emblemáticos, mas não os únicos – das consequências da aplicação das medidas do CW.

do Brasil (1998), Equador (1999) e Argentina (2001), podem ser apontadas como saldo de balanço dessa recomposição.

Os governos que se submeteram ao Consenso de Washington, ao arcar com as responsabilidades impostas pelo CW, abriram de vez as frágeis economias periféricas ao controle do capital monopólico internacional. Consequência disso foi, por um lado, o aumento dos riscos de não cumprimento das obrigações financeiras contraídas; e, por outro, a transferência de grandes montantes de capital do setor produtivo para o especulativo e dos Estados Nacionais periféricos para os centrais. Esse processo acabou levando – como testemunhado pela história – ao conseqüente agravamento dos problemas sociais da periferia, fruto da sangria de capitais que importou numa década inteira de produção perdida. Frente ao quadro de crise instalada, a burguesia abriu espaço a nova fração de classe no poder, forjando uma imagem na qual estampou bandeiras liberais e políticas de reformas contrarrevolucionárias.

Em suma, a implantação das “reformas” neoliberais na periferia buscou legalizar o controle oligopólico da economia, gerando uma concentração e centralização de capitais num volume nunca dantes visto na história do capitalismo mundial (CHESNAIS, 1998). Por uma série de fatores já citados anteriormente, de caráter econômico-financeiro, tecnológico, cultural e político, o Estado estadunidense robusteceu seu papel de defensor dos interesses do grande capital, o que, em contrapartida, também reforçou a sua condição de principal *locus* do capital-dinheiro⁴⁸⁷, apesar da condição apátrida do capital transnacionalizado. Pela posição hegemônica detida pelos EUA no atual processo de transnacionalização capitalista – por todos os fatores antes citados – é controverso dizer que o capital não tenha centros geoeconômicos nitidamente situados. A hegemonia estadunidense é fato irrefutável, quer seja no que afirma Joseph Nye (2002), na esfera dos dois poderes: o bruto (*hard power*) e o brando ou ideológico (*soft power*) – que para muitos analistas da atual conjuntura internacional está em declínio; quer na concepção genuinamente gramsciana de consenso do subjugado.

Nesse sentido, os números conferem razão a duas afirmativas contundentes que negam muito do que se tem dito e repetido acerca da inexistência de fronteiras quando se trata de fluxo de capitais: 1) o capital ainda se concentra em espaços geoeconômicos e geopolíticos nitidamente definidos; 2) os interesses do capital monopólico são resguardados pelo Estado

487 Posição propiciada, entre outros fatores, por: ascensão militar no pós-II Guerra; reparações dos estragos dessa, que acabaram tornando-o credor do mundo; detenção de metade das reservas mundiais de ouro; hegemonia nas instituições econômico-financeiras multilaterais (BM e FMI); hegemonia comercial no Gatt; controle de reservas energéticas e de matérias-primas dos países periféricos; dominação econômica através da dívida externa; dólar como padrão de riqueza mundial.

Nacional, que se mantém forte – e ainda guarda muito de sua configuração original – como poucas vezes o fora em toda a sua história. Fora dessas hipóteses, a desvairada transferência de riquezas levada a cabo pela *globalização* – apesar da condição de miséria de parte tão significativa da população mundial – não seria possível.

Globalização da miséria e enriquecimento seletivo

Alguns dados, por mais atomizados que possam parecer, dão uma noção do volume de capital, da velocidade de seus fluxos, da confluência para os centros em que se concentram e para os setores em que se distribuem. Assim, o movimento de capital que explodiu nas décadas de 1980-90 – através de políticas que facilitaram seu fluxo – propiciou uma extraordinária concentração e centralização em espaços geoeconômicos e políticos cujos interesses eram resguardados pelo Estado-Nação. Ele revela, também, a reprodução das relações tipicamente centro/periferia no âmbito intraperiférico, o que propiciou trânsito livre para a reprodução (e acumulação) de capitais.

De forma simples, tomando por base dados da lista Forbes de 1997, no que tange à América Latina como um todo, nota-se que dela constam sete mexicanos, cinco brasileiros, quatro argentinos, três chilenos, três colombianos, um equatoriano e um peruano. Oito anos depois, na lista de 2005, a Argentina havia perdido três nomes; o Brasil, com nove nomes, quase dobrou o número de seus bilionários; o Chile continuava com três; a Colômbia, com dois, havia perdido um nome; o México, com dez nomes, havia aumentado em 40% o número de seus bilionários. A novidade foi a entrada da Venezuela para a lista, ali figurando com dois nomes. Desapareceram deste arrolamento Equador e Peru. Numa análise comparativa mais geral dos últimos três anos (2003-2005), tem-se um quadro cujos registros dizem que Argentina, Chile, Colômbia, México e Venezuela mantiveram-se no mesmo patamar, sendo que somente a Colômbia dobrou de um para dois nomes.

Tomando por base dados da lista dos bilionários de 2005, infere-se que, do total de 690 nomes, 345 são estadunidenses⁴⁸⁸. Ao se contabilizar o total das riquezas detidas por todos os bilionários da lista desse ano, tem-se o valor de US\$ 1.731 trilhão. No entanto, ao se destacar apenas a riqueza amealhada pelos magnatas dos EUA, (de uma lista de 49 países), nota-se que somente eles detêm 521.9 bilhões de dólares, o que representa quase um terço de toda a riqueza dos países listados. No âmbito da América, ao totalizar os números dos ricos

⁴⁸⁸ Em 2003, os EUA detinham 222 nomes na lista. Na de 2007, contabilizaram 374 ricos, ou seja, mais de 39% do número deles, com o agravante de que, em quantidade de valores, eles se concentram nos EUA. Na lista de 2006, existiam 793 pessoas com mais de um bilhão de dólares.

individuais dessa lista, chega-se à seguinte conclusão: dos 386 bilionários contidos na lista, 345 são estadunidenses, contra 41 de todo o resto do continente. E se, dessa lista, se destacar os vinte mais ricos dentre os ricos, só os EUA detêm onze nomes, ou seja, mais de 50% deles.

Se aplicada a mesma lógica analítica, levando-se em conta os números atinentes aos blocos econômicos, registra-se – na Lista *Forbes* de 2002 – que, do rol das 400 maiores empresas do mundo, os países do Mercosul não têm representantes; na Lista de 2003, desse bloco consta apenas a participação do Brasil (com uma só empresa do setor especulativo – o Banco do Brasil); em 2004, esse país listava sete empresas, sendo três do setor bancário. Na Lista de 2005, as maiores riquezas concentraram-se nas telecomunicações – três das quatro (75%) empresas listadas eram do setor. Os demais países da América Latina (exceto Argentina e Venezuela) não constam desta lista.

Caso sejam confrontados os dados do Mercosul com os dos países componentes do NAFTA e cotejados, paralelamente, com a configuração mundial, a conformação sanciona a premissa da concentração de capitais em determinados centros geoeconômicos. Nesse sentido, somente o NAFTA concentra quase a metade das 400 maiores empresas em grandeza mundial (179); sendo que, intrabloco, os EUA detêm quase 88% do número delas: Estados Unidos (157 empresas), Canadá (18) e México (4⁴⁸⁹). Mas, estendendo os dados de forma a não se basear apenas no número de empresas contidas no *quantum* da lista (400) – mas no total do faturamento (quase US\$ 5.5 trilhões) – tem-se que as vendas das empresas estadunidenses representam US\$ 1.739 trilhões, ou seja, um terço do valor representado.

Os dados espelham algo semelhante aos do imediato pós-II Guerra, apesar das diferenças de conformação geopolítica e geoeconômica. Naquela época, em nível mundial, as grandes nações estavam, quase todas, debilitadas pelo conflito, à exceção os EUA; a riqueza estava mais disseminada dentro deste último, ao passo que hoje o processo de concentração se aprofundou acerbamente, tendo indivíduos concentrado riquezas semelhantes ao PIB anual de um ou mais países periféricos (veja-se à frente, o caso do senhor Carlos Slim Helú).

Analisando as informações supracitadas, o quadro aponta para um escandaloso processo de transferência de riquezas – ocorrido concomitantemente à aplicação das políticas

489 Empresas de peças e componentes (na maioria do setor eletroeletrônico): Cânon, Casio, Kodak, Ericsson, Hewlett Packard, IBM, Motorola, General Electric, Philips, Samsung, Sanyo, Sony; e automotivo: BMW, Ford, General Motors, Honda, importadoras de suas matrizes estrangeiras, que instalam plataformas produtivas nos países periféricos pagando salário inferior ao daqueles que produzem nas matrizes. No caso mexicano, as maquiladoras exportam o produto final para o país de origem da empresa ou para outros países em que sejam competitivos. Essas empresas existem desde 1965, somando, no final de 1994, mais de 2 mil empresas, como resultado do impulso dado pela eliminação das alíquotas de importação a partir da implantação do Nafta.

neoliberais – que concentrou, cada vez mais e numa velocidade estonteante, opulência nas mãos de um grupo cada vez mais seletivo e diminuto e quase sempre ligado ao setor financeiro, cujos capitais têm por defensor de seus interesses um Estado forte e militarizado; delata que o domínio da tecnologia é um coadjuvante cada vez mais importante no processo de concentração/centralização capitalista; mostra que os setores de serviços, do complexo industrial-militar e especulador foram os eleitos do atual processo de concentração/centralização, estando representados no bloco no poder; aponta que a corrupção (no âmbito estatal e privado) ganhou força, sistematizou-se e foi competente o bastante para protagonizar todos os aparelhos de Estado – em alguns casos mais que outros – como forma de enriquecimento para os grupos que se alçaram à condição de “emergentes” na atual conjuntura.

O desfecho desse processo evoca situações nas relações internacionais que, inevitavelmente, levam a analogias quando, comparativamente, numa conjunção de fantásticas e mirabolantes virtualidades trazidas pela “era da internet” desnudam-se relações concretas aparentemente anacrônicas. A partir desse olhar, o conceito de imperialismo retoma seu lugar na história do capitalismo, já que, na configuração político-econômica e social da mais tenra contemporaneidade – à qual se imprimiu uma acelerada internacionalização das forças produtivas através da proliferação das grandes corporações transnacionais capitalistas – ressurge veemente e essencialmente o velho e tradicional irmão-gêmeo do capitalismo.

Todo esse enriquecimento seletivo típico das relações capitalistas é apenas parte de um processo muito mais amplo de financeirização, que acaba por subordinar os demais setores da burguesia, provocando uma forte concentração de rendas, aprofundando as instabilidades nas economias periféricas do sistema, abrindo brechas que dotam de poderes extremos as IFI's, tornando o Estado Nacional seu refém. Como consequência, as indústrias e as finanças estadunidenses alastram-se pelo globo e espraíam as relações capitalistas pelos rincões mais remotos, construindo uma nova configuração planetária sob sua influência, ratificando o que ficara selado no Pacto de Yalta: a divisão do globo em áreas de influência das grandes potências imperialistas vencedoras do grande conflito mundial.

A propósito, para Panitch & Gindin a história do capitalismo é hoje contada como se as forças financeiras do pós-II Guerra tivessem sido liberadas nos idos neoliberais dos anos 80 e 90 do século XX, trazendo novamente Wall Street ao lugar central da economia mundial através de uma ordem financeira global cujo centro é Nova Iorque e que tem como sujeito político o Estado imperial estadunidense num processo em que finanças e império se reforçam

mutuamente. No entanto, para eles, a década de 1980 foi o cadinho da ordem financeira global, cuja explosão (liberalização e americanização das finanças internacionais), nesse período, é fruto dos mecanismos brotados nos anos de Bretton Woods (2006:65-67). O caso do México, por sua emblematicidade, ilustra bem o debate.

Estudo de caso: México⁴⁹⁰

O processo de reestruturação capitalista, publicizado como *globalização*, trouxe consigo um reordenamento internacional do trabalho que passou a ser adotado pelos países centrais do capitalismo e imposto ao resto do mundo por meio de reformas econômicas. Nesse sentido, o NAFTA foi o mecanismo, por excelência, de disseminação das políticas neoliberais, estendidas à escala internacional pelas instituições multilaterais radicadas em Washington, a exemplo do BM e o FMI. Assim, foi que a anexação do México ao NAFTA teve como principais objetivos garantir às corporações estadunidenses acesso fácil a mão-de-obra barata e maior fluxo para mercadorias, serviços e capitais – princípios já velhos conhecidos da divisão internacional do trabalho sob o imperial-capitalismo – apesar das diferenças econômico-sociais⁴⁹¹ existentes entre esse país e seus novos sócios, o Canadá e os EUA.

As consequências da inserção do México neste contexto, no entanto, geraram um aprofundamento das contradições, apresentando deformações estruturais como um crescimento macroeconômico em detrimento de altíssimos custos sociais. As “reformas estruturais” ali implementadas foram coadjuvadas por um desemprego crescente – mecanismo que veio exacerbar disparidades socioculturais e provocar profundos distúrbios ambientais. Os setores sociais mais pobres do país (campo onde os indígenas são inseridos como os mais pobres entre os pobres), foram os maiores atingidos. Primeiro, por não competir no mercado de mão-de-obra por não tê-la qualificado segundo os interesses demandados pela sociedade

490 Fazer aqui um estudo de caso trata-se de uma opção que busca fugir dos riscos impressos pela abordagem geral, pelas dificuldades que esta apresenta em abordar as diversidades e particularidades histórico-estruturais existentes no interior das generalidades, principalmente por se tratar de uma região como a América Latina, com tamanha heterogeneidade cultural e econômica. Aproveita-se a nota para ressaltar que as principais premissas expostas na análise do caso mexicano foram elaboradas a partir de Almeida (1999).

491 As discrepâncias no que se refere ao Produto Nacional Bruto e à renda per capita dos países que envolvem este bloco são, historicamente, profundas. Em 1995, o México registrou um PIB de US\$ 250.038 milhões e uma renda per capita de US\$ 3.320; o Canadá e os EUA têm, respectivamente, um PIB de US\$ 568.928 milhões e US\$ 6.952.020 milhões, e uma renda per capita de US\$ 19.380 e US\$ 26.980 (dados do *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial* de 1997, do Banco Mundial, Washington, pgs. 225 e 247). Ao mesmo tempo em que o México teve que destruir as fronteiras econômicas para mercadorias e capitais estadunidenses, os EUA ergueram as suas contra a mão-de-obra mexicana: vide o muro entre os dois países.

burguesa; segundo, por não se tratar culturalmente de consumidores – não representam mercado potencial; terceiro, por não explorarem suas riquezas visando o lucro ou a acumulação, mas unicamente a sobrevivência.

Já na década de 1980, a economia mexicana foi aberta ao capital internacional, que levou a cabo uma onda de privatização de empresas estatais e aplicou uma política de juros altos visando atrair capitais estrangeiros, que ali aportavam sob o título de investimentos. Os anos 1980 acabaram tornando-se para o México, assim como para os demais países da América Latina, na “década perdida”, consequência da crise da dívida e da sangria de recursos representada pelo agravamento da onda especulativo-financeira que incrementava o pagamento dos serviços da mesma. Segundo Hinkelammert, no entanto, a crise que explode em 1982, trata-se daquela contida pelos petrodólares dos anos 1970-74 (1989:30).

Buscando contornar a crise, o governo mexicano abriu à exploração do capital monopólico internacional suas reservas de gás natural e petróleo⁴⁹², o que propiciou certo crescimento econômico. Tal processo se estenderia até 1993, quando já se intentava privatizar áreas produtivas da produção elétrica, do setor energético (gás natural), química secundária (sob domínio da PEMEX – Petróleos do México) – no valor de quatro bilhões de dólares – e petroquímica, através de venda de ações na Bolsa de Valores. Parte destas iniciativas não foi levada a cabo na década de 1980, mas agora o Estado culminava seu projeto privativista.

Como medida compensatória do Estado para amenizar as consequências da crise que aprofundara o desemprego estrutural⁴⁹³ no México de 1995 – conhecida como ‘efeito tequila’ – recursos pontuais ou conjunturais foram sugeridos através de medidas de acomodação da classe trabalhadora à lógica política e econômica neoliberal das reformas macro e microeconômicas anunciadas por Ernesto Zedillo, em maio de 1995, cuja responsabilidade ficou a cargo do então recém-criado *Consejo Mexicano para la Productividad y la Competitividad*⁴⁹⁴. Esse Conselho promoveu reformas econômicas pautadas nos dados

492 As plataformas Mérida III (situada próxima à capital de Yucatán) e Samalayuca II (próxima a Ciudad Juárez, junto à fronteira dos Estados Unidos), em 1980, tinham uma produção petrolífera de 97.434 bilhões de toneladas, crescendo para 140.840 bilhões, em 1994, mantendo uma taxa média anual de crescimento de 2,6%. Quanto ao gás natural, a emissão do CO² cresceu de 260 milhões de toneladas, para 333 milhões (segundo dados do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* – 1997. Washington: Banco Mundial, 1997, p. 239).

493 O Jornal Folha de S. Paulo, de 21/06/1995, no caderno de “*Tendências Internacionais*” publicava manchete intitulada “*México tem desemprego recorde*”, em que registrava uma taxa de desemprego na casa dos 10,5% (abril) em relação à taxa de março daquele ano, atingindo, naquele momento, 6,3% da PEA (População Economicamente Ativa). Índice só superado em janeiro de 1987. Além disso, o subemprego grassava cerca de quatro milhões de mexicanos. No mesmo jornal e mesmo caderno, na data de 17/08/1995, outra manchete destacava: “*PIB do México tem queda de 10,5%*”, dando destaque também para a queda das reservas internacionais do país.

494 *La Jornada*, 24 de maio de 1995.

cedidos e analisados pelo *Sistema Integral de Información del Mercado Laboral* a partir de quatro linhas de ação: produtividade, competitividade, capacitação e desenvolvimento de estratégias. Essencialmente, o mesmo receituário prognosticado para toda a periferia do capitalismo pelo CW. Como parte não nova das táticas burguesas conhecidas na história do México, o projeto deveria ser levado a cabo por uma aliança entre empresários, operários e camponeses. Chegou-se mesmo a falar em “Revolução microeconômica”⁴⁹⁵, o que, em última instância, pautou-se num processo quantitativo e positivista típico dos economistas ortodoxos.

No entanto, o arsenal de retórica que apontava o México como paradigma econômico de sucesso foi, no mínimo, irresponsável para qualquer analista sério que avaliasse o país. Mesmo de soslaio, vê-se que os índices econômicos apontavam noutra direção: o PIB mexicano – que nos últimos sete anos da década de 1960 crescera a uma taxa média anual de 7% – nos doze anos anteriores a 1994 caiu para 1.7%; o crescimento médio anual da mão-de-obra em todo o país caiu de uma taxa de 3,5%, na década de 1980, para 2,8% no período 1990-95⁴⁹⁶; sua População Economicamente Ativa, que mais que duplicara entre os anos 1963-1981, voltou a cair entre o período 1982-1994, apesar do aumento populacional, contando, em 1980, com 67 milhões de pessoas, e atingindo, em 1995, 91.8 milhões⁴⁹⁷. Dois milhões – de cerca de 35 milhões de trabalhadores que tinha o país – encontravam-se sem ocupação, perambulando pelas ruas das cidades ou engrossando as filas de desempregados, sendo que treze milhões ocupavam-se de pequenas atividades na *economia informal*, massa recheada, especialmente, por trabalhadores menos qualificados tecnicamente; outro agravante dizia respeito ao percentual de ocupação de mão-de-obra na indústria: de 29% na década de 1980, caiu para 24%, na década de 1990. Pelos alarmantes dados, para a economia mexicana a “década perdida” não teria sido somente a de 1980⁴⁹⁸; a dívida externa mexicana que, em 1980 alcançava dígitos que ultrapassavam U\$ 57 bilhões, em 1995 quase que triplicou, atingindo a astronômica cifra de U\$ 167.743 bilhões, levando seus serviços a uma franca ascensão (quase duplicado) entre os anos 1981-1994, com o agravante de, em 1980, representar 30,5% do PNB, e em 1995, 69,9 %⁴⁹⁹ (veja-se figura 53).

A agricultura foi um setor econômico especialmente atingido pelo processo de neoliberalização do México. Nos anos 1980, 37% da mão-de-obra total do país encontravam-

495 Conforme discurso do presidente da CCE, Luis Germán Cárcoba. *La Jornada* de 24 de maio de 1995.

496 Dados do *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial – 1997*. Washington: Banco Mundial, 1997, p.231.

497 Idem.

498 Ibidem: 231. Vê-se que esse quadro não foi característico unicamente da economia mexicana, mas da América Latina como um todo.

499 Ibidem: 257.

se ocupadas em atividades agrícolas, já nos anos 1990 caiu para 29%. Tais índices mereceram, em julho de 1998, do *Congreso Agrario Permanente* (CAP), a temerosa afirmação de que a projeção do Governo Federal, no que diz respeito à produção agropecuária, não poderia ser cumprida por dois fatores essenciais: as más condições climáticas e o impacto negativo da queda na geração de empregos⁵⁰⁰. No outro extremo, em junho de 1996, a Associação Nacional de Indústrias de Transformação (ANIT), denunciava que 80% das pequenas e médias indústrias – que elas representavam 90% do parque industrial do país⁵⁰¹ – encontravam-se endividadas com a Fazenda.

Os índices apontaram um crescimento das exportações mexicanas a uma taxa média anual de 12.2% na década de 1980, até a taxa média anual de 14,7% nos primeiros cinco anos da década de 1990, crescendo quase 20% no período (1980-1995). No entanto, esses números enganam se não relacionados ao crescimento das importações do mesmo período, quando indicaram uma distância diametralmente oposta entre exportação/importação, tendo as importações atingido, na década de 1980, uma taxa média anual de crescimento de 5,7%; nos primeiros cinco anos da década de 1990 quase triplicou, chegando a uma taxa de 18.7% anuais⁵⁰², o que acabou por causar sérios danos ao seu balanço de pagamentos do país. As consequências diretas desse quadro levaram, entre outros prejuízos, ao sucateamento de parte do parque industrial mexicano, condicionando seu crescimento anual a uma taxa média de 1% – mesma da década de 1980 – na primeira metade dos anos 1990.

Tal conjuntura econômica dá atualidade à análise hilferdinguiana quando afirmava que o lucro do capital monopólico sobre os produtos industriais encarecia os meios de produção da agricultura (terra, insumos, sementes) e reduzia a força de consumo de seu rendimento, de forma que o rápido desenvolvimento da indústria retirava a mão-de-obra da agricultura, criando a escassez crônica de pessoal no campo e, por acréscimo, a revolução técnico-científica da agricultura. Ou seja, ao mesmo tempo em que a ação do grande capital aumentava os preços dos produtos industriais necessários à produção agrícola, igual tendência não corresponde a estes produtos (HILFERDING, 1985:318).

Os números da distribuição de renda no país dão uma noção da situação social advinda da implantação das políticas neoliberais. Segundo dados do Anuário Econômico Geopolítico

500 “Aumentarán a 17 millones de toneladas las importaciones de alimentos al disminuir la producción: CAP”. *La Jornada*, 9 de julho de 1998.

501 “80 por ciento de la pequeña y mediana industria, endeudada con Hacienda, advierte la ANIT”. *La Jornada*, 28 de junho de 1996.

502 *Dados do Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial – 1997*. Washington: Banco Mundial, 1997, p.253.

Mundial⁵⁰³, o número de pessoas que viviam em estado de extrema pobreza naquele país havia quase que duplicado entre 1987 e 1993, passando de 13 milhões para 25 milhões. Segundo o informe do Banco Mundial, intitulado *América Latina y la crisis mexicana: nuevos desafíos*, nos últimos 15 anos a população do país em situação de pobreza e de extrema pobreza crescera de 20,5 a 31,03 milhões – aumento significativo de 51,36% num lapso de tempo relativamente curto. Equivocadamente, o *Informe* diagnostica a crise mexicana como produto da tensão social que “creó un alto grado de incertidumbre que afectó adversamente a los mercados financieros y contribuyó al desencadenamiento de la crisis”⁵⁰⁴. A *tensão social* aludida pelo Informe constituía-se parte do problema, mas a crise mais geral era consequência do aprofundamento das próprias contradições sistêmicas. Os números falam por si próprios. Vejamos o quadro a seguir.

Figura 63: MÉXICO – População com renda menor que dois Salários Mínimos⁵⁰⁵

Estado	Total (%)
Chiapas	80.08
Oaxaca	78.73
Hidalgo	73.70
Yucatán	73.61
Zacatecas	72.70
Puebla	72.41
Veracruz	71.85
San Luiz Potosí	71.14
Campeche	68.07
Guerrero	67.81
Tabasco	65.49

O cenário completava-se com a presença de quase um milhão de pequenos agricultores, microempresários e profissionais liberais endividados com os grandes bancos⁵⁰⁶. As desigualdades sociais acentuaram-se profundamente, quando os indicadores sociais básicos (educação, saneamento, acesso a água potável, etc.) do país denunciavam os descalabros: em média nacional dos anos 1994-95, 13% de pessoas não tinham acesso a água potável; 30% da população não tinham acesso a saneamento; a taxa de mortalidade infantil,

503 Anuário Econômico e Geopolítico Mundial 95/96. São Paulo: Ensaio, 1996.

504 AMADOR, Roberto González. “En 15 años creció 51.36% el total de quienes viven en pobreza, dice el organismo internacional”. *La Jornada*, 26 de junho de 1995.

505 INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática do México). Ordem de apresentação por Estado invertida, para apresentação dos dados a partir da renda. Disponível em <http://e-mexico.gob.mx>.

506 VITALE, Denise (1996). “El Barzón: a revolta da classe média”. *Revista Atenção*, nº. 8, 1996.

em 1995, era de 33 por mil nascidos vivos; e, no referente à educação, o analfabetismo feminino era de 13%, contra 8% do masculino⁵⁰⁷.

Os indicadores econômicos citados são apenas alguns sintomas de um México que já apresentava, desde 1992, os sinais de sua inserção no *reordenamento* capitalista. Traduziam sinais de uma profunda crise que, evidentemente, foram ocultados pela imprensa burguesa internacional. Ao mesmo tempo, a propaganda pró-transnacionalização usava medidores puramente macroeconômicos em detrimento dos demais indicadores, esquivando-se de toda e qualquer abordagem crítico-analítica. Assim foi que, em meados de 1992, a Gazeta Mercantil publicava matéria na qual o então presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS), Adermeval Garcia, elogiava o México por ter conseguido seu ‘passaporte’ para o “Primeiro Mundo” ao associar-se ao NAFTA. Afirmava, categoricamente, que

*não se esperam dificuldades no México, já que o Partido do Governo detém folgada maioria e este país é o maior interessado (...). Os reflexos na economia de Salinas de Gortari, altamente positivos, serão também um freio à migração desordenada para os EUA e auxiliarão no combate ao tráfico de drogas. Em suma, bom para todos os participantes.*⁵⁰⁸

Equívoco, a-criticismo, desinformação ou compromisso com as premissas neoliberais, a análise carecia de fundamento, responsabilidade e coerência⁵⁰⁹. Diferentemente do que fazia crer o presidente da ABECITRUS, naquele ano o México já apresentava claros sinais de sua inserção no reordenamento internacional, tal qual mostrado acima. A retórica neoliberal podia ser facilmente desconstruída ao se atentar para a existência, por exemplo, do *El Barzón*⁵¹⁰. A existência desse movimento se autojustificava por vários motivos, mas o principal deles era a taxa de juros praticada pelo mercado financeiro mexicano. Em 1995, ela chegara a um percentual de 120, acoplada a uma inflação de 52, em contrapartida descasada do reajuste do salário mínimo, que não ultrapassara o índice de 23. Essa configuração fizera com que a renda da classe média mexicana despencasse assustadoramente, ao passo que os setores que

507 Dados do *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – 1997*. Op. cit. p. 235; 237.

508 “NAFTA: o sombrero norte-americano”. *Gazeta Mercantil*, 25.08.92.

509 Ao que tudo parece, as afirmativas constituíam-se mentiras oficiais com fins não de informar, mas de acalmar mercados. Em 1996, o FMI, em seu relatório sobre as *Perspectivas da Economia Mundial*, menos de um ano antes da crise nos chamados “tigres asiáticos” também afirmava: “a situação econômica e financeira mundial continua sendo em geral animadora” (apud BEINSTEIN, 2001:10).

510 Movimento político de contestação da classe média pauperizada que envolveu 19 dos 32 Estados mexicanos, contra a abertura econômica representada pelo NAFTA. *Barzón* é a reata de couro usada para prender o arado ao carro de boi. A metáfora é relacionada à situação da classe média frente à taxa de juros cobrada pelos bancos, que a forçava a trabalhar em vão.

investiram na especulação financeira e telecomunicações geravam novos ricos, a exemplo de Carlos Slim Helú.

Mesmo com todo esse sombrio quadro, o arsenal retórico neoliberal ainda era repetido messianicamente pelos meios de comunicação. Porém, o estalido da crise econômica que logo depois estourou no México, em 1995, sufocaria as vozes que faziam par ao discurso do pensamento único. A crise mexicana daquele ano fez estremecer o mundo neoliberal, levando o país a figurar – juntamente com a queda do dólar e a guerra da ex-Yugoslávia – como as centrais preocupações dos governantes dos países membros do então G7⁵¹¹, que chegou mesmo a conjecturar mudanças no sistema financeiro internacional, ressaltando a necessidade de possíveis mecanismos de “vigilância multilateral” e de disciplina das políticas fiscais e monetárias dentro daquele Grupo. Era preciso melhorar o controle de crises do sistema financeiro mundial (e a crise mexicana foi o primeiro sinal das consequências nefastas trazidas pelo capital especulador que se beneficiava das políticas de juros altos dos países classificados como *emergentes*). O México fora a vítima da vez.

Tamanha era a preocupação que a crise mexicana causava ao “planeta financeiro”⁵¹² que o G7 pensou em criar mecanismos capazes de advertir a tempo sobre as possibilidades de crises para que medidas plausíveis fossem tomadas a tempo de evitar maiores danos à economia mundial. Publicou o periódico *La Jornada* de 15 de junho daquele ano que

el presidente de la Comisión Europea empezó el jueves una reunión de tres días en la cual deberán decidir la creación de un mecanismo de alerta y control de las crisis financieras, bajo la responsabilidad del Fondo Monetario Internacional (FMI), cuyos medios de intervención serán aumentados, señaló el director general del organismo multilateral, Michel Camdessus.

511 Em sua reunião de 18/06/1995, o G7 buscava fechar um acordo para reformar o sistema financeiro internacional a partir de mudanças graduais e profundas de seus organismos multilaterais, começando pelo FMI e Banco Mundial. Segundo o ministro do Quebec, Pierre-Marc Johnson, a crise era fruto da fraude e da especulação financeira mundial (*La Jornada*, 19/06/1995). O mesmo argumento seria utilizado pelos ideólogos neoliberais, anos mais tarde, quando da crise de Cingapura.

512 Itálico nosso das palavras usadas pelo Chefe de Estado da Indonésia, Suharto, então presidente do grupo de Países Não-Alinhados (*La Jornada*, 15/06/1995) e 6ª maior riqueza pessoal registrada pela Forbes em 1997 (cerca de 15 bilhões de dólares). Seu histórico registra denúncias de responsabilidade pelo assassinato em massa de mais de um milhão de pessoas dentro do próprio país. Apesar disso, de ter comandado um dos regimes mais cruéis da história mundial e de liderar a lista dos mais corruptos do mundo, o Pentágono o apoiou até que fosse deposto pelos indonésios. Ao morrer, em 27/01/2008, foi enterrado com honras de estadista. A respeito, ver http://www.agenciartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3825. Acessado em 21/02/2008.

Porém, enquanto as intenções do então G7 não se concretizavam, o governo estadunidense – então Bill Clinton na Presidência – interveio para salvar seu parceiro de TLC, “sacrificando-se” a enviar ao México um empréstimo de 20 milhões de dólares, o que lhe custou uma contenda no Congresso de seu país⁵¹³.

Do ponto de vista político, o PRI⁵¹⁴ estava imerso em sua maior crise, aprofundando sua já evidente autofágica cisão, quando as fissuras da “ditadura perfeita” começaram a emergir. Luis Donaldo Colosio seria a primeira vítima direta desse processo. Por questionar o autoritarismo do Partido-Estado, implantado a quase três quartos de século no México, e por reprovar a fraude eleitoral como forma de perpetuação no poder, suas posições acabaram aprofundando as roturas internas no Partido, deixando incomodado o setor conservador priísta, que acabou por assassiná-lo. Sua execução, com forte conotação política foi, posteriormente, atribuída ao setor priísta ligado a Carlos Salinas de Gortari⁵¹⁵. Nas eleições de 1988, quando da vitória de Salinas sobre Cuauhtémoc Cárdenas, as evidências de fraude eleitoral foram, mais uma vez, fortíssimas, mas como o vencedor era um discípulo da Harvard, os próprios EUA e sua ONG’s – que se autoproclamavam representantes da transparência – fecharam os olhos à falta de transparência do processo. O desfecho final foi que boa parte dos homens que compunham o bloco no poder – inclusive o próprio Presidente Salinas de Gortari e seu irmão – saia da cena política mexicana denunciados por envolvimento com o narcotráfico, assassinato e corrupção.

As evidências também instigam análises que apontam perigosas interconexões entre o institucional e o para-institucional. A primeira delas diz respeito à migração de trabalhadores mexicanos para os EUA e o papel do tráfico de pessoas, que se acentuara⁵¹⁶, denunciando a falta de oportunidades para os parentes pobres do TLC, fenômeno tratado pelos dois parceiros como caso de polícia.

513 *La Jornada*, 05 de maio de 1995.

514 Partido Revolucionário Institucional. Criado em 1929, com a nomenclatura de Partido Nacional Revolucionário, depois Partido da Revolução Mexicana passou, finalmente, à atual denominação em 1946. Desde a data de sua fundação se encontra no poder, sob contínuas denúncias de fraudes eleitorais.

515 Acerca, ver Fuser (1995).

516 O problema da migração de mexicanos para os EUA foi concebido, pelo próprio subsecretário, Fernando Solís Cámara, do *Instituto Nacional de Migración*, órgão da *Secretaría de Gobernación* mexicana, como um problema de ordem “policial”. Para ele, as redes de traficantes de seres humanos, no México, têm renda que oscila entre cinco e sete bilhões de dólares anuais, cobrando em torno de trinta mil dólares para transportar uma pessoa desde a Ásia até os EUA (acerca, ver APONTE, David. *Se establecerá em la frontera com Guatemala um grupo Beta, de protección a migrantes. La Jornada*, México, 14 de março 1996. A migração clandestina constitui, como se vê, fonte de emprego de relativa importância para a economia mexicana, apesar da política de combate ao tráfico levada a cabo pelo Estado. Acerca, ver também o excelente artigo de AZEVEDO, Carlos. “*O muro americano*”. *Caros amigos*, maio/1998.

Por outro lado, Cevallos citando pesquisa da Universidade Autônoma do México, aponta a existência de cinco grupos de narcotraficantes operando no país, auferindo lucros anuais entre 15 e 30 bilhões de dólares, dos quais 800 milhões são investidos em subornos às autoridades mexicanas. Para ele, os assassinatos do Cardeal Juan Posadas Ocampo (24.05.1993), do candidato à Presidência do México nas eleições de 1994, Luis Donaldo Colosio (23.03.1994) e do Secretário Geral do PRI, Francisco Ruiz Massieu (28.09.1994), trazem em si “la hipótese de un complot fraguado entre políticos y narcotraficantes”⁵¹⁷.

De fato, a relevante a declaração do diretor da DEA (polícia estadunidense antidrogas), Thomas Constantine, à agência estadunidense de notícias UPI (*United Press International*), em 15 de junho de 1995, na qual tornava público que, entre 70 e 75% de “toda la cocaína que llega de Colombia ahora pasa a través de México”⁵¹⁸ parece corroborar com as evidências suscitadas por tais afirmações. As conjecturas levantaram fortes indícios de uma aliança tripartite (Narco/Estado/PRI-Polícia) com vínculos e influências profundos na sociedade mexicana, já se falando, nos corredores da DEA, de uma “colombianização do México”. Segundo a polícia antinarcóticos dos EUA, em torno de mil toneladas de cocaína têm sido enviadas do México para os EUA nos últimos 20 anos, deixando às autoridades mexicanas uma porcentagem média de comissão de 20%. Para Avilés, a ligação entre o Cartel de Calli e altas autoridades mexicanas é explícita e que, diferentemente

*daquela de Medellín, empresa rústica, dirigida por indivíduos, de preferência frustrados, o Cartel de Calli é uma empresa moderna dotada de uma estrutura interna semelhante às das grandes multinacionais. Ele é recrutado dos quadros do mais alto nível e desenvolve uma estratégia altamente mais complexa e elaborada. Isto porque, bem antes da invasão do Panamá, o cartel dos irmãos Rodriguez Orejuela, estabeleceu negociações com as mais altas autoridades do México, para firmar suas bases no sul deste país.*⁵¹⁹

Parece que, no México, os laços estreitos entre as instituições políticas e a sociedade civil, consolidados no longo período de domínio priísta, sofreram desgastes que acabaram por instaurar um processo de distanciamento cada vez mais profundo em cujo seio apresenta divisões que denunciam uma crise de hegemonia após um período de mais de três quartos de século no poder. Em seu interior desenvolve-se um confronto que contrapõe um setor

517 CEVALLOS, Diego. “Narcotráfico: marco al sistema político”. *Boletim Quinzena*, nº. 207, 15.05.95.

518 *United Press International* (1995). “DEA: los carteles de la droga, una gran amenaza al gobierno de México”. *La Jornada*, 15 de junho de 1995.

519 AVILÉS, J. “Main basse”. *Le Monde Diplomatique*, agosto/1996.

conservador – que deseja a manutenção da atual estrutura do Partido – a outro liberal que já não vê mais futuro nas mazelas do Partido-Estado.

Além dos aspectos políticos e contravencionais conflagrados por tais assassinatos no seio do *staff* do governo mexicano, trouxeram também à tona a questão da violação dos direitos humanos no país. Segundo *La Jornada*, o *Informe Anual sobre Derechos Humanos* de 1998 – do Departamento de Estado estadunidense – as Forças Armadas e a Segurança Pública mexicanas continuam cometendo sérios abusos e violações dos direitos humanos, tais como sequestros, torturas, corrupção policial, assassinatos extrajudiciais de opositores políticos e desaparecimentos, envolvendo as Forças Armadas, a polícia de Segurança Pública e grupos civis armados⁵²⁰. O *Informe* cita os massacres de Acteal⁵²¹ e El Bosque (hoje San Juan de la Libertad) e dos Estados de Chiapas⁵²² e Guerrero (locais da deflagração dos movimentos guerrilheiros do EZLN⁵²³ e do EPR), como o *locus* principal das violações.

Crê-se poder afirmar, sem prejuízo para a verdade, que os assassinatos supracitados e a existência do EZLN, do *El Barzón* e do movimento de Oaxaca são apenas elementos que denunciam o processo de desconstrução da estrutura econômica, social e política atualmente imperantes no México, tendo por estopim as tensões sociais no contexto de aprofundamento da economia de mercado. As políticas neoliberais apenas se incumbiram de acirrá-las a circunstâncias insustentáveis, solapando as mínimas condições de sobrevivência das massas de mexicanos e exibindo as fissuras ocultas subjacentes à hegemonia do Partido-Estado.

No que tange à financeirização da economia, a América Latina como um todo é emblemática. Atendo-se ao exemplo do México, não como um caso isolado, mas como de um país entre tantos, vê-se que, a cada ano, o país contribui com mais nomes para o seletto clube dos bilionários mundiais, ao passo que, paradoxalmente, os indicadores sociais se tornam cada dia mais alarmantes, denunciando um contundente processo de concentração ocorrido entre as décadas de 1980/90. Enquanto no ano de 1987, primeiro ano em que a lista *Forbes*

520 CASON, Jim & DAVID Brooks. “Intensificó México en 93 y 94 sus compras a EU de equipo antimotines”. *La Jornada*, 25.06.95.

521 Ocorrido em 22 de dezembro de 1997, no qual foram assassinados 45 indígenas. Para o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), “Acteal sintetiza el mejor ejemplo de la forma de hacer política del gobierno de Ernesto Zedillo. Los crímenes cometidos por el poder reciben garantía de impunidad y encubrimiento por parte de todo el aparato de Estado” (V Declaración de la Selva Lacandona).

522 Segundo Balboa, “El incremento de los asesinatos violentos por problemas políticos, agrarios y de diferencias ideológicas ha provocado, según estadísticas oficiales, la muerte de media centena de personas en quince municipios chiapanecos” entre os meses de janeiro-julho de 1997. E conclui: “El 70 por ciento de las personas asesinadas en los primeros siete meses de 1997 son simpatizantes del EZLN o militantes de los partidos de la Revolución Democrática (PRD) y Revolucionario Institucional (PRI)”. BALBOA, Juan. “En siete meses, 75 asesinatos en ese municipio y en Sabanilla”. *La Jornada*, México, 3 de agosto de 1997.

523 Exército Zapatista de Libertação Nacional, movimento social emergido no México no mesmo dia em que este país assinou, junto com os EUA e o Canadá, o NAFTA.

dos *superburgueses*⁵²⁴ foi publicada, desse rol apenas uma família mexicana constava. Quando a mesma revista publicou, em 1999, a lista dos sete homens mais ricos do México de então, atribuiu aos mesmos uma riqueza que somava 20 bilhões e 400 milhões de dólares, o que denuncia que a fortuna acumulada por apenas sete mexicanos equivalia à mesma soma recebida por todos os seus compatriotas.

Se registrada a fortuna do homem mais rico do país, o megaempresário Carlos Slim Helú (à época dono de – entre outros investimentos – 24% das ações da principal cadeia de televisão em língua espanhola, a Televisa) nota-se que ele enriqueceu 800 milhões de dólares em relação à soma publicada em 1998. Somente a cifra em que se viu aumentada representa quase o total do orçamento anual da maior universidade da América Latina, a Universidad Autónoma de México ou uma quinta parte do orçamento governamental para financiar os programas de combate à pobreza extrema no país⁵²⁵. Em 2003, o nome de Slim figurava na 35ª posição; em 2004, na 17ª; em 2005, na 4ª; em 2006, na 3ª, com uma fortuna avaliada em mais de 30 bilhões de dólares; e, por fim, em 2007, já ocupava a posição de 1ª maior fortuna do mundo⁵²⁶.

São dados atomizados que não falam por si sós, necessitando de leitura e interpretação, mas que trazem à evidência um estratosférico processo de concentração de capitais numa velocidade fenomenalmente nova, num contexto histórico e paradoxal de discrepâncias sociais paralelamente sofridas pela massa da população mexicana. Trata-se de uma configuração que atende ao atual estágio do imperial-capitalismo onde a esfera financeira predomina sobre a industrial, transformando as bolsas de valores em fábricas de riquezas. O paradoxo de a maior riqueza pessoal estar nas mãos de um indivíduo oriundo e residente num país classificado entre os de pior distribuição de renda, situado numa região também assim caracterizada, é muito sugestivo, mas não é a regra. Se os números da América Latina forem comparados aos dos Estados Unidos, o quadro de centralização de riquezas que se descortina evidencia uma relação assimétrica caracteristicamente centro-periférica.

524 Termo usado por Barnes (1955:641) para referir-se às grandes fortunas pessoais oriundas da fase de predomínio financeiro do capitalismo.

525 AMADOR, Roberto González. "Equivalente a 5% del PIB, la fortuna de siete mexicanos". *La Jornada*, 20 de junho de 1999.

526 Em dados da REUTERS de 03/07/2007, Carlos Slim Helú era o homem mais rico do mundo, detendo uma riqueza estimada em 67,8 bilhões de dólares, ultrapassando a riqueza do cofundador da Microsoft, Bill Gates, então possuidor de capitais avaliados em 59,2 bilhões de dólares. Segundo a fonte, a família de Slim Helú possui o equivalente a 8% do Produto Interno Bruto do México. Disponível em <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI1731492-EI4802,00.html>. Acessado em 18/07/2008.

Leite, com razão, afirma que o México não aprendeu as lições da história: “Não é com Naftas (ou com mercosuis) que se constrói uma economia”⁵²⁷. De qualquer forma, parece sensato reconhecer, nessa conjuntura, a necessidade que tiveram os movimentos sociais de dar uma resposta criativa contra o atual quadro social que se descortina perante seus olhos. No caso do México, as duas expressões que não podem ser desvinculadas desse processo são, em primeiro lugar, a emblemática emergência do Exército Zapatista de Libertação Nacional, no mesmo dia da assinatura do NAFTA e, alguns anos depois, a revolta de Oaxaca. Ao se analisar a situação mexicana de dezembro de 1994/janeiro de 1995, momento histórico do surgimento do EZLN e da profunda crise econômica que assolou o país, compreende-se as contradições contidas nos interesses do olhar ‘modernizante’ dos ideólogos neoliberais estendido em direção aos países ‘emergentes’. Num rápido balanço do México de então, ainda no calor da hora, Chesnais escreveu:

O ano de 1995 registrou uma queda de 5% no PIB e uma taxa de inflação de quase 50%. O desemprego alcançou 25% da população ativa, enquanto os salários sofreram uma perda de poder aquisitivo da ordem de 55%, e mais dois milhões e meio de pessoas caíram abaixo do limite de “pobreza extrema” (1996:31-32).

Nesse contexto de crise explícita, os ideólogos burgueses tentaram relacionar o insucesso e disfunções das políticas neoliberais para a América Latina como concernentes à fragilidade da estrutura institucional de *Estados fracassados*⁵²⁸. Num primeiro momento, os tecnocratas diagnosticaram os malogros neoliberais como fruto da incompetência e da corrupção dos governantes, e num momento posterior, atribuíram-nas à fragilidade de suas instituições políticas (ver FUKUYAMA, 2005). Assim o foi nas crises econômicas que assolaram tanto o México (1995) quanto a Argentina (2001), tendo antes passado pelo Equador (1999) e Brasil (1998). Um exemplo eloquente, no que se refere à crise mexicana, é o citado por Chesnais. Referindo-se ao conteúdo do comunicado final do G7 de Halifax (Canadá), em julho de 1995, culpava pela crise não as contradições inerentes às políticas neoliberais, mas os mexicanos “que não souberam ‘adaptar-se bem’, que não entenderam as

527 LEITE, Rogério César de Cerqueira. *A redescoberta da roda*. Folha de S. Paulo, 13.01.95.

528 O que caracteriza esse tipo de Estado, segundo os ideólogos, é sua ilegitimidade institucional, do ponto de vista da democracia burguesa, pela sua incapacidade de proteção de seus cidadãos na sua condição existencial. Para Chossudovsky, “A ideologia do “Estado delinquente” [sinônimo do fracassado], concebida pelo Pentágono em 1991, durante a guerra do Golfo Pérsico, outorga uma nova legitimidade e justifica a declaração de uma “guerra por motivos humanitários” a países que não se alinham à Nova Ordem Mundial nem aos postulados do sistema de livre mercado” (2004:32).

regras do jogo e que, junto com outros países em situação parecida, devem ser submetidos a uma tutela ainda mais severa pelo FMI” (1996:32).

Na lógica do tecnocratismo reinante, o que se apresentou como sucesso devia aplausos às políticas neoliberais, mas os fracassos eram imputados a disfunções próprias a cada Estado: “imperfeições do mercado”, incapacidade de adaptação à nova conjuntura por parte das administrações dos países, ou qualquer outra possibilidade sem vínculo direto com a ordem econômica mundial⁵²⁹. Assim foi que México e Argentina passaram, num curtíssimo lapso de tempo, de paradigmas a desastre econômico, por incapacidade tecnocrática e corrupção, nunca pelas contradições do receituário do CW. Consenso que hoje recebe críticas – depois das demonstrações de suas incongruências – dos mesmos profetas da economia de mercado, como Francis Fukuyama e Joseph Nye.

No entanto, os frágeis argumentos que tentavam explicar – e justificar – a aplicação de suas políticas na periferia do sistema, não tinham compromisso com a verdade histórica, pautando-se em seu objetivo de concentrar ainda mais riquezas nas mãos da burguesia financeira em detrimento do altíssimo custo social para os povos das regiões periféricas do capitalismo. Se a questão do insucesso do neoliberalismo na periferia era de ordem cultural, como explicar a retórica neoliberal que apresentava o México ao mundo como modelo de economia⁵³⁰ – o que nos leva a presumir que suas instituições eram sólidas – e pouco tempo depois esse “modelo” estar sofrendo uma das mais profundas crises de sua história? Como explicar o envelhecimento precoce e acelerado de suas instituições?

Diante da lacuna de questões sem respostas, uma eloquente frase cunhada pelo presidente mexicano Porfirio Díaz (1876-1880 e 1884-1911), mais de um século atrás, continua ecoando pela história mexicana: “Coitado do México: tão longe de Deus e tão perto dos EUA”. Mas o México, primeiro país a entrar em desgraça pela sua inserção neoliberal, não seria o último a sofrer por isso. A sociedade argentina – embora distante dos EUA, mas tão próxima da cartilha neoliberal quanto o México – faria companhia a este país latino-americano do Norte logo depois, pagando – as classes trabalhadoras e médias – o preço da ‘escolha’ de seus dirigentes.

529 Beinstein lembra que, quando teciam conjectura acerca das causas da crise dos “tigres asiáticos” (1997), os ideólogos neoliberais acusaram alguns bancos, uma influente empresa financeira da Ásia Oriental e o megaespeculador George Soros pelo malogro das políticas econômicas neoliberais na região (2001:12).

530 Em 1986, sob o governo de Miguel de la Madrid, o México já exibia sua face neoliberal: redução de subsídios, privatizações, desregulamentação financeira, etc.

Considerações finais (uma não-conclusão)

O mundo acadêmico tem um papel muito importante; historicamente, tem sido um dos principais pilares do império. Também existe uma academia crítica, mas, no geral, a academia reflete e representa as chamadas virtudes do destino manifesto e do império.
Ali (2005:131)

As considerações finais que propomos tirar desse término de percurso investigativo não se pretendem um apanhado de apreços parciais. Com o fim – referimo-nos à perspectiva acadêmica da investigação – desta etapa, espera-se ter contribuído para a realimentação do debate acerca da transnacionalização capitalista e suas consequências no que diz respeito à relação capital monopólico/América Latina no contexto do imperialismo.

Coerente com o princípio de que uma boa ciência não se faz senão com boas questões, revisitamos questionamentos com as quais iniciamos a investigação presente: Ainda o imperialismo, ou este está superado? Ao findar a II Guerra Mundial teria se instituído, solidamente, uma nova ordem mundial definitiva? A hegemonia que se constituiu é um fenômeno perpétuo? E se assim não o for, qual o papel das demais nações imperialistas, principalmente as que complementam hoje a tríade? É o imperialismo uma situação transitória ou permanente na trajetória do sistema capitalista? O que separa *globalização* de imperialismo?

Côncio, desde o início, da impossibilidade de se chegar a uma conclusão acerca de complexo tema, e fugindo à tentação das fórmulas fáceis como as representadas pela ‘globalização’, espera-se ter discutido tais questionamentos a contento, entendimento que nos faz evocar algumas considerações provisórias, sem saber quando serão conclusivas – ou se o serão. Ao buscar respostas para questões julgadas centrais na problemática, no transcurso da investigação que se realizou até o momento, chegou-e à confirmação das hipóteses levantadas quando do ponto de partida. Nesse sentido, é possível afirmar, coerente com a primeira hipótese, que o atual processo de transnacionalização do capitalismo – que tem nos EUA o principal propulsor no planeta – reproduz, como forma histórica de dominação, assimetrias essencialmente semelhantes à da trajetória imperialista tal qual concebida pela literatura marxista, principalmente a que diz respeito ao ramo da economia política. Também sanciona a segunda hipótese – de que a designação do atual estágio de desenvolvimento capitalista como *globalização* constitui elemento de retórica do discurso ideológico dominante, de caráter conservador, neoliberal na dimensão internacional, disseminado estrategicamente no intuito de manter o *status quo* no âmbito da duradoura crise que grassa o sistema.

O quadro geral aponta para um processo de transnacionalização capitalista – retido pela conjuntura de crise internacional dos anos 1930, pela bipolaridade EUA/URSS nos ¾ do século XX e pela crise instalada no seio do sistema a partir dos anos 1970, restringindo-o a determinadas faixas territoriais e a áreas da economia – que espraia suas relações sociais libertas de antigas amarras. Uma vez tendo rompido as fronteiras que retardavam sua transnacionalização, ocupou espaços ainda não totalmente explorados por relações de caráter capitalista (baseada na extração da mais-valia): áreas camponesas de predomínio de relações semi ou pré-capitalistas; latifúndios “semi ou improdutivos”, para aplicação de técnicas mais racionais de acumulação (*agribusiness*); áreas ainda não incorporadas aos interesses produtivos e consumistas, etc., sob a custódia de nativos culturalmente avessos à civilização capitalista, destruindo formas primitivas de produção em áreas econômicas ainda não totalmente exploradas. Por outro lado, assumiu lacunas ainda negligenciadas pela exploração capitalista nos centros desenvolvidos.

Isto com o diferencial do domínio político e econômico típico do capital financeiro. Assim, o sistema capitalista se desenvolveu subjugando povos e culturas nos mais diversos níveis de desenvolvimento tecnológico e nas mais diferentes formas de organização sociocultural no sentido de apossar-se dos elementos materiais de sua reprodução. Esse processo secular, elevado à velocidade e violência extrema, desencadeado pelo altíssimo desenvolvimento das forças produtivas, denominou-se “globalização”. Assim entendendo, essencialmente ele reproduz e espraia relações sociais de matizes mercadológicas, concentrando, de forma assustadora, as riquezas produzidas socialmente nas mãos de uns poucos grupos enquanto expande a miséria e a pobreza para o resto da população mundial. Relações essencialmente assimétricas, tais quais as do imperialismo moderno, apesar da roupagem tecnológico-midiática.

Chega-se, então, ao término desse estudo, à consideração de que “globalização” é a nova instituição do ‘velho’ imperialismo, atualmente em aprofundado espraio das relações imperial-capitalistas em escala planetária. Nesse sentido, no âmbito das relações internacionais, tem como maior expressão seu complexo econômico-militar, facetado pela tecnologia bélica e o (neo) liberalismo como referência político-filosófica. De tal modo, o que se entende por ‘globalização’ é um instrumento ideológico ratificador do domínio do grande capital – predominantemente estadunidense – vinculado ao que se convencionou denominar ‘III RT’. Esta, de simbologia americanocêntrica, é sugestiva do reforço da hegemonia política do capital monopólico – majoritariamente representado por suas transnacionais – sob o aval

de seu aparato estatal⁵³¹. Constitui, a ‘globalização’, sem sombra de dúvidas, um acontecimento planetário, no entanto, tal caráter não desnuda a sua real natureza: a de ser a máscara do imperialismo, não a sua antítese, como se tenta afirmar.

Tal qual o imperialismo moderno, as relações reproduzidas pela ‘globalização’ têm as mesmas assimetrias das imperialistas (dominação e interdependência), características das contradições da unidade dialética do capital⁵³², tal qual preconizadas pela tradição engels-marxiana. Em sua aparência multifacetada, traduzem os interesses unilaterais do capital dominante, pautados na maximização do crescimento econômico em detrimento de quaisquer consequências, justificadas como “era tecnológica”. No que concerne à quebra das fronteiras, esse fenômeno diz respeito à natureza própria do capital, cuja perspectiva é a formação de um mercado mundial. A presença de mercados nacionais nesse contexto representa a capacidade sistêmica de combinação desses ao processo de expansão internacional do capital.

Quanto ao papel dos EUA nesse processo, uma vez tendo controlado as novas tecnologias⁵³³ que conformariam o desenvolvimento industrial do sistema capitalista dali para frente, os EUA impuseram suas concepções administrativas em escala internacional, com exceção à URSS. Com a posse da maioria esmagadora das propriedades intelectuais no âmbito tecnológico, aplicada nos campos industrial, comercial e, principalmente militar, os EUA ratificaram sua hegemonia, tendo a sociedade estadunidense vinculada com o que havia de mais “avançado” então, o que implica, em última instância, a aquiescência – justificada pela vinculação da ideia de progresso correspondente a uma consequência naturalmente “democratizante e civilizadora” – de sua ação imperialista.

É fato que, apesar dos modismos acadêmicos e políticos e da roupagem ideológica globalizacionista, o *modus operandi* do imperial-capitalismo já não é o mesmo de há cem anos, no entanto, as forças que moldam o panorama histórico do sistema continuam as mesmas e permeiam as relações assimétricas que marcaram toda a história do sistema. Estas forças continuam a controlar o destino de nações e povos como desde os primórdios da

531 A respeito, ver Ceceña (2004).

532 Acerca, ver Antognazzi, Irma. *Analizando conceptos: imperialismo y globalización (aplicado al caso argentino)*. Mimeo. Apresentado no VIII Congresso da Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y Caribe (FIELALC). Universidad de Talca, Chile, 5-8 de janeiro de 1997.

533 Ao analisar marxianamente o processo de acumulação capitalista e, nele, o papel exercido pela composição orgânica do capital na produção global, qualquer análise lógica infere daí uma inter-relação poder econômico/poder político. O fato de determinada força político-econômica controlar tecnologia, implica, inexoravelmente, o controle do processo produtivo e, por conseguinte, da produção da riqueza global, já que o capital se encontra transnacionalizado. Isto para explicar o destacado papel aqui atribuído à tecnologia no domínio hegemônico dos EUA. Principalmente nesse caso, onde o controle tecnológico implica o controle da energia atômica, elemento primordial na hegemonia militar nas relações internacionais do pós-II Guerra.

acumulação capitalista, com meios mais sofisticados e complexos. O comércio que, no colonialismo era feito em forma de pilhagem, cedeu lugar a acordos que não estão muito longe de ser rapaces; o saque foi atualizado e transformou-se em contratos firmados através de organizações multilaterais; as trocas continuam desiguais; o capital financeiro ocupou os espaços ainda virgens – ou não tanto – de relações capitalistas e mantém sua sanha. Estas e outras manipulações permitiram sobreviver ao imperialismo, mas não retiraram dele a perpetuação da torrente de lucros que, necessariamente, tem de gerar e canalizar para os centros capitalistas mais desenvolvidos. O que mudou circunscreve-se a formas e intensidade, mas a estrutura se mantém.

Diante dos estudos feitos, é possível arriscar que uma nova cartografia da hegemonia planetária se desponta no horizonte, sendo o que assinala os desgastes que há décadas vem sofrendo o domínio estadunidense. Além do mais, a democracia burguesa, como sistema político, tem se mostrado – frente às contundentes discrepâncias sociais – cada dia mais um ideal que uma realidade. Isso é evidente na unilateralidade das relações internacionais – e se estende a todos os processos de implantação do neoliberalismo na periferia – o que nos impõe uma leitura de democracia a partir dos interesses da burguesia estadunidense, tendo à frente seu complexo industrial-militar. O papel do Estado (com marcante ação das forças armadas a intervir quando e onde a diplomacia não se fez suficientemente convincente) é notavelmente harmônico com o capital transnacionalizado, numa sincronia que confirma, por um lado, o caráter classista da instituição, e, por outro, a perpetuação de uma desfavorável interdependência dos países periféricos frente aos centrais.

Buscando contornar equívocos, concebe-se aqui as políticas adotadas pelo domínio estadunidense no âmbito internacional (arraigado militarismo aliado a um profundo processo de financeirização econômica) como reafirmadoras da dinâmica da concentração/centralização capitalista – tal qual aventadas por Marx – sob a essência das mesmas relações de produção de final do século XIX, apesar da sua aparência “pós-moderna” a buscar virtualidade em relações tão concretas. Para entendê-las, a categoria analítica *imperialismo* continua plenamente válida por desvendar as mudanças ocorridas no seio do sistema (alteração no bloco do poder da política internacional, inovações tecnológicas, mudanças no padrão de produção, financeirização...), apontando-as como elementos pertinentes à essência própria do sistema, não como tipificadores de uma nova fase, como entendida pelos revisionistas do início do século XX, na Europa – e agora pelos novos ideólogos burgueses. A abstração imperialismo absorve as mudanças ocorridas no

desenvolvimento do sistema capitalista, mas as vê como caracterizadoras de variações econômicas secundárias – ou extraeconômicas (políticas, militares...) – distantes de assinalar o seu fim ou o fim das assimetrias típicas do capitalismo.

Do processo histórico do desenvolvimento do capital, em escala mundial, pode-se afirmar, sem medo de errar, que a economia estatizada tal qual aplicada na URSS, fracassou. No entanto, não se pode dizer que a economia capitalista tenha sido um conjunto de sucessos, já que acumulou fracassos e prejuízos incalculáveis à humanidade. O quadro socioambiental vivido pelo mundo é um exemplo que denuncia o desempenho da economia capitalista e suas contradições: a destruição da humanidade como um todo e não só da classe que vive do trabalho. Se o capitalismo obteve sucesso em propiciar a produção de coisas (drogas, remédio, automóveis...) que proporcionam prestígio, conforto e *status* a quem possa adquiri-las, por outro é um fracasso no que diz respeito às necessidades básicas dos indivíduos (moradia, saúde e educação públicas, entre outras) e do bem-estar do conjunto da população mundial.

E, o que se pode esperar do futuro? O resultado contraditório entre a acentuação da tendência expansionista inata do capital – tão evocada por marxistas como Lênin, Rosa, Hilferding, Bukhárin e Mandel – e as possibilidades de expansão real do mercado capitalista, hoje, não apresenta as mesmas possibilidades que apresentaram quando da crise de 1929. Nesse sentido, o futuro que a espera parece não ser nada promissor, pois é um plano de limites, ocorrência que jamais o sistema capitalista aceitou. Nesse sentido, está sob ameaça a economia capitalista como um todo, assim como o imperial-capitalismo estadunidense, evocando novas questões (na lógica da construção da boa ciência): Sucumbirão? Se positivo, quando acontecerá a sucumbência? O que os substituirá?

Em médio ou longo prazo, tal perspectiva ainda nos é uma incógnita. Os séculos XIX e XX findaram-se e, junto com eles, dizem, todas as suas certezas, para dar lugar a vazios que reclamam a construção de novas concepções por parte dos novos sujeitos sociais, que nos permitam enxergar melhor a realidade que nos cerca. No entanto, tal tarefa não pode começar se não se partir da desconstrução de toda uma parafernália de alegorias ideológicas vindas do universo burguês e recitadas nos meios intelectuais como se verdades fossem. Assim é que homilias neoconservadoras ao estilo “fim da história”, “choque de civilizações”, “pós-estruturalismo”, “pós-modernismo”, soam como ideias que buscam ratificar a hegemonia estadunidense no mundo quando, nesse início de milênio, os ventos sopram em direção contrária. Nesse campo, decretar a morte das certezas pode representar algo extremamente ideológico, já que suprime a existência da ideologia enquanto componente fundante do

processo de domínio social, emergindo daí o imperialismo como uma realidade expugnável e inalienável da atual sociedade. Desse modo, a “história pós-moderna” afasta homens e mulheres de sua capacidade de desvendar a concretude das relações por eles engendradas. Num mundo onde as incertezas superaram verdades estabelecidas *a priori*, parece que o modismo das teleologias proféticas tem uma baixa expectativa de vida, pela falta de conteúdos convincentes e pela carência de bases real-concretas, o que dá razão a um princípio que não pode ser esquecido: o de que toda subjetividade encontra-se fundada em certezas básicas.

No aglomerado de questões que se sobrepuseram, a conjuntura atual acabou se transformando num prato indigesto para os autointitulados *pós-modernistas* que, ante sua incapacidade de dar respostas plausíveis, veem tudo como um construto social e linguístico⁵³⁴. Os condutores e formuladores econômicos que se deixaram levar pelas promessas e discursos (neo) liberais do conjunto de reformas preconizadas por seus ideólogos e pelas instituições multilaterais acabaram por depredar sólidas economias, como os casos da Argentina, Tailândia, Singapura, entre outras. Economias que não conseguiram responder à profunda crise que se instalou em seus países e viram suas estatísticas econômicas e sociais despencarem, conferindo um divórcio litigioso entre as esferas econômicas e sociais. Os capitais que inundaram suas sociedades, apesar de revestidos da retórica do “investimento” – como propagado pela mídia e discursos oficiais – tinham o fito da especulação financeira. Os números macroeconômicos, então, mostraram-se também macroideológicos, pois camuflaram profundas quedas nos índices sociais. A privatização das estatais além de ter inflacionado assustadoramente os preços de seus serviços, não resolveu boa parte da ineficiência dos serviços prestados, e o capital que serviu para adquiri-las volatilizou-se, sem pagar parte da dívida como argumentavam seus defensores.

Na América Latina, os “ajustes neoliberais” foram aplicados sobre uma estrutura socioeconômica marcada historicamente por discrepâncias já insustentáveis, o que veio acentuar os desequilíbrios estruturais das economias da região, implicando mais recessão, pela exigências de produção de gigantescos superávits primários com o fito da acumulação de capital através da esfera financeira. Nesse sentido, as dívidas (externa e interna) perpetuaram-se como mecanismo de excelência. O credo neoliberal, como parte de seu ofício ideológico, vendeu falsas considerações de seus pressupostos: a) automaticamente se passaria da estabilidade ao crescimento; b) relação de causalidade entre liberalização da economia e

534 Para Wheen (2007:97) os pós-modernistas são “mercadores da demolição da realidade”.

retomada do crescimento; c) aquilo que se adéqua a uma economia (periférica) se aplica a outra (central). Assim, as mesmas medidas receitadas para economias pujantes como as do Brasil, México e Argentina e para economias mais débeis como a da Bolívia ou da Colômbia.

Quando a preeminência estadunidense no mundo se mostrou vigorosa, a retórica globalista fez capitular as burguesias latino-americanas, atingindo desde intelectuais, formuladores políticos e econômicos e, no campo ideológico, ex-esquerdistas e oportunistas, militantes sindicais e até intelectuais reconhecidos, acadêmica e politicamente, nos círculos dos que, no passado, representaram a resistência à dominação burguesa. Passou-se a conceber a engenharia do imperialismo como um mal necessário constitutivo do capitalismo em seu processo de desenvolvimento, ao qual os países periféricos tinham que se acomodar. Passaram a negar o imperialismo como lógica intrínseca da acumulação capitalista sob a qual se perpetua o lugar das nações periféricas na divisão internacional do trabalho. Não mais a entenderam como dimensão político-econômica que age como barreira a qualquer possibilidade de emancipação. Outros passaram a atribuir as consequências do imperialismo não às leis próprias que regiam as contradições do sistema capitalista, mas a distúrbios ocasionais, exógenos, sem a presença dos quais o sistema funcionaria muito bem. Passaram, então, a crer que a supremacia do capital monopólico era inevitável.

Na tentativa de justaposição, aliaram-se às correntes econômicas que se identificam com o (neo) liberalismo, apesar da incapacidade teórica da escola neoclássica burguesa de justificar seus pressupostos, por não comportar a disciplina do fazer científico, aquele que diz que uma boa ciência não se faz sem boas questões, acomodando-se ao pensamento único. Ao negar a contradição central entre a produção social e sua apropriação privada – inclusive ao negar o estado de crise do capitalismo atual – fundamentam-se em números macroeconômicos, separando economia de sociedade, desconsiderando outros indicadores. Estão mais interessados em negar o imperialismo do que em compreender sua natureza.

Fato é que não se sabe ainda ao certo até onde se sustentará a teleologia dos ideólogos e propagandistas da onda que varreu o mundo no último quartel do último século do milênio passado. Ainda hoje ela continua seu atropelado percurso, ratificando a assimetria característica do fenômeno imperialista moderno, garantindo a dominação, para a qual o uso da tecnologia é, mais que nunca, um instrumento essencial. Tal ideologia, na falta de instrumentos científicos capazes de explicar as mudanças por que passa o capitalismo em sua ânsia por negar a atualidade da análise marxista acaba tornando-a mais atual e relevante quanto jamais fora.

A experiência aqui vivida leva a ratificar o que, de início, era apenas uma impressão: a concepção de que, se por um lado as abordagens clássicas já não dão conta plenamente da atual configuração imperialista tal qual hoje se manifesta, por outro não se pode entendê-la sem se recorrer a elas. As gerações de pensadores que juntaram seus esforços aos dos clássicos no sentido de compreender cientificamente o fenômeno imperialista, partiram do conhecimento acumulado – já que nenhuma ciência parte do nada. É este acúmulo, passo a passo, que nos permite hoje desvendar as relações imperantes na sociedade capitalista na atual conjuntura. Sem sombra de dúvidas, quem deseja entender o fenômeno imperialista atual sem cair na tentação acrítica de negá-lo, os clássicos são passagens obrigatórias, apesar do ranço que isto representa para certos círculos político-acadêmicos. Uma crítica a *posteriori* seria menos difícil.

Por assim entender a problemática desde o início, se pensou fazer a difícil trajetória de perseguir o pensamento marxista – clássico e neoclássico – em sua abordagem da categoria *imperialismo*, o que nos remeteu à sistematização das três gerações. É nesse sentido que o itinerário metodológico aqui percorrido tentou aproximar-se da totalidade (no entendimento de que tudo se inter-relaciona) do fenômeno imperialista atual, sem esquivar-se das mediações necessárias entre o geral (imperialismo capitalista) para o específico (reestruturação capitalista). Ao traçar tal trajetória, esperamos ter abordado o objeto em questão sob a ótica de um método adequado, numa perspectiva não dogmática, despretensiosa enquanto análise totalizadora do fazer histórico da humanidade, sem extremar a importância das estruturas sociais a ponto de anular a ação dos sujeitos sobre estas, e sem ser reducionista.

Num exercício mental, procuramos, nos estertores da história do século XX, indícios de que o imperialismo tenha deixado de existir, como apregoam alguns. Ainda hoje – como em todo o século XX – os meios imperialistas tradicionais estão em pleno uso: invasões, controle militar, assistência a governos títeres, troca desigual, interferência na vida política de países, ajuda econômica com intuito de assegurar ambientes para a iniciativa privada do grande capital, alianças para demarcar controle a partir das relações mercado/finanças (instrumento hoje mais utilizado para conduzir à dependência econômica das regiões periféricas em relação às centrais do sistema). Todos estes instrumentos agem nos interstícios nacionais/internacionais objetivando abrir e manter oportunidades de investimentos – e lucros – de capital, especialmente de capitais estadunidenses.

O falso dualismo modernidade/pós-modernidade mantém implícito em si uma discussão cuja dinâmica gira em torno da aparência fenomênica do real, não atingindo sua

essência, situando-se no mesmo patamar da falsa dicotomia imperialismo/*globalização*. Trata-se de um neodesenvolvimentismo anacrônico que busca nomear as inovações tecnológicas acriticamente, sem questionar a forma e a apropriação de sua difusão, o que implica mascarar o caráter da “globalização”.

Ao registrar estas últimas considerações, longe de menosprezar as novas formas adotadas pelo capital monopolista na estrutura sistêmica, vê-se que, nem de longe atenuaram as suas contradições, tampouco transformaram o imperialismo em seu contrário. As relações de classe e interpaíses não deixaram de ser assimétricas, apesar dos malabarismos ideológicos que tentam descaracterizar a tendência imperialista do capitalismo “pós-moderno”, de suposta redistribuição, pois a anarquia continua sendo a marca maior daquilo que, efemeramente, se denomina “mercado internacional”.

Por fim, o presente estudo visou aproximar-se, sem pretender-se uma reiteração monótona e estéril de teses já tão debatidas – mas não esgotadas, como denota a polêmica causada pela publicação da obra de Hardt & Negri (2001) – do fenômeno imperialista em sua trajetória histórica de expansão culminada na atual fase de transnacionalização capitalista. Não obstante, buscou-se fugir de uma abordagem sedutoramente simplista – como parte da literatura corrente o faz – apontando uma suposta reprodução mecânica de relações hegemônicas nos países periféricos do sistema.

Bibliografia

- AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia” – Diário da Cia*. São Paulo: Circulo do Livro, 1996.
- AGUIRRE, Mariano & MATTHEWS, Robert. *Guerras de baja intensidad*. Madrid: Fundamentos, 1989.
- ALI, Tariq. *Confronto de fundamentalismos: cruzadas, jihads e modernidade*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- _____. *Imperialismo e resistência*. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *De pasamontañas e paliacates: a luta dos homens sem rosto (processo de construção da contra-hegemonia do Exército Zapatista de Libertação Nacional)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo: PUCSP, 1999.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *A invenção do terrorismo*. Revista Éclara, nº. 06. Vitória da Conquista, 16/03/2003.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. *A retórica chauvinista do espírito americano*. Lutas Sociais, nº. 13/14, São Paulo: NEILS, PUCSP, 2005a.
- ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de & ALMEIDA, Lucio Flávio Rodrigues de. *Império/imperialismo & América Latina*. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha, ALVES, Ana Elizabeth Santos e CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. ***Lugares e sujeitos da pesquisa em história, educação e cultura***. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- _____. *Apontamentos sobre imperialismo, soberania e antiimperialismo na alvorada do século XXI*. Lutas Sociais, nº. 9/10, São Paulo: NEILS, PUCSP, 2003a.
- _____. *Virando o milênio: notas sobre o imperialismo na alvorada do século XXI*. In: ***Ciências sociais na atualidade: percursos e delírios (?)***. São Paulo: Cortez, 2003b.
- _____. *Exorcismo ideológico e abuso das noções de “globalização” e “governabilidade”*. Lutas Sociais 13/14, NEILS, PUCSP, 2005b.
- _____. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: Unesp, 1995.
- AMIN, Samir. “Geopolítica do imperialismo contemporâneo”. In: BORÓN, Atílio (comp.). ***Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais***. Buenos Aires: Clacso, 2004.

ANDERSON, P. “*Balanço do neoliberalismo*”. In: SADER, E. & GENTILE P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. *As antinomias de Gramsci*. In: SADER, Emir (org.). **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANDREUCCI, Franco. *A difusão e a vulgarização do marxismo*. in: HOBBSAWM, Eric *et. al.* **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Anuário Econômico Geopolítico Mundial (1995-1996). São Paulo: Ensaio.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

BADIA, Gilbert. *Rosa Luxemburg: textos escolhidos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

BANDEIRA, Moniz. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARAN, Paul & SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Coleção **Os Economistas**, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BARBER, Benjamin R. *O império do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BARNES, Harry Elmer. *História de la economia del mundo occidental hasta principios de la segunda guerra mundial*. México: Union Tipográfica Editorial Hispano Americana, 1955.

BARRE, Raymond. *Manual de economia política*. 3ª edição. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1968.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. 2ª Edição. São Paulo: Peres, 1994.

BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo senil: a grande crise da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERTELLI, Antonio Roberto (Editor). *Karl Kautsky e o marxismo*. Belo Horizonte, Estudos Marxistas, 1988.

_____. *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte, Estudos Marxistas, 1989.

BLISCHENKO, Igor & ZHDANOV, Nicolai. *El terrorismo como crimen internacional*. Moscou: Editorial Progreso, 1983.

BORGES, Célia Regina Congilio. *A atual reestruturação produtiva e a crise econômica global*. Lutas Sociais, nº. 1, São Paulo, 1996.

BORÓN, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. “A nova ordem imperial e como desmontá-la”. In SEOANE, José e TADDEI, Emilio. **Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Império e Imperialismo (Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri)*. Buenos Aires: Clacso, 2002.

_____. “Hegemonia e imperialismo no sistema internacional”. In: BORÓN, Atílio (comp.). **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

BOTTOMORE, Tom. *Introdução à edição inglesa*. In: HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: american primacy and its geostrategic*. New York: Basic Books, 1997.

BUKHARIN, N. *A economia mundial e o imperialismo*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BURSTYN, Varda. *A nova ordem mundial prevista*. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin. **O império reloaded**. Socialist Register, Buenos Aires, Clacso, 2006.

BURTCHAEI, James Tunstead. *Resposta moral ao terrorismo*. In: LIVINGSTONE, Neil C. & ARNOLD, Terrel E. (Orgs.) *Contra-ataque: para vencer a guerra contra o terrorismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

CALDWELL, Malcom. *A riqueza de algumas nações: uma introdução à economia política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARCHEDI, Guglielmo. *Políticas keynesianas e crises: suas implicações para os trabalhadores*. Revista Outubro, nº. 13, São Paulo, 2-2005.

CECEÑA, Ana Esther. *Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI*. In: MARTINS, Carlos Eduardo et. al. (orgs.). **Globalização: dimensões e alternativas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

CHANDLER JR., Alfred D. *O advento da grande empresa*. In: WOODWARD, C. Vann. **Ensaios comparativos sobre a história americana**. São Paulo: Cultrix, 1972.

CHAGNOLLAUD, Jean-Paul. *Relations internationales contemporaines: un monde en perte de repères*. 2ª edição. Paris: L'Harmattan, 1999.

CHAPMAN, Peter. *Jungle Capitalists*. Londres: Canongate Books, 2007.

CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo: Difel, 1971.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOMSKY, Noam & HERMAN, E. *Banhos de sangue*. São Paulo: Difel, 1976.

CHOMSKY, Noam. *World Orders, Old and New*. London: Pluto Press, 1994.

_____. *11 de setembro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Os dilemas da dominação*. In: BORÓN, Atílio (comp.). **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários em América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora*. Santiago do Chile: FCE, 1994.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. *Guerra e globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CLARKE, Richard A. *Contra todos os inimigos: por dentro da guerra dos EUA contra o terror*. São Paulo: Francis, 2004.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COUTINHO, J. *ONG's: caminhos e (des) caminhos*. Revista Lutas Sociais, nº. 13/14, 2005.

CROZIER, Michel, HUNTINGTON, Samuel e WATANUKI, Joji. *The crises of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil (66/80)*. São Paulo: Ícone, 1985.

DOS SANTOS, Theotonio (coord.). *Hegemonia e contra-hegemonia*. São Paulo: Loyola, 2003-2004 (quatro volumes).

ECKSTEIN, G. *Crítica à acumulação do capital de Rosa Luxemburg*. In: LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica**. Vol. II, Seção III. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

EMMANUEL, Arghiri et. al. *Imperialismo e comércio internacional: a troca desigual*. São Paulo: Global, 1981.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências (séculos XIII a XX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIORI, José Luís. *Globalização, hegemonia e império*. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Padrões de dominação externa na América Latina*. In: PERICÁS, Luís Bernardo & BARSOTTI, Paulo. *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Amã, 1998.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo & GRIFFITH-JONES, Stephany (org.). *Os fluxos financeiros na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FOA, Lisa. *Bukhárin: entre a teoria do colapso e a estabilização*. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Editor). *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte, Estudos Marxistas, 1989.

FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998.

FONTANA i LAZARO, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Unesp, 1997.

FOUGEYROLLAS, Pierre. *O tempo histórico das revoluções e a crise da modernidade*. **Estudos**, nº. 38, São Paulo, FFLCH-USP, 1993

FRANCO, Massimo. *Il tramonto dei neocon?*. “LIMES” – **Revista Italiana di Geopolitica**. “L'impero senza impero”. Roma, Gruppo Editoriale L'Espresso, 2-2004.

FUKUYAMA, Francis. *El fin de la historia y el último hombre*. Barcelona: Planeta, 1992.

_____. *Construção de Estados: governo e organização do século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

FUSER, Igor. *México em Transe*. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. *O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter*. Lutas Sociais, n.º. 17/18, São Paulo, 2007.

GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. 5ª Edição. São Paulo: Pioneira, 1983.

_____. *Entrevista a John K. Galbraith*. Folha de S.Paulo, Caderno 2, pgs. 2-13, São Paulo, 7 novembro de 1997.

GALEANO, Eduardo. *O teatro do bem e do mal*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GALISSOT, René. *Nacionalismo e libertação nacional: de Rosa Luxemburg a James Connolly*. In: HOBSBAWM, Eric et. al. **História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Terceira parte, vol. IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARAGORRY, Jorge Alano Silveira. *Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, São Paulo, PUCSP, 2007.

_____. *A independência do Banco Central em debate*. Lutas Sociais, 11/12, São Paulo, 2004.

GERASSI, John. *A invasão da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

GILLY, Adolfo. *Guerra y política en El Salvador*. México: Editorial Nueva Imagen, 1981.

GOODMAN, Amy & GOODMAN, David. *Corrupção à americana: desnudando as mentiras, a imprensa, os empresários e os políticos que produzem e lucram com a guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GORENDER, Jacob. *Introdução*. In: Marx, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Apresentação*. In: Marx, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política – O processo de produção do capital*. Volume 1, Livro Primeiro. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. (org.). *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

GRENET, Yves. *Capitalismo, corrida armamentista e comércio de armas*. In: PERRAULT, Gilles. **O livro negro do capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUÉNON, René. *A crise do mundo moderno*. Lisboa: Editorial Vega, 1977.

GVOZDEV, Iuri & ALEXANDROV, Iuri. *Granada: terrorismo USA em accion (documentos, hechos, comentarios)*. Moscou: Prensa Nóvosti, 1984.

HABERMAS, Juergen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARRINGTON, Michael. *A revolução tecnológica e a decadência contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Livraria O Globo, 1946.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HINKELAMMERT, Franz J. *A dívida externa: o automatismo da dívida*. Petrópolis: Vozes, 1989.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSON, John A. *Estudio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

_____. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Coleção **Os economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOFFMANN, Helga. *Apresentação*. In: SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de Economia Política Marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. et. al. “O choque de civilizações?” in: HUNTINGTON et. al. “**O choque de civilizações? (O debate sobre a tese de Samuel P. Huntington)**”. Lisboa: Gradiva, 1999.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. *Sociologia do terrorismo*. **Coleção Primeira Versão**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

IBAÑEZ, Jorge Larrain. *Modernidad, razón e identidade em América Latina*. Santiago do Chile: Editorial Andrés Bello, 1996.

JULIEN, Claude. *O Império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *A questão agrária*. 3ª edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

_____. *O imperialismo e a guerra*. In: Revista História e Lutas de Classes, ano 4, Novembro de 2008.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes nações: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; inflação e deflação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KRUGMAN, Paul. *A desintegração americana: Eua perdem o rumo no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LÊNIN, V. I. *La revolución proletaria y el renegado Kautsky. Obras Completas*, Tomo XXX. Madri: Akal, 1978.

_____. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª edição. **Obras Escolhidas**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

_____. *O Estado e a Revolução. Obras Escolhidas*, Tomo II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

LENS, Sidney. *A fabricação do império americano – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIDER, Julian. *Da natureza da guerra*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1987.

LIVINGSTONE, Neil C. & ARNOLD, Terrel E. (Orgs.). *Contra-ataque: para vencer a guerra contra o terrorismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

LIVINGSTONE, Neil C. *Respostas para conter o terrorismo: represália, preempção e revide*. In: LIVINGSTONE, Neil C. & ARNOLD, Terrel E. (Orgs.) *Contra-ataque: para vencer a guerra contra o terrorismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986a.

LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica*. Vol. I (Seções I e II). Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica*. Vol. II, Seção III. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Prefácio*. In: FIDALGO, Fernando Selmar & MACHADO, Lucília Regina de Souza (Orgs.). **Controle da Qualidade Total: uma nova pedagogia do capital**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MADDISON, Angus. *The World Economy: a millennial perspective*. Washington: OECD, 2001.

MAGDOFF, Harry. *A era do imperialismo: a economia da política externa dos Estados Unidos*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MAHBUBANI, Kishore. *Os perigos da decadência: o que o resto do mundo pode ensinar ao Ocidente*. in: HUNTINGTON et. al. “**O choque de civilizações? (O debate sobre a tese de Samuel P. Huntington)**”. Lisboa: Gradiva, 1999.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Prefacio a la introducción a la economía política de Rosa Luxemburg*. In: LUXEMBURG, Rosa. **La introducción a la economía política**. 9ª Edição. México: Pasado y Presente, 1986.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Sociedade Tecnológica*. São Paulo: Scipione, 1994.

MARIANO, Nilson. *As garras do condor*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARX, Karl. *Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. In: **Obras Escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels**. Vol. 01. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.a.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. In: **Obras Escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels**. Vol. 01. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.b.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. II, Livro Segundo. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. III, Livro Terceiro, Tomo 2. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I, Livro Primeiro. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983c.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In: **Obras Escolhidas de Karl Marx e Friedrich Engels**. Vol. 01. São Paulo: Alfa-ômega, s.d.

McFARLANE, Robert C. *Prefácio*. In: LIVINGSTONE, Neil C. & ARNOLD, Terrel E. (Orgs.) *Contra-ataque: para vencer a guerra contra o terrorismo*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.

MESSADIÉ, Gerald. *A crise do mito americano: réquiem para o super-homem*. São Paulo: Ática, 1989.

MÉSZAROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MORAES, Antônio C. *O projeto neoliberal e o mito do 'Estado mínimo'*. *Lutas sociais* n.º. 1, 1996.

MORISON, Samuel Eliot, COMMAGER, Henry Steele & LEUCHTENBURG, William E. *Breve história de los Estados Unidos*. México: FCE, 1987.

NACIONES UNIDAS. *La economía mundial: un desafío global*. Informe del Departamento de Información Pública de las Naciones Unidas. Março de 1990.

NAU, Henry R. *O mito da decadência dos Estados Unidos: a liderança americana na economia mundial na década de 1990*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

NEGT, Oskar. *Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo*. In: Hobsbawm, Eric et. al. *História do marxismo III (segunda parte): o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002.

O'CONNOR, James. *USA: a crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OFFE, Claus. *A 'ingovernabilidade': sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise*. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PANITCH, Leo & GINDIN, Sam. *As finanças e o império estadunidense*. In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin. **O império reloaded**. Socialist Register, Buenos Aires, Clacso, 2006.

PELLIZZARI, Deoni. *A grande farsa da tributação e da sonegação*. Petrópolis: Vozes, 1990.

PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Página Aberta, 1995.

_____. *Fundamentos do neoliberalismo*. In: OURIQUES, N.D. & RAMPINELLI, W. J. (Org.) (1997). **No fio da Navalha – Crítica das Reformas Neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.

_____. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Ed. Furb, 1999a.

_____. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIRES, Marcos Cordeiro. *A “nova ordem mundial” e o Consenso de Washington*. Revista Novos Rumos, n°. 45, 2006.

PLA, Alberto Jose. *La inestabilidad incurable del sistema: de la crisis al ajuste y del ajuste a la crisis*. Escuela de História de la Universidad de Rosario, Rosário, Argentina, mimeo, 1995.

_____. *Capitalismo, trabajo y rebeldía social a fines del siglo XX*. Escuela de História de la Universidad de Rosario, Argentina, mimeo, 1996.

POULANTZAS, Nicos & MILIBAND, Ralph. *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto: Crítica e Sociedade, 1975.

RAMONET, I. *Geopolítica do Caos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

REBERIOUX, Madeleine. *O debate sobre a guerra*. In: HOBBSAWM, Eric et. al. **História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Terceira parte, vol. IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ROBINSON, Joan & EATWELL, John. *L'Economique moderne*. Paris : Ediscience/McGraw-Hill, 1975.

ROCCUCCI, Adriano. *La quarta Roma vista dalla terza*. “LIMES” – **Revista Italiana di Geopolítica**. “L'impero senza impero”. Roma, Gruppo Editoriale L'Espresso, 2-2004.

ROSSI, Clóvis. *A contra-revolução na América Latina*. 2ª Edição. São Paulo: Atual, 1987.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

_____. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada (O século do imperialismo)*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SALVADORI, Massimo L. *Kautsky entre ortodoxia e revisionismo*. In: HOBBSAWM, Eric et. al. **História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- SAMPSON, Anthony. *Os credores do mundo*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1981.
- SCHWARTZ, Gilson (1995). “*Boom latino foi só uma bolha especulativa*”. *Folha de S. Paulo*, 12.11.95.
- SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques. *O desafio americano*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.
- SILVA, Cristiano Monteiro da. *Acumulação por centralização: novos traços da fase imperialista na América Latina*. São Paulo, Lutas Sociais n°. 15/16, 2006.
- SINGER, Paulo. *Apresentação*. In: LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do Imperialismo; Anticrítica**. Vol. I, Seções I e II. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- STERLING, Claire. *A rede do terror: a guerra secreta do terrorismo internacional*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1981.
- STERNBERG, Fritz. *A revolução militar e industrial do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- SUN-TZU. *A arte da guerra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SZMRECSÁNYI, Tomás. *Apresentação*. In: BARAN, Paul. **A economia política do desenvolvimento**. Coleção **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Apresentação*. In: HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Coleção **Os economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.). *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (org.) **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TELÓ, Mario. *Análise do capitalismo e teoria da revolução em Bukharin, dirigente do Komintern*. In: BERTELLI, Antonio Roberto (Editor). *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte, Estudos Marxistas, 1989.
- TOFFLER, Alvin. *A terceira onda*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- TOFFLER, Alvin & TOFFLER, Heidi. *Guerra e antiguerra: sobrevivência na aurora do terceiro milênio*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

_____. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WHEEN, Francis. *Como a picaretagem conquistou o mundo: equívocos da modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

WINKS, Robin W. *O imperialismo*. In: WOODWARD, C. Vann. *Ensaio comparativos sobre a história americana*. São Paulo: Cultrix, 1972.

ZACCAGNINI, Lívio. “*Superiorem non recognoscens*”. “LIMES” – **Revista Italiana di Geopolítica**. “*L'impero senza impero*”. Roma, Gruppo Editoriale L'espresso, 2-2004. Pgs. 239-246.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)